



ENER

GEEC

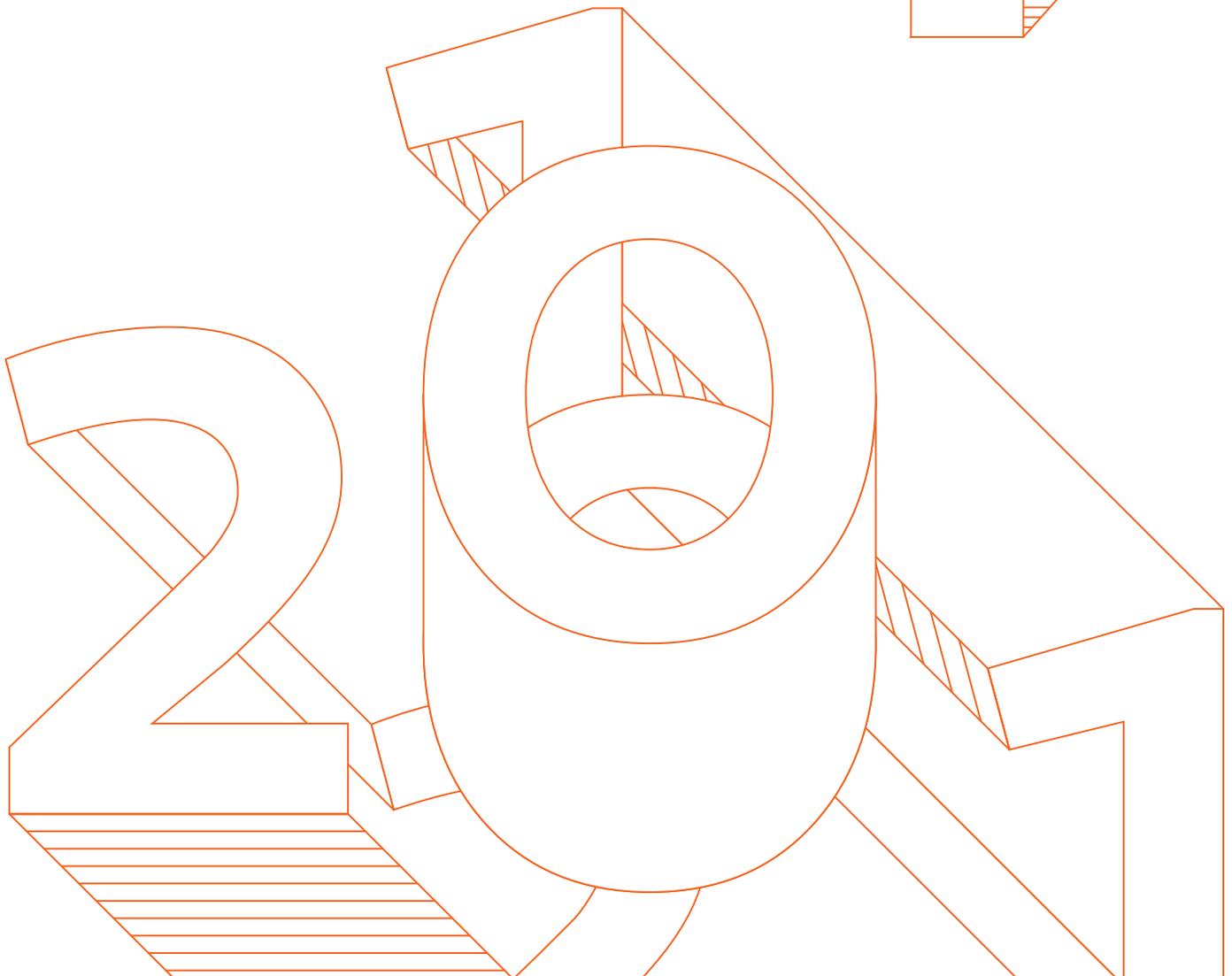
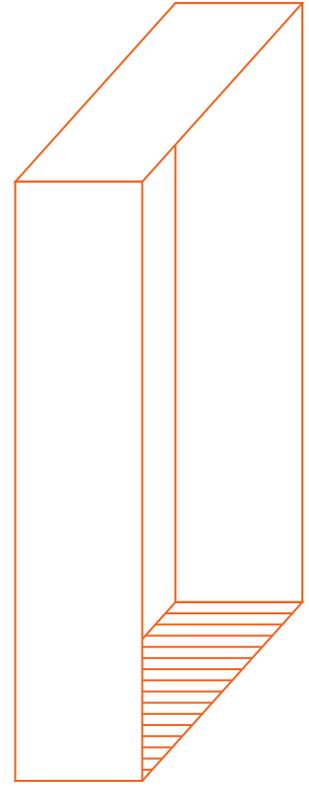
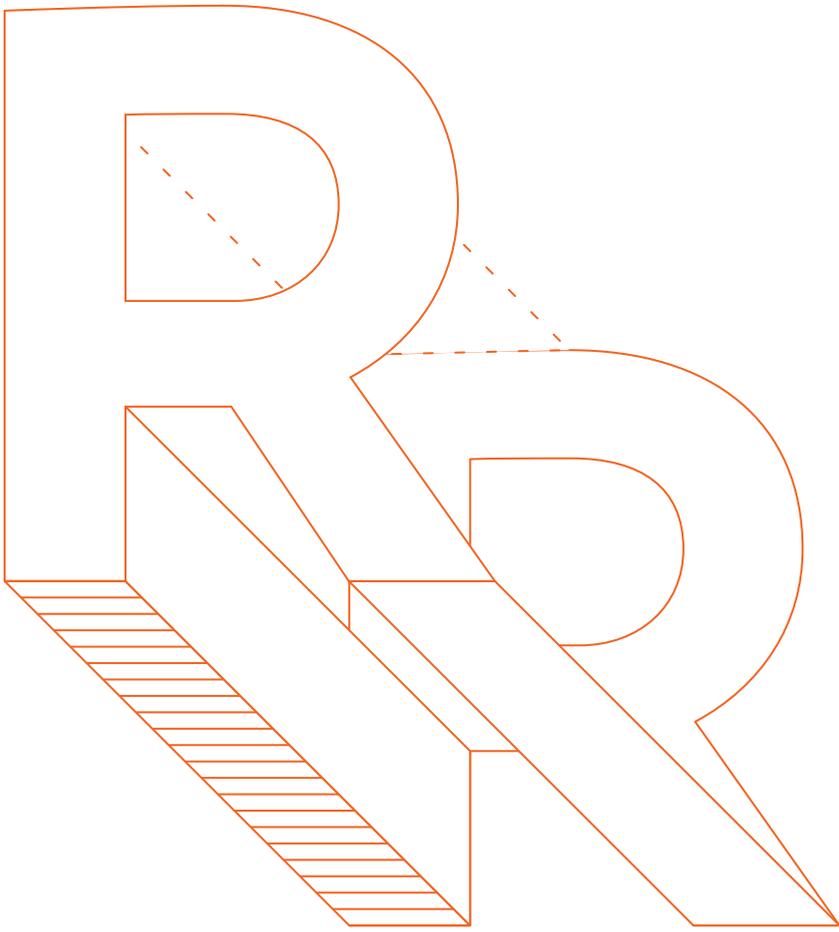
TIVE

**Uma nova perspetiva sobre a energia**

Relatório Integrado Galp 2018







O mundo tem hoje um novo olhar sobre a energia, focado na transição para uma economia de baixo carbono através da promoção de fontes de energia mais sustentáveis. A Galp assume que a transformação estrutural na procura de energia implicará a criação de soluções inovadoras e cada vez mais sustentáveis a nível económico, ambiental e social.

Como ator global, estamos comprometidos com a agenda de desenvolvimento sustentável das Nações Unidas. Assumimos a responsabilidade de seguir o caminho da transição energética, capacitando as nossas pessoas e participando ativamente no estudo e desenvolvimento das soluções tecnológicas mais inovadoras e das cadeias de valor que melhor respondam às necessidades do mercado, sem comprometer o futuro do planeta.

Porque também nós temos uma nova **perspetiva** sobre a **energia**, refletida num novo movimento que nos inspira: **Energective**.



# Índice

## Sobre o relatório

8

<b>1.</b>	<b>Aos nossos stakeholders</b>	<b>10</b>
1.1.	Mensagem do Conselho de Administração	12
1.2.	A nossa presença	18
1.3.	Destaques de 2018	20
1.4.	Modelo de criação de valor	22
1.5.	Abordagem à materialidade	24
1.6.	O nosso contributo para o desenvolvimento sustentável	26
1.7.	A Galp no mercado de capitais	28
<b>2.</b>	<b>Enquadramento estratégico</b>	<b>32</b>
2.1.	Desafiamos a nossa estratégia face a múltiplos futuros	34
2.2.	A nossa estratégia	38
<b>3.</b>	<b>Execução estratégica</b>	<b>40</b>
3.1.	Exploração & Produção	42
3.2.	Refinação & Distribuição	52
3.3.	Gas & Power	58
<b>4.</b>	<b>Sustentabilidade, o nosso compromisso de longo prazo</b>	<b>62</b>
4.1.	Transição energética: para onde vamos?	64
4.2.	Como podemos transformar desafios em oportunidades?	65
4.3.	Um apelo à ação	66
4.4.	Como estamos a fazê-lo?	73
<b>5.</b>	<b>A marca Galp</b>	<b>90</b>
5.1.	40 anos da marca Galp	92
<b>6.</b>	<b>Desempenho financeiro</b>	<b>98</b>
6.1.	Destaques de 2018	100
6.2.	Desempenho operacional	101
6.3.	Resultados consolidados	102
6.4.	Investimento	104
6.5.	Cash flow	105
6.6.	Situação financeira	106

<b>7.</b>	<b>Governo Societário</b>	<b>108</b>
PARTE I	Informação sobre a estrutura acionista, organização e governo da sociedade	110
A.	Estrutura acionista	110
B.	Órgãos Sociais e Comissões	113
C.	Organização interna	138
D.	Remunerações	154
E.	Transações com partes relacionadas	162
PARTE II	Avaliação do governo societário	164
1.	Identificação do Código de Governo das Sociedades adotado	164
2.	Análise de cumprimento do Código de Governo das Sociedades adotado	164
<b>8.</b>	<b>Proposta de aplicação de resultados</b>	<b>174</b>
<b>9.</b>	<b>Anexos</b>	<b>176</b>
9.1.	Contas consolidadas	177
9.1.a.	Demonstrações financeiras consolidadas e anexo às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2018	178
9.1.b.	Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria	232
9.1.c.	Declaração de conformidade dos membros do Conselho de Administração	241
9.2.	Informação Suplementar sobre Petróleo e Gás (não auditado)	242
9.3.	Relatório sobre os pagamentos a administrações públicas em 2018	250
9.4.	Informação não financeira consolidada	255
9.5.	Contas individuais	258
9.5.a.	Demonstrações financeiras individuais e anexo às demonstrações financeiras individuais em 31 de dezembro de 2018	260
9.5.b.	Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria	288
9.6.	Relatórios e parecer do órgão de fiscalização	294
9.7.	Relatório independente de garantia limitada de fiabilidade	298
9.8.	Menções obrigatórias	301
9.9.	Biografias dos membros dos órgãos de administração e fiscalização e dos membros da Comissão de Remunerações	304
9.10.	Cargos exercidos noutras empresas pelos membros dos órgãos de administração e fiscalização e membros da Comissão de Remunerações	311
9.11.	Glossário e abreviaturas	318

# Sobre o relatório

O relatório integrado da Galp destina-se a providenciar uma visão global, transparente e rigorosa, dos processos através dos quais criamos valor económico, ambiental e social, assim como a divulgar os nossos resultados do período e as nossas práticas de governo societário. De modo a avaliar o desempenho da Empresa, o relatório inclui, quando relevante, informação relativa aos anos transatos.

A informação contida neste relatório destina-se a permitir que o nosso desempenho seja avaliado de uma forma integrada, estabelecendo, ao mesmo tempo, as ligações entre a nossa estratégia, o nosso negócio, o nosso modelo de governo e o nosso desempenho operacional e financeiro, considerando os fatores externos de relevância.

Este relatório foi elaborado em linha com as normas aplicáveis e as diretrizes globalmente reconhecidas, nomeadamente:

- as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS);
- as disposições do Código dos Valores Mobiliários (CVM), do Regulamento da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM) n.º 4/2013 referentes ao reporte anual do governo societário;
- as normas do Código das Sociedades Comerciais (CSC) em vigor em Portugal relativas ao conteúdo do relatório, incluindo as relativas ao reporte de informação não financeira introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 89/2017 de 28 de julho;
- as diretrizes para o reporte integrado do International Integrated Reporting Council (IIRC);
- as diretrizes da Global Reporting Initiative (GRI), versão *standard*, na opção «De acordo – Abrangente», incluindo as diretrizes do suplemento sectorial Oil & Gas;
- as disposições da CVM para o reporte de pagamentos efetuados a administrações públicas;

- os princípios de inclusão, relevância e responsabilidade de *stakeholders*, constantes da norma da AccountAbility, AA1000 AccountAbility Principles Standard (AA1000APS 2008);
- a iniciativa Task Force on Climate-related Financial Disclosure (TCFD) do Financial Stability Board (FSB), relativa à divulgação dos riscos financeiros ligados às alterações climáticas; e
- os princípios do United Nations Global Compact (UNGC).

As demonstrações financeiras da Galp foram elaboradas de acordo com as IFRS, sendo o custo das mercadorias vendidas e das matérias-primas consumidas valorizado a custo médio ponderado (CMP). Quando os preços das mercadorias e matérias-primas oscilam, a utilização deste método de valorização pode levar à volatilidade nos resultados através de ganhos ou perdas em *stocks*, sem que tal traduza o desempenho operacional real da Empresa. Este efeito é designado por efeito *stock*.

Outro fator que pode influenciar os resultados, sem ser um indicador que traduza o desempenho da Empresa no período, é o conjunto de eventos de natureza não recorrente, tais como ganhos ou perdas decorrentes da alienação de ativos, imparidades ou reposições de imobilizado e provisões de reestruturação.

De forma a providenciar uma melhor avaliação do desempenho operacional da Empresa excluindo os efeitos mencionados acima, a Galp também divulga os seus resultados numa base *replacement cost adjusted* (RCA), excluindo os eventos não recorrentes e o efeito *stock*, este último pelo facto de o custo das mercadorias vendidas e das matérias-primas consumidas ter sido apurado pelo método de valorização de custo de substituição designado *replacement cost* (RC). Os resultados IFRS são sujeitos a auditoria, os resultados RC são revistos pelo auditor, enquanto os resultados RCA não são auditados nem revistos.

Relativamente à informação não financeira, a metodologia de consolidação e reporte de informação abrange todas as atividades nas quais a Galp detém uma participação igual ou superior a 50% e/ou quando detém o controlo operacional. Sem prejuízo do que precede, e sempre que o interesse dos *stakeholders* assim o justifique, este relatório inclui também informação sobre atividades não operadas em que a Galp detém uma participação minoritária, nomeadamente no âmbito do negócio de Exploração & Produção (E&P).

Como complemento ao presente relatório, a Galp publica informação adicional e detalhada no seu *website* corporativo.

A Galp deseja construir a confiança necessária para apoiar a tomada de decisão dos *stakeholders* relativamente à Empresa e, por esta razão, submete os conteúdos deste relatório e da secção de Sustentabilidade do *website* da Galp a uma avaliação externa, independente e certificada pela PricewaterhouseCoopers & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda. (PwC).

## Relatório Integrado Galp 2018

Demonstrações financeiras		Informação não financeira		Informação do governo societário	Outra informação
Âmbito da PwC R.O.C	Certificação Legal de Contas e Auditoria	Verificação da inclusão da informação não financeira exigível nos termos do Decreto-Lei 89/2017 de 28 de julho	Garantia limitada; Garantia razoável para pegada de carbono da Galp	Verificação da inclusão dos elementos do relato sobre governo das sociedades referidos no artigo 245.º-A do CVM	Verificação da consistência do relatório de gestão com as demonstrações financeiras

## A sua opinião

A Galp pretende estabelecer um diálogo constante e inclusivo com os seus *stakeholders*, procurando dar resposta aos seus requisitos e expectativas, excedendo estas. Poderá enviar a sua opinião acerca deste relatório, bem como colocar questões sobre o mesmo, para a equipa de Relações com Investidores, através dos seguintes contactos:

Galp Energia, SGPS, S.A.  
Relações com Investidores  
Rua Tomás da Fonseca, Torre C  
1600 – 209 Lisboa

Tel.: +351 217 240 866  
e-mail: investor.relations@galp.com

1.

**Aos nossos  
*stakeholders***

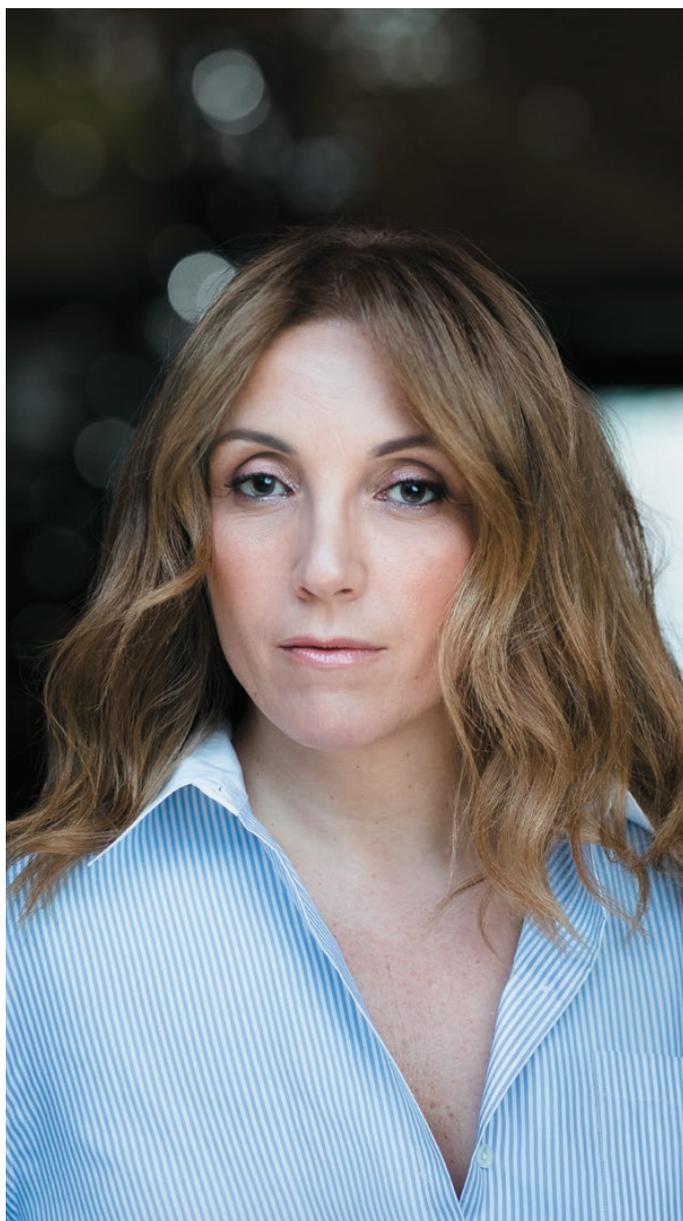


**Partnership**



## 1.1.

# Mensagem do Conselho de Administração



## Paula Amorim

### Presidente do Conselho de Administração

Caros Acionistas,

Em 2018, a Galp prosseguiu na concretização das suas ambições, mantendo-se focada na execução da sua estratégia e assegurando que a Empresa está bem posicionada no espaço energético global, desenvolvendo os seus projetos de acordo com as melhores práticas e criando valor sustentável para todos os seus *stakeholders*.

Existe um consenso generalizado de que o *mix* energético global continuará a evoluir nas próximas décadas e de que as empresas de energia desempenharão um papel fundamental na promoção da transição para uma economia de baixo carbono.

Ao mesmo tempo que a procura de energia continua a crescer, é exigido às empresas que reduzam a sua pegada de carbono, com as projeções a indicarem que as energias renováveis e outros negócios de baixo carbono irão crescer substancialmente no longo prazo.

Não obstante, é esperado que os hidrocarbonetos continuem a representar uma parcela predominante da procura de energia.

Neste cenário de transformação, é vital que as empresas se foquem no aumento da produtividade, da competitividade e da eficiência global das suas operações e dos seus processos, nomeadamente através da digitalização e da modernização tecnológica.

A Galp olha para o futuro com entusiasmo, focada nas oportunidades e consciente dos desafios. A Empresa continua a beneficiar do seu modelo integrado, apoiada num portefólio de *upstream* e *downstream* resiliente e sustentável, que permanece como a âncora do crescimento futuro.

Continuamos a dotar a Empresa de pessoas e ferramentas, promovendo os nossos valores e a ambição de crescimento e otimização das operações, alavancando a solidez financeira da Empresa.

Pretendemos alcançar outros consumidores, novos mercados, novas áreas de negócio e até diferentes aplicações para os nossos negócios e produtos, mas sempre preservando as origens do nosso *core business*.

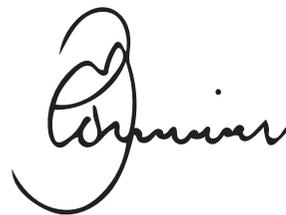
A capacidade de execução da Galp tem sido valorizada pelos investidores e a evolução da ação da Galp confirma o potencial da nossa abordagem, gerando um retorno anualizado para os acionistas de 7% nos últimos cinco anos.

Mas uma grande história não significa um futuro garantido. Significa uma maior responsabilidade de fazer crescer, de liderar e de inovar.

O Conselho de Administração acredita que a Empresa se encontra bem preparada para responder aos desafios futuros do sector e continuará a acompanhar de perto a execução da sua estratégia, assegurando a forte disciplina financeira e a aplicação das melhores práticas da indústria em termos de sustentabilidade, segurança e governo societário.

Considerando a reforçada posição de caixa e a sólida estrutura de capital da Galp em 2018, o Conselho de Administração irá propor à Assembleia Geral Anual dos Acionistas um pagamento de dividendos relativo ao exercício de 2018 de €0,6325 por ação.

Estou grata a todos os acionistas pela confiança que colocam neste projeto e aos nossos parceiros por se juntarem a nós a moldar o futuro da energia. Gostaria também de expressar a minha profunda gratidão à equipa da Galp pela sua dedicação e empenho em continuar a alavancar o nosso sucesso no futuro. É com muita honra que exerço as funções de Presidente do Conselho de Administração desta Empresa, enquanto continuamos a dedicar a nossa energia para um futuro mais sustentável.



**Paula Amorim**  
Presidente do Conselho de Administração



## Carlos Gomes da Silva

### Presidente Executivo

Estimados Stakeholders,

Durante 2018, o sector da energia enfrentou mais uma vez uma volatilidade significativa, com os preços do petróleo a variarem mais de \$30/bbl ao longo do ano.

Esta volatilidade confirma a adequação do nosso modelo de negócio integrado. O planeamento estratégico apoiado em diferentes cenários funciona como uma ferramenta importante para assegurar a resiliência e sustentabilidade do portefólio da Galp.

A estratégia continua focada na execução e no desenvolvimento dos projetos onde estamos presentes, extraíndo deles o máximo valor, e explorando novas oportunidades que possam trazer fontes de valor sustentável ao nosso portefólio.

Embora os combustíveis fósseis continuem a ser o meio predominante para dar resposta à procura primária de energia durante as próximas décadas, o mundo enfrenta uma transição energética, deparando-se com o desafio de prover a sociedade com fontes de energia mais limpas e confiáveis enquanto se reduzem as emissões. Com este enquadramento em mente, a Galp incorpora na sua estratégia investimentos para reduzir a sua intensidade carbónica.

A Galp prossegue esta estratégia apostando na tecnologia, no digital e na inovação como alavancas para transformar o atual modelo de negócio, desenvolvendo novos modelos de negócio nas áreas da mobilidade, da eficiência energética e da conveniência, apostando ainda na geração de energia primária a partir de fontes renováveis, tendo sempre em vista proporcionar uma experiência distintiva e única aos nossos clientes e consumidores.

Em 2018, a Galp cumpriu as suas metas e ambições, através da boa execução dos projetos de *upstream*, representada por um aumento significativo da produção de petróleo e gás natural, e por um sólido desempenho do *downstream*.

No *upstream*, e no Brasil, continuámos a desenvolver os grandes campos de Lula e Iracema, no pré-sal da bacia de Santos, onde concluímos o ano com oito unidades a produzir, após a entrada em produção da FPSO de Lula Extremo Sul, e tendo a nona e última unidade prevista na fase inicial de desenvolvimento de Lula e Iracema, entrado em produção em Lula Norte já no início de 2019.

O desenvolvimento comercial de Iara também está iminente, com o início da produção planeado para 2019, após uma campanha de avaliação conduzida durante o ano para otimizar o conceito de desenvolvimento do projeto, reduzindo a incerteza volumétrica e melhorando a representação do reservatório.

Na área do Grande Carcará, reforçámos a nossa participação no bloco BM-S-8, alinhando os interesses dos parceiros no bloco e na área de Carcará Norte. Prosseguimos com os trabalhos de avaliação, tendo iniciado a perfuração do primeiro poço na área de Carcará Norte em 2018.

Em Angola, iniciámos em julho a produção da primeira unidade do projeto Kaombo, no bloco 32, a qual produz já perto da sua capacidade máxima de 115 kbpd em apenas seis meses de operação.

Em Moçambique, a Galp e os seus parceiros submeteram o Plano de Desenvolvimento para a primeira fase do projeto Rovuma LNG, o qual será constituído por dois mega *trains onshore* de 7,6 mtpa, cada. Espera-se que os desenvolvimentos do Rovuma LNG tenham um papel-chave no *mix* de produção de gás da Empresa e na redução da intensidade carbónica do nosso portefólio ao longo da próxima década.

Estamos satisfeitos com a competitividade do nosso portefólio de desenvolvimento do *upstream* e procuraremos manter a sua resiliência enquanto analisamos oportunidades para aumentar seletivamente a exposição a ativos de excelência no futuro. Durante o ano, a Empresa adquiriu posições estratégicas e relevantes em ativos de exploração no Brasil, através das licenças de Uirapuru e C-M-791, nas bacias de Santos e Campos, respetivamente, onde se depositam expectativas e potencial para reforçar o crescimento e a criação de valor futuro.

No *downstream*, e apesar de um ambiente de refinação menos favorável a nível internacional, continuámos a otimizar as nossas operações e a alavancar a atratividade e competitividade das nossas refinarias. Temos vindo a implementar vários projetos que visam uma maior conversão e eficiência, os quais já contribuíram para uma melhoria da margem de refinação durante o ano. Simultaneamente, preparamo-nos para dar resposta às exigências dos nossos clientes e das alterações de especificações, designadamente no segmento das bancas marítimas, usualmente conhecido por IMO 2020.

A atividade de comercialização de produtos petrolíferos manteve a sua sólida contribuição, e continuámos a fortalecer a nossa posição na Península Ibérica e a explorar oportunidades nos mercados internacionais, designadamente nos mercados alvo em África. Vemos um potencial acrescido nesta atividade e estamos a desenvolver iniciativas digitais focadas na centralidade do cliente, transformando e inovando, sempre norteados por melhorar a sua experiência ao mesmo tempo que desenvolvemos novas origens de valor.

No Gas & Power, temos vindo a desenvolver crescentemente a atividade de trading de rede nos *hubs* internacionais e o alargamento da operação comercial ibérica, à medida que os contratos de GNL estruturados foram terminando durante o ano. Esta atividade permanece como um contribuidor estável de *cash flow*, com volumes crescentes, e vemos o negócio evoluir à medida que o gás natural se torna uma fonte de energia primária fundamental na transição energética. Reforçámos também a nossa oferta em novos combustíveis como o GN para transporte rodoviário e o GNL para a marinha, e lançámos uma oferta de eletricidade para a mobilidade urbana.

Durante o ano de 2018, a Galp adquiriu ainda licenças de geração de energia solar em Portugal, assistindo o objetivo de desenvolver a sua capacidade de geração de energia primária a partir de fontes renováveis, integrando toda a cadeia de negócio com as suas vendas de eletricidade na Península Ibérica.

A nossa estratégia permanece alicerçada num modelo de negócio energético integrado, endereçando os desafios da transição energética, privilegiando a geração de valor crescente e sustentável, prosseguindo uma rigorosa disciplina financeira.

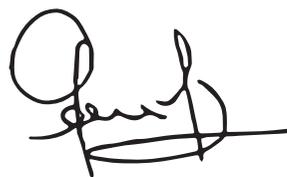
Incorporamos os princípios de sustentabilidade e de boas práticas de governo na nossa estratégia, cultura e valores, garantindo a segurança e proteção das pessoas, do ambiente e dos ativos, fomentando, ao mesmo tempo, a inovação e o desenvolvimento das nossas pessoas.

Como parte deste caminho de crescimento, a Galp continua empenhada em cumprir as expectativas de todos os nossos stakeholders. Os nossos fornecedores, os nossos clientes, as nossas pessoas, as comunidades onde operamos e os nossos parceiros desempenham um papel importante na construção desta Empresa. A todos dirijo o meu sincero agradecimento.

Agradecemos ainda a todos os nossos acionistas pela sua confiança e a todos os colaboradores da Galp pelo seu empenho e contribuição para o sucesso da nossa Empresa.

É com entusiasmo e determinação que encaramos os desafios do sector e o papel da Galp na promoção de uma economia de menor intensidade carbónica.

*Let's face it together.*

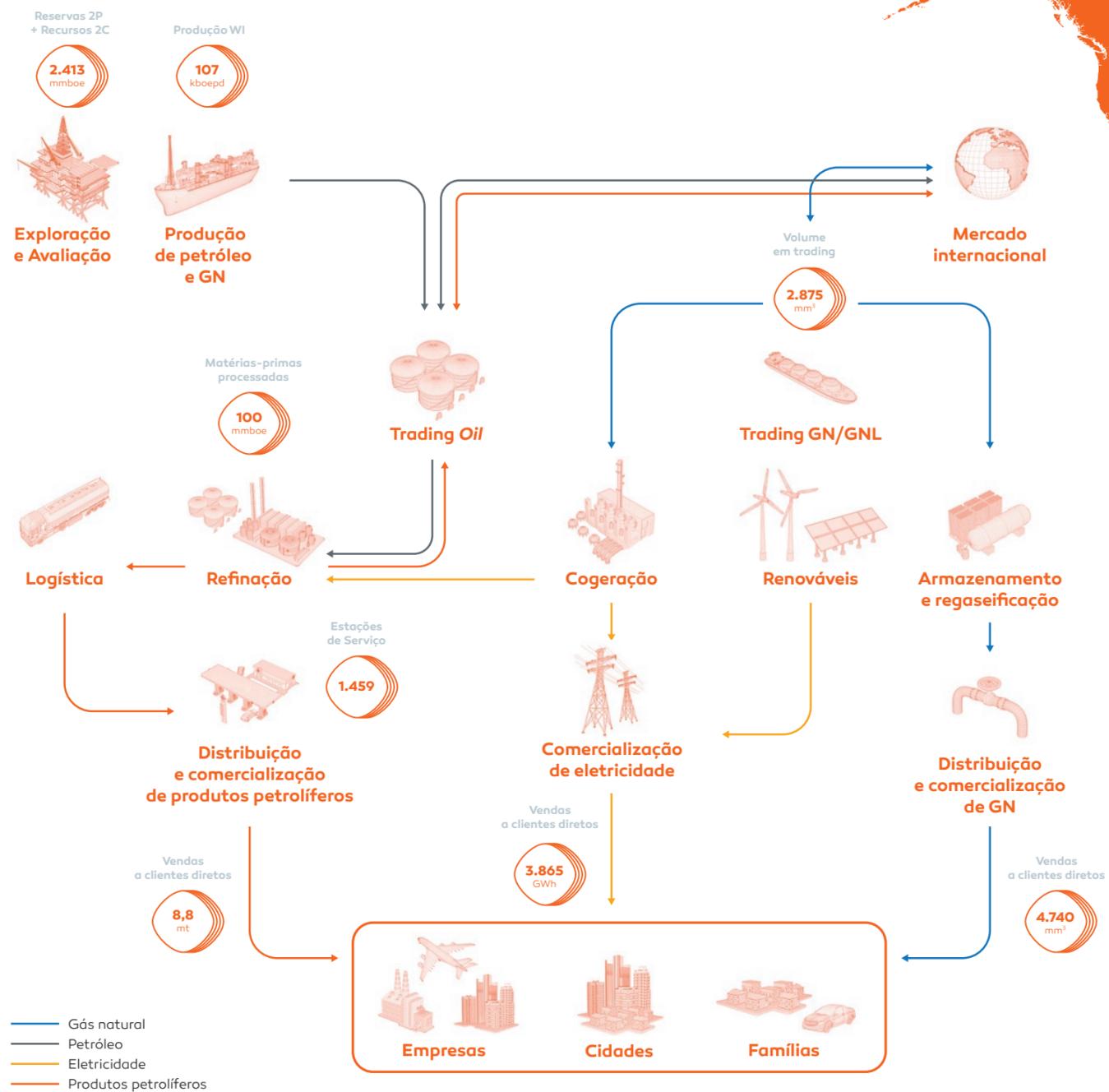


**Carlos Gomes da Silva**  
Presidente Executivo

página intencionalmente deixada em branco

1.2.

# A nossa presença



- 1. Portugal
- 2. Espanha
- 3. Brasil
- 4. Moçambique

- 5. Angola
- 6. Cabo Verde
- 7. Guiné-Bissau
- 8. S. Tomé e Príncipe

- 9. Namíbia
- 10. Reino de Eswatini
- 11. Timor-Leste

### Exploração & Produção

O nosso portefólio de E&P está disperso por seis países, em diferentes fases de exploração, desenvolvimento e produção. Estes projetos estão distribuídos por três áreas core, no pré-sal da bacia de Santos no Brasil, em Angola e Moçambique.

### Refinação & Distribuição

Somos um dos operadores de referência na Península Ibérica, integrando as atividades de refinação, distribuição e comercialização de produtos petrolíferos. Possuímos um sistema refinador integrado e uma vasta rede de distribuição na Península Ibérica e em mercados selecionados em África.

### Gas & Power

O negócio de G&P abrange as atividades de trading de gás natural no mercado internacional, bem como a comercialização na Península Ibérica, que têm vindo a ser progressivamente integradas com a produção e comercialização de eletricidade.

### 1.3.

## Destaques de 2018

### Conclusão da primeira fase dos projetos Lula/Iracema

O consórcio do bloco BM-S-11 concluiu com sucesso a primeira fase de desenvolvimento do relevante projeto Lula/Iracema, com o início da produção da FPSO #8 na área de Lula Extremo Sul durante outubro, e com a unidade #9 a iniciar produção na área de Lula Norte já em fevereiro de 2019. Desde o início da década, foram instaladas um total de nove unidades, com uma capacidade de produção combinada de c.1,3 mmbpd, demonstrando a execução bem-sucedida de um projeto de referência a nível global.

### Aumento da exposição a ativos existentes e acesso a novas áreas no Brasil

Através da nossa participação ativa nas rodadas de licitação no Brasil, foi-nos atribuído o bloco de exploração de Uirapuru na bacia de Santos (4.ª rodada de licitações de partilha de produção), com uma participação de 14%, e o bloco C-M-791 na bacia de Campos (15.ª rodada de licitações de blocos), com uma participação de 20%. Acordámos também a aquisição à Equinor de uma participação adicional de 3% na licença BM-S-8 na bacia de Santos, permitindo-nos o alinhamento das participações dos parceiros em ambos os lados do Grande Carcará, com a Galp a deter uma participação de 20% após fecho da transação.

### Submissão do plano de desenvolvimento para a 1.ª fase do projeto Rovuma LNG

Em conjunto com os nossos parceiros da Área 4, submetemos ao Governo de Moçambique o plano de desenvolvimento para a primeira fase do projeto de GNL na bacia do Rovuma, o qual irá produzir, liquefazer e comercializar gás natural a partir dos grandes campos de Mamba. O plano de desenvolvimento para a 1.ª fase incorpora uma proposta para dois *trains* de liquefação de 7,6 mtpa cada.

### Início da produção de Kaombo no bloco 32

O projeto Kaombo no bloco 32 iniciou produção em julho, estimando-se que a primeira das duas FPSO produza 115 kbpd a partir da área Kaombo Norte. Estima-se ainda que o volume total a ser recuperado destes projetos no *offshore* angolano seja de cerca de 650 milhões de barris de petróleo.

### Execução de projetos de eficiência energética e operacional na refinação

Durante 2018, aproveitámos os trabalhos de manutenção nas nossas refinarias para implementar projetos destinados a aumentar gradualmente a margem de refinação da Galp em \$1/boe até 2020. A instalação do refrigerador catalítico, por exemplo, permitirá uma maior flexibilidade de submissões para a unidade de FCC, diminuirá a dependência de VGO importado e aumentará a eficiência energética.

### Assinatura de um acordo de compra e venda de GNL de 1 mtpa por 20 anos

Assinámos um acordo de compra e venda de GNL para 1 mtpa durante 20 anos com a Venture Global LNG a partir das instalações de exportação de GNL de Calcasieu Pass, nos EUA. Este acordo encaixa-se na nossa estratégia global ao assegurar um aprovisionamento equilibrado e competitivo de gás, de longo prazo, para as nossas atividades internacionais de gás natural, contribuindo para o desenvolvimento de soluções de energia eficientes e sustentáveis ambientalmente.

### Desenvolvimento de novos modelos de negócio na Península Ibérica

A Galp assumiu um papel de liderança na mobilidade elétrica em Portugal, onde atualmente detém a maior rede de pontos de carregamento rápido, fortalecendo a sua oferta comercial através da disponibilização de soluções e serviços de energia na estrada e em casa. Em Espanha, continuámos também a reforçar a nossa posição nos mercados de gás e eletricidade, nomeadamente através de investimentos numa plataforma digital destinada a providenciar ao cliente uma experiência simples e intuitiva.

## Desenvolvimento de uma ferramenta de IA de vanguarda em parceria com a IBM

A Galp e a IBM, através das suas subsidiárias brasileiras (Petrogal Brasil e IBM Research – Brasil), desenvolveram um assistente virtual com base em inteligência artificial (IA) para melhorar as capacidades de interpretação sísmica no âmbito das atividades de exploração e desenvolvimento.

## Reconhecimento como líder global em práticas de sustentabilidade

A Galp foi mais uma vez reconhecida por reputadas organizações como empresa líder nas suas práticas de sustentabilidade. No âmbito do CDP, fomos a única Empresa do sector de Oil & Gas a alcançar, em simultâneo, uma classificação A ou A- nas categorias de segurança hídrica e alterações climáticas. No Dow Jones Sustainability Indices (DJSI), a Galp classificou-se no primeiro lugar do seu sector no DJSI Europe e em terceiro lugar no DJSI World. No FTSE4Good Index, a nossa classificação global ficou no percentil de topo (100), tendo atingido a nota máxima na secção de *governance*. Fomos também reconhecidos pelo Oekom, pela RobecoSAM e pela Ethibel Sustainability Index.

## A marca Galp celebra 40 anos

Nos últimos 40 anos, a Galp teve a agilidade para adaptar a sua marca a um mundo em constante mudança. Esta é uma das nossas principais vantagens competitivas.

## Reconhecimentos

MEMBER OF  
**Dow Jones  
Sustainability Indices**  
In Collaboration with RobecoSAM



## Indicadores de mercado

	2017	2018
Taxa de câmbio média €:/\$	1,13	1,18
Taxa de câmbio média €:R\$	3,61	4,31
Preço médio do <i>dated Brent</i> (\$/bbl)	54,2	71,3
Diferencial crude <i>heavy-light</i> (\$/bbl)	(1,3)	(1,4)
Preço de gás natural MIBGAS ibérico (€/MWh)	20,9	24,4
Preço de gás natural TTF holandês (€/MWh)	17,3	23,0
Preço de GNL Japão/Coreia (\$/mmbtu)	7,1	9,8
Margem de refinação <i>benchmark</i> (\$/bbl)	4,2	2,5
Mercado <i>oil</i> ibérico (mt)	63,2	65,3
Mercado gás natural ibérico (mm <sup>3</sup> )	36.048	35.502

## Indicadores financeiros

€m (exceto indicação em contrário)

	2017	2018
Vendas e prestações de serviços RCA	15.202	17.182
Ebitda RCA	1.786	2.218
Ebitda IFRS	1.898	2.311
Ebit RCA	1.032	1.518
Ebit IFRS	1.114	1.629
Resultado líquido RCA atribuível aos acionistas da Galp Energia, SGPS, S.A.	577	707
Resultado líquido IFRS atribuível aos acionistas da Galp Energia, SGPS, S.A.	597	741
Investimento	948	899
Cash flow das atividades operacionais	1.565	1.594
Free cash flow após dividendos	142	142
Dívida líquida	1.886	1.737
Dívida líquida para Ebitda RCA	1,1x	0,8x
Dividendo por ação (€/ação)	0,5500	0,6325 <sup>1</sup>

<sup>1</sup> Dividendo relativo a 2018, a ser proposto pelo Conselho de Administração na Assembleia Geral.

1.4.

# Modelo de criação de valor

## Inputs

## Outputs

### Modelo de negócio

A Galp assume uma abordagem integrada de criação de valor sustentável, através da antecipação de riscos, maximização de oportunidades e criação de relações sólidas e duradouras com os stakeholders.

### Segmentos de negócio

#### Exploração & Produção

755 mmbœ Reservas 2P  
1.658 mmbœ Recursos contingentes 2C

50 projetos

6 países dos quais três core: Brasil, Moçambique e Angola

107 kboepd produção média WI

#### Refinação & Distribuição

330 kbpd capacidade refinação

1.459 estações de serviço

17,1 mt vendas de produtos petrolíferos

8,8 mt vendas a clientes diretos

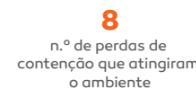
#### Gas & Power

0,6 milhões de clientes

173 MW capacidade cogeração

7,6 bcm vendas totais GN/GNL

5.191 GWh vendas totais de eletricidade



## 1.5.

# Abordagem à materialidade

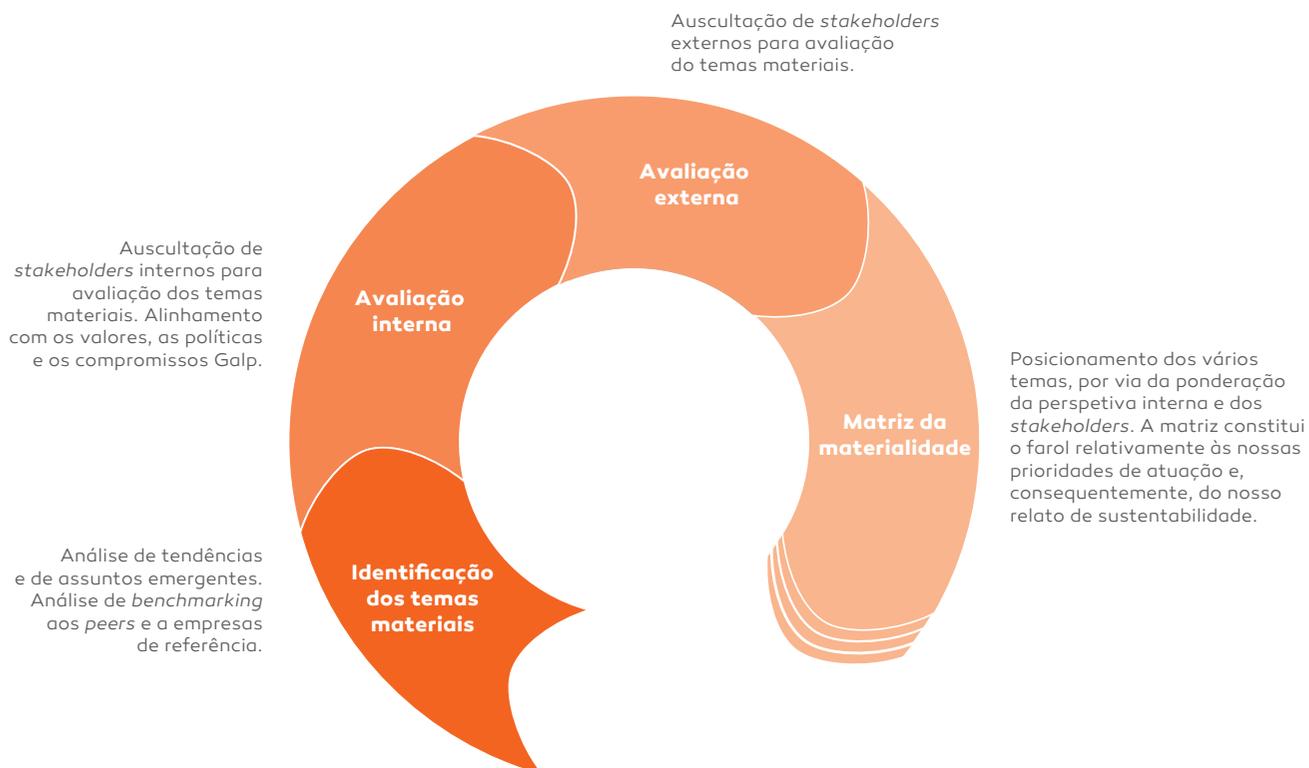
Na Galp, temos implementado um conjunto de processos que asseguram a identificação e a priorização dos temas materiais de sustentabilidade. Estes processos permitem-nos fazer uma revisão contínua dos temas materiais na capacidade de gerar valor para a Organização e para os *stakeholders*.

## Materialidade

Os temas/aspetos materiais são aqueles que podem ser considerados importantes por refletirem os impactos económicos, ambientais e sociais significativos da organização ou influenciarem, substancialmente, as avaliações e decisões dos *stakeholders*. A materialidade é o limiar a partir do qual os tópicos se tornam suficientemente expressivos para serem reportados.

Fonte: Global Reporting Initiative

**Este processo de análise de materialidade inclui a realização de quatro grandes etapas:**



A identificação dos temas materiais é realizada através de um processo abrangente de análise de materialidade, revisto de forma sistemática, usando como referência:

- a Global Reporting Initiative;
- o 5-Part Materiality Test, proposto pela AccountAbility, pelo United Nations Environment Programme e pela Stakeholder Research Associates.

A utilização desta abordagem orienta-nos na compreensão dos principais desafios que enfrentamos e que afetam a capacidade da nossa Organização na criação de valor a longo prazo.

As metodologias identificadas estão, desta forma, na base da construção da nossa matriz de materialidade, revista em 2017, que prioriza os aspetos mais relevantes para o nosso negócio e para os nossos stakeholders.

### Matriz de materialidade



Nota: de acordo com as melhores práticas, a Galp reporta apenas os temas identificados como materiais, pelo que a ilustração acima reflete o quadrante superior direito da matriz de materialidade.

## 1.6.

# O nosso contributo para o desenvolvimento sustentável



A Galp está comprometida com os 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas, contribuindo diretamente para a concretização dos ODS mais materiais, no âmbito da sua atividade, e monitorizando o seu impacto na sociedade.

## ODS materiais

### 7. Energias renováveis e acessíveis:

Estamos focados em desenvolver novas soluções e oportunidades de negócio sustentadas por um portefólio de fontes de energia renovável competitivo e diferenciado.

- **23.948 t** de biodiesel produzido
- **293.451 MWh** de energia renovável produzida em 2018
- **55,7%** da eletricidade comercializada de origem renovável

### 8. Trabalho digno e crescimento económico:

Contribuímos para o desenvolvimento dos países onde estamos presentes, promovendo o bem-estar das populações.

- **98%** de contratação local
- **10%** de colaboradores com menos de 30 anos
- **93%** de colaboradores abrangidos por seguro de saúde

### 9. Indústria, Inovação e Infraestruturas:

Promovemos a inovação e o desenvolvimento tecnológico, bem como a criação de infraestruturas sustentáveis, resilientes e acessíveis a todos.

- **Mais de €90 m** de investimento em I&D planeado até 2021
- **€12,6 m** investidos em I&D no E&P em 2018
- Parceira da Heriot-Watt University

### 12. Produção e consumo sustentáveis:

Garantimos o acesso a energia sustentável, oferecemos soluções de energia aos nossos clientes e promovemos a eficiência do seu consumo.

- **€13,5 m** investidos em projetos de ecoeficiência na refinação em 2018
- Consumiremos apenas eletricidade 100% renovável nas nossas operações em Portugal em 2021
- **18%** de água reutilizada na refinação

### 13. Ação climática:

Participamos de forma ativa e transparente nas iniciativas globais de resposta às alterações climáticas.

- Subscritora da iniciativa Task-force on Climate-related Financial Disclosures (TCFD)
- Subscritora da iniciativa de Zero Routine Flaring
- **71.365 tCO<sub>2</sub>e** de emissões evitadas através de energia renovável e soluções de energia

### 17. Parcerias para a implementação dos objetivos:

Envolvemos a comunidade e demais partes interessadas, promovendo a criação de valor partilhado.

- Membro do Business Council for Sustainable Development Portugal
- Subscritora dos Voluntary Principles on Security and Human Rights
- Compromisso com os dez princípios universais do United Nation Global Compact

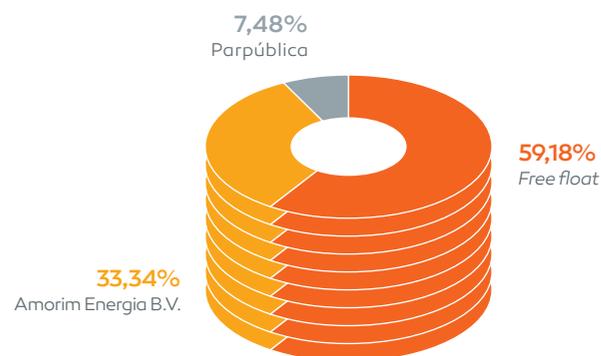
## 1.7.

# A Galp no mercado de capitais

### Informação ao acionista

O capital social da Galp é composto por 829.250.635 ações ordinárias, estando 93% das mesmas listadas na Euronext Lisbon. As restantes ações são detidas indiretamente pelo Estado português através da Parpública – Participações Públicas, SGPS, S.A. (Parpública). Todas as ações conferem os mesmos direitos de voto e económicos.

### Estrutura acionista a 31 de dezembro de 2018



Para mais informações sobre a estrutura acionista, consulte a Secção 7. Governo societário, Parte I, A.II ou o nosso website.

### Distribuição do capital social

No final de 2018, cerca de 80% do *free float*, ou seja, o correspondente a 47% da base acionista total, era detido por investidores institucionais de 37 países em cinco continentes. Os investidores institucionais situados fora da Europa representavam 36% do *free float*, estando a base mais representativa situada na América do Norte. Os investidores particulares representam cerca de 2% do capital social da Galp.

### Desempenho da ação Galp

No final do ano de 2018, a Galp tinha uma capitalização bolsista de cerca de €11,4 mil milhões (bn), representando uma desvalorização de 10% desde o final de 2017. O retorno total para o acionista (TSR) durante o ano, considerando a desvalorização da ação e os dividendos distribuídos, foi de -7%.

### Comparação da TSR da Galp com parâmetros de referência em 2018



Fonte: Bloomberg  
<sup>1</sup>Eni, OMV, Repsol, Total; igualmente ponderado

Durante 2018, o desempenho da ação Galp ficou aquém do SXEP (o índice europeu para o sector de Oil & Gas), que fechou o ano com uma desvalorização de c.5%.

### Comparação da cotação da ação Galp com parâmetros de referência em 2018



Durante 2018, foram transacionadas 356 milhões de ações no mercado regulamentado (Euronext Lisbon), correspondente a 73% do *free float* da Galp. Considerando as transações realizadas em mercados regulamentados e não regulamentados, e de acordo com a melhor informação disponível, o total de ações transacionadas ascendeu a c.1,4 bn, ou 2,8x o *free float* (uma média diária de 5,3 milhões de ações).

Durante 2018, a ação da Galp atingiu uma cotação máxima de €17,995 no dia 7 de agosto, tendo a cotação mínima de €13,330 sido registada no dia 21 de dezembro.

### Acompanhamento da ação pelos analistas

A 31 de dezembro de 2018, o preço-alvo médio dos 23 analistas que cobriam a ação Galp era de €17,08, com 35% dos analistas a recomendarem a compra da ação, 48% a recomendarem a sua manutenção e 17% a recomendarem a venda.

A evolução das recomendações e preços-alvo emitidos pelas diversas instituições pode ser acompanhada no nosso *website*.

### Distribuição de dividendos

A Galp continuará a assegurar que detém o capital necessário à execução do programa de investimentos previsto, fundamental para o sucesso da nossa execução estratégica. A distribuição de dividendos depende da geração de *cash flow* e oportunidades de reinvestimento geradoras de valor acrescido, pressupondo a manutenção da estrita disciplina financeira.

### Proposta de dividendo para 2018

Considerando a geração de *cash flow* em 2018 e a solidez da estrutura de capital da Empresa, o Conselho de Administração irá propor à Assembleia Geral, que se realizará em abril de 2019, um dividendo relativo a 2018 de €0,6325 por ação, correspondente a um aumento de 15% sobre o dividendo do ano anterior.

Em agosto de 2018, foi aprovado pelo Conselho de Administração um dividendo intercalar no montante de €0,275 por ação.

Com base na cotação a 31 de dezembro de 2018 (€13,795), a *dividend yield* implícita da ação Galp foi de 5%.

### Dividendo e resultado líquido RCA por ação<sup>1</sup> (€/ação)



## Participação na Assembleia Geral de Acionistas

A Assembleia Geral anual de acionistas da Galp decorreu a 15 de maio de 2018 e teve como principais pontos na ordem de trabalhos a aprovação do Relatório e Contas relativo ao exercício de 2017, a decisão sobre a proposta de aplicação de resultados desse ano e a apreciação geral dos membros dos órgãos sociais da Empresa.

Participaram presencialmente ou representados 176 acionistas na Assembleia Geral, em representação de 78,86% do capital social da Empresa. Todas as propostas submetidas à deliberação da Assembleia Geral foram aprovadas.

## Informação ao obrigacionista

Ao abrigo do programa Euro Medium Term Note (EMTN), a Empresa já emitiu um total de €1,5 bn de dívida. Este programa insere-se na estratégia de financiamento da Galp, que visa a diversificação das fontes de financiamento e a extensão da maturidade média da dívida.

A primeira emissão no montante de €500 m foi reembolsada em janeiro de 2019, a partir da posição de caixa disponível da Empresa.

### Emissão de dívida ao abrigo do programa EMTN

Denominação	ISIN	Data de emissão	Maturidade	Montante	Cupão	Yield no final do ano (%)	Var. desde pricing (bp)
Galp 4,125% 01.2019	PTGALIOE0009	25-11-2013	25-01-2019	€500 m	4,125%	-3,12	-737,30
Galp 3,000% 01.2021	PTGALJOE0008	14-07-2014	14-01-2021	€500 m	3,000%	1,31	-181,80
Galp 1,000% 02.2023	PTGALLOM0004	15-11-2017	15-02-2023	€500 m	1,000%	1,94	88,30

página intencionalmente deixada em branco

2.

## Enquadramento estratégico





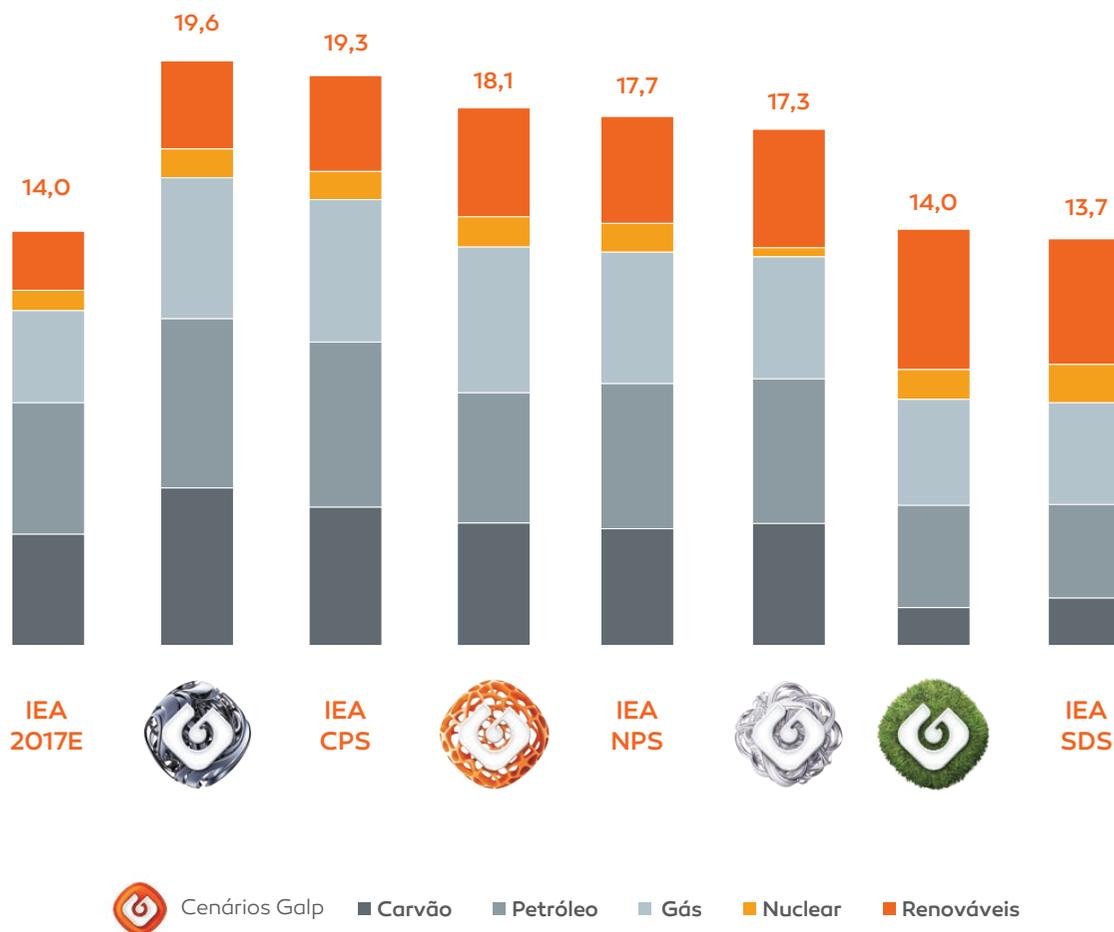
## 2.1.

# Desafiamos a nossa estratégia face a múltiplos futuros

Num mundo marcado por uma complexidade crescente, forte volatilidade e incerteza, estamos a trabalhar no sentido de garantir a sustentabilidade da Galp, testando a resiliência da nossa estratégia a diversos cenários. Apresentamos quatro cenários contrastantes, com diferentes níveis de disrupção tecnológica e de regulação, que consideramos refletirem as incertezas críticas para o sector energético.



### Mix do total da procura de energia primária em 2040 por cenário (bn toe)



## A tecnologia é o pilar de uma sociedade complexa e centrada em si mesma



A aceleração tecnológica continuada criou ondas de choque a nível político e social que conduziram à fragmentação da sociedade e ao reforço de hierarquias e mecanismos de poder mais informais. Com a maioria da população mundial a viver em centros urbanos, as grandes metrópoles transformaram-se em novas cidades-estado, enquanto as áreas rurais se encontram praticamente desertas. Este novo enquadramento impede a formação de um consenso político global e as preocupações ambientais são sobretudo resolvidas localmente através do combate à poluição nas grandes zonas urbanas.

Os decisores públicos, incapazes de acompanhar o dinamismo da sociedade, abdicaram muitas vezes do seu histórico papel regulador, deixando de existir uma monitorização integrada dos equilíbrios de mercado. O transporte urbano é assegurado maioritariamente por agentes privados, que oferecem aos clientes as mais variadas alternativas de transporte coletivo e individual, que vão desde os *hoverboards* aos drones. Quase todas estas soluções são elétricas, com os *wireless hyperchargers* e as superbaterias a tornarem o processo de carregamento quase perfeito.

O mundo vive um processo de contínua digitalização e conseqüente desmaterialização, com ferramentas como o «*blockchain*», a «*internet of things*» e «*impressão 3D*» cada vez mais acessíveis, o que ao nível do consumo final de energia resulta numa maior procura da eletricidade.

A movimentação global de pessoas foi influenciada pela realidade virtual e aumentada, que veio substituir uma parte relevante das reuniões e formações presenciais e de idas a congressos e seminários, tendo inclusive dado origem a um nicho de mercado para turismo virtual. O trabalho à distância também aumentou, permitindo a muitos trabalhadores deslocarem-se apenas pontualmente às instalações do seu empregador, tornando os espaços corporativos significativamente mais pequenos.

A maioria dos bens – nas casas, nos carros, na roupa e até nos alimentos – têm algum tipo de geração de dados, o que provoca uma explosão dos fluxos de informação e do consumo de energia associado. A acentuada redução do custo das fontes renováveis de energia, em conjunto com soluções de armazenagem de larga escala, favoreceu a proliferação destas alternativas e a multiplicação de sistemas *off-grid*, com muitos edifícios, bairros e fábricas a tornarem-se energeticamente independentes. Este movimento conduz ao subfinanciamento das redes elétricas públicas e dá origem a um sistema elétrico menos ordenado e mais descentralizado.

## A falta de orientações políticas e a desaceleração tecnológica afastam o mundo dos objetivos de sustentabilidade



As emissões reais de gases com efeito de estufa ultrapassaram consideravelmente os limites globais e os líderes mundiais não conseguem alcançar um novo consenso na política ambiental.

As economias emergentes continuaram a insistir no seu próprio direito a promover o crescimento aproveitando fontes de energia abundantes e baratas, ao passo que os países desenvolvidos implementaram medidas protecionistas e limitaram os fluxos migratórios para combater o desemprego de longa duração e a instabilidade social.

A tensão geopolítica aumenta, com conflitos regionais a dificultarem o investimento em infraestruturas e a desejada integração dos sistemas energéticos transnacionais.

A procura mundial de energia continuou assente em tecnologias convencionais e recursos fósseis, não sendo possível reduzir de forma significativa a intensidade energética. A poluição atmosférica é um dos principais problemas enfrentados pelos grandes centros urbanos, mas não ocorrem alterações estruturais que permitam uma redução substancial das emissões. Muitas cidades estabelecem restrições à circulação automóvel, não apenas por questões ambientais mas também de congestionamento, fomentando o aparecimento de várias soluções de *car-sharing* e *ride-hailing*, que acabam por substituir parcialmente os transportes públicos. Os veículos elétricos não conseguem ser considerados como alternativa, pois as cidades carecem de pontos de carregamento e as baterias não apresentam autonomia suficiente para enfrentar as filas de trânsito urbanas.

Várias nações com recursos não convencionais de petróleo e gás criaram fortes indústrias locais, dificultando a decisão política de eliminação das fontes de origem fóssil. Devido à falta de desenvolvimento tecnológico e a políticas desadequadas, as energias renováveis não se conseguem tornar verdadeiramente competitivas e permanecem como solução de nicho em países desenvolvidos.

## As políticas públicas adequadas ajudam a promover uma sociedade sustentável do ponto de vista ambiental sem prejudicar o bem-estar pessoal



Políticos, empresários e académicos das mais variadas origens têm trabalhado em conjunto ao longo das últimas décadas no desenvolvimento de um programa global de eliminação dos combustíveis fósseis até final do século. Políticas públicas apropriadas aprovadas através de um forte empreendedorismo tecnológico aumentaram significativamente a quota de energias renováveis no *mix* energético, atenuando dessa forma o impacto ambiental dos combustíveis fósseis.

O termo «*Sustech*», que combina Sustentabilidade e Tecnologia, foi considerado a palavra do ano, representando simbolicamente o novo paradigma global de um mundo mais equilibrado.

O advento de soluções de produção à medida nas chamadas «fábricas de tudo», fruto de avanços tecnológicos em robótica, materiais e inteligência artificial, permite aproximar a produção de bens dos centros de consumo, reduzindo a pegada energética do fluxo global de mercadorias. Também a indústria alimentar sofreu alterações estruturais, redirecionando-se para produtos

energicamente menos intensivos, fruto de alterações comportamentais e de progressos na área da manipulação genética. O melhor exemplo desta mudança foi o forte crescimento da indústria hidropónica, que permite a produção de alimentos no interior das zonas urbanas.

O grande investimento público na modernização das infraestruturas rodoviárias acelerou a transição para os veículos autónomos, reduzindo gradualmente o número de veículos tripulados. Esta revolução reduziu a sinistralidade rodoviária e contribuiu positivamente para a economia através da produtividade adicional do aumento da esperança de vida e da poupança em cuidados de saúde e reparação de veículos.

A generalização da utilização de veículos autónomos aliada à disponibilidade de múltiplas soluções de gestão de mobilidade alterou também o paradigma da propriedade do transporte. A maioria das pessoas nas zonas urbanas solicita meios de transporte à medida das suas necessidades, não se preocupando com a gestão operacional dos mesmos, a qual está a cargo de empresas especializadas.

Este cenário está alinhado com o *Sustainability Development Scenario* da IEA.

## Num mundo com avanços tecnológicos limitados, são implementadas sucessivas medidas regulatórias para tentar cumprir com os objetivos ambientais



O compromisso coletivo assumido pelas principais nações no sentido de estabelecer limites de emissão de gases com efeito de estufa até ao final do século foi sendo renovado ano após ano pelos responsáveis políticos e transposto para a regulação de cada país. Não tendo ocorrido inovações tecnológicas que acelerassem a transição energética, a substituição dos combustíveis fósseis – sobretudo do carvão e do petróleo – foi sendo conseguida através de camadas adicionais de políticas públicas, nomeadamente com a implementação de quotas e preços de CO<sub>2</sub> e com forte investimento em soluções de eficiência energética. O gás natural e a energia nuclear

assumiram um papel de charneira na substituição do carvão como principal fonte de energia primária para a produção de eletricidade, em virtude dos poucos avanços no desenvolvimento da tecnologia de baterias.

Na maioria dos países, um forte investimento público deu azo a um reforço dos serviços de transporte coletivo e o planeamento urbano promove soluções de micro mobilidade, restringindo o uso de viaturas próprias.

A mobilidade urbana é maioritariamente realizada em veículos elétricos, em virtude das proibições ou fortes limitações à utilização de veículos de combustão interna nas cidades, embora a baixa autonomia das baterias das viaturas impeça que sejam uma verdadeira alternativa para trajetos de longa duração, ou um substituto para os veículos pesados, nos quais o hidrogénio compete com o gás natural na substituição do gasóleo. Com as fortes limitações à utilização de fuelóleo, o GNL tornou-se o principal combustível para transporte marítimo.

O combustível para aviação viu o seu preço significativamente agravado por taxas de CO<sub>2</sub> e obrigações de incorporação de biocombustíveis. O transporte ferroviário ganha relevância enquanto alternativa, com vários projetos de alta velocidade a substituírem o transporte aéreo para ligações regionais.

## 2.2.

# A nossa estratégia

Trabalhamos para garantir que os negócios da Galp sejam sustentáveis, estando a nossa estratégia focada em garantir a resiliência e a agilidade da Organização e prepará-la para um mundo complexo e dinâmico.

A estratégia da Galp inclui o desenvolvimento de um portefólio de *upstream* diversificado, integrado com um negócio de *downstream* eficiente e competitivo, em permanente adaptação às necessidades dos nossos clientes, e assente em soluções inovadoras e diferenciadoras que promovam a transição gradual para uma economia de baixo carbono.

Esta estratégia está suportada numa capacidade financeira sólida, numa cultura organizacional centrada no cliente e em parcerias fortes. Continuaremos a capacitar as nossas pessoas e a construir um ambiente corporativo mais ágil, inovador e tecnologicamente evoluído, a fim de enfrentar os desafios e as dinâmicas do sector energético num contexto de elevada incerteza e complexidade.

### Upstream

No *upstream*, a Galp continua a garantir a competitividade do seu portefólio de E&P. A estratégia está assente no desenvolvimento do nosso portefólio atual, extraindo mais valor deste, e na identificação de novas oportunidades em geografias onde exista uma vantagem competitiva ou um ângulo estratégico. Isto assegurará a competitividade da nossa produção futura e uma exposição equilibrada ao gás.

### Downstream

Na cadeia de valor do petróleo, a Galp estará focada no aumento da eficiência e conversão do seu aparelho refinador. A Empresa prosseguirá também na otimização da sua rede de distribuição na Península Ibérica e procurará desenvolver os seus polos em África, expandindo as respetivas áreas de influência.

A Galp pretende também crescer como comercializadora de gás e desenvolver novos mercados para o seu gás, tirando partido das oportunidades existentes nos mercados energéticos globais.

Estamos igualmente focados em adaptarmo-nos aos padrões de consumo em evolução, no seio de uma economia aberta, digital e de partilha. Num mundo em que as necessidades dos consumidores estão em constante progressão, as novas soluções têm de conseguir adaptar-se às dinâmicas de mercado em constante mudança.

### Transição energética

A Galp ambiciona ter um papel ativo na adaptação do seu portefólio às necessidades futuras, sempre que possível criando sinergias com as atividades existentes; na diversificação dos seus ativos e na redução gradual da sua intensidade carbónica.

Reconhecemos que soluções novas e inovadoras potenciarão alterações estruturais no consumo de energia, as quais se tornarão gradualmente mais sustentáveis, a nível económico, ambiental e social. Assim sendo, testámos a nossa estratégia num cenário de rápida mudança no *mix* energético mundial, compatível com a ambição global de reduzir o aumento das emissões de gases com efeito de estufa.

Apesar de mantermos o petróleo e o gás natural no centro da nossa estratégia, iremos desenvolver novas soluções e explorar oportunidades de negócio sustentadas por fontes de energia de baixo carbono, onde esperamos alocar 5-15% do nosso capital. A eletrificação é uma das principais tendências no sector energético e pretendemos apoiar a nossa oferta de venda de eletricidade com o fornecimento de energia renovável. Entre várias opções, destacamos a solar, que provou ser uma solução cada vez mais competitiva e flexível tanto para os clientes como para as empresas de energia.

## Inovação e novos modelos de negócio

A transformação digital em curso criou as condições para que produtos e serviços inovadores substituam as alternativas anteriores, com claros benefícios para a sociedade. Soluções no campo da mobilidade, da geração descentralizada de energia ou da gestão inteligente de edifícios e cidades influenciaram o sector energético, permitindo ganhos significativos ao nível da eficiência energética e mais opções para os consumidores.

A Galp quer identificar, em qualquer momento, a melhor solução disponível para os seus clientes. Continuará, por isso, a sua transição para uma organização centrada no cliente, com as competências para antecipar e suprir as suas necessidades.

As novas tecnologias também permitiram ganhos significativos, através da introdução de novos processos e da automatização de atividades industriais. As soluções de inteligência artificial permitiram-nos melhorar a interpretação sísmica na exploração de petróleo e gás, acelerando a criação de modelos geológicos melhorados, a avaliação de risco de novos prospectos e a colocação ideal de novos poços de petróleo. Nas nossas refinarias, temos implementado um extenso programa de automatização e digitalização, melhorando o nosso desempenho geral e competitividade.

Continuaremos a investir em inovação, investigação e desenvolvimento tecnológico, os quais são cruciais para a contínua extração de valor dos nossos ativos e para a criação de novos modelos de negócio, promovendo a sustentabilidade da Empresa e das comunidades em que opera.

3.

# Execução estratégica

A photograph of a modern, brightly lit interior space, likely a transit hub or a corporate lobby. The ceiling is a complex, geometric structure with a perforated metal mesh and recessed linear lighting. A large, curved staircase with a glass railing leads down from the right. A person in a dark jacket and orange pants is walking on the stairs. The word "Agility" is overlaid in large, bold, orange letters across the center of the image.

Agility



## 3.1.

# Exploração & Produção

## Destaques de 2018

- A produção *working interest* (WI) foi de 107,3 kboepd, um crescimento de 15% face a 2017, devido ao contínuo desenvolvimento do projeto Lula, no Brasil.
- Entrada em operação da FPSO #8, na área de Lula Extremo Sul, e entrada em operação da FPSO #9 em Lula Norte em fevereiro de 2019, a marcarem a conclusão da primeira fase de desenvolvimento dos projetos Lula e Iracema.
- Execução de um *extended well test* (EWT) na área de Sururu do projeto de Iara e prossecução da campanha de desenvolvimento para o arranque do projeto.
- Início da campanha de avaliação no bloco Carcará Norte e perfuração do poço de exploração Guanxuma. Adicionalmente, foi realizado um *drill stem test* (DST) em Carcará Noroeste no bloco BM-S-8, onde a Galp acordou com a Equinor aumentar a sua participação para 20%.
- Aumento da exposição a ativos de águas ultraprofundas de elevado potencial no Brasil, com a aquisição de uma participação de 14% na licença Uirapuru, localizada na bacia de Santos, e a aquisição de uma participação de 20% no bloco C-M-791 na bacia de Campos.
- Início da produção da FPSO Kaombo Norte, a primeira unidade no bloco 32 em Angola. A FPSO que irá desenvolver a área de Kaombo Sul partiu de Singapura em direção à localização final.
- Submissão do plano de desenvolvimento para o projeto Rovuma LNG na Área 4, em Moçambique, um desenvolvimento fundamental para prosseguir um *mix* de portefólio de menor carbono. O projeto irá produzir, liquefazer e comercializar gás natural a partir dos grandes campos de Mamba.
- Conclusão bem-sucedida da campanha de aquisição sísmica 3D na licença PEL 82 na Namíbia e *farm-down* (venda) de uma participação de 40% na mesma licença para a ExxonMobil.
- As reservas 2P aumentaram 1% para os 755 mmboe no final do ano; os recursos contingentes 2C aumentaram 23% para os 1.658 mmboe.

## Principais indicadores

	2017	2018
N.º de colaboradores	240	238
Reservas 2P (mmboe)	748	755
Recursos 2C (mmboe)	1.352	1.658
Produção média <i>working interest</i> <sup>1</sup> (kboepd)	93,4	107,3
Produção média <i>net entitlement</i> <sup>1</sup> (kboepd)	91,5	105,9
Intensidade carbónica no E&P <sup>2</sup> (kgCO <sub>2</sub> e/boe)	9,4	8,9
Preço médio de venda de petróleo e gás natural (\$/boe)	47,6	62,6
Custos de produção (\$/boe)	8,2	8,2
DD&A <sup>3</sup> (\$/boe)	12,5	10,1
Ebitda RCA <sup>4</sup> (€m)	850	1.440
Ebit RCA (€m)	481	1.109
Investimento (€m)	792	622

Nota: valores unitários com base na produção *net entitlement*.

<sup>1</sup> Inclui produção de gás natural exportada; exclui gás natural consumido ou injetado.

<sup>2</sup> Considera 100% das emissões da produção de petróleo e gás de blocos operados e o *working interest* dos blocos não operados.

<sup>3</sup> Inclui provisões para abandono e exclui imparidades relacionadas com ativos exploratórios.

<sup>4</sup> Com efeitos a partir de 1 de janeiro de 2018, os custos com estudos de geologia e geofísica e gastos gerais e administrativos, principalmente relacionados com a atividade de exploração, passaram a ser considerados como custos operacionais do exercício em que ocorrem, deixando de ser capitalizados. Esta metodologia - Successful Efforts Method (SEM) - foi aplicada retrospectivamente e a informação comparativa de 2017 foi reexpressa.

PRODUÇÃO MÉDIA WI  
kboepd

107,3



PROJETOS  
DE E&P

50



RESERVAS 2P E RECURSOS 2C  
mmboe

2.413



## O nosso portefólio de E&P

O nosso portefólio é composto por 50 projetos em seis países, os quais se encontram em diferentes fases de exploração, desenvolvimento e produção. Temos participação em alguns dos maiores e mais produtivos desenvolvimentos do sector, sendo estes na sua maioria projetos *offshore*, onde a Galp tem vindo a adquirir uma vasta experiência.

### Portefólio de projetos E&P ao final de 2018

País	Bloco(s)	Bacia	Tipo	# Projetos	Principais projetos	Fase	Parceiros
Brasil (via Petrogal Brasil)	BM-S-11	Santos	Águas ultraprofundas	2	Lula Iracema	Desenvolvimento & Produção	Galp 10% Petrobras 65%* Shell 25%
	BM-S-11A	Santos	Águas ultraprofundas	3	Iara	Avaliação & Desenvolvimento	Galp 10% Petrobras 42,5%* Shell 25% Total 22,5%
	BM-S-8	Santos	Águas ultraprofundas	2	Carcará Guanxuma	Exploração & Avaliação	Galp 20% <sup>1</sup> Equinor 40% <sup>1</sup> ExxonMobil 40% <sup>1</sup>
	Norte de Carcará	Santos	Águas ultraprofundas	1	Carcará	Exploração & Avaliação	Galp 20% Equinor 40%* ExxonMobil 40%
	Uirapuru	Santos	Águas ultraprofundas	1	Uirapuru	Exploração	Galp 14% Petrobras 30%* Equinor 28% ExxonMobil 28%
	BM-S-24	Santos	Águas ultraprofundas	2	Sépie Leste Júpiter	Exploração, Avaliação & Desenvolvimento	Galp 20% Petrobras 80%*
	C-M-791	Campos	Águas ultraprofundas	1	C-M-791	Exploração	Galp 20% Shell 40%* Chevron 40%
	POT-T-480/479/436	Potiguar	Onshore	1	Sanhaçu	Produção	Galp 50% Petrobras 50%*
	SEAL-T-412/429	Sergipe-Alagoas	Onshore	1	Rabo Branco	Produção	Galp 50%* Petrobras 50%
	BM-POT 16	Potiguar	Águas rasas a ultraprofundas	2		Exploração	Galp 20% Petrobras 30%* BP 30% IBV 20%
BM-POT 17	Potiguar	Águas rasas a ultraprofundas	3		Exploração & Avaliação	Galp 20% Petrobras 40%* BP 40%	
BM-PEPB-783/839	Pernambuco-Paraíba	Águas profundas a ultraprofundas	2		Exploração	Galp 20% Petrobras 80%*	
Brasil	POT-M-764	Potiguar	Águas ultraprofundas	1		Exploração	Galp 20% Petrobras 40%* BP 40%
	BAR-M-300/342/344/388	Barreirinhas	Águas rasas a profundas	4		Exploração	Galp 10% Shell 50%* Petrobras 40%
	PN-T-182/136	Parnaíba	Onshore	2		Exploração	Galp 50%* Petrobras 50%
	PN-T-166/150	Parnaíba	Onshore	2		Exploração	Galp 50% Petrobras 50%*
Angola	Bloco 14	Lower Congo	Águas rasas a ultraprofundas	8	BBLT TL Kuito	Desenvolvimento & Produção	Galp 9% Chevron 31%* Sonangal 20% Eni 20% Total 20%
	Bloco 14k	Lower Congo	Águas rasas a ultraprofundas	1	Lianzi	Desenvolvimento & Produção	Galp 4,5% Chevron 31,25%* Total 36,75% Sonangal 10% Eni 10% SNPC 7,5%
	Bloco 32	Lower Congo	Águas ultraprofundas	2	Kaombo	Desenvolvimento & Produção	Galp 5% Total 30%* Sonangal 30% China Sonangal 20% ExxonMobil 15%
Moçambique	Área 4	Rovuma	Águas ultraprofundas	2	Coral Sul FLNG Rovuma LNG	Desenvolvimento	Galp 10% Eni 25%* (ind. via MRV) ExxonMobil 25%* (ind. via MRV) CNPC 20% (ind. via MRV) Kogas 10% ENH 10%
Namíbia	PEL 82	Walvis	Águas rasas a ultraprofundas	1		Exploração	Galp 40%* ExxonMobil 40% NAMCOR 10% Custos 10%
	PEL 83	Orange	Águas rasas a ultraprofundas	1		Exploração	Galp 80%* NAMCOR 10% Custos 10%
S. Tomé e Príncipe	Bloco 5	Rio Muni	Águas ultraprofundas	1		Exploração	Galp 20% Kosmos 45%* Equator 20% ANP 15%
	Bloco 6	Rio Muni	Águas ultraprofundas	1		Exploração	Galp 45%* Kosmos 45% ANP 10%
	Bloco 11	Rio Muni	Águas ultraprofundas	1		Exploração	Galp 20% Kosmos 65%* ANP 15%
	Bloco 12	Rio Muni	Águas ultraprofundas	1		Exploração	Galp 20% Kosmos 45%* Equator 22,5% ANP 12,5%
Timor Leste	Bloco E		Águas rasas a ultraprofundas	1		Exploração	Galp 10% Eni 80%* Kogas 10%

\* Operador

<sup>1</sup> Sujeito à conclusão do negócio

## Evolução das reservas e dos recursos

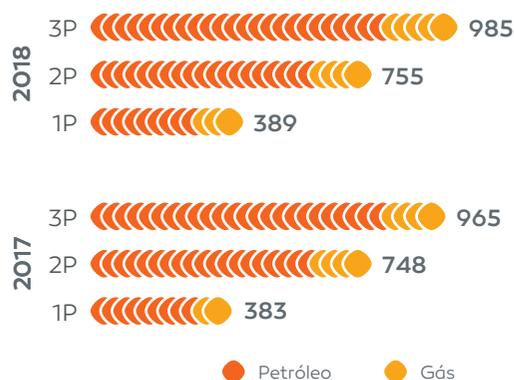
Em 2018, as reservas provadas e prováveis (2P) aumentaram 1% face ao final do ano anterior, para 755 mmbœ, uma vez que as revisões em alta no Brasil, nomeadamente nos blocos BM-S-11/BM-S-11A, mais do que compensaram a produção durante o ano. As reservas de gás natural aumentaram e representavam 21% das reservas 2P totais.

Os recursos contingentes 2C aumentaram 23% face ao período homólogo (YoY) para 1.658 mmbœ, refletindo sobretudo a revisão da solução considerada para o desenvolvimento do projeto Rovuma LNG, em Moçambique, e as adições no bloco BM-S-8, no Brasil, após o aumento da participação da Galp para 20%. Os recursos de gás natural aumentaram 49% YoY e representavam 51% do total.

Os recursos prospetivos numa base *risked* situaram-se nos 623 mmbœ no final do ano, um aumento de 57 mmbœ YoY, refletindo sobretudo as adições relativas à aquisição de participações no Brasil, o que compensou o decréscimo por transferência de recursos prospetivos para contingentes das novas descobertas realizadas no Brasil bem como pela devolução de áreas em Portugal durante o período.

As reservas e os recursos da Galp foram sujeitos a uma avaliação independente pela DeGolyer and MacNaughton (DeMac).

### Reservas (mmbœ)

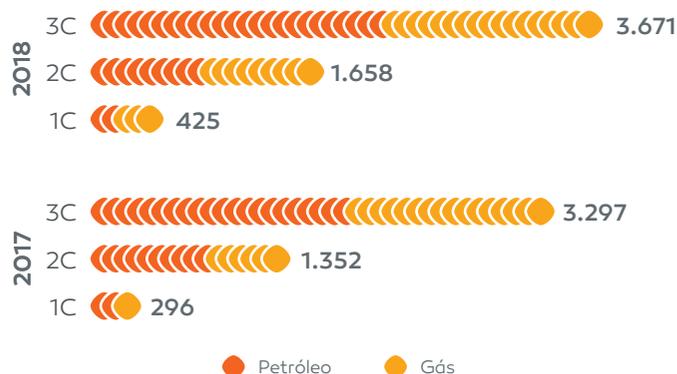


### Recursos prospetivos (mmbœ)



**Nota:** Reservas numa base *net entitlement*. Recursos contingentes e recursos prospetivos numa base *working interest*.

### Recursos contingentes (mmbœ)



## Visão geral da produção em 2018

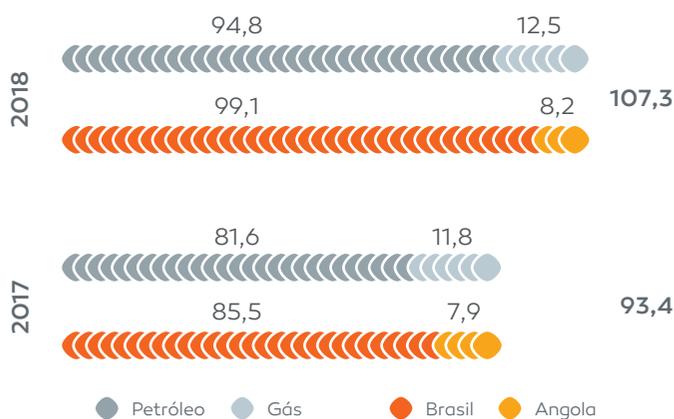
Durante o ano de 2018, a produção média WI alcançou os 107,3 kboepd, o que representa um aumento de 15% face à produção do ano anterior, refletindo o aumento da produção proveniente do Brasil, mas também de Angola. O petróleo continua a representar a maior parte da nossa produção, com o gás a representar 12% da mesma, principalmente devido ao gás associado dos nossos projetos no Brasil.

No Brasil, a produção WI foi de 99,1 kboepd, um aumento de 16% face ao período homólogo, para o qual contribuiu o desenvolvimento dos projetos Lula e Iracema, nomeadamente o *ramp-up* da FPSO #7 na área de Lula Sul, que atingiu o *plateau* de produção apenas 11 meses após o início de produção. Importa ainda destacar o início de operações da segunda unidade replicante (FPSO #8), em outubro.

Em Angola, a produção WI foi de 8,2 kbpd, um aumento de 4% YoY, no seguimento do início de operações da primeira FPSO no projeto Kaombo, no bloco 32. Esta FPSO, que se encontra atualmente a desenvolver a área de Kaombo Norte, iniciou produção em julho e a sua contribuição mais do que compensou o declínio natural dos campos em produção no bloco 14.

Numa base *net entitlement*, a produção aumentou 16% face a 2017, para 105,9 kboepd.

### Produção *working interest* (kboepd)



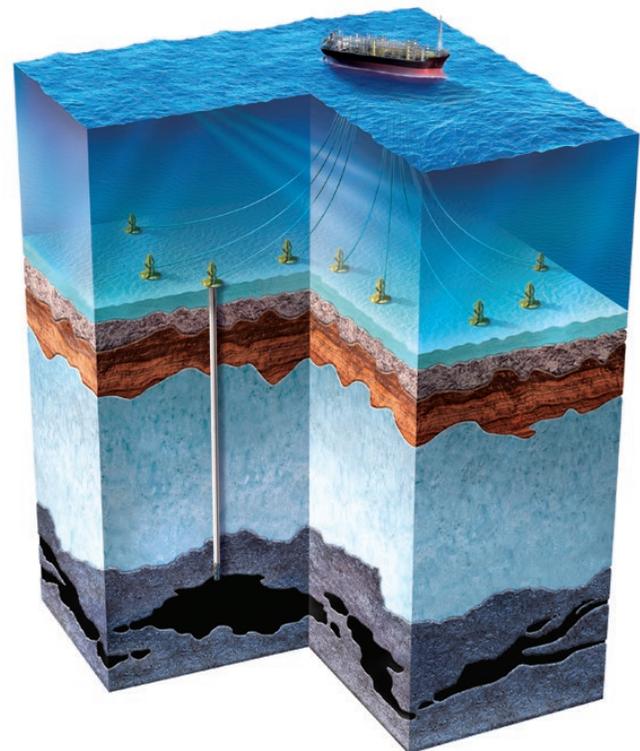
## Atividades de desenvolvimento

Os projetos mais significativos da Galp incluem o desenvolvimento de uma das maiores descobertas de petróleo nas últimas décadas no pré-sal da bacia de Santos no Brasil, e uma das maiores descobertas de gás na bacia do Rovuma, em Moçambique.

### Brasil

Considerada uma referência no sector, a província do pré-sal brasileiro compreende grandes acumulações de petróleo de excelente qualidade. A Galp está presente nesta província desde a exploração e avaliação das primeiras descobertas na região e, desde então, tem estado exposta a várias das suas principais descobertas e desenvolvimentos.

### Desenvolvimento do projeto no pré-sal



Hoje, através da subsidiária brasileira Petrogal Brasil, a Galp é a terceira maior produtora do país, tendo ultrapassado a marca de 100 kboepd em 2018, e continuando a crescer rapidamente com base em desenvolvimentos de ativos de elevada qualidade.

## Lula e Iracema

Localizados no pré-sal da bacia de Santos, os campos de Lula e Iracema estão entre as maiores e mais produtivas descobertas de petróleo em águas profundas do mundo.

### Unidades em Lula e Iracema

Unidade	Designação	Localização	Capacidade Petróleo   Gás natural	Início de produção	Ramp-up
FPSO #1	Cidade de Angra dos Reis	Lula Piloto	100 kbpd   5 mm <sup>3</sup> /d	Out. 2010	19 meses
FPSO #2	Cidade de Paraty	Lula Nordeste	120 kbpd   5 mm <sup>3</sup> /d	Jun. 2013	15 meses
FPSO #3	Cidade de Mangaratiba	Iracema Sul	150 kbpd   8 mm <sup>3</sup> /d	Out. 2014	13 meses
FPSO #4	Cidade de Itaguaí	Iracema Norte	150 kbpd   8 mm <sup>3</sup> /d	Jul. 2015	13 meses
FPSO #5	Cidade de Maricá	Lula Alto	150 kbpd   6 mm <sup>3</sup> /d	Fev. 2016	10 meses
FPSO #6	Cidade de Saquarema	Lula Central	150 kbpd   6 mm <sup>3</sup> /d	Jul. 2016	11 meses
FPSO #7	P-66	Lula Sul	150 kbpd   6 mm <sup>3</sup> /d	Mai. 2017	11 meses
FPSO #8	P-69	Lula Extremo Sul	150 kbpd   6 mm <sup>3</sup> /d	Out. 2018	Em curso
FPSO #9	P-67	Lula Norte	150 kbpd   6 mm <sup>3</sup> /d	Fev. 2019	Em curso

Em 2018, o consórcio para o desenvolvimento dos campos de Lula e Iracema permaneceu focado na execução do plano de desenvolvimento, com a alocação de uma unidade de produção adicional e o melhoramento da rede de infraestruturas de gás.

Lula e Iracema são, atualmente, os campos mais produtivos do pré-sal brasileiro, com uma capacidade instalada bruta de c. 1,3 mmbpd, através de nove unidades em produção, após a entrada em produção em 2018 da FPSO P-69 para desenvolver a área Lula Extremo Sul, e já em 2019, a FPSO P-67 localizada na área Lula Norte. Este marco assinala a conclusão da alocação das unidades de produção consideradas na primeira fase destes projetos de elevada qualidade.

As restantes sete unidades FPSO estão a produzir em *plateau*. Importa destacar o período de *plateau* de produção alcançado pelas duas primeiras unidades, que permanecem a este nível há seis e quatro anos nas áreas Lula Piloto e Lula Nordeste, respetivamente.

Em relação à campanha de perfuração, até ao final de 2018 foram perfurados 125 poços (68 produtores e 57 injetores), de cerca de 150 poços planeados.

Durante o ano, o consórcio realizou um EWT na área de Lula Oeste, através de um *tie-back* de longa distância à FPSO #1, que foi concluído em julho. Este EWT contribuiu para reduzir a incerteza em relação às estimativas de volume, para avaliar a conectividade de pressão entre a área de Lula Oeste e a restante do campo, bem como testar as condições operacionais relacionadas com os *tie-backs* de longa distância no campo. Os parceiros estão agora a proceder ao amadurecimento da solução de desenvolvimento final para a área.

A Galp e os seus parceiros estão empenhados em otimizar as suas operações, aproveitando a curva de aprendizagem para melhorar o desenvolvimento dos projetos Lula e Iracema e para aumentar a taxa de recuperação dos recursos descobertos.

## Grande lara

Composto por três diferentes acumulações, designadas como Berbigão, Sururu e Atapu, o projeto Grande lara encontra-se na área central do pré-sal na bacia de Santos.

O consórcio para o BM-S-11A está atualmente a executar o plano de desenvolvimento de lara, com a primeira FPSO a iniciar o desenvolvimento das áreas de Berbigão e Sururu prevista em 2019, e uma segunda unidade a ser alocada a Atapu em 2020.

Durante 2018, os parceiros prosseguiram com a campanha de avaliação para otimizar o conceito de desenvolvimento do projeto, reduzir a incerteza volumétrica e melhorar o conhecimento do reservatório.

Foi ainda realizado um EWT durante seis meses na área de Sururu Sudoeste através da FPSO Cidade de São Vicente. Além disso, um poço de avaliação perfurado em Sururu durante o período revelou a maior coluna de petróleo já encontrada na área do pré-sal da bacia de Santos, confirmando 530 metros de *net pay* de petróleo. O consórcio continua a avaliar as estimativas volumétricas, bem como a otimizar o plano de drenagem da primeira FPSO a ser alocada ao projeto.

A campanha de perfuração de lara está a prosseguir conforme planeado, tendo sido perfurados até ao final de 2018, oito poços produtores e dois poços injetores, do total de c.50 poços previstos. Espera-se que a campanha de perfuração e completação seja mais intensa no futuro, a fim de preparar o início da produção comercial nas diferentes áreas de lara.

Todas as três acumulações distintas que constituem o projeto lara estendem-se para além dos limites do bloco BM-S-11A e, por esse motivo, estarão sujeitas à unitização com as áreas circundantes. Em 2018, os membros do consórcio, juntamente com a Petrobras por parte da área da cessão onerosa, e a Pré-Sal Petróleo S.A. (PPSA), apresentaram à Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) três Acordos de Individualização da Produção (AIP) diferentes para o desenvolvimento do projeto Grande lara.

## Grande Carcará

Estendendo-se pelo bloco BM-S-8 e pelo bloco Carcará Norte, o projeto Grande Carcará é considerado um dos ativos mais promissores do polígono do pré-sal.

A descoberta de Carcará no bloco BM-S-8 estende-se para a área de Carcará Norte, a qual foi atribuída à Equinor, à ExxonMobil e à Galp, ao abrigo da 2.ª Rodada de Licitações de Partilha de Produção realizada pela ANP em 2017.

Após a adjudicação, os parceiros celebraram acordos para alinhar as participações nos dois blocos que juntos compõem a descoberta de Carcará, onde a Galp passará a deter uma participação de 20% no projeto, enquanto a Equinor, a operadora, e a ExxonMobil deterão uma participação de 40% cada. Este alinhamento permite uma forte parceria entre as duas licenças e abre o caminho para um desenvolvimento ótimo.

Durante o ano de 2018, as atividades relativas à descoberta de Carcará estiveram focadas na campanha de exploração e avaliação, tendo o consórcio realizado um DST no poço de Carcará Noroeste no bloco BM-S-8, que mais uma vez revelou excelente potencial de produtividade comercial, e permitiu ampliar o conhecimento das características do reservatório na área.

Em setembro, depois de receberem as aprovações regulatórias necessárias, os parceiros iniciaram a perfuração do Carcará Oeste, o primeiro poço localizado no bloco de Carcará Norte, onde também foi realizado um DST. Já em 2019, os parceiros iniciaram a perfuração do poço Carcará Este, também no bloco de Carcará Norte.

## Sépia Leste e Júpiter

O bloco BM-S-24, no pré-sal brasileiro, na bacia de Santos, incorpora tanto a área de Sépia Leste, como a grande descoberta de Júpiter.

A área de Sépia Leste inclui a extensão da descoberta de Sépia (cessão onerosa, 100% da Petrobras) para a concessão do BM-S-24.

A área de Sépia Leste será sujeita a unitização, tendo o AIP juntamente com um plano de desenvolvimento atualizado sido apresentado à ANP em 2018, com os parceiros do bloco BM-S-24 e a Petrobras atualmente a aguardar aprovação das autoridades brasileiras.

O início de produção do campo unitizado de Sépia/Sépie Leste está previsto para 2021, através de uma unidade com capacidade de 180 kbbl e 6 mm<sup>3</sup> de gás por dia, entretanto já contratada pela operadora Petrobras.

Em relação a Júpiter, os parceiros do bloco BM-S-24 deram continuidade aos estudos de desenvolvimento tecnológico.

### Projetos onshore

A Galp é o operador de dois campos *onshore* no Brasil, Rabo Branco e Sanhaçu.

O campo Rabo Branco, localizado na bacia de Sergipe-Alagoas, foi declarado comercial em 2012 e contribuiu de forma estável para a produção da Galp em 2018.

O campo de Sanhaçu, localizado no bloco POT-T-479 na bacia de Potiguar, foi declarado comercial em 2009 e iniciou produção em 2012.

### Moçambique

Estrategicamente localizada na bacia do Rovuma, em Moçambique, a Galp está envolvida como parceira da Área 4 no desenvolvimento de descobertas de gás em larga escala e de elevada qualidade.

O tamanho e a qualidade dos recursos descobertos serão transformadores e espera-se que posicionem a bacia do Rovuma como uma das regiões mais importantes do mundo para o gás natural. Além disso, os projetos da Área 4 desempenharão um papel decisivo na estratégia da Galp de avançar para um *mix* de portfólio de menor carbono.

O desenvolvimento da Área 4, abrangendo o projeto *offshore* Coral Sul FLNG e o *onshore* Rovuma LNG, levará a ExxonMobil a liderar a construção e operação de todos os futuros *trains* de GNL e instalações *onshore*, enquanto a Eni continuará a liderar o projeto da unidade flutuante de liquefação de gás natural (FLNG) e todas as operações de *upstream*.

### Coral Sul

O Coral Sul será o primeiro projeto a desenvolver os recursos de gás da Área 4, com o início da produção previsto para 2022.

O projeto inclui a construção de uma unidade FLNG com uma capacidade de c.3,4 mtpa, que será alocada na parte sul da descoberta de Coral, a qual está exclusivamente localizada na Área 4 e contém cerca de 16 tcf de GIIP.

O contrato EPCIC, assim como todos os outros contratos relevantes relacionados com o desenvolvimento do projeto, foram adjudicados aquando da Decisão Final de Investimento (FID) em 2017. A construção do casco para a unidade FLNG teve início em 2018.

Estima-se um investimento total de c.\$7 bn, tendo o consórcio assegurado o financiamento no montante de c.\$4,9 bn.

### Rovuma LNG

O projeto Rovuma LNG irá produzir, liquefazer e comercializar gás natural dos campos de Mamba, que se destacam pela dimensão e qualidade dos seus recursos.

Em 2018, o consórcio da Área 4 submeteu ao Governo de Moçambique o plano de desenvolvimento da primeira fase do projeto Rovuma LNG, que inclui a construção de instalações em terra, composto por dois *trains* de GNL que terão uma capacidade de 7,6 mtpa cada. A FID está prevista em 2019.

### Desenvolvimento do Rovuma LNG



## Angola

A Galp detém ativos em produção no bloco 32, um dos projetos mais relevantes no país, bem como uma posição nos blocos 14 e 14k.

### Bloco 32

O projeto Kaombo é um projeto de águas ultraprofundas que visa o desenvolvimento de seis campos ligados através de 300 km de oleodutos. Com duas unidades FPSO, é estimada uma recuperação de cerca de 650 mmbbl. As FPSO serão ligadas a 59 poços *subsea*.

A produção do projeto Kaombo começou em 2018, através da FPSO que desenvolve a área de Kaombo Norte, em profundidades de água de 1.400 a 1.950 metros. A segunda unidade, a ser alocada à área de Kaombo Sul, partiu do estaleiro Sembawang, em Singapura, em direção a Angola, no final de 2018, e deve iniciar operações em 2019.

### Bloco 14/14k

Em produção desde 1999, os campos Benguela-Belize-Lobito-Tomboco (BBLT), Tômbua-Lândana e Kuito encontram-se atualmente em fase de declínio natural da produção.

## Ativos em exploração

A Galp tem um portefólio diverso de projetos de exploração, centrado na bacia Atlântica.

### Guanxuma, bacia de Santos, Brasil

Durante o ano de 2018, o consórcio BM-S-8 perfurou o prospecto Guanxuma, tendo realizado uma descoberta de petróleo. Embora os resultados preliminares sejam encorajadores, os parceiros estão a avaliar as informações recolhidas, sendo necessária avaliação adicional para reunir mais informações sobre essa descoberta.

## Uirapuru, bacia de Santos, Brasil

À Galp, juntamente com a ExxonMobil e a Equinor, foi adjudicado o bloco de exploração Uirapuru no âmbito da 4.ª Rodada de Licitações de Partilha de Produção, realizada em 2018 pela ANP. A Petrobras exerceu o seu direito de entrar no consórcio como operadora, com 30% de participação, com a Galp detendo 14%, enquanto a ExxonMobil e a Equinor têm 28% cada.

O consórcio ofereceu um excedente em petróleo (*profit oil share*) de 75,49% e o bônus de assinatura foi de c. \$683 m. O consórcio comprometeu-se a perfurar um poço de exploração.

O bloco Uirapuru é adjacente à área do Grande Carcará.

### Bloco C-M-791, bacia de Campos, Brasil

Durante o ano de 2018, a Galp participou na 15.ª Rodada de Licitações realizada pela ANP e foi-lhe adjudicado o bloco C-M-791 na bacia de Campos, que tem potencial de *play* de pré-sal.

O consórcio, composto pela Galp (20%), a Shell (operadora, com 40%) e a Chevron (40%) ofereceu um bônus de assinatura de cerca de \$165 m. Os trabalhos a que se comprometeu durante o período de exploração de sete anos incluem levantamentos sísmicos 3D e a perfuração de um poço de exploração.

### Blocos 5, 6, 11 e 12, S. Tomé e Príncipe

O portefólio de exploração da Galp em S. Tomé e Príncipe inclui quatro blocos *offshore*, o bloco 6 - onde a Galp é operadora com uma participação de 45% - e os blocos 5, 11 e 12, onde detém uma participação de 20%.

Durante o ano de 2018, os parceiros concentraram-se no processamento e interpretação dos dados sísmicos 3D recolhidos ao longo de uma área de 16.000 km<sup>2</sup>, com trabalhos geológicos e geofísicos para avaliar a prospetividade ainda em curso.

## PEL 82 e PEL 83, Namíbia

A posição da Galp na Namíbia é composta por duas licenças de exploração *offshore*, a PEL 82 na bacia de Walvis e a PEL 83 na bacia de Orange.

Em 2018, o consórcio da PEL 82 concluiu com sucesso uma campanha de aquisição sísmica 3D, estendendo-se por uma área de 5.000 km<sup>2</sup>.

Destaca-se também o *farm-down* de uma participação de 40% na PEL 82 para a ExxonMobil. Após a conclusão da transação, a Galp e a ExxonMobil deterão uma participação de 40% cada na licença, com a Galp a permanecer o operador da mesma. A National Petroleum Corporation of Namibia (NAMCOR) e a Custos, uma empresa local namibiana, detêm 10% cada.

### Um operador responsável

Como operadores de Exploração & Produção, vamos além da avaliação de impacte ambiental, social e de saúde (AIASS). A Galp realizou uma avaliação de acordo com o Protocolo de Capital Natural e Social, não só identificando, mas também quantificando os potenciais riscos ambientais e sociais identificados na AIASS.

Além disso, a fim de envolver as comunidades em que operamos, estamos em contacto contínuo com as comunidades locais, com o objetivo de partilhar os nossos conhecimentos geológicos com o governo da Namíbia e estudantes universitários.

## Bacia do Alentejo e Peniche, Portugal

A Galp e a Eni tomaram a decisão de sair da exploração de fronteira no Alentejo, em Portugal, que incluía três blocos *offshore*. A Galp abandonou também durante o ano o último bloco que ainda detinha na bacia de Peniche.

### Ferramenta de IA para apoiar as atividades de exploração e desenvolvimento

Em parceria com a IBM, desenvolvemos uma ferramenta assente em Inteligência Artificial (IA) para melhorar a interpretação sísmica.

Este protótipo irá ajudar os geocientistas a identificar e avaliar atividades de exploração e desenvolvimento, contribuindo para reduzir o risco ao avaliar novos prospectos, e otimizar a localização de poços a serem perfurados. A ferramenta aproveita o *know-how* da Galp e a sua experiência anterior em interpretação sísmica.

## 3.2.

# Refinação & Distribuição

### Destaques de 2018

- Desempenho operacional sólido, com a margem de refinação da Galp de \$5,0/boe, apesar das margens menos favoráveis no mercado internacional.
- As matérias-primas processadas refletiram as atividades de manutenção planeadas durante o ano nas unidades de destilação e conversão.
- Execução de projetos destinados a aumentar a eficiência energética e operacional das atividades de refinação e ajustes em resposta ao IMO 2020.
- Vendas de produtos petrolíferos a clientes diretos estáveis.
- Foco na centralidade no cliente, tirando partido das ferramentas digitais para melhorar a proposta de valor e a gestão da relação com o cliente.

### Principais indicadores

	2017	2018
N.º de colaboradores	5.406	5.352
Matérias-primas processadas (kboe)	114.191	100.354
Margem de refinação Galp (\$/boe)	5,8	5,0
Custo de refinação <sup>1</sup> (\$/boe)	1,7	2,6
Emissões diretas de GEE (tCO <sub>2</sub> e)	3.580.591	3.222.933
Consumo de água por carga tratada (m <sup>3</sup> /t)	0,44	0,59
Percentagem de água reutilizada	15%	18%
Vendas de produtos petrolíferos (mt)	18,5	17,1
Vendas a clientes diretos (mt)	8,9	8,8
N.º de estações de serviço	1.459	1.459
N.º de lojas de conveniência	823	836
Ebitda RCA (€m)	774	610
Ebit RCA (€m)	413	265
Investimento (€m)	145	258

<sup>1</sup> Excluindo impacto das operações de cobertura da margem de refinação.

MATÉRIAS-PRIMAS  
PROCESSADAS  
mmboe

100,4



VENDAS A CLIENTES  
DIRETOS  
mt

8,8



ESTAÇÕES DE SERVIÇO

1.459



VENDAS DE PRODUTOS  
PETROLÍFEROS  
mt

17,1



Operamos um negócio integrado de refinação e distribuição, que compreende duas refinarias em Portugal e uma extensa rede de distribuição de produtos petrolíferos na Península Ibérica, o que nos torna num dos principais *players* na região. Realizamos também atividades de distribuição e comercialização em mercados africanos selecionados.

Para garantir a integração ótima do negócio de R&D, apostamos na maximização da criação de valor, reduzindo custos e otimizando a utilização de capital. A eficiência dos nossos processos é um pilar da nossa estratégia e tem sido um foco ao longo do ano, particularmente através de projetos de conversão e de eficiência energética na plataforma industrial, assim como a digitalização e a implementação da metodologia Kaizen.

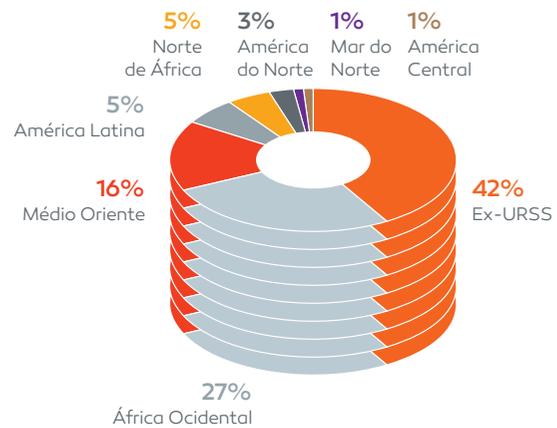
## Refinação

A Galp dispõe de um aparelho refinador integrado moderno e complexo que inclui as refinarias de Sines e de Matosinhos, com uma capacidade de processamento de crude de 330 kbpd. O sistema possui uma substancial capacidade de conversão instalada na refinaria de Sines, nomeadamente através das unidades de *hydrocracking* (HC) e *fluid catalytic cracking* (FCC), que produzem destilados médios e leves, respetivamente. Isto confere uma elevada flexibilidade para processar diferentes matérias-primas e usar diferentes fontes de energia, permitindo a sua otimização para diferentes condições de mercado. A refinaria de Matosinhos compreende uma unidade *visbreaker* (VB), uma fábrica de aromáticos e uma fábrica de óleos base. O sistema integrado tem um índice de complexidade Nelson de 8,6.

Devido à sua localização estratégica e configuração tecnológica, o nosso aparelho refinador é competitivo, permitindo à Galp atingir o mercado ibérico e outros mercados do sul da Europa, assim como os mercados norte-americano e africano.

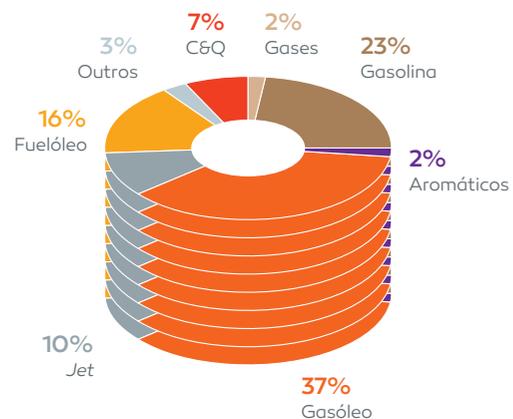
Em 2018, processámos aproximadamente 100 milhões de barris de petróleo equivalente (mmbœ) de matérias-primas, com o crude a representar 92% do total. A Galp importou crude de 16 países, com os crudes médios e pesados a representarem 85% do total.

## Origem do crude em 2018



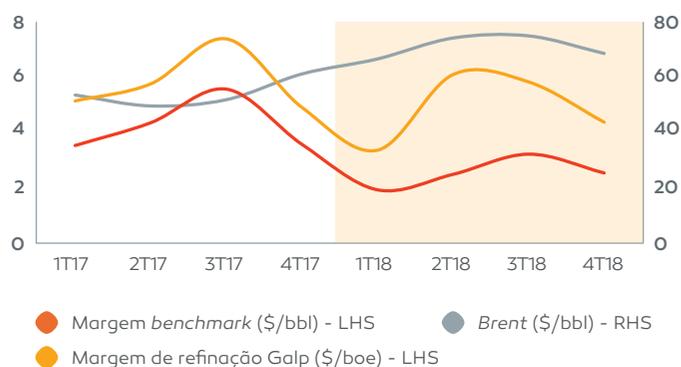
Os destilados médios e os destilados leves foram os produtos mais relevantes no *mix* de produção da Empresa, como indicado abaixo.

## Produção das refinarias em 2018



Durante 2018, e apesar do ambiente macro desafiante, a Galp conseguiu tirar proveito da flexibilidade do seu aparelho refinador para maximizar a sua margem de refinação, através da otimização do aprovisionamento, tirando partido dos *spreads heavy-light*, e otimizando também o uso de diferentes fontes de energia. Os EUA continuaram a ser um mercado relevante para os nossos componentes de gasolina, com um diferencial de preços da gasolina entre os EUA e Europa favoráveis.

### Margem de refinação Galp vs. benchmark e Brent



O programa de Reliability Centered Maintenance (RCM) da Galp consiste na gestão do ciclo de vida dos equipamentos, de modo a aumentar a previsibilidade e disponibilidade das unidades. Inserido neste programa, temos vindo a desenvolver algoritmos para prever potenciais avarias do equipamento dinâmico e fornecer alertas sobre desvios às operações normais, esperando-se a redução de eventos não planeados e redução de custos de manutenção.

Durante o ano, a produção foi afetada pela manutenção planeada nas nossas refinarias, nomeadamente uma paragem de cerca de 30 dias na unidade *hydrocracker* no primeiro trimestre, e durante a segunda metade do ano pela paragem total da refinaria de Matosinhos por um período de cerca de 25 dias, bem como trabalhos de manutenção em Sines, nomeadamente na unidade de FCC.

As atividades de manutenção durante 2018 tiveram um papel importante no que diz respeito à implementação de projetos destinados a aumentar gradualmente a margem de refinação da Galp em \$1/boe extra até 2020. A instalação do refrigerador catalítico, por exemplo, permitirá maior flexibilidade nas submissões para o FCC, diminuir a dependência do VGO importado e aumentar a eficiência energética. Em 2019, iremos já beneficiar significativamente de maior eficiência e conversão na sequência da implementação destes projetos.

Temos vindo a adaptar o nosso sistema para a introdução, em 2020, do limite máximo de 0,5% no teor de enxofre dos combustíveis marítimos, introduzido pela Organização Marítima Internacional (IMO). A Galp irá alinhar a sua oferta de produtos marítimos com os novos requisitos. Durante 2018, testámos o nosso aparelho e produzimos lotes de

fuelóleo de acordo com as novas especificações, que foram enviados para alguns dos nossos clientes para testes, com resultados positivos.

### Melhorar as capacidades de digitalização ao nível operacional

No âmbito da iniciativa Refinação 4.0, a Galp visa capturar os benefícios das operações orientadas por dados, através de vários projetos que começaram a ser implementados em 2018:

- Atualização da infraestrutura de rede nas refinarias
- Integração de ferramentas de comunicação
- Gestão visual através do uso de painéis de controlo *online* de *business intelligence*
- Processo de planeamento mais digital

Temos iniciativas planeadas para os próximos anos, incluindo o uso de dispositivos móveis para gestão de tarefas e disseminação de ferramentas colaborativas modernas, digitalização de armazéns, análise de dados, ferramentas de segurança de colocação junto ao corpo, realidade aumentada e virtual, *drones* e robótica, bem como modelos 3D de plantas de refinaria que devem melhorar a eficiência das nossas operações.

Adicionalmente, temos vindo a implementar um projeto de cadeia de aprovisionamento, a Plataforma de Dados de Produção de Mercado (MPDP), destinada a integrar uma vasta gama de dados num sistema sofisticado e flexível para garantir maior visibilidade e responsabilidade. Isto permitirá fortalecer a implementação de projetos de Refinação 4.0, centrando-se na previsibilidade e adaptabilidade para promover tomadas de decisão com valor acrescentado.

### Biocombustíveis

A unidade bioindustrial da Galp em Sines, a Enerfuel, dedica-se à transformação de óleos usados e de gorduras animais residuais em biodiesel FAME de segunda geração. Adicionalmente, somos produtores de biocombustíveis de segunda geração através do coprocessamento de óleo vegetal e gasóleo, resultando num gasóleo final indistinguível do gasóleo de origem fóssil.

De acordo com as metas estabelecidas pela Comissão Europeia e os respetivos países em relação à introdução de biocombustíveis na Península Ibérica, a Galp continuará a perseguir o objetivo de incorporar 10% na gasolina e no gasóleo até 2020, utilizando as diversas fontes renováveis complementares que tem à sua disposição. Em 2018, introduzimos cerca de 130 mil m<sup>3</sup> de biocombustíveis, para cumprir com a obrigação legal para 2018 de colocar 7,5% de conteúdo energético proveniente de fontes renováveis para o transporte rodoviário em Portugal. Em Espanha, cerca de 130 mil m<sup>3</sup> de biocombustíveis foram introduzidos, também em conformidade com a legislação local.

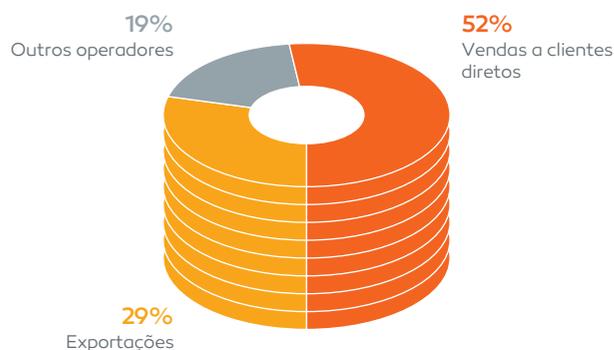
## Distribuição de produtos petrolíferos

Somos um dos principais *players* na Península Ibérica, onde operamos uma rede de distribuição de produtos petrolíferos. Temos também vindo a consolidar a nossa posição em países africanos selecionados, onde esperamos beneficiar do crescimento atrativo do mercado, tirando partido das nossas capacidades logísticas e de sinergias com os negócios existentes da Empresa.

Na Península Ibérica, o nosso foco continua a ser a distribuição de produtos petrolíferos sob a marca Galp, através, quer da rede de estações de serviço da Empresa, quer de vendas diretas a clientes *wholesale*. A Galp assegura ainda o fornecimento a outros operadores na Península Ibérica e atua no mercado de exportações.

Em 2018, vendemos 17,1 mt de produtos petrolíferos, um decréscimo de 8% face ao ano anterior, no seguimento da menor disponibilidade do nosso aparelho refinador, fruto das manutenções planeadas durante o período.

### Vendas de produtos petrolíferos em 2018



## Vendas a clientes diretos

A venda de produtos petrolíferos a clientes diretos é feita maioritariamente através da rede Galp na Península Ibérica.

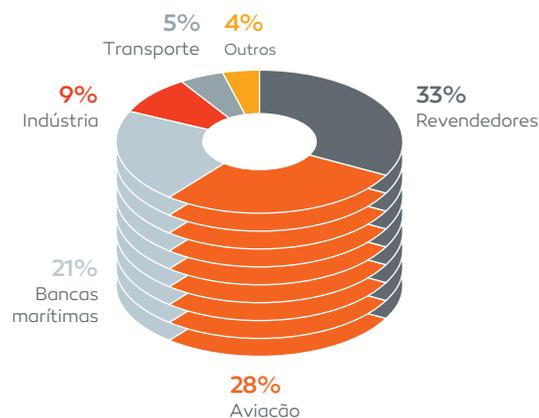
Em 2018, os volumes vendidos a clientes diretos mantiveram-se estáveis face ao ano anterior, totalizando 8,8 mt. Os volumes vendidos em África representaram cerca de 11% das vendas a clientes diretos.

No final de 2018, a rede de retalho da Galp compreendia um total de 1.459 estações de serviço, das quais 1.283 na Península Ibérica e 176 em África. A Galp mantém o seu papel de líder no mercado de retalho em Portugal e é um *player* relevante na Península Ibérica, com uma quota de mercado de c.9%. Durante 2018, continuámos a otimizar e a renovar a nossa rede de estações de serviço, integrando na nossa proposta de valor produtos e serviços de baixo carbono, tendo também lançado um projeto piloto focado em novas formas de operar estações de serviço.

No segmento de retalho, as vendas mantiveram-se estáveis em 2,8 mt. A gama de combustíveis aditivados da Galp, o gasóleo e a gasolina Evologic, com aditivos que possibilitam uma maior poupança, o prolongamento da vida útil e maior eficiência do motor, representaram mais de 55% das vendas de combustível automóvel durante o ano. Os produtos e serviços *non-fuel* representaram mais de 10% das vendas totais no segmento de retalho na Península Ibérica.

No segmento de *wholesale*, os volumes vendidos aumentaram 2% face ao ano anterior, para 5,4 mt, beneficiando nomeadamente do aumento das vendas aos segmentos de aviação e bancas marítimas.

### Vendas do segmento de *wholesale* na Península Ibérica em 2018



No segmento de GPL, a Galp desenvolveu canais *online* com serviços de *e-ordering* para o fornecimento de gás engarrafado, de forma a melhorar a experiência do cliente.

Permanecemos focados em providenciar aos nossos clientes uma proposta de valor diferenciada. Temos vindo a fomentar a centralidade no cliente, tirando partido de ferramentas analíticas que nos permitem obter um melhor conhecimento dos nossos clientes e dimensionar fluxos de receita de fidelização. Através da análise do percurso do cliente, identificámos benefícios rápidos nos segmentos de retalho e de gás engarrafado e implementámos cerca de 85% dos mesmos. Em 2018, iniciámos a mesma metodologia para o segmento *wholesale*, onde identificámos diversas oportunidades de melhoria. Investimos ainda em tecnologia e processos que permitem um sistema de *feedback* dos clientes mais ágil e flexível.

Continuamos também a tirar partido de parcerias sólidas em vários segmentos de mercado, desde retalhistas alimentares até prestadores de serviços de saúde, o que nos permitiu aumentar as vendas cruzadas e fortalecer o nosso papel como prestador de serviços. A nossa base de clientes associada aos programas de fidelização continuou a aumentar, tendo atingido um total de c.2 milhões de clientes em 2018, dos quais c.1,8 milhões através da nossa parceria com o maior grupo retalhista alimentar em Portugal, a Sonae. No segmento de retalho, por exemplo, 64% do volume vendido é atribuído a programas de fidelização. A Galp tem também vindo a investir no desenvolvimento de ferramentas digitais para fornecer dados e ofertas direcionados e em tempo real à sua base de clientes.

### Transformar a experiência do cliente através de plataformas *online* e tecnologias digitais

Durante 2018, a Galp continuou a desenvolver as seguintes ferramentas, operações, produtos e modelos de negócio de *media* digitais e de relação com os clientes:

- A App Galp EvoDriver é um mecanismo digital de fidelização que visa facilitar e providenciar uma melhor experiência ao cliente, e que no final de 2018 contava já com 233 mil utilizadores. A desmaterialização de cartões e os pagamentos móveis são duas das principais iniciativas que temos vindo a implementar.
- O portal do cliente é uma plataforma *online* através da qual os clientes podem gerir autonomamente as atividades da sua frota ou dos seus cartões, incluindo verificar consumos e faturas, bem como gerir as poupanças.

## Vendas a outros operadores e exportações

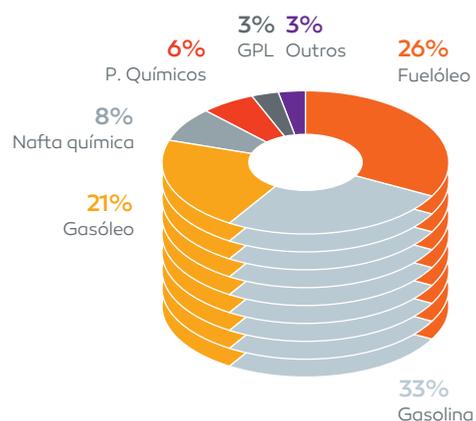
A Galp é o principal fornecedor dos operadores em Portugal, e um dos principais a nível ibérico, dando resposta à procura de produtos petrolíferos nesta região. Em 2018, vendemos 3,3 mt a outros operadores, correspondendo a 19% do nosso total de volumes comercializados.

A Empresa beneficia também da localização estratégica do seu aparelho refinador, colocando alguns dos seus volumes de vendas fora da Península Ibérica através das suas atividades de trading. Em 2018, exportámos 4,9 mt de produtos petrolíferos, uma descida de 21% face ao ano anterior, devido a um menor volume disponível para venda em consequência das paragens parciais das refinarias para manutenção.

A gasolina, o fuelóleo e o gasóleo representaram, respetivamente, 33%, 26% e 21% das exportações totais, que se destinaram maioritariamente aos EUA, Espanha e Marrocos.

Os componentes pesados da gasolina continuaram a ser um impulsionador importante das exportações para o mercado norte-americano, em especial para a Costa Leste, onde são utilizados para fins de *blending*.

### Exportações por produto em 2018



3.3.

## Gas & Power

### Destaques de 2018

- Com vista a equilibrar as nossas fontes de aprovisionamento, assinámos um acordo para a aquisição de 1 mtpa de GNL nos EUA.
- As vendas de gás natural/GNL aumentaram 4% face ao ano anterior, para 7,6 bcm, dos quais 4,7 bcm a clientes diretos.
- O trading em rede ganhou relevância, após o fim dos contratos estruturados de GNL durante o terceiro trimestre de 2018.
- Desenvolvimento do negócio de mobilidade elétrica através de uma nova oferta comercial.
- Desenvolvimento de um portefólio de baixo carbono, através da aquisição de licenças para a geração de energia solar na Península Ibérica.

### Principais indicadores

	2017	2018
N.º de colaboradores	157	173
Vendas de GN/GNL em trading (mm <sup>3</sup> )	2.974	2.875
Vendas de gás natural a clientes diretos (mm <sup>3</sup> )	4.374	4.740
Vendas de eletricidade à rede (GWh)	1.548	1.326
Volumes comercializados de eletricidade (GWh)	3.625	3.865
Emissões diretas de GEE (tCO <sub>2</sub> e)	18.041	18.909
Ebitda RCA (€m)	132	137
Ebit RCA (€m)	112	116
Investimento (€m)	7	9

VENDAS GN  
A CLIENTES DIRETOS  
mm<sup>3</sup>

4.740

4.0 // 4.0  
4.0 // 4.0  
4.0 // 4.0

TRADING GN/GNL  
mm<sup>3</sup>

2.875

2.0 // 5.0  
2.0 // 2.0  
2.0 // 2.0

VENDAS DE ELETRICIDADE  
GWh

5.191

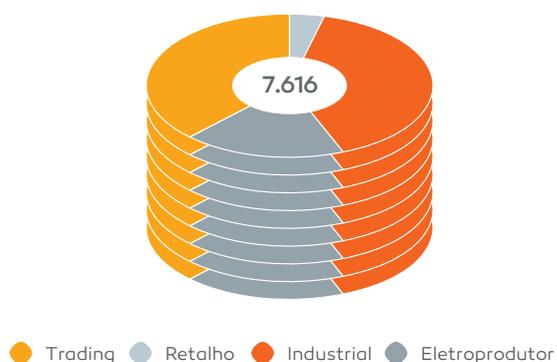
5.0 // 5.0  
5.0 // 5.0  
5.0 // 5.0

O negócio de G&P abrange as atividades de aprovisionamento e comercialização de gás natural, que têm vindo a ser progressivamente integradas com a produção e comercialização de eletricidade.

### Comercialização e trading

A Galp tem uma oferta integrada de gás natural e eletricidade para os seus clientes na Península Ibérica, e desenvolve atividades de trading de GN/GNL no mercado internacional. Durante 2018, a Empresa vendeu 7,6 bcm de gás natural.

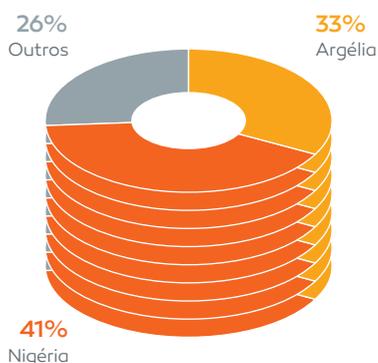
#### Vendas de GN/GNL em 2018 (mm<sup>3</sup>)



### Aprovisionamento

O aprovisionamento de gás natural e GNL da Galp é feito maioritariamente através de contratos de longo prazo firmados com a Sonatrach, na Argélia, e com a Nigeria LNG, na Nigéria. Estes ascendem a 5,7 bcm por ano e em 2018 representaram 74% das fontes de aprovisionamento da Empresa.

#### Fontes de aprovisionamento de gás natural em 2018



O gás natural proveniente da Argélia é transportado através dos gasodutos Europe Maghreb (EMPL), Al-Andalus e Extremadura, nos quais a Galp detém participações.

#### Participações em gasodutos internacionais

Gasodutos internacionais	País	Capacidade (bcm/ano)	% da Galp
EMPL	Argélia, Marrocos	12,0	23
Al-Andalus	Espanha	7,8	33
Extremadura	Espanha	6,1	49

As necessidades remanescentes de gás natural são satisfeitas a partir de outros mercados, nomeadamente de *players* dos mercados *wholesale* espanhol e francês, mas também através do mercado *spot*.

Prosseguindo a nossa estratégia de assegurar um cabaz de aprovisionamento de longo prazo, diversificado e competitivo, em 2018 a Galp assinou um acordo de compra e venda com a Venture Global LNG para a aquisição de 1 mtpa proveniente do terminal de exportação de GNL em Calcasieu Pass, nos EUA, durante um período de 20 anos, com início em 2022. O acordo está sujeito à decisão final de investimento do projeto.

### Comercialização

A Galp tem mais de 600 mil clientes de Gas & Power, fornecendo gás natural a mais de 520 mil clientes nos segmentos industrial, elétrico e de retalho no mercado ibérico.

Em 2018, a Empresa vendeu 4,7 bcm de gás natural a clientes diretos, uma subida de 8% face ao ano anterior, e reforçou a sua atividade comercial de eletricidade, atingindo um volume de 3,9 TWh.

Em 2018, a Galp lançou uma oferta comercial através do cartão Galp Electric, que oferece soluções e serviços de energia na estrada e em casa. A Galp assumiu um papel de liderança na mobilidade elétrica em Portugal, onde detém, atualmente, a maior rede de pontos de carregamento rápido.

A Empresa estabeleceu também parcerias com empresas focadas em modelos de negócio inovadores, tendo investido, durante 2017, numa *start-up* que opera no mercado espanhol de gás e eletricidade, com uma base crescente de clientes situada atualmente nos 30 mil clientes, e que visa adaptar-se às necessidades dos clientes, melhorando a eficiência e a experiência dos clientes.

Trabalhando em conjunto com os nossos clientes, através da Galp Soluções de Energia, temos vindo a implementar projetos de eficiência energética para otimizar e reduzir o consumo de energia através da instalação de equipamentos mais eficientes e da mudança de comportamentos.

Estamos também a desenvolver projetos relacionados com o fornecimento de gás natural para transporte rodoviário e de GNL para navios, como um passo no sentido da implementação de operações de gás natural e GNL sustentáveis e da redução de emissões.

## Trading

Em 2018, a Galp continuou a reforçar a sua posição na atividade de trading em rede nos polos europeus de gás natural, nomeadamente em Espanha, em França e na Holanda.

O aumento significativo nos volumes de trading de rede compensou as oportunidades mais limitadas no mercado internacional de GNL. O trading de rede deverá continuar a ganhar relevância, no seguimento do fim do último contrato estruturado de GNL durante o terceiro trimestre de 2018.

## Power

A Galp tem 173 MW de capacidade instalada em unidades de cogeração em Portugal, nomeadamente nas refinarias de Sines e de Matosinhos.

Como parte da estratégia de baixo carbono da Galp, estamos a preparar o desenvolvimento de projetos sustentáveis de geração de energia renovável, permitindo a integração com as nossas vendas de eletricidade nos mercados onde operamos. Para esse efeito, durante 2018 iniciámos a aquisição de licenças de geração de energia solar na Península Ibérica.

A Empresa tem também uma participação de 50% num projeto com 12 MW de capacidade instalada numa central de produção de energia eólica em Portugal, que em 2018 produziu mais de 30 GWh.

## Infraestruturas de distribuição regulada

A Galp detém um interesse que não controla de 77,5% na Galp Gás Natural Distribuição (GGND) que opera na distribuição regulada de gás natural em Portugal. A GGND controla nove distribuidores locais de gás natural no país, com uma rede total de 13.015 km. A base de ativos regulados da GGND relativos à infraestrutura de gás atingiu aproximadamente €1,1 bn ao final de 2018.

As regras de remuneração para esta atividade são definidas pela Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos (ERSE), com uma taxa de remuneração prevista para o período de 2018-2019 que foi revista de 6,65% para 5,82%, atendendo à descida das *yields* das obrigações de referência durante o período.

4.

# Sustentabilidade, o nosso compromisso de longo prazo



Sustainability



## 4.1.

# Transição energética: para onde vamos?

A transição energética é orientada pelo cenário de desenvolvimento sustentável da Agência Internacional de Energia (AIE), que propõe uma abordagem integrada para o cumprimento dos objetivos acordados a nível internacional de forma a dar resposta às questões relacionadas com as alterações climáticas, a qualidade do ar e o acesso universal à energia fiável, moderna e a um preço acessível. O mais recente World Energy Outlook da AIE deixa claro que o impacto das energias renováveis, por si só, não será suficiente e apela a uma estratégia energética mais inclusiva, englobando o desenvolvimento de tecnologias baseadas em hidrogénio, melhorias na eficiência energética e a implementação de tecnologias emergentes para mitigação de emissões, como a captura, utilização e armazenagem de carbono (CCUS).

As projeções da AIE demonstram que as atuais políticas e aquelas que estão previstas até ao final de 2018 não são suficientes para cumprir o compromisso dos 2º C. Face a este contexto, tanto as instituições portuguesas como as europeias estão comprometidas com o desenvolvimento de uma estratégia de transição em linha com as metas climáticas. As instituições europeias e o governo português estabeleceram uma visão comum de longo prazo e um roteiro nacional para desenvolver as oportunidades de descarbonização e ir ao encontro dos desafios climáticos. Para atingir estas expectativas e metas definidas para os próximos 30 anos, os padrões de consumo de energia terão de ser realinhados nos sectores de transporte, industrial e residencial.

As organizações financeiras estão cada vez mais cientes de que a transição para uma economia de baixo carbono também impulsionará uma nova dinâmica de investimento. Neste contexto, surgiram organizações como a Task Force on Climate-related Financial Disclosures (TCFD), juntamente com vários intervenientes financeiros, para promover o reporte e a divulgação de indicadores financeiros relacionados com o clima, bem como os respetivos riscos e oportunidades, por parte das empresas. A relevância da TCFD para os *stakeholders* das empresas foi rapidamente reconhecida pelos investidores, que identificaram as suas recomendações como prioritárias em 2018. Em paralelo, organizações como a Carbon Tracker estão a desenvolver estudos para apoiar a transição no seio das empresas, para além de alertar os investidores para investimentos existentes que poderão não produzir os retornos esperados no futuro.

Esta mudança de paradigma representa desafios e oportunidades, exigindo a integração total de variáveis climáticas no planeamento e estratégia de negócio, através da avaliação da resiliência das empresas face à transição energética, assim como o reforço da relevância do preço do carbono como fator a considerar na tomada de decisões.

## 4.2.

# Como podemos transformar desafios em oportunidades?

As alterações nos padrões de produção, distribuição e consumo decorrentes da transição energética expõem as empresas de energia a novos riscos, mas também oportunidades.

Os riscos e oportunidades de transição energética e alterações climáticas são integrados e avaliados pela Empresa, através de uma abordagem holística de gestão do risco. Para além desta abordagem, as direções corporativas desempenham um papel importante nesta transição, identificando riscos e oportunidades financeiros e não financeiros, procurando metodologias e métricas para os avaliar e integrar no negócio e estratégia, e desenvolvendo iniciativas, planos de ação e metas para mitigar riscos e explorar oportunidades. O Conselho de Administração e a Comissão Executiva desempenham igualmente um papel ativo, através da participação dos seus membros em comissões especializadas, no âmbito da sustentabilidade, ambiente e gestão de risco.

A Galp reconhece a existência de vários riscos associados às alterações climáticas e à transição energética, e avalia os chamados riscos e oportunidades da transição, para além dos riscos físicos decorrentes das alterações climáticas. Os riscos de transição, incluindo riscos políticos ou regulatórios, legais, tecnológicos, de mercado e reputacionais, foram identificados como os principais riscos enfrentados pela Galp, e estão integrados na análise dos riscos de concorrência, jurídicos e de *compliance* e mercados. Os riscos físicos, tanto os provocados por eventos (extraordinários) como os de longo prazo, são identificados na nossa abordagem de gestão de risco na categoria de eventos disruptivos, conforme explicado mais adiante neste relatório.

A Galp incorpora os riscos crescentes relacionados com o preço do carbono e os seus potenciais impactos sobre as operações. O preço das licenças de emissão no âmbito do Comércio Europeu de Licenças de Emissão, aumentou substancialmente em 2018, tal representa uma oportunidade para melhorar a eficiência dos recursos e as emissões atmosféricas das nossas atividades de refinação.

Procuramos a melhoria contínua da intensidade de carbono e energia do nosso sistema refinador, através da definição de metas ambiciosas, suportadas por um plano contínuo de investimentos em ecoeficiência operacional.

A Galp integra um preço sobre o carbono nas suas análises de investimento, através de dois mecanismos diferentes. Consideramos um preço de carbono (\$40/tCO<sub>2</sub>e) em todos os processos de tomada de decisão de investimento que, juntamente com uma *due diligence* da intensidade carbónica da atividade, garante o alinhamento dos nossos ativos e operações com uma economia de baixo carbono.

A tecnologia está em constante mudança, permitindo que novos *players* disruptivos surjam, alguns dos quais de sectores não energéticos, levando a mudanças profundas na relação entre as empresas de energia e os seus clientes. Neste campo, a Galp adaptou e melhorou a sua estratégia digital, melhorando a digitalização e a automação para melhor responder tanto aos processos internos como às necessidades dos clientes.

A crescente procura por energia de baixo carbono está a mudar os padrões de consumo dos nossos clientes e também a criar oportunidades para o crescimento do gás natural, incluindo o GNL, da bioenergia, das energias renováveis e do hidrogénio. A Galp está a agarrar a oportunidade de diversificação de portefólio, nomeadamente no aumento da quota de gás natural no nosso portefólio de exploração e produção de petróleo e gás, através do projeto Mamba, e no desenvolvimento de parques de energia solar, com um primeiro projeto em Portugal.

Enquanto *player* totalmente integrado de energia, a nossa presença no mercado atual coloca-nos numa posição forte para integrarmos os nossos atuais produtos com novos serviços e modelos de negócio, nomeadamente no processo de descarbonização da economia.

4.3.

# Um apelo à ação

## O compromisso da gestão



Na Galp, gerimos os riscos e oportunidades relacionados com o clima, através da participação ativa de vários departamentos e equipas da Empresa. Das unidades de negócio (UN) ao Conselho de Administração, todos contribuem para a mitigação dos riscos e identificação das oportunidades.

Acompanhamos continuamente o desempenho ambiental e climático recorrendo a várias ferramentas internas. Todos os trimestres, um relatório de desempenho de saúde, segurança, ambiente e qualidade monitoriza o nosso desempenho face a objetivos globais, mas também a metas quantitativas específicas determinadas no início de cada

ano. Juntamente com a monitorização do desempenho, é realizado um acompanhamento do contexto nas reuniões do Comité de Sustentabilidade, garantindo que a gestão de topo está envolvida nas questões relacionadas com o clima.

As questões relacionadas com a sustentabilidade têm um papel relevante na nossa tomada de decisões estratégicas. Em 2018, promovemos uma sessão para o Conselho de Administração focada nas linhas de orientação de sustentabilidade e no contexto climático. A partir de 2019, a intensidade carbónica da Galp fará parte da avaliação do desempenho da gestão de topo.

### Principais questões abordadas nas reuniões dos comités especializados em 2018



Contexto  
e tendências  
da transição  
energética



Monitorização  
de iniciativas  
de transição  
energética



Análise de riscos  
e oportunidades  
relacionados  
com o clima



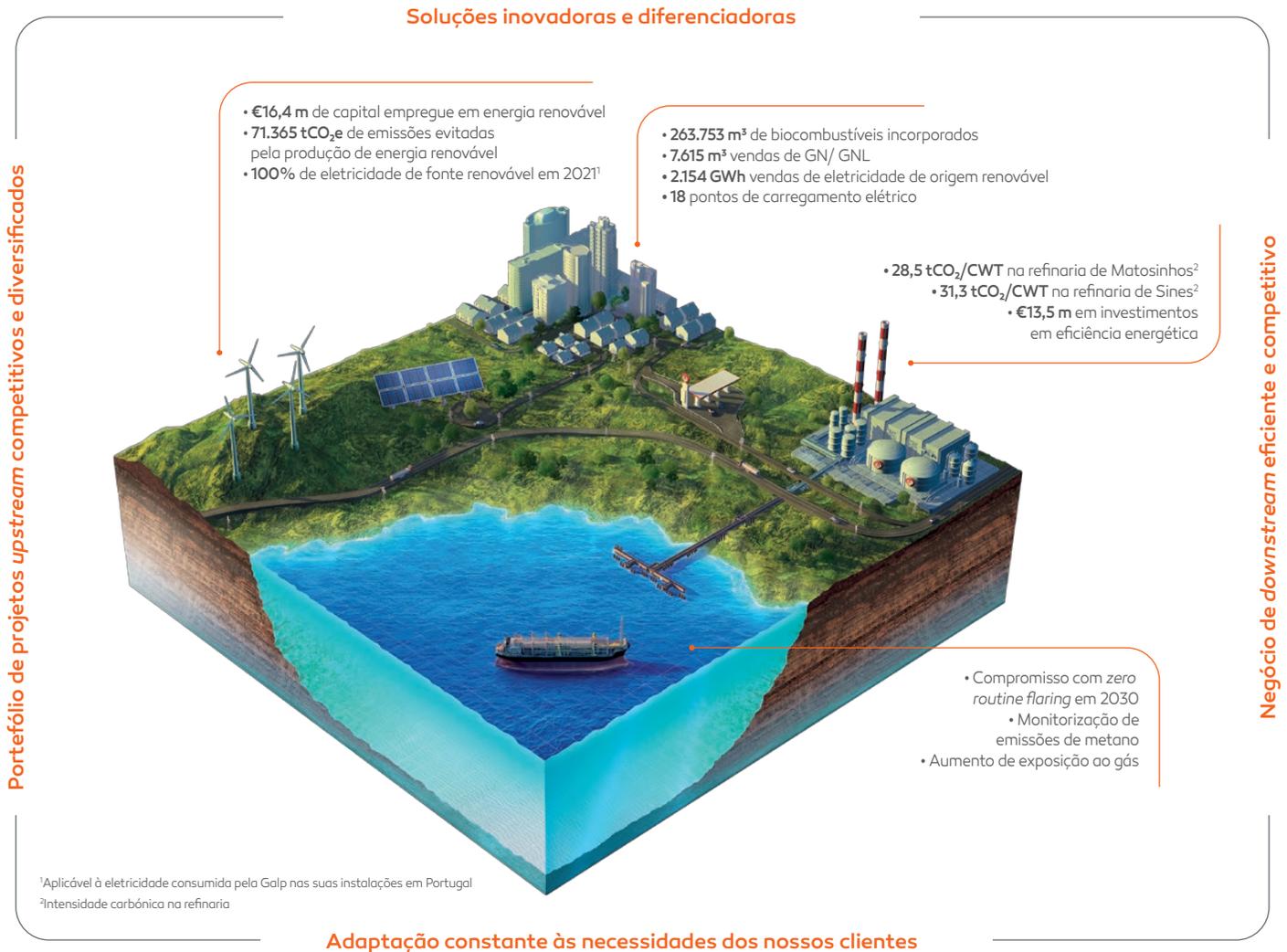
Definição e  
acompanhamento  
de objetivos  
e metas



Alinhamento com  
as iniciativas de  
divulgação  
relacionadas  
com o clima

Através de um modelo de governo para as questões climáticas baseado na contribuição da gestão de topo, dos departamentos corporativos e das unidades de negócios, e na discussão contínua do tema nos comités especializadas, pudemos incorporar todas as questões relacionadas com a transição energética mencionadas acima na estratégia da Empresa.

## O nosso papel nesta transição



<sup>1</sup>Aplicável à eletricidade consumida pela Galp nas suas instalações em Portugal  
<sup>2</sup>Intensidade carbónica na refinaria

Preço interno de carbono (\$40/tCO <sub>2</sub> e)	Alinhamento com TCFD	Reconhecimento do CDP	Construção de um perfil de baixo carbono
--	----------------------	-----------------------	--

## Portefólio de *upstream* competitivo e diversificado

### Gerimos o CO<sub>2</sub> no pré-sal

O pré-sal brasileiro é caracterizado não só pela sua elevada produtividade no atual contexto do *upstream* de petróleo e gás, mas também pela sua eficiência operacional. Desde o início das operações no Bloco BM-S-11, localizado nas águas ultraprofundas do pré-sal brasileiro (na bacia de Santos), que os parceiros tomaram a iniciativa de separar e injetar no reservatório o CO<sub>2</sub> proveniente do gás natural produzido.

Esta foi uma solução *win-win*, uma vez que conduziu a uma redução da pegada de carbono da nossa operação e melhorou as condições da pressão do reservatório. Através do uso de um método de permeação seletiva nas unidades de produção, separamos o CO<sub>2</sub> do gás natural e injetámo-lo de volta no reservatório com recurso ao método WAG.

## Mais atividade com menos carbono

Para garantir o melhor desempenho, monitorizamos continuamente a intensidade carbónica das nossas atividades, na fase de análise de investimento e ao longo da operação. A primeira avaliação da potencial intensidade carbónica dos ativos *upstream* é realizada aquando da tomada de decisão de investimento. As emissões de gases com efeito de estufa continuam a ser uma preocupação ao longo das várias fases do ciclo de vida de cada ativo, estando a sua redução sujeita a melhorias contínuas.

Esta abordagem permitiu-nos alcançar uma intensidade carbónica de 8,9 kgCO<sub>2</sub>e/boe, considerando ativos operados e não operados (*WI*), melhor do que *benchmark* da IOGP. Esperamos continuar a superar este *benchmark*, ao assegurar que as nossas operações são tão eficientes quanto possível, tanto em termos energéticos como na redução de emissões de gases com efeito de estufa.

A Galp também está comprometida com o dimensionamento de novos projetos de E&P para *zero routine flaring* em condições de operação normal, através da adesão, como operador de E&P, à iniciativa *Zero Routine Flaring by 2030*.

## Projetamos o futuro com GNL

Os nossos compromissos refletem-se nas nossas ações e como parte da nossa estratégia para ter um portefólio alinhado com a transição energética. A Galp tem um plano de desenvolvimento em curso para o GNL na bacia do Rovuma. Como operador integrado de energia, estamos presentes no segmento *upstream* deste combustível, no *midstream*, através do desenvolvimento de infraestrutura de suporte para liquefação de gás, e no *downstream*, onde em 2018 assinámos um contrato de compra e venda de GNL, a 20 anos, abrangendo 1 mtpa.

## A Galp como empresa geradora de energia de baixo carbono

A Galp posiciona-se como um fornecedor de energia renovável, desenvolvendo soluções de baixo carbono para o fornecimento de eletricidade. Em 2018, a Galp adquiriu licenças para a produção de energia solar, na Península Ibérica.

Estas licenças representam o primeiro passo da Galp para a geração de energia solar e reforçam a nossa capacidade instalada em energias de baixo carbono, que já incluía 12 MW de energia eólica, através da subsidiária Ventiveste, onde a Galp detém uma participação de 50%. A Galp continua a procurar e avaliar oportunidades para geração de energia renovável, com foco em projetos na Península Ibérica, integrando-as com as atividades de comercialização, ao longo de toda a cadeia de valor da eletricidade.

## Minimizamos o nosso impacto através de biocombustíveis

Na Galp, temos estudado respostas alternativas à descarbonização. Tal incluiu o desenvolvimento do nosso segmento de biocombustíveis, que representa uma solução comprovada com efeitos imediatos e que pode ser integrada nos combustíveis líquidos existentes.

Neste sentido, temos uma unidade industrial em Sines, a Enerfuel, focada na produção de biocombustíveis de segunda geração, que queremos desenvolver para alavancar a produção de biocombustíveis avançados. Em 2018, concluímos um processo de avaliação de alternativas para o processamento de uma maior gama de matérias-primas, que poderão levar a potenciais novos investimentos para reforço da nossa capacidade de produção.

A Galp tem vários projetos em desenvolvimento para melhorar os processos atuais e integrar tecnologias baseados em diferentes matérias-primas e biocombustíveis. Esses projetos incluem o coprocessamento de óleos alimentares usados, a geração de etanol e bio-óleo através de biomassa florestal e a produção de crude sintético e biometano através de resíduos sólidos urbanos e combustíveis derivados de resíduos.

Também desempenhamos um papel ativo nos grupos de trabalho para promoção de novas iniciativas no campo dos biocombustíveis em Portugal. Neste contexto, a Galp participa no grupo de trabalho do LNEG em biorefinarias e integrou a comissão técnica de normalização sobre a utilização de gás natural e biometano nos transportes e sobre a injeção de biometano na rede de gás natural.

## Soluções inovadoras e diferenciadoras

### Promovemos o uso do carbono como um recurso

As atividades de investigação e inovação da Galp são orientadas para novas oportunidades de negócios sustentáveis. Estamos comprometidos em encontrar novas tecnologias disruptivas que nos permitam reduzir o impacto ambiental das nossas operações globais.

Quando confrontados com desafios tecnológicos resultantes das nossas atividades de E&P, avançamos em 2018 com o desenvolvimento de sete projetos de investigação e desenvolvimento de *carbon capture, utilisation and storage* nas seguintes áreas de interesse:

1. utilização de CO<sub>2</sub> como matéria-prima em processos industriais;
2. desenvolvimento de tecnologias sustentáveis e competitivas para a separação de CO<sub>2</sub>/CH<sub>4</sub>;
3. desenvolvimento de um novo simulador para minimizar os problemas associados à produção de fluxo de petróleo com alto teor de CO<sub>2</sub>; e
4. aumentar o fator de recuperação de petróleo através da reinjeção de CO<sub>2</sub>, seja autónomo ou misturado com água.

No segmento de Gas & Power, participámos no projeto MEMBER (*Advanced MEMBranes and membrane assisted procEsses for pre- and post- combustion CO<sub>2</sub> captuRe*), com o objetivo de desenvolver novas tecnologias baseadas em membranas para captura de CO<sub>2</sub> pré e pós-combustão em centrais de produção de energia, bem como a geração de H<sub>2</sub> com captura de CO<sub>2</sub> integrada. Com efeito, será testado um protótipo avançado baseado em membranas para captura de CO<sub>2</sub> pós-combustão nas nossas instalações.

Em 2018, fomos também autorizados pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT), a criar um Laboratório de Colaboração que será designado NET4CO<sub>2</sub> (*NETwork for a Sustainable CO<sub>2</sub> Economy - Rede para uma Economia de CO<sub>2</sub> Sustentável*). Este laboratório será uma associação privada sem fins lucrativos fundada por seis parceiros industriais, científicos e académicos, onde as competências técnicas de cada parceiro podem contribuir para o desenvolvimento de novas tecnologias para minimizar o impacto das emissões de CO<sub>2</sub>.

## Negócios de downstream eficazes e competitivos

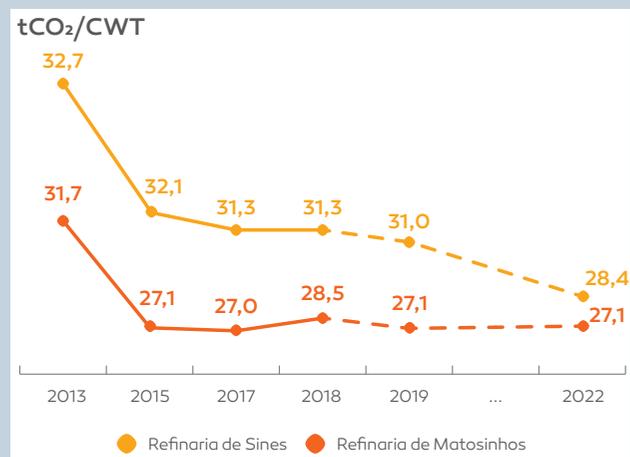
### Trabalhamos para um aparelho refinador mais eficiente

A Galp mantém o foco na otimização dos processos do seu aparelho refinador e na maximização da eficiência energética. Temos vários programas e projetos em curso para otimizar a utilização de recursos nas nossas operações, tanto nas refinarias de Sines como de Matosinhos, com objetivo de atingir melhorias contínuas, minimizando variações de processos e reduzindo a produção de resíduos e efluentes líquidos e gasosos.

Em 2018, foram implementados projetos relevantes para a conversão da atividade de refinação e de melhoria da eficiência energética, com um investimento total de c. €13,5 m.

Na Galp, estamos a trabalhar para reduzir a intensidade carbónica da nossa atividade de refinação, conforme apresentado nos gráficos em baixo:

### Eficiência energética na refinação



- Até 2023, teremos investido c. €66 m em projetos de ecoeficiência, evitando a emissão de mais de 150 kt de CO<sub>2</sub>e. Até 2022, teremos reduzido a nossa intensidade carbónica em 25% na refinaria de Sines e 15% na refinaria de Matosinhos, com base nos valores de 2013.
- A refinaria de Matosinhos tem estado classificada no quartil superior de referência Solomon ao nível da eficiência energética, desde 2015, e assumimos que ambas as refinarias estarão neste quartil até 2021.

## Promovemos a sustentabilidade das nossas atividades de distribuição

A Galp continua focada na minimização da utilização da energia, bem como na redução dos efluentes gerados nas nossas estações de serviço. Em 2018, foram implementados vários programas de eficiência energética nas nossas estações de serviço em Portugal e Espanha. Estas medidas incluíram a substituição da iluminação dos postos, a instalação de baterias de condensadores e a revisão de baterias já instaladas.

Como resultado destas melhorias, todas as nossas estações de serviço em Portugal têm agora iluminação eficiente em termos energéticos e pretendemos alcançar o mesmo objetivo em Espanha em 2019.

A Galp está também a implementar um novo sistema de monitorização de energia e água, que nos permitirá melhorar ainda mais o nosso consumo de energia e reduzir a produção de águas residuais.

## Em constante adaptação às necessidades dos nossos clientes

### Galp Soluções de Energia

Através do nosso segmento de soluções de energia, implementamos soluções sustentáveis e de eficiência energética junto dos nossos clientes, permitindo-lhes reduzir o seu consumo e custos de energia, e evitar a emissão de gases com efeito de estufa.

A par com os seus clientes, em 2018, a Galp desenvolveu soluções de eficiência energética que evitaram emissões de 723 tCO<sub>2</sub>e/ano.

Como parte destes projetos, a Galp foi escolhida para desenvolver um projeto de produção fotovoltaica na Cooperativa Agrícola dos Fruticultores do Cadaval (COOPVAL) que começará a operar no início de 2019. O projeto foi otimizado para o perfil de consumo de energia da instalação, com base num contrato de *performance* energética (ESCO). A energia produzida será consumida pelo cliente nas suas próprias instalações, eliminando mais de 10% das suas necessidades energéticas atuais, com uma geração de 5,7 GWh e evitando 8.000 tCO<sub>2</sub>e esperadas.

### Galp 21

Pelo décimo segundo ano, a Galp organizou o programa Galp 21, apoiando 19 alunos na realização de auditorias energéticas em empresas e no desenvolvimento de soluções que promovam melhorias dos seus sistemas e comportamentos energéticos. O programa é o maior do género em Portugal e assenta num sistema de tutoria partilhada entre a Galp, as suas empresas clientes e as universidades.

O nosso objetivo é promover soluções e comportamentos de eficiência energética junto dos nossos clientes que, com os projetos implementados em 2018 possibilitarão poupanças energéticas de cerca de €3 m. Desde o princípio do programa, o Galp 21 já apoiou 232 bolseiros.



## Novas realidades, novos serviços

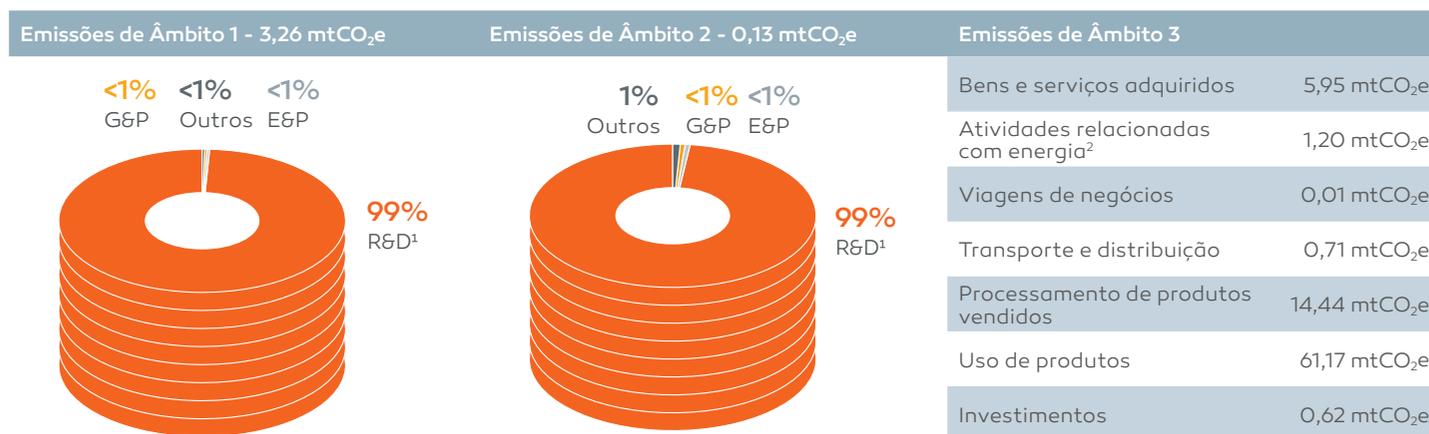
Em linha com uma adaptação contínua às necessidades e comportamentos dos nossos clientes, a Galp associou-se a uma *start-up* que opera no mercado de Gas & Power em Espanha. Este investimento permite-nos atingir 25 mil clientes no mercado espanhol de G&P, através de um modelo de negócio digital e inovador, adaptável às necessidades do cliente, melhorando a sua eficiência e experiência.

Em Portugal, ciente das atuais mudanças no consumo de energia nos transportes, a Galp desenvolveu uma estratégia de mobilidade elétrica focada numa oferta comercial integrada, através da inclusão de soluções de carregamento de carros elétricos na nossa oferta de G&P e a implementação de uma rede de pontos de carregamento rápido nas nossas estações de serviço em Portugal. Terminámos 2018 com 18 pontos de carregamento rápido nas principais autoestradas portuguesas e esperamos instalar mais 18 em 2019 nas duas principais áreas metropolitanas do país.

Continuámos a procurar estar à altura das expectativas dos nossos clientes e é por isso que desde 2016 a Galp fornece gasóleo e gasolina Evologic, uma nova gama de combustíveis com aditivos que permitem maior poupança, maior vida útil do motor e maior eficiência.

## Monitorizamos a nossa pegada

### Pegada de carbono



<sup>1</sup> Inclui biocombustíveis;

<sup>2</sup> Apenas considera atividades não incluídas nos âmbitos 1 e 2.

Emissões de âmbito 1: emissões diretas de GEE a partir de fontes controladas ou detidas pela Empresa.

Emissões de âmbito 2: emissões indiretas de GEE decorrentes da aquisição de eletricidade, frio, calor ou vapor produzidos por outra Empresa.

Emissões de âmbito 3: emissões indiretas de GEE decorrentes de atividades da Empresa a partir de fontes que não são controladas ou detidas pela mesma.

Em 2018, a Galp efetuou uma revisão da metodologia de cálculo da pegada de carbono, com destaque para a integração de mais categorias do âmbito 3, promovendo um mapeamento e reporte mais transparente das emissões indiretas. Esta atualização está alinhada com as melhores práticas aplicáveis ao sector Oil & Gas, tendo em conta as diretrizes do GHG Protocol e da IPIECA, assim como a análise de materialidade das fontes de emissão.

Em resultado desta revisão, a pegada de carbono da Galp em 2018 apresenta um âmbito mais abrangente do que nos anos anteriores, incluindo mais emissões indiretas provenientes de atividades como: bens e serviços adquiridos, atividades logísticas, viagens de negócios, processamento de produtos vendidos, uso de produtos e investimentos.

Também em 2018, a Galp apresentou pela primeira vez uma intensidade carbónica adaptada à sua cadeia de valor e aplicável a todos os segmentos de negócio.

A intensidade carbónica foi calculada considerando as emissões decorrentes da globalidade das suas atividades, de âmbito 1, 2 e 3 acima referidas, e a energia comercializada pelos vários segmentos de negócio, nomeadamente crude, gás natural, combustíveis líquidos, biocombustíveis e eletricidade.

**Intensidade Carbónica Galp**  
77 gCO<sub>2</sub>e/MJ

## 4.4.

## Como estamos a fazê-lo?

### Garantindo a transparência nas nossas ações

Na Galp, valorizamos a nossa ética e conduta empresarial, e estendemos estes valores a todos os nossos colaboradores e prestadores de serviços. A Galp está empenhada no respeito pelos direitos humanos, conforme estabelecido na Declaração Universal dos Direitos Humanos e nas convenções da Organização Internacional do Trabalho.

Comprometemo-nos a garantir que nenhuma das nossas ações ou operações originem, direta ou indiretamente, abusos ou violações de direitos humanos em qualquer local ou contexto geográfico, ao longo de toda a cadeia de valor ou esfera de influência de Galp, ou mesmo através de ações dos nossos *stakeholders*.

Integramos o respeito pelos direitos humanos nas nossas políticas, sistemas e processos de negócios. Acreditamos que esta abordagem integrada permite-nos gerir a nossa conduta empresarial de modo eficiente e eficaz. Este compromisso reflete-se nos nossos códigos de conduta, políticas e normas, e assegura a defesa

e promoção dos direitos humanos em todas as geografias em que operamos, tal como contribui para a melhoria contínua das ferramentas que utilizamos para implementar estas políticas.

Mantemos o foco em três áreas onde o respeito pelos direitos humanos é particularmente crítico na forma como operamos: i) Comunidades, ii) Colaboradores e iii) Fornecedores e Parceiros.

A Galp disponibiliza uma linha aberta para a comunicação de reclamações (a Linha de Ética «Open Talk»), assegurando que a informação é tratada com a mais estrita confidencialidade. Tal inclui, para além de outros assuntos, quaisquer preocupações relativas a direitos humanos decorrentes das atividades da Galp.

O mecanismo é gerido pela Comissão de Ética e Conduta, uma estrutura interna independente e imparcial que é responsável pela monitorização da implementação e interpretação do Código de Ética e Conduta.

## Abordagem aos direitos humanos



Colaboramos com organizações internacionais, empresas e sociedade civil para melhor entender e responder às questões sobre direitos humanos atuais e emergentes relevantes para nossos negócios. A Galp é signatária dos *Voluntary Principles on Security and Human Rights (VP)*. Desde então, a Empresa tem trabalhado diligentemente para promover e integrar os VP nas suas unidades operacionais e no negócio como um todo.

Realizamos avaliações em todas as geografias em que operamos para identificar e avaliar potenciais impactos e riscos relativos no âmbito dos direitos humanos. Após uma análise inicial, definimos uma matriz de risco de direitos humanos para cada país. Esta matriz foi tida em consideração aquando da colaboração com parceiros locais durante o ciclo de vida dos projetos, contribuindo assim para o plano de envolvimento com *stakeholders*.

Envolvemos os nossos *stakeholders* nos nossos projetos e preocupamo-nos com as comunidades que impactamos.

Antes de qualquer atividade de exploração, são planeadas sessões de contacto com as comunidades potencialmente afetadas, durante as quais esclarecemos quaisquer dúvidas sobre as atividades da Empresa. Além disso, criámos um mecanismo de reclamações para recolher e responder a quaisquer dúvidas ou questões das comunidades relativamente aos projetos.

Como parte das nossas próprias operações, identificamos e avaliamos os possíveis impactos e riscos relacionados com os direitos humanos. A este respeito, em 2018, desenvolvemos *workshops*, em Portugal e Moçambique, focados em *grievance mechanism*, que discutiu, entre outros assuntos, uma abordagem e *framework* para a consulta à comunidade. Este *workshop* foi ministrado a um grupo específico na Galp que, no decurso do seu trabalho, está ou poderá estar em contacto com comunidades afetadas por violações dos direitos humanos.

### Energizando as nossas Pessoas

6.360 COLABORADORES



42% MULHERES



58% HOMENS



### DISTRIBUIÇÃO POR IDADE

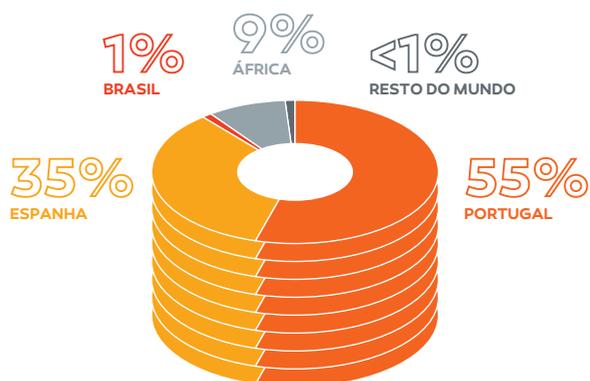


10% < 30 ANOS GERAÇÃO Y

66% 30 - 50 ANOS GERAÇÃO X / Y

24% > 50 ANOS BABY BOOMER

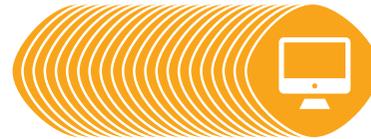
### DISTRIBUIÇÃO POR REGIÃO



>500 COLABORADORES RECRUTADOS A PARTIR DO PROGRAMA DE TRAINEES AO LONGO DOS ANOS



116 MIL HORAS DE FORMAÇÃO



## O sucesso da nossa Empresa depende das nossas pessoas.

Num mundo cada vez mais competitivo, temos de nos posicionar como uma Empresa atrativa e oferecer as condições ideais para recrutar, desenvolver e reter talentos. A Galp segue uma abordagem de ciclo de vida integrada para a gestão de talentos, focada no recrutamento, integração, gestão de desempenho, desenvolvimento, recompensa e reconhecimento, aprendizagem e formação, mobilidade, clima organizacional e nos valores da Empresa.

## Apoiamos oportunidades de desenvolvimento de carreira

### Atraímos novas gerações de profissionais

Envolvemos e atraímos jovens talentos através do nosso programa de *trainees*, o Generation Galp, que identifica e desenvolve novos profissionais promissores, enquanto reforça a ligação da Galp com o mundo académico. Este programa promove a diversidade dentro da Empresa e traz novas perspetivas através dos jovens profissionais, apoiados por oportunidades de *networking* e um plano de acompanhamento para garantir que entendem os negócios e a realidade da Galp. Recentemente, temos vindo a melhorar o programa de modo a oferecer aos seus participantes a oportunidade de desempenhar um papel mais ativo no seu percurso na Galp e de partilhar as suas experiências com antigos participantes, bem como aprender com eles.



\* após o primeiro ano

### Envolvemos as Pessoas no desenvolvimento de carreira

Em 2018, a Galp introduziu os *People Days*, dias dedicados à reflexão e debate sobre o desempenho e o potencial das nossas pessoas. Como resultado destes debates surgem os Planos de Desenvolvimento Pessoal (PDP), alinhados com os planos de aprendizagem e formação e com as iniciativas propostas pelos próprios colaboradores durante o processo de avaliação de desempenho.

As ações decorrentes dos *People Days* poderão incluir não só formação convencional, mas também oportunidades de mobilidade de carreira a curto, médio ou longo prazo, a inclusão em projetos, programas de *mentoring* e iniciativas como parte dos planos de recompensa.



### Promovemos a transparência e clareza no desenvolvimento das Pessoas

A Galp definiu um novo modelo de gestão de funções conhecido como *Job Family Model* (JFM), com início em 2019. Este modelo agrupa funções com traços comuns em famílias e subfamílias. Com este novo modelo, estamos a transitar de uma abordagem organizacional com base em níveis funcionais muito detalhados e segmentados para uma metodologia mais ágil, simplificada, adaptável e transversal aos diversos departamentos.

O JFM oferece uma visão global da Organização, bem como uma melhor visão sobre todas as possibilidades de progressão. Como tal, cada pessoa pode explorar melhor as oportunidades de desenvolvimento pessoal, tornar-se um especialista na sua própria área de conhecimento, assumir outras responsabilidades ou participar em projetos ou iniciativas transversais.



### As nossas Pessoas aprendem com novos desafios e experiências diferentes

#### Uma nova estratégia para a aprendizagem

A nova estratégia de aprendizagem baseia-se num modelo 70/20/10 (Fazer, Partilhar, Saber) que estabelece diferentes tipos de formação, com diferentes abordagens ajustadas ao tópico de aprendizagem. Os nossos programas de formação são desenvolvidos, estruturados e geridos de acordo com o seu âmbito e objetivo, e incluem formação estratégica, de liderança e gestão, transversal, funcional e técnica, personalizada, tática e de atualização.

Os programas de aprendizagem têm impacto na carreira e no comportamento empresarial dos colaboradores, que podem ser avaliados através do retorno do investimento em capital humano. Em 2018, investimos c. de €4 m em 116.200 horas de formação.

## Investimos numa mente saudável

A Galp está ciente da importância de uma mente e um ambiente de trabalho saudável. Assim, temos vindo a implementar um programa de meditação que promove o uso pleno da mente através de sessões presenciais e de um período de prática *online*. Este programa visa estabelecer as bases para a prática autónoma da meditação de atenção plena (*mindfulness*) pelas pessoas da Galp, cultivando um hábito de vida saudável. No seu segundo ano, o *Mindfulness* já abrangeu mais de 500 pessoas da Organização em Portugal e Espanha.

## Desenvolvemos capacidades através da aprendizagem experiencial

Acreditamos que a experiência desempenha um papel relevante nos processos de aprendizagem. Neste sentido, providenciamos oportunidades de formação baseadas em métodos de aprendizagem experienciais, focados não apenas no desenvolvimento de competências pessoais, como também em programas específicos nos quais a experiência pode impulsionar o desenvolvimento de competências técnicas.

Num dos nossos projetos em curso, estamos a desenvolver e a testar uma iniciativa focada na gestão da mudança, que visa desenvolver a comunicação no interior das equipas de trabalho e melhorar a eficácia individual e da equipa. Durante este programa, os participantes aprendem a identificar os

fatores críticos de sucesso para a mudança e como capacitar a liderança, melhorando a dinâmica da equipa criando uma forma de trabalho mais colaborativa e eficaz.

Com o mesmo conceito de aprendizagem, e com base nos princípios das artes marciais (mente e corpo), desenvolvemos também um roteiro transformacional para os profissionais de vendas, negociadores e gestores de contratos da Galp. Este programa chama-se Samurai G e visa melhorar as capacidades de negociação, com enfoque na capacidade de negociação de um grupo específico da Galp (60 pessoas).

## Estamos atentos a novas perspetivas tecnológicas

A Galp é um dos membros fundadores da Singularity University Portugal, um polo local do projeto SingularityU. Esta iniciativa visa promover programas personalizados em vários domínios tecnológicos, refletindo sobre o modo como estes se interligam com os diversos sectores de negócio como parte de uma visão de longo prazo.

Como parceira fundadora, a Galp ambiciona promover e inspirar a inovação, e ajudar os líderes e empreendedores nacionais a interligar conceitos válidos e tecnologias emergentes, de forma a abordar os principais desafios globais que a sociedade enfrenta. Em 2018, esta iniciativa contou com 60 participantes numa conferência de dois dias e um *workshop*.

## Pessoas diferentes, oportunidades iguais

Na Galp, os nossos valores são orientados pelos princípios da diversidade e igualdade de oportunidades, em oposição total a qualquer discriminação e de promoção de uma cultura de integração social.

Opomo-nos a qualquer forma de discriminação que se baseie em género, nacionalidade, etnia, religião ou orientação sexual. A 31 de dezembro de 2018, a Galp contava com 6.360 colaboradores de 50 nacionalidades diferentes.

Categoria profissional	Total	Distribuição etária			Distribuição por género		Distribuição por nacionalidade	
		< 30 anos	30-50 anos	> 50 anos	Feminino	Masculino	Portuguesa	Outras nacionalidades
Gestores de topo	47	0	22	25	7	40	36	11
Quadros dirigentes	178	0	93	85	42	136	157	21
Quadros superiores	453	4	285	164	163	290	373	80
Especialistas	1.918	209	1.254	455	737	1.181	1.285	633
Outros	3.764	430	2.550	784	1.720	2.044	1.603	2.161
Total	6.360	643	4.204	1.513	2.669	3.691	3.454	2.906

A Galp pertence ao Fórum de Empresas para a Igualdade de Género (IGEN), uma iniciativa da Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego (CITE). Em 2018, criámos um grupo permanente para analisar e atuar sobre as questões relacionadas com a diversidade, responsável pela discussão, definição e implementação das melhores práticas nesta área. Queremos promover a igualdade, a inclusão e o bem-estar de todos aqueles que trabalham na Empresa, sendo o equilíbrio dos géneros uma das principais preocupações e um dos pilares das políticas de Gestão de Pessoas. O programa *Gender Equality@Galp: Equality Means Business* realizou um diagnóstico inicial, com base no qual, definiu um plano de ação e comunicação. As principais questões discutidas e identificadas foram o desenvolvimento da carreira e a estrutura de recompensas, assim como o equilíbrio entre vida pessoal e profissional. A implementação do plano já teve início e terá seguimento ao longo de 2019.

Promovemos a igualdade de género expressando o nosso compromisso com a implementação dos sete *Empowerment Principles* das Mulheres, uma iniciativa das Nações Unidas. A Galp também promove a igualdade de género e a criação de oportunidades profissionais para jovens mulheres, apoiando programas como o *Girls Move*. Em 2018, recebemos duas jovens moçambicanas ao abrigo desta parceria, cujo objetivo é contribuir para a melhoria da vida destas raparigas através da educação e de cuidados de saúde, e criar mais oportunidades para que tenham um efeito multiplicador positivo na sociedade.

## Envolvendo os nossos stakeholders

### Envolvemos a nossa cadeia de fornecimento

Na Galp, monitorizamos continuamente o desempenho dos nossos fornecedores, prestadores de serviços e outros parceiros de negócio. Exigimos que as suas práticas empresariais estejam alinhadas com as melhores práticas e estabelecemos vários requisitos de sustentabilidade.

As atividades da Galp geram milhares de empregos diretos e indiretos em todo o mundo. Tal requer que a Empresa, ao lidar com os seus fornecedores e prestadores de serviços, garanta uma resposta a uma grande variedade de preocupações relativas a impactos ambientais, económicos e sociais, através dos seus compromissos e iniciativas de contratação sustentável. A relação entre a Galp e os seus fornecedores assenta nos princípios de respeito pelos direitos humanos e condições de trabalho, transparência e integridade, e assume a qualidade como um fator crítico de sucesso juntamente com a proteção das pessoas, do ambiente e dos ativos.

Na Galp, encaramos os nossos fornecedores como parceiros de negócio, dada a sua importância para a nossa atividade. Esta parceria é regida não só pela conformidade com as condições comerciais e técnicas, mas também com as disposições do nosso Código de Ética e Conduta e dos documentos normativos relacionados, bem como pela conformidade com a legislação vigente nos países em que os fornecedores operam, com o propósito de criar valor partilhado de uma forma sustentável.



\* Fornecedores críticos são: Fornecedores com elevados valores de faturação (> €100.000); fornecedores não substituíveis; fornecedores de bens ou serviços cuja falha de fornecimento ou de continuação da operação pode afetar as atividades do grupo Galp, em áreas como a *compliance* e a segurança das pessoas, do ambiente e dos ativos.

## 1. Estabelecemos princípios-chave para os fornecedores

A nossa Política de Compras afirma que trabalhamos com os nossos fornecedores garantindo a proteção dos interesses de ambas as partes, com base em condições contratuais claras e negociadas de forma justa. Esta relação assenta em quatro princípios fundamentais:

- Respeito pelos direitos humanos e pelas condições de trabalho;
- Atuação transparente e íntegra;
- Qualidade como um fator crítico de sucesso; e
- Proteção do ambiente, de pessoas e de ativos.

Desta forma, a Empresa não estabelece nem mantém relações com fornecedores que não estejam alinhados com os princípios acima citados e adota medidas adequadas nos casos em que a conduta ética e profissional ou os critérios de sustentabilidade dos fornecedores suscitem quaisquer dúvidas.

## 2. Monitorizamos práticas responsáveis entre os fornecedores

Na Galp, usamos o sistema Achilles e a plataforma Supply4Galp, bem como auditorias a fornecedores, para monitorizar e gerir os riscos relacionados com os mesmos. A plataforma Supply4Galp integra todas as informações relativas à cadeia de fornecimento e gestão de aquisições, cobrindo todo o ciclo do processo de compras.

O Achilles, um sistema reconhecido internacionalmente, identifica, qualifica, avalia e gera informação sobre fornecedores para compradores, obtidos a partir das maiores organizações do mundo. Usando esta metodologia, avaliamos os nossos fornecedores mais críticos no que respeita ao seu risco de sustentabilidade:

Nível de risco	2016	2017	2018
Acima da classificação média de risco	152	200	111
Dentro da classificação média de risco	208	215	212
Abaixo da classificação média de risco	32	99	40

Asseguramos também que os nossos fornecedores possuem as certificações de ambiente, segurança e qualidade adequadas para garantir o seu compromisso. A Galp exige as principais certificações apresentadas no quadro abaixo:

Norma internacional	2016	2017	2018
ISO 9001	2.098	2.938	2.791
ISO 14001	908	1.305	1.474
OHSAS 18001	633	1.261	1.330
Outras certificações	26	581	760

## 3. Promovemos a contratação sustentável

Para promover o alinhamento total dos nossos fornecedores e prestadores de serviços com o nosso Código de Ética e Conduta, promovemos sessões de partilha de conhecimento focadas em ética e sustentabilidade. Estas sessões de formação são providenciadas a dois grupos de fornecedores: fornecedores de construção, que poderão ter projetos de grande dimensão nas nossas refinarias, e fornecedores de materiais. O principal objetivo é fomentar a sensibilização e reforçar a sua relação com a Galp. Em 2019, temos como objetivo continuar a promover estas sessões, uma vez que o *feedback* recebido foi bastante positivo.

## Envolvemos as comunidades onde operamos

As comunidades e o ambiente em torno das nossas operações nos 11 países onde operamos são de extrema importância para nós. Desempenhamos um papel influente no desenvolvimento sustentável local, promovendo o bem-estar através de projetos sociais, primeiramente através do acesso à energia e à educação.

A Galp identificou estas causas considerando três áreas estratégicas que resultaram em iniciativas comunitárias, como:



### Energia sustentável

Promover a prosperidade da comunidade e a proteção ambiental através da energia



### Desenvolvimento social

Adotar as causas das comunidades locais em parceria



### Educação e conhecimento

Ser uma influência positiva para uma sociedade sustentável

Da mesma forma, as iniciativas da comunidade devem considerar os seguintes critérios:



Entre os projetos que têm impacto no desenvolvimento das comunidades envolventes, destacamos os quatro projetos seguintes:

 <b>PROJETO</b>	 <b>PARCEIROS</b>	 <b>OBJETIVO</b>	 <b>IMPACTO</b>
<b>Projeto de desenvolvimento de energia doméstica sustentável de Bissau - FumuKaba</b>	Fundação Galp, UCCLA (União das Cidades Capitais de Língua Portuguesa), União Europeia, Petromar e Câmara Municipal de Bissau.	Incentivar a transição da queima de biomassa e carvão em fogões rudimentares para soluções simples, confortáveis e de baixo custo, utilizando fontes de energia modernas, como o gás butano.	<b>Esperado:</b> Abranger mais de 25.000 famílias na região da Guiné-Bissau;  Evitar a desflorestação de 100 mil hectares e a emissão de 530 mil toneladas de CO <sub>2</sub> .
<b>Energiza</b>	FUNAE, Fundação Galp e Galp Moçambique	Desenvolver comunidades nas províncias de Maputo, Sofala, Manica e Cabo Delgado em Moçambique, através da eletrificação de 125 infraestruturas a partir de painéis solares, viabilizando o acesso a energia.	<b>Em 2018:</b> 5.918 moçambicanos afetados positivamente; Produção renovável de c. 50.000 kWh
<b>Missão UP</b>  <b>Power UP</b>  <b>Switch UP</b>	ADENE  Ministério da Educação de Portugal	Promover a mudança dos comportamentos relacionados com a energia e o desperdício para um consumo mais eficiente, tendo como público-alvo os estudantes, pais e professores portugueses.	<b>Desde 2010:</b> Os projetos educacionais abrangeram: Mais de 1 milhão de estudantes; Mais de 120.000 professores do 1.º ao 12.º anos de escolaridade; Mais de 3.500 aulas de energia lecionadas.
<b>Galp Prosperity Challenge</b>	IES - Social Business School	Dinamizar uma verdadeira cultura de inovação e empreendedorismo social na Galp, desde a fase da ideia até à implementação do projeto, através de um programa piloto.	57 participantes da Galp; 6 organizações sociais; 2 temas principais: responsabilidade social na Galp e suporte a empresas do sector terciário na resolução de problemas reais nas suas organizações.

Em S. Tomé e Príncipe, firmámos um compromisso com o Estado de S. Tomé e Príncipe para a realização de projetos sociais, bem como para o financiamento de formações especializadas para os cidadãos do país.

Em 2018, iniciámos a participação num projeto de renovação da escola situada na Vila da Madalena e a construção de um centro desportivo, em parceria com a Agência Nacional do Petróleo, de S. Tomé e Príncipe. A implementação ocorrerá em 2019.

Também realizámos ações de responsabilidade social corporativa através do programa Galp Voluntária, que inclui um banco de horas anual para voluntariado por parte dos nossos colaboradores. Destacamos o movimento Terra de Esperança, uma parceria entre a Fundação Galp e a Associação Nacional de Empresas Florestais, Agrícolas e do Ambiente (ANEFA) para a reflorestação de áreas afetadas pelos incêndios florestais em Portugal, através da doação à associação, por parte da Galp, de 500.000 árvores de espécies nativas.

## Medimos o alcance das nossas iniciativas sociais

Garantindo total transparência, a Galp avalia o impacto social dos seus projetos, monitorizando os retornos em termos de benefícios para a comunidade. Somos membros do London Benchmarking Group desde 2012.

	2018 (€k)
<b>Motivação</b>	
Donativos	94
Investimento na comunidade	18.074
Iniciativas comerciais na comunidade	801
<b>Geografia</b>	
América do Sul	14.666
Europa	3.478
Médio Oriente e África	826
<b>Foco/Assunto</b>	
Educação	16.573
Saúde	79
Desenvolvimento económico	2
Ambiente	927
Arte e cultura	416
Bem-estar social	947
Ajuda de emergência	0
Outros	28
<b>Total (excluindo custos de gestão)</b>	<b>18.970</b>
<b>Total com custos de gestão</b>	<b>19.397</b>

## Minimizando o nosso impacto ambiental

Promovemos a redução do consumo de água e a sua reutilização



**15%**

de recuperação de água na totalidade das operações da Galp



**100%**

das operações da Galp cujo risco associado ao uso de água é monitorizado



**4%**

das instalações da Galp estão localizadas em áreas de escassez de água

A Política de Saúde, Segurança e Ambiente (SSA) da Galp apoia a definição da estratégia corporativa, promovendo a adoção das melhores tecnologias disponíveis e do uso dos recursos de uma forma ecoeficiente nas nossas operações. Adicionalmente, a Galp integra os requisitos específicos de SSA&S, tais como gestão da água, ao longo do ciclo de vida do projeto por forma a assegurar que a avaliação do risco associado à sua utilização faz parte dos critérios para a tomada de decisão. Estes métodos de avaliação alinhados com as melhores práticas internacionais.

### Estamos a trabalhar para reduzir o consumo de água e melhorar o seu tratamento

As nossas refinarias consomem 88% da água das nossas operações. Estabelecemos metas de desempenho para reduzir o consumo de água e aumentar a sua reutilização nas nossas refinarias. Nos últimos anos, foram feitos esforços no sentido de adotar medidas de eficiência para reduzir o consumo de água, aumentar a sua reutilização e reciclagem e melhorar o tratamento de águas residuais, diminuindo as descargas associadas.

A definição anual de objetivos e metas é parte integrante dos nossos Sistemas de Gestão Ambiental, refletindo-se em compromissos com impacto na avaliação de desempenho e recompensa dos nossos colaboradores. Desde 2014, atingimos uma redução de 4% no consumo de água bruta por carga tratada nas nossas unidades de refinação.

A Galp tem continuado a investir em novos equipamentos de tratamento de efluentes e, em 2018, investimos €359 k para alcançar maior eficiência e melhorar a qualidade dos efluentes, que são monitorizados periodicamente. Tal tem permitido um aumento da quantidade de água reutilizada/reciclada para 1.592.585 m<sup>3</sup>, 18% do consumo de água nas nossas refinarias.

Também, a nível local, a Galp implementou ferramentas para monitorizar o impacto dos efluentes, incluindo a monitorização da qualidade das águas subterrâneas recorrendo a redes de piezómetros. A Galp efetua ainda auditorias internas e externas assegurando a conformidade legal e com normativos internos.

### Atualizámos a nossa avaliação de riscos hídricos

Atualizamos periodicamente o mapeamento dos riscos associados ao uso de água na totalidade das nossas operações. Este mapeamento é realizado com recurso à ferramenta *Global Water Tool for Oil & Gas (GWT)*, desenvolvida pela IPIECA em colaboração com o WBCSD.

De acordo com o mapeamento, 4% das nossas operações localizam-se em áreas com escassez de recursos hídricos. Estas áreas representam apenas 0,14% do consumo total de água da Galp.

## Estamos ativamente envolvidos com os stakeholders

A Galp participou no projeto «Abordagem Integrada da Água e Reutilização Urbana», desenvolvido por um grupo de trabalho da IMPEL (*Integrated Water Approach and Urban Reuse*). Este projeto teve como objetivo partilhar as práticas das refinarias no âmbito do consumo e reutilização de água com as entidades reguladoras europeias e desenvolver um guia de boas práticas para a gestão da água, em conformidade com a diretiva sobre emissões industriais e a diretiva-quadro relativa à água.

## Protegemos os habitats e espécies impactadas pelas nossas atividades

Na Galp, preocupamo-nos com a preservação da biodiversidade e dos ecossistemas e participamos em programas de proteção e recuperação de espécies e habitats nas áreas em que desenvolvemos os nossos projetos. Avaliamos o nosso impacto nos recursos naturais, em particular nas áreas protegidas e sensíveis, ou naquelas que são propensas à escassez de água.



Na Galp, estamos empenhados em salvaguardar a biodiversidade e os serviços dos ecossistemas em todas as geografias onde operamos, garantindo a sua preservação durante o ciclo de vida dos nossos projetos. Isto assume uma especial importância dada a expansão das nossas atividades.

Ao longo dos anos, desenvolvemos normativos e procedimentos para reforçar o nosso compromisso de minimizar o impacto das nossas atividades na biodiversidade e nos serviços dos ecossistemas. Estes incluem guias internos para integração da biodiversidade nas avaliações de impacto ambiental e social (AIAS) e para identificação e implementação de soluções adequadas para a gestão de atividades de *upstream* em áreas sensíveis ao nível da biodiversidade. Estes procedimentos estão em conformidade com as leis internacionais e nacionais, elaboradas pela IMO, pela IOGP e pela IPIECA.

No âmbito das nossas atividades de E&P, levamos em consideração as questões de biodiversidade na seleção e tomada de decisão dos projetos de *upstream*.

Da mesma forma, identificamos os riscos e impactos através de uma atualização anual do mapeamento das áreas de conservação e proteção da biodiversidade em torno das nossas instalações, utilizando a *Integrated Biodiversity Assessment Tool* (IBAT). Em 2018, 100% das nossas operações (73 locais) foram avaliadas através deste sistema. Considerámos as áreas mais importantes em termos de conservação da biodiversidade, como as áreas protegidas pela União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN) e os locais classificados como Património Mundial pela UNESCO.

Porque acreditamos que quantificar os impactos e as dependências facilita a redução dos impactos negativos e o reforço dos positivos, introduzimos na nossa análise a abordagem estabelecida no *Natural Capital Protocol* de forma a medir o valor económico dos impactes ambientais e refletir o valor acrescentado à sociedade. Para nos ajudar a cumprir este compromisso, trabalhamos também com parceiros externos para proteger as pessoas, o ambiente e os ativos.

### S. Tomé e Príncipe

As atividades de exploração em S. Tomé e Príncipe foram alvo de um estudo de impacte ambiental que identificou medidas de mitigação para alguns impactes potenciais. Para maximizar a proteção da biodiversidade, a atividade das embarcações foi adaptada com a participação de oito observadores da fauna marinha acreditados pelo *Joint Nature Conservation Committee (JNCC)* e pelo *Bureau of Safety and Environmental Enforcement (BSEE)*.

Em S. Tomé e Príncipe, enquanto operador de um dos blocos em que estamos presentes, partilhamos dados sobre a observação de espécies junto de organizações ambientais internacionais.



### Namíbia

Em 2018, as atividades de exploração na Namíbia foram alvo de um levantamento sísmico marinho e de uma auditoria de saúde, segurança e ambiente, sem nenhum incidente grave reportado. Para garantir a proteção máxima da biodiversidade, os especialistas realizaram uma monitorização contínua de mamíferos marinhos. Como parte do envolvimento com os nossos *stakeholders* e do compromisso de transparência em todos os nossos projetos, apoiámos os comerciantes locais e divulgámos informações relevantes sobre o projeto a empresas pesqueiras locais que operam dentro das nossas zonas de operação.

### Projeto Oceantech

A Galp é parceira do projeto Oceantech, um sistema de gestão de operações baseado no uso de veículos robóticos inteligentes para explorar o mar a partir da costa portuguesa. A Oceantech visa desenvolver um sistema de monitorização acústica passiva e versátil para a biodiversidade marinha, colocando Portugal numa posição de vantagem do crescimento da chamada «economia azul», através da exploração de oportunidades globais.



## Continuamos a melhorar o nosso desempenho ambiental

A Galp monitoriza e reporta periodicamente os impactos ambientais e os riscos associados às operações, em todas as geografias. Para promover a melhoria contínua, estabelecemos objetivos e metas e definimos planos de acompanhamento.

	2015	2016	2017	2018	Refinação <sup>1</sup>
Consumo direto de energia por fontes primárias (TJ)	49.286	45.712	49.815	41.688	97%
Compra de eletricidade (TJ)	2.008	1.728	1.911	1.771	87%
Consumo total de água bruta (10 <sup>3</sup> m <sup>3</sup> )	10.535	10.176	10.812	10.319	88%
Efluentes (10 <sup>3</sup> m <sup>3</sup> )	6.543	6.336	5.697	6.455	92%
Resíduos produzidos (t)	25.434	27.215	30.115	44.203	87%
Número de perdas de contenção primária que atingiram o ambiente <sup>2</sup>	8	4	3	8	
Volume de perdas de contenção primária que atingiram o ambiente (m <sup>3</sup> ) <sup>2</sup>	99	5	5	14	
Emissões GEE no âmbito do CELE (tCO <sub>2</sub> e)	3.496.077	3.424.131	3.578.168	3.216.219	
Emissões de NOx (t) (âmbito 1)	1.691	1.571	1.617	1.530	
Emissões de SO <sub>2</sub> (t) (âmbito 1)	6.008	5.233	5.664	3.957	
Emissões de partículas (t) (âmbito 1)	250	183	227	221	
Pegada de carbono - Emissões diretas (tCO <sub>2</sub> e) (âmbito 1)	3.766.626	3.759.931	3.624.706	3.264.935	
Pegada de carbono - Emissões indiretas (tCO <sub>2</sub> e) (âmbito 2)	273.458	171.950	228.035	133.516	
Gás flaring - E&P (m <sup>3</sup> )	967.854	783.168	1.109.485	1.191.924	

<sup>1</sup>A refinação é o segmento de atividade com maior materialidade no desempenho ambiental da nossa Empresa.

<sup>2</sup>Inclui perdas de contenção > a 150 l, excluindo produtos gasosos.

## Colocamos a segurança das nossas pessoas em primeiro lugar

Na Galp, a segurança é uma prioridade em todos os nossos projetos. Temos como ambição atingir a marca dos zero acidentes nas nossas operações e para isso é necessário garantir que trabalhamos de forma segura.

Procuramos atuar de acordo com as melhores práticas de segurança, recorrendo a *guidelines* e peritos internacionais neste domínio, de forma a proteger os nossos colaboradores e prestadores de serviços, bem como preservar os nossos ativos e o ambiente onde desenvolvemos as nossas atividades.

### Reavaliámos a cultura de segurança da Galp

Completámos, em 2018, um novo diagnóstico da cultura de segurança da Galp que abrangeu todos os funcionários. A metodologia utilizada foi baseada num inquérito a todos os funcionários, análise de documentos, visitas de especialistas e entrevistas, tendo os resultados sido divulgados no final de 2018.

A nossa ambição é atingir os ZERO acidentes pessoais, materiais e ambientais com impacto significativo.

À avaliação seguiu-se o desenvolvimento de um plano estratégico a ser implementado no período 2018-2020, que permitirá à Galp criar e sustentar uma cultura de segurança de excelência. Este plano estratégico resultou num plano de ações a nível corporativo e em iniciativas específicas para as unidades organizacionais. A implementação destes planos terá início em 2019, estando estruturados por quatro áreas-chave:

- I. Compromisso da liderança
- II. Ambiente físico
- III. Risco
- IV. Contexto social

Como parte deste plano de ação, algumas iniciativas começaram a ser implementadas, incluindo a adoção das *Life Saving Rules*, o reforço das formações focadas em liderança para a segurança e o desenvolvimento de um sistema de recompensa-consequência para todas as operações. A metodologia escolhida dá-nos a possibilidade de repetir o inquérito realizado, com base nos mesmos pressupostos, num futuro próximo. Esta reavaliação periódica permite-nos atuar de forma a fim de manter os elevadores padrões.

## Partilhamos conhecimento e experiência

A comunicação de experiências adquiridas exerce um papel significativo na nossa estratégia para a segurança, promovendo uma cultura de prevenção, uma gestão apropriada da mudança e das respostas à emergência, e melhorias contínuas dos procedimentos operacionais. A segurança é constantemente avaliada através de relatórios e investigações de incidentes, incluindo quase acidentes, análises de riscos, auditorias de segurança e *security*.

A Galp promove momentos de formação e sessões para troca de experiências e divulgação de conhecimentos em segurança, com o objetivo de contribuir para a melhoria do desempenho de segurança e proteção do nosso capital humano e ativos. Em 2018, todos os colaboradores com

responsabilidades de investigação e aprovação de relatórios de acidentes receberam formação especializada nesta área. Após um total de 248 horas de formação 360 pessoas de todas as geografias Galp estão melhor preparadas para desempenharem as suas funções. Em paralelo registámos uma melhoria dos nossos processos de investigação e validação de incidentes.

Como parte do nosso fórum anual de segurança, a Galp promoveu uma sessão interativa com os seus parceiros de negócios para partilha de experiências de segurança e *security*. Vários oradores de outras empresas petrolíferas e químicas participaram na sessão e partilharam as melhores práticas de segurança, os últimos avanços e tendências, os conhecimentos e as estratégias possíveis para esta área, partilha esta que tem uma importância significativa para a melhoria contínua das práticas gerais de segurança da Galp.

## Monitorizamos continuamente os indicadores de segurança

### Acidentes com baixa

	2016		2017		2018	
	Número de acidentes	Índice de frequência	Número de acidentes	Índice de frequência	Número de acidentes	Índice de frequência
Colaboradores	10	0,8	13	1,1	19	1,6
Prestadores de serviços	8	0,8	4	0,4	16	1,3
Colaboradores e prestadores de serviços	18	0,8	17	0,8	35	1,5

### Índice de frequência de acidentes com baixa por região

	2016			2017			2018		
	América do Sul	África	Europa	América do Sul	África	Europa	América do Sul	África	Europa
Colaboradores	0,0	0,8	0,8	0,0	0,0	1,3	0,0	0,9	1,8
Prestadores de serviços	0,0	0,0	0,9	0,0	1,6	0,3	0,0	1,3	1,4
Colaboradores e prestadores de serviços	0,0	0,5	0,8	0,0	0,6	0,8	0,0	1,1	1,6

### Índice de frequência de acidentes totais

	2016	2017	2018	Meta 2019
Índice de frequência de acidentes totais	2,3	1,7	3,0	1,7

Inclui todos os acidentes pessoais exceto primeiros socorros.

Apesar de termos registado um número anormal de acidentes com baixa em 2018, estes são, essencialmente, consequência de pequenos impactos em objetos estacionários, escorregões, tropeções e quedas. Apesar de terem forçado as pessoas afetadas a realizarem um período de descanso, tais acidentes não resultaram em lesões incapacitantes.

## Asseguramos a segurança dos nossos processos

Na Galp, a segurança das pessoas, do ambiente e dos ativos é um objetivo crítico, e por isso operamos as nossas instalações de forma a reduzir e a minimizar os riscos

Monitorizamos e analisamos as questões de segurança de processo que emergem nas nossas instalações. Incorporamos as melhores práticas nas nossas operações, avaliamos a eficácia das medidas de prevenção e gestão de segurança, e identificamos de forma clara as potenciais vulnerabilidades dos nossos ativos e operações, de forma a minimizar a possibilidade de acidentes. Completamos este ciclo auditando as operações da Empresa, com o objetivo de verificar a eficácia das medidas de mitigação de riscos implementadas.

A nossa estratégia de segurança de processos mostrou uma tendência positiva, especialmente no Tier 1, e continuamos a trabalhar com o objetivo de reduzir a taxa de eventos de segurança de processo por um milhão de horas trabalhadas.

	2016	2017	2018	Meta para 2019
<b>Tier 1</b>	0,17	0,23	0,09	0,09
<b>Tier 2</b>	0,39	0,47	0,30	0,30

## Sistema Integrado de Gestão: cinco dimensões num único sistema

Em 2018, concluímos o projeto DRIVER, o qual teve como principal objetivo a implementação de um sistema de gestão (SIG) numa ótica de alinhamento integral com os processos de negócio e transversalidade na aplicação de requisitos normativos e regulatórios.

A estratégia para a conceção do Sistema Integrado de Gestão foi baseada na metodologia de *Business Process Management* enquanto instrumento de gestão da qualidade. Neste âmbito, foi desenvolvido o modelo de processos da Empresa e introduzido o conceito de gestão do ciclo de vida dos processos numa perspetiva *end-to-end*, alcançando-se um conjunto de benefícios:

- Visão única e integrada dos processos
- Normalização de metodologias de gestão do ciclo de vida de processos
- Eliminação de esforços duplicados com o objetivo de otimização de processos
- Partilha de experiências e boas práticas através da organização

Desenvolvemos e publicámos o Referencial do Sistema Integrado de Gestão, tendo sido alcançada em 2018 a certificação em cinco dimensões: Ambiente, Qualidade, Segurança, Energia e Responsabilidade Social, tornando a Galp na primeira empresa de energia a obter uma certificação deste tipo em Portugal. O SIG permite-nos ter uma visão integrada e holística dos processos críticos da Galp e promove uma aplicação uniforme e consistente dos seus requisitos regulatórios e de outros compromissos assumidos perante os *stakeholders*.

Através deste sistema integrado, asseguramos os compromissos da Galp relativamente à qualidade de processos, serviços e produtos, proteção do ambiente, ativos e capital humano, eficiência energética das nossas operações e bem-estar das comunidades onde operamos.

# 15 SISTEMAS DE GESTÃO



Qualidade  
ISO 9001:2015



Ambiente  
ISO 14001:2015



Segurança  
NP 4397:2001  
OHSAS 18001:2007



Energia  
ISO 9001:2015



# 1 SISTEMA DE GESTÃO INTEGRADO



Responsabilidade Social  
NP 4469-1:2008



Novo âmbito organizacional

O sistema integrado de gestão consolida os anteriores 15 Sistemas de Gestão num único sistema e garante o alinhamento com as melhores práticas e standards de referência internacionais.



Em 2018, com o final da implementação do SIG, foram realizadas 26 auditorias nos domínios Ambiente, Qualidade, Segurança, Energia e Responsabilidade Social, que envolveram 23 auditores internos e 27 auditores externos, tendo sido identificadas 330 constatações, das quais 102 foram Não conformidades e 228 Oportunidades de melhoria. Foram identificadas e são monitorizadas ações, tendo em 2018 sido alcançado um grau de execução de 93%.

1.351	Ações
775	Ações provenientes de não conformidades
576	Ações provenientes de oportunidades de melhoria

A integração dos anteriores sistemas de gestão originou uma simplificação da gestão de sistemas, apesar do alargamento do número de instalações e atividades abrangidas. Desta forma, o número total de qualificações diminuiu, dadas as sinergias alcançadas. Em simultâneo, a certificação em Responsabilidade Social alcançada pela primeira vez.

Continuamos a ostentar três acreditações (ISO/IEC 17025) dos nossos Laboratórios, assegurando-se assim o mais elevado nível de qualidade dos nossos produtos. Complementarmente ao SIG, mantêm-se ainda outras certificações em empresas do grupo Galp nos domínios de ambiente (3), qualidade (5) e segurança (4).

5.

## A marca Galp





## 5.1.

# 40 anos da marca Galp

Na atual era do efémero, da satisfação imediata e dos prazos instantâneos, a marca Galp, criada há precisamente 40 anos, soube manter a sua relevância por, em momentos-chave, ter conseguido antecipar ou responder às tendências do seu tempo, transformando-se para responder aos desafios que a história lhe foi lançando.

A criação da própria Marca resultou da necessidade de humanizar e dar coerência comercial à empresa resultante do processo que, nos anos que se seguiram à revolução de Abril de 1974 em Portugal, deu origem à Petrogal através da fusão a quente das empresas que haviam erigido todo o setor petrolífero português: a Sonap, a Sacor, a Cidla e a Petrosul.

É assim que, em 1978, nasce a marca Galp.

Pela sua génese e posição no mercado português, a Marca assumiu-se desde logo como a grande referência, com uma atitude dinâmica e irreverente bem patente na escolha das cores fortes e extrovertidas com que se mostrou ao mundo, procurando sacudir os tempos difíceis que se viviam.

Ao longo da sua história, em vez de adotar uma postura reativa, a Marca posicionou-se sempre como um veículo mobilizador de grandes movimentos da sociedade, tanto no que se referia à modificação de comportamentos, nomeadamente a adoção de práticas mais amigas do ambiente, ou de fontes energéticas mais competitivas.

A longevidade da Marca – de qualquer marca – depende, a montante, da capacidade da empresa que está por trás dela para disponibilizar permanentemente os produtos e serviços mais relevantes para a vida dos seus clientes e de os valorizar não apenas pelo que são, mas por aquilo que representam, neste caso uma ideia de vida mais confortável, mais cómoda, mais eficiente e produtiva.

Essencial neste caminho foi a Marca ter sabido manter sempre a coerência entre aquilo que era a empresa, e no que se foi transformando, e as mensagens que transmitia à sociedade.



## Os passos firmes duma grande Marca

Desde o lançamento da Marca, o mercado foi crescendo e a Galp antecipava-se à nova realidade, conquistando o consumidor e diminuindo distâncias.

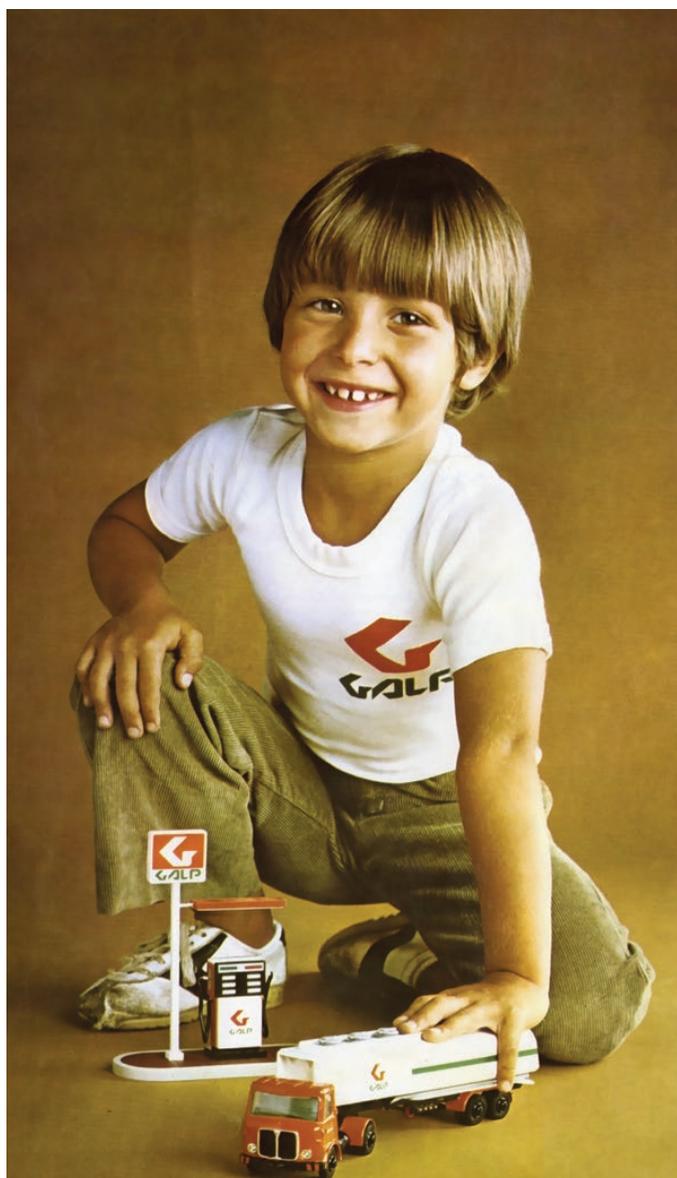
Com o mercado no geral a conhecer uma forte expansão e com a entrada de novas marcas, mais do que nunca a Galp começou a trilhar um caminho de diferenciação também na forma como comunicava com o seu público, ganhando território e assumindo uma posição de relevo no mercado.

A estratégia de comunicação teve um foco muito direcionado para os mais novos, um público-alvo que na altura seria improvável, mas que começou a ter a atenção da Marca, num movimento inovador, disruptivo e claramente indicador da capacidade da Galp em antecipar cenários e projetar o seu posicionamento futuro. Projetava-se um contacto inicial, um envolvimento e um conhecimento que se estenderia por gerações futuras e que faria da marca Galp uma das preferidas do público.

No início da década de 90 e com uma consciência renovada da importância da Marca e da sua imagem junto do público, a Galp empenhou-se na criação de uma identidade visual sustentada e estrategicamente alinhada com a produção industrial da Petrogal e a oferta comercial da Galp.

Tanto assim que, com a absorção da Gás de Portugal por parte da Petrogal, no final dessa década, o nome da empresa combinada não refletiria o de qualquer uma das empresas que a constituíam. Era a partir da própria marca que a nova empresa seria fundada. Assim nasce a Galp Energia.

No início do novo milénio, a marca Galp reinventa-se e lança-se num novo caminho de aproximação ao consumidor com uma promessa que vai muito além do produto, uma oferta emocional e intangível – a sua energia positiva, que passou a ser a assinatura da Marca. Os seus clientes têm, eles próprios, essa energia e essa atitude positiva perante a vida.



## A caminho da globalização

Em 2006 dá-se um evento-chave no futuro do Grupo, com a reconfiguração da estrutura acionista e a dispersão do capital em mercado no ano seguinte. Nos anos seguintes, a Galp reforça a sua vertente internacional e globaliza-se com a aposta em grande escala no negócio de E&P, nomeadamente após a descoberta do campo Tupi (atualmente designada de campo Lula) no pré-sal brasileiro, que constituiu uma das maiores descobertas de petróleo a nível mundial dos últimos 40 anos.

A Galp viria a participar também numa das maiores descobertas de gás natural a nível mundial das últimas décadas, na bacia do Rovuma em Moçambique, em 2011, incutindo maior dinamismo e relevância à Marca a nível internacional.

Antes, em 2008, a Marca expandia-se para África, com a compra da rede da Shell, e reforçava a sua presença em Espanha com a aquisição das redes ibéricas da ExxonMobil e da Agip. O próprio aparelho refinador reconfigurou-se também para abordar o mundo numa perspetiva mais global, com investimentos de dimensão inédita na indústria em Portugal.

O reforço estratégico a montante foi acompanhado por um novo dinamismo a jusante, com um novo foco no cliente consubstanciado na primeira oferta combinada de gás e

eletricidade para consumidores domésticos, a GalpOn, com a qual a Empresa se tornou no único *player* do mercado a disponibilizar uma oferta *tri-fuel* a partir de 2012.

O mundo está a mudar, é global e dinâmico. Cada pessoa está consciente da sua responsabilidade na construção de algo maior. A Galp mudou, é também global e dinâmica e vive da consciência da importância desta junção de energia. Há uma procura de harmonia entre a Marca e o mundo que a rodeia.

Em 2016, a assinatura “Energia positiva” dá lugar ao “Energia cria energia”, e a Galp alinha-se com os seus públicos-alvo, hoje presentes em 11 países de quatro continentes.

A Galp consolidou-se como operador internacional integrado de energia, presente na exploração, transformação e entrega de recursos e serviços energéticos.

A Marca reposiciona-se para assumir a ambição e os desafios de ser uma Marca global com uma missão – criar energia – e, com ela, influenciar positivamente o mundo que rodeia cada um de nós, enchendo com mais energia tudo aquilo que fazemos, de uma forma sustentável, inovadora e geradora de bem-estar.



## Marcar o futuro

A memória destes 40 anos de história da Marca vale acima de tudo pelo que nos mostra da sua capacidade de antecipação dos grandes movimentos globais, particularmente importante numa altura em que o mundo enfrenta uma vez mais uma mudança de paradigma nas formas como produzimos e consumimos energia – e como, enquanto espécie e enquanto indivíduos, nos relacionamos com o Planeta que momentaneamente habitamos.

A urgência e profundidade das mudanças comportamentais que teremos que operar na sociedade para sermos bem-sucedidos no combate às alterações climáticas, bem como o papel instrumental das empresas de energia – e da força das suas marcas – nesse processo, confronta-nos com a maior responsabilidade que assumimos em toda a nossa história.

Enquanto empresa, assumimos em pleno essa responsabilidade nos cenários que traçamos, nas estratégias que delineamos e nos projetos que desenvolvemos e em que investimos de forma a dotar os nossos parceiros, *stakeholders*, clientes e a sociedade em geral a efetuar a transição para comportamentos mais sustentáveis.

A marca Galp atravessa de novo um período de reposicionamento face a este novo enquadramento com um desafio claro para os próximos 40 anos que, mais do que mudar a empresa, é gerar a energia necessária para acelerar a mudança de toda uma sociedade.

## Uma Marca Nacional com expressão mundial

A presença da Galp no mundo é assegurada também pela participação na gestão de marcas locais.



Portugal  
Espanha  
Moçambique  
Brasil  
Reino de Eswatini



Angola



Cabo Verde



Guiné-Bissau



## Reputação e marca – dois lados da mesma moeda

Para construir e gerir marcas que pretendem ter boa reputação no mercado, é necessário identificar as principais vantagens e atributos para os clientes e consumidores, identificar os benefícios funcionais e emocionais que a sustentam, e que servem como pilares para criar e desenvolver diferenciação e lealdade entre clientes e consumidores a longo prazo.

Neste sentido, a Galp avalia e estuda a reputação da sua Marca em todos os países em que tem operações comerciais, desde o *Upstream* ao *Downstream*. Este estudo que decorre anualmente é levado a cabo por uma empresa independente de avaliação de reputação e força de Marca, que classifica por ordem de importância as marcas que atuam no mercado nas mais diversas áreas, traduzindo esse estudo numa avaliação financeira de cada marca auditada.

Atualmente, e no caso específico de Portugal, a Galp lidera o índice de reputação de todas as marcas cotadas no PSI-20, bem como lidera a categoria de *Energy & Utilities*, tendo em ambas as categorias a definição de marca robusta em termos do seu valor de reputação.

Este modelo interpreta de forma qualitativa e quantitativa as dimensões emocional e racional. Do lado emocional são analisadas variáveis como a admiração, relevância, confiança, preferência e recomendação. Na vertente racional, são analisados produtos e serviços, inovação e diferenciação, ambiente de trabalho e bem-estar, cidadania e responsabilidade social, governo e ética, liderança e visão e performance de negócio e financeira.

Esta força de marca é complementar à robustez dos resultados operacionais da empresa, e consolida de forma bastante coerente o posicionamento e os caminhos que têm sido escolhidos para afirmar a Galp como uma Marca inovadora, credível e que segue o caminho de estar cada vez mais próxima dos seus consumidores, com o objetivo claro de se tornar cada vez mais relevante para os consumidores, mais benéfica para a sociedade e sustentável em termos de modelo de atuação, que lhe permita reforçar e consolidar esta liderança reputacional em termos de Marca.

A avaliação financeira da reputação tem como suporte uma metodologia internacional reconhecida suportada em duas fontes de análise: a informação financeira da empresa e a evolução de diversos indicadores qualitativos e quantitativos de reputação apurados ao longo do ano junto a uma base representativa da sociedade. Com base nesta análise e metodologia, a Galp é a segunda marca de maior reputação em Portugal, tendo um valor de *Brand Equity* estimado de \$1.595 m.

Valor da Marca \$1.595 m	
Índice de Reputação <b>70/100</b> Robust	Força de reputação <b>67/100</b> A.A-

Fonte: OnStrategy Brand Equity Report 2018

página intencionalmente deixada em branco

6.

# Desempenho financeiro



Intelligence

# Intelligence



## 6.1.

# Destaque de 2018

- O *cash flow* das atividades operacionais (CFFO) foi €1.594 m, com o aumento de contribuição do negócio de *upstream* a ser parcialmente compensado pela deterioração das margens de refinação e pelo investimento em fundo de maneo de €230 m.
- O *free cash flow* (FCF) foi de €619 m em 2018, um aumento de 11% YoY, e foi €142 m após pagamento de dividendos.
- O Ebitda RCA aumentou 24% YoY para os €2.218 m, refletindo o aumento de 15% da produção WI e preços de petróleo e gás natural mais favoráveis, apesar das menores margens de refinação e da maior concentração de atividades de manutenção planeada.
- O investimento situou-se nos €899 m, considerando os pagamentos relacionados com as aquisições no Brasil, no âmbito do negócio de E&P.
- A dívida líquida era de €1.737 m no final de 2018, com o rácio de dívida líquida para Ebitda RCA a situar-se nos 0,8x.

Com efeitos a 1 de janeiro de 2019, a Galp irá implementar a norma contabilística IFRS 16. Para informação adicional, consultar a nota 3.4 das Contas Consolidadas.

## Ebitda e Ebit por segmento de negócio em 2018 (€m)

	Ebitda IFRS	Efeito <i>stock</i>	Ebitda RC	Eventos não recorrentes	Ebitda RCA
<b>Total</b>	<b>2.311</b>	<b>(65)</b>	<b>2.245</b>	<b>(28)</b>	<b>2.218</b>
E&P	1.440	-	1.440	-	1.440
R&D	687	(50)	637	(28)	610
G&P	152	(15)	137	-	137
Outros	31	-	31	-	31

	Ebit IFRS	Efeito <i>stock</i>	Ebit RC	Eventos não recorrentes	Ebit RCA
<b>Total</b>	<b>1.629</b>	<b>(65)</b>	<b>1.564</b>	<b>(46)</b>	<b>1.518</b>
E&P	1.128	-	1.128	(19)	1.109
R&D	343	(50)	293	(28)	265
G&P	132	(15)	116	-	116
Outros	27	-	27	-	27

## 6.2.

# Desempenho operacional

## Exploração & Produção

O Ebitda RCA aumentou €590 m YoY para €1.440 m, beneficiando do aumento dos preços das *commodities* e da produção.

Os custos de produção foram de €268 m, um aumento de €26 m YoY, dado o maior número de áreas em produção no Brasil e em Angola, e considerando as atividades de manutenção durante o ano. Em termos unitários e numa base *net entitlement*, os custos de produção mantiveram-se estáveis em \$8,2/boe, uma vez que o aumento de custos foi compensado pela maior diluição em produção.

As amortizações, depreciações e provisões RCA para abandono decresceram €38 m YoY para os €331 m, beneficiando da depreciação do BRL:EUR e da reversão de provisões para abandono no bloco 14/14k em Angola. Numa base *net entitlement*, as amortizações unitárias foram de \$10,1/boe, uma redução de \$2,4/boe face ao período homólogo.

O Ebit RCA aumentou €628 m YoY para €1.109 m.

## Refinação & Distribuição

O Ebitda RCA diminuiu €165 m YoY para os €610 m, principalmente devido ao menor contributo da atividade de refinação.

A margem de refinação da Galp situou-se em \$5,0/boe, face a \$5,8/boe no período homólogo, sobretudo devido ao menor *crack* da gasolina e com o fuelóleo a registar um maior desconto face ao Brent.

Os custos de refinação situaram-se nos €219 m, um aumento de €46 m YoY, devido a uma maior atividade de

manutenção em ambas as refinarias, incluindo nas unidades de HC e FCC. Em termos unitários, os custos de refinação foram de \$2,6/boe.

As operações de cobertura da margem de refinação contribuíram com €21 m durante o período, comparativamente a uma perda de €24 m no período homólogo.

A atividade de comercialização de produtos petrolíferos manteve o seu contributo positivo para resultados.

O Ebit RCA situou-se em €265 m e o Ebit IFRS diminuiu para os €343 m. O efeito de *stock* foi de €50 m.

Os eventos não recorrentes de €28 m estiveram sobretudo relacionados com o recebimento de uma indemnização de um processo de litigância.

## Gas & Power

O Ebitda RCA situou-se nos €137 m, €5 m acima do registado no período homólogo, suportado por uma maior contribuição da atividade de power, beneficiando do desfasamento temporal entre o preço de compra do gás natural e de venda da energia produzida.

O Ebitda da atividade de Comercialização & Trading registou um decréscimo de €3 m para os €91 m, impactado por menores cargas de trading de GNL e pela menor contribuição das vendas a clientes diretos.

O Ebit RCA foi de €116 m, enquanto o Ebit IFRS foi de €132 m.

Os resultados de empresas associadas RCA situaram-se nos €93 m, dos quais €30 m relativos à GGND.

## 6.3.

# Resultados consolidados

## Demonstração de resultados (€m, em RCA exceto indicação em contrário)

	2017	2018	Var.	% Var.
Vendas e prestações de serviços	15.202	17.182	1.980	13%
Custo das mercadorias vendidas	(11.494)	(12.828)	1.334	12%
Fornecimentos e serviços externos	(1.613)	(1.780)	167	10%
Custos com pessoal	(317)	(317)	(0)	(0%)
Outros proveitos (custos) operacionais	24	(24)	(48)	s.s.
Perdas por imparidade de contas a receber	(15)	(14)	(1)	(6%)
<b>Ebitda RCA</b>	<b>1.786</b>	<b>2.218</b>	<b>432</b>	<b>24%</b>
<b>Ebitda IFRS</b>	<b>1.898</b>	<b>2.311</b>	<b>413</b>	<b>22%</b>
Depreciações, amortizações e imparidades	(746)	(709)	(37)	(5%)
Provisões	(7)	9	17	s.s.
<b>Ebit RCA</b>	<b>1.032</b>	<b>1.518</b>	<b>486</b>	<b>47%</b>
<b>Ebit IFRS</b>	<b>1.114</b>	<b>1.629</b>	<b>516</b>	<b>46%</b>
Resultados de empresas associadas	150	137	(13)	(8%)
Resultados financeiros	(34)	(70)	(36)	s.s.
Juros líquidos	(74)	(41)	33	45%
Capitalização juros	77	49	(29)	(37%)
Diferenças de câmbio	(18)	(31)	(13)	(71%)
Mark-to-market de derivados de cobertura	(0)	(28)	(28)	s.s.
Outros custos/proveitos financeiros	(19)	(19)	0	0%
<b>Resultados antes de impostos e interesses que não controlam RCA</b>	<b>1.147</b>	<b>1.585</b>	<b>438</b>	<b>38%</b>
Impostos <sup>1</sup>	(483)	(726)	244	50%
Interesses que não controlam	(88)	(151)	63	72%
<b>Resultado líquido RCA atribuível aos acionistas da Galp Energia, SGPS, S.A.</b>	<b>577</b>	<b>707</b>	<b>131</b>	<b>23%</b>
Eventos não recorrentes	(76)	(31)	45	59%
<b>Resultado líquido RC atribuível aos acionistas da Galp Energia, SGPS, S.A.</b>	<b>501</b>	<b>676</b>	<b>175</b>	<b>35%</b>
Efeito stock	96	64	(32)	(33%)
<b>Resultado líquido IFRS atribuível aos acionistas da Galp Energia, SGPS, S.A.</b>	<b>597</b>	<b>741</b>	<b>143</b>	<b>24%</b>

<sup>1</sup>Inclui participação especial aplicável no Brasil e IRP em Angola.

O Ebitda RCA aumentou 24% YoY para os €2.218 m, suportado pelo melhor desempenho do negócio de E&P, no seguimento do aumento da produção e dos preços médios de venda.

O Ebit RCA aumentou €486 m YoY para os €1.518 m, enquanto o Ebit IFRS aumentou para os €1.629 m.

Os resultados de empresas RCA associadas desceram para os €137 m.

Os resultados financeiros de -€70 m foram impactados pelo *mark-to-market* de derivados bem como por efeitos cambiais. É de destacar a diminuição dos juros líquidos no seguimento da redução do custo médio da dívida durante o período.

Os impostos RCA aumentaram €244 m YoY para os €726 m, principalmente devido aos maiores impostos relacionados com a produção de petróleo e gás natural.

Os interesses que não controlam de €151 m foram principalmente atribuíveis à participação de 30% da Sinopec na Petrogal Brasil.

O resultado líquido RCA atingiu os €707 m, enquanto o resultado líquido IFRS foi de €741 m.

A Contribuição Extraordinária sobre o Sector Energético (CESE) em Portugal impactou negativamente os resultados em IFRS em cerca de €52 m. A contabilização efetuada em relação à CESE decorre da estrita aplicação dos normativos contabilísticos, entendendo a Galp, com base na opinião dos mais reputados juristas nacionais, que as disposições legislativas respeitantes a estas contribuições são violadoras da lei, não sendo exigíveis os montantes em causa.

### Eventos não recorrentes (€m)

	2017	2018
<b>Eventos não recorrentes com impacto em Ebitda</b>	<b>4,0</b>	<b>(27,8)</b>
Acidentes resultantes de fenómenos naturais e indemnizações de seguros	(2,9)	-
Ganhos/perdas na alienação de ativos	(1,1)	-
Write-off de ativos	0,6	-
Custos com reestruturação - Pessoal	3,1	3,6
Custos (proveitos) com litigância	4,3	(31,4)
<b>Eventos não recorrentes com impacto em custos non cash</b>	<b>30,1</b>	<b>(18,6)</b>
Provisão para meio ambiente e outras	14,4	-
Imparidade de ativos	15,6	(18,6)
<b>Eventos não recorrentes com impacto em resultados financeiros</b>	<b>(16,2)</b>	<b>7,9</b>
Ganhos/perdas na alienação de participações financeiras <sup>1</sup>	(13,4)	7,9
Provisão para imparidade de investimento financeiro	(2,8)	-
<b>Eventos não recorrentes com impacto em impostos</b>	<b>57,3</b>	<b>69,4</b>
Impostos sobre eventos não recorrentes	(6,7)	9,0
Imposto contribuição sector energético	64,1	60,4
<b>Interesses que não controlam</b>	<b>0,4</b>	<b>(0,1)</b>
<b>Total de eventos não recorrentes</b>	<b>75,6</b>	<b>30,9</b>

<sup>1</sup>Inclui o impacto da CESE na GGND.

## 6.4.

# Investimento

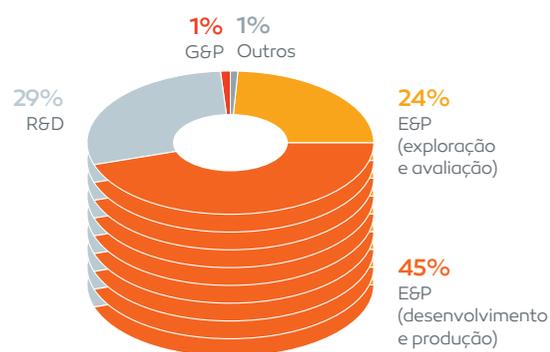
Em 2018, o investimento atingiu €899 m, incluindo os pagamentos no âmbito do negócio de E&P relacionados com os bónus de assinatura das licenças exploratórias de Uirapuru e C-M-791, assim como a aquisição de um interesse adicional de 3% no bloco BM-S-8.

O E&P representou c.70% do investimento total, do qual 65% foi alocado a atividades de desenvolvimento e produção, principalmente ao desenvolvimento do projeto Lula no Brasil e ao bloco 32 em Angola. É ainda de salientar o aumento de investimento no desenvolvimento do Coral Sul FLNG, em Moçambique.

O investimento em atividades de exploração e avaliação foi sobretudo relacionado com a aquisição de novas áreas através das rodadas de licitação no Brasil e com o aumento de exposição no bloco BM-S-8.

O investimento nas atividades de *downstream* (R&D e G&P) atingiu €267 m, tendo sido alocado sobretudo à manutenção das refinarias e às iniciativas \$1/boe, bem como à renovação da rede de retalho.

Investimento por segmento (%)



## 6.5.

# Cash flow

**Cash flow – método indireto (€m, valores em IFRS)**

	2017	2018
Ebit	1.114	1.629
Depreciações, Amortizações e Imparidades	762	691
Impostos sobre o rendimento e sobre a produção de petróleo e gás	(373)	(613)
Dividendos de empresas associadas	134	118
Variação de fundo de manei	(72)	(230)
<b>Cash flow das atividades operacionais</b>	<b>1.565</b>	<b>1.594</b>
Juros pagos e recebidos	(75)	(63)
Investimento líquido	(925)	(896)
Dividendos pagos aos interesses que não controlam	(9)	(16)
<b>Free cash flow</b>	<b>555</b>	<b>619</b>
Dividendos pagos aos acionistas	(414)	(477)
<b>Free cash flow após dividendos</b>	<b>142</b>	<b>142</b>
Outros <sup>1</sup>	(158)	7
<b>Variação da dívida líquida</b>	<b>16</b>	<b>(149)</b>

<sup>1</sup> Inclui CTA e reembolsos parciais do empréstimo concedido à Sinopec de €52 m durante 2018.

O CFFO foi €1.594 m, com o aumento de contribuição do negócio de *upstream* a ser parcialmente compensado pela deterioração das margens de refinação e pelo investimento em fundo de manei de €230 m.

O FCF após dividendos foi de €142 m, considerando um investimento líquido de €896 m e os dividendos pagos durante o ano.

**Cash flow – método direto (€m, valores em IFRS)**

	2017	2018
<b>Caixa e equivalentes no início do período<sup>1</sup></b>	<b>923</b>	<b>1.096</b>
Recebimento de clientes	17.646	19.450
Pagamento a fornecedores	(11.046)	(12.301)
Salários e encargos	(344)	(327)
Dividendos de empresas associadas	134	118
Pagamentos de imposto sobre produtos petrolíferos (ISP)	(2.825)	(2.706)
IVA, <i>Royalties</i> , PIS, Cofins, outros	(1.718)	(2.026)
Impostos sobre o rendimento e sobre a produção de petróleo e gás	(373)	(613)
<b>Cash flow das atividades operacionais</b>	<b>1.474</b>	<b>1.594</b>
Investimento líquido	(914)	(896)
Juros pagos e recebidos	(102)	(63)
Dividendos pagos	(423)	(493)
<b>Free cash flow após dividendos</b>	<b>35</b>	<b>142</b>
Empréstimos pagos e recebidos	183	232
Reembolsos da Sinopec	90	52
Efeito de alteração da taxa de câmbio em caixa e seus equivalentes	(135)	(17)
<b>Caixa e equivalentes no final do período<sup>1</sup></b>	<b>1.096</b>	<b>1.504</b>

<sup>1</sup> Os valores de caixa e equivalentes diferem dos apresentados no Balanço por imposição normativa (IAS 7). A diferença consiste na classificação dos descobertos bancários que no Mapa de Fluxos de Caixa são por dedução de caixa e equivalentes, enquanto que no Balanço são considerados dívida.

## 6.6.

# Situação financeira

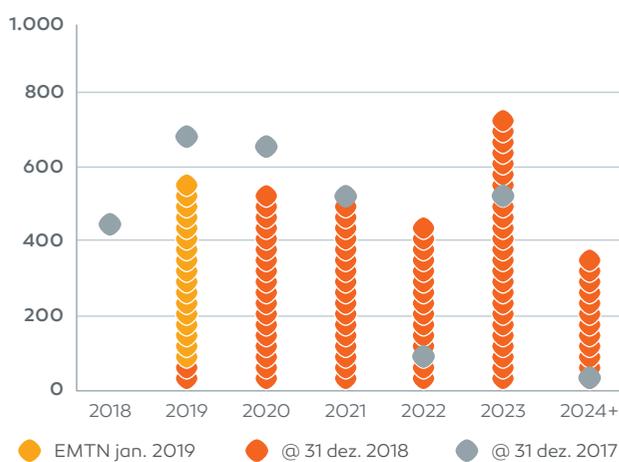
## Situação financeira consolidada (€m)

	31 dez. 2017	31 dez. 2018	Var.
Ativo fixo líquido	7.231	7.340	109
Fundo de maneo	584	814	230
Empréstimo à Sinopec	459	176	(283)
Outros ativos (passivos)	(609)	(546)	63
<b>Capital empregue</b>	<b>7.665</b>	<b>7.784</b>	<b>118</b>
Dívida de curto prazo	551	559	8
Dívida de médio-longo prazo	2.532	2.686	154
<b>Dívida total</b>	<b>3.083</b>	<b>3.245</b>	<b>162</b>
Caixa e equivalentes	1.197	1.508	311
<b>Dívida líquida</b>	<b>1.886</b>	<b>1.737</b>	<b>(149)</b>
<b>Total do capital próprio</b>	<b>5.779</b>	<b>6.047</b>	<b>268</b>
Total do capital próprio e da dívida líquida	7.665	7.784	118
<b>Dívida líquida para Ebitda RCA</b>	<b>1,1x</b>	<b>0,8x</b>	<b>-</b>

A 31 de dezembro de 2018, o ativo fixo líquido era de €7.340 m, um aumento de €109 m face ao final do ano anterior, com o investimento líquido a mais do que compensar as amortizações. O investimento em curso, relativo sobretudo ao negócio de E&P, totalizava €2.253 m no final do ano.

O capital empregue aumentou YoY para os €7.784 m, refletindo a evolução do ativo fixo líquido e fundo de maneo, com o ROACE a situar-se nos 12,6%.

**Perfil de reembolso da dívida (€m)**



A 31 de dezembro de 2018, a dívida líquida situava-se em €1.737 m, um decréscimo de €149 m YoY. O rácio de dívida líquida para Ebitda RCA manteve-se em 0,8x.

Durante o ano, a taxa de juro média da dívida diminuiu para 2,5%, refletindo as emissões e reembolsos de dívida durante o período.

No final de 2018, o prazo médio da dívida era de 2,7 anos e a dívida de médio e longo prazo representava 83% do total da dívida.

No final do ano, a Galp detinha cerca de €1,4 bn em linhas de crédito contratadas, mas não utilizadas. Deste montante, cerca de 75% encontrava-se garantido contratualmente.

Em janeiro, a Galp reembolsou os primeiros instrumentos de dívida a serem emitidos ao abrigo do programa EMTN (“Euro Medium Term Note Programme”), no montante de €500 m, a partir da sua posição de caixa disponível.

7.

# Governo Societário

A photograph of a person walking past a wall with a hexagonal pattern, with the word 'Forward' overlaid in large white letters.

Forward



O presente capítulo deste relatório dá cumprimento ao artigo 245.º-A do CVM e obedece ao modelo de relatório de governo societário aprovado pelo Regulamento da CMVM n.º 4/2013, disponível no website da CMVM em: [https://www.cmvm.pt/pt/Legislacao/Legislacaonacional/Regulamentos/Pages/Reg\\_2013\\_04.aspx](https://www.cmvm.pt/pt/Legislacao/Legislacaonacional/Regulamentos/Pages/Reg_2013_04.aspx)

## PARTE I

# Informação sobre a estrutura acionista, organização e governo da sociedade

## A - Estrutura acionista

### I - Estrutura de capital

**1. Estrutura de capital (capital social, número de ações, distribuição do capital pelos acionistas, etc.), incluindo indicação de quaisquer ações não admitidas à negociação, diferentes categorias de ações, direitos e deveres inerentes às mesmas e percentagem de capital que cada classe representa (Artigo 245.º-A, n.º 1, al. a do CVM).**

O capital social da Galp é de €829.250.635, encontrando-se integralmente realizado e sendo representado por 829.250.635 ações ordinárias, com um valor nominal unitário de €1.

Encontram-se admitidas à negociação no mercado de cotações oficiais da Euronext Lisbon 771.171.121 ações, que correspondem a 93% do capital social e dos direitos de voto.

As restantes 58.079.514 ações são detidas indiretamente pelo Estado português através da Parpública e não estão admitidas à negociação, correspondendo a 7% do capital social da Galp. Estas constituem ações sujeitas a processo de privatização que, nos termos dos diplomas de privatização, devem ser alienadas em mercado regulamentado por não terem sido utilizadas para o reembolso das exchangeable bonds a que estavam associadas, conforme obrigação legal a que a Parpública se encontra sujeita. Estas ações podem ser fungíveis com as restantes, através de uma simples solicitação dirigida à Galp, não carecendo da aprovação de nenhum órgão da Sociedade. Nenhum direito especial está associado a esta categoria de ações.

**2. Restrições à transmissibilidade das ações, tais como cláusulas de consentimento para a alienação, ou limitações à titularidade de ações (Artigo 245.º-A, n.º 1, al. b do CVM).**

As ações da Galp são livremente transmissíveis, nos termos da legislação aplicável, não existindo restrições estatutárias que coloquem entraves à respetiva transmissibilidade ou titularidade.

**3. Número de ações próprias, percentagem de capital social correspondente e percentagem de direitos de voto a que corresponderiam estas ações próprias (Artigo 245.º-A, n.º 1, al. a do CVM).**

A 31 de dezembro de 2018, a Galp não detinha ações próprias ou obrigações próprias.

**4. Acordos significativos de que a Sociedade seja parte e que entrem em vigor, sejam alterados ou cessem em caso de mudança de controlo da Sociedade na sequência de uma oferta pública de aquisição, bem como as respetivas consequências, salvo se, pela sua natureza, a divulgação dos mesmos for seriamente prejudicial para a Sociedade. Isto aplica-se salvo se a Sociedade for especificamente obrigada a divulgar essas informações por força de outros imperativos legais (Artigo 245.º-A, n.º 1, al. j do CVM).**

A Galp não é parte de acordos significativos que entrem em vigor, sejam alterados ou cessem em caso de mudança de controlo da Sociedade. De acordo com a prática normal de mercado, alguns contratos de financiamento e emissões de obrigações incluem cláusulas de alteração de controlo da Sociedade, com a possibilidade de os detentores de dívida/titulares das obrigações solicitarem o reembolso antecipado até ao montante de €545 milhões.

A Galp não adotou medidas que impliquem pagamentos ou a assunção de encargos pela Sociedade em caso de transição de controlo ou de mudança da composição do Conselho de Administração e que se afigurem suscetíveis de prejudicar a livre transmissibilidade das ações e a livre apreciação pelos acionistas do desempenho dos titulares do órgão de administração.

**5. Regime a que se encontre sujeita a renovação ou revogação de medidas defensivas, em particular aquelas que prevejam a limitação do número de votos suscetíveis de detenção ou de exercício por um único acionista, de forma individual ou em concertação com outros acionistas.**

Os Estatutos consagram o princípio «uma ação, um voto», não existindo disposições estatutárias nem outros instrumentos jurídicos que prevejam qualquer limitação do número de votos suscetíveis de detenção ou de exercício por um único acionista ou ainda em concertação com outros acionistas.

De igual modo, os Estatutos não contêm quaisquer disposições destinadas a evitar o sucesso de ofertas públicas de aquisição, nem estabelecem qualquer blindagem de votos.

**6. Acordos parassociais que sejam do conhecimento da Sociedade e possam conduzir a restrições em matéria de transmissão de valores mobiliários ou de direitos de voto (Artigo 245.º-A, n.º 1, al. g do CVM).**

O Conselho de Administração não tem conhecimento da existência de acordos parassociais relativos à Galp que possam conduzir a restrições em matéria de transmissão de valores mobiliários ou de exercício de direitos de voto.

## II - Participações sociais e obrigações detidas

**7. Identificação das pessoas singulares ou coletivas que, direta ou indiretamente, são titulares de participações qualificadas (Artigo 245.º-A, n.º 1, als. c) e d) e Artigo 16.º do CVM), com indicação detalhada da percentagem de capital e de votos imputável, e das fontes e causas de imputação.**

Os acionistas e outras entidades estão sujeitos a deveres de comunicação à CMVM e à Galp de participações qualificadas, nomeadamente quando as participações que lhes sejam imputáveis atinjam, ultrapassem ou se reduzam em relação aos limites de 2%, 5%, 10%, 15%, 20%, 25%,

1/3, 50%, 2/3 e 90% dos direitos de voto correspondentes ao capital social da Galp. Estes deveres de comunicação são aplicados na generalidade dos países europeus. No caso português, estes deveres de comunicação estão previstos no artigo 16.º do CVM, que pode ser consultado no *website* da CMVM: <https://www.cmvm.pt>.

As participações qualificadas no capital social da Galp, a 31 de dezembro de 2018, calculadas de acordo com o regime do artigo 20.º do CVM e comunicadas à Galp, em conformidade com o artigo 16.º do CVM, são as seguintes.

Acionistas	Nº de ações	% de direitos de voto
<b>Amorim Energia, B.V.*</b>	276.472.161	33,34%
<b>Parpública - Participações Públicas (SGPS), S.A*</b>	62.021.340 <sup>1</sup>	7,48%
<b>BlackRock, Inc.*</b>	41.448.338	4,998%
<b>T. Rowe Price Group, Inc.*</b>	17.424.072	2,10%

<sup>1</sup>Das quais, 58.079.514 ações estão sujeitas a processo de privatização.  
\*Titularidade direta

Em 2018, verificaram-se as seguintes transações relativas a participações qualificadas no capital social da Galp:

No início de 2018, a BlackRock, Inc., a Janus Henderson Group plc e a Templeton Global Advisors Limited detinham 2,45%, 2,34% e 2,03% dos direitos de voto no capital social da Galp, respetivamente, com base nas informações fornecidas à Sociedade em abril de 2014, setembro de 2016 e abril de 2013, respetivamente.

A 2 de março de 2018, a Templeton Global Advisors Limited comunicou à Galp que tinha reduzido a sua participação indireta no capital social da Galp para 1,97% em 1 de março, inferior ao limite de divulgação de 2%, deixando assim de deter uma participação qualificada.

A 5 de março, a Black Creek Investment Management, Inc. comunicou à Sociedade que tinha aumentado a sua participação no capital social da Galp nessa data, bem como os respetivos direitos de voto, de 1,99% para 2,02%, mas que deixaria de ter uma participação qualificada logo a seguir, na medida em que pretendia diminuir a sua participação no capital social da Galp e respetivos direitos de voto de 2,02% para 1,99%, a 7 de março, deixando assim de deter uma participação qualificada.

Em julho, a Janus Henderson Group comunicou à Galp que tinha diminuído a sua participação indireta no capital social da Galp, a 13 de julho, e os respetivos direitos de

voto, de 2,34% para 1,84%, deixando assim de deter uma participação qualificada.

Durante o mês de setembro, a BlackRock, Inc. notificou a Galp de que tinha aumentado a sua participação indireta no capital social da Galp em 26 de setembro, de 2,45% para 5,00%, atingindo o limite de divulgação de 5%.

Durante o mês de outubro, a BlackRock, Inc. comunicou à Sociedade que a sua subsidiária, a BlackRock Investment Management (UK) Limited, tinha aumentado a sua participação indireta no capital social e nos direitos de voto da Sociedade para 2,01%, acima do limite de divulgação de 2%, a 28 de setembro.

Desde então, a BlackRock Inc. notificou a Galp de várias outras alterações na sua participação indireta. A 14 de novembro, a BlackRock Investment Management (UK) Limited diminuiu o seu total de direitos de voto relativos ao capital social da Galp para valores inferiores ao limite de divulgação de 2,00%. Além disso, a 18 de dezembro, a BlackRock, Inc. reduziu os seus direitos de voto relativos ao capital social da Galp para 4,998%, abaixo do limite de divulgação de 5%.

Durante o mês de novembro, a T. Rowe Price Group, Inc. comunicou à Galp que, no dia 19 de novembro, a sua participação indireta no capital da Galp correspondia a 2,10%, acima do limite de divulgação de 2,00%.

#### **8. Indicação sobre o número de ações e obrigações detidas por membros dos órgãos de administração e de fiscalização.**

O número de ações detidas ou imputadas aos membros dos órgãos de administração e de fiscalização, assim como os movimentos ocorridos durante o exercício de 2018, de acordo com o disposto no número 5 do artigo 447.º do Código das Sociedades Comerciais (CSC), constam do Anexo 9.8 do presente relatório.

Em 31 de dezembro de 2018, nenhum dos membros do Conselho de Administração era titular de obrigações emitidas pela Sociedade.

Em 31 de dezembro de 2018, o Presidente do Conselho Fiscal era titular de uma obrigação Galp Energia, SGPS, S.A., com uma taxa de 4,125%, com maturidade em 25 de janeiro de 2019, não tendo realizado qualquer transação desses instrumentos de dívida durante o ano de 2018.

#### **9. Poderes especiais do órgão de administração, nomeadamente no que respeita a deliberações de aumento do capital (Artigo 245.º-A, n.º 1, al. i), com indicação, quanto a estas, da data em que lhe foram atribuídos, prazo até ao qual aquela competência pode ser exercida, limite quantitativo máximo do aumento do capital social, montante já emitido ao abrigo da atribuição de poderes e modo de concretização dos poderes atribuídos.**

O Conselho de Administração dispõe dos poderes de administração da Sociedade tipicamente previstos na legislação societária para o respetivo modelo de governo societário. Os Estatutos não preveem quaisquer poderes especiais daquele órgão, incluindo a possibilidade de deliberar sobre o aumento do capital social da Sociedade.

A Assembleia Geral anual de acionistas de 2018 conferiu ao Conselho de Administração o poder de decisão relativamente à aquisição e alienação de ações e obrigações próprias. O momento e a dimensão da transação são decididos em função das condições do mercado e atendendo a um conjunto de critérios definidos e aprovados pela Assembleia Geral, em conformidade com as leis e regulamentos aplicáveis, incluindo, *inter alia*, o CSC e as disposições do Regulamento (UE) n.º 596/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014. A deliberação relevante está disponível online no *website* da Galp: <https://www.galp.com/corp/Portals/O/Recursos/Investidores/SharedResources/Assembleias/PT/2018/Ponto%207.pdf>

#### **10. Informação sobre a existência de relações significativas de natureza comercial entre os titulares de participações qualificadas e a Sociedade.**

Em 2018, não existiram relações significativas de natureza comercial entre titulares de participações qualificadas e a Galp.

## B - Órgãos Sociais e Comissões

### I - Assembleia Geral

#### a) Composição da mesa da Assembleia Geral

##### 11. Identificação e cargo dos membros da mesa da Assembleia Geral e respetivo mandato (início e fim).

Nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 11.º dos Estatutos da Galp, a mesa da Assembleia Geral é composta por um Presidente, um Vice-presidente e um Secretário, eleitos pela Assembleia Geral.

Os membros da mesa da Assembleia Geral eleitos para o mandato referente ao quadriénio 2015-2018, com início a 16 de abril de 2015 e termo a 31 de dezembro de 2018 (embora os atuais membros permaneçam no cargo até que os novos membros sejam eleitos), são os seguintes:

**Presidente:** Daniel Proença de Carvalho  
**Vice-presidente:** Victor Manuel Pereira Dias  
**Secretária:** Maria Helena Claro Goldschmidt

#### b) Exercício do direito de voto

##### 12. Eventuais restrições em matéria de direito de voto, tais como limitações ao exercício do voto dependente da titularidade de um número ou percentagem de ações, prazos impostos para o exercício do direito de voto ou sistemas de destaque de direitos de conteúdo patrimonial (Artigo 245.º-A, n.º 1, al. f).

Os Estatutos consagram o princípio «uma ação, um voto», não existindo disposições estatutárias ou outros instrumentos jurídicos que restrinjam o exercício dos direitos de voto.

A Galp não estabeleceu qualquer mecanismo que tenha por efeito provocar o desfasamento entre o direito ao recebimento de dividendos ou à subscrição de novos valores mobiliários e o direito de voto de cada ação.

O direito de voto é exercido nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 10.º dos Estatutos, conforme o regime da Diretiva dos Direitos dos Acionistas. Assim, qualquer acionista pode participar, discutir e votar na Assembleia Geral, pessoalmente ou através de representante, de acordo com os seguintes requisitos:

- a) na data de registo, correspondente às 00:00 horas (WEST) do 5.º dia de negociação anterior à data da realização da Assembleia Geral, seja titular de, pelo menos, uma ação;
- b) faça prova da titularidade da(s) ação/ões, através do envio ao Presidente da mesa da Assembleia Geral de uma declaração emitida e enviada pelo intermediário financeiro com informações relativas ao número de ações registadas e a sua data de registo, até às 23:59 horas (WEST) da data de registo;
- c) manifeste por escrito a intenção de participar na assembleia através do envio de comunicação nesse sentido ao Presidente da mesa da Assembleia Geral e ao intermediário financeiro junto do qual a conta de registo individualizado estiver aberta, até ao final do 6.º dia de negociação anterior à data de realização da Assembleia Geral.

O exercício destes direitos não é prejudicado pela transmissão das ações em momento posterior às 00:00 horas (WEST) da data de registo, nem depende do bloqueio das mesmas entre aquela data e a da Assembleia Geral. No entanto, os acionistas que, tendo declarado a intenção de participar na reunião da Assembleia Geral, vierem a transmitir a titularidade das ações entre as 00:00 horas (WEST) da data de registo e o encerramento da Assembleia Geral devem comunicar de imediato esse facto ao Presidente da mesa da Assembleia Geral e à CMVM.

O artigo 10.º, n.ºs 6 a 9 dos Estatutos permite o exercício do voto por correspondência sem nenhuma restrição.

O direito de voto por correspondência pode ser exercido por via eletrónica, de acordo com os requisitos definidos pelo Presidente da mesa da Assembleia Geral na convocatória de cada Assembleia Geral, com vista a assegurar a sua autenticidade e confidencialidade.

Conforme especificado na convocatória para a Assembleia Geral relevante, os acionistas podem também participar na Assembleia Geral através de meios telemáticos, nomeadamente por teleconferência. As instruções detalhadas de participação estão incluídas na convocatória em questão, que é publicada no *website* da Empresa, bem como no *website* da CMVM. A possibilidade de participação através de meios telemáticos foi disponibilizada durante a Assembleia Geral anual realizada em 15 de maio de 2018.

**13. Indicação da percentagem máxima dos direitos de voto que podem ser exercidos por um único acionista ou por acionistas que com aquele se encontrem em alguma das relações do n.º 1 do artigo 20.º.**

Os Estatutos não preveem qualquer limitação aos direitos de voto que podem ser exercidos por um único acionista ou por acionistas que com aquele se encontrem em alguma das relações indicadas no artigo 20.º do CVM.

**14. Identificação das deliberações acionistas que, por imposição estatutária, só podem ser tomadas com maioria qualificada, para além das legalmente previstas, e indicação dessas maiorias.**

As deliberações da Assembleia Geral são aprovadas por maioria simples dos votos emitidos, salvo nos casos em que a lei ou os Estatutos exijam maiorias qualificadas. Nas votações de deliberações não se contam as abstenções.

De acordo com os Estatutos, é necessária uma maioria qualificada de dois terços dos votos emitidos nas seguintes matérias:

- deliberações sobre matérias de gestão da Sociedade que sejam submetidas à Assembleia Geral pelo Conselho de Administração;
- alterações dos Estatutos, incluindo aumentos de capital, e limitação ou supressão do direito de preferência dos acionistas;
- fusão, cisão, transformação ou dissolução da Sociedade.

De acordo com os Estatutos, quaisquer deliberações sobre os assuntos elencados nas alíneas a), b) ou c) do n.º 4 do artigo 12.º, ou em quaisquer outros assuntos para os quais a lei requeira uma maioria qualificada, são necessários dois terços dos votos expressos tanto na primeira como na segunda convocatória da Assembleia Geral, mesmo que estejam presentes ou representados acionistas titulares de ações representativas de, pelo menos, metade do capital (superior à maioria exigida pelo CSC, no caso da segunda convocatória, e também para alguns assuntos incluídos na alínea a), no caso da primeira convocatória).

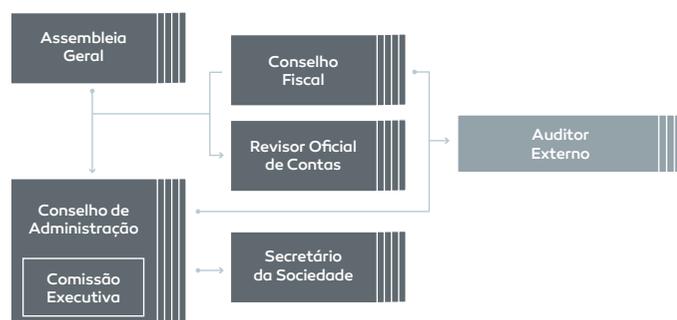
Estas disposições dos Estatutos têm o objetivo de assegurar a representação adequada dos acionistas ao aprovarem deliberações sobre questões de importância estratégica para a Empresa.

## II - Administração e supervisão

(Conselho de Administração, Conselho de Administração Executivo e Conselho Geral e de Supervisão)

### a) Composição

#### 15. Identificação do modelo de governo adotado



O modelo de governo societário em vigor na Galp compreende: (i) uma estrutura de administração, constituída por um Conselho de Administração e uma Comissão Executiva; (ii) uma estrutura de fiscalização reforçada, que integra o Conselho Fiscal e o Revisor Oficial de Contas, bem como (iii) um Secretário da Sociedade, encarregue do apoio especializado aos órgãos sociais.

Os órgãos sociais que compõem o modelo de governo da Galp são obrigatórios para as sociedades emittentes de ações admitidas à negociação em mercado regulamentado nas empresas que, como a Galp, adotam o modelo monista clássico previsto no artigo 278.º, n.º 1, alínea a), artigo 413.º, n.º 1, alínea b) e n.º 2, alínea a) e artigo 446.º-A, n.º 1, todos do CSC.

O modelo de governo da Galp visa a transparência e a eficácia do funcionamento do Grupo, assente numa separação de poderes entre os diversos órgãos sociais. Enquanto o Conselho de Administração desempenha funções de supervisão, de controlo e de acompanhamento das orientações estratégicas, bem como de acompanhamento da gestão e do relacionamento entre acionistas e restantes órgãos sociais, as funções da Comissão Executiva – delegadas pelo Conselho de Administração – são de natureza operacional e consistem na gestão corrente dos negócios e do centro corporativo.

A existência de assuntos da competência exclusiva do Conselho de Administração (isto é, que não estão sujeitos a delegação na Comissão Executiva) assegura que este órgão promova a definição e o acompanhamento das orientações estratégicas da Galp.

A atribuição de responsabilidade pela coordenação de áreas de gestão específicas da Comissão Executiva a cada um dos seus membros, sem prejuízo do carácter colegial do exercício das funções de gestão por este órgão, promove o acompanhamento eficaz da gestão da Sociedade e o aproveitamento de sinergias dentro de cada unidade de negócio bem como no conjunto da Sociedade. Para mais informações sobre esta atribuição, consulte o ponto 29 do presente capítulo deste relatório.

O Regulamento do Conselho de Administração estabelece que os seus membros têm, para o efeito estrito do exercício das respetivas funções e com respeito pelos limites legais aplicáveis, acesso à informação necessária, nomeadamente através do acesso a documentos ou da prestação de informações ou esclarecimentos por colaboradores da Sociedade, para a avaliação do desempenho, da situação e das perspetivas de desenvolvimento da Sociedade, incluindo, designadamente, as atas, a documentação de suporte às decisões tomadas, as convocatórias e o arquivo das reuniões da Comissão Executiva.

Ao Presidente do Conselho de Administração compete, sem prejuízo das demais competências previstas nas disposições legais, estatutárias e regulamentares aplicáveis, coordenar e supervisionar a relação entre a Sociedade e os seus acionistas, atendendo aos objetivos da Sociedade, aos interesses de longo prazo dos seus acionistas e ao desenvolvimento sustentável da atividade da Galp.

De acordo com os preceitos legais aplicáveis relativos ao relacionamento entre os membros não executivos do Conselho de Administração e a Comissão Executiva, inclusive no que respeita ao acompanhamento pelos membros não executivos da atividade da Comissão Executiva, nos termos do artigo 407.º, n.º 8 do CSC, o Presidente do Conselho de Administração tem o direito a estar presente nas reuniões da Comissão Executiva.

O Conselho Fiscal é responsável pelo exercício de funções de fiscalização dos negócios sociais em cinco dimensões essenciais:

- (i) a supervisão da atividade social;
- (ii) o controlo da informação financeira da Sociedade;

(iii) a fiscalização dos sistemas internos de gestão de riscos, controlo interno e auditoria interna;

(iv) a receção (e tratamento) de comunicações de irregularidades; e

(v) a salvaguarda da independência do Auditor Externo;

O Revisor Oficial de Contas é responsável por exercer igualmente o controlo da informação financeira da Sociedade.

**16. Regras estatutárias sobre requisitos procedimentais e materiais aplicáveis à nomeação e substituição dos membros, consoante aplicável, do Conselho de Administração, do Conselho de Administração Executivo e do Conselho Geral e de Supervisão (Artigo 245.º-A, n.º 1, al. h).**

Os membros do Conselho de Administração, incluindo o respetivo presidente, são eleitos e substituídos pelos acionistas reunidos em Assembleia Geral.

Os acionistas deliberam ainda anualmente a continuidade em funções de cada administrador, em caso de apreciação positiva do seu desempenho, mediante voto de louvor e/ou de confiança.

A ausência de uma apreciação anual positiva, através da atribuição de um voto de desconfiança, pode conduzir à destituição do administrador em causa, nos termos legalmente previstos.

Em caso da falta ou impedimento definitivo de algum dos membros do Conselho de Administração, compete ao próprio órgão de administração proceder à respetiva substituição através de cooptação, devendo submetê-la a ratificação na Assembleia Geral seguinte.

Os membros do Conselho de Administração são designados por períodos de quatro anos civis, contando o ano civil da designação como um ano completo, sendo permitida a sua reeleição por uma ou mais vezes. Os membros deste órgão consideram-se empossados no momento da sua eleição e mantêm-se no exercício das respetivas funções até à eleição, cooptação ou designação de substituto, salvo nos casos de renúncia ou destituição, em que o exercício de funções é mantido nos prazos previstos no CSC.

Em face do enquadramento jurídico português, que atribui aos acionistas a competência de eleger os membros do Conselho de Administração e que restringe a participação do

Conselho de Administração em matérias que competem aos acionistas, na Galp não existe uma comissão de nomeações na estrutura do Conselho de Administração. Com efeito, tal comissão não poderia substituir-se à competência dos acionistas, de acordo com o artigo 391.º do CSC.

Habitualmente, a Sociedade tem assistido a processos de identificação e seleção de perfis específicos para diferentes cargos na administração, com recurso a empresas internacionais reputadas e especializadas em seleção de executivos.

A eleição dos membros do Conselho de Administração é efetuada por listas, com indicação dos acionistas proponentes, incidindo o voto sobre a totalidade da lista e não sobre cada um dos seus membros, de acordo com a lei e os Estatutos.

Os acionistas minoritários que, por si ou agrupados com outros para o efeito, sejam titulares de participação no capital social com direito de voto de, no mínimo, 10% e, no máximo, 20%, dispõem do direito a proporem a eleição isolada de um administrador, nos seguintes termos previstos no n.º 2 do artigo 14.º dos Estatutos:

- a) cada lista deve propor pelo menos duas pessoas elegíveis por cada um dos cargos a preencher;
- b) o mesmo acionista não pode subscrever mais do que uma lista;
- c) se numa eleição isolada forem apresentadas listas por mais de um grupo de acionistas, a votação incide sobre o conjunto dessas listas;
- d) a Assembleia Geral não pode proceder à eleição de outros administradores enquanto não tiver sido eleito o administrador proposto pelos acionistas minoritários, salvo se não forem apresentadas as referidas listas;
- e) as regras acima referidas aplicam-se à eleição do respetivo administrador suplente.

Na falta de apresentação de qualquer lista nos termos das alíneas anteriores, ou concluído o procedimento ao abrigo das mesmas alíneas, é efetuada a eleição dos demais administradores, incluindo o Presidente do Conselho de Administração. Não podem participar nesta eleição os acionistas que tenham votado favoravelmente a proposta de eleição de um administrador, ao abrigo do procedimento referido nas alíneas anteriores, que tenha obtido vencimento.

A eleição dos demais administradores, incluindo o Presidente do Conselho de Administração, é realizada mediante votação das listas que venham a ser apresentadas para o efeito, considerando-se aprovada a proposta que obtiver o maior número de votos a favor.

Caso a proposta aprovada inclua o número máximo de administradores admitidos pelos Estatutos e tenha sido eleito um administrador pelos acionistas minoritários, o administrador assim eleito substitui a pessoa que figure em 13.º lugar na proposta que tenha obtido vencimento. Caso a proposta aprovada não inclua o número máximo de administradores admitido nos Estatutos, o administrador eleito ao abrigo do procedimento referido nas alíneas a) a d) anteriores acresce ao número de administradores eleitos nos termos acima indicados.

De acordo com o n.º 1 do artigo 393.º do CSC, para efeitos do regime de substituição de administradores por falta definitiva, os Estatutos consideram que um administrador falta definitivamente quando, sem justificação aceite pelo órgão de administração, faltar a três reuniões consecutivas ou a cinco reuniões interpoladas.

De acordo com os Estatutos da Sociedade, se a proposta para a eleição de administradores (com exceção do administrador a eleger por acionistas minoritários) não for aprovada por uma maioria de 55% dos votos emitidos, que correspondam, pelo menos, a 40% do capital social com direito a voto, os acionistas que: (i) podendo participar nesta eleição (por não terem votado na eleição do administrador a designar por acionistas minoritários), (ii) tenham votado contra aquela proposta ou a favor de proposta que não tenha obtido vencimento, e que (iii) detenham, por si ou agrupados para o efeito, ações representativas de, pelo menos, 25% do capital social com direito de voto, podem apresentar e votar propostas, elegendo entre si um número correspondente a um terço dos administradores eleitos (com exceção do administrador a eleger por acionistas minoritários nos termos acima indicados).

Caso o número total de administradores eleitos não seja divisível por três, então o número de administradores a eleger será arredondado para o número inteiro imediatamente superior. Os administradores que são eleitos ao abrigo deste procedimento substituem automaticamente aqueles que ficaram nos últimos lugares da lista inicialmente aprovada.

### 17. Composição, conforme aplicável, do Conselho de Administração, do Conselho de Administração Executivo e do Conselho Geral e de Supervisão, com indicação dos regulamentos estatutários relativos ao número mínimo e máximo de membros, duração estatutária do mandato, número de membros efetivos, data da primeira designação e data do termo de mandato para cada membro.

De acordo com os Estatutos, o Conselho de Administração é composto por um mínimo de 19 e um máximo de 23 administradores, designados por períodos de quatro anos.

Os atuais 19 membros do Conselho de Administração que foram eleitos para o mandato referente ao quadriénio 2015-2018 bem como as respetivas datas de designação e termo de mandato, constam da tabela seguinte e estão divulgados no *website* da Galp (<https://www.galp.com/corp/pt/governo-societario/modelo-e-orgaos-de-governo/conselho-de-administracao>).

#### Membros do Conselho de Administração

Nome	Cargo	Data da primeira designação	Data de termo do mandato
Paula Amorim	Presidente	2012.04.24	2018.12.31
Miguel Athayde Marques	Vice-presidente e <i>Lead Independent Director</i>	2012.11.23	2018.12.31
Carlos Gomes da Silva	Vice-presidente	2007.04.26	2018.12.31
Filipe Crisóstomo Silva	Vogal	2012.07.26	2018.12.31
Thore E. Kristiansen	Vogal	2014.10.03	2018.12.31
Sérgio Gabrielli de Azevedo	Vogal	2012.07.26	2018.12.31
Abdul Magid Osman	Vogal	2012.07.26	2018.12.31
Marta Amorim	Vogal	2016.10.14	2018.12.31
Raquel Vunge	Vogal	2014.10.03	2018.12.31
Carlos Costa Pina	Vogal	2012.04.24	2018.12.31
Francisco Teixeira Rêgo	Vogal	2015.04.16	2018.12.31
Jorge Seabra de Freitas	Vogal	2012.11.23	2018.12.31
José Carlos Silva	Vogal	2012.11.23	2018.12.31
Pedro Ricardo	Vogal	2015.04.16	2018.12.31
Tiago Câmara Pestana	Vogal	2015.04.16	2018.12.31
Rui Paulo Gonçalves	Vogal	2008.05.06	2018.12.31
Luís Todo Bom	Vogal	2012.11.23	2018.12.31
Diogo Tavares	Vogal	2006.02.22	2018.12.31
Joaquim Borges Gouveia	Vogal	2008.05.06	2018.12.31

### 18. A distinção dos membros executivos e não executivos do Conselho de Administração e, relativamente aos membros não executivos, a identificação dos membros que podem ser considerados independentes, ou, se aplicável, a identificação dos membros independentes do Conselho Geral e de Supervisão.

18.1. A independência dos membros do Conselho Geral e de Supervisão e dos membros da Comissão de Auditoria afere-se nos termos da legislação vigente. Quanto aos demais membros do Conselho de Administração, considera-se independente quem não esteja associado a qualquer grupo de interesses específicos na Sociedade nem se encontre em alguma circunstância suscetível de afetar a sua isenção de análise ou de decisão, nomeadamente em virtude de:

- a) ter sido colaborador(a) da Sociedade ou de sociedade que com ela se encontre em relação de domínio ou de grupo nos últimos três anos;
- b) ter, nos últimos três anos, prestado serviços ou estabelecido relação comercial significativa com a Sociedade ou com sociedade que com esta se encontre em relação de domínio ou de grupo, seja de forma direta ou enquanto sócio, administrador, gerente ou dirigente de pessoa coletiva;
- c) ser beneficiário(a) de remuneração paga pela Sociedade ou por uma sociedade que com ela se encontre em relação de domínio ou de grupo, além da remuneração decorrente do exercício das funções de administrador;
- d) viver em união de facto ou ser cônjuge, parente ou afim na linha reta e até ao 3.º grau, inclusive, na linha colateral, de administradores ou de pessoas singulares titulares, direta ou indiretamente, de participação qualificada; e

- e) ser titular de participação qualificada ou representante de um acionista titular de participação qualificada.

O Conselho de Administração integrava, em 31 de dezembro de 2018, 12 administradores não executivos (que se mantêm em funções nesta data) de entre 19, representando mais de metade (ou seja, 63%) do total de administradores, o que constitui um número adequado, tendo em conta, em particular, a estrutura acionista da Galp, a dispersão de capital e a dimensão da Sociedade e complexidade dos riscos inerentes à sua atividade. Os administradores não executivos desempenham atividades de supervisão e avaliação contínua da gestão da Sociedade, garantindo a efetiva capacidade de acompanhamento, supervisão, fiscalização e avaliação da atividade dos membros executivos, assegurando assim, com eficácia, os deveres que lhes foram atribuídos.

A composição do Conselho de Administração e a sua repartição entre membros executivos e não executivos é a seguinte:

### Administradores executivos



Carlos Gomes da Silva



Filipe Crisóstomo Silva



Thore E. Kristiansen



Carlos Costa Pina



José Carlos Silva



Pedro Ricardo



Tiago Câmara Pestana

### Administradores não executivos



Paula Amorim



Miguel Athayde Marques



Sérgio Gabrielli de Azevedo



Abdul Magib Osman



Marta Amorim



Raquel Vunge



Francisco Teixeira Rêgo



Jorge Seabra de Freitas



Rui Paulo Gonçalves



Luís Todo Bom



Diogo Tavares



Joaquim Borges Gouveia

Considerando os critérios de aferição de independência dos membros não executivos do Conselho de Administração referidos acima, e no Código de Governo das Sociedades do Instituto Português de *Corporate Governance* («Código de Governo das Sociedades do IPCG»), o Conselho de Administração compreende os seguintes cinco administradores não executivos independentes, com base na respetiva autoavaliação realizada relativamente ao exercício de 2018:

Administradores não executivos independentes
Miguel Athayde Marques ( <i>Lead</i> )
Sérgio Gabrielli de Azevedo
Abdul Magid Osman
Luís Todo Bom
Joaquim Borges Gouveia

Tendo em conta o modelo de governo adotado pela Sociedade, a sua estrutura acionista e o respetivo *free float*, a Galp considera que a proporção de administradores independentes - que ultrapassa um terço (ou seja, 42%) dos membros não executivos do órgão de administração - é adequada e conforme as recomendações do Código de Governo das Sociedades do IPCG.

Através do Conselho de Administração, e conforme previsto no seu Regulamento, os membros não executivos do Conselho de Administração promovem e participam na definição da estratégia da Empresa, das suas principais políticas, da sua estrutura empresarial e decisões que devam considerar-se estratégicas para a Sociedade em virtude do seu montante ou risco, bem como na avaliação do cumprimento destas.

O Conselho de Administração deliberou a atribuição a dois administradores não executivos independentes - Sérgio Gabrielli de Azevedo e Abdul Magid Osman - do encargo especial de acompanhamento da evolução dos mercados do Brasil e de Moçambique, respetivamente, com a perspetiva de assegurar uma análise estratégica detalhada destes dois mercados chave para a atividade da Empresa.

A 14 de outubro de 2016, a Galp reforçou a participação dos administradores independentes no seio do Conselho de Administração com a designação do administrador não executivo independente Miguel Athayde Marques (que é membro do Conselho desde 2012 e detentor de uma reputada carreira profissional no sector financeiro e no

domínio universitário) para o cargo de Vice-presidente do Conselho de Administração.

Além disso, a 26 de outubro de 2018, Miguel Athayde Marques foi também nomeado *Lead Independent Director*, com a finalidade, entre outras, de: (i) atuar, sempre que necessário, como interlocutor entre o Presidente do Conselho de Administração e os restantes membros; e (ii) zelar para que disponham do conjunto de condições e meios necessários ao desempenho das suas funções.

### 19. Qualificações profissionais e outros elementos curriculares relevantes de cada um dos membros, consoante aplicável, do Conselho de Administração, do Conselho Geral e de Supervisão e do Conselho de Administração Executivo.

Os membros do Conselho de Administração têm reconhecida uma série de competências, variedade de *backgrounds* académicos e de experiência profissional, tal como demonstrado na tabela seguinte, o que evidencia a diversidade existente no seio do Conselho de Administração, em linha com a Política de Diversidade nos órgãos de administração e fiscalização (a qual está acessível no *website* da Galp: [https://www.galp.com/corp/Portals/O/Recursos/Governo-Societario/SharedResources/Documentos/PT/Politica\\_de\\_Diversidade\\_nos\\_Orgaos\\_de\\_Administracao\\_e\\_Fiscalizacao\\_-\\_versao\\_publicada-\\_pt.pdf](https://www.galp.com/corp/Portals/O/Recursos/Governo-Societario/SharedResources/Documentos/PT/Politica_de_Diversidade_nos_Orgaos_de_Administracao_e_Fiscalizacao_-_versao_publicada-_pt.pdf)).

Com o objetivo de reforçar as competências dos membros do Conselho de Administração e assegurar o adequado conhecimento e acompanhamento pelos membros não executivos das atividades prosseguidas pelas unidades de negócio, em 2017 foi implementado um plano anual de *knowledge development*, tendo os membros do Conselho de Administração participado em quatro iniciativas de formação sobre os negócios desenvolvidos pela Galp e sobre temas de *governance*.

O Conselho de Administração dispõe da adequada diversidade face às atividades prosseguidas pela Galp e à estratégia definida para os próximos anos, incluindo em termos de origem e *backgrounds* dos seus membros. Com efeito, o Conselho inclui membros com origem em alguns países onde a Galp está presente - Portugal, Brasil, Angola e Moçambique.

No Anexo 9.9 deste relatório apresentam-se as biografias de cada membro do Conselho de Administração.

### Matriz de competências dos membros do Conselho de Administração

		Formação académica		Principal área de experiência											Experiência funcional					Outra experiência											
		Engenharia	Economia/Finanças	Gestão e Administração de Empresas (incluindo Gestão de Risco)	Direito	Académico	Energia/Petróleo e Gás	Serviços Financeiros	Papel e Produtos Florestais	Imobiliário/Hotéis e Resorts	Cargos Públicos	Indústria de Bebidas	Mercado de Valores Mobiliários e Derivados	Telecomunicações	Indústria Textil	Retalho	Experiência de Presidência de Conselho de Administração (Chairman)	Experiência de Presidência de Comissão Executiva (CEO)	Experiência de Administrador Financeiro (CFO)	Experiência Internacional	Finanças	Relações com Investidores	Marketing	Aprovisionamento/Compras e Gestão de Ativos	Jurídica	Alterações climáticas	Organizações de Petróleo e Gás	Associações Ambientais	Programas de Desenvolvimento das Nações Unidas	Associações de Responsabilidade Social	
Paula Amorim (Presidente)	Não executivo			●			●	●	●						●	●	●			●	●										
Miguel Athayde Marques (Vice-presidente e Lead Independent Director)	Não executivo	●	●			●	●	●			●				●	●	●			●	●	●	●		●					●	
Carlos Gomes da Silva (Vice-presidente e CEO)	Executivo	●	●			●				●					●	●	●			●	●	●			●	●				●	
Filipe Crisóstomo Silva	Executivo	●	●			●	●			●						●	●			●	●	●				●					
Thore E. Kristiansen	Executivo	●	●			●										●	●			●	●	●				●					
Sérgio Gabrielli de Azevedo	Não executivo	●				●	●			●						●	●			●	●	●									
Abdul Magid Osman	Não executivo	●				●				●					●	●				●						●	●				
Marta Amorim	Não executivo	●	●			●	●	●							●					●	●		●								
Raquel Vunge	Não executivo	●				●	●									●				●	●										
Carlos Costa Pina	Executivo	●			●	●	●	●		●	●				●					●	●	●			●	●	●	●	●	●	
Francisco Teixeira Rêgo	Não executivo	●	●			●		●	●							●				●	●		●								
Jorge Seabra de Freitas	Não executivo	●	●											●		●				●	●	●									
José Carlos Silva	Executivo	●				●		●							●					●		●			●	●					
Pedro Ricardo	Executivo	●	●			●									●	●					●	●				●					
Tiago Câmara Pestana	Executivo	●	●												●	●				●	●	●	●								
Rui Paulo Gonçalves	Não executivo	●		●	●	●	●			●															●						
Luís Todo Bom	Não executivo	●	●			●	●	●	●	●				●		●	●				●										●
Diogo Tavares	Não executivo	●	●			●	●	●	●	●										●	●										
Joaquim Borges Gouveia	Não executivo	●	●			●	●								●	●									●	●				●	

### Descrição da Política de Diversidade nos órgãos de administração e fiscalização (Artigo 245.º-A, n.º 1, al. r) do CVM):

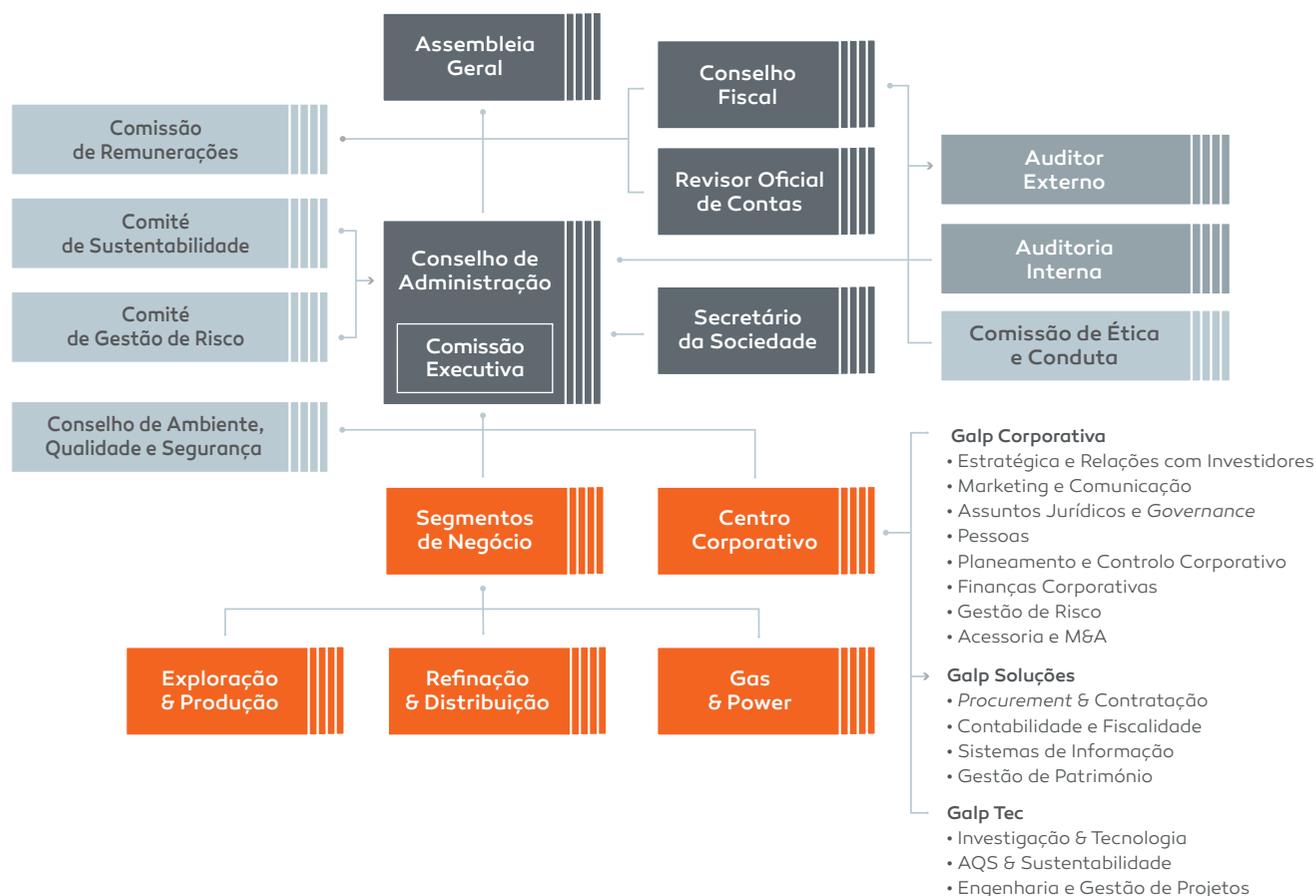
Na Política de Diversidade nos órgãos de administração e fiscalização, a Galp compromete-se, de acordo com as competências de cada órgão, a desenvolver esforços para promover a diversidade no seu Conselho de Administração e Conselho Fiscal, particularmente no que respeita aos seguintes critérios: idade, género, origem geográfica, formação académica e experiência profissional. A Galp reconhece os benefícios da diversidade no seio dos seus órgãos de administração e fiscalização como forma de assegurar maior equilíbrio na sua composição, melhorar o desempenho dos seus membros, reforçar a qualidade dos processos de tomada de decisão e de controlo, evitar o efeito de *group thinking* e contribuir para o desenvolvimento sustentável da Empresa.

A implementação da Política de Diversidade teve início com a sua aprovação pelo Conselho de Administração em 15 de dezembro de 2017, sendo os seus resultados reportados no reporte de governo societário relativo a 2019, ano em que se realizará a próxima Assembleia Geral eletiva da Galp.

**20. Relações familiares, profissionais ou comerciais, habituais e significativas, dos membros, consoante aplicável, do Conselho de Administração, do Conselho Geral e de Supervisão e do Conselho de Administração Executivo com acionistas a quem seja imputável participação qualificada superior a 2% dos direitos de voto.**

Administrador	Acionista com participação qualificada	Relação
Paula Amorim	Amorim Energia	Administrador
Marta Amorim	Amorim Energia	Administrador
Francisco Teixeira Rêgo	Amorim Energia	Administrador
Jorge Seabra de Freitas	Amorim Energia	Administrador
Rui Paulo Gonçalves	Amorim Energia	Administrador

**21. Organogramas ou mapas funcionais relativos à repartição de competências entre os vários órgãos sociais, comissões e/ou departamentos da Sociedade, incluindo informação sobre delegações de competências, em particular no que se refere à delegação da administração quotidiana da Sociedade.**



A estrutura organizativa atual da Galp assenta em três segmentos de negócio e um centro corporativo, que é coordenado por cada um dos administradores executivos, conforme descrita no ponto 29 do presente capítulo deste relatório.

Os princípios orientadores desta estrutura são a horizontalidade, a flexibilidade, a simplicidade, a eficiência e a delegação de responsabilidade, a fim de criar valor para o acionista, nomeadamente através da captação de sinergias dentro das unidades de negócio e entre elas.

O centro corporativo presta serviços às unidades de negócio e empresas do Grupo em matérias tão diversas como o planeamento e controlo, a contabilidade, a assessoria jurídica e os recursos humanos e é composto pelos três *clusters* de funções que a seguir se apresentam:

**Galp Corporativa** - agrega as principais funções de governo, estratégia, *guidelines* e controlo corporativo, monitorizando a implementação de políticas e objetivos da Empresa. Integra as seguintes direções:

Estratégia e Relações com Investidores	Definir as linhas de orientação estratégica da Galp, promovendo uma perceção clara a nível estratégico, financeiro e operacional da Sociedade junto dos seus <i>stakeholders</i> .
Marketing e Comunicação	Conceber a estratégia de comunicação da Galp, coordenando e gerindo a política de responsabilidade corporativa da Empresa.
Assuntos Jurídicos e Governance	Exercer e gerir as funções jurídica, de <i>governance</i> e de <i>compliance</i> , bem como o secretariado societário, no grupo Galp.
Pessoas	Definir e implementar a estratégia de gestão de pessoas do Grupo, assegurando o seu alinhamento com a cultura, valores e estratégia da Empresa.
Planeamento e Controlo Corporativo	Definir, acompanhar e consolidar os processos de orçamentação, planeamento e controlo da Sociedade e desafiar a <i>performance</i> dos negócios e do centro corporativo e assegurar o seu alinhamento com os objetivos estratégicos da Galp.
Finanças Corporativas	Propor e implementar a estratégia de financiamento do grupo Galp, garantindo assim a otimização e diversificação dos recursos financeiros e a gestão integrada de tesouraria.
Gestão do Risco	Promover a implementação das políticas de gestão de risco em articulação com as diferentes unidades de negócio, propor políticas de seguros, negociar e gerir os respetivos contratos ao nível de todo o Grupo e gerir os planos de saúde.
Assessoria e M&A	Desenvolver mecanismos de identificação e avaliação de oportunidades estratégicas e coordenar as operações de fusões e aquisições.

**Galp Soluções** - agrega funções de serviço e de carácter mais transaccional, com objetivos claros de eficiência/eficácia, e foca-se nas métricas e qualidade de serviços prestados a um nível competitivo. Integra as seguintes direções:

<i>Procurement</i> & Contratação	Maximizar o poder de negociação da Galp, no âmbito da função de aprovisionamento, através da obtenção da melhor relação qualidade/custo total, salvaguardando ainda os requisitos de segurança, saúde e critérios e práticas sustentáveis na aquisição de bens e serviços.
Contabilidade e Fiscalidade	Assegurar a preparação das contas do grupo Galp, elaboração dos respetivos relatórios de informação de gestão numa perspetiva de contabilidade geral e analítica, e garantir o cumprimento das obrigações fiscais no quadro da fiscalidade internacional e da legislação fiscal dos países onde opera.
Sistemas de Informação	Potenciar o desenvolvimento e sustentabilidade dos negócios da Galp, através da utilização de um sistema de informação gerido de uma forma eficiente, eficaz, fiável, coerente, inovadora, a qual é orientada aos processos e a custos controlados.
Gestão de Património	Garantir a gestão do património da Galp no que concerne aos ativos não diretamente relacionados com os negócios do Grupo.

**Galp Tec** - agrega competências técnicas críticas a fim de aumentar e proteger o valor da Galp. Integra as seguintes direções:

Investigação & Tecnologia	Definir e implementar políticas e projetos integrados de inovação, de investigação tecnológica e de eficiência energética, enquadrados na estratégia do grupo Galp, tendo em conta os seus princípios de criação de valor.
Ambiente, Qualidade, Segurança e Sustentabilidade	Promover a eficiência dos processos, com o objetivo de proteger as pessoas, o ambiente e os ativos, simultaneamente criando valor para todos os <i>stakeholders</i> .
Engenharia e Gestão de Projetos	Gerir os projetos da Galp no apoio aos negócios, desde a fase de conceção até à entrada em exploração comercial, assegurando a qualidade de execução e o cumprimento dos orçamentos e dos prazos dos projetos.

Os três segmentos de negócio da Sociedade atualmente existentes são a Exploração & Produção, a Refinação & Distribuição e o Gas & Power. Para mais informações, consulte a Nota 4 do Anexo 9.1.a deste relatório.

O modelo organizativo da Sociedade prevê ainda a existência de um conjunto de comissões especializadas, as quais são descritas nos pontos 27 e 29 deste capítulo.

## b) Funcionamento

### 22. Existência e local onde podem ser consultados os regulamentos de funcionamento, consoante aplicável, do Conselho de Administração, do Conselho Geral e de Supervisão e do Conselho de Administração Executivo.

O Conselho de Administração funciona de acordo com o regulamento de organização e funcionamento aprovado por este órgão na reunião de 16 de abril de 2015 e revisto na reunião de 26 de abril de 2018, que vigorou durante o mandato de 2015-2018, nos termos do artigo 16.º dos Estatutos, o qual está disponível no *website* da Galp em: [https://www.galp.com/corp/Portals/O/Recursos/Governo-Societario/SharedResources/Documentos/PT/Regulamento\\_CA\\_PT\\_Web.pdf](https://www.galp.com/corp/Portals/O/Recursos/Governo-Societario/SharedResources/Documentos/PT/Regulamento_CA_PT_Web.pdf)

### 23. O número de reuniões realizadas e grau de assiduidade de cada membro, consoante aplicável, do Conselho de Administração, do Conselho Geral e de Supervisão e do Conselho de Administração Executivo, às reuniões realizadas.

De acordo com o disposto no n.º 2 do artigo 16.º dos Estatutos, o Conselho de Administração deve reunir ordinariamente uma vez por mês, salvo deliberação em contrário do Conselho de Administração, e sempre que for convocado pelo presidente ou por quaisquer dois administradores.

Os Estatutos permitem que as reuniões do Conselho de Administração se realizem através de meios telemáticos e também admitem o voto por correspondência. Em 2018, o Conselho de Administração realizou nove reuniões, das quais duas foram realizadas através de comunicações eletrónicas. Foram realizadas atas de todas as reuniões.

O grau de assiduidade dos membros do Conselho de Administração nas nove reuniões deste órgão realizadas em 2018 foi o seguinte:

Nome	Presente	Representado/a	Ausente	% Assiduidade (*)
Paula Amorim	9	0	0	100%
Miguel Athayde Marques	9	0	0	100%
Carlos Gomes da Silva	9	0	0	100%
Filipe Crisóstomo Silva	9	0	0	100%
Thore E. Kristiansen	9	0	0	100%
Sérgio Gabrielli de Azevedo	5	3	1	55,6%
Abdul Magid Osman	7	2	0	77,8%
Marta Amorim	7	2	0	77,8%
Raquel Vunge	8	1	0	88,9%
Carlos Costa Pina	9	0	0	100%
Francisco Teixeira Rêgo	9	0	0	100%
Jorge Seabra de Freitas	9	0	0	100%
José Carlos Silva	9	0	0	100%
Pedro Ricardo	9	0	0	100%
Tiago Câmara Pestana	9	0	0	100%
Rui Paulo Gonçalves	9	0	0	100%
Luís Todo Bom	9	0	0	100%
Diogo Tavares	9	0	0	100%
Joaquim Borges Gouveia	6	3	0	66,7%

(\*) exclui a representação

#### **24. Indicação dos órgãos da Sociedade competentes para realizar a avaliação de desempenho dos administradores executivos.**

A Comissão de Remunerações, a qual é eleita pela Assembleia Geral, de acordo com o artigo 8.º dos Estatutos, realiza a avaliação de desempenho anual dos administradores executivos e não executivos.

Esta Comissão recorre à auscultação dos membros não executivos quanto ao desempenho qualitativo dos membros executivos do Conselho de Administração e baseia-se no cumprimento de objetivos económicos, financeiros e operacionais quanto à avaliação quantitativa, conforme definido anualmente pela política de remunerações.

Por outro lado, os membros não executivos, no âmbito da sua função de supervisão, acompanham o desempenho dos administradores executivos.

Também de acordo com o artigo 376.º do CSC, a Assembleia Geral procede anualmente à apreciação geral da administração da Sociedade. Essa apreciação é expressa através de um voto de confiança ou desconfiança, podendo levar à destituição do respetivo administrador.

Além disso, o Conselho de Administração avalia anualmente o seu desempenho (incluindo os membros executivos) e o desempenho das suas comissões, tendo em conta o cumprimento do plano estratégico e orçamento da Sociedade, a sua gestão de riscos, o seu funcionamento interno e o contributo de cada membro para esses objetivos, bem como as suas relações com os outros órgãos e comissões da Empresa. Na sua reunião de 8 de fevereiro de 2019, o Conselho de Administração realizou esta avaliação de desempenho.

#### **25. Critérios pré-determinados para a avaliação de desempenho dos administradores executivos.**

A avaliação de desempenho dos administradores executivos é realizada em função do cumprimento de determinados objetivos económicos, financeiros e operacionais, conforme definido anualmente pela política de remunerações apresentada pela Comissão de Remunerações e, através da aprovação da declaração anual sobre a política de remunerações em Assembleia Geral.

Os critérios pré-determinados para a avaliação de desempenho dos administradores executivos no exercício de 2018 constam do ponto 69 do presente capítulo.

#### **26. A disponibilidade de cada um dos membros, consoante aplicável, do Conselho de Administração, do Conselho Geral e de Supervisão e do Conselho de Administração Executivo, com indicação dos cargos exercidos em simultâneo em outras empresas, tanto dentro como fora do Grupo, e outras atividades relevantes exercidas pelos membros daqueles órgãos no decurso do exercício.**

Os cargos exercidos pelos membros do Conselho de Administração noutras sociedades, dentro e fora do grupo Galp, e outras eventuais atividades relevantes exercidas pelos membros daqueles órgãos no decurso do exercício de 2018 são apresentados no Anexo 9.10 deste relatório.

De um modo geral, os membros do Conselho de Administração apresentam um elevado grau de disponibilidade para o exercício das respetivas funções, sendo esta confirmada pela sua assiduidade nas reuniões do Conselho de Administração e da Comissão Executiva e pelo trabalho desenvolvido no seio da Galp e anualmente verificado pela Comissão de Remunerações no âmbito da avaliação qualitativa do desempenho dos administradores.

O Anexo 9.10 deste relatório dá prova do cumprimento destes requisitos, visto que as funções exercidas noutras empresas pelos membros da Comissão Executiva da Galp são em órgãos de administração de sociedades participadas, direta ou indiretamente, pela Galp. Desta forma, a sua disponibilidade e dedicação para desempenhar o cargo de membro executivo do Conselho de Administração é total.

Além disso, relativamente aos administradores não executivos com maior número de cargos exercidos noutras empresas fora do grupo Galp, constata-se que os mesmos cumprem a regra referida em cima e exercem essas funções no âmbito do mesmo grupo - grupo Amorim ou Américo Amorim - as quais não prejudicam a sua disponibilidade para o exercício dos cargos e das funções de acompanhamento, avaliação e supervisão da gestão executiva da Galp.

De acordo com o Regulamento do Conselho de Administração: (i) os membros da Comissão Executiva não devem exercer funções executivas em sociedades com ações admitidas à negociação em mercado regulamentado que não integrem o grupo Galp; e (ii) os administradores não executivos não devem exercer funções de administração em mais de quatro sociedades com ações admitidas à negociação em mercado regulamentado que não integrem o grupo Galp.

De acordo com os Estatutos e o Regulamento do Conselho de Administração, considera-se que um administrador falta definitivamente quando, sem justificação que tenha sido aceite pelo Conselho de Administração, não tenha participado em três reuniões consecutivas ou cinco reuniões de forma interpolada.

Caso qualquer membro da Comissão Executiva esteja ausente em mais de 20% das reuniões da Comissão Executiva durante o mesmo mandato, o Presidente da Comissão Executiva informa o Conselho de Administração, transmitindo-lhe os motivos que foram comunicados relativamente às ditas ausências. No seguimento, o Conselho de Administração pode substituir o membro da Comissão Executiva por outro administrador, passando o primeiro a administrador não executivo.

Além disso, a Galp cumpre as disposições legais, estatutárias e regulamentares destinadas a prevenir e tratar eventuais conflitos de interesse entre os administradores e a Sociedade em virtude do exercício de outros cargos fora do grupo Galp.

De acordo com o artigo 398.º do CSC, os administradores não podem:

- exercer qualquer atividade concorrente com a Sociedade ou sociedade em relação de domínio ou de grupo com esta, por conta própria ou alheia e exercer funções em sociedade concorrente ou ser designado por conta ou em representação desta, salvo autorização da Assembleia Geral de acionistas;
- exercer qualquer função ao abrigo de contrato de trabalho (considerando-se este extinto caso tenha sido celebrado menos de um ano antes de se ter tornado administrador, ou suspenso caso tenha sido celebrado há mais de um ano).

De acordo com o Regulamento do Conselho de Administração, os membros devem informar o órgão de imediato, especificamente o seu presidente, sobre quaisquer factos que possam constituir ou dar causa a um conflito entre os seus interesses e o interesse social.

Além disso, a Sociedade aprovou um regulamento interno, que é aplicável, entre outros, aos membros do Conselho de Administração, e estabelece que os membros que forem identificados como estando em situação de conflito de interesses devem abster-se de discutir, votar, tomar decisões, opinar, participar ou exercer qualquer influência sobre qualquer processo de tomada de decisão diretamente

relacionado com a situação de conflito de interesse. Isto sem prejuízo de fornecer qualquer informação ou esclarecimentos necessários.

Adicionalmente, o Regulamento do Conselho de Administração estabelece ainda mecanismos especiais de acesso a informação sensível aplicável aos membros do Conselho de Administração em situação de conflito de interesses devido ao exercício de uma atividade concorrente com a Galp, autorizado pela Assembleia Geral.

Ainda no sentido da salvaguarda do interesse do grupo Galp em situações de eventual conflito de interesses entre a Sociedade e os seus administradores decorrente da realização de negócios entre estes e a Sociedade ou sociedades em relação de domínio ou de grupo com a Galp, a norma regulamentar que regula as transações do Grupo com partes relacionadas sujeita a parecer prévio do Conselho Fiscal as transações relevantes com partes relacionadas da Galp, conforme descrito nos pontos 89 e 91 deste capítulo.

### **c) Comissões no seio do Órgão de Administração ou Supervisão e Administradores Delegados**

**27. Identificação das comissões criadas no seio, consoante aplicável, do Conselho de Administração, do Conselho Geral e de Supervisão e do Conselho de Administração Executivo, e local onde podem ser consultados os regulamentos de funcionamento.**

#### **Comissão Executiva**

O Conselho de Administração designou, na reunião de 16 de abril de 2015, uma Comissão Executiva composta por sete administradores, tendo igualmente aprovado a respetiva delegação de competências e o regulamento que define os princípios e as regras relativas à sua organização e ao seu funcionamento, o qual pode ser consultado no *website* da Galp em: [https://www.galp.com/corp/Portals/O/Recursos/Governo-Societario/SharedResources/Documentos/PT/Comissao-Executiva/Regulamento\\_CE\\_PT\\_Web.pdf](https://www.galp.com/corp/Portals/O/Recursos/Governo-Societario/SharedResources/Documentos/PT/Comissao-Executiva/Regulamento_CE_PT_Web.pdf)

#### **Comité de Sustentabilidade**

Com o intuito de promover a criação de valor sustentável, foi criado, em 2012, o Comité de Sustentabilidade, com a missão de assegurar a integração dos princípios de sustentabilidade na gestão do Grupo, promovendo as boas práticas do sector em todas as suas áreas de negócio e centro corporativo.

Atualmente, o Comité é presidido pelo Vice-presidente independente do Conselho de Administração e conta, enquanto membros permanentes, com o Presidente da Comissão Executiva, o administrador executivo que coordena a área de sustentabilidade, o administrador executivo financeiro, o responsável pela Direção de Ambiente, Qualidade, Segurança e Sustentabilidade e os responsáveis pelas áreas de negócio e direções corporativas relevantes. O seu regulamento encontra-se acessível em: [https://www.galp.com/corp/Portals/O/Recursos/Governo-Societario/SharedResources/Documentos/PT/Comite-Sustentabilidade/NT-O-Comite\\_de\\_Sustentabilidade.pdf](https://www.galp.com/corp/Portals/O/Recursos/Governo-Societario/SharedResources/Documentos/PT/Comite-Sustentabilidade/NT-O-Comite_de_Sustentabilidade.pdf)

### Comissão de Ética e Conduta

A Comissão de Ética e Conduta é composta por três membros de competência comprovada em ética e *compliance*, auditoria e recursos humanos, designados pelo Conselho Fiscal sob proposta da Comissão Executiva. O Regulamento da Comissão de Ética e Conduta encontra-se acessível em: [https://www.galp.com/corp/Portals/O/Recursos/Governo-Societario/SharedResources/Documentos/PT/Comissoes-Especializadas/Regulamento-Codigo-Etica\\_PT.PDF](https://www.galp.com/corp/Portals/O/Recursos/Governo-Societario/SharedResources/Documentos/PT/Comissoes-Especializadas/Regulamento-Codigo-Etica_PT.PDF)

### Comité de Gestão de Risco

O Comité de Gestão de Risco tem como missão apoiar e monitorizar a definição e execução da estratégia e política de gestão de risco da Galp. Trabalha em articulação com a Direção de Gestão de Risco e os responsáveis pelas unidades de gestão da Empresa, sendo composto pelo administrador executivo que coordena a Direção de Gestão de Risco (*Chief Risk Officer*), pelo responsável da Direção de Auditoria Interna, pelo responsável da Direção de Gestão de Risco e pelo administrador executivo que coordena a área financeira (*Chief Financial Officer*). Desde 2018, este comité também compreende os responsáveis das seguintes direções corporativas: Estratégia e Relações com Investidores, Ambiente, Qualidade, Segurança e Sustentabilidade, Sistemas de Informação, Assuntos Jurídicos e *Governance*. O Regulamento do Comité de Gestão de Risco encontra-se disponível em: <https://www.galp.com/corp/Portals/O/Recursos/Governo-Societario/SharedResources/Documentos/PT/NT-O-018%20-%20Comite%20de%20Gestao%20de%20Risco.pdf>

### Conselho de Ambiente, Qualidade e Segurança

O Conselho de Ambiente, Qualidade e Segurança (AQS) tem por missão coadjuvar a Comissão Executiva na promoção

dos princípios que sustentam a cultura de AQS da Galp, garantindo a aplicação das políticas e objetivos estratégicos de AQS em todo o Grupo, bem como promover práticas conducentes à melhoria do Sistema Integrado de Gestão.

O Conselho de AQS é presidido pelo membro da Comissão Executiva que coordena a direção corporativa de AQS e Sustentabilidade e secretariado pelo responsável por esta direção e os seus membros integram responsáveis pelas áreas de negócio e direções corporativas relevantes. O seu Regulamento encontra-se acessível em <https://www.galp.com/corp/Portals/O/Recursos/Governo-Societario/SharedResources/Documentos/PT/NT-O-Organizacao%20e%20Relacionamento%20AQS.PDF>

### Outras comissões

A Sociedade criou comissões especializadas para tratar das remunerações e avaliação de desempenho dos órgãos sociais, risco, sustentabilidade, AQS, e ética e conduta.

Considerando o modelo de governo da Sociedade e a legislação societária portuguesa, o Conselho Fiscal é o órgão interno responsável pela avaliação de assuntos de governo societário.

De acordo com a lei portuguesa, a nomeação de administradores é uma responsabilidade atribuída aos acionistas. A fim de evitar quaisquer conflitos de interesse ou problemas de agência, o Conselho de Administração não designou nenhuma comissão para tratar de questões relacionadas com a indicação dos seus membros ou de membros de outros órgãos sociais (como os membros do Conselho Fiscal).

### 28. A composição, se aplicável, da Comissão Executiva e/ou identificação de administrador(es) delegado(s).

A Comissão Executiva da Galp é constituída atualmente pelos seguintes sete administradores:

**Presidente:** Carlos Gomes da Silva (CEO)

**Vogais:** Filipe Crisóstomo Silva (CFO)  
Thore E. Kristiansen  
Carlos Costa Pina  
José Carlos Silva  
Pedro Ricardo  
Tiago Câmara Pestana

## 29. Indicação das competências de cada uma das comissões criadas e síntese das atividades desenvolvidas no exercício dessas competências.

### Comissão Executiva

A Comissão Executiva é o órgão responsável pela gestão corrente da Galp, de acordo com as orientações estratégicas definidas pelo Conselho de Administração e ao abrigo dos poderes que lhe foram delegados por este mesmo órgão, nos termos dos artigos 17.º e 18.º dos Estatutos e dos n.ºs 3 e 4 do artigo 407.º do CSC, e com os seguintes limites:

1. Não foram objeto de delegação na Comissão Executiva os seguintes poderes:
  - a) Escolha do Presidente da Comissão Executiva;
  - b) Cooptação de administradores;
  - c) Pedido de convocação de assembleia geral da Sociedade;
  - d) Aprovação de relatórios de gestão e contas anuais;
  - e) Prestação de cauções e de garantias pessoais ou reais pela Sociedade;
  - f) Mudança de sede e aumentos de capital, nos termos previstos nos Estatutos da Sociedade;
  - g) Projetos de fusão, cisão e de transformação da Sociedade.
2. Não são considerados poderes de gestão corrente da Sociedade e, portanto, não foram delegados à Comissão Executiva os seguintes:
  - a) Aprovação de investimentos estratégicos da Sociedade e das sociedades direta ou indiretamente dominadas pela Sociedade, e aprovação dos respetivos financiamentos;
  - b) Aprovação de desinvestimentos estratégicos da Sociedade e das sociedades direta ou indiretamente dominadas pela Sociedade;
  - c) Participação, nomeadamente através da aquisição, direta ou indireta, de participações em sociedades que não prossigam as atividades operacionais principais prosseguidas pelas sociedades dominadas pela Sociedade (i.e., exploração, produção, refinação, transporte, comercialização e distribuição de petróleo e gás);
  - d) Estabelecimento de parcerias estratégicas no contexto das atividades operacionais principais prosseguidas pelas sociedades dominadas pela Sociedade;
  - e) Aprovação e modificação dos planos estratégicos da Sociedade, e das sociedades dominadas pela Sociedade que prossigam atividades principais do grupo Galp;
  - f) Aprovação do orçamento anual e planos de negócios do grupo Galp, bem como modificações aos mesmos que excedam em 20% o valor da rubrica em causa no orçamento ou em 10% o valor total do orçamento anual;
  - g) Transações da Sociedade, ou das sociedades dominadas pela Sociedade, com entidades relacionadas ou com quaisquer acionistas da Sociedade, de montante unitário ou global superior €20 milhões;
  - h) Definição e organização da estrutura empresarial do grupo Galp;
  - i) Efetuar propostas e exercer o direito de voto, na eleição dos conselhos de administração das sociedades dominadas pela Sociedade;
  - j) Emissão de obrigações ou outros instrumentos de dívida pela Sociedade ou por sociedades que são dominadas pela Sociedade;
  - k) Projetos de fusão, cisão e dissolução de quaisquer sociedades que são dominadas pela Sociedade; e
  - l) Celebração de contratos de subordinação e contratos de grupo paritário por sociedades que são dominadas pela Sociedade.

Sem prejuízo dos limites da delegação de poderes indicados nos n.ºs 1 e 2 acima, cabe à Comissão Executiva um especial dever de iniciativa e de proposta ao Conselho de Administração, relativamente aos atos e às matérias constantes das alíneas do n.º 2 supra.

Na reunião do Conselho de Administração de 16 de abril de 2015, foi definida pelo Presidente da Comissão Executiva uma afetação funcional entre os membros da Comissão Executiva relativa aos negócios e atividades da Sociedade e das sociedades do Grupo, nos termos previstos no seu regulamento, sem prejuízo do exercício colegial dos poderes deste órgão, nos termos que se apresentam em baixo.

## Áreas de atuação específica dos administradores executivos

	Carlos Gomes da Silva CEO	Filipe Crisóstomo Silva CFO	Thore E. Kristiansen COO	Carlos Costa Pina COO	José Carlos Silva COO	Pedro Ricardo COO	Tiago Câmara Pestana COO
Unidades de Negócio			Exploração & Produção	Novas Energias	Aprovisionamento, Refinação e Planeamento	Gas & Power	Distribuição Oil Ibérica e Internacional
Centro Corporativo	Marketing e Comunicação Estratégia e Relações com Investidores Pessoas Assuntos Jurídicos e Governance Investigação & Tecnologia	Planeamento e Controlo Corporativo Finanças Corporativas Assessoria e M&A Contabilidade e Fiscalidade		Gestão do Risco Sistemas de Informação AQS e Sustentabilidade	Procurement & Contratação Gestão de Património Engenharia e Gestão de Projetos		

Para as matérias de gestão corrente no âmbito de solicitações dos operadores dos diversos blocos de exploração de petróleo em que a Galp participa, incluídos nos planos de desenvolvimento dos blocos e no orçamento e planos de atividade aprovados, a Comissão Executiva delegou nos administradores executivos Thore Kristiansen, Filipe Crisóstomo Silva e José Carlos Silva a aprovação das respetivas decisões, nomeadamente autorização de despesas (*authorization for expenditures*), chamadas de capital (*cash calls*) e voto por escrito (*ballots*).

Foram adotados uma série de mecanismos destinados a assegurar um efetivo e eficiente acompanhamento e controlo pelos membros não executivos da atividade da Comissão Executiva e facilitar o exercício do respetivo direito à informação.

Com efeito, de acordo com o Regulamento do Conselho de Administração, o Presidente da Comissão Executiva informa regularmente o Presidente do Conselho de Administração da agenda das reuniões da Comissão Executiva, das decisões adotadas nas suas reuniões e de outras matérias que considere relevantes para o bom desempenho das atribuições e responsabilidades do Conselho de Administração. O Presidente do Conselho de Administração e quaisquer outros dois administradores não executivos podem pedir diretamente ao Presidente da Comissão Executiva informações sobre a atividade da Comissão Executiva.

As convocatórias e as atas das reuniões da Comissão Executiva são enviadas ao Presidente do Conselho de Administração e ao Presidente do Conselho Fiscal.

Além disso, de acordo com o Regulamento da Comissão Executiva, o Secretário da Sociedade deve remeter as convocatórias e as atas das reuniões da Comissão Executiva ao Presidente do Conselho de Administração e ao membro do Conselho de Administração que tenha sido especialmente delegado para participar nas reuniões da Comissão Executiva, bem como ao Presidente do Conselho Fiscal.

De acordo com o seu Regulamento, a Comissão Executiva deve reunir uma vez por semana. Em 2018, reuniu 43 vezes. Foram realizadas atas de todas as reuniões.

As principais atividades desenvolvidas pela Comissão Executiva durante o ano de 2018, dentro dos limites das suas competências, envolveram, entre outras:

- Aprovação de operações a realizar pelas unidades de negócio e empresas do grupo Galp;
- Apreciação dos resultados mensais;
- Aprovação de propostas a submeter ao Conselho de Administração sobre matérias da sua competência exclusiva previstas nos Estatutos e no Regulamento do Conselho de Administração;

- d) Aprovação de transações relevantes;
- e) Apreciação de informação das comissões especializadas, designadamente, no âmbito da gestão do risco e sustentabilidade;
- f) Aprovação de operações de aumento e redução de capital das empresas do grupo Galp, e a realização e reembolsos de prestações acessórias e suprimentos;
- g) Alterações de Estatutos de empresas do Grupo;
- h) Aquisição e alienação de bens imóveis;
- i) Aprovação de cartas de conforto por empresas do grupo Galp; e
- j) Indicação de sentido de voto e designação de representantes em reuniões de Assembleia Geral de empresas participadas e outras entidades.

### Comité de Sustentabilidade

Na Galp, a gestão com foco na sustentabilidade é tida como estratégica, consistindo na incorporação de princípios, abordagens e práticas em favor da componente de longo prazo da criação de valor. Esta abordagem envolve, portanto, uma gestão para criar valor sustentável, duradouro e gerador de confiança no futuro para os vários *stakeholders*.

As principais responsabilidades do Comité de Sustentabilidade são os seguintes:

- a) Analisar e incorporar as expectativas dos *stakeholders* nas políticas e processos relevantes para o desenvolvimento estratégico das atividades do Grupo;
- b) Promover e assegurar a adoção de políticas, princípios e práticas que contribuam para gerar valor sustentável;
- c) Aprovar e propor ao Conselho de Administração e à Comissão Executiva os compromissos de sustentabilidade associados aos objetivos e metas, identificando os recursos necessários para a sua concretização;
- d) Monitorizar e reportar ao Conselho de Administração e à Comissão Executiva, de forma sistemática, o desempenho nas dimensões económica, social e ambiental, de acordo com as políticas e compromissos estabelecidos;
- e) Orientar e garantir a harmonização dos planos estratégicos das unidades de negócio, contribuindo para

o cumprimento dos compromissos de sustentabilidade, garantindo uma melhoria contínua;

- f) Garantir, ao nível das partes interessadas, a concretização da estratégia de comunicação das políticas e compromissos de sustentabilidade.

Este comité reporta diretamente ao Conselho de Administração e à Comissão Executiva. O Presidente do Comité de Sustentabilidade comunica as atividades e as conclusões mais relevantes do Comité de Sustentabilidade, no que diz respeito ao cumprimento das políticas, princípios e práticas que contribuem para gerar valor sustentável, ao Conselho de Administração e à Comissão Executiva. Todas as decisões tomadas pelo Comité de Sustentabilidade são registadas em atas, validadas por todos os participantes e encaminhadas ao Conselho de Administração e à Comissão Executiva.

Em 2018, o Comité de Sustentabilidade reuniu quatro vezes, tendo sido realizadas atas das reuniões, e abordaram-se as seguintes matérias:

- Análise do contexto de sustentabilidade da Galp, especialmente dos direitos humanos, segurança e meio ambiente, de forma a apoiar a estratégia e o desenvolvimento de operações em diferentes geografias;
- Análise do desempenho da Galp em termos de sustentabilidade e ambiente, e o estabelecimento dos seus compromissos, objetivos e metas, alinhados com as melhores práticas e *benchmarking* com pares e *performers* de referência;
- Análise do contexto de transição energética, com foco na divulgação de informações relacionadas com o clima, alinhada com padrões de referência;
- Definição dos requisitos de sustentabilidade para o desenvolvimento de negócios, os planos de mitigação para quaisquer desvios e uma análise da gestão de riscos e oportunidades.

### Comissão de Ética e Conduta

A Comissão de Ética e Conduta constitui a estrutura interna que, com independência e imparcialidade, é responsável pelo acompanhamento da aplicação e interpretação do Código de Ética e Conduta e a monitorização da sua implementação, nos termos definidos no respetivo Regulamento. A Comissão de Ética e Conduta é ainda responsável pela receção e tratamento de eventuais informações a ela transmitidas ao abrigo do Procedimento de Comunicação de Irregularidades (Linha de Ética «Open Talk») em vigor na Galp e sociedades participadas, que

respeitem a alegadas infrações ao estipulado no Código de Ética e Conduta ou de normas que o desenvolvem ou que versem sobre os temas nele elencados, incluindo nos domínios dos controlos contabilísticos internos, da auditoria, da luta contra a corrupção e do crime bancário e financeiro.

O Conselho Fiscal é o órgão social responsável por zelar pelo bom funcionamento e aplicação do Código de Ética e Conduta através do reporte periódico e regular da Comissão de Ética e Conduta.

Todos os semestres, a Comissão de Ética e Conduta remete um relatório ao Conselho Fiscal, tendo em conta as comunicações recebidas, os procedimentos adotados e as ações ou medidas propostas, bem como uma avaliação da implementação e desempenho do Código de Ética e Conduta.

Durante o exercício de 2018, a Comissão de Ética e Conduta realizou quatro reuniões, tendo sido realizadas atas das reuniões, para análise e decisão sobre o encaminhamento das comunicações de irregularidades recebidas e participou em três reuniões do Conselho Fiscal, nas quais foi dado o devido reporte a este órgão. No ano de 2018 foram reportados à Comissão de Ética e Conduta e por esta investigados dezassete casos ao abrigo do Procedimento de Comunicação de Irregularidades. Estes casos foram analisados e reportados ao Conselho Fiscal para decisão. Dos dezassete casos, apenas seis situações exigiram a adoção de medidas pela Empresa, a fim de adequar a conduta aos padrões estabelecidos no Código de Ética e Conduta.

### Comité de Gestão de Risco

São atribuídas ao Comité de Gestão de Risco as seguintes responsabilidades:

- a) Acompanhar o cumprimento da Política de Gestão de Risco da Galp pelas unidades de negócio e pelo centro corporativo;
- b) Aprovar todos os anos e avaliar, sempre que necessário, a matriz de principais riscos da Galp e reportar à Comissão Executiva e ao Conselho de Administração;
- c) Avaliar os níveis de tolerância apresentados pelas unidades de negócio em relação aos seus principais riscos;
- d) Recomendar a avaliação das principais políticas e procedimentos da Galp que tenham impacto relevante nos níveis de tolerância ao risco e monitorizar o cumprimento desses limites;

- e) Acompanhar os principais riscos da Galp com o seu nível de exposição efetiva e a sua evolução potencial;
- f) Acompanhar a eficácia dos planos de mitigação dos principais riscos da Galp e propor ações para superar as restrições identificadas;
- g) Recomendar ações corretivas sempre que o apetite ao risco for potencialmente excedido;
- h) Avaliar todos os anos e rever, sempre que necessário, o Plano de Recuperação de Desastres da Galp e deliberar sobre ações consideradas necessárias para assegurar a continuidade dos negócios;
- i) Promover a disseminação de uma cultura de risco corporativo na Galp;
- j) Informar regularmente a Comissão Executiva, o Conselho de Administração e o Conselho Fiscal da Galp sobre a atividade do Comité e sobre as decisões mais relevantes adotadas, propondo e recomendando medidas e procedimentos para melhorar a eficácia da gestão de risco na Galp.

Este órgão reuniu quatro vezes durante o ano de 2018, e foram elaboradas as atas respetivas, tendo sistematicamente abordado os temas identificados como mais relevantes numa perspetiva de risco para o grupo Galp, incluindo os riscos associados a execução de projetos, mercados, assuntos jurídicos e compliance, gestão de portefólio, eventos disruptivos, concorrência, dependência de parceiros, cibersegurança, geopolíticos e de contraparte, bem como os resultados de *risk assessments*.

Sempre que considerado adequado, esses tópicos foram aprofundados com apresentações da unidade de negócios «donas do risco», garantindo a sua efetiva comunicação com o Comité de Gestão de Risco.

Existem também Comités de Risco e Crédito ao nível das unidades de negócios, nos quais se integra a Direção de Gestão de Risco. Esta direção participa ainda em grupos de trabalho dedicados aos principais projetos da Galp, o que assegura o alinhamento de práticas de gestão de risco e uma eficaz comunicação com o Comité de Gestão de Risco.

O Presidente do Comité de Gestão de Risco é responsável por reportar a atividade do comité e as suas decisões mais relevantes à Comissão Executiva, ao Conselho de Administração e ao Conselho Fiscal da Galp. O Secretário do Comité de Gestão de Risco é responsável por informar a Comissão Executiva, o Conselho de Administração e o Conselho Fiscal da Galp sobre as atas das reuniões.

## Conselho de Ambiente, Qualidade e Segurança

Os principais deveres e responsabilidades do Conselho de AQS envolvem:

- Propor políticas de AQS para aprovação da Comissão Executiva;
- Propor os objetivos estratégicos de AQS da Galp;
- Avaliar a adequação dos planos de AQS das unidades organizacionais, em relação aos objetivos estratégicos definidos;
- Criar grupos de intervenção específica transversais, quando necessário;
- Monitorizar o nível de desempenho de AQS, incluindo o cumprimento de compromissos externos e obrigações regulamentares;
- Avaliar a adequação dos recursos alocados à gestão de AQS (humanos, financeiros e materiais), em relação aos objetivos definidos.

Em 2018, o Conselho de AQS reuniu duas vezes, tendo sido realizadas atas das reuniões, onde abordou o desempenho de AQS (objetivos e alinhamento estratégico) e realizado o acompanhamento das iniciativas estratégicas de AQS nas unidades de negócios. Nomeadamente, o Comité:

- abordou as informações relativas ao Plano de Implementação do Sistema Integrado de Gestão; abordou a avaliação que foi conduzida pela administração do Sistema Integrado de Gestão; e acompanhou a implementação das iniciativas estratégicas para 2018-2019;
- deliberou sobre a apresentação dos resultados da Auditoria da Associação Portuguesa de Certificação (APCER) relativa à auditoria de certificação do Sistema Integrado de Gestão, incluindo as dimensões Ambiente, Qualidade, Segurança, Energia e Responsabilidade Social; tomou conhecimento das informações fornecidas no Plano de Ação Corretiva para a auditoria interna do Sistema Integrado de Gestão; aprovou o Plano de Ação Corretiva para a Auditoria da APCER do Sistema Integrado de Gestão; e discutiu as propostas de AQS sobre iniciativas estratégicas para 2019-2020 a serem apresentadas aos representantes das unidades de negócio da Galp.

## III - Supervisão

### (Conselho Fiscal, Comissão de Auditoria ou Conselho Geral e de Supervisão)

#### a) Composição

#### **30. Identificação do órgão de fiscalização (Conselho Fiscal, Comissão de Auditoria ou Conselho Geral e de Supervisão) correspondente ao modelo que foi adotado.**

De acordo com o modelo de governo adotado, o Conselho Fiscal é o órgão societário responsável pela fiscalização da gestão da Sociedade.

Nos termos do artigo 413.º, n.º 1, alínea b) do CSC, a fiscalização da Galp, enquanto sociedade aberta, no que respeita à certificação das contas da Sociedade, integra ainda um Revisor Oficial de Contas, com as funções previstas no artigo 446.º do CSC e que não é membro do Conselho Fiscal.

#### **31. A composição, consoante aplicável, do Conselho Fiscal, Comissão de Auditoria, do Conselho Geral e de Supervisão ou da Comissão para as Matérias Financeiras, com indicação do número estatutário mínimo e máximo de membros, duração estatutária do mandato, número de membros efetivos, data da primeira designação, e data do termo de mandato de cada membro, podendo remeter-se para ponto do relatório onde já conste essa informação, por força do disposto no n.º 17.**

De acordo com os Estatutos, o Conselho Fiscal é composto por três membros permanentes e um suplente, eleitos por deliberação da Assembleia Geral, que elege igualmente o seu presidente.

Os membros do Conselho Fiscal são eleitos para mandatos de quatro anos, conjuntamente com os membros dos restantes órgãos sociais.

A identificação dos membros do Conselho Fiscal que foram eleitos na reunião da Assembleia Geral de 16 de abril de 2015 para o mandato de 2015-2018 (embora permaneçam em funções até a nomeação do novo Conselho Fiscal) e as datas da respetiva designação e termo do mandato constam do quadro seguinte e estão publicados no *website* da Galp.

Nome	Cargo	Data da primeira designação	Data de termo do mandato
Daniel Bessa	Presidente	2006.10.05	2018.12.31
Gracinda Raposo	Vogal	2011.05.30	2018.12.31
Pedro Antunes de Almeida	Vogal	2012.11.23	2018.12.31
Amável Calhau	Membro suplente	2006.10.05	2018.12.31

Tendo em conta o modelo de governo da Sociedade e o apoio dado ao Conselho Fiscal por várias direções corporativas, em particular as direções de Gestão de Risco e Auditoria Interna, a Galp considera que o número de membros do seu Conselho Fiscal, que é o número padrão adotado pela maioria das empresas portuguesas comparáveis, é adequado em relação à sua dimensão e complexidade, além de ser suficiente para o desempenho eficiente das suas funções.

**32. Identificação, consoante aplicável, dos membros do Conselho Fiscal, da Comissão de Auditoria, do Conselho Geral e de Supervisão ou da Comissão para as Matérias Financeiras que se considerem independentes, nos termos do artigo 414.º, n.º 5 do CSC, podendo remeter-se para ponto do relatório onde já conste essa informação, por força do disposto no n.º 18.**

Nos termos do artigo 414.º, n.º 5 do CSC, considera-se independente o membro do Conselho Fiscal que não esteja associado a qualquer grupo de interesses específicos na Sociedade nem se encontre em alguma circunstância suscetível de afetar a sua isenção de análise ou de decisão, inclusive em virtude de:

- ser titular ou atuar em nome ou por conta de titulares de participação qualificada igual ou superior a 2% do capital social da Sociedade;
- ter sido reeleito por mais de dois mandatos, de forma contínua ou intercalada.

O Conselho Fiscal integra atualmente dois membros independentes: Gracinda Raposo e Pedro Antunes de Almeida. Quanto ao Presidente do Conselho Fiscal, Daniel Bessa, a sua nomeação para completar o mandato 2005-2007, ocorreu no seguimento de alterações ocorridas na estrutura acionista da Galp e as regras que foram acordadas entre os acionistas relativamente à eleição dos membros dos órgãos sociais (Acordo Parassocial celebrado em 2006 e extinto em 2015). Neste sentido, deve considerar-se o mandato de 2008-2010 como a primeira nomeação. Atendendo ao exposto e considerando a prestigiada reputação e a reconhecida qualidade empresarial e científica do Presidente do Conselho Fiscal, deve ser igualmente reconhecida a sua independência.

**33. Qualificações profissionais, consoante aplicável, de cada um dos membros do Conselho Fiscal, da Comissão de Auditoria, do Conselho Geral e de Supervisão ou da Comissão para as Matérias Financeiras e outros eventuais elementos curriculares relevantes, podendo remeter-se para ponto do relatório onde já conste essa informação, por força do disposto no n.º 20.**

Os membros do Conselho Fiscal apresentam competências e qualificações profissionais adequadas para o exercício das respetivas funções. No Anexo 9.9 deste relatório apresenta-se a síntese curricular de cada membro.

#### b) Funcionamento

**34. Existência e local onde podem ser consultados os regulamentos de funcionamento, consoante aplicável, do Conselho Fiscal, Comissão de Auditoria, Conselho Geral e de Supervisão ou da Comissão para as Matérias Financeiras, podendo remeter-se para ponto do relatório onde já conste essa informação, por força do disposto no n.º 22.**

As regras relativas ao funcionamento do Conselho Fiscal e as suas competências encontram-se definidas no seu Regulamento, aprovado a 16 de abril de 2015 e revisto a 4 de outubro de 2018, que pode ser consultado no *website* da Galp, em [https://www.galp.com/corp/Portals/O/Recursos/Governo-Societario/SharedResources/Documentos/PT/Conselho-Fiscal/Regulamento\\_Conselho\\_Fiscal\\_Out2018.pdf](https://www.galp.com/corp/Portals/O/Recursos/Governo-Societario/SharedResources/Documentos/PT/Conselho-Fiscal/Regulamento_Conselho_Fiscal_Out2018.pdf)

**35. Número de reuniões realizadas e o grau de assiduidade às reuniões realizadas, consoante aplicável, de cada membro do Conselho Fiscal, Comissão de Auditoria, Conselho Geral e de Supervisão e da Comissão para as Matérias Financeiras, podendo remeter-se para ponto do relatório onde já conste essa informação, por força do disposto no n.º 23.**

Nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 10.º do Regulamento do Conselho Fiscal, este órgão reúne pelo menos uma vez por trimestre, e sempre que o presidente o convoque para o efeito, por sua própria iniciativa, ou a pedido do Presidente do Conselho de Administração, do Presidente da Comissão Executiva ou do Revisor Oficial de Contas.

Em 2018, o Conselho Fiscal realizou dezasseis reuniões. O grau de assiduidade dos membros do Conselho Fiscal nas reuniões realizadas em 2018 foi de 100%, exceto no caso de Gracinda Raposo, que compareceu a catorze das dezasseis reuniões realizadas.

Foram realizadas atas de todas as reuniões.

**36. Disponibilidade de cada um dos membros, consoante aplicável, do Conselho Fiscal, da Comissão de Auditoria, do Conselho Geral e de Supervisão ou da Comissão para as Matérias Financeiras, com indicação dos eventuais cargos exercidos em simultâneo em outras empresas, dentro e fora do Grupo, e outras atividades relevantes exercidas pelos membros daqueles órgãos no decurso do exercício, podendo remeter-se para ponto do relatório onde já conste essa informação, por força do disposto no n.º 26.**

De um modo geral, os membros do Conselho Fiscal apresentam um elevado grau de disponibilidade para o exercício das respetivas funções.

Apresentam-se no Anexo 9.10 deste relatório os cargos exercidos pelos membros do Conselho Fiscal em outras empresas no decurso do exercício de 2018.

### c) Competências e funções

**37. Descrição dos procedimentos e critérios aplicáveis à intervenção do órgão de fiscalização para efeitos de contratação de serviços adicionais ao Auditor Externo.**

Em conformidade com o regime jurídico da supervisão de auditoria aprovado pela Lei n.º 148/2015, de 9 de setembro, que transpõe a Diretiva 2014/56/EU, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril para o ordenamento jurídico nacional, a contratação pela Galp ou por sociedade em relação de domínio ou de grupo de serviços adicionais ao Auditor Externo ou a qualquer entidade que com ele se encontre em relação de participação, ou que integre a mesma rede, depende de autorização prévia fundamentada do Conselho Fiscal, nos termos de procedimentos aprovados pelo Conselho Fiscal e previstos em norma interna em vigor no grupo Galp. Esta norma interna também estabelece os serviços não relacionados com a auditoria que não podem ser fornecidos pelo Auditor Externo.

O Conselho Fiscal analisa o cumprimento dos requisitos de independência do Auditor Externo e Revisor Oficial de Contas, a possibilidade de eventuais serviços prestados pelo Auditor Externo e Revisor Oficial de Contas e o seu enquadramento no limite legal permitido de honorários,

particularmente definindo os critérios, o processo de seleção, a metodologia de comunicação e os procedimentos de inspeção em vigor para garantir a independência do Auditor Externo e do Revisor Oficial de Contas.

Os serviços adicionais prestados em 2018 pelo Auditor Externo e Revisor Oficial de Contas encontram-se descritos nos pontos 46 e 47 do presente capítulo.

**38. Outras funções do órgão de fiscalização e, se aplicável, da Comissão para as Matérias Financeiras.**

De acordo com o regime jurídico aplicável, os Estatutos e o Regulamento do Conselho Fiscal, este órgão social é responsável pela monitorização das atividades da Sociedade e pela supervisão da administração da Sociedade, nomeadamente, os processos de preparação e divulgação de informação financeira, tendo competência para apresentar recomendações ou propostas para garantir a integridade da Empresa e garantir o cumprimento da lei e dos Estatutos da Empresa.

No que se refere à gestão de riscos, de acordo com o seu Regulamento, cabe ao Conselho Fiscal verificar a eficácia dos sistemas de gestão de riscos, de controlo interno e de auditoria interna, incluindo todos os aspetos relativos ao processo de preparação e divulgação de informação financeira e propor quaisquer alterações necessárias, incluindo a adequação das políticas contabilísticas, estimativas, juízos, divulgações relevantes e sua aplicação consistente ao longo dos anos, de maneira devidamente documentada e comunicada. Cabe-lhe ainda supervisionar a adoção, por parte da Empresa, dos princípios e das políticas de identificação e gestão dos principais riscos financeiros e operacionais associados às atividades da Galp, bem como acompanhar as ações destinadas a monitorizar, controlar e divulgar adequada e tempestivamente tais riscos.

Em termos de competências e poderes de monitorização específicos, o Conselho Fiscal: (i) acompanha o funcionamento do sistema de governo societário adotado pela Galp e o cumprimento das normas legais e estatutárias, bem como a evolução legislativa e regulamentar em matéria de governo societário, designadamente recomendações e regulamentos; (ii) recebe através da Comissão de Ética e Conduta comunicações de irregularidades apresentadas por acionistas, colaboradores ou outros; (iii) acompanha a revisão legal das contas anuais individuais e consolidadas, tendo em conta as eventuais constatações e conclusões da CMVM, enquanto autoridade competente pela supervisão de auditoria; (iv) acompanha, avalia e pondera, dentro dos poderes legalmente conferidos

ao Conselho Fiscal, as linhas estratégicas e a política de risco definida pelo Conselho de Administração; (v) supervisiona a administração da Sociedade e, em particular, o cumprimento do plano estratégico e do orçamento, a gestão de riscos, o funcionamento interno do Conselho de Administração e de suas comissões, bem como o relacionamento entre os órgãos da Sociedade e as suas comissões; (vi) emite parecer sobre os planos de trabalho e recursos que foram alocados aos serviços de controlo interno, incluindo serviços de *compliance* e a auditoria interna, (vii) obtém informações ou esclarecimentos da administração da Sociedade sobre o desempenho comercial da Empresa, quaisquer alterações nas participações societárias, ou os termos e condições das transações concluídas, e o conteúdo de quaisquer deliberações que tenham sido tomadas.

Em relação às competências do Conselho Fiscal no que se refere à supervisão da auditoria das contas da Empresa, é responsável pela verificação da exatidão das contas, bem como verificar se os princípios contabilísticos e os critérios de avaliação adotados pela Sociedade levaram à correta avaliação dos seus ativos e resultados. Além disso, o Conselho Fiscal emite um parecer sobre o relatório anual, as contas e propostas apresentadas pela administração.

Nas suas relações com outros órgãos sociais, o Conselho Fiscal, entre outros: (i) seleciona e propõe o Revisor Oficial de Contas à Assembleia Geral, e propõe a respetiva remuneração; (ii) verifica e controla a independência do Revisor Oficial de Contas e verifica a adequação e aprovação da prestação de quaisquer serviços não relacionados com auditoria; (iii) realiza reuniões regulares com o Revisor Oficial de Contas, nomeadamente aquando da análise das contas; (iv) avalia anualmente o trabalho realizado pelo Revisor Oficial de Contas, e a sua adequação ao exercício das funções necessárias, bem como propõe a destituição ou cessação do contrato de prestação de serviços à Assembleia Geral sempre que exista justa causa; (v) monitoriza os procedimentos internos de controlo e auditoria com a Comissão Executiva da Empresa, bem como sobre quaisquer questões que possam ter sido levantadas em relação à prática contabilística da Empresa, e apresenta quaisquer recomendações que entenda justificadas.

O Conselho Fiscal representa a Sociedade, para todos os efeitos, junto do Auditor Externo. De acordo com o Regulamento do Conselho Fiscal, também é responsável por garantir que, dentro da Empresa, sejam estabelecidas condições adequadas para a prestação dos serviços do Revisor Oficial de Contas.

O Conselho Fiscal elabora anualmente um relatório sobre as suas ações de supervisão; emite pareceres prévios sobre transações com partes relacionadas, de acordo com o regulamento interno, e também tem a capacidade de contratar especialistas que possam ajudar os seus membros nas funções que lhes foram designadas.

O Revisor Oficial de Contas partilha abertamente, de forma construtiva e eficiente, as informações no âmbito da revisão legal de contas com o Conselho Fiscal, através dos canais de comunicação adequados, especialmente eventuais questões relevantes relacionadas com o ambiente externo e perfil de risco da Empresa, governo societário e controlo interno, a capacidade da Sociedade de continuar a exercer a sua atividade, demonstrações financeiras, avaliações de ativos e passivos, bem como quaisquer situações relevantes que tenham sido identificadas nos seus respetivos relatórios ou que tenham surgido durante o processo de supervisão.

Além disso, o Conselho Fiscal também é responsável pela nomeação ou remoção do Auditor Externo da Sociedade e, como parte de sua relação com tal órgão, auxilia o Auditor Externo, criando condições e proporcionando acesso às informações necessárias para o desempenho efetivo das suas atividades. O Conselho Fiscal também avalia anualmente a atividade do Auditor Externo da Empresa, mediante avaliação crítica dos relatórios e documentação por eles produzidos no desempenho das suas funções.

Os membros do Conselho Fiscal têm acesso às informações necessárias estritamente para o desempenho das suas funções, e no cumprimento dos limites legais aplicáveis, particularmente por meio de acesso a documentos ou prestação de informações ou esclarecimentos de colaboradores da Empresa, para a avaliação do desempenho da situação e das perspetivas da Sociedade e do seu desenvolvimento – incluindo, em particular, as atas, a documentação que fundamenta as decisões tomadas, as convocatórias e os arquivos das reuniões da Comissão Executiva, sem prejuízo do acesso a quaisquer outros documentos ou pessoas cujo esclarecimento possa ser solicitado.

De acordo com o Regulamento do Conselho Fiscal, os seus membros devem informar de imediato o seu presidente sobre quaisquer factos que possam constituir ou originar conflito entre os seus interesses e o interesse social.

Além disso, a Sociedade aprovou um regulamento interno, que é aplicável, entre outros, aos membros do Conselho Fiscal e estabelece que os membros em situação de conflito de interesses devem abster-se de discutir, votar, tomar

decisões, opinar, participar ou exercer qualquer influência sobre qualquer processo de tomada de decisão diretamente relacionado com a situação de conflito de interesse. Isto sem prejuízo de fornecer qualquer informação ou esclarecimentos necessários.

A 7 de fevereiro de 2019, no âmbito das suas funções, o Conselho Fiscal realizou a sua avaliação anual do desempenho do Conselho de Administração, particularmente tendo em conta o cumprimento do plano estratégico e do orçamento da Sociedade, a sua gestão de risco, o seu funcionamento interno e das suas comissões, bem como as suas relações com os outros órgãos e comissões da Empresa.

## IV - Revisor Oficial de Contas

### 39. Identificação do Revisor Oficial de Contas e do sócio revisor oficial de contas que o representa.

Nos termos da alínea b) do n.º 2 do artigo 420.º do CSC, compete ao Conselho Fiscal propor à Assembleia Geral a nomeação do Revisor Oficial de Contas.

Neste sentido, a Assembleia Geral aprovou, na reunião de 16 de abril de 2015, sob sugestão do Conselho Fiscal, a eleição, para o mandato relativo ao quadriénio 2015/2018, de:

PricewaterhouseCoopers & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda., inscrita na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas com o n.º 183 e inscrita na CMVM com o n.º 20161485, representada por António Joaquim Brochado Correia, ROC n.º 1076, ou por Ana Maria Ávila de Oliveira Lopes Bertão, ROC n.º 902, para o exercício das funções de Revisor Oficial de Contas efetivo; e de José Manuel Henriques Bernardo, ROC n.º 903, para o exercício das funções de Revisor Oficial de Contas suplente.

### 40. Indicação do número de anos em que o Revisor Oficial de Contas exerceu funções consecutivamente junto da Sociedade.

O Revisor Oficial de Contas da Galp exerce consecutivamente as respetivas funções desde o dia 16 de abril de 2015.

### 41. Descrição de outros serviços prestados pelo Revisor Oficial de Contas à Sociedade.

A descrição de outros serviços prestados pelo Revisor Oficial de Contas à Sociedade encontra-se nos pontos 46 e 47 do presente capítulo deste relatório.

## V - Auditor Externo

### 42. Identificação do auditor externo designado para os efeitos do artigo 8.º e do sócio revisor oficial de contas que o representa no cumprimento dessas funções, bem como o respetivo número de registo na CMVM.

O Auditor Externo do grupo Galp à data de 31 de dezembro de 2018 era a PricewaterhouseCoopers & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda., inscrita na CMVM com o n.º 20161485, representado pela sócia Ana Maria Ávila de Oliveira Lopes Bertão, ROC n.º 902.

Na sequência de um procedimento competitivo promovido pelo Conselho Fiscal, conforme descrito no ponto 44 deste capítulo, o Auditor Externo do grupo Galp desde 1 de janeiro de 2019 é a Ernst & Young Audit & Associados, SROC, S.A., registada na CMVM sob o n.º 20161480, representada pelo seu sócio Rui Abel Serra Martins, ROC n.º 20160731.

### 43. Indicação do número de anos em que o Auditor Externo e o respetivo sócio revisor oficial de contas que o representa no cumprimento dessas funções exercem funções consecutivamente junto da Sociedade e/ou do Grupo.

O Auditor Externo anterior, a PricewaterhouseCoopers & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda., e o respetivo sócio exerceram funções consecutivamente junto da Galp e do respetivo Grupo desde 2011 e 2018 respetivamente.

O Auditor Externo atual e o respetivo sócio iniciaram funções junto da Galp a 1 de janeiro de 2019.

### 44. Política e periodicidade da rotação do Auditor Externo e do respetivo sócio revisor oficial de contas que o representa no cumprimento dessas funções.

A política de rotação do Auditor Externo da Galp que tem sido praticada pela Galp prevê a seleção do Auditor Externo e respetivo sócio Revisor Oficial de Contas pelo Conselho Fiscal ao final de três mandatos, mediante um processo de consulta prévia às principais auditoras de reputação internacional para um período de quatro anos correspondente ao mandato dos órgãos sociais.

A seleção do Revisor Oficial de Contas deve basear-se numa avaliação comercial e numa avaliação técnica, que se baseia nos seguintes critérios:

- a) Conhecimento do negócio do grupo Galp;

- b) Experiência como Revisor Oficial de Contas em empresas cotadas nos mercados nacional e internacional;
- c) Abordagem metodológica do processo contabilístico aplicável à Galp;
- d) Planeamento do trabalho/designação de pessoas/articulação com a Galp (Conselho Fiscal e Contabilidade);
- e) Curriculum Vitae dos responsáveis pela revisão legal de contas e das equipas.

Tendo em conta a política de rotação acima mencionada e a legislação recentemente publicada sobre esta matéria, na sequência de um processo de concurso em conformidade com as normas legais e procedimentos internos, o Conselho Fiscal nomeou um novo Auditor Externo e selecionou um novo Revisor Oficial de Contas que será proposto a eleição na Assembleia Geral anual.

#### **45. Indicação do órgão responsável pela avaliação do Auditor Externo e periodicidade com que essa avaliação é feita.**

O Conselho Fiscal, que é o interlocutor da Sociedade e primeiro destinatário da informação elaborada pelo Auditor Externo, avalia anualmente a atividade, a adequação e a independência do Auditor Externo, avaliando criticamente os relatórios e outra documentação e informação relevante que produza.

O Conselho Fiscal apresenta anualmente, no relatório anual de atividades, a avaliação do Auditor Externo.

Por sua vez, o Auditor Externo colabora com o Conselho Fiscal, fornecendo-lhe imediatamente informação sobre quaisquer irregularidades no cumprimento das suas funções, bem como quaisquer dificuldades no desempenho das suas funções, conforme legalmente previsto e contratualmente estabelecido com o Auditor Externo.

O papel específico do Revisor Oficial de Contas na auditoria e revisão legal de contas inclui a verificação de que as remunerações pagas aos membros dos órgãos sociais respeitam a política de remunerações e as deliberações da Comissão de Remunerações sobre essas matérias.

Com referência aos mecanismos de controlo interno, o Revisor Oficial de Contas/Auditor verifica as suas operações e eficiência anualmente, e reporta quaisquer deficiências e quaisquer melhorias sugeridas aos procedimentos internos, tanto ao Conselho Fiscal como à Comissão Executiva.

#### **46. Identificação de quaisquer trabalhos, distintos dos de auditoria, realizados pelo Auditor Externo para a Sociedade e/ou para sociedades que com ela se encontrem em relação de domínio, bem como indicação dos procedimentos internos para efeitos de aprovação da contratação de tais serviços e indicação das razões para a sua contratação.**

Em 2018, foram prestados pelo Auditor Externo e pelas entidades pertencentes à sua rede à Sociedade e a sociedades que com ela se encontram em relação de domínio os seguintes serviços distintos dos de auditoria:

- Revisão limitada das contas de sociedade do grupo Galp exigida por contrato de concessão;
- Traduções das demonstrações financeiras da Galp para língua inglesa;
- Verificação das quantidades físicas, taxas de ocupação subterrânea, declaração anual relativa ao apoio social extraordinário ao consumidor de energia e contas de empresas de gás natural do Grupo para fins regulatórios;
- Verificação do cálculo do *replacement cost*;
- Verificação de rácios financeiros;
- Certificação da declaração anual de ativos para a apólice da entidade seguradora Oil Insurance;
- Relatórios da Galp Energia España, S.A.U. para efeitos regulatórios;
- Verificação da conformidade da informação financeira reportada no relatório designado por «Country by Country Report», com as demonstrações financeiras auditadas;
- Verificação da atividade de trading da Galp Gás Natural, S.A. para o período 2014-2017;
- Verificação da informação de sustentabilidade reportada;
- Consultoria no âmbito de informação de sustentabilidade;
- Certificação da tarifa hora-homem (*manpower rate*) aplicada em prestação de serviços;
- Apoio à liquidação da Galp Sinopec Brazil Services (Cyprus) B.V.;
- Formação profissional.

Além dos serviços distintos dos de auditoria mencionados acima, o Auditor Externo/Revisor Oficial de Contas prestou em 2018 os seguintes serviços exigidos por lei ao Revisor

Oficial de Contas, os quais foram excluídos do cálculo do limite de honorários aplicável aos serviços distintos de auditoria:

- Validação dos custos com a aquisição de gás natural pela Galp Gás Natural, S.A. e outros custos, conforme exigido pela Entidade Reguladora do Sector Energético;
- Validação dos critérios de apuramento e validação dos preços de venda de gás da Galp Gás Natural, S.A. para os Comercializadores de Último Recurso Grossista;
- Validação da «declaração anual de embalagem» da Galp Energia España S.A.U., exigida pela Ecoembalajes España S.A.;
- Validação da «declaração anual de existências, compras e vendas de produtos de petróleo e GPL» da Galp Energia España S.A.U., conforme exigido pelo Corporación de Reservas Estratégicas de Productos Petrolíferos.
- Validação da «declaração anual de compras, vendas e produção de biocombustíveis e outros combustíveis renováveis para fins de transporte» da Galp Energia España S.A.U., exigida pelo Corporación de Reservas Estratégicas de Productos Petrolíferos.

Na contratação de serviços ao Auditor Externo e Revisor Oficial de Contas são observados suficientes procedimentos internos de salvaguarda da independência do Auditor Externo e Revisor Oficial de Contas, através de uma definição criteriosa dos trabalhos a serem executados. De forma a salvaguardar a independência do Auditor Externo e Revisor Oficial de Contas, é expressamente proibida a aquisição de todo o tipo de serviços suscetíveis de pôr em causa tal independência.

As propostas de prestação de serviços apresentadas pelo Auditor Externo e Revisor Oficial de Contas são analisadas e avaliadas e, sempre que possível, comparadas com o mercado mediante processos de consulta. Estas são subsequentemente submetidas à aprovação do Conselho Fiscal, conforme descrito no ponto 37 deste capítulo.

#### 47. Indicação do montante da remuneração anual paga pela Sociedade e/ou por pessoas coletivas em relação de domínio ou de grupo ao Auditor e a outras pessoas singulares ou coletivas pertencentes à mesma rede e discriminação da percentagem respeitante aos seguintes serviços: (Para efeitos desta informação, o conceito de rede é o decorrente da Recomendação da Comissão Europeia n.º C (2002) 1873, de 16 de maio).

Em 2018, a remuneração que foi paga ao Auditor Externo e a outras pessoas singulares ou coletivas pertencentes à mesma rede foi a que se apresenta no quadro seguinte.

Pela Sociedade		
Valor dos serviços de revisão de contas	€62.158	6%
Valor dos serviços de garantia de fiabilidade	€12.500	1,2%
Valor dos serviços de consultoria fiscal	€0	0,0%
Valor de outros serviços que não revisão de contas	€19.200	1,9%
Por entidades que integram o Grupo		
Valor dos serviços de revisão de contas	€615.856	59,4%
Valor dos serviços de garantia de fiabilidade	€180.450	17,4%
Valor dos serviços de consultoria fiscal	€0	0,0%
Valor de outros serviços que não revisão de contas	€145.516	14,1%

Os serviços distintos dos de auditoria representaram 47,7% da média dos honorários que foram pagos ao Auditor Externo nos últimos três exercícios (2015, 2016 e 2017) pelos serviços de auditoria financeira prestados à Galp e às entidades sob o controlo da Galp. Fica, assim, abaixo do limite de 70% estabelecido pelo artigo 4.º n.º 2 do Regulamento UE n.º 537/2014 (Regulamento Europeu de Auditoria).

## C - Organização interna

### I - Estatutos

#### 48. Regras aplicáveis à alteração dos Estatutos da Sociedade (Artigo 245.º-A, n.º 1, al. h).

As deliberações da Assembleia Geral sobre quaisquer alterações dos Estatutos só se consideram aprovadas se reunirem uma maioria qualificada de dois terços dos votos emitidos (artigo 12.º, n.º 4 dos Estatutos).

### II - Comunicação de irregularidades

#### 49. Meios e política de comunicação de irregularidades ocorridas na Sociedade.

A apresentação de denúncias na Galp encontra-se regulada no «Procedimento para a Comunicação de Irregularidades – Linha de Ética», o qual foi aprovado em 3 de dezembro de 2015 pelo Conselho Fiscal e objeto de divulgação interna junto de todos os colaboradores através dos meios de comunicação normais, bem como externa através do *website* da Galp em: <https://www.galp.com/corp/pt/governo-societario/etica-e-conduta/comunicacao-de-irregularidades>

O Procedimento de Comunicação de Irregularidades permite que qualquer parte interessada relacionada com a Galp, nomeadamente os colaboradores, membros de órgãos sociais, acionistas, investidores, clientes, fornecedores ou parceiros de negócio, comuniquem à Comissão de Ética e Conduta o conhecimento ou fundadas suspeitas da ocorrência de quaisquer irregularidades, situações de incumprimento do Código de Ética e Conduta, de normas que o desenvolvam ou que versem sobre os temas nele elencados, nos domínios da contabilidade, dos controlos contabilísticos internos, da auditoria, da luta contra a corrupção e do crime bancário e financeiro.

Os aludidos procedimentos aplicam-se à Galp e a todas as sociedades em que a Galp detenha direta ou indiretamente o controlo de gestão, em todas as zonas geográficas onde o grupo Galp opera.

As denúncias apresentadas no âmbito da linha de ética são recebidas e tratadas pela Comissão de Ética e Conduta da Galp, a qual foi constituída pelo Conselho Fiscal e

reporta a este órgão social responsável pela fiscalização da Sociedade.

A segurança da informação recebida acerca de irregularidades e dos respetivos registos encontra-se assegurada por normas internas da Galp, em conformidade com a legislação aplicável em matéria de proteção de dados e segurança de informação.

O tratamento de dados pessoais no âmbito do Procedimento para a Comunicação de Irregularidades é processado apenas conforme as disposições gerais relativas à regulamentação de proteção de dados e a Deliberação n.º 765/2009 da Comissão Nacional de Proteção de Dados (CNPd).

Sem prejuízo do disposto no Código de Ética e Conduta, o Procedimento para a Comunicação de Irregularidades tem natureza voluntária, pelo que a sua não utilização não acarreta penalidades.

Assegura-se à pessoa identificada pela denúncia o direito de informação sobre a entidade responsável, os factos denunciados e a finalidade do tratamento, bem como acesso aos dados que lhe respeitam e o direito de requerer a sua retificação ou supressão se forem inexatos, incompletos ou equívocos.

A Galp e sociedades participadas asseguram que as entidades que comuniquem a prática ou suspeita de qualquer irregularidade ou forneçam informação no âmbito da investigação de comunicações de irregularidades apresentadas não serão sujeitas a qualquer ação de retaliação, intimidação ou discriminação, incluindo ação disciplinar ou retenção ou suspensão de pagamentos.

Por motivos de confidencialidade apenas têm acesso aos processos de comunicação de irregularidades os membros do Conselho Fiscal, os membros da Comissão de Ética e Conduta e, numa base de estrita necessidade, os membros da Comissão Executiva e os colaboradores ou consultores externos expressamente designados para apoiar o trabalho da Comissão de Ética e Conduta.

Os colaboradores que tenham denunciado irregularidades ficam obrigados a prestar à Comissão de Ética e Conduta todas as informações de que disponham e a colaborar no respetivo processo de averiguação.

A comunicação de irregularidades deve ser efetuada por escrito, através de correio eletrónico ou carta dirigidos à Comissão de Ética e Conduta, para os seguintes endereços:

**Email:**

opentalk@galp.com

**Endereço postal:**

Comissão de Ética e Conduta da Galp Energia, SGPS, S.A.  
 Rua Tomás da Fonseca, Torre A, 1600-209 Lisboa, Portugal

É ainda possível aceder ao *website* da Galp e preencher o formulário disponível.

### III - Controlo interno e gestão de riscos

#### 50. Pessoas, órgãos ou comissões responsáveis pela auditoria interna e/ou pela implementação de sistemas de controlo interno.

O sistema de controlo interno da Galp baseia-se nas orientações definidas pelo «Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission» (CoSo) no que se refere ao ambiente de controlo, avaliação, atividades de controlo, informação e comunicação e monitorização da exposição ao risco.

O **Manual de Controlo Interno**, aprovado pelo Conselho de Administração, estabelece os princípios gerais e os requisitos das componentes do controlo interno, bem como o modelo organizacional associado à gestão integrada e uniforme do controlo interno no grupo Galp. Este é definido como os processos implementados pelos órgãos sociais, comissões especializadas, auditoria interna e colaboradores da Galp, com vista a conferir garantia razoável do cumprimento pela Galp dos objetivos relacionados com as operações, reporte e conformidade.

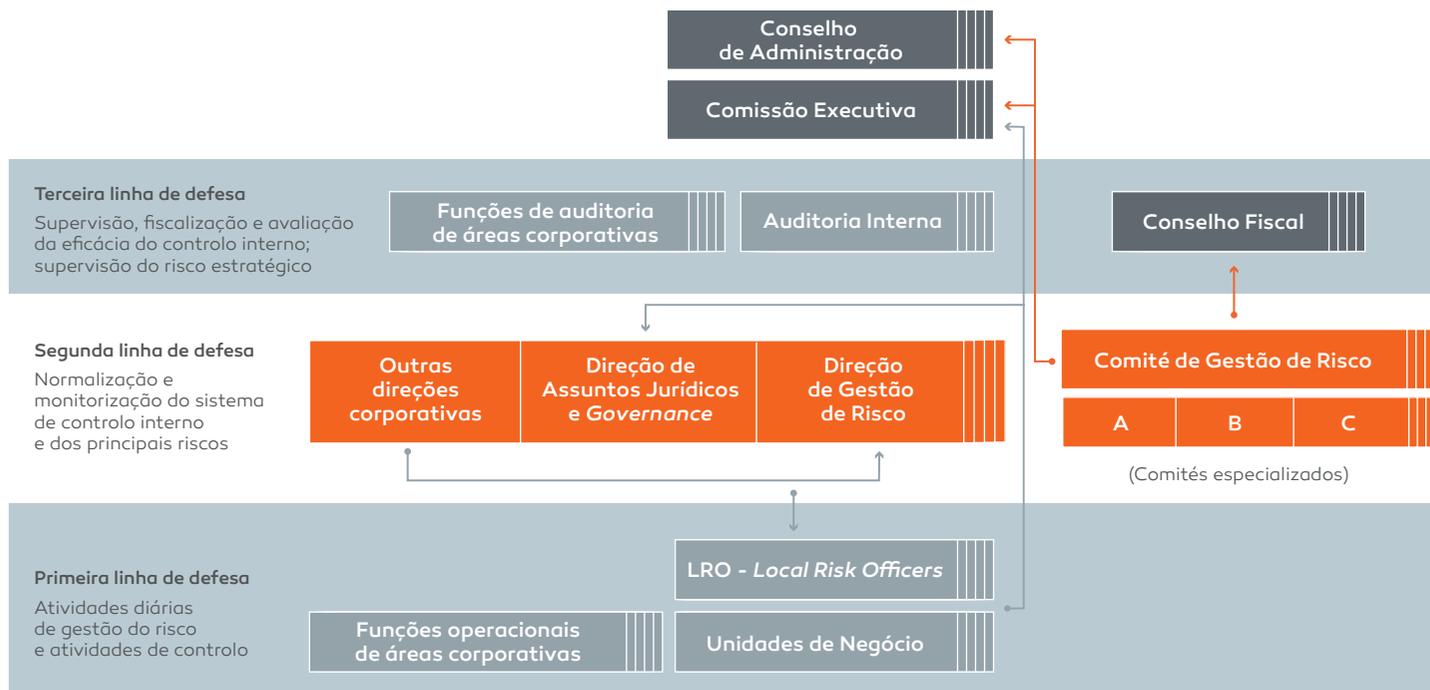
A **Direção de Auditoria Interna** é responsável por avaliar, de forma independente e sistemática, o funcionamento adequado dos sistemas de controlo interno e gestão de risco da Galp, bem como a eficiência e eficácia da implementação dos controlos e ações de mitigação. A Direção de Auditoria Interna reporta hierarquicamente ao Presidente do Conselho de Administração, funcionalmente ao Conselho Fiscal e administrativamente à Comissão Executiva, respeitando as linhas de reporte recomendadas pelo Institute of Internal Auditors (IIA). Esta Direção define um Plano de Auditoria anual, que inclui a avaliação do sistema de gestão de risco, com base nas prioridades estratégicas da Galp e nos resultados da avaliação de risco dos processos nas diversas unidades de negócio. O Conselho Fiscal aprova o Plano de Auditoria anual e acompanha a sua execução. Informa e alerta regularmente o Presidente do Conselho de Administração e o Conselho Fiscal sobre quaisquer fatos relevantes, identificando oportunidades de melhoria e promovendo a sua implementação.

Em 2017, a Direção de Auditoria Interna realizou uma verificação de qualidade, conduzida pelo IIA, que concluiu que as práticas de auditoria da Galp estão em conformidade com as normas internacionais. Além da Direção de Auditoria Interna, também o Auditor Externo, o Revisor Oficial de Contas, as áreas funcionais corporativas responsáveis pela realização de auditorias em meio ambiente, qualidade, segurança e sustentabilidade e auditorias em conformidade ética e regulatória e o Conselho Fiscal são responsáveis pelo acompanhamento da eficácia do sistema de controlo interno e a avaliação do seu funcionamento e procedimentos internos.

A implementação das atividades de controlo interno cabe às áreas operacionais das unidades de negócio, funções corporativas e empresas do Grupo.

## 51. Explicitação, ainda que por inclusão de organograma, das relações de dependência hierárquica e/ou funcional, face a outros órgãos ou comissões da Sociedade.

A organização e a estrutura de *governance* do controlo interno e gestão do risco assenta no modelo das três linhas de defesa, em conformidade com as melhores práticas geralmente aceites, tal como esquematizado no organograma abaixo.



A abordagem das três linhas de defesa assegura que:

- A primeira linha de defesa identifica e compreende o ambiente de risco, avalia e comunica o valor potencial de exposição ao risco, determina e implementa a melhor forma de capturar ou atenuar a referida exposição ao risco;
- A segunda linha de defesa monitoriza o risco a nível corporativo, define padrões de risco e comunica periodicamente o risco e o *status* dos planos de ação ao Comité de Gestão do Risco, à Comissão Executiva, ao Conselho Fiscal e ao Conselho de Administração.
- A terceira linha de defesa supervisiona e avalia a eficácia da gestão do risco e do processo de controlo interno.

O **Conselho de Administração** é responsável por definir a estratégia, aprovar a política de risco, incluindo o apetite ao risco, e supervisionar a gestão de riscos, acompanhando o desempenho das funções delegadas na Comissão Executiva.

A **Comissão Executiva** é responsável por definir e implementar controlos de alto nível, promover a cultura organizacional e o compromisso com o controlo interno, definir linhas de reporte, competências e responsabilidades de controlo interno e atribuir responsabilidades sobre o controlo interno.

O **Chief Risk Officer (CRO)** é membro do Conselho de Administração e da Comissão Executiva, assegurando, assim, que as discussões dos temas de risco são consistentes e efetivas a todos os níveis. O CRO é também o Presidente do Comité de Gestão de Risco e é o responsável pela supervisão e coordenação dos processos de avaliação de risco e respetivas ações de mitigação em toda a organização, bem como pela gestão adequada dos mesmos, garantindo que as linhas de orientação definidas pelo Conselho de Administração e pela Comissão Executiva são cumpridas e refletidas nos documentos normativos internos.

Ao **Conselho Fiscal** cabe o papel de fiscalizar a eficácia dos sistemas de controlo interno e de auditoria interna, bem como o de avaliar anualmente o funcionamento dos sistemas e os respetivos procedimentos internos, fortalecendo, assim, o ambiente de controlo interno.

No âmbito da respetiva função fiscalizadora, o Conselho Fiscal acompanha os planos de trabalho e os recursos afetos à Direção de Auditoria Interna e à Direção de Assuntos Jurídicos e *Governance*, sendo destinatário de relatórios periódicos realizados por estes serviços, assim como de informações sobre matérias relacionadas com a prestação de contas, a identificação ou resolução de conflitos de interesses e a deteção de potenciais ilegalidades. Também recebe documentação e resultados de reuniões do Comité de Gestão de Risco e reúne-se com o responsável da Direção de Gestão de Risco para discutir as questões mais importantes de gestão de risco do Grupo, pelo menos trimestralmente.

O Conselho Fiscal também avalia as orientações estratégicas anuais e a política de risco definida pelo Conselho de Administração.

O modelo de relacionamento entre os órgãos sociais, direções e comissões responsáveis pela implementação do sistemas de controlo interno privilegia a gestão centralizada dos riscos, ao nível da **Direção de Gestão de Risco**. Esta área é responsável por definir, acompanhar e avaliar riscos e medidas de mitigação, mantendo o alinhamento com as políticas e estratégias aprovadas; por definir e monitorizar, através da sua equipa de segurança de dados, políticas e procedimentos relativos à segurança cibernética; por garantir a consistência dos princípios, dos conceitos, das metodologias e das ferramentas de avaliação e gestão de risco de todas as unidades de negócio e empresas do Grupo.

Além disso, a Direção de Gestão de Risco é responsável por: avaliar se os riscos identificados pelas unidades de negócio («donas do risco») estão dentro dos níveis de tolerância definidos pela Galp; classificação de riscos de acordo com a sua prioridade, probabilidade e impacto; reportar os riscos ao CRO e ao Comité de Gestão de Risco; promover a implementação eficaz do sistema de gestão de risco, promovendo uma cultura de risco através da demonstração da relevância dos assuntos à Comissão Executiva, ao Comité de Gestão de Risco e às unidades de negócio e empresas do Grupo.

O **Comité de Gestão de Risco**, assente na documentação elaborada pela Direção de Gestão de Riscos, acompanha e avalia os riscos identificados, os níveis de tolerância e as medidas de mitigação trimestralmente e reporta toda a documentação e resultados das reuniões ao Conselho Fiscal.

A **Direção de Assuntos Jurídicos e Governance** estabelece controlos éticos e de conformidade. Monitoriza o sistema de controlo interno através da realização de averiguações internas, auditorias ou avaliações de risco em matérias de ética e *compliance* (tais como suborno e corrupção, branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo, fraude, conflito de interesses, sanções políticas, económicas e financeiras e outras medidas restritivas, conformidade com regulação financeira e de mercados), bem como realização das devidas diligências relativamente às mesmas matérias a parceiros e transações relevantes. Além disso, oferece formação aos colaboradores da Galp sobre os assuntos de *compliance* supracitados e avalia o desempenho da função de ética e conformidade nas diversas unidades de negócio; e desenvolve projetos especiais com vista a melhorar consistentemente a *compliance* da Galp com as questões de ética e regulamentar.

**Os Local Risk Officers (LRO)** apoiam as unidades de negócio «donas» do risco na identificação, avaliação e gestão dos riscos nas respetivas unidades de negócio, tendo em consideração as normas de gestão de risco definidas. São ainda responsáveis por integrar a informação de risco nos seus processos de decisão, garantindo o cumprimento das políticas e procedimentos da gestão de risco aprovadas. Além disso, preparam e reportam informações sobre a exposição ao risco nas suas unidades de negócio.

## 52. Existência de outras áreas funcionais com competências no controlo de riscos.

Além dos descritos acima, as direções de Ambiente, Qualidade, Segurança e Sustentabilidade, Sistemas de Informação e Planeamento e Controlo também estão envolvidos no controlo de riscos.

A **Direção de Ambiente, Qualidade, Segurança e Sustentabilidade** é responsável pela gestão corporativa de riscos ambientais (incluindo os decorrentes de mudanças climáticas, segurança (incluindo security) e qualidade dos produtos) e tem competências para definir e propor metodologias de avaliação e acompanhamento. Estas devem ser realizadas em conjunto com as unidades de negócio, garantindo assim a definição e programação de ações para minimizar e eliminar esses riscos.

A área de segurança cibernética da **Direção de Sistemas de Informação** é responsável pela implementação da política de segurança cibernética e dos procedimentos definidos pela Direção de Gestão de Risco.

Os LRO reportam hierarquicamente aos departamentos de **Planeamento e Controlo** das unidades de negócio e funcionalmente à Direção de Gestão de Risco.

### 53. Identificação e descrição dos principais tipos de riscos (económicos, financeiros e jurídicos) a que a sociedade se expõe no exercício da atividade.

As operações comerciais da Galp têm uma natureza a longo prazo, o que implica que muitos dos riscos a que está exposta possam ser considerados permanentes. No entanto, os fatores desencadeadores dos riscos e oportunidades, internos ou externos, são mutáveis e podem desenvolver-se e evoluir com o tempo, podendo variar em probabilidade, impacto e detetabilidade.

A Galp entende que os principais desafios que o sector da energia enfrenta neste momento são os de garantir o acesso a diferentes fontes de energia que poderiam ser usadas no contexto da descarbonização da economia.

A Sociedade reconhece que existem impactos potenciais no seu modelo de negócios, resultantes de mudanças regulatórias e mudanças nos padrões de consumo e na tecnologia. Paralelamente, também considera haver riscos associados aos impactos físicos decorrentes das mudanças climáticas. No entanto, a Galp destaca oportunidades como

o desenvolvimento de novos produtos e serviços, ganhos de eficiência energética, acesso a novos mercados e a criação de uma cadeia de fornecimento mais resiliente.

No seu processo de tomada de decisão, a Sociedade estabelece um preço para as emissões de carbono (atualmente estipulado em \$40/tCO<sub>2</sub>), com o objetivo de avaliar o custo potencial das emissões de CO<sub>2</sub> para diferentes alternativas que estão a ser avaliadas, diferenciando aquelas que garantem resiliência do portefólio num mundo de baixo carbono.

Para garantir uma abordagem holística do risco, a Galp utiliza uma taxonomia de risco, baseada na nova estrutura COSO - Enterprise Risk Management (ERM), que integra as principais incertezas que podem influenciar o seu modelo de negócio, sejam estes riscos ou oportunidades, independentemente da sua natureza. As incertezas identificadas são geridas ao nível da contraparte, do projeto, do sector ou da geografia, conforme for apropriado.

Esta abordagem das incertezas garante que os impactos associados a uma transição para uma economia de baixo carbono sejam integrados na análise. Identificamos em baixo os riscos que podem influenciar o desempenho operacional e financeiro e a reputação da Galp e a forma como são geridos e atenuados. Riscos identificados e sua materialidade podem mudar com o tempo devido a fatores exógenos ou endógenos. Por isso, a avaliação «*Value at Risk*» da Galp é efetuada numa base anual ou «*ad-hoc*», se houver uma alteração substancial ao seu perfil de risco.

Risco	Fatores de risco	Medidas de mitigação
<p><b>Execução de Projetos</b></p>	<p>O crescimento orgânico da Galp depende da sua capacidade de construir e manter um portefólio resiliente numa variedade de contextos de mercado, o que implica a criação de um portefólio de ativos de alta qualidade, resultante não só de um processo de seleção eficiente, mas também da sua execução, desenvolvimento e operação nas melhores condições.</p> <p>No entanto, a execução de cada projeto está exposta a uma diversidade de riscos de âmbito técnico, económico, legal, regulatório, comercial, e de âmbito AQSS que podem comprometer: a sua execução dentro do orçamento e prazos estabelecidos; a conformidade com as especificações definidas e a sua fiabilidade operacional.</p> <p>Acresce que quaisquer projetos sancionados com base em pressupostos incorretos ou informação inadequada podem levar a desvios materiais das estimativas iniciais. Por outro lado, a execução da maioria dos projetos depende também do desempenho de terceiros, incluindo os parceiros da Galp, vários prestadores de serviços e outras partes contratadas - sobre as quais a Galp não tem controlo, pelo que a Sociedade está adicionalmente exposta ao risco de execução através destas entidades.</p> <p>Qualquer evento que leve à não concretização dos melhores projetos de investimento nas melhores condições técnicas e financeiras pode impactar o valor dos ativos e os resultados do Grupo.</p>	<p>Na Galp, a decisão final de investimento num projeto é tomada após considerado: a sua adequação à estratégia da Empresa; a revisão detalhada de estudos de viabilidade; a avaliação de variáveis-chave na fase de implementação; a definição do conceito de desenvolvimento; bem como as medidas de mitigação que podem proteger a execução futura do projeto.</p> <p>Na fase de execução, a Sociedade acompanha constantemente os fatores críticos de forma a identificar potenciais riscos o mais rapidamente possível, garantindo, dessa forma, uma atempada implementação de medidas corretivas. Nos projetos em que a Galp não é a operadora, a Sociedade acompanha as atividades e participa nas várias fases do projeto, através de equipas multidisciplinares internas e beneficiando dos conhecimentos adquiridos.</p> <p>Além disso, devido às suas parcerias com empresas líderes no sector da energia, que são reconhecidas pelo seu conhecimento e experiência e com um baixo risco de crédito, a Galp atenua os riscos resultantes do desempenho dos seus parceiros.</p> <p>No que se refere aos riscos que advêm de contratar fornecedores, prestadores de serviços e outros terceiros, a Galp analisa e implementa um processo de seleção e contratação que combina vários critérios no âmbito operacional, de <i>compliance</i> e de AQSS.</p>

Risco	Fatores de risco	Medidas de mitigação
<p><b>Mercados</b></p>	<p>A Galp está exposta ao risco de <i>commodities</i>, com os preços dos seus produtos petrolíferos, de gás natural, de GNL e de eletricidade, a serem afetados pela oferta do mercado e pela dinâmica da procura. Fatores como as circunstâncias económicas ou operacionais, catástrofes naturais, condições climáticas, instabilidade política, conflitos armados ou constrangimentos na oferta influenciam estas variáveis.</p> <p>Embora os preços cobrados pela Sociedade reflitam os preços das matérias-primas e produtos, os ajustes nos preços de venda da Galp após esses aumentos e reduções nos preços dessas matérias-primas e produtos podem não refletir totalmente essas mudanças imediatamente. Assim, preços mais baixos podem prejudicar os planos de investimento da Galp e, por outro lado, o aumento dos preços do petróleo ou do gás natural pode afetar o valor e a rentabilidade dos ativos da Galp.</p> <p>Alterações nos padrões de consumo, especialmente os resultantes da maior procura de soluções com menor intensidade de carbono, que podem ter um impacto negativo na procura de petróleo e gás, podem potenciar a exposição ao risco da Galp.</p> <p>As taxas de câmbio e as taxas de juro expõem ainda mais a Galp ao risco. As flutuações das taxas de câmbio, nomeadamente em moedas de países onde a Galp desenvolve atividades comerciais, direta ou indiretamente, afetam as receitas e, conseqüentemente, os resultados e o <i>cash flow</i> gerado pelas vendas da Empresa. O valor escriturado dos seus ativos e investimentos financeiros, principalmente aqueles denominados em Dólares americanos e em reais brasileiros, é influenciado pelo risco cambial quando as demonstrações financeiras consolidadas da Galp são expressas em Euros.</p> <p>Por outro lado, a volatilidade das taxas de juro pode afetar os custos de financiamento da Galp e influenciar os seus resultados.</p> <p>Apesar da capacidade de ter acesso a instrumentos de mercado para cobrir os riscos de taxa de câmbio e taxa de juros, mudanças adversas no mercado podem ter um impacto negativo no valor dos ativos e resultados do Grupo.</p>	<p>A presença da Galp simultaneamente nos negócios <i>upstream</i> e <i>downstream</i> tem permitido uma cobertura natural das suas atividades.</p> <p>Para avaliar novos projetos e potenciais investimentos, a Galp desenvolve testes de resiliência para diferentes cenários de preços de <i>commodities</i> e requisitos de capital e de procura e impactos em termos de emissões de carbono.</p> <p>A unidade de negócio responsável por equilibrar as obrigações de compra e fornecimento também gere os riscos associados à volatilidade do Brent e da margem de refinação. A Galp gere estes riscos através de instrumentos disponíveis nos mercados Intercontinental Exchange (ICE) e <i>over-the-counter</i> (OTC).</p> <p>A Galp gere os riscos de taxa de juro, taxa de câmbio e outros riscos financeiros, incluindo investimentos financeiros e riscos de dívida, de forma centralizada. A gestão do risco da taxa de juro visa reduzir a volatilidade dos encargos com juros através de um misto de instrumentos financeiros de taxa variável e fixa. De forma a atenuar o risco de taxa de câmbio, a Galp pode cobrir a sua posição utilizando derivados para os quais existe um mercado líquido, onde considere necessário.</p>

Risco	Fatores de risco	Medidas de mitigação
<b>Assuntos Jurídicos e Compliance</b>	<p>Os principais projetos de E&amp;P da Galp e o seu fornecimento de gás natural têm origem em países não europeus com um quadro jurídico e regulamentar instável. Quaisquer mudanças neste nível podem levar a mudanças no contexto em que a Sociedade realiza as suas atividades, potencialmente afetando a sua rentabilidade de forma adversa.</p> <p>As atividades de <i>downstream</i> da Sociedade na Península Ibérica estão sujeitas a riscos políticos, legais e regulatórios, com especial enfoque nas leis de regulamentação e concorrência. Quaisquer alterações a estes níveis podem ter impacto no contexto do negócio em que a Galp opera.</p> <p>Além disso, tratados recentes, acordos internacionais e regulamentações que favorecem fontes de energia com menos carbono, que exigem que as empresas implementem medidas para reduzir as emissões de gases de efeito estufa e outras emissões associadas, aumentam as obrigações de <i>compliance</i> relativas a emissões, captura e uso de dióxido de carbono, o que pode resultar em maiores investimentos e custos de execução dos projetos (por exemplo, o enxofre e a Organização Marítima Internacional - OMI).</p> <p>A Galp atua de acordo com as normas internacionais e com as leis e os regulamentos específicos dos vários países em que opera. No entanto, quaisquer irregularidades (reais ou alegadas) ou a falta de conformidade executadas pela Empresa, seus funcionários, fornecedores/prestadores de serviços e contrapartes podem ter um efeito adverso significativo na capacidade de a Sociedade desenvolver a sua atividade.</p>	<p>Como parte do processo de avaliação de potenciais investimentos em diferentes geografias, a Galp avalia o risco do enquadramento legal e regulamentar de cada país. Esse risco é continuamente monitorizado, após a decisão de investimento, a fim de avaliar quaisquer mudanças que tenham sido introduzidas pelos legisladores ou reguladores do país. A Galp analisa os potenciais impactos e decide em conformidade, de forma a proteger os interesses dos seus <i>stakeholders</i>.</p> <p>Para garantir a conformidade com as melhores práticas e legislação internacionais, e para evitar irregularidades ou comportamentos irregulares, a Galp tem um Código de Ética e Conduta, bem como uma Política e Norma Regulamentar sobre a Prevenção de Corrupção e Suborno, que define os princípios, regras e procedimentos relativos à conduta esperada conforme os princípios de justiça, honestidade, transparência e integridade. O aludido procedimento aplica-se a todas as sociedades nas quais a Galp detenha controlo de gestão, em todas as zonas geográficas onde opera.</p> <p>A Galp também realiza <i>due diligence de compliance</i> junto dos seus parceiros de negócios, fornecedores de serviços e fornecedores mais relevantes antes de se envolver em transações com eles, a fim de garantir que essas entidades também têm políticas e procedimentos adequados e eficazes em relação à prevenção de corrupção e suborno.</p>
<b>Gestão de Portefólio</b>	<p>A Galp opera ao longo das cadeias de valor de <i>Oil, Gas &amp; Power</i> e estas atividades continuam a ser o foco da estratégia da Empresa.</p> <p>No entanto, a obtenção de uma carteira de <i>Oil &amp; Gas upstream</i> e orientada para o valor depende do sucesso da Galp em adquirir, descobrir e desenvolver, de uma forma consistente e lucrativa, novas reservas para substituir as que estão em fase de declínio. No entanto, a capacidade da Sociedade em adquirir, encontrar e desenvolver novos recursos e reservas está sujeita a diversas incertezas.</p> <p>Além disso, o novo paradigma energético, que caminha em direção a uma mudança na forma como a energia é produzida, distribuída e utilizada, com uma transição mais ou menos acelerada para uma economia de baixo carbono, compreende mudanças no consumo e padrões tecnológicos que são desafios muito importantes para a Galp. A Sociedade deve ser capaz de integrar esta tendência na sua estratégia; caso contrário, terá uma desvantagem competitiva.</p> <p>Qualquer evento que impeça a implementação da estratégia da Galp poderá afetar a rentabilidade e, em última análise, a sustentabilidade da empresa.</p>	<p>A Galp conduz um processo de planeamento estratégico por cenarização, com o objetivo último de assegurar a sustentabilidade da Sociedade e a geração de valor sustentável para os seus <i>stakeholders</i> a longo prazo.</p> <p>Dependendo dos valores de investimento, os projetos realizados pela Sociedade são rigorosamente analisados, incluindo testes de resiliência para diferentes cenários, e submetidos para aprovação ao Conselho de Administração ou à Comissão Executiva. O processo de aprovação dos projetos implica a expectativa de não exceder o custo estimado de capital e permitir um retorno estimado apropriado.</p> <p>Ciente dos riscos e oportunidades que advêm de uma transição para uma economia de baixo carbono, a Galp assumiu o compromisso de gradualmente diversificar o portefólio e aumentar a sua geração de energia com menos emissões de carbono. Para mais informação, consulte, por favor, o Capítulo 2 deste relatório «Enquadramento estratégico».</p>

Risco	Fatores de risco	Medidas de mitigação
<b>Eventos disruptivos</b>	<p>A natureza, complexidade técnica e diversidade das operações da Galp - nomeadamente na exploração e produção em águas ultraprofundas ou no processo de refinação - expõe a Sociedade a um espectro alargado de riscos de AQSS de natureza disruptiva.</p> <p>Incluídos nesta categoria estão os riscos físicos crónicos (mudanças a longo prazo nos padrões climáticos, como altas temperaturas sustentadas, a ocorrência de secas sucessivas, mudança nos padrões de precipitação); riscos físicos agudos (agitação civil, guerra e terrorismo e desastres naturais como ciclones, furacões e inundações); e contingências operacionais relacionadas com as características das atividades da Galp.</p> <p>Em particular, o negócio de E&amp;P desenvolve os seus projetos em ambientes extremamente desafiadores, havendo um risco de falhas técnicas e exposição a possíveis desastres naturais. Fatores como condições inesperadas de perfuração, de pressão ou irregularidades nas formações geológicas, avaria de equipamentos ou acidentes, e fenómenos climatéricos extremos podem conduzir a perdas de vidas, danos ambientais e comprometer a fiabilidade operacional das instalações.</p> <p>Este tipo de eventos pode impactar negativamente a reputação da Galp, bem como o valor dos seus ativos e os resultados.</p>	<p>A Galp entende que o ambiente, a saúde e a segurança dos seus colaboradores, clientes e comunidade, bem como a proteção dos seus ativos, é fundamental para assegurar a sustentabilidade da Empresa.</p> <p>A Galp está empenhada em integrar os aspetos fundamentais do AQSS na sua estratégia e processos de decisão ao longo de cada ciclo de vida do projeto, implementando um sistema que permite às unidades de negócio identificar e gerir os riscos operacionais nas várias fases de desenvolvimento dos seus projetos, equipamentos e ativos.</p> <p>A Galp promove regularmente auditorias internas e externas específicas de Segurança, Saúde e Ambiente (SSA) e realiza avaliações de todos os ativos que opera, com o objetivo de prevenir acidentes, proteger pessoas e preservar o desempenho operacional, reputação e ativos, através de um maior controlo de risco nas operações e processos. Além disso, a Sociedade acompanha regularmente as operações de ativos que são operados por terceiros, dentro dos poderes que foram acordados nos termos dos Acordos de Operação Conjunta.</p> <p>Além disso, a Galp tem um programa de seguros que inclui, entre outras, danos materiais e responsabilidade civil, para minimizar o impacto de quaisquer riscos potenciais.</p>
<b>Concorrência</b>	<p>O sector energético é extremamente competitivo. Adicionalmente, fruto do desenvolvimento tecnológico, a Galp poderá enfrentar concorrência por parte de entidades intervenientes em outras indústrias ou sectores de atividade que possam integrar o espaço energético.</p> <p>A concorrência faz pressão sobre o acesso a matérias-primas, tecnologia e os preços dos produtos, e também afeta as atividades de distribuição de produtos energéticos, exigindo um foco constante no controlo de custos e na melhoria da eficiência, garantindo a segurança operacional.</p> <p>O desempenho da Sociedade pode ser afetado se os seus concorrentes desenvolverem ou adquirirem direitos de propriedade intelectual ou tecnologia de que a Sociedade necessite, ou se a Sociedade não for capaz de acompanhar o sector em termos de inovação, nomeadamente no contexto de um paradigma energético em mudança e de novas tendências no mercado do petróleo.</p> <p>Alguns concorrentes da Galp são operadores bem implantados nos mercados de referência, com maior dimensão e acesso a recursos relevantes, o que é uma importante vantagem competitiva.</p> <p>A concorrência intensa a que a Galp está sujeita pode afetar de forma adversa a sua atividade, bem como os seus resultados operacionais e desempenho financeiro.</p>	<p>Tendo em vista a concorrência existente no sector de energia, a Sociedade definiu uma agenda de inovação, comprometida com o desenvolvimento de competências, tanto internamente como por meio de parcerias, que lhe permitam estudar, criar e implementar novas e melhores soluções técnicas e tecnológicas.</p> <p>Apesar de alguns dos concorrentes da Galp serem de maior dimensão, com uma capacidade financeira potencialmente mais forte que possa facilitar o acesso a mais recursos, a Galp tem um portefólio diversificado e competitivo. Isto inclui dois dos maiores projetos de desenvolvimento em todo o mundo - o pré-sal na bacia de Santos no Brasil e o projeto de GNL no Rovuma em Moçambique. Além disso, a Galp tem uma série de vantagens competitivas, incluindo uma presença de longa data e uma forte experiência operacional na indústria e mercados onde opera. Adicionalmente, a Galp mantém uma forte estrutura de capital que suporta as suas atividades de E&amp;P.</p> <p>Nos negócios de <i>downstream</i>, a Galp desenvolve um conjunto alargado de atividades ao longo da cadeia de valor, sendo um operador de referência na Península Ibérica, o seu mercado <i>core</i>, tendo vindo a desenvolver competências relevantes que contribuem para a consolidação da sua atividade nos mercados internacionais.</p>

Risco	Fatores de risco	Medidas de mitigação
<b>Dependência de Parceiros</b>	<p>A Galp desenvolve vários projetos nos seus vários segmentos de negócio em parceria com outras entidades, em particular os seus principais projetos de E&amp;P, que são maioritariamente operados por parceiros e geridos através de Acordos de Operação Conjunta.</p> <p>Na execução desses acordos de parceria, a Galp pode depender dos seus parceiros e/ou ficar vulnerável a eventos que afetem esses parceiros, mesmo que não estejam diretamente relacionados com a Empresa. Nomeadamente, os parceiros podem revelar falhas na capacidade financeira, técnica ou operacional para cumprir as suas obrigações no projeto ou perante terceiros e, dessa forma, afetar a fiabilidade e viabilidade do projeto que têm desenvolvido conjuntamente com a Galp.</p> <p>Em particular, em negócios de E&amp;P e sob Acordos de Operação Conjunta, os parceiros podem aprovar determinadas matérias sem o consentimento da Galp, embora dentro de determinados limites.</p> <p>Todos estes fatores podem comprometer a execução de projetos e, em última análise, restringir e interferir na implementação da estratégia da Galp. Desta forma, estes tipos de eventos podem influenciar negativamente o valor dos ativos e das finanças da Galp.</p>	<p>Apesar do facto de a Galp não ser operadora da maioria dos projetos de E&amp;P, está ativamente envolvida na respetiva execução. De facto, a Galp acompanha regulamentemente a atividade de cada projeto, utilizando equipas internas multidisciplinares, e mantém contacto direto com os operadores, que são, na generalidade, empresas internacionais com grande reputação.</p> <p>A Sociedade desenvolve igualmente um longo processo de negociações, que inclui assinatura dos Acordos de Operação Conjunta, por forma a assegurar os direitos e poderes da Galp nas estruturas de <i>governance</i> em regime de <i>joint venture</i>, incluindo a possibilidade de exercer eventuais direitos de veto no âmbito de determinados processos de decisão. Os Acordos de Operação Conjunta regulam aquisições de bens e serviços no seio de <i>joint ventures</i>, por exemplo. Isto garante o alinhamento entre todos os parceiros em termos de qualidade, responsabilidade social e critérios de AQSS para a pré-qualificação de fornecedores em processos de aquisição.</p> <p>Em outros segmentos de negócios, a seleção de parceiros também envolve um processo rigoroso para garantir a seleção de empresas com alta capacidade financeira, técnica e operacional.</p>
<b>Cibersegurança</b>	<p>Os sistemas de informação constituem uma componente crucial para o desenvolvimento da atividade da Galp e qualquer falha na segurança nesses sistemas, quer sejam acidentais - incluindo as que são provocadas por falhas de rede, de <i>hardware</i> ou de <i>software</i> - ou resultem de ações intencionais - tais como ataques informáticos - ou negligência, pode ter impactos extremamente negativos.</p> <p>Estas falhas podem, em particular, comprometer seriamente as operações da Galp, afetar a qualidade das suas atividades ou causar interrupções. Isto pode levar a: perda, uso indevido ou abuso de informações confidenciais; perda de vidas; danos ao meio ambiente ou aos ativos da Empresa; incumprimento legal ou regulatório, com eventuais multas ou qualquer outro tipo de penalidades; e prejudicar ainda mais a reputação da Empresa.</p> <p>Este tipo de eventos pode impactar negativamente o valor dos ativos do Grupo e a sua rentabilidade.</p>	<p>A Galp atenua estes riscos através de um conjunto de medidas, incluindo procedimentos de controlo, sistemas de <i>backup</i>, bem como sistemas de proteção, tais como <i>firewalls</i>, antivírus e segurança de edifícios.</p> <p>A Sociedade criou recentemente o cargo de <i>Chief Information Security Officer</i>, dentro da Direção de Gestão de Risco, com a responsabilidade de definir e acompanhar os riscos de segurança cibernética.</p> <p>Adicionalmente, a Galp implementou políticas de segurança da informação, inquéritos e auditorias regulares sobre cibersegurança, que são realizados pela Galp ou por especialistas independentes que representam a Galp, de forma a melhor compreender o nível das potenciais ameaças. As ditas políticas incluem o acompanhamento das potenciais fragilidades dos fornecedores (críticos).</p>

Risco	Fatores de risco	Medidas de mitigação
<b>Geopolíticos</b>	<p>Uma fatia cada vez mais significativa das receitas da Galp é proveniente de países com altos riscos económicos e políticos.</p> <p>Os principais projetos de E&amp;P da Galp (o projeto Lula/Iracema no Brasil e o projeto Mamba em Moçambique), o negócio de fornecimento e comercialização de gás natural e a comercialização de produtos petrolíferos estão todos localizados ou desenvolvidos em países de alto risco político.</p> <p>Este risco poderá resultar em questões de natureza diversa, afetando adversamente a capacidade da Galp de desenvolver esses projetos de forma segura, fiável e rentável.</p> <p>Estas questões incluem perturbação civil, expropriação e nacionalização de bens, alterações regulatórias em termos ambientais (ex: aumento do preço das emissões de gases de efeito estufa), alterações regulatórias específicas do sector <i>Oil &amp; Gas</i>, atribuição de licenças de exploração e produção, obrigações específicas sobre as atividades de perfuração e exploração, ou aumentos significativos de impostos e royalties sobre a produção de petróleo e gás natural, entre outros.</p> <p>As alterações materialmente adversas nos pressupostos de seleção de projetos podem comprometer a continuidade das operações e afetar adversamente o valor dos ativos e os resultados da Galp.</p>	<p>A Galp está permanentemente atenta a todos os eventos que ocorram nos países em que desenvolve a sua atividade e que possam ter implicações na atividade da Empresa, nomeadamente no Brasil, Angola e Moçambique.</p> <p>Nos países em que a exposição é maior, a Galp aposta no desenvolvimento de uma relação sustentável com as partes interessadas locais.</p> <p>Por outro lado, a Galp está a construir um portefólio de projetos equilibrado e avalia continuamente a possibilidade de entrada em novas geografias, o que contribui para a redução da exposição ao risco geopolítico da Empresa.</p>
<b>Contraparte</b>	<p>O risco de contraparte decorre da possibilidade de uma contraparte não cumprir as suas obrigações contratuais de pagamento, o que significa que o nível de risco depende da sua credibilidade.</p> <p>O risco inclui tanto a possibilidade de uma das partes poder não cumprir as obrigações de pagamento assumidas através da celebração de contratos para aplicações financeiras e instrumentos de cobertura (relacionados com taxa de câmbio, taxa de juro ou outras), como os riscos provenientes de relações comerciais entre a Sociedade e os seus clientes, fornecedores, prestadores de serviço e outros terceiros.</p> <p>O aumento da exposição ao risco pode, de forma relevante e adversa, afetar os resultados operacionais e a situação financeira da Galp.</p>	<p>A Galp tem um Manual de Gestão de Crédito que assegura a gestão transversal do risco de crédito de cada cliente e define procedimentos para avaliar a exposição ao risco de crédito, atribuindo um <i>rating</i> a cada cliente, estabelecendo limites de crédito e calculando o rácio risco-retorno.</p> <p>Seguindo as linhas de orientação da Comissão Executiva, as unidades de negócio têm o dever de gerir o risco seguindo o Manual de Gestão de Crédito. Estas incluem a gestão de garantias através de garantias bancárias e seguros de crédito; monitorização de crédito vencido; adequados esforços de cobrança de dívidas e eficiente gestão de contencioso; cuidadosa elaboração de contratos, com a inclusão de condições comerciais adequadas; monitorização da rentabilidade do cliente, incluindo potenciais reembolsos; e a otimização dos canais de vendas/distribuição.</p> <p>No que se refere ao risco que advém de contratar fornecedores, prestadores de serviços e outros terceiros, a Galp analisa e implementa um processo de seleção e contratação que combina vários critérios no âmbito operacional, de <i>compliance</i> e de AQSS.</p>

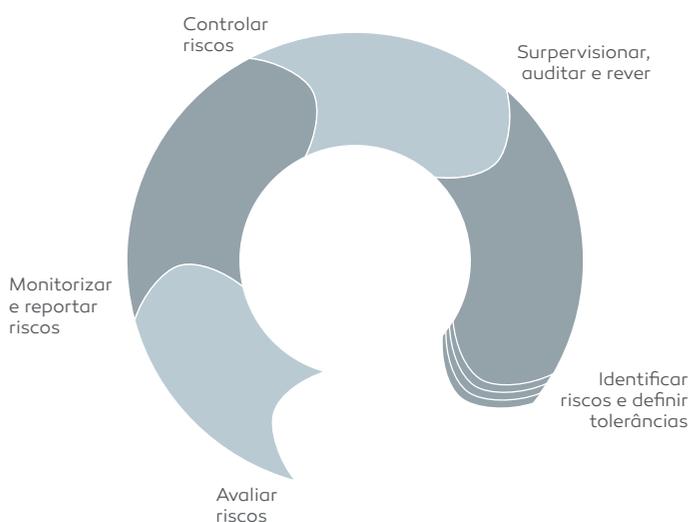
#### 54. Descrição do processo de identificação, avaliação, acompanhamento, controlo e gestão de riscos.

A Galp é um operador energético integrado, presente em várias geografias, exposto a fatores internos/externos, induzindo incerteza ao seu desempenho e à realização de objetivos estratégicos.

A **Política de Gestão de Risco**, aprovada pelo Conselho de Administração, define objetivos, processos e responsabilidades que permitem à Galp estabelecer uma sólida estrutura de gestão de risco para assegurar o cumprimento de objetivos estratégicos.

Com base nas orientações definidas na Política de Gestão de Risco, a Galp identifica, avalia e gere os riscos e oportunidades inerentes à sua estratégia, incluindo riscos e oportunidades emergentes.

A abordagem de **Gestão de Riscos Corporativos** da Galp baseia-se em cinco atividades gerais definidas por Culp em «The Risk Management Process» (consultar abaixo).



**Identificar os Riscos e Definir as Tolerâncias:** No seu processo de planeamento estratégico, a Galp identifica as principais incertezas críticas - de fatores políticos, económicos, sociais, tecnológicos e ambientais a reguladores - e integra-os nos seus modelos de negócio para construir um conjunto de cenários alternativos futuros que assegurem a construção de um portefólio mais resiliente.

A Política de Gestão de Risco estabelece o compromisso da Galp em gerir a exposição inerente de acordo com o Apetite ao Risco da Empresa, assegurando o cumprimento de requisitos regulatórios, legais e de conduta ética.

A Comissão Executiva e o Conselho de Administração aprovaram a Apetência pelo Risco subjacente ao Orçamento e Plano para 2019-2023 proposto pela Direção de Gestão de Risco, a 14 de dezembro de 2018. A apetência e as tolerâncias ao risco são reavaliadas anualmente, tendo em consideração possíveis mudanças no contexto.

Além disso, todos os trimestres, a Direção de Gestão de Risco, juntamente com os LRO, analisa os principais riscos, reavalia a matriz de risco e as medidas de mitigação e reporta-os ao Comité de Gestão de Risco. Esta atividade permite a consciencialização dos principais riscos e oportunidades endógenas e exógenas através de uma avaliação *top-down* e *bottom-up*.

**Medir Riscos:** Com base nas matrizes de impacto/probabilidade da unidade de negócio, a Direção de Gestão de Risco quantifica os riscos identificados e determina a matriz de risco da Galp.

Adicionalmente, a Direção de Gestão de Risco analisa e integra os vários modelos de negócio da Galp, tendo em conta a volatilidade dos KRI identificados, para obter uma visão holística dos retornos da carteira da Galp (Sharpe Ratio) e do seu valor em risco (V@R), numa abordagem «como está» e «ser».

Essa atividade permite uma otimização do portefólio de uma perspetiva de risco/retorno.

**Acompanhar e Reportar Riscos:** A Direção de Gestão de Risco, em conjunto com os LRO, acompanha continuamente os KRI dos riscos previamente identificados e reportar os relatórios trimestrais do seu progresso ao Comité de Gestão de Risco, facultando justificações para as mudanças registadas. Sempre que necessário, o Comité define ações de mitigação a serem implementadas pelas unidades de negócio.

Também trimestralmente, a Direção de Gestão de Risco reporta riscos e ações de mitigação ao Conselho Fiscal.

**Controlar Riscos:** Mensalmente, a Direção de Gestão de Risco controla a implementação de ações de mitigação definidas pelo Comité de Gestão de Risco e reporta trimestralmente o seu *status* ao dito Comité.

A Galp classifica os riscos por categorias de resposta, conforme seja decidido evitar, transferir, reduzir ou aceitar o risco. Esta estratégia de resposta é definida de forma a assegurar que os riscos se encontram dentro das orientações emanadas pelo Conselho de Administração ou pela Comissão Executiva.

A integração da atividade de seguros na Direção de Gestão de Risco permite otimizar e gerir a transferência do risco, sempre que isso se revele ser a melhor opção.

**Supervisionar, Auditar e Rever:** O Comité de Gestão de Risco e o Conselho Fiscal da Galp supervisionam o processo de gestão de risco.

As informações reportadas trimestralmente pela Direção de Gestão de Risco ao Comité de Gestão de Risco (reavaliação da matriz de risco e medidas de mitigação e *status* das ações de mitigação) permitem a esse Comité supervisionar, auditar e realinhar o processo de gestão de risco.

### 55. Principais elementos dos sistemas de controlo interno e de gestão de risco implementados na Sociedade relativamente ao processo de divulgação de informação financeira (Artigo 245.º-A, n.º 1, al. m).

A Galp elaborou e implementou normas e procedimentos que se aplicam às atividades de controlo para a preparação e reporte de informação financeira. A Galp prepara as suas contas em conformidade com as normas internacionais de contabilidade IFRS, aprovadas pela União Europeia. Para colmatar situações de inexistência ou insuficiência nos normativos IAS/IFRS ou interpretações SIC/IFRIC, a Galp tem um manual de contabilidade que segue as melhores práticas de mercado e que aplica internamente em complemento das normas IFRS.

Com o objetivo de avaliar o desempenho operacional, a Galp divulga também os resultados numa base *replacement cost adjusted* (RCA), excluindo os eventos não recorrentes e o efeito dos *stocks*, este último pelo facto do custo das mercadorias vendidas e das matérias-primas consumidas ter sido apurado pelo método de *replacement cost*.

A secção «Sobre o relatório» descreve as orientações e as normas reconhecidas globalmente que foram utilizadas na elaboração do presente relatório. Reconhecendo a dependência tecnológica das áreas processuais, a Galp caracteriza as atividades de controlo para o reporte de informação financeira quanto à utilização de tecnologias de suporte (aplicação/sistema de informação) e identifica as atividades de controlo sobre essas tecnologias.

Os documentos que apresentam a informação financeira ao mercado de capitais são elaborados pela Direção de Estratégia e Relações com Investidores (DERI), com base na informação disponibilizada pela Direção de Contabilidade e Fiscalidade e pela Direção de Planeamento e Controlo Corporativo. Em particular, relativamente à prestação de contas anuais e semestrais, os documentos são enviados ao Conselho de Administração e ao Conselho Fiscal, que procedem à sua aprovação antes de serem divulgados.

Em 2018, a Galp desenvolveu e implementou um sistema informático de monitorização do registo de informação privilegiada e pessoas com acesso a essa informação (*insiders* permanentes e ocasionais), incluindo informação financeira, dando resposta às exigências decorrentes da recente reforma legislativa europeia neste domínio.

## IV - Apoio ao investidor

### 56. Serviço responsável pelo apoio ao investidor, composição, funções, informação disponibilizada por esses serviços e elementos para contacto.

O serviço responsável pelo apoio ao investidor é a área de Relações com Investidores (RI), a qual está integrada na Direção de Estratégia e Relações com Investidores.

#### Composição

Diretor: Pedro Dias  
Investor Relations Officer: Otelo Ruivo  
Equipa: Cátia Lopes, João G. Pereira, João P. Pereira, Teresa Rodrigues

#### Principais funções

A Direção de Estratégia e Relações com Investidores assume todas as funções do gabinete de apoio aos investidores. Esta direção depende diretamente do Presidente da Comissão Executiva e tem por missão propor as linhas de orientação estratégica da Galp, promovendo uma perceção clara a nível estratégico, operacional e financeiro da Sociedade junto dos seus *stakeholders*. Em particular, no que respeita à função de apoio ao investidor, a área de RI elabora, gere e coordena todas as atividades necessárias para que sejam atingidos os objetivos da Galp no que respeita às relações com o mercado de capitais, nomeadamente acionistas, investidores institucionais e analistas financeiros.

A área de RI é responsável por garantir que o resultado da comunicação da Sociedade ao mercado de capitais seja uma percepção integral e consistente da estratégia e das operações da Galp, para que os investidores sejam capazes de tomar decisões informadas. Para este fim, a área de RI produz e presta ao mercado informação relevante, clara e precisa acerca da Galp, de forma regular, transparente e oportuna, visando a simetria de informação ao mercado.

A área de RI tem também como responsabilidade o cumprimento das obrigações legais de informação junto das autoridades de regulação e do mercado, abrangendo a elaboração dos relatórios de divulgação de resultados e das atividades do Grupo, a redação e divulgação de comunicados acerca de informação privilegiada, a resposta aos pedidos de informação de investidores, analistas financeiros e outros participantes no mercado de capitais, assim como o apoio à Comissão Executiva em aspetos relacionados com o estatuto de sociedade aberta.

A área de RI acompanha a evolução da cotação da ação Galp e das suas empresas comparáveis e apoia a equipa de gestão através de contactos, diretos e regulares, com analistas financeiros e investidores institucionais, nacionais e estrangeiros, quer em conferências e apresentações coletivas direcionadas a investidores quer em reuniões bilaterais.

### Informação disponibilizada

A política de comunicação da Galp com o mercado de capitais tem por objetivo disponibilizar toda a informação relevante, de modo a permitir a formação de juízos fundamentados acerca da evolução da atividade da Empresa, dos resultados alcançados e esperados, assim como dos diversos riscos e oportunidades que podem afetar a atividade da mesma.

Neste sentido, a Galp promove uma comunicação transparente e coerente, apoiada na explicação dos critérios utilizados na prestação da informação e no esclarecimento dos motivos conducentes à eventual alteração da mesma, de modo a facilitar a comparação da informação prestada em períodos diferentes de relato.

### Execução da estratégia

O *website* disponibiliza informação sobre a estratégia da Sociedade e a sua implementação. O *website* inclui uma descrição das atividades e estratégia da Empresa, incluindo apresentações direcionadas ao mercado de capitais.

### Governo societário

O *website* disponibiliza informação sobre o governo societário, de acordo com as normas e recomendações em vigor no mercado português e atendendo às melhores práticas internacionais.

### Resultados

A informação divulgada ao mercado inclui uma síntese da informação operacional de cada trimestre, a qual é denominada *Trading Update*, a qual é comunicada normalmente duas semanas antes do anúncio dos resultados trimestrais. Os relatórios e as apresentações de resultados trimestrais e os respetivos documentos de apoio são divulgados normalmente antes da abertura do mercado, no dia previamente anunciado, sendo posteriormente publicados o áudio e a transcrição das conferências telefónicas.

### Consenso

A Galp publica o seu consenso dos resultados trimestrais e de médio e longo prazo estimados pelos analistas que acompanham a ação da Sociedade e divulga um sumário das suas recomendações sobre a cotação da ação.

### Ação Galp

Com um maior foco no mercado de capitais, o *website* inclui uma secção com o histórico das cotações da ação Galp, comparações com a evolução do PSI-20 e cotações de empresas comparáveis. Adicionalmente, é disponibilizada nesta secção do *website* informação sobre a estrutura acionista da Sociedade, nomeadamente a descrição das participações qualificadas, assim como informação detalhada e histórica acerca do pagamento de dividendos.

## Calendário de Eventos Corporativos

Seguindo as melhores práticas internacionais, a Galp anuncia em dezembro as datas previstas dos eventos relevantes para o acionista no ano seguinte.

Em 2018, o calendário foi o seguinte:

Evento	Data
Trading <i>Update</i> 4.º Trimestre 2017	5 de fevereiro
Capital Markets Day 2018 e Resultados 4.º Trimestre 2017	20 de fevereiro
Trading <i>Update</i> 1.º Trimestre 2018	13 de abril
Relatório e Contas 2017 (Auditado)	16 de abril
Resultados 1.º Trimestre 2018	27 de abril
Assembleia Geral Anual dos Acionistas	15 de maio
Trading <i>Update</i> 2.º Trimestre 2018	16 de julho
Resultados 2.º Trimestre 2018	30 de julho
Trading <i>Update</i> 3.º Trimestre 2018	15 de outubro
Resultados 3.º Trimestre 2018	29 de outubro

O calendário previsto para 2019 é o seguinte: \*

Evento	Data
Trading <i>Update</i> 4.º Trimestre 2018	28 de janeiro
Resultados 4.º Trimestre 2018 e <i>Outlook</i> de Curto Prazo	11 de fevereiro
Relatório Integrado 2018 (Auditado)	12 de março
Assembleia Geral Anual dos Acionistas	12 de abril
Trading <i>Update</i> 1.º Trimestre 2019	15 de abril
Resultados 1.º Trimestre 2019	29 de abril
Trading <i>Update</i> 2.º Trimestre 2019	15 de julho
Resultados 2.º Trimestre 2019	29 de julho
Trading <i>Update</i> 3.º Trimestre 2019	8 de outubro
Capital Markets Day e Resultados 3.º Trimestre 2019	22 de outubro

\* datas sujeitas a alteração.

A Sociedade realiza teleconferências para apresentar os seus resultados trimestrais e fornecer atualizações da execução da estratégia nas datas de divulgação dos resultados.

## Comunicação ao mercado

Toda a informação relevante é divulgada preferencialmente antes da abertura ou após o fecho da sessão diária de mercado da Euronext Lisbon, sendo disponibilizada em português e em inglês através do sistema de difusão de informação da CMVM.

A fim de facilitar o acesso à mesma, a informação é também disponibilizada de modo célere e sem custos específicos, a uma base de dados não discriminatória, e é enviada através de correio eletrónico a todos os investidores e outras partes interessadas que o tenham solicitado previamente.

A base de dados conta atualmente com mais de 2.300 contactos. A informação relevante é divulgada simultaneamente na secção «Investidor» do *website* da Galp em: <https://www.galp.com/corp/pt/investidores>

## Contactos

Promovemos uma relação estreita com a comunidade financeira, participando ativamente em reuniões com investidores institucionais e analistas, de modo a informar, de forma regular e consistente, sobre a estratégia da Sociedade e a respetiva execução.

Em fevereiro de 2018, a Galp organizou um evento destinado ao mercado de capitais, para facultar informação sobre a atualização estratégica e perspetivas financeiras. A Sociedade realizou também três *conference calls*, abertas ao mercado de capitais, para discussão dos resultados trimestrais e atualização da sua execução estratégica.

Além disso, a Galp participou ao longo do ano em dezasseis conferências e dezoito *roadshows*. Ao todo, e incluindo reuniões *ad-hoc* e *conference calls*, a equipa de RI participou em mais de 190 reuniões com investidores institucionais, abrangendo cerca de 236 fundos de investimento na Europa, América do Norte, América Latina e Ásia. Em cerca de 36% do total de reuniões, esteve presente pelo menos um membro da Comissão Executiva, o que comprova o empenho da equipa de gestão, ao mais alto nível, em divulgar a estratégia da Sociedade e a respetiva execução junto do mercado de capitais.

Durante as horas de funcionamento da Euronext Lisbon, o contacto com a equipa de RI é assegurado através do endereço de correio eletrónico [investor.relations@galp.com](mailto:investor.relations@galp.com) e do número de telefone +351 217240866.

### 57. Representante para as relações com o mercado.

O representante da Galp para as relações com o mercado é Pedro Dias, Diretor da Direção de Estratégia e Relações com Investidores.

### 58. Informação sobre a proporção e o prazo de resposta aos pedidos de informação entrados no ano ou pendentes de anos anteriores.

Para promover uma relação estreita com a comunidade do mercado de capitais, a Direção de Estratégia e Relações com Investidores assegura a resposta aos pedidos de informação recebidos através de contacto telefónico e de correio eletrónico.

As respostas e os esclarecimentos são facultados com a maior brevidade possível, adequando o prazo de resposta à natureza e complexidade das questões em causa, e assegurando sempre a transparência, simetria e consistência da informação disponível no mercado.

Durante o ano de 2018, a equipa de RI respondeu a mais de 370 pedidos de informação, tendo o tempo de resposta médio sido de um dia útil, o que está em linha com o objetivo definido.

## V - Sítio de Internet

### 59. Endereço(s)

A Galp disponibiliza a informação no seu *website*: <https://www.galp.com>

### 60. Local onde se encontra informação sobre a firma, a qualidade de sociedade aberta, a sede e demais elementos mencionados no artigo 171.º do Código das Sociedades Comerciais.

As informações constantes do artigo 171.º do CSC encontram-se no *website* da Galp em <https://www.galp.com/corp/pt/footer/contactos>

### 61. Os locais onde se encontram os Estatutos e os regulamentos de funcionamento dos órgãos e/ou comissões.

Os órgãos sociais e as comissões internas da Galp dispõem de regulamentos que definem, nomeadamente, os seus deveres, poderes e responsabilidades, presidência, a periodicidade das suas reuniões, o seu funcionamento e os deveres dos seus membros.

Estes regulamentos, bem como os Estatutos da Sociedade e outras políticas e procedimentos relevantes, estão disponíveis no *website* da Empresa, da seguinte forma:

- Conselho de Administração:  
[https://www.galp.com/corp/Portals/O/Recursos/Governo-Societario/SharedResources/Documentos/PT/Regulamento\\_CA\\_PT\\_Web.pdf](https://www.galp.com/corp/Portals/O/Recursos/Governo-Societario/SharedResources/Documentos/PT/Regulamento_CA_PT_Web.pdf)
- Conselho Fiscal:  
[https://www.galp.com/corp/Portals/O/Recursos/Governo-Societario/SharedResources/Documentos/PT/Conselho-Fiscal/Regulamento\\_Conselho\\_Fiscal\\_Out2018.pdf](https://www.galp.com/corp/Portals/O/Recursos/Governo-Societario/SharedResources/Documentos/PT/Conselho-Fiscal/Regulamento_Conselho_Fiscal_Out2018.pdf)
- Comissão Executiva:  
[https://www.galp.com/corp/Portals/O/Recursos/Governo-Societario/SharedResources/Documentos/PT/Comissao-Executiva/Regulamento\\_CE\\_PT\\_Web.pdf](https://www.galp.com/corp/Portals/O/Recursos/Governo-Societario/SharedResources/Documentos/PT/Comissao-Executiva/Regulamento_CE_PT_Web.pdf)
- Comissão de Ética e Conduta:  
[https://www.galp.com/corp/Portals/O/Recursos/Governo-Societario/SharedResources/Documentos/PT/Comissoes-Especializadas/Regulamento-Codigo-Etica\\_PT.PDF](https://www.galp.com/corp/Portals/O/Recursos/Governo-Societario/SharedResources/Documentos/PT/Comissoes-Especializadas/Regulamento-Codigo-Etica_PT.PDF)
- Comité de Sustentabilidade:  
[https://www.galp.com/corp/Portals/O/Recursos/Governo-Societario/SharedResources/Documentos/PT/Comite-Sustentabilidade/NT-O-Comite\\_de\\_Sustentabilidade.pdf](https://www.galp.com/corp/Portals/O/Recursos/Governo-Societario/SharedResources/Documentos/PT/Comite-Sustentabilidade/NT-O-Comite_de_Sustentabilidade.pdf)
- Comité de Gestão de Risco:  
<https://www.galp.com/corp/Portals/O/Recursos/Governo-Societario/SharedResources/Documentos/PT/NT-O-018%20-%20Comite%20de%20Gestao%20de%20Risco.pdf>
- Comissão de Remunerações  
[https://www.galp.com/corp/Portals/O/Recursos/Governo-Societario/SharedResources/Documentos/PT/Regulamento%20Comissao%20de%20Remuneracoes\\_2019.pdf](https://www.galp.com/corp/Portals/O/Recursos/Governo-Societario/SharedResources/Documentos/PT/Regulamento%20Comissao%20de%20Remuneracoes_2019.pdf)

- Estatutos  
[https://www.galp.com/corp/Portals/O/Recursos/Governo-Societario/SharedResources/Documentos/PT/Estatutos\\_Galp\\_v20042016\\_PT.pdf](https://www.galp.com/corp/Portals/O/Recursos/Governo-Societario/SharedResources/Documentos/PT/Estatutos_Galp_v20042016_PT.pdf)
- Outras políticas e regulamentos:  
<https://www.galp.com/corp/pt/governo-societario/documentacao>

**62. Local onde se disponibiliza informação sobre a identidade dos titulares dos órgãos sociais, do representante para as relações com o mercado, do Gabinete de Apoio ao Investidor ou estrutura equivalente, as respetivas funções e meios de acesso.**

As informações sobre os membros dos órgãos sociais estão disponíveis no *website* da Galp: <https://www.galp.com/corp/pt/governo-societario/modelo-e-orgaos-de-governo>

A informação sobre o representante para as relações com o mercado e o departamento de RI está disponível no *website* da Galp em <https://www.galp.com/corp/pt/investidores/apoio-ao-investidor/equipa-de-relacoes-com-investidores>

Além disso, o número de reuniões realizadas em 2018 pelos órgãos e comissões da sociedade está disponível no *website* da Galp, sob a aba (*tab*) de cada órgão e comissão.

**63. Local onde se disponibilizam os documentos relativos a prestação de contas, que devem estar acessíveis pelo menos durante cinco anos, bem como o calendário semestral de eventos societários, divulgado no início de cada semestre, incluindo, entre outros, reuniões da Assembleia Geral, divulgação de contas anuais, semestrais e, caso aplicável, trimestrais.**

Os documentos de prestação de contas de há, pelo menos, dez anos, estão disponíveis, no *website* da Galp: <https://www.galp.com/corp/pt/investidores/publicacoes-e-comunicados/relatorios-e-resultados>

O calendário de eventos societários está disponível *online* no *website* da Galp: <https://www.galp.com/corp/pt/investidores/apoio-ao-investidor/calendario-do-investidor>

**64. Local onde são divulgados a convocatória para a reunião da Assembleia Geral e toda a informação preparatória e subsequente com ela relacionada.**

A convocatória para a reunião da Assembleia Geral e toda a informação preparatória e subsequente com ela relacionada é divulgada no *website* da Galp em: <https://www.galp.com/corp/pt/investidores/informacao-ao-acionista/assembleias-gerais>

**65. Local onde se disponibiliza o acervo histórico com as deliberações tomadas nas reuniões das assembleias gerais da Sociedade, o capital social representado e os resultados das votações, com referência aos três anos antecedentes.**

O acervo histórico dos anos transatos com as deliberações tomadas nas reuniões das assembleias gerais, o capital social representado e os resultados das votações estão disponíveis no *website* da Galp: <https://www.galp.com/corp/pt/investidores/informacao-ao-acionista/assembleias-gerais>

## D - Remunerações

### I - Competência para a determinação

**66. Indicação quanto à competência para a determinação da remuneração dos órgãos sociais, dos membros do Conselho de Administração Executivo ou administrador delegado e dos dirigentes da Sociedade.**

A Comissão de Remunerações é a entidade competente para determinar as remunerações a pagar aos membros dos órgãos sociais e da Comissão Executiva da Galp, sendo constituída por três acionistas que foram eleitos pela Assembleia Geral e que não são membros do Conselho de Administração ou do Conselho Fiscal, de acordo com o disposto no artigo 8.º dos Estatutos.

Nos termos do n.º 3 do artigo 248.º-B do CVM, as únicas pessoas qualificadas como dirigentes da Galp são os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal.

## II - Comissão de Remunerações

### 67. Composição da Comissão de Remunerações, incluindo a identificação das pessoas singulares ou coletivas que foram contratadas para lhe prestar apoio e declaração sobre a independência de cada um dos membros e assessores.

A atual Comissão de Remunerações foi eleita na reunião da Assembleia Geral de 16 de abril de 2015 para o mandato de 2015-2018, sendo composta pelos seguintes membros:

- Amorim Energia
- Jorge Armindo Carvalho Teixeira
- Joaquim Alberto Hierro Lopes

Os elementos da Comissão de Remunerações são independentes relativamente aos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, em cumprimento do disposto no artigo 8.º dos Estatutos da Sociedade, que estipula a incompatibilidade entre os referidos cargos.

O facto de os administradores não executivos Paula Amorim, Marta Amorim, Francisco Teixeira Rêgo, Rui Paulo Gonçalves e Jorge Seabra de Freitas serem membros do Conselho de Administração da Amorim Energia não prejudica a independência desta enquanto elemento da Comissão de Remunerações, tendo em conta que aqueles não determinam, por si só ou em conjunto, as decisões do Conselho de Administração da Amorim Energia.

O Regulamento da Comissão de Remunerações compreende uma obrigação de acordo com a qual os membros devem informar de imediato o órgão sobre quaisquer factos que possam constituir ou originar conflito entre os interesses dos seus membros e os interesses da Empresa.

Além disso, a Sociedade aprovou um regulamento interno, que é aplicável, entre outros, aos membros da Comissão de Remunerações, e estabelece que os membros que foram identificados como estando em situação de conflito de interesses devem abster-se de discutir, votar, tomar decisões, opinar, participar ou exercer qualquer influência sobre qualquer processo de tomada de decisão diretamente relacionado com a situação de conflito de interesses. Isto sem prejuízo de fornecer qualquer informação ou esclarecimentos necessários.

A Comissão de Remunerações reuniu três vezes em 2018 e foram realizadas as respetivas atas.

O Presidente da Comissão de Remunerações participou na Assembleia Geral anual realizada em 15 de maio de 2018. O Regulamento da Comissão de Remunerações inclui a obrigação do presidente, ou, no caso do seu impedimento, outro membro da Comissão de Remunerações, de comparecer na Assembleia Geral anual, bem como em qualquer outra reunião, sempre que a respetiva ordem do dia incluir uma matéria ligada à remuneração dos membros dos órgãos e comissões da Sociedade ou se tal presença tiver sido solicitada pelos acionistas.

O Regulamento da Comissão de Remunerações estabelece o direito de decidir sobre a contratação de serviços de consultoria, de modo a apoiar as atividades da Comissão de Remunerações, que pode ser livremente escolhida por esta e que não presta quaisquer outros serviços à Sociedade a fim de garantir a sua independência. Durante 2018, a Comissão de Remunerações não contratou quaisquer serviços de consultoria.

### 68. Conhecimentos e experiência dos membros da Comissão de Remunerações em matéria de política de remunerações.

Os membros da Comissão de Remunerações têm competência em matéria de política de remunerações baseada na sua formação académica e vasta experiência profissional em empresas, sendo considerados adequados à reflexão e decisão sobre todas as matérias da competência da Comissão de Remunerações, conforme evidenciado pelas notas biográficas constantes do Anexo 9.9 do presente relatório.

Em concreto, o membro da Comissão de Remunerações Jorge Armindo Carvalho Teixeira apresenta um vasto currículo profissional que inclui experiência em sociedades cotadas, em cargos de administração, incluindo na qualidade de presidente, que lhe confere adequado *know-how* em matéria remuneratória de órgãos sociais deste tipo de sociedade.

## III - Estrutura das remunerações

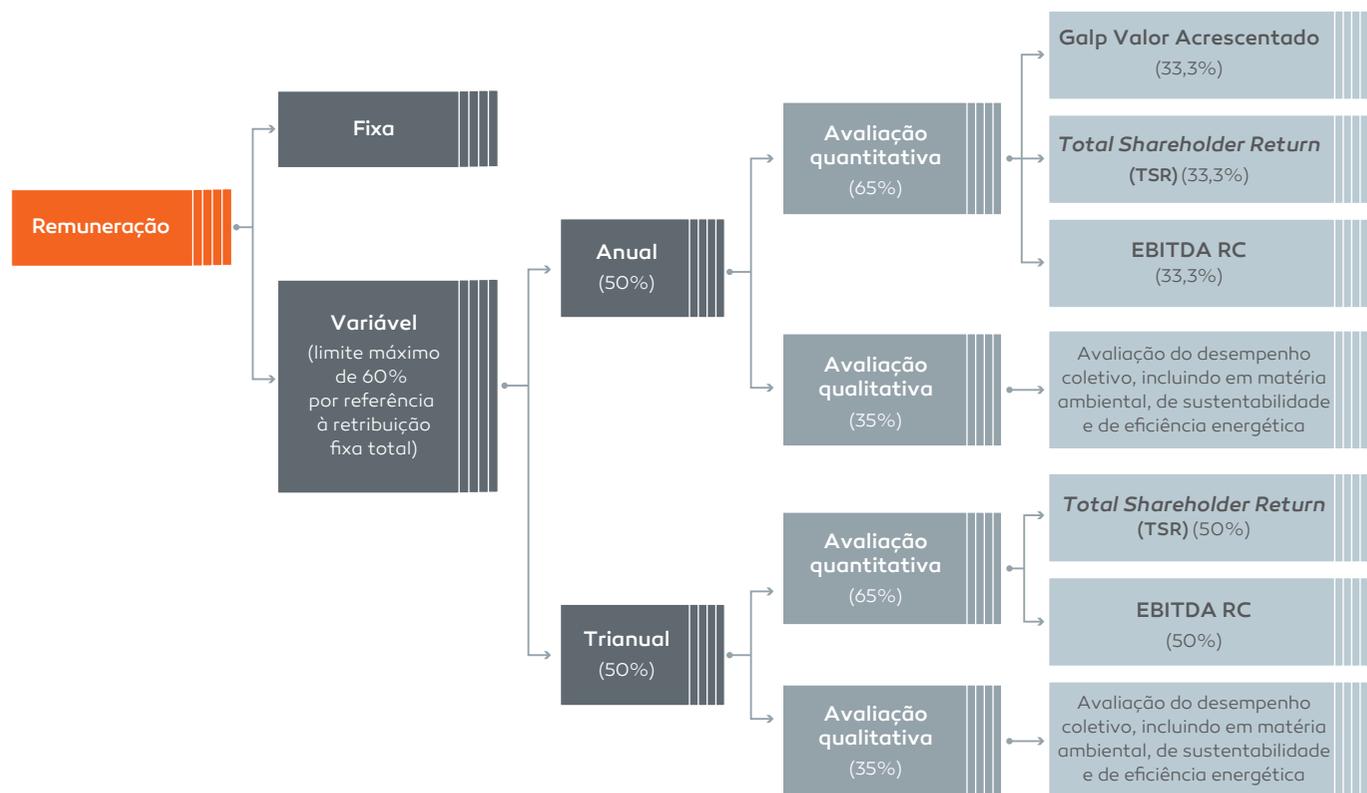
### 69. Descrição da política de remuneração dos órgãos de administração e de fiscalização a que se refere o artigo 2.º da Lei n.º 28/2009, de 19 de junho.

A Comissão de Remunerações apresentou uma declaração sobre a política de remunerações de 2018 dos órgãos sociais da Galp para a aprovação da Assembleia Geral realizada em 15 de maio de 2018. São descritos os processos de fixação e implementação da política de remunerações da

Galp para 2018, bem como os seus objetivos e princípios gerais, de acordo com a Lei 28/2009 de 19 de junho e com o Regulamento n.º 4/2013 da CMVM e com o código de governo das sociedades da CMVM (Recomendações de 2013) - que também atende ao Código de Governo Societário do IPCG, que entretanto a Sociedade adotou - com o objetivo de garantir maior clareza e eficácia na comunicação da política de remunerações, tanto para o mercado como para os acionistas. Esta política está publicada no website da Galp em: [www.galp.com/Portals/O/Recursos/GovernoCorporativo/Shared%20folder/Documentos/Item\\_8.pdf](http://www.galp.com/Portals/O/Recursos/GovernoCorporativo/Shared%20folder/Documentos/Item_8.pdf).

Apresenta-se em baixo uma breve descrição da política de remunerações para 2018.

### Membros executivos



A remuneração dos membros executivos em 2018 inclui três componentes principais:

**Remuneração fixa** - a componente fixa da remuneração corresponde a uma retribuição mensal, paga catorze vezes por ano, cujo montante é determinado pela Comissão de Remunerações, tendo em atenção a natureza das funções e responsabilidades cometidas e as práticas observadas no mercado relativamente a posições equivalentes em grandes empresas nacionais e internacionais.

### Conselho de Administração

**Membros não executivos** - valor mensal fixo, pago doze vezes por ano, em montante fixado pela Comissão de Remunerações, tendo em conta as práticas correntes de mercado. Esse montante pode ser diferenciado no caso do Presidente do Conselho de Administração, pelas especiais funções de representação da Sociedade que lhe são legalmente cometidas; e dos membros não executivos do Conselho de Administração que exerçam funções especiais de supervisão e acompanhamento da Sociedade.

A remuneração dos membros não executivos do Conselho de Administração não inclui qualquer componente cujo valor dependa do desempenho da Sociedade ou do seu valor.

**Remuneração variável anual** - cujo limite potencial máximo representa 50% da remuneração variável total, sendo a determinação do respetivo montante efetuada com base nos seguintes indicadores:

- Galp Valor Acrescentado (GVA), ou seja, *Economic Value Added* aplicado à Galp, com um peso de 33,3%;
- *Total Shareholder Return* (TSR) Galp vs. Peer Group, com um peso de 33,3%; o Peer Group integra a Total, a Repsol, a OMV e a ENI, juntamente com o índice PSI 20 e o índice SXEP, considerados, respetivamente, como referências no mercado energético nacional e europeu;
- EBITDA da Galp, a *replacement cost*, com um peso de 33,3%.

**Remuneração variável trianual** - cujo limite potencial máximo representa 50% da remuneração variável total, sendo a determinação do respetivo montante efetuada com base nos seguintes indicadores:

- TSR Galp vs Peer Group (conforme descrito supra), com um peso de 50%;
- EBITDA da Galp, a *replacement cost*, com um peso de 50%.

### Outros benefícios

Os membros executivos do Conselho de Administração têm ainda direito a um montante correspondente a 25% da remuneração fixa, o qual é pago doze vezes por ano, para efeitos de constituição de um plano poupança reforma ou produto financeiro similar, conforme melhor descrito no ponto 76 deste capítulo.

Cada membro executivo do Conselho de Administração beneficia igualmente das regalias (*fringe benefits*) em vigor na Galp pelo desempenho da respetiva função, de acordo com os termos e condições vigentes na Sociedade.

Para os administradores executivos cuja residência permanente se encontra fora da área em que a Sociedade está sediada, a Comissão de Remunerações deve estabelecer um subsídio de alojamento.

Os administradores executivos também beneficiam da utilização de um veículo e de seguros de saúde e de vida.

No caso de uma decisão judicial por ação ilícita contra um ou mais membros da Comissão Executiva que resulte ou tenha resultado em correção ou deterioração das demonstrações financeiras em termos prejudiciais à Empresa, a Comissão de Remunerações poderá solicitar

ao Conselho de Administração que adote as medidas adequadas para o reembolso de um montante da remuneração variável paga ao(s) referido(s) membro(s) que seja considerado adequado em relação ao período relevante da ação ilícita.

### Conselho Fiscal

A remuneração dos membros do Conselho Fiscal corresponde a uma retribuição fixa mensal, paga doze vezes por ano, sendo a remuneração do Presidente do Conselho Fiscal superior, tendo em conta as funções especiais desempenhadas pelo presidente.

A remuneração dos membros do Conselho Fiscal não inclui qualquer componente variável.

### Revisor Oficial de Contas

A remuneração do Revisor Oficial de Contas retribui o trabalho de revisão e certificação legal das contas da Sociedade e é contratualizada em condições normais de mercado.

### Mesa da Assembleia Geral

A remuneração dos membros da mesa da Assembleia Geral corresponde a um montante fixo anual definido pela Comissão de Remunerações de forma diferenciada para o Presidente, o Vice-presidente e o Secretário da mesa e é fixada em linha com a prática do mercado para funções idênticas e paga numa única prestação anual.

**70. Informação sobre o modo como a remuneração é estruturada de forma a permitir o alinhamento dos interesses dos membros do órgão de administração com os interesses a longo prazo da Sociedade, bem como sobre o modo como se baseia na avaliação do desempenho e desincentiva a assunção excessiva de riscos.**

De forma a atingir um melhor alinhamento da atuação dos administradores com os objetivos da Sociedade a longo prazo, foi introduzida em 2012 uma política de definição de objetivos plurianuais.

Conforme resulta da política de remunerações descrita no ponto 69 deste capítulo, a remuneração variável dos administradores que exercem funções executivas integra uma componente variável anual e outra trianual, com a mesma ponderação (montante máximo fixo de 50% cada). Esta ponderação depende da avaliação do desempenho

realizada pela Comissão de Remunerações com base em critérios específicos, mensuráveis e predefinidos que, em conjunto, consideram indicadores de crescimento da Sociedade e riqueza gerada para os acionistas de forma sustentada, a curto, médio e longo prazo, com desfasamento de três anos relativamente ao exercício em causa no caso da componente plurianual, nos termos constantes da política de remunerações para 2018 atrás descrita.

Neste sentido, a utilização de critérios qualitativos orientados para uma perspetiva estratégica de médio prazo no desenvolvimento da Empresa, o período temporal de três anos considerado para a determinação do valor da componente variável plurianual da remuneração e a existência de um limite máximo para a remuneração variável, constituem todos elementos determinantes para fomentar uma gestão alinhada com os interesses de médio e longo prazo da Sociedade e dos acionistas.

Os membros executivos do Conselho de Administração não devem celebrar contratos, quer com a Sociedade, quer com terceiros, que tenham por efeito atenuar o risco inerente à variabilidade da remuneração conforme lhes for fixada pela Sociedade.

Tendo em consideração a estrutura de remuneração acima descrita, designadamente o equilíbrio entre remuneração fixa e variável, a existência de remuneração variável anual e plurianual e os critérios definidos para a determinação da remuneração variável, a Galp considera que o seu mecanismo de remuneração permite o alinhamento entre os interesses da Sociedade e dos seus administradores executivos, incentivando o crescimento a longo prazo e sustentável, evitando a visão a curto prazo, bem como a assunção excessiva de riscos.

#### **71. Referência, se aplicável, à existência de uma componente variável da remuneração e informação sobre eventual impacto da avaliação de desempenho nesta componente.**

O valor da remuneração variável total para cada ano é fixado pela Comissão de Remunerações de acordo com o cumprimento dos objetivos específicos previamente definidos, com o limite máximo potencial de 60% por referência ao valor total da retribuição fixa anual.

A remuneração dos administradores executivos inclui uma componente variável que se baseia no grau de cumprimento de determinados objetivos económicos, financeiros e operacionais em relação ao exercício anterior (remuneração variável anual), conforme estabelecido na política de remunerações para 2018. Tal representa um limite potencial máximo de 50% da remuneração variável total, o que se encontra de acordo com a prática geralmente reconhecida no mercado nacional.

Os indicadores acima mencionados contribuem em 65% para a definição da remuneração variável anual e trienal aplicável. Os restantes 35% de cada uma das componentes da remuneração variável referem-se ao resultado da avaliação qualitativa da Comissão de Remunerações da atividade exercida pelos administradores executivos, anualmente ou durante o período relevante de três anos, conforme o caso, nomeadamente em relação à execução de objetivos e metas relacionadas com a sustentabilidade ambiental e a eficiência energética de atividades materiais para a Empresa, no contexto da gestão adequada da respetiva intensidade carbónica. Com o objetivo de manter a coerência entre os resultados obtidos e o montante total da remuneração variável pago, este está dependente dos resultados da Galp. Assim, se a Galp obtiver resultados líquidos inferiores a 80% do orçamento, não haverá lugar ao pagamento da remuneração variável.

A remuneração variável trienal representa um limite potencial máximo de 50% da remuneração variável total, estando em linha com as práticas geralmente reconhecidas no mercado nacional e com o regime aplicável às instituições bancárias previsto no Anexo II, n.º 1, al. n), da Diretiva 2011/61/UE, de 8 de junho de 2011, o qual fixa um montante mínimo de 40% para a remuneração variável diferida.

#### **72. Diferimento do pagamento da componente variável da remuneração, com menção do período de diferimento.**

A fim de melhor estimular o alinhamento das práticas dos administradores executivos com os interesses sustentáveis a longo prazo da Empresa, em 2012 foi introduzida uma política de objetivos plurianuais, para entrar em vigor em 2013. Esta política adia uma parte significativa do pagamento da remuneração variável por um período de três anos, o qual permanece associado e dependente do desempenho da Sociedade durante este período.

Anualmente, são definidos objetivos para o triénio seguinte, sendo a avaliação trianual efetuada no final de cada período de três anos. O primeiro triénio para o qual foram estabelecidos objetivos plurianuais foi o de 2013-2015. Em 2019, o período trienal de 2016 – 2018 será avaliado e a remuneração correspondente (se houver alguma devida) será paga.

A remuneração variável trienal é determinada anualmente pela Comissão de Remunerações, a qual estabelece um valor provisório com base na avaliação efetuada em cada ano que integra o triénio. Porém, o valor efetivo diferido da remuneração variável trianual depende: (i) do cumprimento dos objetivos globais para o triénio em causa e; (ii) de uma avaliação qualitativa realizada pela Comissão de Remunerações, o que significa que os valores provisórios definidos no primeiro ano no triénio podem ser reduzidos ou aumentados no final do triénio em causa, em função da respetiva avaliação.

**73. Critérios em que se baseia a atribuição de remuneração variável em ações, bem como sobre a manutenção, pelos administradores executivos, dessas ações, sobre a eventual celebração de contratos relativos a essas ações, designadamente contratos de cobertura (*hedging*) ou de transferência de risco, o respetivo limite, e sua relação face ao valor da remuneração total anual.**

A Galp não tem, atualmente, qualquer sistema de atribuição de remuneração variável em ações.

**74. Critérios em que se baseia a atribuição de remuneração variável em opções e indicação do período de diferimento e do preço de exercício.**

A Galp não tem, atualmente, qualquer sistema de atribuição de remuneração variável em opções.

**75. Principais parâmetros e fundamentos de qualquer sistema de prémios anuais e de quaisquer outros benefícios não pecuniários.**

Na Galp, não está estabelecido qualquer sistema de prémios anuais além da remuneração variável descrita supra. Os administradores executivos têm direito à utilização de um automóvel e a um seguro de saúde e de vida.

**76. Principais características dos regimes complementares de pensões ou de reforma antecipada para os administradores e data em que foram aprovados em Assembleia Geral, em termos individuais.**

A Comissão de Remunerações é, de acordo com o artigo 8.º dos Estatutos, competente para aprovar a pensão ou complemento de pensão, a cargo da Sociedade, que é atribuída aos administradores executivos.

A política de remunerações para 2018, aprovada pela Assembleia Geral e descrita no ponto 69 deste relatório, prevê a atribuição de um montante correspondente a 25% da remuneração anual fixa aos membros da Comissão Executiva, para aplicação em plano poupança reforma ou outro produto financeiro que escolham.

Este plano poupança não implica qualquer encargo para a Galp no futuro, na medida em que corresponde apenas à atribuição de um montante para aplicação financeira, enquanto os membros da Comissão Executiva exercem as suas funções, não se enquadrando nos termos previstos no n.º 1 do artigo 402.º do CSC.

## IV - Divulgação das remunerações

**77. Indicação do montante anual da remuneração auferida, de forma agregada e individual, pelos membros dos órgãos de administração da Sociedade, proveniente da Sociedade, incluindo remuneração fixa e variável e, relativamente a esta, menção às diferentes componentes que lhe deram origem.**

O montante anual bruto da remuneração auferida pelos membros do órgão de administração da Sociedade durante o exercício de 2018, conforme fixado pela Comissão de Remunerações, de forma agregada, foi de €6.947.406, sendo €4.158.000 a título de remuneração fixa, €1.506.166 como remuneração variável, €982.275 a título de plano poupança reforma e €300.964 a título de outros benefícios.

Na tabela abaixo, encontra-se discriminada a remuneração individual bruta que foi auferida pelos membros do Conselho de Administração no ano de 2018 (€):

## Administradores executivos

Nome	Cargo	Remuneração Fixa Bruta (€)	Remuneração Variável Bruta <sup>1</sup> (€)	Plano Poupança Reforma Bruto (€)	Outros benefícios (€)	Total Remuneração Bruta (€)
Carlos Gomes da Silva	Vice-presidente e CEO	980.000	420.000	245.000	110.769	1.755.769
Filipe Crisóstomo Silva	Administrador executivo	420.000	180.000	105.000	0	705.000
Thore E. Kristiansen	Administrador executivo	490.000	210.000	122.500	97.887	920.387
Carlos Costa Pina	Administrador executivo	420.000	180.000	105.000	0	705.000
José Carlos Silva	Administrador executivo	420.000	180.000	194.775	92.307	887.082
Pedro Ricardo	Administrador executivo	420.000	168.083	105.000	0	693.083
Tiago Câmara Pestana	Administrador executivo	420.000	168.083	105.000	0	693.083
<b>Montante Total Bruto</b>		<b>3.570.000</b>	<b>1.506.166</b>	<b>982.275</b>	<b>300.963</b>	<b>6.359.404</b>

<sup>1</sup> Corresponde à remuneração variável anual relativa a 2017 e à remuneração variável plurianual relativa ao triénio 2015-2017.

## Administradores não executivos

Nome	Cargo	Remuneração Fixa Bruta (€)	Remuneração Variável Bruta (€)	Plano Poupança Reforma Bruto (€)	Outros benefícios (€)	Total Remuneração Bruta (€)
Paula Amorim	Presidente não executivo	0 <sup>2</sup>	0	0	0	0
Miguel Athayde Marques	Vice-presidente não executivo e <i>Lead Independent Director</i>	84.000	0	0	0	84.000
Sérgio Gabrielli de Azevedo	Administrador não executivo	84.000	0	0	0	84.000
Abdul Magid Osman	Administrador não executivo	84.000	0	0	0	84.000
Marta Amorim	Administrador não executivo	42.000	0	0	0	42.000
Raquel Vunge	Administrador não executivo	42.000	0	0	0	42.000
Francisco Teixeira Rêgo	Administrador não executivo	42.000	0	0	0	42.000
Jorge Seabra de Freitas	Administrador não executivo	42.000	0	0	0	42.000
Rui Paulo Gonçalves	Administrador não executivo	42.000	0	0	0	42.000
Luís Todo Bom	Administrador não executivo	42.000	0	0	0	42.000
Diogo Tavares	Administrador não executivo	42.000	0	0	0	42.000
Joaquim Borges Gouveia	Administrador não executivo	42.000	0	0	0	42.000
<b>Montante Total Bruto</b>		<b>588.000</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>588.000</b>

<sup>2</sup> A Presidente do Conselho de Administração doou integralmente o valor da sua remuneração à Fundação Galp.

A remuneração variável é determinada de acordo com os critérios estabelecidos no ponto 72 do presente capítulo.

### 78. Montantes a qualquer título pagos por outras sociedades em relação de domínio ou de grupo ou que se encontrem sujeitas a um domínio comum.

A remuneração dos administradores da Galp inclui todas as remunerações devidas pelo exercício de cargos em órgãos de administração de sociedades do grupo Galp, por essa razão não foram pagos quaisquer montantes a qualquer título por sociedades em relação de domínio ou de grupo ou que se encontrem sujeitas a um domínio comum.

### 79. Remuneração paga sob a forma de participação nos lucros e/ou de pagamento de prémios e os motivos por que tais prémios e/ou pacotes de participações nos lucros foram concedidos.

A Galp não tem qualquer outro sistema de pagamento de remuneração a administradores sob a forma de pacotes de participações nos lucros e/ou de pagamento de prémios.

### 80. As indemnizações pagas ou devidas a ex-administradores executivos, relativamente à cessação das suas funções durante o exercício.

Não houve indemnizações pagas nem devidas a ex-administradores executivos relativamente à cessação das respetivas funções durante o exercício de 2018.

### 81. Indicação do montante anual da remuneração auferida, de forma agregada e individual, pelos membros do órgão de fiscalização da Sociedade, para efeitos da Lei n.º 28/2009 de 19 de junho.

A remuneração agregada paga aos membros efetivos do Conselho Fiscal em 2018, de acordo com o fixado pela Comissão de Remunerações, foi de €92.400. A seguir apresenta-se a respetiva remuneração individual paga em 2018:

Nome/Cargo	Remuneração fixa bruta (€)
Daniel Bessa (Presidente)	42.000
Gracinda Raposo (Vogal)	25.200
Pedro Antunes de Almeida (Vogal)	25.200
<b>Montante total bruto</b>	<b>92.400</b>

### 82. A indicação da remuneração no ano de referência do presidente da mesa da Assembleia Geral.

Em 2018, a título de remuneração foi pago ao Presidente da mesa da Assembleia Geral o montante de €3.500.

## V - Acordos com implicações remuneratórias

### 83. Limitações contratuais previstas para a compensação a pagar por destituição sem justa causa de administrador e sua relação com a componente variável da remuneração.

De acordo com a política de remunerações para 2018, não existem na Galp quaisquer contratos em vigor que prevejam pagamentos em caso de destituição sem justa causa de administrador. Os montantes que sejam devidos correspondem aos que resultam das disposições legais aplicáveis, não havendo lugar à atribuição de montantes remuneratórios respeitantes à componente variável, se os resultados líquidos do grupo Galp forem inferiores a 80% do orçamento.

A política de remunerações para 2018 não contempla qualquer indemnização ou compensação aos membros do Conselho de Administração resultante da sua demissão ou da cessação do mandato de administrador antes do seu termo, sendo este o instrumento legal e o mecanismo para evitar, direta ou indiretamente, os pagamentos ao dito administrador de quaisquer valores além daqueles estabelecidos por lei.

### 84. Referência à existência e descrição, com indicação dos montantes envolvidos, de quaisquer acordos entre a Sociedade e os titulares do órgão de administração e dirigentes, na aceção do n.º 3 do artigo 248.º-B do CVM, que prevejam indemnizações em caso de demissão, despedimento sem justa causa ou cessação da relação de trabalho na sequência de uma mudança de controlo da Sociedade (Artigo 245.º-A n.º 1, al. I).

A Galp não é parte em qualquer acordo com os titulares do órgão de administração ou dirigentes, na aceção do n.º 3 do artigo 248.º B do CVM, que preveja indemnizações em caso de demissão, despedimento sem justa causa ou cessação da relação de trabalho, na sequência de uma mudança do domínio da Sociedade.

## VI - Planos de atribuição de ações ou opções sobre ações (*stock options*)

### 85. Identificação do plano e dos respetivos destinatários.

A Galp não dispõe de planos de atribuição de ações, nem opções de aquisição de ações.

**86. A caracterização do plano (condições de atribuição, cláusulas de inalienabilidade de ações, critérios relativos ao preço das ações e o exercício das opções de preço, período durante o qual as opções podem ser exercidas, características das ações ou opções a atribuir, e existência de eventuais incentivos para a aquisição de ações e ou o exercício de opções).**

A Galp não dispõe de planos de atribuição de ações, nem opções de aquisição de ações.

**87. Direitos de opção atribuídos para a aquisição de ações (*stock options*) de que sejam beneficiários os trabalhadores e colaboradores da empresa.**

A Galp não dispõe de planos de atribuição de ações, nem opções de aquisição de ações.

**88. Mecanismos de controlo previstos num eventual sistema de participação dos trabalhadores no capital na medida em que os direitos de voto não sejam exercidos diretamente por estes (Artigo 245.º A, n.º 1, al. e).**

A Galp não dispõe de planos de atribuição de ações, nem opções de aquisição de ações.

## E - Transações com partes relacionadas

### I - Mecanismos e procedimentos de controlo

**89. Os mecanismos implementados pela Sociedade para efeitos de controlo de transações com partes relacionadas (para o efeito remete-se para o conceito resultante da IAS 24).**

De modo a salvaguardar os interesses do grupo Galp em situações de potencial conflito de interesses, a Galp adotou regras internas para o controlo de transações entre a Galp (ou as suas subsidiárias ou outras empresas que estejam sob o domínio de gestão da Galp, ou seja, as «entidades do grupo Galp») e partes relacionadas para cumprimento das normas financeiras pertinentes, em particular a IAS 24.

Estes procedimentos internos impõem os seguintes princípios principais:

- (i) Qualquer compromisso de natureza contratual entre quaisquer entidades do grupo Galp e qualquer parte relacionada deve ser realizado em condições normais de mercado;
- (ii) A execução por qualquer entidade do grupo Galp e uma parte relacionada de quaisquer transações relevantes (conforme descrito em baixo) requer o parecer prévio do Conselho Fiscal (ponto 91 deste capítulo para obter mais detalhes sobre os procedimentos aplicáveis);
- (iii) A execução por qualquer entidade do grupo Galp e uma parte relacionada de quaisquer transações relevantes (conforme descrito em baixo) que possuam um valor económico único superior a €20 milhões, está também sujeita à aprovação prévia do Conselho de Administração.

Para este efeito, as transações relevantes incluem, em particular: (i) produtos financeiros, financiamentos, empréstimos de acionistas, prestação de garantias, aquisição ou venda de produtos e serviços, bem como fornecimento de produtos energéticos e outras transações semelhantes com valor económico superior a €10 milhões (salvo algumas exceções); (ii) a aquisição ou alienação de participações sociais ou outros ativos; e (iii) quaisquer outras transações que tenham alto risco de conflito de interesses.



## PARTE II

# Avaliação do governo societário

## 1. Identificação do Código de Governo das Sociedades adotado.

Ao abrigo e para os efeitos do artigo 2.º do Regulamento da CMVM n.º 4/2013, a Galp decidiu voluntariamente sujeitar-se ao Código de Governo das Sociedades do IPCG - Instituto Português de *Corporate Governance*, aprovado em 2018 («Código de Governo das Sociedades do IPCG»), que se encontra disponível no website desta entidade: <https://www.cgov.pt>.

## 2. Análise de cumprimento do Código de Governo das Sociedades adotado.

A Sociedade acolheu a grande maioria das recomendações aplicáveis do Código de Governo das Sociedades do IPCG.

Num total de 60 recomendações, a Galp adotou 49 recomendações, sendo que sete não lhe são aplicáveis e quatro não adotou pelas razões explicadas no quadro infra. A justificação quanto à adoção de cada recomendação e a remissão para o ponto do presente capítulo deste relatório onde a respetiva temática é desenvolvida (ponto, parte, capítulo), encontra-se indicada no quadro seguinte, incluindo a justificação para a não adoção de determinada recomendação e ainda a respetiva indicação de eventual mecanismo alternativo determinado pela Sociedade para a prossecução do mesmo objetivo da recomendação relevante.

Recomendação IPCG	Comply or explain	Remissão para o presente relatório
<b>Capítulo I. Condições gerais</b>		
<b>I.1. Relação da sociedade com investidores e informação</b>		
I.1.1. A sociedade deve instituir mecanismos que assegurem, de forma adequada e rigorosa, a produção, o tratamento e a atempada divulgação de informação aos seus órgãos sociais, aos acionistas, aos investidores e demais <i>stakeholders</i> , aos analistas financeiros e ao mercado em geral.	Adotada.	Pontos 56 a 65, Parte I, Capítulo 7.
<b>I.2. Diversidade na composição e funcionamento dos órgãos da sociedade</b>		
I.2.1. As sociedades devem estabelecer critérios e requisitos relativos ao perfil de novos membros dos órgãos societários adequados à função a desempenhar, sendo que, além de atributos individuais (como competência, independência, integridade, disponibilidade e experiência), esses perfis devem considerar requisitos de diversidade, dando particular atenção ao do género, que possam contribuir para a melhoria do desempenho do órgão e para o equilíbrio na respetiva composição.	Não aplicável. Esta recomendação não é aplicável em 2018 dado não ter havido eleições de órgãos sociais na Galp.	
I.2.2. Os órgãos de administração e de fiscalização e as suas comissões internas devem dispor de regulamentos internos — nomeadamente sobre o exercício das respetivas atribuições, presidência, periodicidade de reuniões, funcionamento e quadro de deveres dos seus membros —, devendo ser elaboradas atas detalhadas das respetivas reuniões.	Adotada.	Pontos 22, 27 e 34, Parte I, Capítulo 7.
I.2.3. Os regulamentos internos de órgãos de administração, de fiscalização e das suas comissões internas devem ser divulgados, na íntegra, no sítio da Internet.	Adotada.	Ponto 61, Parte I, Capítulo 7.

Recomendação IPCG	Comply or explain	Remissão para o presente relatório
I.2.4. A composição, o número de reuniões anuais dos órgãos de administração, de fiscalização e das suas comissões internas devem ser divulgados através do sítio Internet da sociedade.	Adotada.	Ponto 62, Parte I, Capítulo 7.
I.2.5. Os regulamentos internos da sociedade devem prever a existência e assegurar o funcionamento de mecanismos de deteção e prevenção de irregularidades, bem como a adoção de uma política de comunicação de irregularidades ( <i>whistleblowing</i> ) que garanta os meios adequados para a comunicação e tratamento das mesmas com salvaguarda da confidencialidade das informações transmitidas e da identidade do transmissor, sempre que esta seja solicitada.	Adotada.	Ponto 49, Parte I, Capítulo 7.
<b>I.3. Relação entre órgãos da sociedade</b>		
I.3.1. Os estatutos ou outras vias equivalentes adotadas pela sociedade devem estabelecer mecanismos para garantir que, dentro dos limites da legislação aplicável, seja permanentemente assegurado aos membros dos órgãos de administração e de fiscalização o acesso a toda a informação e colaboradores da sociedade para a avaliação do desempenho, da situação e das perspetivas de desenvolvimento da sociedade, incluindo, designadamente, as atas, a documentação de suporte às decisões tomadas, as convocatórias e o arquivo das reuniões do órgão de administração executivo, sem prejuízo do acesso a quaisquer outros documentos ou pessoas a quem possam ser solicitados esclarecimentos.	Adotada.	Pontos 15 e 38, Parte I, Capítulo 7.
I.3.2. Cada órgão e comissão da sociedade deve assegurar, atempada e adequadamente, o fluxo de informação, desde logo das respetivas convocatórias e atas, necessário ao exercício das competências legais e estatutárias de cada um dos restantes órgãos e comissões.	Adotada.	Pontos 15,29 e 38, Parte I, Capítulo 7.
<b>I.4. Conflitos de interesses</b>		
I.4.1. Deve ser imposta a obrigação de os membros dos órgãos e comissões societárias informarem pontualmente o respetivo órgão ou comissão sobre os factos que possam constituir ou dar causa a um conflito entre os seus interesses e o interesse social.	Adotada.	Pontos 26, 38 e 67, Parte I, Capítulo 7.
I.4.2. Deverão ser adotados procedimentos que garantam que o membro em conflito não interfere no processo de decisão, sem prejuízo do dever de prestação de informações e esclarecimentos que o órgão, a comissão ou os respetivos membros lhe solicitarem.	Adotada.	Pontos 26, 38 e 67, Parte I, Capítulo 7.
<b>I.5. Transações com partes relacionadas</b>		
I.5.1. O órgão de administração deve definir, com parecer prévio e vinculativo do órgão de fiscalização, o tipo, o âmbito e o valor mínimo, individual ou agregado, dos negócios com partes relacionadas que: (i) requerem a aprovação prévia do órgão de administração (ii) e os que, por serem de valor mais elevado, requerem, ainda, um parecer prévio favorável do órgão de fiscalização.	Adotada.	Ponto 89 e 91, Parte I, Capítulo 7.
I.5.2. O órgão de administração deve, pelo menos de seis em seis meses, comunicar ao órgão de fiscalização todos os negócios abrangidos pela Recomendação I.5.1.	Adotada.	Ponto 89 e 91, Parte I, Capítulo 7.

Recomendação IPCG	Comply or explain	Remissão para o presente relatório
<b>Capítulo II - Acionistas e Assembleia Geral</b>		
II.1. A sociedade não deve fixar um número excessivamente elevado de ações necessárias para conferir direito a um voto, devendo explicitar no relatório de governo a sua opção sempre que a mesma implique desvio ao princípio de que a cada ação corresponde um voto.	Adotada.	Pontos 5 e 12, Parte I, Capítulo 7.
II.2. A sociedade não deve adotar mecanismos que dificultem a tomada de deliberações pelos seus acionistas, designadamente fixando um quórum deliberativo superior ao previsto por lei.	<p>Não adotada.</p> <p>De acordo com os Estatutos, quaisquer deliberações sobre os assuntos referidos nas alíneas a), b) e c) do n.º 4 do artigo 12.º, ou quaisquer outros assuntos para os quais a lei requeira uma maioria qualificada, dois terços dos votos expressos são necessários na primeira e na segunda convocação da Assembleia Geral, ainda que acionistas titulares de ações representativas de pelo menos metade do capital estejam presentes ou representados (o que é superior ao exigido pelo CSC, no caso da segunda convocação, e, em alguns casos incluídos na alínea a), também no caso de uma primeira convocação).</p> <p>Estas normas dos Estatutos têm como objetivo assegurar uma representação adequada dos acionistas na aprovação de deliberações sobre assuntos estrategicamente importantes para a Sociedade.</p>	Ponto 14, Parte I, Capítulo 7.
II.3. A sociedade deve implementar meios adequados para o exercício do direito de voto por correspondência, incluindo por via eletrónica.	Adotada.	Ponto 12, Parte I, Capítulo 7.
II.4. A sociedade deve implementar meios adequados para a participação dos acionistas na assembleia por meios telemáticos.	Adotada.	Ponto 12, Parte I, Capítulo 7.
II.5. Os estatutos da sociedade que prevejam a limitação do número de votos que podem ser detidos ou exercidos por um único acionista, de forma individual ou em concertação com outros acionistas, devem prever igualmente que, pelo menos de cinco em cinco anos, seja sujeita a deliberação pela assembleia geral a alteração ou a manutenção dessa disposição estatutária – sem requisitos de quórum agravado relativamente ao legal – e que, nessa deliberação, se contam todos os votos emitidos sem que aquela limitação funcione.	<p>Não aplicável.</p> <p>Os Estatutos não incluem quaisquer limitações no número de votos que podem ser detidos ou exercidos por um único acionista, individualmente ou em coordenação com outros acionistas.</p>	Ponto 13, Parte I, Capítulo 7.
II.6. Não devem ser adotadas medidas que determinem pagamentos ou a assunção de encargos pela sociedade em caso de transição de controlo ou de mudança da composição do órgão de administração e que se afigurem suscetíveis de prejudicar o interesse económico na transmissão das ações e a livre apreciação pelos acionistas do desempenho dos administradores.	Adotada.	Ponto 4, Parte I, Capítulo 7.

Recomendação IPCG	Comply or explain	Remissão para o presente relatório
<b>Capítulo III · Administração não executiva e fiscalização</b>		
III.1. Sem prejuízo das funções legais do presidente do conselho de administração, se este não for independente, os administradores independentes devem designar entre si um coordenador ( <i>lead independent director</i> ) para, designadamente, (i) atuar, sempre que necessário, como interlocutor com o presidente do conselho de administração e com os demais administradores, (ii) zelar por que disponham do conjunto de condições e meios necessários ao desempenho das suas funções; e (iii) coordená-los na avaliação do desempenho pelo órgão de administração prevista na recomendação V.1.1.	Adotada.	Ponto 18, Parte I, Capítulo 7.
III.2. O número de membros não executivos do órgão de administração, bem como o número de membros do órgão de fiscalização e o número de membros da comissão para as matérias financeiras deve ser adequado à dimensão da sociedade e à complexidade dos riscos inerentes à sua atividade, mas suficiente para assegurar com eficiência as funções que lhes estão cometidas.	Adotada.	Pontos 18 e 31, Parte I, Capítulo 7.
III.3. Em todo o caso, o número de administradores não executivos deve ser superior ao de administradores executivos.	Adotada.	Ponto 18, Parte I, Capítulo 7.
III.4. Cada sociedade deve incluir um número não inferior a um terço, mas sempre plural, de administradores não executivos que cumpram os requisitos de independência. Para efeitos desta recomendação, considera-se independente a pessoa que não esteja associada a qualquer grupo de interesses específicos na sociedade, nem se encontre em alguma circunstância suscetível de afetar a sua isenção de análise ou de decisão, nomeadamente em virtude de: <ul style="list-style-type: none"> <li>i. ter exercido durante mais de doze anos, de forma contínua ou intercalada, funções em qualquer órgão da sociedade;</li> <li>ii. ter sido colaborador da sociedade ou de sociedade que com ela se encontre em relação de domínio ou de grupo nos últimos três anos;</li> <li>iii. ter, nos últimos três anos, prestado serviços ou estabelecido relação comercial significativa com a sociedade ou com sociedade que com esta se encontre em relação de domínio ou de grupo, seja de forma direta ou enquanto sócio, administrador, gerente ou dirigente de pessoa coletiva;</li> <li>iv. ser beneficiário de remuneração paga pela sociedade ou por sociedade que com ela se encontre em relação de domínio ou de grupo para além da remuneração decorrente do exercício das funções de administrador;</li> <li>v. viver em união de facto ou ser cônjuge, parente ou afim na linha reta e até ao 3.º grau, inclusive, na linha colateral, de administradores da sociedade, de administradores de pessoa coletiva titular de participação qualificada na sociedade ou de pessoas singulares titulares direta ou indiretamente de participação qualificada;</li> <li>vi. ser titular de participação qualificada ou representante de um acionista titular de participações qualificadas.</li> </ul>	Adotada.	Ponto 18, Parte I, Capítulo 7.
III.5. O disposto no parágrafo (i) da recomendação III.4 não obsta à qualificação de um novo administrador como independente se, entre o termo das suas funções em qualquer órgão da sociedade e a sua nova designação, tiverem entretanto decorrido pelo menos três anos ( <i>cooling-off period</i> ).	Não aplicável. Não há administradores nestas condições.	

Recomendação IPCG	Comply or explain	Remissão para o presente relatório
III.6. Os administradores não executivos devem participar na definição, pelo órgão de administração, da estratégia, principais políticas, estrutura empresarial e decisões que devam considerar-se estratégicas para a sociedade em virtude do seu montante ou risco, bem como na avaliação do cumprimento destas.	Adotada.	Ponto 18, Parte I, Capítulo 7.
III.7. O conselho geral e de supervisão deve, no quadro das suas competências legais e estatutárias, colaborar com o conselho de administração executivo na definição da estratégia, principais políticas, estrutura empresarial e decisões que devam considerar-se estratégicas para a sociedade, em virtude do seu montante ou risco, bem como na avaliação do cumprimento destas.	Não aplicável ao modelo de governo da Galp.	
III.8. Com respeito pelas competências que lhe são conferidas por lei, o órgão de fiscalização deve, em especial, acompanhar, avaliar e pronunciar-se sobre as linhas estratégicas e a política de risco definidas pelo órgão de administração.	Adotada.	Pontos 38 e 51, Parte I, Capítulo 7.
III.9. As sociedades devem constituir comissões internas especializadas adequadas à sua dimensão e complexidade, abrangendo, separada ou cumulativamente, as matérias de governo societário, de remunerações e avaliação do desempenho, e de nomeações.	<p>Não adotada.</p> <p>A Sociedade criou comissões especializadas para tratar da remuneração e avaliação de desempenho dos órgãos sociais, risco, sustentabilidade, AQS e ética e conduta.</p> <p>Considerando o modelo de governo da Sociedade e a lei societária portuguesa, o Conselho Fiscal é o órgão interno responsável pela avaliação de <i>corporate governance</i>.</p> <p>A nomeação de administradores é uma responsabilidade atribuída pela lei societária portuguesa aos acionistas.</p> <p>A fim de evitar quaisquer conflitos de interesses ou problemas de agência, o Conselho de Administração não designou nenhuma comissão para tratar de questões relacionadas com a nomeação dos seus membros ou de membros de outros órgãos da Sociedade (como os membros do Conselho Fiscal).</p>	Ponto 27, Parte I, Capítulo 7.
III.10. Os sistemas de gestão de riscos, de controlo interno e de auditoria interna devem ser estruturados em termos adequados à dimensão da sociedade e à complexidade dos riscos inerentes à sua atividade.	Adotada.	Pontos 50 a 55, Parte I, Capítulo 7.
III.11. O órgão de fiscalização e a comissão para as matérias financeiras devem fiscalizar a eficácia dos sistemas e de gestão de riscos, de controlo interno e de auditoria interna e propor os ajustamentos que se mostrem necessários.	Adotada.	Pontos 38, 50 e 51, Parte I, Capítulo 7.
III.12. O órgão de fiscalização deve pronunciar-se sobre os planos de trabalho e os recursos afetos aos serviços de controlo interno, incluindo controlo de cumprimento das normas aplicadas à sociedade (serviços de <i>compliance</i> ) e de auditoria interna, e devem ser destinatários dos relatórios realizados por estes serviços, pelo menos quando estejam em causa matérias relacionadas com a prestação de contas, a identificação ou a resolução de conflitos de interesses e a deteção de potenciais irregularidades.	Adotada.	Pontos 50 e 51, Parte I, Capítulo 7.

<b>Recomendação IPCG</b>	<b>Comply or explain</b>	<b>Remissão para o presente relatório</b>
<b>Capítulo IV. Administração executiva</b>		
IV.1. O órgão de administração deve aprovar, através de regulamento interno ou mediante via equivalente, o regime de atuação dos executivos e do exercício por estes de funções executivas em entidades fora do Grupo.	Adotada.	Ponto 26, Parte I, Capítulo 7.
IV.2. O órgão de administração deve assegurar que a sociedade atua de forma consentânea com os seus objetivos e não deve delegar poderes, designadamente, no que respeita a: i) definição da estratégia e das principais políticas da sociedade; ii) organização e coordenação da estrutura empresarial; iii) matérias que devam ser consideradas estratégicas em virtude do seu montante, risco ou características especiais.	Adotada.	Ponto 29, Parte I, Capítulo 7.
IV.3. O órgão de administração deve fixar objetivos em matéria de assunção de riscos e zelar pela sua prossecução.	Adotada.	Pontos 50 e 51, Parte I, Capítulo 7.
IV.4. O órgão de fiscalização deve organizar-se internamente, implementando mecanismos e procedimentos de controlo periódico com vista a garantir que os riscos efetivamente incorridos pela sociedade são consistentes com os objetivos fixados pelo órgão de administração.	Adotada.	Pontos 50 e 51, Parte I, Capítulo 7.
<b>Capítulo V . Avaliação de desempenho, remunerações e nomeações</b>		
<b>V.1. Avaliação anual de desempenho</b>		
V.1.1. O órgão de administração deve avaliar anualmente o seu desempenho, bem como o desempenho das suas comissões e dos administradores delegados, tendo em conta o cumprimento do plano estratégico da sociedade e do orçamento, a gestão de riscos, o seu funcionamento interno e o contributo de cada membro para o efeito, e o relacionamento entre órgãos e comissões da sociedade.	Adotada. A primeira avaliação do seu desempenho, bem como o desempenho da Comissão Executiva e de outras comissões, foi realizada em 8 de fevereiro de 2019, referente a 2018, e será incluída no relatório de governo societário de 2019.	Ponto 24, Parte I, Capítulo 7.
V.1.2. O órgão de fiscalização deve fiscalizar a administração da sociedade e, em particular, avaliar anualmente o cumprimento do plano estratégico da sociedade e do orçamento, a gestão de riscos, o funcionamento interno do órgão de administração e das suas comissões, bem como o relacionamento entre órgãos e comissões da sociedade.	Adotada. A primeira avaliação de acordo com estas regras foi realizada em 7 de fevereiro de 2019, referente a 2018, e será incluída no relatório de governo societário de 2019.	Ponto 38, Parte I, Capítulo 7.
<b>V.2. Remunerações</b>		
V.2.1. A fixação das remunerações deve competir a uma comissão, cuja composição assegure a sua independência em face da administração.	Adotada.	Ponto 67, Parte I, Capítulo 7.

Recomendação IPCG	Comply or explain	Remissão para o presente relatório
V.2.2. A comissão de remunerações deve aprovar, no início de cada mandato, fazer executar e confirmar, anualmente, a política de remuneração dos membros dos órgãos e comissões da sociedade, no âmbito da qual sejam fixadas as respetivas componentes fixas, e, quanto aos administradores executivos ou administradores pontualmente investidos de tarefas executivas, caso exista componente variável da remuneração, os respetivos critérios de atribuição e de mensuração, os mecanismos de limitação, os mecanismos de diferimento do pagamento da remuneração e os mecanismos de remuneração baseados em opções ou ações da própria sociedade.	Adotada.	Ponto 69, Parte I, Capítulo 7.
V.2.3. A declaração sobre a política de remunerações dos órgãos de administração e fiscalização a que se refere o artigo 2.º da Lei n.º 28/2009, de 19 de junho, deverá conter adicionalmente: <ul style="list-style-type: none"> <li>i. a remuneração total discriminada pelos diferentes componentes, a proporção relativa da remuneração fixa e da remuneração variável, uma explicação do modo como a remuneração total cumpre a política de remuneração adotada, incluindo a forma como contribui para o desempenho da sociedade a longo prazo, e informações sobre a forma como os critérios de desempenho foram aplicados;</li> <li>ii. as remunerações provenientes de sociedades pertencentes ao mesmo grupo;</li> <li>iii. o número de ações e de opções sobre ações concedidas ou oferecidas, e as principais condições para o exercício dos direitos, incluindo o preço e a data desse exercício e qualquer alteração dessas condições;</li> <li>iv. informações sobre a possibilidade de solicitar a restituição de uma remuneração variável;</li> <li>v. informações sobre qualquer afastamento do procedimento de aplicação da política de remuneração aprovada, incluindo a explicação da natureza das circunstâncias excecionais e a indicação dos elementos específicos objeto de derrogação;</li> <li>vi. informações quanto à exigibilidade ou inexistência de pagamentos relativos à cessação de funções de administradores.</li> </ul>	Adotada.	Pontos 69 a 87, Parte I, Capítulo 7.
V.2.4. Para cada mandato, a comissão de remunerações deve igualmente aprovar o regime de pensões dos administradores, se os estatutos as admitirem, e o montante máximo de todas as compensações a pagar ao membro de qualquer órgão ou comissão da sociedade em virtude da respetiva cessação de funções.	Adotada.	Pontos 76 e 83, Parte I, Capítulo 7.
V.2.5. A fim de prestar informações ou esclarecimentos aos acionistas, o presidente ou, no seu impedimento, outro membro da comissão de remunerações deve estar presente na assembleia geral anual e em quaisquer outras se a respetiva ordem de trabalhos incluir assunto conexo com a remuneração dos membros dos órgãos e comissões da sociedade ou se tal presença tiver sido requerida por acionistas.	Adotada.	Ponto 67, Parte I, Capítulo 7.

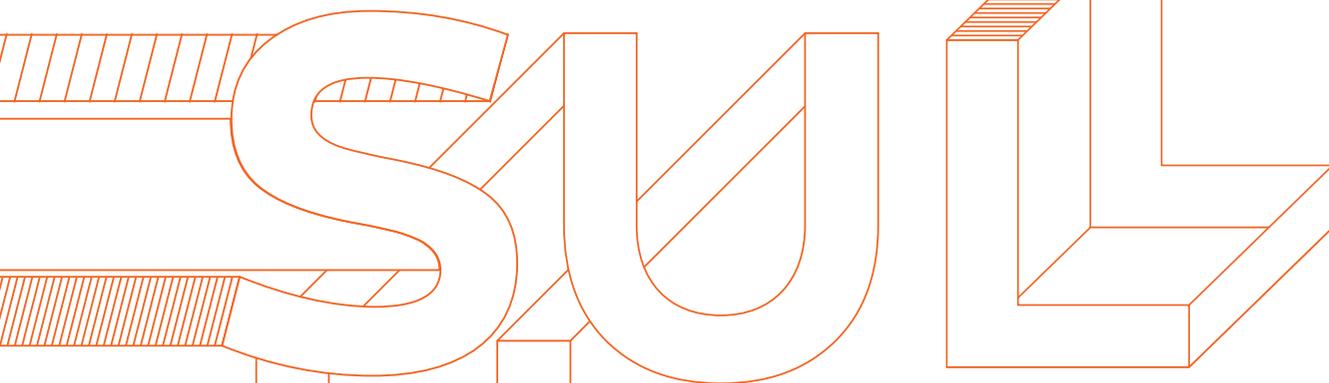
Recomendação IPCG	Comply or explain	Remissão para o presente relatório
V.2.6. Dentro das limitações orçamentais da sociedade, a comissão de remunerações deve poder decidir livremente a contratação, pela sociedade, dos serviços de consultadoria necessários ou convenientes para o exercício das suas funções. A comissão de remunerações deve assegurar que os serviços são prestados com independência e que os respetivos prestadores não serão contratados para a prestação de quaisquer outros serviços à própria sociedade ou a outras que com ela se encontrem em relação de domínio ou de grupo sem autorização expressa da comissão.	Adotada.	Ponto 67, Parte I, Capítulo 7.
<b>V.3. Remuneração dos Administradores</b>		
V.3.1. Tendo em vista o alinhamento de interesses entre a sociedade e os administradores executivos, uma parte da remuneração destes deve ter natureza variável que reflita o desempenho sustentado da sociedade e não estimule a assunção de riscos excessivos.	Adotada.	Pontos 69 a 71, Parte I, Capítulo 7.
V.3.2. Uma parte significativa da componente variável deve ser parcialmente diferida no tempo, por um período não inferior a três anos, associando-a à confirmação da sustentabilidade do desempenho, nos termos definidos em regulamento interno da sociedade.	Adotada.	Ponto 72, Parte I, Capítulo 7.
V.3.3. Quando a remuneração variável compreender opções ou outros instrumentos direta ou indiretamente dependentes do valor das ações, o início do período de exercício deve ser diferido por um prazo não inferior a três anos.	<p>Não aplicável.</p> <p>Atualmente, a remuneração variável não inclui a atribuição de opções ou de outros instrumentos que sejam direta ou indiretamente dependentes do valor das ações, embora a Comissão de Remunerações tenha manifestado a intenção de estabelecer esse tipo de mecanismo de remuneração na política de remuneração da Sociedade para 2018.</p>	
V.3.4. A remuneração dos administradores não executivos não deve incluir nenhuma componente cujo valor dependa do desempenho da sociedade ou do seu valor.	Adotada.	Ponto 69, Parte I, Capítulo 7.
V.3.5. A sociedade deve estar dotada dos instrumentos jurídicos adequados para que a cessação de funções antes do termo do mandato não origine, direta ou indiretamente, o pagamento ao administrador de quaisquer montantes além dos previstos na lei, devendo explicitar os instrumentos jurídicos adotados no relatório de governo da sociedade.	Adotada.	Ponto 83, Parte I, Capítulo 7.
<b>V.4. Nomeações</b>		
V.4.1. A sociedade deve, nos termos que considere adequados, mas de forma suscetível de demonstração, promover que as propostas para eleição dos membros dos órgãos sociais sejam acompanhadas de fundamentação a respeito da adequação do perfil, conhecimentos e currículo à função a desempenhar por cada candidato.	<p>Não aplicável.</p> <p>Esta recomendação não é aplicável em 2018 dado não ter havido eleições de órgãos sociais na Sociedade.</p>	

Recomendação IPCG	Comply or explain	Remissão para o presente relatório
V.4.2. A não ser que a dimensão da sociedade o não justifique, a função de acompanhamento e apoio às designações de quadros dirigentes deve ser atribuída a uma comissão de nomeações.	<p>Não aplicável.</p> <p>Relativamente à nomeação de quadros dirigentes, nos termos do artigo 248.º, n.º 3, alínea b), do CVM, as únicas pessoas que são classificadas como dirigentes da Galp são os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal (e que são, portanto, avaliados pela Comissão de Remunerações).</p>	
V.4.3. Esta comissão inclui uma maioria de membros não executivos independentes.	<p>Não adotada.</p> <p>A nomeação de administradores é uma responsabilidade atribuída pela lei societária portuguesa aos acionistas. A fim de evitar quaisquer conflitos de interesses ou problemas de agência, o Conselho de Administração não designou nenhuma comissão para tratar de questões relacionadas com a nomeação dos seus membros ou de membros de outros órgãos sociais da Sociedade (como os membros do Conselho Fiscal).</p>	
V.4.4. A comissão de nomeações deve disponibilizar os seus termos de referência e deve induzir, na medida das suas competências, processos de seleção transparentes que incluam mecanismos efetivos de identificação de potenciais candidatos, e que sejam escolhidos para proposta os que apresentem maior mérito, melhor se adequem às exigências da função e promovam, dentro da organização, uma diversidade adequada incluindo de género.	<p>Não adotada.</p> <p>A nomeação de administradores é uma responsabilidade atribuída pela lei societária portuguesa aos acionistas. A fim de evitar quaisquer conflitos de interesses ou notificações de risco, o Conselho de Administração não designou nenhuma comissão para tratar de questões relacionadas com a nomeação dos seus membros ou de membros de outros órgãos sociais da Sociedade (como os membros do Conselho Fiscal).</p>	
<b>Capítulo VI - Gestão de risco</b>		
VI.1. O órgão de Administração deve debater e aprovar o plano estratégico e a política de risco da sociedade, que inclua a definição de níveis de risco considerados aceitáveis.	Adotada.	Pontos 50, 51 e 54, Parte I, Capítulo 7.
VI.2. Tendo por base a sua política de risco, a sociedade deve instituir um sistema de gestão de riscos, identificando (i) os principais riscos a que se encontra sujeita no desenvolvimento da sua atividade, (ii) a probabilidade de ocorrência dos mesmos e o respetivo impacto, (iii) os instrumentos e medidas a adotar tendo em vista a respetiva mitigação, (iv) os procedimentos de monitorização, visando o seu acompanhamento e (v) o procedimento de fiscalização, avaliação periódica e de ajustamento do sistema.	Adotada.	Pontos 50, 51, 52, 54 e 55, Parte I, Capítulo 7.
VI.3. A sociedade deve avaliar anualmente o grau de cumprimento interno e o desempenho do sistema de gestão de riscos, bem como a perspetiva de alteração do quadro de risco anteriormente definido.	Adotada.	Pontos 50, 51 e 54, Parte I, Capítulo 7.

Recomendação IPCG	Comply or explain	Remissão para o presente relatório
<b>Capítulo VII · Informação financeira</b>		
<b>VII.1. Informação financeira</b>		
VII.1.1. O regulamento interno do órgão de fiscalização deve impor que este fiscalize a adequação do processo de preparação e de divulgação de informação financeira pelo órgão de administração, incluindo a adequação das políticas contabilísticas, das estimativas, dos julgamentos, das divulgações relevantes e sua aplicação consistente entre exercícios, de forma devidamente documentada e comunicada.	Adotada.	Pontos 38 e 55, Parte I, Capítulo 7.
<b>VII.2. Revisão legal de contas e fiscalização</b>		
VII.2.1. Através de regulamento interno, o órgão de fiscalização deve definir:	Adotada.	Ponto 37, Parte I, Capítulo 7.
<ul style="list-style-type: none"> <li>i. os critérios e o processo de seleção do revisor oficial de contas;</li> <li>ii. a metodologia de comunicação da sociedade com o revisor oficial de contas;</li> <li>iii. os procedimentos de fiscalização destinados a assegurar a independência do revisor oficial de contas;</li> <li>iv. os serviços distintos de auditoria que não podem ser prestados pelo revisor oficial de contas.</li> </ul>		
VII.2.2. O órgão de fiscalização deve ser o principal interlocutor do revisor oficial de contas na sociedade e o primeiro destinatário dos respetivos relatórios, competindo-lhe, designadamente, propor a respetiva remuneração e zelar para que sejam asseguradas, dentro da empresa, as condições adequadas à prestação dos serviços.	Adotada.	Ponto 45, Parte I, Capítulo 7.
VII.2.3. O órgão de fiscalização deve avaliar anualmente o trabalho realizado pelo revisor oficial de contas, a sua independência e adequação para o exercício das funções e propor ao órgão competente a sua destituição ou a resolução do contrato de prestação dos seus serviços sempre que se verifique justa causa para o efeito.	Adotada.	Ponto 45, Parte I, Capítulo 7.
VII.2.4. O revisor oficial de contas deve, no âmbito das suas competências, verificar a aplicação das políticas e sistemas de remunerações dos órgãos sociais, a eficácia e o funcionamento dos mecanismos de controlo interno e reportar quaisquer deficiências ao órgão de fiscalização.	Adotada.	Ponto 45, Parte I, Capítulo 7.
VII.2.5. O revisor oficial de contas deve colaborar com o órgão de fiscalização, prestando-lhe imediatamente informação sobre quaisquer irregularidades relevantes para o desempenho das funções do órgão de fiscalização que tenha detetado, bem como quaisquer dificuldades com que se tenha deparado no exercício das suas funções.	Adotada.	Ponto 45, Parte I, Capítulo 7.

8.

## Proposta de aplicação de resultados



A Galp Energia, SGPS, S.A. encerrou o exercício de 2018 com um resultado líquido positivo de €484.310.309,97, apurado em base individual, em conformidade com as Normas Internacionais do Relato Financeiro (IFRS).

O Conselho de Administração propõe, nos termos legais, que o resultado líquido do exercício de 2018 de €484.310.309,97 seja distribuído aos acionistas. O Conselho de Administração propõe ainda, ao abrigo do artigo 31.º do Código das Sociedades Comerciais, a distribuição aos acionistas do montante de €40.190.716,67, proveniente de resultados acumulados.

O montante de distribuições aos acionistas relativo ao exercício de 2018 será de €296.457.102,01, correspondente a €0,3575/ação, que adicionado aos €228.043.924,63, correspondente a €0,275/ação, pagos a título de adiantamento sobre lucros em setembro de 2018, totaliza um montante a distribuir aos acionistas de €524.501.026,64, correspondente a €0,6325/ação.

Propõe-se ainda que seja distribuído aos colaboradores do grupo Galp e administradores executivos da Galp Energia, SGPS, S.A., a título de participação nos resultados de 2018, um valor máximo de €25.647.419,32, montante este já reconhecido e expresso nas demonstrações financeiras consolidadas da Galp Energia, SGPS, S.A. e nas individuais de cada uma das suas participadas, tendo os respetivos resultados líquidos de 2018 sido apurados já considerando aquele valor. Deste montante, €3.349.059,40 foram pagos no ano de 2018 a título de adiantamento de participação de lucros de 2018.

A repartição deste montante entre os colaboradores do grupo Galp deverá ser determinada pela Comissão Executiva da Galp Energia, SGPS, S.A., nos termos das normas internas aplicáveis, e entre os administradores executivos da Galp deverá ser determinada pela Comissão de Remunerações, nos termos legais aplicáveis.

Lisboa, 12 de março de 2019.

## O Conselho de Administração

### Presidente

Paula Amorim

### Vice-presidentes

Miguel Athayde Marques

Carlos Gomes da Silva

### Vogais

Filipe Crisóstomo Silva

Thore E. Kristiansen

Sérgio Gabrielli de Azevedo

Abdul Magid Osman

Marta Amorim

Raquel Vunge

Carlos Costa Pina

Francisco Teixeira Rêgo

Jorge Seabra de Freitas

José Carlos Silva

Pedro Ricardo

Tiago Câmara Pestana

Rui Paulo Gonçalves

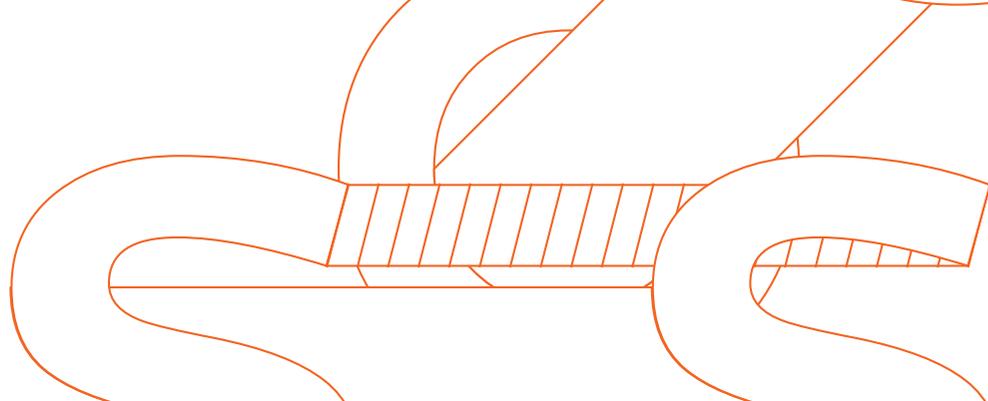
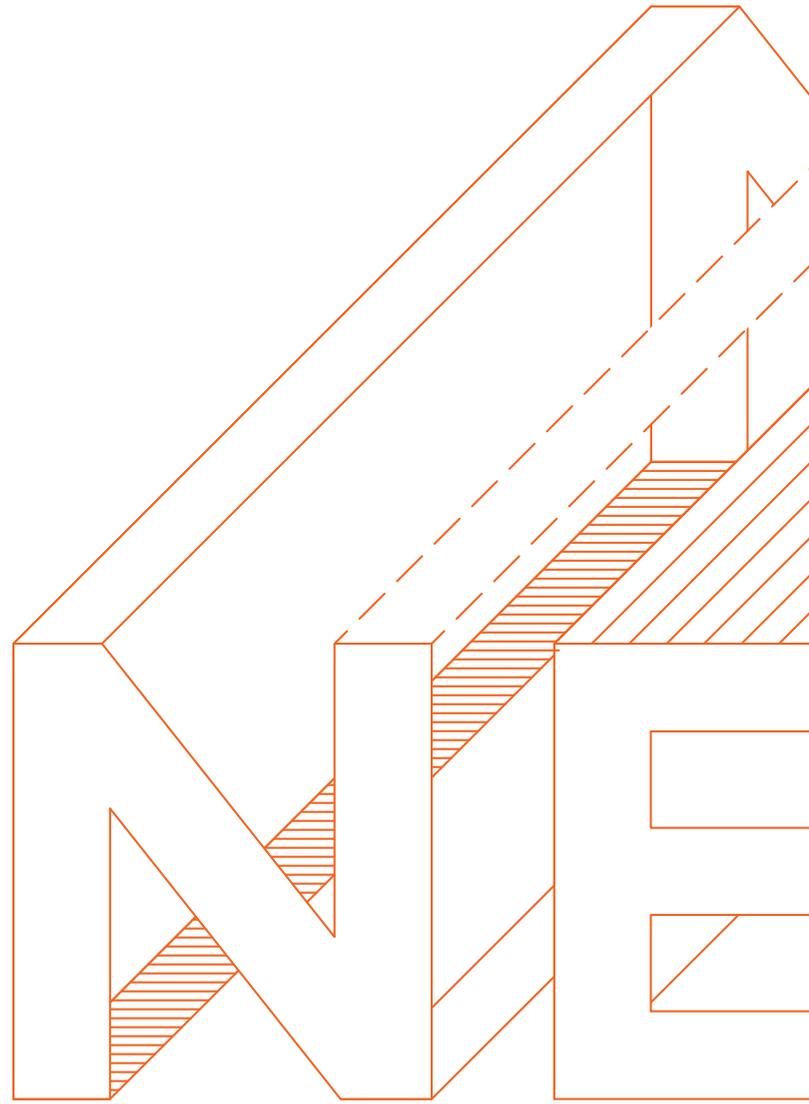
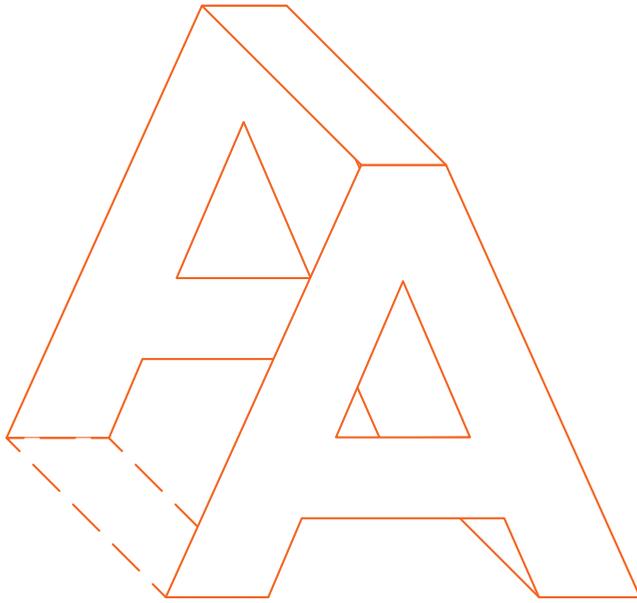
Luís Todo Bom

Diogo Tavares

Joaquim Borges Gouveia

9.

# Anexos



## 9.1.

### Contas consolidadas

#### Índice

##### 9.1.a

#### **Demonstrações financeiras consolidadas e anexo às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2018** ..... 178

##### **Demonstração da posição financeira consolidada** ..... 178

##### **Demonstração dos resultados e do rendimento integral consolidados** ..... 179

##### **Demonstração consolidada das alterações no capital próprio** ..... 180

##### **Demonstração consolidada dos fluxos de caixa** ..... 182

##### **Notas às demonstrações financeiras consolidadas a 31 de dezembro de 2018** ..... 183

1. Bases de apresentação ..... 183

2. Políticas contabilísticas relevantes, julgamentos e estimativas ..... 183

3. Impacto resultante da aplicação de novas normas ou alterações às normas IFRS ..... 184

3.1. Alterações voluntárias às políticas contabilísticas em 2018 ..... 184

3.2. Adoção de novas normas ou alterações às normas IFRS em 2018 ..... 185

3.3. Impacto das alterações nas políticas contabilísticas .. 186

3.4. Novas normas ou alterações às normas a adotar em 2019 ..... 189

4. Informação por segmentos ..... 189

5. Ativos tangíveis ..... 192

6. Ativos intangíveis ..... 197

7. *Goodwill* ..... 198

8. Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos ..... 199

9. Inventários ..... 201

10. Clientes e outras contas a receber ..... 201

11. Outros ativos financeiros ..... 203

12. Caixa e equivalentes de caixa ..... 204

13. Dívida financeira ..... 204

14. Fornecedores e Outras contas a pagar ..... 206

15. Imposto sobre o rendimento e contribuição extraordinária sobre o sector energético ..... 206

16. Benefícios pós emprego e outros benefícios ..... 209

17. Provisões e ativos e passivos contingentes ..... 212

18. Instrumentos financeiros derivados ..... 214

19. Ativos e passivos financeiros ..... 217

20. Gestão de riscos financeiros ..... 218

21. Estrutura de capital e itens financeiros ..... 220

22. Interesses que não controlam ..... 221

23. Proveitos operacionais ..... 222

24. Custos operacionais ..... 223

25. Custos com pessoal ..... 223

26. Proveitos e custos financeiros ..... 224

27. Compromissos ..... 224

28. Transações com partes relacionadas ..... 226

29. Empresas do grupo Galp ..... 226

30. Eventos subsequentes ..... 230

31. Aprovação das demonstrações financeiras ..... 231

##### 9.1.b

#### **Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria** ..... 232

##### 9.1.c

#### **Declaração de conformidade dos membros do Conselho de Administração** ..... 241

## 9.1.a

## Demonstrações financeiras consolidadas e anexo às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2018

### Demonstração da posição financeira consolidada Galp Energia, SGPS, S.A.

Demonstração da posição financeira consolidada em 31 de dezembro de 2018 e em 31 de dezembro de 2017  
(Montantes expressos em milhões de Euros - €m)

Ativo	Notas	Dezembro 2018	Dezembro 2017 (reexpresso)
<b>Ativo não corrente:</b>			
Ativos tangíveis	5	5.333	5.193
Goodwill	7	85	84
Ativos intangíveis	6	547	407
Participações financeiras em associadas e empreendimentos conjuntos	8	1.295	1.483
Ativos por impostos diferidos	15	369	350
Outras contas a receber	10	298	254
Outros ativos financeiros	11	33	35
<b>Total de ativos não correntes:</b>		<b>7.960</b>	<b>7.806</b>
<b>Ativo corrente:</b>			
Inventários	9	1.171	970
Outros investimentos financeiros	11	200	66
Clientes	10	1.032	1.018
Outras contas a receber	10	640	535
Empréstimos à Sinopec	10	176	459
Caixa e seus equivalentes	12	1.508	1.197
<b>Total dos ativos correntes:</b>		<b>4.726</b>	<b>4.245</b>
<b>Total do ativo:</b>		<b>12.687</b>	<b>12.051</b>
<b>Capital próprio e passivo</b>			
<b>Capital próprio:</b>			
Capital social e prémio de emissão	21	911	911
Reservas		1.843	2.541
Resultados acumulados		1.832	892
<b>Total do capital próprio atribuível aos acionistas:</b>		<b>4.587</b>	<b>4.344</b>
Interesses que não controlam	22	1.460	1.435
<b>Total do capital próprio:</b>		<b>6.047</b>	<b>5.779</b>
<b>Passivo</b>			
<b>Passivo não corrente:</b>			
Dívida financeira	13	2.686	2.532
Outras contas a pagar	14	126	286
Responsabilidades com benefícios de reforma e outros benefícios	16	304	326
Passivos por impostos diferidos	15	196	76
Outros instrumentos financeiros	18	37	3
Provisões	17	658	619
<b>Total do passivo não corrente:</b>		<b>4.006</b>	<b>3.842</b>
<b>Passivo corrente:</b>			
Dívida financeira	13	559	551
Fornecedores	14	933	889
Outras contas a pagar	14	958	854
Outros instrumentos financeiros	18	102	21
Imposto corrente sobre o rendimento a pagar	15	82	115
<b>Total do passivo corrente:</b>		<b>2.634</b>	<b>2.430</b>
<b>Total do passivo:</b>		<b>6.640</b>	<b>6.272</b>
<b>Total do capital próprio e do passivo:</b>		<b>12.687</b>	<b>12.051</b>

As notas anexas fazem parte da demonstração da posição financeira consolidada e devem ser lidas em conjunto.

## Demonstração dos resultados e do rendimento integral consolidados Galp Energia, SGPS, S.A.

### Demonstração dos resultados e do rendimento integral consolidados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e em 31 de dezembro de 2017

(Montantes expressos em milhões de Euros - €m)

	Notas	Dezembro 2018	Dezembro 2017 (reexpresso)
<b>Proveitos operacionais:</b>			
Vendas	23	16.535	14.574
Prestação de serviços	23	647	628
Outros proveitos operacionais	23	141	105
<b>Total de proveitos operacionais:</b>		<b>17.322</b>	<b>15.307</b>
<b>Custos operacionais:</b>			
Custo das vendas	24	12.763	11.379
Fornecimentos e serviços externos	24	1.780	1.617
Custos com o pessoal	24, 25	321	320
Amortizações, depreciações e perdas por imparidades em ativos fixos	5, 6 e 24	691	762
Provisões	24	(9)	22
Perdas por imparidade em contas a receber	24	14	15
Outros custos operacionais	24	134	78
<b>Total de gastos operacionais:</b>		<b>15.693</b>	<b>14.193</b>
<b>Resultados operacionais:</b>		<b>1.629</b>	<b>1.114</b>
Custos financeiros líquidos	26	(12)	(14)
Ganhos/(perdas) cambiais		(31)	(18)
Resultados relativos a participações financeiras	8	129	163
Rendimento de instrumentos financeiros	18	(28)	-
<b>Resultado antes de impostos:</b>		<b>1.689</b>	<b>1.245</b>
Imposto sobre o rendimento	15	(736)	(496)
Contribuição extraordinária sobre o sector energético	15	(60)	(64)
<b>Resultado líquido consolidado do período</b>		<b>892</b>	<b>685</b>
<b>Resultado líquido atribuível a:</b>			
<b>Acionistas da Galp Energia, SGPS, S.A.</b>		<b>741</b>	<b>597</b>
<b>Interesses que não controlam</b>	22	151	88
<b>Resultado básico e diluído por ação (valor em Euros)</b>		<b>0,89</b>	<b>0,72</b>
<b>Resultado líquido consolidado do período</b>		<b>892</b>	<b>685</b>
<b>Itens que no futuro não serão reciclados por resultados do período</b>			
Ganhos e perdas atuariais - fundo pensões	16	22	31
Imposto relacionado aos ganhos e perdas atuariais	15	(3)	(3)
<b>Itens que no futuro poderão ser reciclados por resultados do período</b>			
Diferenças de conversão cambial		(104)	(775)
Reservas de cobertura	18	3	1
Imposto relacionado às diferenças cambiais e reservas de cobertura		45	20
<b>Total do rendimento integral do período, atribuível a:</b>		<b>854</b>	<b>(41)</b>
<b>Acionistas da Galp Energia, SGPS, S.A.</b>		<b>726</b>	<b>72</b>
<b>Interesses que não controlam</b>		<b>128</b>	<b>(113)</b>

As notas anexas fazem parte da demonstração dos resultados e do rendimento integral consolidados e devem ser lidas em conjunto.

## Demonstração consolidada das alterações no capital próprio Galp Energia, SGPS, S.A.

### Demonstração consolidada das alterações no capital próprio para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017

(Montantes expressos em milhões de Euros - €m)

	Notas	Capital social e Prémios de emissão	
		Capital social	Prémios de emissão
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2016</b>		829	82
Alteração de política contabilística (adoção do SEM)	3	-	-
<b>Saldo em 1 de janeiro de 2017</b>		829	82
Resultado líquido consolidado do exercício		-	-
Alteração de política contabilística (adoção do SEM) - Impacto em resultado do exercício	3	-	-
Outros ganhos e perdas reconhecidos nos capitais próprios		-	-
Alteração de política contabilística (adoção do SEM) - Impacto em Capitais Próprios - CTA's		-	-
<b>Rendimento integral do exercício</b>		-	-
Distribuição de dividendos/Dividendos antecipados		-	-
Incremento/diminuição de capital em empreendimentos conjuntos		-	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2017 - (reexpresso)</b>		829	82
Alteração de política contabilística (adoção das IFRS 9 e 15)	3	-	-
<b>Saldo em 1 de janeiro de 2018</b>		829	82
Resultado líquido consolidado do exercício		-	-
Outros ganhos e perdas reconhecidos nos capitais próprios		-	-
<b>Rendimento integral do exercício</b>		-	-
Distribuição de dividendos/Dividendos antecipados	21 e 22	-	-
Incremento/diminuição de capital em empreendimentos conjuntos		-	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2018</b>		829	82

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração consolidada das alterações no capital próprio e devem ser lidas em conjunto.

			Reservas				
Reservas de conversão cambial	Reservas de cobertura	Outras reservas	Resultados acumulados	Sub-total	Interesses que não controlam	Total	
404	3	2.688	974	4.980	1.563	6.543	
-	-	-	(294)	(294)	(26)	(320)	
404	3	2.688	680	4.686	1.537	6.223	
-	-	-	614	614	93	707	
-	-	-	(17)	(17)	(5)	(22)	
(590)	1	-	28	(561)	(206)	(767)	
35	-	-	1	36	5	41	
(555)	1	-	626	72	(113)	(41)	
-	-	-	(413)	(413)	(86)	(499)	
-	-	-	(1)	(1)	97	96	
(151)	4	2.688	892	4.344	1.435	5.779	
-	-	-	(3)	(3)	-	(3)	
(151)	4	2.688	889	4.341	1.435	5.776	
-	-	-	741	741	151	892	
(35)	2	-	18	(15)	(23)	(38)	
(35)	2	-	759	726	128	854	
-	-	-	(480)	(480)	(41)	(521)	
-	-	(664)	664	-	(61)	(61)	
(186)	6	2.024	1.832	4.587	1.460	6.047	

## Demonstração consolidada dos fluxos de caixa Galp Energia, SGPS, S.A.

### Demonstração consolidada dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro 2017

(Montantes expressos em milhões de Euros - €m)

	Notas	Dezembro 2018	Dezembro 2017 (reexpresso)
<b>Atividades operacionais:</b>			
Recebimentos de clientes		19.450	17.646
(Pagamentos) a fornecedores		(12.301)	(11.046)
(Pagamento) de imposto sobre produtos petrolíferos (ISP)		(2.706)	(2.825)
(Pagamento) de imposto sobre o consumo (IVA)		(1.720)	(1.499)
(Pagamento) de royalties, taxas, PIS e Cofins, e outros		(181)	(111)
<b>Margem bruta operacional</b>		<b>2.542</b>	<b>2.166</b>
(Pagamento) de remunerações, contribuições para o fundo de pensões e outros benefícios		(184)	(198)
(Pagamentos) de retenções efetuadas a terceiros		(76)	(77)
Contribuições para a segurança social (TSU)		(68)	(69)
<b>Pagamentos relacionados com pessoal</b>		<b>(327)</b>	<b>(344)</b>
Outros (pagamentos) líquidos relativos à atividade operacional		(125)	(109)
(Pagamento)/recebimento de imposto sobre o rendimento (IRC, IRP e participação especial)	15	(613)	(373)
<b>Fluxos das Operações (1)</b>		<b>1.476</b>	<b>1.340</b>
<b>Atividades de investimento:</b>			
(Pagamentos) por aquisições de ativos tangíveis e intangíveis	12	(1.110)	(732)
Recebimentos de investimentos financeiros	12	332	69
(Pagamentos) de investimentos financeiros		(90)	(254)
Recebimentos de empréstimos concedidos		71	116
(Pagamentos) de empréstimos concedidos		(74)	(36)
Recebimento de juros e proveitos similares		30	15
Recebimento de dividendos	8	118	134
<b>Fluxos das atividades de investimento (2)</b>		<b>(724)</b>	<b>(688)</b>
<b>Atividades de financiamento:</b>			
Recebimento de empréstimos obtidos	13	1.500	1.728
(Pagamento) de empréstimos obtidos	13	(1.244)	(1.535)
(Pagamento) de juros e custos similares		(93)	(117)
Realizações/(Reduções) de capital e de outros instrumentos de capital próprio		21	68
Dividendos pagos	12	(512)	(491)
Outras operações de financiamento			1
<b>Fluxos das atividades de financiamento (3)</b>		<b>(328)</b>	<b>(345)</b>
Varição líquida de caixa e seus equivalentes (4) = (1) + (2) + (3)		425	308
Efeito da alteração da taxa de câmbio em caixa e seus equivalentes		(19)	(135)
Varição de caixa por variações no perímetro de consolidação		2	-
Caixa e seus equivalentes no início do período	12	1.096	923
<b>Caixa e seus equivalentes no fim do exercício</b>	<b>12</b>	<b>1.504</b>	<b>1.096</b>

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração consolidada dos fluxos de caixa e devem ser lidas em conjunto.

## Notas às demonstrações financeiras consolidadas a 31 de dezembro de 2018

A Galp Energia, SGPS, S.A. (adiante designada por Galp ou Empresa), tem a sua sede na Rua Tomás da Fonseca em Lisboa, Portugal e tem como objeto social a gestão de participações sociais de outras sociedades.

A Empresa encontra-se cotada em bolsa, na Euronext Lisbon.

### 1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras consolidadas da Galp Energia, SGPS, S.A. e das suas subsidiárias (coletivamente referidas no presente documento como Galp ou grupo Galp) foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (International Financial Reporting Standards - IFRS) emitidas pelo International Accounting Standard Board (IASB) e sujeitas a endosso pela União Europeia.

As demonstrações financeiras consolidadas do grupo Galp foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e tomando por base o custo histórico, exceto para os instrumentos financeiros derivados, ativos financeiros ao justo valor por resultado integral e ativos financeiros ao justo valor por resultados.

As principais políticas contabilísticas descritas abaixo foram aplicadas de forma consistente na preparação das demonstrações financeiras consolidadas dos exercícios apresentados. Determinados montantes relativos ao período comparativo foram reexpressos de forma a seguirem o racional de negócio e de preparação das demonstrações financeiras do exercício presente, de acordo com as normas IFRS aplicáveis para períodos com início em ou após 1 de janeiro de 2018 (para mais detalhe, consultar Nota 3).

As demonstrações financeiras consolidadas são apresentadas em Euros e todos os valores são arredondados para o milhão de Euros mais próximo, exceto quando indicado em contrário. Deste modo, os subtotais e totais das tabelas apresentadas nestas demonstrações financeiras consolidadas e notas explicativas podem não ser iguais à soma dos valores apresentados, devido a arredondamentos.

## 2. Políticas contabilísticas relevantes, julgamentos e estimativas

### Políticas contabilísticas

As políticas contabilísticas adotadas encontram-se, conforme o seu conteúdo, descritas na nota respetiva do anexo. As políticas contabilísticas comuns ou genéricas encontram-se apresentadas nesta nota.

### Aplicação da materialidade

As demonstrações financeiras consolidadas são o resultado da agregação de um grande número de transações por natureza ou função. Quando agregadas, as transações são apresentadas em classes de itens semelhantes. Se um item não for material individualmente, ele será agregado a outros itens de natureza semelhante nas demonstrações financeiras consolidadas ou nas notas explicativas. Existem requisitos exaustivos de divulgação nos IFRS. A Administração inclui as divulgações específicas exigidas pelos IFRS, a menos que as informações sejam consideradas irrelevantes para a tomada de decisão económica dos utilizadores das presentes demonstrações financeiras ou caso as mesmas não sejam aplicáveis.

### Princípios de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da empresa-mãe Galp Energia, SGPS, S.A. e entidades sob o seu controlo. O controlo existe quando a Galp detém poder efetivo sobre uma entidade e está exposta a retornos variáveis decorrentes do seu envolvimento com a entidade. Sempre que necessário, são efetuados ajustamentos às demonstrações financeiras das subsidiárias para adequar as suas políticas contabilísticas às usadas pelo Grupo. As transações, os saldos, proveitos e custos entre empresas do Grupo são eliminados no processo de consolidação. Os resultados das filiais adquiridas ou vendidas durante o exercício estão incluídos na demonstração dos resultados consolidados, desde a data da sua aquisição ou data de exercício do controlo até à data da sua venda. Os interesses que não controlam representam a percentagem de capital das subsidiárias que não é atribuível, direta ou indiretamente, aos acionistas da Galp.

## Conversão de moeda estrangeira

### Moeda funcional

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de entidades do grupo Galp são mensurados usando a moeda do ambiente económico principal em que a subsidiária opera (moeda funcional). A moeda funcional da empresa-mãe é o Euro.

### Conversão de transações e saldos

As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas em vigor na data da transação. As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transações e as vigentes na data das cobranças, dos pagamentos ou à data da demonstração da posição financeira, no caso dos ativos e passivos monetários, são registadas na demonstração dos resultados.

As diferenças de conversão relativas a valores não monetários são registadas diretamente em capital próprio.

### Conversão de Empresas do Grupo

Na consolidação, os ativos e passivos das demonstrações financeiras de entidades estrangeiras são convertidos para Euros utilizando as taxas de câmbio vigentes à data das demonstrações financeiras e os custos, proveitos, rendimento integral e os fluxos de caixa dessas demonstrações financeiras são convertidos para Euros utilizando-se a taxa de câmbio média verificada no exercício. A diferença cambial resultante é registada no capital próprio na rubrica Reservas de conversão cambial.

As seguintes variações cambiais são reconhecidas em capital próprio:

- A conversão da demonstração do resultado integral das subsidiárias estrangeiras é efetuada tendo em conta a média histórica das taxas de câmbio do final do exercício;
- Empréstimos concedidos por acionistas a subsidiárias em moedas distintas da moeda funcional da entidade-mãe que não possuam prazo de pagamento estipulado são tratados como extensão líquida ao investimento nestas subsidiárias estrangeiras. Nesta conformidade, as diferenças cambiais resultantes desses empréstimos que não foram eliminadas na consolidação são reclassificadas do resultado para o capital próprio atribuível aos acionistas, para a rubrica de reservas de conversão cambial.

## Principais estimativas contabilísticas e julgamentos

A preparação de demonstrações financeiras de acordo com princípios contabilísticos geralmente aceites requer que se realizem estimativas que afetam os montantes dos ativos e passivos registados, a apresentação de ativos e passivos contingentes no final de cada exercício, bem como os proveitos e custos reconhecidos no decurso de cada exercício. Os resultados atuais poderiam ser diferentes dependendo das estimativas atualmente realizadas.

Os julgamentos e estimativas contabilísticas que possam ter um impacto significativo nos resultados do Grupo são descritos no anexo às demonstrações financeiras, juntamente com as políticas contabilísticas significativas. Os princípios contabilísticos e as áreas que requerem um maior nível de julgamento e estimativas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas são: (i) contabilização de participações noutras entidades (Nota 8 e 29); (ii) contabilização das atividades de petróleo e gás natural, incluindo a estimativa de reservas (Nota 5); (iii) recuperabilidade do valor contabilístico dos ativos (Nota 5, 6 e 7); (iv) provisões e contingências (Nota 17); (v) pensões e outros benefícios pós-emprego (Nota 16); e (vi) impostos (Nota 15). Quando uma estimativa apresenta um risco significativo de resultar em ajustes relevantes nos valores contabilísticos de ativos e passivos no próximo exercício financeiro, isso é especificamente declarado na respetiva nota.

## 3. Impacto resultante da aplicação de novas normas ou alterações às normas IFRS

### 3.1. Alterações voluntárias às políticas contabilísticas em 2018

#### Alteração de política contabilística para o E&P com a adoção do 'Successful Efforts Method' (SEM) a partir de 1 de janeiro de 2018

Conforme mencionado nas demonstrações financeiras consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a Galp alterou a 1 de janeiro de 2018 a sua política contabilística quanto ao reconhecimento de despesas com pesquisa na atividade de Exploração & Produção.

De acordo com a política contabilística seguida pela Galp desde 1999 até ao ano anterior, as despesas de pesquisa eram capitalizadas como ativo tangível, conforme permitido pela norma IFRS 6, sendo posteriormente depreciadas durante o período de produção caso ocorressem descobertas de reservas comercialmente viáveis.

A Galp considera que a nova política contabilística que adotou em 1 de janeiro de 2018 é mais fiável, comporta uma abordagem mais prudente, bem como proporciona uma melhor comparabilidade com as restantes empresas, uma vez que é adotada por quase todas as grandes IOC's (*International Oil Company*).

Assim, a Galp passa a reconhecer, como custo de exploração, todos os dispêndios incorridos na fase de exploração (i.e. custos de exploração e avaliação) relacionados com pesquisa, ou seja dispêndios relacionados com estudos de geologia e geofísica (G&G) e gastos gerais e administrativos (G&A). Os restantes dispêndios na fase de exploração, nomeadamente poços exploratórios, são capitalizados em ativos em curso, sendo sujeitos a testes de imparidades periódicos. Poços secos são reconhecidos como custo do exercício. No início da produção, os custos capitalizados são depreciados com base na atual política de depreciação.

Em adição aos custos relacionados com a fase de exploração mencionados acima, os gastos relacionados com gastos gerais e administrativos (G&A) que transitaram, em conformidade com a política contabilística anterior, da fase de exploração para a fase de desenvolvimento, foram ajustados em capital próprio com a aplicação desta política contabilística.

Tratando-se de uma alteração de política contabilística voluntária, a aplicação da alteração da política foi aplicada retrospectivamente, tendo a informação comparativa sido reexpressa (ver Nota 3.3).

### 3.2. Adoção de novas normas ou alterações às normas IFRS em 2018

#### Alteração de política contabilística com a aplicação da norma IFRS 9 – “Instrumentos Financeiros”

A Galp adotou a partir de 1 de janeiro de 2018 a nova norma IFRS 9, que substitui a anterior IAS 39. A aplicação da IFRS 9 não alterou a forma de mensuração dos saldos dos instrumentos financeiros mantidos pela Galp, bem como as coberturas de justo valor (*fair value hedge*) e cobertura de fluxos de caixa (*cash flow hedge*).

Foi introduzida uma nova metodologia de cálculo e reporte de perdas por imparidade com Clientes e outras contas a receber, alterando-se o método de estimativa de perdas das operações para um modelo de perdas esperadas onde é considerada a avaliação de risco de crédito desde o reconhecimento inicial.

De acordo com a IFRS 9, a Galp aplicou o modelo de transição retrospectivo modificado permitido por este normativo, registando o efeito cumulativo da aplicação inicial como ajustamento à posição financeira de abertura nos resultados acumulados a 1 de janeiro de 2018.

As anteriores categorias financeiras da IAS 39, como “Ativos financeiros disponíveis para venda” são reclassificadas para as categorias da IFRS 9 “Ativos financeiros por resultado integral” e a categoria “Ativos financeiros por resultados” é reclassificada para a categoria da IFRS 9 “Ativos financeiros por resultados”.

#### Alteração de política contabilística com a aplicação da norma IFRS 15 – “Rédito de Contrato com Clientes”

A Galp aplicou em 1 de janeiro de 2018 a nova Norma IFRS 15, que substitui a IAS 18. A aplicação da IFRS 15 não teve efeitos materialmente relevantes nas empresas do grupo Galp. Contudo, os montantes relativos a *Under* e *Overlifting* na atividade de Exploração & Produção que eram anteriormente reconhecidos como parte integrante do Custo da venda, passam a ficar incluídos nas rubricas de Outros proveitos operacionais e Outros custos operacionais respetivamente. Adicionalmente, alguns acordos reconhecidos em ativos tangíveis foram reclassificados para outras contas a receber, uma vez que a obrigação de desempenho não se encontra ainda satisfeita de acordo com a IFRS 15.

Em conformidade com a possibilidade expressa na IFRS 15, a Galp aplicou o modelo de transição retrospectivo modificado, registando o efeito cumulativo da aplicação inicial reconhecida como ajustamento à posição financeira de abertura em resultados transitados a 1 de janeiro de 2018.

### 3.3. Impacto das alterações nas políticas contabilísticas

Informação reexpressa sobre os montantes comparativos a 31 de dezembro de 2017, em relação a SEM e ajustes na posição financeira inicial de acordo com as IFRS 9 e 15:

<b>Demonstração da posição financeira consolidada</b>						Unid: €m
	Dezembro 2017	SEM	Dezembro 2017 (reexpresso)	IFRS 9	IFRS 15	1 de janeiro de 2018
<b>Ativo não corrente:</b>						
Ativos tangíveis	5.554	(361)	5.193	-	(2)	5.191
Ativos intangíveis	410	(3)	407	-	-	407
Ativos por impostos diferidos	293	57	350	1	-	351
Outras contas a receber	254	-	254	(1)	-	253
Outros ativos não correntes	1.602	-	1.602	-	-	1.602
<b>Total de ativos não correntes:</b>	<b>8.113</b>	<b>(307)</b>	<b>7.806</b>	<b>-</b>	<b>(2)</b>	<b>7.804</b>
<b>Ativo corrente:</b>						
Clientes e outras contas a receber	2.012	-	2.012	(3)	2	2.011
Outros ativos correntes	2.233	-	2.233	-	-	2.233
<b>Total dos ativos correntes:</b>	<b>4.245</b>	<b>-</b>	<b>4.245</b>	<b>(3)</b>	<b>2</b>	<b>4.244</b>
<b>Total do ativo:</b>	<b>12.358</b>	<b>(307)</b>	<b>12.051</b>	<b>(3)</b>	<b>-</b>	<b>12.048</b>
<b>Capital próprio:</b>						
Capital social e prémios de emissão	911	-	911	-	-	911
Reservas	2.506	35	2.541	-	-	2.541
Resultados acumulados	1.202	(310)	892	(3)	-	889
<b>Total do capital próprio atribuível aos acionistas:</b>	<b>4.619</b>	<b>(275)</b>	<b>4.344</b>	<b>(3)</b>	<b>-</b>	<b>4.341</b>
Interesses que não controlam	1.461	(26)	1.435	-	-	1.435
<b>Total do capital próprio:</b>	<b>6.080</b>	<b>(301)</b>	<b>5.779</b>	<b>(3)</b>	<b>-</b>	<b>5.776</b>
<b>Passivo:</b>						
<b>Passivo não corrente:</b>						
Passivos por impostos diferidos	82	(6)	76	-	-	76
Outros passivos não correntes	3.766	-	3.766	-	-	3.766
<b>Total do passivo não corrente:</b>	<b>3.848</b>	<b>(6)</b>	<b>3.842</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>3.842</b>
<b>Passivo corrente:</b>						
<b>Total do passivo corrente:</b>	<b>2.430</b>	<b>-</b>	<b>2.430</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>2.430</b>
<b>Total do passivo:</b>	<b>6.278</b>	<b>(6)</b>	<b>6.272</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>6.272</b>
<b>Total do capital próprio e do passivo:</b>	<b>12.358</b>	<b>(307)</b>	<b>12.051</b>	<b>(3)</b>	<b>-</b>	<b>12.048</b>

Para a reexpressão dos valores comparativos em 1 de janeiro de 2017, consulte as Notas 5, 6 e 15 e a demonstração consolidada das alterações no capital próprio.

## Demonstração dos resultados consolidados

Unid: €m

	Dezembro 2017	SEM	Outras Reclassificações*	Dezembro 2017 (reexpresso)
<b>Total de proveitos operacionais:</b>	<b>15.310</b>	<b>(1)</b>	<b>(2)</b>	<b>15.307</b>
<b>Custos operacionais:</b>				
Fornecimentos e serviços externos	1.550	64	3	1.617
Amortizações, depreciações e perdas por imparidades em ativos fixos	808	(46)	-	762
Outros custos operacionais	11.816	(2)	-	11.814
<b>Total de gastos operacionais:</b>	<b>14.174</b>	<b>16</b>	<b>3</b>	<b>14.193</b>
<b>Resultados operacionais:</b>	<b>1.136</b>	<b>(17)</b>	<b>(5)</b>	<b>1.114</b>
Custos financeiros líquidos	(7)	(12)	5	(14)
Outros resultados financeiros	145	-	-	145
<b>Resultado antes de impostos:</b>	<b>1.274</b>	<b>(29)</b>	<b>-</b>	<b>1.245</b>
Imposto sobre o rendimento	(503)	7	-	(496)
Contribuição extraordinária do sector energético	(64)	-	-	(64)
<b>Resultado líquido consolidado do período</b>	<b>707</b>	<b>(22)</b>	<b>-</b>	<b>685</b>
<b>Resultado líquido atribuível a:</b>				
<b>Acionistas da Galp Energia, SGPS, S.A.</b>	<b>614</b>	<b>(17)</b>	<b>-</b>	<b>597</b>
<b>Interesses que não controlam</b>	<b>93</b>	<b>(5)</b>	<b>-</b>	<b>88</b>
<b>Resultado por ação (valor em Euros)</b>	<b>0,74</b>	<b>(0,02)</b>	<b>-</b>	<b>0,72</b>

\* Para melhor compreensão do negócio, o Grupo decidiu, em 2018, apresentar os descontos concedidos aos clientes na rubrica Vendas, e os encargos bancários relacionados com a atividade operacional, na rubrica Fornecimentos e serviços externos. Ambas foram classificadas como despesas financeiras em 2017. Os valores de 2017 foram reexpressos de acordo com essa mudança.

	Unid: €m		
	Dezembro 2017	SEM	Dezembro 2017 (reexpresso)
<b>Atividades operacionais:</b>			
Pagamentos a fornecedores	(10.986)	(60)	(11.046)
Restantes atividades operacionais	13.212	-	13.212
<b>Margem bruta operacional</b>	<b>2.226</b>	<b>(60)</b>	<b>2.166</b>
<b>Pagamentos relacionados com pessoal</b>	<b>(344)</b>	<b>-</b>	<b>(344)</b>
Outros recebimentos/(pagamentos) relativos à atividade operacional	(109)	-	(109)
<b>Fluxo gerado pelas operações</b>	<b>1.773</b>	<b>(60)</b>	<b>1.713</b>
Pagamento de imposto sobre o rendimento (IRC, IRP e participação especial)	(373)	-	(373)
<b>Fluxos das atividades operacionais (1)</b>	<b>1.400</b>	<b>(60)</b>	<b>1.340</b>
<b>Atividades de investimento:</b>			
Pagamentos por aquisições de ativos tangíveis e intangíveis	(790)	60	(730)
Recebimentos de investimentos financeiros	69	-	69
Pagamentos de investimentos financeiros	(255)	-	(255)
Recebimentos de empréstimos concedidos	116	-	116
Pagamentos de empréstimos concedidos	(36)	-	(36)
Recebimento de juros e proveitos similares	15	-	15
Recebimento de dividendos	134	-	134
<b>Fluxos das atividades de investimento (2)</b>	<b>(747)</b>	<b>60</b>	<b>(687)</b>
<b>Fluxos das atividades de financiamento (3)</b>	<b>(345)</b>	<b>-</b>	<b>(345)</b>
Variação líquida de caixa e seus equivalentes (4) = (1)+(2)+(3)	308	-	308
Efeito da alteração da taxa de câmbio em caixa e seus equivalentes	(135)	-	(135)
Caixa e seus equivalentes no início do período	923	-	923
<b>Caixa e seus equivalentes no fim do período</b>	<b>1.096</b>	<b>-</b>	<b>1.096</b>

### 3.4. Novas normas ou alterações às normas a adotar em 2019

#### IFRS 16 – Locações

A IFRS 16 determina como se deve reconhecer, mensurar, apresentar e divulgar os contratos de locação mantidos por uma entidade. Esta norma prevê um único modelo de contabilização para o locatário, exigindo como regra geral o reconhecimento de um direito de uso e de um passivo de locação, com exceção para algumas situações tais como por exemplo, locações com maturidades inferiores a doze meses ou que sejam de valor imaterial.

O direito de uso do ativo será depreciado ao longo da sua vida útil económica e o passivo financeiro, reconhecido pelo valor presente descontado à taxa de juro incremental da entidade legal ou à taxa de juro efetiva associada ao contrato de locação, vencerá juros, os quais serão reconhecidos na demonstração dos resultados. Para cada locação, a depreciação subsequente do ativo correspondente ao direito de uso e os custos com juros relacionados com o passivo financeiro são reconhecidos na demonstração dos resultados durante o período do contrato. A IFRS 16 vem substituir a IAS 17 – Locações, IFRIC 4 – Determinar se um contrato possui uma locação, SIC 15 – Locações operacionais – Incentivos e SIC 27 – Avaliar a substância de transações envolvendo a forma legal de uma locação e entra em vigor em períodos iniciados em ou após 1 de janeiro de 2019. A Galp irá adotar esta política contabilística a 1 de janeiro de 2019.

A Galp decidiu aplicar a IFRS 16 utilizando uma abordagem retrospectiva simplificada ('Modified retrospective approach') permitida pela norma. Assim, no reconhecimento inicial reconhecerá os direitos de uso de ativos no mesmo montante dos passivos de locação sem a correção financeira de períodos anteriores.

Conforme permitido pela norma, a Galp aplicará o expediente prático disponível no normativo à avaliação anterior de quais contratos são, ou contêm, locação ("grandfathering"), excluindo os contratos fora do âmbito de aplicação da IAS 17 da adoção inicial da IFRS 16.

O Grupo estima que o impacto resultante da adoção da IFRS 16 a 1 de janeiro de 2019 irá incrementar os seus ativos e passivos no montante de €1,2 mil milhões (€0,8 mil milhões resultantes do segmento de exploração e produção e €0,4 mil milhões resultantes do segmento de refinação e distribuição).

Na demonstração consolidada dos fluxos de caixa, os pagamentos de locação operacional são atualmente apresentados nos fluxos de caixa das atividades operacionais. De acordo com a IFRS 16,

os pagamentos de locação serão apresentados nos fluxos de caixa das atividades de financiamento, representando os pagamentos dos passivos financeiros e os juros devidos. Os pagamentos de locação relacionados com ativos de baixo valor, contratos de locação com prazos inferiores a 12 meses e pagamentos variáveis de locação que não estão vinculados a um índice, não estão incluídos no passivo de locação financeira e continuarão a ser apresentados como fluxo de caixa das atividades operacionais.

As taxas de desconto a serem usadas na transição serão as taxas de juro incrementais, conforme apropriado para cada locação, com base em fatores como a entidade legal do locatário, categoria de ativo, prazo de locação e moeda. Presentemente, o intervalo destas taxas de juro incrementais aplicáveis à maioria dos contratos de locação do Grupo varia entre 2% e 9%.

## 4. Informação por segmentos

### Segmentos operacionais

O Grupo está organizado em três segmentos operacionais os quais foram definidos com base no tipo de produtos vendidos e serviços prestados: Exploração & Produção; Refinação & Distribuição e Gas & Power.

O segmento de Exploração & Produção assegura a presença da Galp no sector de *upstream* da indústria de petróleo e gás, que envolve a gestão de todas as atividades relacionadas com a exploração, desenvolvimento e produção de hidrocarbonetos essencialmente, no Brasil, Moçambique e Angola.

O segmento de Refinação & Distribuição possui duas refinarias em Portugal e inclui também todas as atividades relacionadas com a comercialização retalhista e grossista de produtos petrolíferos (incluindo GPL). Este segmento compreende ainda toda a infraestrutura de armazenamento e transporte de produtos petrolíferos em Portugal e Espanha, tanto para exportação e importação como para a comercialização dos seus produtos para os principais centros consumidores. Esta atividade de marketing de retalho usando a marca Galp também inclui alguns países específicos em África.

O segmento de Gas & Power engloba as áreas de aprovisionamento, fornecimento, distribuição e armazenamento de gás natural e a geração de energia elétrica e térmica.

Para além dos três segmentos de negócio, o Grupo classifica como "Outros" a empresa-mãe Galp Energia, SGPS, S.A. e as empresas com atividades diversas, incluindo a Tagus Re, S.A. e a Galp Energia, S.A., resseguradora e prestadora de serviços partilhados ao nível corporativo, respetivamente.

O relato por segmentos é apresentado numa ótica de *replacement cost* (RC ou custo de reposição), que consiste no indicador utilizado pela Administração do Grupo (neste caso a Comissão Executiva) para tomar decisões quanto à alocação de recursos e avaliação de performance. Com base no método do custo de reposição, o custo das vendas apurado com os normativos IAS/IFRS (custo médio ponderado) é substituído pelo preço de referência do crude (p.e. Brent-dated) à data da demonstração da posição financeira, como se o custo das vendas fosse mensurado ao custo de reposição dos inventários vendidos. Foi incluída uma reconciliação entre os resultados apurados de acordo com os IAS/IFRS e os resultados apresentados no relato por segmentos.

A informação financeira relativa aos segmentos anteriormente identificados, em 31 de dezembro de 2018 e 2017, é apresentada como segue:

	Consolidado		Exploração & Produção	
	2018	2017 <sup>a)</sup> / <sup>b)</sup>	2018	2017 <sup>a)</sup>
<b>Resultados</b>				
Vendas e serviços prestados	17.182	15.202	1.687	1.044
Custo de vendas	(12.828)	(11.494)	528	430
<b>EBITDA replacement cost</b>	<b>2.245</b>	<b>1.782</b>	<b>1.440</b>	<b>850</b>
Amortizações e ajustamentos	(691)	(762)	(329)	(383)
Provisões (líquidas)	9	(22)	17	-
<b>EBIT replacement cost</b>	<b>1.564</b>	<b>998</b>	<b>1.128</b>	<b>467</b>
Resultados de investimentos financeiros	129	163	50	34
Outros resultados financeiros	(70)	(32)		
Impostos a RC	(735)	(476)		
Contribuição extraordinária sobre o sector energético	(60)	(64)	-	-
<b>Resultado líquido consolidado a replacement cost, dos quais:</b>	<b>828</b>	<b>589</b>		
Atribuível aos interesses que não controlam	(151)	(88)		
Atribuível aos acionistas da Galp Energia, SGPS, S.A.	676	501		
<b>Outras informações</b>				
<b>Ativos do segmento<sup>(1)</sup></b>				
Investimentos financeiros <sup>(2)</sup>	1.297	1.486	918	1.081
Outros ativos	11.389	10.565	5.871	5.162
	<b>12.687</b>	<b>12.051</b>	<b>6.789</b>	<b>6.244</b>
<b>Investimentos em ativos tangíveis e intangíveis</b>	<b>1.159</b>	<b>824</b>	<b>905</b>	<b>701</b>

<sup>1)</sup> Valor líquido

<sup>2)</sup> Calculado com base no método da equivalência patrimonial

<sup>a)</sup> Reexpresso – SEM (ver Nota 3.3.)

<sup>b)</sup> Reexpresso – Outras reclassificações

As informações detalhadas sobre vendas e serviços prestados, ativos tangíveis e intangíveis e investimentos financeiros para cada região geográfica em que a Galp opera são as seguintes:

	Unid: €m					
	Vendas e serviços prestados		Ativos tangíveis e intangíveis		Investimentos financeiros	
	2018	2017 <sup>(a)</sup>	2018	2017 <sup>(a)</sup>	2018	2017 <sup>(a)</sup>
	17.182	15.202	5.965	5.685	1.297	1.486
África	657	524	1.207	1.050	58	44
América Latina	1.439	886	2.561	2.317	699	1.114
Europa	15.086	13.792	2.197	2.318	541	328

<sup>(a)</sup> Reexpresso

Durante o ano de 2018, os valores de algumas empresas sediadas na Europa foram alocados à região geográfica em que suas atividades são realizadas, e os valores de 2017 foram ajustados em conformidade.

Unid: €m

Refinação & Distribuição		Gas & Power		Outros		Eliminações	
2018	2017 <sup>b)</sup>	2018	2017 <sup>b)</sup>	2018	2017	2018	2017
12.780	11.722	2.885	2.593	142	134	(312)	(292)
(11.308)	(10.150)	(2.161)	(1.876)	-	-	114	101
637	771	137	132	26	30	5	-
(337)	(357)	(21)	(18)	(4)	(4)	-	-
(7)	(22)	-	-	-	-	-	-
293	391	116	114	22	25	5	-
(6)	21	85	108	-	-	-	-
(24)	(27)	(37)	(37)	-	-	-	-
97	100	282	304	-	-	-	-
4.566	4.707	1.086	1.098	2.441	2.383	(2.575)	(2.784)
4.663	4.807	1.367	1.402	2.441	2.383	(2.575)	(2.784)
236	111	8	9	10	4	-	-

As transações comerciais e financeiras entre partes relacionadas são realizadas de acordo com as condições usuais de mercado, de forma semelhante às transações entre partes independentes.

A reconciliação entre o Relato por Segmento e as Demonstrações de Resultados Consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e 2017 é a seguinte:

	Unid: €m	
	Dezembro 2018	Dezembro 2017 <sup>(a)</sup>
<b>Proveitos</b>		
Vendas e serviços prestados	17.182	15.202
Custo das vendas	(12.763)	(11.378)
Ajustamento <i>replacement cost</i>	(65)	(116)
<b>Custo de vendas RC</b>	<b>(12.828)</b>	<b>(11.494)</b>
<b>EBITDA REPLACEMENT COST</b>	<b>2.245</b>	<b>1.782</b>
Ajustamento <i>replacement cost</i>	65	116
<b>EBITDA IFRS <sup>*</sup></b>	<b>2.311</b>	<b>1.898</b>
<b>Despesas não monetárias</b>		
Amortização, depreciação e perdas por imparidade	(691)	(762)
Provisões, líquidas	9	(22)
<b>EBIT REPLACEMENT COST</b>	<b>1.564</b>	<b>998</b>
<b>EBIT IFRS <sup>**</sup></b>	<b>1.629</b>	<b>1.114</b>
Resultado de investimentos financeiros	129	163
Custos financeiros, líquidos	(70)	(32)
Imposto sobre o rendimento	(736)	(496)
Imposto sobre o rendimento (Ajustamento <i>replacement cost</i> )	1	20
Contribuição Extraordinária para o sector energético	(60)	(64)
<b>Resultado líquido do exercício (<i>replacement cost</i>)</b>	<b>828</b>	<b>589</b>
<b>Resultado líquido do exercício</b>	<b>892</b>	<b>685</b>

<sup>\*</sup> Resultado operacional + provisões + amortização, depreciação e perdas por imparidade

<sup>\*\*</sup> O mesmo que o resultado operacional na demonstração consolidada dos resultados

<sup>(a)</sup> Reexpresso

## 5. Ativos tangíveis

### Políticas contabilísticas

#### Reconhecimento

Os ativos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações acumuladas e perdas por imparidade. O custo de aquisição inclui o preço da fatura, as despesas de transporte, montagem, obrigações de desmantelamento e os encargos financeiros suportados pela empresa durante o período de construção. Os ativos tangíveis em curso refletem ativos ainda em fase de construção, encontrando-se registados ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas por imparidade.

#### Gastos com reparação e manutenção

As despesas com grandes manutenções ou reparações representam o custo de ativos de reposição de ativos ou partes de ativos, custos de inspeção e custos de revisão. Quando um ativo ou parte de um ativo que foi depreciado separadamente é substituído e é provável que os benefícios económicos futuros associados ao item fluirão para o Grupo, o gasto é capitalizado e o valor contabilístico do ativo substituído é abatido. Os custos de inspeção associados aos principais programas de manutenção são capitalizados e amortizados ao longo do período até a próxima inspeção. Os custos de revisão dos principais programas de manutenção e todos os outros custos de manutenção são registados como gastos do exercício, quando incorridos.

## Ativos tangíveis E&P

Durante a fase de exploração, existem apenas recursos contingentes e prospetivos. Nesta fase, a Galp reconhece como custo operacional todas as despesas relacionadas com exploração (p.e. despesas relacionadas com estudos de geologia e geofísica (G&G) e gastos gerais e administrativos (G&A)). Outras despesas incorridas na fase de exploração, relacionadas com a construção de poços exploratórios, são capitalizadas em ativo em curso, e sujeitas a análises de imparidade periódicas. Poços secos são reconhecidos como despesas no exercício. No início da produção, se estiverem disponíveis reservas comercialmente viáveis, os custos capitalizados são depreciados com base na atual política de depreciação.

## Depreciação

### Ativos tangíveis E&P

Propriedades petrolíferas, incluindo os oleodutos relacionados, direitos minerais e custos futuros com desmantelamento, são depreciadas pelo método das unidades de produção (UoP). O custo de poços produtores é depreciado com base em reservas provadas e desenvolvidas. A taxa UoP para a depreciação de ativos comuns tem em consideração as despesas incorridas à data, conjuntamente com a estimativa de despesas futuras a incorrer para o desenvolvimento das reservas não desenvolvidas e que se espera venham a ser processadas utilizando as infraestruturas comuns. Plataformas flutuantes (FPSO) são presentemente depreciadas tendo em consideração o método de amortização linear, com base no mais baixo de entre a vida útil estimada do ativo e o período de concessão do campo em que a plataforma está implantada.

As taxas de depreciação anuais médias efetivas podem resumir-se como segue:

Taxas de depreciação	2018	2017
Edifícios e outras construções	4,3%	4,8%
Equipamento básico	12,2%	12,4%
Equipamento de transporte	16,1%	16,3%
Ferramentas e utensílios	16,1%	21,8%
Equipamento administrativo	20,3%	19,1%
Taras e vasilhame	12,8%	13,0%
Outros ativos tangíveis	7,2%	8,0%

## Imparidade

São efetuados testes de imparidade à data das demonstrações financeiras e sempre que seja identificada uma desvalorização do ativo em apreço. Na realização dos testes de imparidade, os ativos tangíveis são alocados à respetiva Unidade Geradora de Caixa (UGC). A quantia recuperável é estimada para a unidade geradora

de caixa a que o ativo pertença, com base no método de fluxos de caixa descontados. As taxas de desconto são calculadas através do ajustamento da taxa pós-imposto para refletir os níveis específicos de risco das UGC.

## Testes de imparidade aos ativos da atividade de Refinação & Distribuição

Ativos tangíveis e intangíveis relacionados com a atividade de refinação e distribuição de produtos petrolíferos são avaliados pelo Grupo quanto à existência de imparidade no final de cada período de relato, considerando fontes internas e externas de informação. Na sua análise anual de imparidade sobre o segmento de distribuição de combustíveis, o Grupo considera como Unidade Geradora de Caixa a rede de postos para cada país, tendo em conta (a) a interdependência das estações de serviço para a sustentabilidade da quota de mercado do Grupo e consequentemente dos seus resultados; e (b) a existência dos cartões de fidelização e frotistas que a empresa faculta aos seus clientes a nível nacional.

O teste de imparidade efetuado pelo Grupo tem por base a estimativa da quantia recuperável na rede de postos em comparação com o seu valor líquido contabilístico na data da demonstração da posição financeira. A quantia recuperável (valor de uso) determinada pelo Grupo, resulta da atualização para o momento presente dos fluxos de caixa futuros determinados com base em orçamentos anuais e planos de negócio plurianuais para a rede de postos na sua condição atual, utilizando-se como taxa de desconto uma taxa pós-imposto ajustada dos riscos específicos para este segmento de negócio.

São ainda efetuados testes de imparidade a outros ativos do segmento de refinação e distribuição, nomeadamente as refinarias e aos ativos tangíveis associados às atividades de logística e armazenagem. O período de projeções dos fluxos varia em função da vida útil média da unidade geradora de caixa.

## Testes de imparidade aos ativos da atividade de Exploração & Produção

As perdas por imparidade dos ativos na atividade de exploração e produção petrolífera são determinadas quando:

- não sejam encontradas reservas economicamente viáveis;
- o período de licenciamento caducar e não for expectável a renovação da licença de exploração;
- uma área adquirida for entregue ou abandonada;
- os benefícios económicos futuros esperados forem inferiores ao investimento efetuado.

Ativos tangíveis e intangíveis relacionados com a atividade de exploração e produção são sujeitos a uma avaliação periódica (anual e revisões trimestrais ou quando existem indícios) quanto à existência de imparidade. A unidade geradora de caixa é selecionada dependendo da fase de maturidade em que se encontram os investimentos.

A avaliação de imparidade é efetuada pelo modelo Expected Monetary Value (EMV) através da comparação do valor líquido contabilístico dos investimentos efetuados com o valor atual esperado do retorno do investimento que resulta da atualização dos fluxos de caixa futuros, através de uma taxa de desconto pós-imposto ajustada pelo risco específico do ativo, calculados atendendo a estimativas de:

- i) Reservas prováveis;
- ii) Investimento e custos operacionais futuros necessários para recuperar as reservas prováveis;
- iii) Recursos contingentes, corrigidos por um fator de probabilidade de sucesso;
- iv) Investimento e custos operacionais futuros necessários para recuperar os recursos contingentes;
- v) Preço de referência do Barril de Brent;
- vi) Taxa de câmbio Euro/USA Dólar;
- vii) Mecanismos de tributação da Unidade Geradora de Caixa (UGC);
- viii) Nível de produção estimado e período de concessão; e
- ix) Custos de abandono e recuperação ambiental.

O modelo EMV toma em consideração no seu cálculo a *Probability of Geological Success* (ou somente *Probability of Success*)/(POS) que é uma probabilidade condicional estatística (probabilidade bayesiana). Esta probabilidade utilizada na ciência da Geologia segue uma matriz probabilística tendo por base informação sísmica e outra de G&G. Assim essa informação é medida tendo em consideração a quantidade, qualidade e certeza das reservas (*data control*).

O período de projeção de fluxos de caixa é igual ao da recuperação das reservas e recursos, limitado ao período dos contratos de concessão, quando aplicável.

A Galp efetua testes de imparidade em qualquer fase da atividade de Exploração & Produção, isto é, na fase de exploração, de desenvolvimento e produção.

Na fase de exploração, a UGC depende das características/condições de investimento em cada país onde se investe. Numa fase inicial de investimento num determinado país a UGC é o país, dado que o investimento compreende o investimento em bônus de assinatura e a eventual pesquisa genérica à área/áreas totais. Quando as áreas totais são repartidas pelo organismo oficial do país em blocos, a Galp passa a definir a sua UGC como sendo o bloco, descendo assim de nível de avaliação nos testes de imparidade. Na fase de exploração, fase onde ainda não existem reservas, a Galp utiliza nos testes de imparidade os recursos prospetivos e contingentes (1C, 2C e 3C) com POS (*Probability of Success*) muito baixas.

Assim, se houver descoberta de reservas, o investimento passa para a fase seguinte, a de desenvolvimento, tendo sido previamente sujeito a testes de imparidade.

Na fase de desenvolvimento, os testes de imparidade também têm em consideração a POS (mais elevadas que na primeira fase, dado já haver reservas comercialmente viáveis) e reservas 2P (reservas provadas e desenvolvidas), de forma a estimar os recursos prospetivos que serão gerados pelo bloco em análise.

## Estimativas contabilísticas e julgamentos

### Reservas de petróleo e gás

As estimativas das reservas de petróleo bruto são uma parte integrante do processo de tomada de decisão relativamente aos ativos da atividade de pesquisa e desenvolvimento de petróleo bruto, suportando adicionalmente o desenvolvimento ou a implementação de técnicas de recuperação secundária. O volume de reservas provadas de petróleo bruto é utilizado para o cálculo da depreciação dos ativos afetos à atividade de exploração e produção petrolífera de acordo com o método das UoP. O volume de reservas prováveis e recursos contingentes e prospetivos é utilizado, dependendo da fase de prospeção em que se encontram, nas avaliações de imparidade dos investimentos em ativos associados a essa atividade. A estimativa das reservas provadas de petróleo bruto é também utilizada para o reconhecimento anual dos custos com o abandono de áreas de desenvolvimento.

A estimativa das reservas provadas está sujeita a revisões futuras, com base em nova informação disponível, por exemplo, relativamente às atividades de desenvolvimento, perfuração ou produção, taxas de câmbio, preços, datas de fim de contrato ou planos de desenvolvimento. O impacto das alterações de estimativas nas amortizações, depreciações e provisões para custos de abandono de variações nas reservas provadas estimadas é tratado de forma prospetiva.

A estimativa de reservas de petróleo e gás natural e os movimentos ocorridos no exercício encontram-se descritos na Informação Suplementar a este relatório, a qual não foi auditada.

## Vidas úteis e valores residuais de ativos tangíveis

A determinação dos valores residuais e das vidas úteis dos ativos, bem como o método de depreciação/amortização a aplicar é essencial para determinar o montante das depreciações e amortizações a reconhecer na demonstração dos resultados consolidados de cada período. Estes dois parâmetros são definidos de acordo com o melhor julgamento do Conselho de Administração para os ativos e negócios em questão, considerando também as práticas adotadas por empresas do sector a nível internacional. Alterações na vida económica dos ativos são registadas de forma prospetiva.

	Unid: €m				
	Terrenos, recursos naturais e edifícios	Equipamento básico	Outros equipamentos	Imobilizações em curso	Total
<b>Em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>458</b>	<b>2.614</b>	<b>39</b>	<b>2.221</b>	<b>5.333</b>
Custo de aquisição	1.226	8.775	476	2.318	12.794
Imparidades acumuladas	(31)	(101)	(4)	(96)	(232)
Depreciações acumuladas	(736)	(6.060)	(433)	-	(7.230)
<b>Em 31 de dezembro de 2017 (reexpresso)</b>	<b>471</b>	<b>2.585</b>	<b>37</b>	<b>2.100</b>	<b>5.193</b>
Custo de aquisição	1.223	8.221	470	2.234	12.148
Imparidades acumuladas	(29)	(148)	(3)	(134)	(314)
Depreciações acumuladas	(723)	(5.488)	(430)	-	(6.641)

Os movimentos em ativos tangíveis em 2018 e 2017 são os seguintes:

	Unid: €m				
	Terrenos, recursos naturais e edifícios	Equipamento básico	Outros equipamentos	Imobilizações em curso	Total
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>501</b>	<b>2.762</b>	<b>37</b>	<b>2.611</b>	<b>5.910</b>
Adoção do SEM	-	(44)	-	(361)	(405)
<b>Saldo em 1 de janeiro de 2017 (reexpresso)</b>	<b>501</b>	<b>2.718</b>	<b>37</b>	<b>2.250</b>	<b>5.505</b>
Adições	-	147	4	683	835
Depreciações e imparidades	(35)	(635)	(14)	(45)	(729)
Abates e alienações	(1)	(1)	-	-	(2)
Transferências	5	467	10	(484)	(2)
Diferenças de câmbio e outros ajustamentos	1	(110)	-	(305)	(414)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2017 (reexpresso)</b>	<b>471</b>	<b>2.587</b>	<b>37</b>	<b>2.100</b>	<b>5.193</b>
<b>Impacto da IFRS 15 (Nota 3)</b>	<b>-</b>	<b>(2)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(2)</b>
Adições	2	43	3	934	981
Depreciações e imparidades	(24)	(619)	(14)	1	(655)
Abates e alienações	(2)	(10)	-	(1)	(13)
Transferências	10	721	14	(745)	-
Diferenças de câmbio e outros ajustamentos	-	(104)	-	(68)	(172)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>458</b>	<b>2.614</b>	<b>39</b>	<b>2.221</b>	<b>5.333</b>

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, o Grupo realizou investimentos no segmento de exploração e produção relacionados com projetos no Brasil (€594 m), Angola (€116 m) e Moçambique (€52 m). No segmento de refinação e distribuição, foram realizados investimentos no montante de €213 m, maioritariamente relativos a investimentos industriais em refinarias, terminais e parques, bem como no negócio de retalho. Os valores acima mencionados incluem a capitalização de encargos financeiros no montante de €49 m (Nota 26).

Os dispêndios de capital relacionados com projetos ou ativos em construção, inicialmente são registados como “Imobilizações em curso”. Assim que o projeto ou ativo inicia a produção, o valor contabilístico é transferido da rubrica “Imobilizações em curso” para a classificação adequada dentro dos ativos tangíveis. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, €745 m foram transferidos de “Imobilizações em curso” para outras rubricas de Ativos Tangíveis, principalmente devido ao início da produção do Bloco 32 em Angola e da FPSO P-69 no Brasil.

## Ativos de Exploração & Produção

Os detalhes dos ativos em construção e do imobilizado líquido do segmento de exploração e produção para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 são apresentados na tabela abaixo:

Ativos do segmento de exploração	África		América Latina		Unid: €m	
	2018	2017*	2018	2017*	2018	Total 2017*
<b>Ativos em construção</b>						
Bónus - apresentados em ativos intangíveis	8	3	4	160	12	164
Na fase de exploração	323	293	320	292	643	585
Na fase de desenvolvimento	354	541	751	551	1.105	1.092
Juros capitalizados	72	67	161	152	233	219
<b>Total</b>	<b>757</b>	<b>904</b>	<b>1.236</b>	<b>1.156</b>	<b>1.993</b>	<b>2.060</b>
<b>Ativos líquidos</b>						
Bónus - apresentados em ativos intangíveis	18	23	301	3	320	26
Na fase de exploração	13	14	22	38	35	52
Na fase de desenvolvimento	340	61	983	1.096	1.323	1.156
Juros capitalizados	19	-	17	23	36	23
<b>Total</b>	<b>391</b>	<b>97</b>	<b>1.323</b>	<b>1.160</b>	<b>1.714</b>	<b>1.258</b>
<b>Total</b>	<b>1.147</b>	<b>1.002</b>	<b>2.559</b>	<b>2.316</b>	<b>3.706</b>	<b>3.318</b>

\*Reexpresso

## Análise de Imparidade

### Refinarias e instalações de armazenamento

Foram realizados testes de imparidade para várias UGC, incluindo as refinarias e instalações de armazenamento, em resultado dos quais não foram identificadas imparidades.

### Rede de Estações de Serviço

Em resultado da identificação de potenciais perdas, foram efetuados testes de imparidade e análises de sensibilidade para a rede de estações de serviço em Portugal e Espanha. A análise de sensibilidade foi baseada nos seguintes pressupostos fundamentais:

- Variação negativa dos fluxos de caixa em 10%;
- Aumento na taxa de desconto em 1 p.p..

A rede de estações de serviço em Espanha apresentou uma margem de segurança positiva, de modo que não foram registadas perdas por imparidade no período. A análise de sensibilidade da rede de estações de serviço em Espanha, utilizando a variação mencionada nos pressupostos fundamentais acima, resulta numa perda por imparidade de €43 m. As projeções de fluxo de caixa futuro ao nível da UGC foram descontadas usando uma taxa de desconto apropriada que reflete os riscos específicos da unidade de negócio. A rede de estações de serviço em Portugal foi testada quanto a imparidade, não sendo registada imparidade. Para mais detalhes sobre a taxa de desconto utilizada no teste de imparidade, ver Nota 7.

### Ativos de exploração & produção

Os ativos tangíveis e intangíveis do segmento de exploração e produção foram sujeitos no final do exercício a uma análise de sensibilidade ao valor contabilístico dos principais ativos face às flutuações no preço do Brent.

Os preços previstos do Brent considerados no teste de imparidade foram os seguintes: 2019: USD60/bbl; 2020: USD65/bbl e 2021-2023: USD70/bbl.

Com base nos testes de imparidade realizados, a margem de segurança para o valor contabilístico por UGC para as regiões em que a Galp opera (Angola, Moçambique e Brasil) é positiva. A taxa de desconto utilizada reflete o risco específico dos ativos relacionados com a Unidade de Negócio E&P, calculada em base dólar. Para detalhes da taxa de desconto utilizada nos testes de imparidades, ver Nota 7.

A análise de sensibilidade realizada para testar o impacto da volatilidade do preço do Brent no valor dos principais ativos de E&P, teve por base uma queda de 10% no fluxo de caixa projetado, ou um aumento de 1% na taxa de desconto e não indicou nenhuma perda por imparidade potencial, nas áreas geográficas em que a Galp opera. Adicionalmente, devido a um melhor cenário operacional para o Bloco 14 em Angola, a Galp registou uma reversão de imparidade de €18 m, registada na demonstração dos resultados consolidados do exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

## 6. Ativos intangíveis

### Política contabilística

#### Reconhecimento

Os ativos intangíveis encontram-se valorizados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações acumuladas e perdas por imparidade. Os ativos intangíveis só são reconhecidos se forem identificáveis, se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para o Grupo e sejam controláveis e mensuráveis com fiabilidade.

Os ativos intangíveis incluem despesas incorridas com projetos de desenvolvimento informático, prémios de exclusividade pagos a revendedores de produtos Galp e encargos com direitos de superfície, os quais são amortizados durante o período de duração dos respetivos contratos.

#### Pesquisa e Desenvolvimento

As despesas com pesquisa não relacionadas com a atividade de exploração e produção petrolífera são reconhecidas como custo do exercício. As despesas com desenvolvimento somente são registadas como ativos intangíveis se o Grupo demonstrar capacidade técnica e económica para o desenvolver, tenha tomado a decisão de completar esse desenvolvimento e iniciar a sua comercialização ou uso próprio, e demonstre igualmente que é provável que o ativo criado gere benefícios económicos futuros.

### Exploração & Produção

Os bónus de assinatura (p.e. Direitos Minerais) consistem em direitos de propriedade para exploração de recursos subterrâneos, como petróleo e gás natural e são reconhecidos como ativos intangíveis.

Ver políticas de reconhecimento adicionais para os ativos de E&P na Nota 5.

### Amortização

Os ativos intangíveis com vida útil finita são amortizados pelo método das quotas constantes. As taxas de amortização variam conforme os prazos dos contratos existentes ou a expectativa de uso do ativo intangível. Os ativos intangíveis reconhecidos com a atividade de exploração e produção petrolífera, nomeadamente bónus de assinatura, encontram-se registados ao custo de aquisição e são amortizados com base na taxa UoP após o início da produção.

As infraestruturas de gás natural são amortizadas pelo período da concessão (45 anos) ou o período da licença de exploração (20 anos). O Grupo capitaliza as despesas relacionadas com a reconversão de consumos para gás natural que se consubstanciam na adaptação de instalações.

### Imparidade

Os testes de imparidade dos ativos intangíveis são baseados nas projeções da Administração e no valor presente da estimativa futura de fluxos de caixa. Os valores residuais são baseados na expectativa de vida útil dos produtos, na previsão do ciclo de vida e nos fluxos de caixa para esse período, bem como nas vidas úteis económicas dos ativos subjacentes.

### Estimativas contabilísticas e julgamentos

#### Vidas úteis e valores residuais dos ativos intangíveis

O cálculo dos valores residuais e da vida útil dos ativos, bem como o método de amortização a ser aplicado, são essenciais para determinar a amortização reconhecida na demonstração consolidada dos resultados de cada período. Esses parâmetros são definidos com base no julgamento da Administração, bem como nas práticas adotadas pelos *peers* do sector.

## Imparidade de ativos intangíveis

Identificar indicadores de imparidade, estimar os fluxos de caixa futuros e determinar o justo valor dos ativos requer um alto nível de julgamento por parte da Administração em termos de identificação e avaliação dos diferentes indicadores de imparidade, fluxos de caixa esperados, taxas de desconto aplicáveis, vidas úteis e valores residuais.

	Unid: €m		
	Propriedade industrial e outros direitos	Ativo intangível em curso	Total
<b>Em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>516</b>	<b>31</b>	<b>547</b>
Custo de aquisição	936	59	995
Imparidades acumuladas	(19)	(27)	(46)
Amortizações acumuladas	(401)	-	(401)
<b>Em 31 de dezembro de 2017 (reexpresso)</b>	<b>229</b>	<b>178</b>	<b>407</b>
Custo de aquisição	617	204	821
Imparidades acumuladas	(17)	(26)	(43)
Amortizações acumuladas	(371)	-	(371)

Os movimentos em ativos intangíveis em 2018 e 2017 foram como segue:

	Unid: €m		
	Propriedade industrial e outros direitos	Ativo intangível em curso	Total
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>229</b>	<b>39</b>	<b>268</b>
Adoção do SEM	-	(4)	(4)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2016 (reexpresso)</b>	<b>229</b>	<b>35</b>	<b>264</b>
Adições	2	177	179
Amortizações e imparidades	(31)	(2)	(33)
Abates e alienações	-	(1)	(1)
Transferências	32	(29)	2
Diferenças de câmbio e outros ajustamentos	(2)	(2)	(4)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2017 (reexpresso)</b>	<b>229</b>	<b>178</b>	<b>407</b>
Adições	3	192	196
Amortizações e imparidades	(36)	-	(36)
Abates e alienações	(1)	-	(1)
Transferências	322	(322)	-
Diferenças de câmbio e outros ajustamentos	1	(17)	(16)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>516</b>	<b>31</b>	<b>547</b>

As adições de ativos intangíveis ocorreram essencialmente no segmento de exploração e produção, no montante de €158 m, relacionadas com a aquisição de licenças no BM-S-8 (aquisição adicional de 3% (€49 m), CM-791 (€25 m) e Uirapuru (€84 m).

## 7. Goodwill

### Reconhecimento

As diferenças entre o custo de aquisição das subsidiárias e o justo valor dos ativos e passivos identificáveis dessas empresas à data da sua aquisição (ou durante um período de 12 meses após aquela data), se positivas, são registadas na rubrica de *Goodwill* (caso respeite a empresas do Grupo) ou incluídas na rubrica de participações financeiras em empresas associadas (caso respeite a empresas associadas). Se negativas, são registadas de imediato em resultados do exercício.

### Imparidade

O valor contabilístico do *Goodwill* é alocado à respetiva UGC. O valor recuperável é estimado para a UGC à qual pertence. A metodologia do valor em uso é usada para determinar o valor recuperável. O valor em uso representa o fluxo de caixa futuro esperado da UGC, descontado a uma taxa de desconto apropriada que reflete os riscos específicos da UGC.

	Unid: €m	
	2018	2017
<b>Galp Comercialização Portugal, S.A. (fundida na Petrogal)</b>	<b>85</b>	<b>84</b>
Galp Swaziland (PTY) Limited	51	51
Galpgest - Petrogal Estaciones de Servicio, S.L.U.	20	19
Galpgest - Petrogal Estaciones de Servicio, S.L.U.	7	6
Empresa Nacional de Combustíveis - Enacol, S.A.R.L.	4	4
Galp Moçambique, Lda.	4	4

Os métodos e taxas de desconto utilizados para os modelos de avaliação foram os seguintes:

Unidade geradora de caixa	Modelo de Avaliação	Fluxo de caixa	Fator de crescimento	Taxas de desconto	
				Dezembro 2018	Dezembro 2017
Participação Financeira (compreendida em segmentos operacionais)	DCF (Fluxos de caixa descontados)	Conforme Orçamento para 2019 e Plano estratégico para os próximos 4 anos	Modelo de Gordon com fator de crescimento para a perpetuidade de 2%	R&D [6,2%-6,4%]	R&D [6%-11,1%]
				E&P [10,5% USD]	E&P [10%-12%]
				G&P [5,6%]	G&P [6,3%-6,9%]

De acordo com os pressupostos definidos, em 31 de dezembro de 2018 não existiam perdas por imparidade associadas ao *goodwill*. Uma variação negativa de 10% no fluxo de caixa ou um aumento na taxa de desconto em 1 p.p. não resultaria numa imparidade do *goodwill* a 31 de dezembro de 2018.

## 8. Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos

### Políticas contabilísticas

#### Acordos conjuntos e Associadas

Os acordos ao abrigo dos quais a Galp concordou contratualmente em partilhar o controlo com outra parte ou partes são considerados como acordos conjuntos. Estes podem ser empreendimentos conjuntos onde as partes têm direitos sobre os ativos líquidos do acordo, ou operações conjuntas onde as partes têm direitos sobre os ativos e obrigações decorrentes dos passivos relacionados com o contrato. Os investimentos em entidades sobre as quais a Galp tem o direito de exercer influência significativa, mas não tem controlo nem controlo conjunto, são classificados como associadas.

Os investimentos em empreendimentos conjuntos e associadas são contabilizados pelo método da equivalência patrimonial, pelo qual o investimento é inicialmente reconhecido pelo custo

e subsequentemente ajustado pela participação da Galp nos resultados líquidos pós-aquisição. Os investimentos também são ajustados pelos dividendos recebidos e pela participação da Galp no resultado integral.

Quando necessário, são efetuados ajustamentos nas demonstrações financeiras de empreendimentos conjuntos e associadas para alinhar as políticas contabilísticas utilizadas com as da Galp. A Galp reconhece os seus ativos e passivos relacionados com interesses em operações conjuntas, incluindo a sua parte de ativos detidos conjuntamente e passivos incorridos em conjunto com outros parceiros.

Informações sobre acordos conjuntos e associadas podem ser encontradas na Nota 29.

Em 31 de dezembro de 2018 e em 31 de dezembro de 2017, os valores contabilísticos líquidos dos investimentos em empreendimentos conjuntos e associadas eram os seguintes:

	Unid: €m	
	Dezembro 2018	Dezembro 2017
<b>Total</b>	<b>1.295</b>	<b>1.483</b>
Participações financeiras em empreendimentos conjuntos	1.220	1.378
Participações financeiras em associadas	75	105

Unid: €m

	31 de dezembro 2017	Aumento/redução participação <sup>(b)</sup>	Método equivalência patrimonial	Dif. cambiais	Dividendos	Outros <sup>(a)</sup>	31 de dezembro 2018
<b>Empreendimentos conjuntos</b>	<b>1.378</b>	<b>(241)</b>	<b>65</b>	<b>50</b>	<b>(32)</b>	<b>-</b>	<b>1.220</b>
Tupi B.V.	1.062	(294)	51	47	-	(218)	648
Iara B.V.	-	7	-	3	-	218	229
Galp Gás Natural Distribuição, S.A.	217	-	22	-	(19)	-	220
Belem Bioenergia Brasil, S.A.	53	16	(16)	(2)	-	-	51
Coral FLNG, S.A.	19	21	(1)	1	-	-	41
Outros empreendimentos conjuntos	27	8	8	1	(13)	-	31

<sup>(a)</sup> Durante o exercício, o empreendimento conjunto Iara BV foi criado através de "spin-off" da Tupi, BV, com um capital de €218 m. O controlo desta entidade é partilhado entre a BG Gas Netherlands Holdings BV, a Petrobras Netherlands BV, a Total Brasil Services BV e a Galp Sinopec Brazil Services, BV, que detêm 25%, 42,5%, 22,5% e 10% do seu capital social, respetivamente.

<sup>(b)</sup> Durante o ano, a Tupi B.V. reembolsou contribuições adicionais de capital aos seus acionistas como resultado da venda de equipamentos e plataformas relacionadas com as operações de E&P no Brasil. O valor do reembolso foi de €323 m, cujo impacto pode ser observado nas atividades de investimento, conforme explicado na Nota 12 destas demonstrações financeiras consolidadas. Excluindo o reembolso mencionado acima, o aumento da participação na Tupi B.V. no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foi de €29 m.

A seguir é apresentado um resumo dos indicadores financeiros dos empreendimentos conjuntos mais significativos em 31 de dezembro de 2018:

Unid: €m

	Tupi B.V.*	Iara B.V.*	Galp Gás Natural Distribuição, S.A. e subsidiárias *
<b>Total de ativos não correntes</b>	<b>6.030</b>	<b>2.576</b>	<b>1.123</b>
<b>Total de ativos correntes</b>	<b>1.018</b>	<b>130</b>	<b>122</b>
Dos quais caixa e equivalentes de caixa	178	32	48
<b>Total de ativos</b>	<b>7.048</b>	<b>2.706</b>	<b>1.245</b>
<b>Total de passivos não correntes</b>	<b>(8)</b>	<b>(419)</b>	<b>(942)</b>
Dos quais Dívida	-	-	(609)
<b>Total passivos correntes</b>	<b>(556)</b>	<b>-</b>	<b>(66)</b>
Dos quais Dívida	-	-	(8)
<b>Total de passivos</b>	<b>(564)</b>	<b>(419)</b>	<b>(1.008)</b>
<b>Total de proveitos operacionais</b>	<b>4.630</b>	<b>6</b>	<b>209</b>
<b>Total de custos operacionais</b>	<b>4.038</b>	<b>4</b>	<b>146</b>
Dos quais amortização, depreciação e perdas por imparidade em ativos fixos	1.041	3	43
<b>Resultado operacional</b>	<b>592</b>	<b>2</b>	<b>62</b>
Resultados financeiros líquidos	2	-	(10)
<b>Resultado antes de impostos</b>	<b>594</b>	<b>2</b>	<b>54</b>
Imposto sobre o rendimento	(100)	(1)	(24)
<b>Resultado líquido do exercício</b>	<b>494</b>	<b>2</b>	<b>30</b>

\* Demonstrações Financeiras Provisórias na data de encerramento do período para aplicação do método de equivalência patrimonial, convertidas pelas taxas de câmbio no final do período de relato e taxa média, respetivamente, para os indicadores da demonstração da posição financeira e de resultados.

Unid: €m

	31 de dezembro de 2017	Resultado Equivalência Patrimonial	Diferenças Cambiais	Dividendos e distribuições	Outros	31 de dezembro de 2018
<b>Associadas</b>	<b>105</b>	<b>70</b>	<b>(5)</b>	<b>(93)</b>	<b>(2)</b>	<b>75</b>
EMPL - Europe Magreb Pipeline, Ltd	54	53	4	(76)	-	35
Sonangalp - Sociedade Distribuição e Comercialização de Combustíveis, Lda.	18	5	(9)	-	-	13
Gasoduto Al-Andaluz, S.A.	13	7	-	(8)	-	11
Outras empresas associadas	20	5	-	(7)	(2)	16

Para além dos resultados gerados pelo método de equivalência patrimonial acima, durante o ano o Grupo efetuou um aumento de €5 m na rubrica Outras provisões, relacionado com os ajustes do preço de aquisição da Galp Gás Natural Distribuição, resultando num saldo de €129 m em “Resultados de investimentos financeiros”.

O saldo de dividendos e distribuições, no montante de €125 m, difere dos recebimentos de caixa relativos a dividendos no montante de €118 m na Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa, devido a quantias atribuídas, mas ainda não pagas, e diferenças de câmbio entre o momento da atribuição e data de pagamento dos dividendos.

Para informações comparativas sobre Empreendimentos conjuntos e associadas, por favor consulte as demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

## 9. Inventários

### Políticas contabilísticas

Os inventários encontram-se registados ao custo de aquisição (no caso das mercadorias e matérias-primas e subsidiárias) ou produção (no caso dos produtos acabados e intermédios e produtos e trabalhos em curso) ou ao valor realizável líquido, dos dois o mais baixo. O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda normal, deduzido dos custos para completar a produção e dos custos de comercialização. As diferenças entre o custo e o respetivo valor realizável líquido dos inventários, no caso de este ser inferior ao custo, são registadas como custos operacionais na rubrica de custo das vendas.

Unid: €m

	2018	2017
	<b>1.171</b>	<b>970</b>
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	439	380
Produtos acabados e intermédios	561	424
Mercadorias	222	179
Imparidades	(51)	(13)
<b>Movimentos de imparidades de inventários</b>		
Imparidades no início do período	13	13
Aumentos (Nota 24)	38	-
Imparidades no final do período	51	13

O aumento dos inventários está relacionado com um maior volume de produtos e aumento de preços em relação a 2017.

## 10. Clientes e outras contas a receber

### Políticas contabilísticas

As contas a receber são inicialmente registadas pelo justo valor e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado, deduzido de perdas por imparidade. O custo amortizado destes ativos não difere do seu valor nominal ou do seu justo valor. A Galp realiza atividades de *Under* e *Overlifting* face à sua quota bruta de petróleo. *Under* e *Overlifting* são práticas comuns da indústria destinadas a otimizar a alocação de custos de transporte entre parceiros. Os pagamentos e recebimentos de sobrecompensação são pagos numa data subsequente em barris de petróleo bruto, conforme definido pelo acordo de partilha de produção aplicável (PSA).

Clientes e outras contas a receber são desreconhecidas quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa expiram (ou seja, são recebidos), quando são transferidos (por exemplo, vendidos) ou quando estão em imparidade.

## Estimativas contabilísticas e julgamentos

### Imparidades de contas a receber

A Empresa aplica a abordagem simplificada da IFRS 9 para mensurar as perdas de crédito esperadas, a qual utiliza as perdas de crédito esperadas ao longo da vida útil, para todas as contas a receber. As contas a receber foram agrupadas por segmento de negócio para efeitos da avaliação das perdas de crédito esperadas. O risco de crédito das contas a receber é avaliado em cada data de relato, tendo em consideração o perfil de risco de crédito do cliente. A análise de risco de crédito é baseada na probabilidade de *default* anual e também tem em conta o perfil de risco de crédito do cliente. A probabilidade de incobrabilidade representa uma probabilidade de *default* anual que reflete a posição atual e projeções futuras tendo em conta fatores macroeconómicos, enquanto que a perda na eventualidade de *default* representa a perda expectável quando o *default* ocorra.

As contas a receber são ajustadas em cada período de relato financeiro, tendo em conta as estimativas da Gestão relativamente ao risco de crédito, as quais podem ser diferentes das perdas por imparidade efetivamente incorridas.

### Risco de crédito

Para fins de Risco de Crédito, se os clientes e outras contas a receber forem classificados de forma independente, essas classificações serão utilizadas. Caso contrário, se não houver classificação independente, a gestão de risco avalia a qualidade de crédito do cliente, tendo em consideração a sua posição financeira, experiência passada e outros fatores. Os limites de risco individuais são definidos com base em classificações internas ou externas, de acordo com os limites estabelecidos pela Administração. O cumprimento dos limites de crédito pelos clientes é regularmente monitorizado pela Administração.

As vendas a clientes do retalho são liquidadas em dinheiro ou utilizando os principais cartões de crédito, reduzindo assim o risco de crédito. Não há concentrações significativas de risco de crédito, seja por exposição a clientes individuais, sectores específicos da indústria e/ou regiões.

Como mitigações adicionais do risco de crédito, faz parte da política de risco global da Galp a utilização de garantias e apólices de seguro para um eventual incumprimento de crédito.

Para mensurar as perdas de crédito esperadas, as contas a receber de clientes foram agrupadas com base nas características de risco de crédito comuns.

### Cientes

	Unid: €m	
	2018	2017
<b>Dívida líquida de clientes</b>	<b>1.032</b>	<b>1.018</b>
Cientes	1.206	1.193
Imparidades de clientes	(173)	(175)
<b>Antiguidade da dívida líquida de clientes</b>	<b>1.032</b>	<b>1.018</b>
Não vencidos	867	881
Vencidos até 180 dias	159	116
Vencidos entre 181 e 365 dias	1	9
Vencidos a mais de 365 dias	5	12

### Movimento da imparidade para contas a receber

<b>Imparidade no início do exercício</b>	<b>175</b>	<b>183</b>
<b>Impacto da IFRS 9</b>	<b>3</b>	<b>n.a.</b>
<b>Valor expectável de perdas no início do exercício IFRS 9</b>	<b>178</b>	<b>183</b>
Aumento das perdas por imparidade (Nota 24)	20	18
Diminuição das perdas por imparidade (Nota 24)	(5)	(2)
Utilização das perdas por imparidade	(21)	(22)
Outros ajustamentos	-	(2)
<b>Imparidade no final do exercício</b>	<b>173</b>	<b>175</b>

Conforme mencionado nas Políticas contabilísticas acima, as contas a receber de clientes são agrupadas com base nas características de risco de crédito comuns e dias de pagamento em atraso. Para a Galp, o nível de risco de crédito das contas a receber é o seguinte:

Tipo	Exposição ao Risco
Não vencido	Baixo
Vencido até 180 dias	Médio
Vencido entre 181 e 365 dias	Alto
Vencido há mais de 365 dias	Muito alto

## Outras contas a receber

	Unid: €m			
	Dezembro 2018		Dezembro 2017	
	corrente	não corrente	corrente	não corrente
<b>Outras contas a receber</b>	<b>640</b>	<b>298</b>	<b>535</b>	<b>254</b>
Estado e outros entes públicos	11	43	27	17
Outros devedores	259	-	215	-
Empresas relacionadas	61	60	39	30
Outras contas a receber	43	34	48	35
Acréscimos de proveitos	198	67	147	63
Custos diferidos	74	94	67	109
Imparidade de outras contas a receber	(6)	-	(7)	-

O saldo de outros devedores refere-se principalmente a valores a receber de parceiros pelo pagamento em seu nome (*Carry*) durante o período de exploração, no montante de €191 m, e pelo *Underlifting*, no valor de €40 m (€70 m em 2017).

O Saldo de empresas relacionadas (corrente) inclui o montante de €42 m relacionado com o aumento de capital subscrito e não realizado efetuado pela Winland International Petroleum, SARL na Petrogal Brasil, S.A. durante o período em análise. Este montante foi considerado como um ativo financeiro dado o prazo estabelecido para a realização deste aumento de capital.

O saldo de custos diferidos (não corrente) inclui o montante de €10 m relacionado com ativos de benefícios pós-emprego (Nota 16).

## Empréstimo à Sinopec

O empréstimo à Sinopec foi inicialmente reconhecido pelo seu justo valor e subsequentemente mensurado pelo custo amortizado. O custo amortizado deste ativo não difere do seu valor nominal ou do seu justo valor. O valor a receber não sofreu perda por imparidade de acordo com a IFRS 9, considerando o histórico de *default* para este crédito em específico.

Unid: €m

<b>Saldo em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>459</b>
<b>Reembolso de empréstimos para:</b>	
Aumento de capital na Petrogal Brasil <sup>(a)</sup>	(52)
Redução de capital aos acionistas da Galp Sinopec Brasil Services BV <sup>(b)</sup>	(256)
<b>Capitalização de juros</b>	<b>9</b>
<b>Diferenças de câmbio</b>	<b>16</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>176</b>

Para informações comparativas, consulte as demonstrações financeiras consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

<sup>(a)</sup> Redução do empréstimo à Sinopec, capitalizado como aumento de capital na subsidiária Petrogal Brasil para fortalecer o balanço das operações de E&P no Brasil;

<sup>(b)</sup> Em setembro de 2018, a Galp Sinopec Brasil Services (GSBV) realizou uma redução das contribuições suplementares de capital em espécie junto dos seus acionistas. A redução de capital foi paga usando o empréstimo que a GSBV tinha com os seus acionistas. A redução de €256 m corresponde à participação da Sinopec na redução do capital.

## 11. Outros ativos financeiros

### Políticas contabilísticas

Para as Políticas contabilísticas relativas a Outros ativos financeiros, favor consultar a divulgação na Nota 19.

	Unid: €m			
	Dezembro 2018		Dezembro 2017	
	corrente	não corrente	corrente	não corrente
<b>Outros ativos financeiros</b>	<b>200</b>	<b>33</b>	<b>66</b>	<b>35</b>
Ativos financeiros ao justo valor por resultados (Nota 18)	200	7	51	11
Futuros com entrega física de Gás Natural	-	-	15	-
Ativos financeiros ao justo valor por resultado integral	-	3	-	3
Outros	-	24	-	21

Os saldos de “Ativos financeiros ao justo valor por resultado integral” e a categoria “Ativos financeiros a justo valor por resultados” em dezembro de 2018 foram totalmente reclassificados da antiga categoria da IAS 39 “Ativos financeiros disponíveis para venda” e “Ativos financeiros ao justo valor por resultados (derivados)”, respetivamente.

## 12. Caixa e equivalentes de caixa

### Políticas contabilísticas

Os montantes incluídos em caixa e equivalentes de caixa correspondem a valores monetários, depósitos bancários, depósitos a prazo e outras aplicações financeiras com vencimento inferior a três meses e que podem ser imediatamente mobilizados com risco de alterações insignificantes de valor.

Para efeitos da demonstração do fluxo de caixa, caixa e equivalentes de caixa incluem também os descobertos bancários registados como empréstimos e descobertos na demonstração da posição financeira.

Os recursos financeiros incluem caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários com vencimento original inferior a três meses e linhas de crédito comprometidas, mas não utilizadas, que expiram após um ano.

Para os períodos findos em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017, os detalhes de caixa e equivalentes de caixa foram os seguintes:

		Unid: €m	
	Notas	Dezembro 2018	Dezembro 2017
Caixa e seus equivalentes		1.508	1.197
Descobertos bancários	13	(4)	(101)

### Detalhe dos fluxos de caixa consolidados

#### a) Atividades de investimento

Durante o exercício, foram realizadas operações de compra e venda de equipamentos e plataformas entre a subsidiária Petrogal Brasil e o empreendimento conjunto Tupi B.V., com impacto neutro no fluxo de caixa das atividades de investimento. O valor destas transações durante o período findo em 31 de dezembro de 2018 ascendeu a €323 m, o que aumentou o montante de “Pagamentos por aquisições de ativos tangíveis e intangíveis” na Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa e, consequentemente, representa um aumento no mesmo montante em recebimentos de investimentos financeiros.

### Dividendos pagos

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, foram pagos €512 m de dividendos pela Galp:

- €477 m pago aos acionistas da Galp Energia, SGPS, S.A.;
- €30 m pagos ao acionista minoritário da Galp Sinopec Brasil Services. Destes dividendos, €19 m foram investidos na capitalização da subsidiária Petrogal Brasil (ver Nota 22); e
- €5 m pagos a outros acionistas minoritários das subsidiárias do grupo Galp.

## 13. Dívida financeira

### Políticas contabilísticas

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal recebido, líquido de gastos incorridos na emissão destes empréstimos. Os empréstimos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado. Os encargos financeiros são calculados pela taxa de juro efetiva, e são reconhecidos na demonstração do resultado pelo princípio da especialização dos exercícios de acordo com cada contrato de empréstimo.

	Unid: €m			
	Dezembro 2018		Dezembro 2017	
	corrente	não corrente	corrente	não corrente
<b>Total</b>	<b>559</b>	<b>2.686</b>	<b>551</b>	<b>2.532</b>
Empréstimos bancários	61	1.042	159	937
Empréstimos obrigacionistas e Notes	498	1.644	392	1.595

O custo médio da dívida financeira no período em análise, incluindo encargos com linhas de crédito e descobertos bancários, foi de 2,53%.

A Galp estabeleceu, como parte do seu plano de financiamento, um Programa “EMTN” (€5.000.000,00 Euro Medium Term Note Programme). Em 31 de dezembro de 2018, a Galp tinha três emissões em circulação no total de €1.500 m, negociadas na Bolsa de Valores de Londres.

O justo valor destas obrigações era de €1.500 m em 31 de dezembro de 2018 e €1.555 m em 31 de dezembro de 2017, medido com base em variáveis observáveis de mercado e classificado no Nível 2 da hierarquia do justo valor (ver a hierarquia do justo valor na Nota 19).

Em 31 de dezembro de 2018, o Grupo tinha contratado *revolving credit facilities* e programas de papel comercial com compromisso de tomada firme, num total de €1.537 m, e nesta data €987 m estavam disponíveis.

Os empréstimos e obrigações correntes e não correntes, excluindo *origination fees* e descobertos bancários, têm o seguinte plano de amortização em 31 de dezembro de 2018:

Maturidade	Total	corrente	Unid: €m
			Empréstimos não corrente
	3.252	559	2.693
2019	559	559	-
2020	550	-	550
2021	535	-	535
2022	463	-	463
2023	770	-	770
2024	370	-	370
2025 e anos subsequentes	5	-	5

As variações da dívida durante o período de 31 de dezembro de 2017 a 31 de dezembro de 2018 foram como segue:

	31 de dezembro de 2017	Empréstimos obtidos	Reembolsos	Varição de descobertos bancários	Diferenças cambiais	31 de dezembro de 2018
Dívida Financeira	3.083	1.500	(1.244)	(98)	4	3.245
<b>Empréstimos bancários</b>	<b>1.096</b>	<b>850</b>	<b>(749)</b>	<b>(98)</b>	<b>4</b>	<b>1.103</b>
<i>Origination fees</i>	(2)	-	(1)	-	-	(2)
Empréstimos	996	850	(748)	-	4	1.102
Descobertos Bancários (Nota 12)	101	-	-	(98)	-	4
<b>Empréstimos obrigacionistas e Notes</b>	<b>1.987</b>	<b>650</b>	<b>(495)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>2.142</b>
<i>Origination fees</i>	(8)	-	-	-	-	(8)
Empréstimos obrigacionistas	495	650	(495)	-	-	650
Notes	1.500	-	-	-	-	1.500

Os empréstimos obrigacionistas emitidos durante o ano de 2018 foram como segue:

Emissão	Montante da dívida	Indexante	Maturidade	Reembolso
	650			
GALP ENERGIA/2018 Euro 100 M	100	EURIBOR 6M	Fevereiro '23	Fevereiro '23
GALP ENERGIA/2018 Euro 150 M	150	EURIBOR 6M	Março '23	Março '23
GALP ENERGIA/2018	100	EURIBOR 6M	Maio '24	50% @ Maio '22 50% @ Maio '24
GALP ENERGIA/2018-2024	100	EURIBOR 6M	Maio '24	Maio '24
GALP ENERGIA/2018-2024 Euro 200 M	200	EURIBOR 6M	Setembro '24	50% @ Setembro '22 50% @ Setembro '24

Os reembolsos de empréstimos obrigacionistas durante o ano de 2018 foram como segue:

Emissão	Montante da dívida	Indexante	Maturidade	Unid: €m
				Reembolso
	495			
GALP ENERGIA/2012-2018 FRN	260	EURIBOR 3M	Fevereiro '18	Fevereiro '18
GALP ENERGIA/2013-2018	110	EURIBOR 3M	Março '18	Março '18
GALP ENERGIA/2013-2018 EURO 200 M	25	EURIBOR 6M	Abril '18	Abril '18
GALP ENERGIA/2012-2020	100	EURIBOR 6M	Junho '20	Setembro '18

## 14. Fornecedores e Outras contas a pagar

### Políticas contabilísticas

As dívidas de fornecedores e outras contas a pagar são inicialmente mensuradas pelo justo valor e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado, através do método da taxa de juro efetiva. Normalmente, o custo amortizado não difere do valor nominal.

### Contas a pagar

Os valores registados em fornecedores estão relacionados principalmente com compras de petróleo bruto, gás natural e mercadorias em trânsito nessas datas, como segue:

	Unid: €m			
	Dezembro 2018		Dezembro 2017	
	corrente	não corrente	corrente	não corrente
<b>Fornecedores</b>	<b>933</b>	<b>-</b>	<b>889</b>	<b>-</b>
<b>Outras contas a pagar</b>	<b>958</b>	<b>126</b>	<b>854</b>	<b>286</b>
Estado e outras entidades públicas	348	-	379	-
Acréscimos de custos	302	30	281	27
Outros credores	259	74	130	79
Outras contas a pagar	33	5	39	5
Partes relacionadas (i)	8	-	13	158
Proveitos diferidos	8	16	12	17

<sup>(i)</sup> No âmbito da otimização da estrutura de capital das operações de E&P no Brasil, em julho de 2018, o montante de €158 m (USD188 m) relativo a um empréstimo concedido pela Winland International Petroleum, SARL (entidade do Grupo Sinopec) à subsidiária Petrogal Brasil, S.A., foi integralmente convertido em capital desta subsidiária, contra "interesses que não controlam" no capital próprio consolidado do grupo Galp. Para mais informações, consulte a Nota 22 sobre transações entre interesses minoritários.

O saldo de "Outros credores" inclui principalmente fornecedores de ativos tangíveis e intangíveis no montante de €154 m (€77 m em 2017) e *Overlifting* no valor de €35 m (€34 m em 2017).

## 15. Imposto sobre o rendimento e contribuição extraordinária sobre o sector energético

### Políticas contabilísticas

O imposto sobre o rendimento é calculado com base nos resultados tributáveis das empresas incluídas na consolidação de acordo com as regras fiscais aplicáveis e em vigor no local da sede de cada empresa do grupo Galp.

Os impostos diferidos refletem as diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação e os prejuízos fiscais reportáveis. O montante dos prejuízos fiscais reportáveis é incluído nos impostos diferidos ativos quanto existem expectativas de que estes venham a ser utilizados em lucros tributáveis futuros.

Os ativos e passivos por impostos diferidos são calculados e anualmente avaliados utilizando as taxas de tributação substantivamente decretadas que se espera estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias.

O Grupo paga impostos no âmbito da atividade de E&P, que classifica como imposto sobre o rendimento:

- Imposto sobre o rendimento petrolífero (IRP) em Angola, regulado pela Lei 13/04. A taxa aplicável aos contratos de partilha de produção - PSA é de 50% sobre o *profit oil* dos projetos. O cálculo do IRP é, em todos os aspetos, semelhante a um imposto sobre o rendimento. Assim, as empresas petrolíferas sujeitas ao IRP não estão sujeitas a outros impostos sobre o rendimento em Angola;
- Imposto de Participação Especial (PE) no Brasil, regulado pelo Decreto-Lei nº 2.705 da ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis). A PE é uma contribuição, devida trimestralmente, calculada pelas concessionárias de petróleo e gás natural com base na produção de cada projeto. A Participação Especial é calculada sobre um determinado proveito, a partir da qual os custos operacionais relacionados à produção de hidrocarbonetos são deduzidos. A taxa de PE varia entre 0% e 40%, dependendo do nível de produção do projeto.

## Estimativas contabilísticas e julgamentos

A Galp está sujeita a imposto sobre o rendimento nas localizações em que opera. Julgamentos e estimativas significativas são necessários para determinar a estimativa global para imposto sobre o rendimento, ativo e passivo por imposto diferido e provisão para posições fiscais incertas.

### Ativos por impostos diferidos

Os ativos por impostos diferidos são registados unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para os utilizar, ou nas situações em que existam diferenças temporárias tributáveis que compensem as diferenças temporárias dedutíveis no período da sua reversão. Na data de cada demonstração da posição financeira é efetuada uma reapreciação das diferenças temporárias subjacentes aos ativos por impostos diferidos no sentido de reconhecer ativos por impostos diferidos não registados anteriormente por não terem preenchido as condições para o seu registo e/ou para reduzir o montante dos impostos diferidos registados em função da expectativa atual da sua recuperação futura.

### Estimativas relativas a posições fiscais incertas

No âmbito da realização de negócios a nível global, podem ocorrer disputas relacionadas com impostos e preços de transferência. A Administração exerce o seu julgamento para avaliar o possível desfecho destas disputas. A mensuração de posições fiscais incertas respeitante a estimativas de imposto é efetuada pelo seu valor mais provável e a Galp considera que as provisões constituídas para este efeito são adequadas. No entanto, a obrigação real pode divergir deste montante, dependendo do resultado das litigâncias e dos acordos que se venham a celebrar com as autoridades relevantes.

Em 31 de dezembro de 2018 e em 31 de dezembro de 2017, o imposto sobre o rendimento a pagar apresenta-se como segue:

	Unid: €m	
	Passivos	
	2018	2017
	(82)	(115)
Estado e outras entidades públicas	(82)	(115)

As empresas do grupo Galp Gás Natural Distribuição (GGND), com sede em Portugal e cuja percentagem de participação detida pelo Grupo é igual ou superior a 75%, são tributadas através do regime especial de tributação de grupos de sociedades, sendo o resultado fiscal apurado na Galp Energia, SGPS, S.A. Nesta conformidade, o montante dos pagamentos por conta efetuados pela Galp Energia, SGPS, S.A. (responsável pelo regime especial de tributação de

grupos de sociedades) por conta das empresas do Grupo GGND, bem como os montantes relativos aos pagamentos/recebimentos de Imposto sobre o rendimento, pendentes de regularização com estas entidades, estão reconhecidos em imposto sobre o rendimento a receber e/ou a pagar. A 31 de dezembro de 2018, a Galp efetuou pagamentos por conta da GGND no montante de €4 m.

O montante total de imposto sobre o rendimento, IRP e PE pago durante o exercício de 2018 ascendeu a €613 m.

O imposto sobre o rendimento e a contribuição extraordinária para o sector energético do exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e 2017 foram como segue:

	Unid: €m	
	2018	2017 (reexpresso)
Imposto corrente do exercício	578	439
Imposto diferido do exercício	158	50
<b>Impostos do exercício</b>	<b>737</b>	<b>489</b>
Ajustamentos reconhecidos s/imposto corrente em anos anteriores	(1)	7
Ajustamentos reconhecidos s/imposto diferido em anos anteriores	-	1
<b>Imposto sobre o rendimento na demonstração de resultados</b>	<b>736</b>	<b>496</b>
<b>Contribuição Extraordinária para o Sector Energético</b>	<b>60</b>	<b>64</b>

O grupo Galp opera em várias geografias, através de entidades jurídicas estabelecidas localmente, cujo rendimento tributável é calculado com base nas taxas legais em vigor em cada jurisdição, variando entre 25% em Espanha e Holanda, 31,5% em Portugal e 34% para empresas no Brasil.

	2018	2017 (reexpresso)
<b>Taxa efetiva de imposto</b>	<b>43,6%</b>	<b>39,8%</b>
Taxa de imposto sobre o rendimento da sociedade Galp Energia, SGPS, S.A.	31,5%	27,0%
Aplicação do método de equivalência patrimonial	-2,4%	-3,5%
"PE" - participação especial e "IRP" - imposto sobre o rendimento do petróleo*	19,5%	21,5%
Outras adições e deduções	-5,0%	-5,2%

\* Os custos relativos ao PE, registados na demonstração dos resultados, são considerados dedutíveis para efeitos de apuramento do imposto sobre o rendimento no Brasil.

O aumento da taxa efetiva de imposto deve-se principalmente ao aumento da taxa de IRC da Galp Energia, SGPS, S.A. de 27% (em 2017) para 31,5% (em 2018) resultante da mudança para um escalão mais elevado da derrama estadual, considerada para a determinação da taxa efetiva de imposto de acordo com a legislação portuguesa.

Em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017, o saldo de ativos e passivos por impostos diferidos era o seguinte:

Unid: €m

	31 de dezembro de 2017 (reexpresso)	Impacto na demonstração dos resultados	Impacto em capital próprio	Diferenças cambiais	Outros ajustamentos	31 de dezembro de 2018
<b>Impostos Diferidos – Ativos</b>	<b>350</b>	<b>38</b>	<b>(3)</b>	<b>(12)</b>	<b>(3)</b>	<b>369</b>
Ajustamentos em ativos tangíveis e intangíveis	71	(57)	-	(1)	-	13
Benefícios de reforma e outros benefícios	94	(3)	(3)	-	-	87
Prejuízos fiscais reportáveis	49	33	-	(2)	-	80
Proveitos permitidos	8	(1)	-	-	-	7
Provisões não aceites fiscalmente	73	16	-	(4)	-	85
Diferenças de câmbio potenciais Brasil	-	27	-	(1)	(3)	24
Outros	55	23	-	(5)	-	74
<b>Impostos diferidos – Passivos</b>	<b>(76)</b>	<b>(196)</b>	<b>45</b>	<b>32</b>	<b>(1)</b>	<b>(196)</b>
Ajustamentos em ativos tangíveis e intangíveis	(26)	(149)	-	4	-	(170)
Ajustamentos em ativos tangíveis e intangíveis - Justo Valor	(7)	1	-	-	(1)	(7)
Proveitos permitidos	(12)	-	-	-	-	(13)
Diferenças de câmbio potenciais Brasil	(28)	(44)	45	28	-	-
Outros	(3)	(3)	-	-	-	(6)

Unid: €m

	31 de dezembro de 2016	Reexpressão	31 de dezembro de 2016 (reexpresso)	Impacto na demonstração dos resultados (reexpresso)	Impacto em capital próprio	Diferenças cambiais	Outros ajustamentos	31 de dezembro de 2017 (reexpresso)
<b>Impostos Diferidos – Ativos</b>	<b>335</b>	<b>50</b>	<b>385</b>	<b>(29)</b>	<b>16</b>	<b>(22)</b>	<b>-</b>	<b>350</b>
Ajustamentos em ativos tangíveis e intangíveis	28	50	78	(5)	-	(2)	-	71
Benefícios de reforma e outros benefícios	87	-	87	10	(3)	-	-	94
Prejuízos fiscais reportáveis	96	-	96	(45)	-	(2)	-	49
Proveitos permitidos	7	-	7	-	-	1	-	8
Provisões não aceites fiscalmente	47	-	47	30	-	(4)	-	73
Diferenças de câmbio potenciais Brasil	21	-	21	(31)	20	(10)	-	-
Outros	49	-	49	12	(1)	(5)	-	55
<b>Impostos diferidos - Passivos</b>	<b>(66)</b>	<b>6</b>	<b>(60)</b>	<b>(21)</b>	<b>-</b>	<b>7</b>	<b>(2)</b>	<b>(76)</b>
Ajustamentos em ativos tangíveis e intangíveis	(27)	3	(24)	(6)	-	4	-	(26)
Ajustamentos em ativos tangíveis e intangíveis - Justo Valor	(9)	-	(9)	2	-	-	-	(7)
Proveitos permitidos	(12)	-	(12)	-	-	-	-	(12)
Diferenças de câmbio potenciais Brasil	-	-	-	(31)	-	3	-	(28)
Outros	(18)	3	(15)	14	-	-	(2)	(3)

O aumento dos ativos e passivos por impostos diferidos está principalmente relacionado com diferenças temporárias entre o reporte fiscal e contabilístico relativos: (i) à aplicação do SEM, conforme referido na Nota 3 (€57 m); e (ii) diferença entre a base fiscal e a base contabilística de depreciação e amortização dos ativos tangíveis e intangíveis (€149 m). De acordo com cada jurisdição fiscal em que a Galp opera, estas diferenças temporárias surgem quando o tratamento fiscal segue um padrão distinto quando comparado com o reconhecimento contabilístico. A 31 de dezembro de 2018, o Grupo não prevê qualquer impedimento à recuperação dos ativos por impostos diferidos relacionados com as diferenças temporárias reconhecidas.

Os prejuízos fiscais relativamente aos quais foram reconhecidos ativos por impostos diferidos foram os seguintes:

	Unid: €m		
	Prejuízos fiscais reportáveis	Ano limite para utilização	Imposto diferido
<b>Prejuízos fiscais reportáveis</b>			<b>80</b>
Holanda	20	2025	5
Espanha <sup>1</sup>	124	Sem limite	31
Brasil	129	Sem limite	44

<sup>1</sup>Adicionalmente aos €124 m acima, existem ainda €142 m de prejuízos fiscais reportáveis em Espanha, para os quais não foram reconhecidos impostos diferidos ativos.

Os prejuízos fiscais reportáveis no Brasil e em Espanha serão recuperados através de resultados tributáveis futuros, expectáveis em resultado da atividade de exploração de petróleo e distribuição de combustíveis, respetivamente. As empresas sediadas na Holanda apresentam ativos por impostos diferidos resultantes da liquidação da Tarfaya BV, que foram parcialmente utilizados quando a Galp Energia E&P BV gerou resultados positivos em 2017 e em 2018.

## 16. Benefícios pós emprego e outros benefícios

### Políticas contabilísticas

#### Plano de contribuição definida

A Galp tem um plano de contribuição definida financiado por um fundo de pensões gerido por entidades independentes. As contribuições da Galp para o plano de contribuição definida são registadas na demonstração de resultados no período em que ocorram.

#### Planos de benefício definido

A Galp tem planos de benefício definido que proporcionam os seguintes benefícios: complemento de pensão de reforma, invalidez e complemento de pensões de sobrevivência; pré-reforma; reforma antecipada; prémio de reforma; e seguro social voluntário.

O pagamento de complementos de pensão por velhice e invalidez, bem como pensões de sobrevivência, é financiado por um fundo de pensões gerido por entidades independentes.

#### Reconhecimento de planos de benefícios definidos

Os custos do exercício por planos de benefícios pós-emprego são determinados com base no método *Projected Unit Credit*. Este reflete os serviços prestados pelos empregados à data da avaliação, baseando-se em pressupostos atuariais, bem como considerando uma taxa de desconto para determinar o valor presente dos benefícios e as taxas projetadas de crescimento das remunerações. A taxa de desconto é baseada na taxa de rendimento de obrigações de elevada qualidade no respetivo país. Os ganhos e perdas atuariais resultantes dos ajustamentos de experiência e alterações de pressupostos atuariais são registados em capital próprio no período em que ocorram. As Responsabilidades por Serviços Passados (RSP) são reconhecidas de forma imediata na demonstração dos resultados.

O excedente líquido de um plano de benefícios definidos (ou seja, ativo) só é reconhecido na medida em que a Galp seja capaz de obter benefícios económicos futuros, tais como reembolsos do plano ou reduções de contribuições futuras. Quando um plano não é financiado, é reconhecido um passivo pelas responsabilidades com benefícios de reforma na demonstração da posição financeira. Os custos reconhecidos com benefícios de reforma estão incluídos nos custos com o pessoal. A obrigação líquida reconhecida na posição financeira é reportada no passivo não corrente.

#### Outros benefícios de reforma

Juntamente com os planos acima mencionados, a Galp fornece benefícios adicionais relacionados com cuidados de saúde, seguro de vida e um plano mínimo de benefícios definidos (para invalidez e sobrevivência).

## Estimativas contabilísticas e julgamentos

### Pressupostos demográficos e financeiros usados para calcular as responsabilidades com benefícios pós emprego

A contabilização de pensões e outros benefícios pós-emprego requer que sejam feitas estimativas ao mensurar o excesso ou insuficiência do plano de pensões do Grupo. Essas estimativas requerem a utilização de pressupostos em relação a eventos incertos, incluindo taxas de desconto, inflação e expectativa de vida.

### Benefícios pós-emprego

	Unid: €m	
	2018	2017
Ativos incluídos em Outras contas a receber (Nota 10)	10	-
Passivo	(304)	(326)
<b>Responsabilidades líquidas</b>	<b>(293)</b>	<b>(326)</b>
<b>Obrigações, das quais:</b>	<b>(541)</b>	<b>(596)</b>
Passivos por serviços passados relacionados com o fundo de pensões	(238)	(272)
Passivos por outros benefícios aos empregados	(303)	(324)
<b>Ativos</b>	<b>247</b>	<b>271</b>

### Responsabilidades pós-emprego

	Unid: €m		
	Notas	2018	2017
<b>Responsabilidades por serviços passados no final do exercício</b>		<b>541</b>	<b>596</b>
RSP no final do exercício anterior		596	643
Custo dos serviços correntes		6	7
Juro líquido	26	13	14
(Ganhos)/Perdas atuariais	(30)	(21)	(21)
Pagamento de benefícios efetuados pelo Fundo	(23)	(24)	(24)
Pagamento de benefícios efetuados pela Empresa	(35)	(35)	(35)
Alterações ao plano de benefícios	(1)	2	2
Cortes - Reformas antecipadas	10	5	5
Cortes - Pré-reformas	10	6	6
Cortes - Migração para CD	-	(5)	(5)
Outros ajustamentos	(5)	5	5

O prazo médio dos passivos associados aos planos de benefícios definidos é de 9,4 anos (em 2017: 9,7 anos).

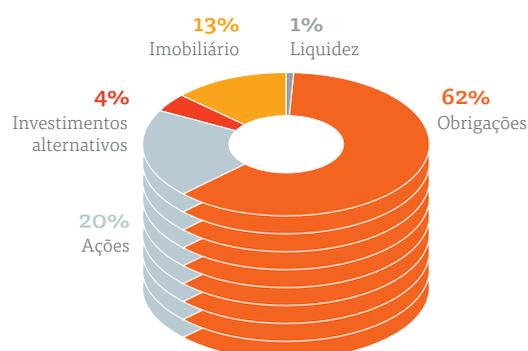
Em 31 de dezembro de 2018, a repartição do valor esperado dos pagamentos de benefícios futuros para os próximos quatro anos é como segue:

	Unid: €m		
	Expectativa de pagamento ao Fundo de Pensões		
	Total	Benefícios de reforma	Outros benefícios
	115	78	37
2019	33	24	9
2020	31	22	9
2021	28	19	9
2022	23	13	10

### Fundo de pensões de benefício definido

	Unid: €m		
	Notas	2018	2017
<b>Valor dos ativos no final do exercício</b>		<b>247</b>	<b>271</b>
Valor dos ativos no final do exercício anterior		271	284
Juro líquido	26	6	6
Contribuição do Associado		2	-
Pagamento de benefícios		(23)	(24)
Cortes - Migração para CD		-	(5)
Ganhos/(perdas) financeiras	(8)	10	10

### Tipos de ativos 2018



A hierarquia do justo valor dos ativos é maioritariamente Nível 1 para ações e investimentos alternativos e uma combinação uniforme de Nível 1 e 2 para obrigações e imóveis. O Nível 1 inclui instrumentos financeiros avaliados com base em cotações de mercado líquidas, p.e. da Bloomberg. O Nível 2 inclui instrumentos financeiros avaliados a preços observáveis nos mercados líquidos atuais para o mesmo instrumento financeiro fornecido por contrapartes externas, disponíveis através da Bloomberg.

	Unid: €m	
	2018	2017
Retorno real dos ativos do plano (%)	(0,7%)	6,0%
Retorno real dos ativos do plano	(2)	15

O número de participantes e beneficiários dos fundos de pensões Petrogal e Sacor foi de 6.186 em dezembro de 2018 e de 6.574 em dezembro de 2017.

## Despesas com benefícios pós-emprego

	Notas	Unid: €m	
		2018	2017
Custo dos serviços correntes	25	6	7
Juro líquido	26	7	8
<b>Custo líquido do exercício antes de eventos especiais</b>		<b>13</b>	<b>15</b>
Impacto de cortes - Reformas antecipadas	25	10	5
Impacto de cortes - Pré-Reformas	25	10	6
Outros ajustamentos	25	(6)	7
<b>Custo líquido do exercício com gastos do plano de benefícios definidos</b>		<b>27</b>	<b>32</b>
Contribuição definida	25	4	4
<b>Custo líquido do exercício com gastos do plano de contribuição definida</b>		<b>4</b>	<b>4</b>
<b>Total</b>		<b>31</b>	<b>36</b>

## Remensurações

	Unid: €m	
	2018	2017
<b>Ganhos e perdas reconhecidos via rendimento integral</b>	<b>22</b>	<b>31</b>
Ganho/(perda) atuarial de experiência	30	9
Ganho/(perda) atuarial por alteração de pressupostos	-	12
Ganho/(perda) financeiro	(8)	10

## Pressupostos

	Benefícios de reforma		Outros benefícios	
	2018	2017	2018	2017
Taxa de retorno sobre ativos	2,25%	2,25%	-	-
Taxa de juro técnica	2,25%	2,25%	2,25%	2,25%
Taxa de aumento nos salários	1,00%	1,00%	[ 1,00% - 3,50%]	[1,00% - 3,50%]
Taxa de aumento nas pensões	[0,00% - 1,40%]	[0,00% - 2,00%]	-	-
Tábua de mortalidade – ativos e pré-reformados	INE 2009-2011	INE 2009-2011	INE 2009-2011	INE 2009-2011
Tábua de mortalidade - reformados	INE 2009-2011	INE 2009-2011	INE 2009-2011	INE 2009-2011
Tábua de invalidez	50% EVK 80	50% EVK 80	50% EVK 80	50% EVK 80
Idade normal da reforma	66 anos, ou 65 anos se com pelo menos 43 anos de desconto para SS aos 65	66 anos, ou 65 anos se com pelo menos 43 anos de desconto para SS aos 65	66 anos, ou 65 anos se com pelo menos 43 anos de desconto para SS aos 65	66 anos, ou 65 anos se com pelo menos 43 anos de desconto para SS aos 65
Método	Unidade de crédito projetada			

## Análise de sensibilidade

### Análise de sensibilidade da taxa de desconto

	Unid: €m	
Taxa de desconto 2,25%		-0,25%
Total	541	13
Benefícios de reforma	347	7
Outros benefícios	194	6

### Análise de sensibilidade da taxa de crescimento dos custos do seguro de saúde

	Unid: €m		
	Taxa de crescimento de 3,5%	-1,00%	1,00%
Serviços passados	173	(23)	24

## 17. Provisões e ativos e passivos contingentes

### Políticas contabilísticas

As provisões são reconhecidas quando, e apenas quando, (1) o Grupo tem uma obrigação presente (legal, contratual ou construtiva) resultante de um evento passado, (2) seja provável que para a resolução dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e (3) o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. A Galp calcula as suas estimativas com base na avaliação do desfecho mais provável. Disputas para as quais não pode ser criada estimativa fiável são divulgadas como passivos contingentes.

As provisões de custos de abandono destinam-se a cobrir a totalidade dos custos a suportar pela Empresa no final da vida útil de produção das áreas petrolíferas. O cálculo é efetuado com base numa estimativa de custos totais de abandono enviada pelo operador, os quais são reconhecidos pela Galp de forma proporcional assim que constrói cada poço produtor.

As provisões para disputas legais incluem vários tipos de provisões vinculados a disputas legais em curso. A Administração faz estimativas referentes a provisões e contingências, incluindo a avaliação da probabilidade de desfecho dos resultados de litígios pendentes e potenciais. Estes são, por natureza, dependentes de eventos futuros inerentemente incertos. Ao determinar os resultados prováveis do litígio, a Administração considera os pareceres dos seus advogados, bem como a experiência passada.

Embora a Administração acredite que os montantes totais das provisões para processos judiciais sejam adequados tendo por base as informações atualmente disponíveis, não há garantias de que não haverá mudanças nos factos ou de que os valores de processos futuros, reivindicações, procedimentos ou investigações não seja material.

### Estimativas contabilísticas e julgamentos

#### Provisões para contingências

O custo final de processos judiciais, liquidações e outros litígios pode variar das estimativas efetuadas devido a diferentes interpretações das normas, opiniões e avaliações finais do montante de perdas. Desse modo, qualquer variação nas circunstâncias relacionadas com este tipo de contingências poderá ter um efeito significativo no montante da provisão para contingências registada.

#### Provisões de abandono

O Grupo mantém provisões para o futuro abandono de instalações de produção de petróleo e oleodutos no final das suas vidas úteis económicas. A maioria desses eventos de abandono terão lugar num futuro longínquo, e as exigências exatas que devem ser cumpridas no momento do abandono são incertas. São utilizados pressupostos pela Galp e pela Operadora da concessão em relação às datas de liquidação, tecnologia, exigências legais e taxas de desconto. O momento e as quantias de qualquer fluxo de caixa futuro estão sujeitos a incerteza significativa, e são necessárias estimativas para determinar as provisões a serem reconhecidas. No entanto, o prazo e os montantes da liquidação dos fluxos de caixa futuros foram acordados com as autoridades oficiais competentes.

#### Passivos ambientais

A Galp efetua juízos e estimativas para cálculo das provisões para matérias ambientais tais como as resultantes das emissões de gases com efeito de estufa (CO<sub>2</sub>). A Galp recebe anualmente licenças gratuitas, Emission Unit Allowances (EUA), da Agência Portuguesa do Ambiente para fazer face à emissão de gases com efeito de estufa. Caso as licenças gratuitas sejam insuficientes para fazer face às emissões de gases com efeitos de estufa, a Galp pode adquirir em Bolsa, os EUA ou títulos alternativos/complementares denominados como certificados verdes, *Emission Reduction Units* (ERU), assumindo um custo que é registado na rubrica Outros custos operacionais. Porém, se as emissões com gases com efeito de estufa forem superiores às licenças e certificados verdes em carteira no final do exercício económico, é especializado um custo pela melhor estimativa do dispêndio a efetuar à cotação *spot* das licenças e/ou certificados em Bolsa.

A Galp efetua igualmente juízos e estimativas para cálculo das suas obrigações conhecidas como o abandono de instalações e descontaminação de solos, baseados na informação atual relativa a custos e planos esperados de intervenção. Estes custos podem variar devido a alterações da legislação e regulamentos, alterações das condições de uma determinada localização, bem como variação nas tecnologias de reabilitação. Desse modo, qualquer alteração nas circunstâncias associadas a este tipo de provisões, bem como nas normas e regulamentos, poderá ter, como consequência, um efeito significativo nas provisões para estas matérias. A provisão para matérias ambientais é revista anualmente.

Em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017, as provisões apresentavam o seguinte detalhe:

				Unid: €m	
				2018	2017
	Abandono de blocos/ Matérias Ambientais	CESE (I e II)	Outras provisões	Total	Total
<b>No início do exercício</b>	<b>300</b>	<b>272</b>	<b>48</b>	<b>619</b>	<b>429</b>
Provisões adicionais e aumentos nas provisões existentes	42	25	9	77	236
Diminuição das provisões existentes	(39)	-	-	(39)	(25)
Montante utilizado no exercício	(1)	-	(10)	(11)	(3)
Ajustes durante o exercício	13	-	(1)	12	(18)
<b>No final do exercício</b>	<b>315</b>	<b>297</b>	<b>45</b>	<b>658</b>	<b>619</b>

Os aumentos e diminuições das provisões durante o ano apresentam-se como segue:

	Unid: €m							
	Custos Operacionais (Nota 24)	Ativos tangíveis	Custos e proveitos financeiros	Contribuição Extraordinária para o Sector Energético	Custos diferidos CESE	Resultado de investimentos financeiros	Outros	Total
<b>Dezembro 2018</b>	<b>(9)</b>	<b>25</b>	<b>7</b>	<b>52</b>	<b>(26)</b>	<b>6</b>	<b>(17)</b>	<b>38</b>
Desmantelamento/ambientais	(12)	25	7	-	-	-	(17)	3
CESE I e II	-	-	-	52	(26)	-	-	25
Outras provisões	3	-	-	-	-	6	-	9

Para informações comparativas, consulte as demonstrações financeiras consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

### Desmantelamento de blocos e custos ambientais

O valor de €315 m inclui uma provisão para abandono de blocos (€282 m), constituída para cobrir os custos a incorrer com o desmantelamento de ativos no final da vida útil dessas áreas (€213 m no Brasil e €69 m em Angola). Os restantes €33 m referem-se aos custos associados às obrigações com a remoção de ativos de certas instalações do segmento de refinação e distribuição, devido a obrigações legais e construtivas.

### CESE I e II

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a rubrica CESE (I e II) - Contribuição Extraordinária para o Sector Energético I e II no montante de €297 m representa a responsabilidade total a essa data e corresponde às contribuições efetuadas entre 2014 e 2018.

Em 2014, o Grupo foi sujeito a um imposto especial (Contribuição Extraordinária do Sector Energético CESE I), nos termos do artigo 228 da Lei 83-C/2013 de 31 de dezembro, que declara que as empresas de energia que detêm ativos líquidos em determinadas atividades, a partir de 1 de janeiro de 2014, estão sujeitas a um imposto calculado sobre o montante de ativos líquidos elegíveis nessa data.

Em 2015, o Grupo foi sujeito a um imposto especial (Contribuição Extraordinária do Sector Energético, CESE II), nos termos da Lei 33/2015 de 27 de abril e Portaria n.º 157-B/2015 de 28 de maio. A CESE II aplica-se ao valor das vendas futuras, com base nos quatro contratos existentes de fornecimento de GNL de longo prazo, em regime de *take-or-pay*. Em 2017, conforme Portaria n.º 92-A/2017 de 2 de março, o valor económico dos contratos de *take-or-pay* foi alterado, o que se refletiu no aumento da provisão da CESE.

De acordo com a lei e os regulamentos fiscais, a Galp contabilizou adequadamente a obrigação legal da CESE, embora esta obrigação esteja atualmente sujeita a litígio legal.

### Passivos contingentes

Em 31 de dezembro de 2018, a Empresa e as suas subsidiárias apresentavam processos de liquidações adicionais de IRC no montante total de €42 m para os quais existem provisões constituídas a 31 de dezembro de 2018 no montante de €8 m.

### Ativos contingentes

#### Processo de unitização de blocos no Brasil

Em geral, quando um reservatório de petróleo e gás se estende para além da área licenciada, ocorre um processo de unitização com as áreas adjacentes para determinar o interesse participativo adequado de cada participante na área unitizada.

Várias descobertas da Galp no pré-sal brasileiro vão além das suas áreas licenciadas. Consequentemente, a Galp terá interesses nas áreas unitizadas determinadas após a conclusão dos processos de unitização. O resultado destes processos de unitização permitirá à Galp manter, proporcionalmente à área unitizada, os mesmos direitos e volumes que detinha em relação à área licenciada original.

Os processos de unitização devem levar à equalização entre os participantes em cada área licenciada, com base em dispêndios anteriormente realizados pelos parceiros em função do seu interesse participativo original antes do processo de unitização em cada área licenciada e os lucros líquidos recebidos (por exemplo, Lula, Sépia e Lara). Estas equalizações devem, portanto, levar a reembolsos entre os parceiros de acordo com os termos e condições acordados entre eles.

No Brasil, os acordos de unitização dependem da aprovação da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP). Assim, o momento para a determinação dos interesses dos parceiros na área unitizada e os ajustamentos de equalização subjacentes entre os parceiros estarão condicionados a essa

aprovação. Existem cinco acordos de unitização submetidos à ANP e cuja aprovação é esperada (Lula, Berbigão, Sururu, Atapu e Sépia Leste).

Em 31 de dezembro de 2018, a melhor estimativa da Galp para a posição líquida da equalização subjacente relacionada com todos os processos de unitização acima mencionados corresponde a um valor a receber de cerca de €100 m.

## 18. Instrumentos financeiros derivados

### Políticas contabilísticas

#### Instrumentos financeiros

Por vezes, o Grupo utiliza instrumentos derivados para cobrir o risco de taxa de juro e o risco de flutuação de mercado, particularmente no que respeita ao risco de variações no preço de petróleo bruto, produtos acabados e margem de refinação, bem como o risco de variação de preço de gás natural e eletricidade que afetam o valor financeiro dos ativos e os *cash flows* futuros expectáveis das suas atividades.

Os ganhos e perdas sobre futuros e *swaps* sobre *commodities* (p.e. *Brent*, eletricidade e gás) são classificados na rubrica de Custo das Vendas. Alterações de justo valor de posições em aberto são registadas em resultados financeiros, na rubrica de Rendimentos de instrumentos financeiros. Dado que os futuros são negociados em bolsa, sujeitos a uma câmara de compensação, os ganhos e perdas são continuamente registados na demonstração dos resultados.

*Forwards* e *Swaps* cambiais são classificados em Custo das Vendas se estiverem relacionados com transações de *commodities*, caso contrário, são classificados em resultados financeiros, em diferenças de câmbio realizadas. Alterações ao justo valor de posições em aberto são registadas em resultados financeiros, em diferenças de câmbio não realizadas.

Alguns contratos bilaterais de Title Transfer Facility (TTF) foram submetidos a uma avaliação de *Mark-to-Market*, uma vez que são liquidados numa base de caixa, em vez de entrega física. Dessa forma, estes contratos são classificados como *Swaps* nas demonstrações financeiras.

Os ativos e passivos financeiros são compensados se a Galp tiver um direito legalmente executável de compensar os montantes reconhecidos, e existir intenção de liquidar numa base líquida ou de realizar o ativo e passivo em simultâneo.

## Contabilidade de cobertura

Por vezes, o Grupo utiliza instrumentos derivados na gestão dos seus riscos financeiros como forma de garantir a cobertura desses riscos, não sendo utilizados instrumentos derivados para cobertura de riscos financeiros com o objetivo de negociação. Os instrumentos derivados utilizados pelo Grupo definidos como instrumentos de cobertura de fluxos de caixa incluem instrumentos de cobertura da volatilidade dos preços de *commodities* (eletricidade). Os indexantes são os mais próximos possíveis às compras realizadas. Os instrumentos derivados utilizados como cobertura de justo valor respeitam maioritariamente a instrumentos de cobertura de volatilidade dos preços de *commodities* (Gás Natural). Os indexantes são idênticos aos contratos celebrados com clientes. Sempre que as coberturas sejam complexas, apesar do seu racional de cobertura económica, os derivados não são designados como de cobertura contabilística. Assim, as flutuações de *Mark-to-Market* são reconhecidas em resultados na rubrica de Rendimentos de instrumentos financeiros.

Os derivados que cobrem a posição líquida geral dos preços das *commodities* (margens de petróleo) são considerados como *macrohedging*. Apesar de terem finalidade de cobertura, estes não cumprem o critério contabilístico para classificação como cobertura contabilística. Instrumentos financeiros contratados para efeitos de *macrohedging* são registados ao justo valor por resultados na rubrica de Rendimentos de instrumentos financeiros.

As alterações de justo valor dos instrumentos derivados de cobertura de fluxo de caixa são reconhecidas em capitais próprios na rubrica Reservas de cobertura. Na cobertura de justo valor, os derivados são registados pelo seu justo valor através da demonstração dos resultados, em resultados financeiros.

A posição financeira dos instrumentos financeiros derivados em 31 de dezembro de 2018 e 2017 é detalhada como segue:

	Dezembro 2018					Dezembro 2017					Unid: €m
	Ativo (Nota 11)		Passivo		Capital próprio	Ativo (Nota 11)		Passivo		Capital próprio	
	corrente	não corrente	corrente	não corrente		corrente	não corrente	corrente	não corrente		
Total	200	7	(102)	(37)	7	51	11	(21)	(3)	7	
Swaps s/ <i>Commodities</i>	130	1	(83)	(33)	1	42	11	(21)	(3)	3	
Futuros s/ <i>Commodities</i>	50	-	-	-	6	9	-	-	-	4	
Forwards	20	6	(19)	(4)	-	-	-	-	-	-	

Os derivados são classificados como corrente e não corrente em conformidade com a data expectável para a sua liquidação.

Durante o exercício de 2018 e 2017, o Grupo contratou instrumentos financeiros derivados com o objetivo de cobrir a exposição económica principalmente relacionada com alterações nos preços de petróleo, energia e gás natural.

O nocional dos derivados em aberto e respetiva maturidade é apresentado abaixo:

		Unid: €m			
		Dezembro 2018		Dezembro 2017	
		Maturidades		Maturidades	
		< 1 ano	> 1 ano	< 1 ano	> 1 ano
<b>Total</b>		1	(401)	(113)	(2)
Swaps s/Commodities	<b>Compra</b>	(709)	(324)	(307)	(86)
	<b>Venda</b>	377	96	302	88
Futuros s/Commodities	<b>Compra</b>	(120)	(7)	(131)	(4)
	<b>Venda</b>	608	85	26	-
Forwards e swaps cambiais	<b>Compra</b>	(557)	(336)	(3)	-
	<b>Venda</b>	402	85	-	-

O impacto contabilístico em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017 dos ganhos e perdas com instrumentos financeiros derivados é apresentado no quadro seguinte:

		Unid: €m			
		Dezembro 2018		Dezembro 2017	
		Demonstração de Resultados		Demonstração de Resultados	
		Potencial (MTM)	Real	Potencial (MTM)	Real
<b>Total</b>		13	80	1	8
Swaps s/Commodities		41	73	(1)	(11)
Cobertura de justo valor relacionada c/Swaps s/Commodities		(27)	-	(22)	-
Futuros s/Commodities		(4)	6	2	23
Forwards e swaps cambiais		3	1	-	(4)

A demonstração dos resultados de 2018 evidencia, sob a rubrica de *Mark-to-Market* (MTM), um montante negativo de €27 m, na rubrica de outros instrumentos financeiros, relacionada com a cobertura de justo valor, e em capital próprio, na rubrica de reservas de cobertura, o montante positivo de €1 m relacionado com cobertura de fluxo de caixa. A cobertura de fluxo de caixa refletida em capital próprio, quando líquidada, é reclassificada para o item coberto (p.e. ativo) e em seguida para o resultado do exercício, quando o ativo é vendido. O montante de instrumentos de cobertura líquidados relativamente a coberturas de fluxos de caixa ascende a €17 m positivos em 2018 e foi reconhecido com o ativo subjacente na rubrica Custo das vendas.

A rubrica de Rendimentos de Instrumentos Financeiros inclui o valor potencial de MTM (*Mark-to-Market*) de derivados sobre *Commodities* e operações fechadas de trading, conforme quadro abaixo:

		Unid: €m	
		Dezembro 2018	Dezembro 2017
<b>Rendimentos de Instrumentos Financeiros</b>		(28)	-
Swaps s/Commodities		14	(3)
Futuros s/Commodities		(4)	(2)
Outras operações de trading		(38)	5

A maturidade dos derivativos apresentados no passivo na demonstração da posição financeira são como segue:

Unid: €m				
	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Mais de 2 anos	Total
<b>2018</b>				
Swaps e opções s/Commodities	83	33	-	116
Forwards cambiais	19	4	-	23
<b>2017</b>				
Swaps e opções s/Commodities	21	2	1	24

## 19. Ativos e passivos financeiros

### Políticas contabilísticas

A Galp classifica os ativos e passivos financeiros nas seguintes categorias:

- Ativos financeiros ao justo valor por resultado integral;
- Ativos e passivos financeiros ao custo amortizado;
- Ativos e passivos financeiros ao justo valor por resultados (derivados).

A Administração determina a classificação dos seus ativos financeiros no reconhecimento inicial e efetua uma reavaliação no final de cada período de relato, se e apenas se, ocorrer uma mudança no modelo de negócio. Para passivos financeiros, a alteração da classificação não é permitida.

### Reconhecimento e mensuração

As compras e vendas de investimentos são reconhecidas na data de negociação. Os investimentos são inicialmente reconhecidos ao justo valor. Ativos financeiros ao justo valor por resultado integral e ativos financeiros ao justo valor por resultados são, subsequentemente, registados ao justo valor. As divulgações de justo valor são efetuadas separadamente para cada classe de instrumentos financeiros no final do período de relato.

### Desreconhecimento de ativos financeiros

Os ativos financeiros são desreconhecidos da demonstração da posição financeira quando os direitos a receber fluxos de caixa dos investimentos tenham expirado ou tenham sido transferidos e a Galp tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade.

### Ativos financeiros ao justo valor por resultado integral

Os ativos financeiros ao justo valor por resultado integral são compostos principalmente por investimentos em participações financeiras. Quando este tipo de ativo financeiro é desreconhecido, o ganho ou perda será mantido em capital próprio. Os dividendos recebidos são reconhecidos no resultado.

### Ativos e passivos financeiros ao custo amortizado

Ativos e passivos financeiros ao custo amortizado são ativos financeiros não derivativos que são mantidos exclusivamente para pagamentos de principal e juros (SPPI). Se a cobrança é esperada dentro de um ano (ou no ciclo operacional normal do negócio, se superior), eles são classificados como ativos correntes. Caso contrário, são apresentados como ativos não correntes.

Clientes e outras contas a receber são reconhecidas inicialmente pelo justo valor. Subsequentemente, são mensurados pelo custo amortizado usando o método do juro efetivo, deduzidos de imparidades.

### Hierarquia de justo valor

Em conformidade com as normas contabilísticas em vigor, uma entidade deve classificar as mensurações do justo valor com base numa hierarquia do justo valor que reflita o significado dos *inputs* utilizados na mensuração.

A hierarquia de justo valor deverá ter os seguintes níveis:

- Nível 1 - o justo valor dos ativos ou passivos é baseado em cotações de mercados líquidos ativos à data de referência da demonstração da posição financeira;
- Nível 2 - o justo valor dos ativos ou passivos é determinado com recurso a modelos de avaliação baseados em *inputs* observáveis no mercado;
- Nível 3 - o justo valor dos ativos ou passivos é determinado com recurso a modelos de avaliação, cujos principais *inputs* não são observáveis no mercado.

## Política contabilística em 2017

Os valores comparativos seguem a política contabilística adotada – IAS 39, dado que a adoção da IFRS 9 não originou qualquer reexpressão, conforme permitido pelo modelo de transição retrospectivo modificado. As categorias anteriores de instrumentos financeiros da IAS 39 foram reclassificadas para apresentar as mesmas de acordo com as previstas na IFRS 9. Para mais informações, ver Nota 3 e as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

	Unid: €m	
Ativos financeiros por categoria	2018	2017
<b>Total</b>	<b>3.599</b>	<b>3.220</b>
Ativos financeiros ao justo valor por resultado integral (Nota 11)	3	3
Ativos financeiros mensurados ao justo valor por resultados - Derivados (Nota 18)	207	62
Ativos e passivos financeiros ao custo amortizado (Nota 10)	2.146	2.266
- menos custos diferidos, <i>underlifting</i> , garantias e imposto a receber	(265)	(308)
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 12)	1.508	1.197

Os ativos financeiros ao custo amortizado incluem Clientes e Outras contas a receber, líquido de imparidades, e empréstimo a receber da Sinopec.

	Unid: €m	
Passivos financeiros por categoria	2018	2017
<b>Total</b>	<b>1.736</b>	<b>1.579</b>
Passivos financeiros mensurados ao justo valor por resultados - Derivados (Nota 18)	139	24
Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado (Nota 14)	2.017	2.029
- menos proveitos diferidos, <i>overlifting</i> , garantias e imposto a pagar	(420)	(474)

Os passivos financeiros ao custo amortizado incluem Fornecedores e Outras contas a pagar.

	Unid: €m	
Ativos financeiros mensurados ao justo valor por resultados	2018	2017
<b>Total</b>	<b>207</b>	<b>62</b>
Dados de mercado ativo (Nível 1)	50	9
Dados de mercado observáveis direta ou indiretamente (Nível 2)	157	53

Unid: €m

Passivos financeiros mensurados ao justo valor por resultados	2018	2017
<b>Total</b>	<b>139</b>	<b>24</b>
Dados de mercado observáveis direta ou indiretamente (Nível 2)	139	24

## 20. Gestão de riscos financeiros

### Políticas contabilísticas

O Grupo dispõe de uma organização e sistemas que permitem identificar, medir e controlar os diferentes riscos a que está exposto e utiliza diversos instrumentos financeiros para realizar coberturas, de acordo com diretrizes corporativas comuns a todo o Grupo. O Grupo verifica a eficácia das coberturas periodicamente. As relações de cobertura asseguram uma elevada correlação entre o item coberto e o instrumento de cobertura.

A Administração avaliou os seguintes riscos relevantes:

Tipo	Exposição ao risco
Risco de preços sobre	Alto
Risco de taxa de câmbio	Médio
Risco de taxa de juro	Baixo
Risco de liquidez	Baixo
Risco de crédito	Baixo

### Risco de preço das commodities

Devido à natureza do seu negócio, a Galp está exposta ao risco da volatilidade dos preços internacionais do crude, dos seus derivados e do gás natural e eletricidade. As constantes alterações dos preços do crude e dos produtos refinados geram incerteza e têm um impacto importante nos resultados operacionais. O Grupo controla parcialmente este risco, através do mercado de derivados de petróleo e gás natural, para proteger a margem de refinação de movimentos adversos do mercado.

Quanto à atividade de gás natural e eletricidade, o Grupo controla parcialmente este risco através do estabelecimento de contratos de compra e venda de gás natural e eletricidade com indexantes semelhantes, para proteger a margem do negócio de movimentos adversos do mercado.

O Grupo normalmente utiliza instrumentos financeiros derivados, como Futuros e *Swaps*, para cobrir esse tipo de risco (Nota 18).

## Análise da sensibilidade ao preço das *commodities*

A análise de sensibilidade foi efetuada para saldos relacionados com derivados financeiros sobre *commodities*. Uma desvalorização imediata de 10% no preço da *commodities* abaixo indicada teria impacto no resultado da Galp, conforme descrito na tabela abaixo:

	Unid: €m			
	Exposição ao risco 2018	Impacto na demonstração de resultados 2018	Exposição ao risco 2017	Impacto na demonstração de resultados 2017
Derivados sobre <i>commodities</i> de gás natural <sup>1</sup>	(15)	2	34	-
Contratos TTF (gás natural)	15	(25)	N/A	N/A
Derivados sobre <i>commodities</i> de petróleo	56	38	(7)	27
Derivados sobre outras <i>commodities</i>	9	-	11	-

<sup>1</sup> Exclui os impactos de derivados classificados como cobertura de justo valor e cobertura de fluxo de caixa

## Risco de taxa de câmbio

O Dólar dos Estados Unidos da América (USD) é a moeda utilizada para o preço de referência nos mercados petrolíferos e de gás natural. Uma vez que a Galp reporta as suas contas em Euros, este fator, entre outros, expõe a sua atividade a um risco de câmbio.

Dado que a margem das operações se encontra relacionada principalmente com o USD, a Empresa está exposta a flutuações das taxas de câmbio, que podem originar uma contribuição positiva ou negativa nas receitas e margens.

Tratando-se de um risco de denominação associado a outras variáveis, como os preços do petróleo e do gás natural, o Grupo tem uma abordagem cautelosa na cobertura deste risco, uma vez que existem coberturas naturais entre a demonstração da posição financeira e os *cash flows*. O nível de exposição dos *cash flows* e especialmente a demonstração da posição financeira é função dos níveis de preços do petróleo e do gás natural.

Face ao exposto, a Galp controla a sua exposição cambial de uma forma integrada em vez de o fazer em cada operação em que está exposta aos riscos cambiais. O objetivo da gestão de risco cambial é limitar a incerteza originada por variações das taxas de câmbio. A 31 de dezembro de 2018, o grupo Galp detinha contratos derivados para cobertura de risco de câmbio, como *Forwards* e *Swaps* cambiais (Nota 18).

## Análise de sensibilidade à variação cambial

A análise de sensibilidade inclui saldos significativos em moeda estrangeira relativos a contas a receber de clientes, outras contas a receber, contas a pagar a fornecedores, outras contas a pagar, empréstimos, derivados financeiros e caixa. Uma desvalorização de 10% do EUR em relação a outras moedas impactaria o resultado da Galp, conforme descrito na tabela abaixo:

	Unid: €m			
	Exposição ao risco 2018	Impacto na demonstração de resultados 2018	Exposição ao risco 2017	Impacto na demonstração de resultados 2017
Empréstimos obtidos	(150)	15	(233)	16
Títulos e valores mobiliários (incluídos em caixa e equivalentes de caixa)	795	44	795	45
Derivados <sup>1</sup>	104	49	7	(1)
Clientes e outras contas a receber	11	1	550	9
Fornecedores e outras contas a pagar	(178)	(18)	(301)	(14)

<sup>1</sup> Inclui derivados em USD e *Forwards* cambiais, tendo em conta a flutuação no MTM.

## Taxa de câmbio das principais moedas

	Unid: €m			
	2018		2017	
	Média	Fecho do ano	Média	Fecho do ano
EUR/USD	1,18	1,15	1,13	1,20
EUR/BRL	4,31	4,44	3,61	3,97
USD/BRL	3,65	3,88	3,19	3,31
EUR/CHF	1,16	1,13	1,11	1,17

## Risco de taxa de juro

A posição total de taxa de juro é gerida de forma centralizada. A exposição à taxa de juro encontra-se relacionada principalmente com a dívida bancária e dívida obrigacionista remunerada. O objetivo da gestão do risco de taxas de juro é reduzir a volatilidade dos custos financeiros na demonstração dos resultados. A política de gestão do risco de taxa de juro visa reduzir a exposição às taxas variáveis através da fixação do risco de taxa de juro da dívida, utilizando um misto de instrumentos de taxa fixa e variável. A 31 de dezembro de 2018 a Galp não detinha posições em aberto relativas a derivados de taxa de juro.

## Análise de sensibilidade à taxa de juro

A análise do risco de taxa de juros inclui empréstimos com taxa de juro variável. A análise efetuada a 31 de dezembro de 2018 não considera o empréstimo a receber da Sinopec, uma vez que foi reembolsado em janeiro de 2019. Um aumento de 0,5% na taxa de juro teria impacto no resultado financeiro da Galp, conforme descrito na tabela abaixo:

	Unid: €m			
	Exposição ao risco 2018	Impacto na demonstração de resultados 2018	Exposição ao risco 2017	Impacto na demonstração de resultados 2017
Empréstimos obtidos	(3.251)	(8)	(2.993)	(4)
Títulos e valores mobiliários	639	-	931	2

Nota: Caixa e Equivalentes na Posição Financeira compreendem títulos negociáveis

## Risco de liquidez

O risco de liquidez é definido como o montante pelo qual os lucros e/ou "cash flows" do negócio são afetados em resultado da maior ou menor dificuldade do Grupo em obter os recursos financeiros necessários para fazer face aos seus compromissos de exploração e investimentos. A Galp financia-se através dos "cash flows"

gerados pela sua atividade e, adicionalmente mantém um perfil diversificado nos financiamentos bancários e obrigacionistas. O Grupo tem acesso a facilidades de crédito, montantes que não utiliza na totalidade, mas que se encontram à sua disposição. Essas facilidades de crédito podem cobrir todos os empréstimos que são exigíveis a 12 meses. Os plafonds de crédito disponíveis de curto prazo e médio-longo prazo mas não utilizados ascendem a €1,4 mil milhões a 31 de dezembro de 2018 e €1,3 mil milhões a 31 de dezembro de 2017. A Galp dispõe ainda de caixa e equivalentes disponíveis para uso no montante de €1,5 mil milhões a 31 de dezembro de 2018 e €1,2 mil milhões a 31 de dezembro de 2017. O montante agregado ascende a €2,9 mil milhões a 31 de dezembro de 2018 e €2,5 mil milhões a 31 de dezembro de 2017.

## Risco de crédito

O risco de crédito surge do potencial incumprimento, por uma das partes, da obrigação contratual de pagamento pelo que, o nível de risco depende da credibilidade financeira da contraparte. Além disso, o risco da contraparte surge em conjunto com os investimentos de natureza monetária e com instrumentos de cobertura. Os limites do risco de crédito são fixados ao nível do Grupo e implementados nos vários segmentos de negócio. Os limites da posição de risco de crédito são definidos e documentados e os limites de crédito para determinadas contrapartes baseiam-se na respetiva notação de rating de crédito, prazo da exposição e montante monetário da exposição ao risco de crédito. Ver adicionalmente Nota 10 para outras avaliações de risco relacionadas especificamente com Clientes e outras contas a receber.

## 21. Estrutura de capital e itens financeiros

O grupo Galp apresenta, a 31 de dezembro de 2018, capital próprio no montante de €6,0 mil milhões e definiu na sua política de gestão de capital um limite de endividamento igual ou inferior a 2x Dívida Líquida/EBITDA, apesar dos contratos com instituições financeiras permitirem um rácio entre 3,5 e 3,75. A dívida líquida no final do exercício de 2018 foi de €1,7 mil milhões, estabelecendo este rácio em 0,8x.

## Capital social, distribuição aos acionistas e lucro por ação

### Capital social

O capital social da Galp Energia, SGPS, S.A. é constituído por 829.250.635 ações, com valor nominal de 1 Euro cada, totalmente subscrito.

## Distribuição aos acionistas

De acordo com a deliberação da Assembleia Geral de Acionistas realizada em 15 de maio de 2018, foram atribuídos aos acionistas da Galp Energia, SGPS, S.A. dividendos no montante de €456 m (€0,55/ação) relativos a distribuição do resultado líquido do exercício de 2017 e resultados acumulados. Deste montante, €207 m (€0,25/ação) foram pagos aos acionistas em 21 setembro de 2017 a título de dividendo intercalar. O montante remanescente de €249 m (€0,30/ação) foi pago em 30 de maio de 2018.

Adicionalmente o Conselho de Administração aprovou o pagamento de um dividendo intercalar sobre o resultado do exercício de 2018, no montante de €228 m, totalmente liquidado no dia 20 de setembro de 2018.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, foram pagos dividendos no montante de €35 m por parte de subsidiárias do grupo Galp a interesses que não controlam.

Em resultado do acima exposto, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, o Grupo pagou dividendos no montante de €512 m.

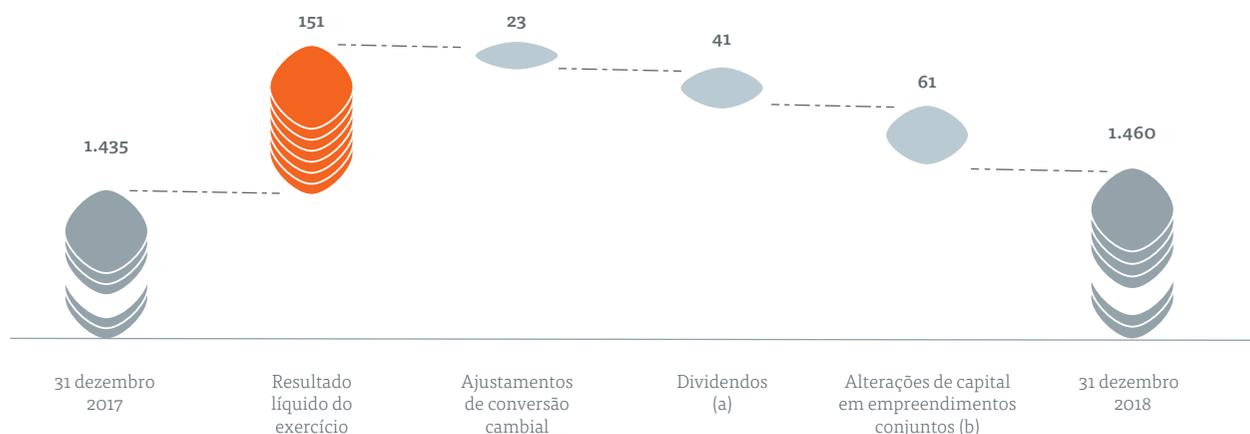
## Reservas

### Outras Reservas - aumento de capital na Petrogal Brasil, S.A. e Galp Brazil Services, B.V.

Em 28 de março de 2012, a Winland International Petroleum, SARL, subsidiária da Tip Top Energy, SARL (Grupo Sinopec), subscreveu e realizou um aumento de capital no montante de \$4.797 m em relação às subsidiárias Petrogal Brasil, S.A. e Galp Sinopec Brazil Services, BV (anteriormente denominada Galp Brazil Services, BV), adquirindo 30% das ações e direitos de voto de ambas as subsidiárias da Galp. Em resultado do aumento de capital, o grupo Galp manteve o controlo operacional e financeiro das empresas, pelo qual detém 70% do capital e dos direitos de voto, continuando, de acordo com a IFRS 10, a consolidar os seus ativos líquidos pelo método da consolidação integral. Desta forma, a diferença de €2.493 m entre o valor pago do aumento de capital e o valor contabilístico do capital próprio na data da transação foi registada como reservas no capital próprio. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, €663 m foram transferidos desta reserva para resultados acumulados, devido à redução das entradas suplementares de capital efetuada pela GSBV.

## 22. Interesses que não controlam

A 31 de dezembro de 2018, a variação dos interesses que não controlam durante o ano e incluídos no capital próprio é como segue:



(a) Dos €41 m correspondentes a dividendos atribuídos a minoritários, €23 m correspondem a dividendos atribuídos à subsidiária Galp Sinopec Brazil Services (GSEV), os quais foram recapitalizados na subsidiária Petrogal Brasil.

(b) As alterações de capital em empreendimentos conjuntos referem-se maioritariamente a: (i) capitalização pela GSBV na Petrogal Brasil dos dividendos atribuídos no montante de €19 m (nota (a) acima); (ii) conversão de quasi-capital no capital social da subsidiária Petrogal Brasil de €163 m (ver Nota 14); (iii) redução das entradas suplementares de capital em espécie efetuado pela GSBV aos seus acionistas no montante de (€256 m) (ver Nota 10); e (iv) €13 m relativo a outros ajustamentos.

A tabela abaixo apresenta os principais indicadores das demonstrações financeiras dos principais interesses minoritários em 31 de dezembro de 2018:

	Unid: €m	
	Petrogal Brasil, S.A.	Galp Sinopec Brazil Services B.V.
<b>Total de ativos não correntes</b>	<b>2.759</b>	<b>1.774</b>
<b>Total de ativos correntes</b>	<b>876</b>	<b>995</b>
Dos quais caixa e equivalente de caixa	384	335
<b>Total de ativo</b>	<b>3.635</b>	<b>2.769</b>
<b>Total de passivos não correntes</b>	<b>1.261</b>	<b>-</b>
Dos quais dívida	-	-
<b>Total de passivos correntes</b>	<b>323</b>	<b>47</b>
Dos quais dívida	-	-
<b>Total de passivo</b>	<b>1.584</b>	<b>47</b>
<b>Total proveitos operacionais</b>	<b>1.946</b>	<b>51</b>
<b>Total custos operacionais</b>	<b>921</b>	<b>52</b>
Amortização, depreciação e perdas por imparidade em ativos fixos	267	-
<b>Resultado operacional</b>	<b>1.026</b>	<b>(1)</b>
Custos financeiros líquidos	(54)	134
<b>Resultado antes de impostos</b>	<b>972</b>	<b>133</b>
Imposto sobre o rendimento	(602)	(18)
<b>Resultado líquido do exercício</b>	<b>370</b>	<b>115</b>

## 23. Proveitos operacionais

### Políticas contabilísticas

Para os segmentos de Refinação e Distribuição e Gás & Power, o rédito é reconhecido quando a Galp satisfaz a obrigação de desempenho ao transferir os produtos ou serviços prometidos para o cliente. O produto é transferido quando o cliente obtém o controlo do mesmo.

As vendas são mensuradas pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. As vendas são reconhecidas líquidas de impostos, com exceção do imposto sobre produtos petrolíferos, descontos e abatimentos.

Para o segmento de Exploração e Produção, o rédito resultante da produção de hidrocarbonetos de propriedades em que a Galp tem interesse em acordos conjuntos é reconhecido com base no interesse participativo da Galp (*entitlement*). O rédito resultante da produção de petróleo ao abrigo de contratos de partilha de

produção é reconhecido pelos montantes relativos às recuperações de custos da Galp e à parte da Galp na produção restante.

Conforme mencionado na Nota 10, a Galp realiza operações de *under* e *overlifting* da sua quota-parte no crude. No caso do *Underlifting*, o parceiro efetua um levantamento de barris que são pertença da Galp e efetua uma venda por conta do Grupo. Assim, a Galp regista uma conta a receber por contrapartida de um proveito operacional. No caso do *Overlifting*, esta situação ocorre quando a Galp efetua um levantamento de barris aos quais ainda não tem direito. Estes montantes são apresentados em Outros proveitos operacionais (Nota 23) e Outros custos operacionais (Nota 24), respetivamente.

As diferenças de câmbio decorrentes dos saldos de fornecedores e clientes são reconhecidas nos resultados operacionais.

A Galp, ao abrigo dos princípios contabilísticos descritos na IFRS 15, verificou também o enquadramento *Principal vs. Agente* em relação ao custo incorrido e bens e serviços prestados.

Um dos serviços verificados está relacionado com a atividade de comercialização de Gás Natural, nomeadamente no que se refere às tarifas de eletricidade e gás pagas às entidades de distribuição e reconhecidas como custos. Os serviços prestados ou prometidos a clientes finais contêm o custo das tarifas incluídas no preço e são reconhecidos como proveito operacional. A Galp concluiu que cada obrigação de desempenho definida contratualmente para fornecer o bem ou serviço especificado é da responsabilidade do Grupo, controlando assim os bens ou serviços fornecidos ao cliente, antes de os entregar aos clientes finais. A Galp atua, portanto, como *Principal* e não um Agente quando cumpre as obrigações contratuais.

	Unid: €m	
Proveitos operacionais	Dezembro 2018	Dezembro 2017 (reexpresso)
<b>Total de proveitos operacionais</b>	<b>17.322</b>	<b>15.307</b>
<b>Vendas</b>	<b>16.535</b>	<b>14.574</b>
Mercadorias	7.208	5.719
Produtos	9.297	8.866
Diferenças de câmbio	31	(11)
<b>Prestação de serviços</b>	<b>647</b>	<b>628</b>
<b>Outros proveitos operacionais</b>	<b>141</b>	<b>105</b>
Proveitos suplementares	63	84
<i>Underlifting</i>	22	-
Outros	56	21

A rubrica de proveitos suplementares inclui, entre outros, o montante de €38 m, relativos a débitos a terceiros pela utilização de ativos de gás relacionados com a atividade de E&P.

## 24. Custos operacionais

Os custos operacionais para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 detalham-se como segue:

Custos operacionais	Notas	Unid: €m	
		Dezembro 2018	Dezembro 2017 (reexpresso)
<b>Total de custos operacionais</b>		<b>15.693</b>	<b>14.193</b>
<b>Custo das vendas</b>		<b>12.763</b>	<b>11.379</b>
Matérias primas e subsidiárias		5.940	5.319
Mercadorias		4.236	3.406
Imposto sobre produtos petrolíferos		2.773	2.825
Variação da produção		(167)	(124)
Imparidades de inventários	9	37	1
Derivados financeiros e diferenças de câmbio		(57)	(48)
<b>Fornecimentos e serviços externos</b>		<b>1.780</b>	<b>1.617</b>
Subcontratos - uso da rede		450	460
Custos de produção de blocos		268	242
Transporte de mercadorias		222	145
Royalties		189	130
Custos de exploração de blocos		43	64
Outros custos		609	576
<b>Custos com pessoal</b>	<b>25</b>	<b>321</b>	<b>320</b>
<b>Amortização, depreciação e perdas por imparidade em ativos fixos</b>	<b>5; 6</b>	<b>691</b>	<b>762</b>
<b>Provisões e perdas por imparidades em contas a receber</b>		<b>5</b>	<b>37</b>
Provisões e reversões	17	(9)	22
Perdas por imparidade em contas a receber	10	14	15
<b>Outros custos operacionais</b>		<b>134</b>	<b>78</b>
Overlifting		55	-
Outros impostos		23	20
Licenças de CO2		12	8
Outros custos operacionais		43	49

A rubrica Subcontratos – utilização de redes refere-se a encargos pelo uso de: (i) rede de distribuição (URD); (ii) rede de transporte (URT) e (iii) sistema global (UGS), como incluído no preço das tarifas.

O montante de €189 m relativo a *royalties* refere-se maioritariamente à exploração e produção de petróleo e gás no Brasil. Os *royalties* são calculados tendo em conta uma taxa aplicável de 10% sobre os volumes de produção na proporção da participação da Galp valorizada ao preço de referência da ANP.

## 25. Custos com pessoal

### Políticas contabilísticas

#### Remuneração dos empregados

Remunerações, salários, contribuições para a segurança social, férias anuais e baixa por doença, gratificações e benefícios não monetários são reconhecidos no exercício em que os serviços associados são prestados pelos empregados da Galp.

#### Remuneração dos órgãos sociais

Ao abrigo da política atualmente adotada, a remuneração dos órgãos sociais da Galp inclui todas as remunerações devidas pelo exercício de cargos em sociedades do Grupo e as especializações dos custos relativos a valores a imputar a este período.

	Unid: €m	
	Dezembro 2018	Dezembro 2017
<b>Remuneração dos empregados</b>	<b>321</b>	<b>320</b>
Capitalização de custos com pessoal	(7)	(8)
<b>Total de custos com pessoal do exercício</b>	<b>328</b>	<b>328</b>
Remuneração dos órgãos sociais	8	7
Salários	221	218
Encargos sociais	51	51
Benefícios de reforma - pensões e seguros (Nota 16)	24	28
Outros seguros	9	8
Diferenças cambiais	-	1
Outros custos	15	15
<b>Remuneração dos Órgãos Sociais</b>	<b>8</b>	<b>7</b>
<b>Órgãos sociais da Galp Energia SGPS</b>	<b>7</b>	<b>6</b>
Salários e prémios	6	5
Contribuição para fundo de pensões	1	1
<b>Órgãos sociais das subsidiárias</b>	<b>1</b>	<b>1</b>
Salários e prémios	1	1
<b>Número de empregados a tempo integral a 31.12</b>	<b>6.360</b>	<b>6.389</b>

## 26. Proveitos e custos financeiros

### Políticas contabilísticas

Os proveitos e custos financeiros incluem juros suportados relativos a empréstimos externos, empréstimos de/a partes relacionadas e planos de benefícios de reforma e outros benefícios. Outros proveitos e custos financeiros resultantes de outros ativos ou passivos financeiros não estão incluídos nesta rubrica.

Os encargos financeiros com empréstimos obtidos são registados como custo financeiro de acordo com o princípio da especialização dos exercícios. Os encargos financeiros, resultantes de empréstimos contraídos, genéricos e específicos, para financiar os investimentos em ativos fixos, são imputados a ativos fixos em curso, na proporção dos gastos totais incorridos naqueles investimentos líquidos de recebimentos de subsídios ao investimento, até à entrada em funcionamento dos mesmos. Os restantes são reconhecidos na rubrica de gastos financeiros na demonstração de resultados do exercício. Os eventuais proveitos por juros obtidos com empréstimos diretamente relacionados com o financiamento de ativos fixos em construção são deduzidos aos encargos financeiros capitalizáveis. Os encargos financeiros incluídos nos ativos fixos são depreciados de acordo com o período de vida útil dos bens respetivos.

	Unid: €m	
	Dezembro 2018	Dezembro 2017 (reexpresso)
<b>Custos financeiros líquidos</b>	<b>(12)</b>	<b>(14)</b>
<b>Proveitos financeiros</b>	<b>45</b>	<b>38</b>
Juros obtidos - depósitos bancários	32	25
Juros obtidos e outros proveitos - partes relacionadas	10	8
Outros proveitos financeiros	3	6
<b>Custos financeiros</b>	<b>(57)</b>	<b>(52)</b>
Juros suportados - empréstimos bancários, empréstimos obrigacionistas, descobertos bancários e outros	(78)	(94)
Juros suportados - partes relacionadas	(5)	(9)
Juros capitalizados nos ativos fixos (Nota 5)	49	77
Juros líquidos com benefícios de reforma e outros benefícios (Nota 16)	(7)	(8)
Encargos relacionados com empréstimos	(9)	(13)
Outros custos financeiros	(7)	(5)

## 27. Compromissos

O total de obrigações contratuais e os passivos não correntes reconhecidos detalham-se como segue (pagamentos devidos por período):

	Unid: €m			
	1-3 anos	3-5 anos	Mais de 5 anos	Total
<b>Obrigação total reconhecida na demonstração da posição financeira</b>	<b>92</b>	<b>46</b>	<b>155</b>	<b>293</b>
Benefícios pós-emprego	65	26	14	105
Outros benefícios	27	20	141	188
<b>Obrigação total não reconhecida na demonstração da posição financeira</b>	<b>2.138</b>	<b>706</b>	<b>1.300</b>	<b>4.144</b>
Compras de gás natural	2.951	1.022	1.340	5.313
Vendas de gás natural	(813)	(316)	(40)	(1.169)

As compras de gás natural referem-se a compromissos contratuais de compra de gás natural em contratos de longo prazo com cláusulas de "Take-or-pay" negociadas e mantidas para uso próprio. Esses contratos são normalmente assinados por períodos de 20 a 25 anos, exigem uma quantidade mínima de compra e estão sujeitos a mecanismos de revisão de preços indexados a cotações internacionais de petróleo/gás. Os valores foram calculados com base nos preços do gás natural em 31 de dezembro de 2018.

A posição de venda de gás natural refere-se a compromissos contratuais para a venda de gás natural em contratos de médio e longo prazo com cláusulas "Take-or-pay" negociadas. Os montantes foram calculados com base nos preços do gás natural em 31 de dezembro de 2018.

Decorrente das suas operações comerciais, o Grupo celebrou contratos, no âmbito dos quais assumiu compromissos para fins comerciais, regulatórios ou outros fins operacionais. Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, as responsabilidades com garantias concedidas são as seguintes:

	Unid: €m	
	Dezembro 2018	Dezembro 2017
<b>Total de garantias prestadas</b>	<b>3.565</b>	<b>1.608</b>
Venture Global, LLC	1.747	-
Contratos de afretamento FPSO	1.269	1.211
Projeto Coral South FLNG	176	93
Petrobras	80	82
ANP	27	13
Outras relacionadas com atividades principais	266	209
<b>Empréstimos bancários sujeitos a covenants</b>	<b>900</b>	<b>300</b>

Nos termos do contrato estabelecido em abril de 2018 com a Venture Global, LLC, relacionado com o Contrato de Compra e Venda de GNL, a Galp prestou uma garantia no valor total do contrato (USD 2 bn).

Em relação ao contrato de afretamento de quatro FPSOs, a Galp prestou uma garantia no valor de USD1.452 m, em nome da Tupi, BV, que representa a proporção da Galp no consórcio do BM-S-11.

Ao abrigo do financiamento do projeto Coral South FLNG, a Galp Energia SGPS deverá prestar uma garantia (DSU-Debt Service Undertaking) sobre a totalidade do montante em dívida a cada momento na proporção da sua participação. Esta garantia deverá terminar no momento do Actual Completion Date (estimado

para o ano 2024) caso não existam obrigações em aberto. A 31 de dezembro de 2018, a parcela Galp da DSU ascendia a €158 m. Também no âmbito deste financiamento, a Galp Energia, SGPS, S.A. presta uma garantia que cobre 1/9 da DSU em nome da ENH ("Empresa Nacional de Hidrocarbonetos, um dos membros do consórcio do projeto Coral South FLNG), o que corresponde à participação da Galp no consórcio excluindo a ENH. A 31 de dezembro de 2018, a parcela da Galp na DSU relativa à ENH ascendia a €18 m.

A garantia dada à Petróleo Brasileiro S.A. ("Petrobras") no valor de €80 m é devida para garantir o contrato de fornecimento de gás dos módulos de desenvolvimento do piloto de Lula e Lula NE.

Foram ainda concedidas garantias à Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) para contratos de concessão de exploração de petróleo bruto, no valor de €27 m. A garantia foi concedida em conexão com a realização dos programas mínimos de exploração, em que a Galp, como membro do consórcio, é obrigada a realizar certas atividades sísmicas e perfuração de poços durante o período de exploração.

O grupo Galp tem empréstimos bancários que, em alguns casos, têm cláusulas que podem, se acionadas pelos bancos, levar ao reembolso antecipado dos montantes emprestados. Em 31 de dezembro de 2018, a dívida de médio/longo prazo ascendia a €2,7 mil milhões. Deste montante, os contratos com *covenants* correspondem a €0,9 mil milhões. Os *covenants* existentes são definidos essencialmente para garantir o cumprimento dos rácios financeiros que monitorizam a posição financeira da Empresa, incluindo sua capacidade para fazer face ao serviço da dívida. O rácio Dívida Líquida Total sobre EBITDA consolidado é o mais utilizado e em 31 de dezembro de 2018 era de 0,8x de acordo com a metodologia definida nos contratos. O rácio estipulado nos contratos é, em termos gerais, de 3,5 – 3,75 x EBITDA.

## 28. Transações com partes relacionadas

O Grupo realizou as seguintes transações relevantes com partes relacionadas:

Parte relacionada	Notas	Dezembro 2018		Dezembro 2017	
		corrente	não corrente	corrente	não corrente
<b>Ativos</b>		266	60	539	30
Associadas		20	16	12	7
Empreendimentos conjuntos		10	43	20	22
Tip Top Energy, SARL	10	176	-	459	-
Winland International Petroleum, SARL		42	-	29	-
Outras partes relacionadas		18	-	20	-
<b>Passivos</b>		(100)	-	(107)	(158)
Associadas		(8)	-	(7)	-
Empreendimentos conjuntos		(76)	-	(80)	-
Winland International Petroleum, SARL	14(i)	(9)	-	(17)	(157)
Outras partes relacionadas		(7)	-	(3)	(1)

Transações	Dezembro 2018			Dezembro 2017		
	Compras	Custos/ (proveitos) operacionais	Custos/ (proveitos) financeiros (Nota 26)	Compras	Custos/ (proveitos) operacionais	Custos/ (proveitos) financeiros (Nota 26)
	102	(158)	(5)	73	(135)	1
Associadas	85	(7)	-	73	(19)	-
Empreendimentos conjuntos	-	74	-	-	76	-
Tip Top Energy, SARL	-	-	(10)	-	-	(7)
Winland International Petroleum, SARL	-	-	5	-	-	9
Outras partes relacionadas	17	(226)	-	-	(192)	(1)

## 29. Empresas do grupo Galp

Sempre que uma entidade é adquirida ou a participação modificada, é exercido julgamento por parte da Administração de forma a proporcionar uma imagem fiel e clara das demonstrações financeiras consolidadas. Nesta avaliação, são considerados diversos fatores para suportar a tomada de decisão, nomeadamente:

- poder sobre a investida;
- exposição ou direito a resultados variáveis por via do seu relacionamento com a investida; e
- a capacidade de usar o seu poder sobre a investida para afetar o valor dos resultados para os investidores.

São ainda minuciosamente analisados os Acordos parassociais e as cláusulas contratuais, no sentido de identificar se as mesmas são substantivas quanto à existência de controlo ou se apenas são conferidos direitos de proteção ao investidor. É ainda avaliada a substância sobre a forma legal destes acordos no âmbito do tratamento contabilístico a adotar.

## Perímetro de consolidação

As empresas incluídas na consolidação, de acordo com o método de consolidação integral são divulgadas abaixo.

Atividade: ● Exploração & Produção ● Refinação & Distribuição ● Gás & Power ● Outras		
Empresa e sede social	Percentagem de capital detido	Atividade
<b>Empresa mãe</b>		
Galp Energia, SGPS, S.A., Portugal		●
<b>Subsidiárias por grupo</b>		
Galp Energia, S.A., Portugal	100%	●
<b>Subgrupo Galp Energia E&amp;P</b>		
Galp Energia E&P, B.V., Holanda	100%	●
Galp Sinopec Brazil Services B.V., Holanda	70%	●
Galp E&P Brazil B.V., Holanda	100%	●
Galp Energia Brasil, S.A., Brasil	100%	●
Petrogal Brasil, B.V., Holanda	100%	●
Petrogal Brasil, S.A., Brasil	70%	●
Galp Exploração Serviços do Brasil, Lda., Brasil	100%	●
Galp East Africa B.V., Holanda	100%	●
Galp Energia Rovuma B.V., Holanda	100%	●
Galp Energia Rovuma BV (Sucursal Moçambique), Moçambique	-	●
Galp Exploração e Produção Petrolífera, S.A., Portugal	100%	●
Galp Energia São Tomé e Príncipe Unipessoal, Limitada; S. Tomé e Príncipe	100%	●
Galp Energia Overseas B.V., Holanda	100%	●
Galp Energia Overseas Block 14 B.V., Holanda	100%	●
Galp Energia Overseas Block 14 B.V. – Sucursal em Angola, Angola	-	●
Galp Energia Overseas Block 32 B.V., Holanda	100%	●
Galp Energia Overseas Block 32 B.V. – Sucursal em Angola, Angola	-	●
Galp Energia Overseas Block 33 B.V., Holanda	100%	●
Galp Energia Overseas Block 33 B.V. – Sucursal em Angola, Angola	-	●
Galp Energia Overseas LNG B.V., Holanda	100%	●
Galp Energia Overseas LNG B.V. – Sucursal em Angola; Angola	-	●
Galp Bioenergy B.V., Holanda	100%	●
Windhoek PEL 23 B.V., Holanda	100%	●
Windhoek PEL 23 B.V. (Sucursal na Namíbia); Namíbia	-	●
Windhoek PEL 28 B.V., Holanda	100%	●
Windhoek PEL 28 B.V. (Sucursal na Namíbia); Namíbia	-	●
Galp Trading, S.A., Suíça	100%	●
Tagus Re, S.A.; Luxemburgo	100%	●
Galp Alentejo E&P, S.A., Portugal	100%	●
ISPG - Centro Tecnológico, S.A., Brasil	100%	●
<b>Subgrupo GDP</b>		
Galp Gás e Power, SGPS, S.A., Portugal	100%	●
Lisboagás Comercialização, S.A., Portugal	100%	●
GDP Gás de Portugal, S.A., Portugal	100%	●
Galp Parques Eólicos de Alcoutim Lda, Portugal *	100%	●
Lusitaniagás Comercialização, S.A., Portugal	100%	●

## Atividade: • Exploração &amp; Produção • Refinação &amp; Distribuição • Gás &amp; Power • Outras

Empresa e sede social	Percentagem de capital detido	Atividade
Setgás Comercialização, S.A., Portugal	100%	•
Carriço Cogeração Sociedade de Geração de Electricidade e Calor, S.A., Portugal	65%	•
Galp Power, S.A., Portugal	100%	•
Agroger - Sociedade de Cogeração do Oeste, S.A., Portugal	100%	•
Galp Gás Natural, S.A., Portugal	100%	•
Transgás Armazenagem - Soc. Portuguesa de Armazenagem de Gás Natural, S.A., Portugal	100%	•
Transgás, S.A., Portugal	100%	•
<b>Subgrupo Petrogal</b>		
Petrogal, S.A., Portugal	100%	•
Petrogal, S.A. (Sucursal na Venezuela); Venezuela	-	•
Petróleos de Portugal - Petrogal, S.A. (Sucursal em Espanha), Espanha	-	•
Galp Energia España, S.A., Espanha	100%	•
Galpgest - Petrogal Estaciones de Servicio, S.L.U., Espanha	100%	•
Galp Açores S.A., Portugal	100%	•
Saaga - Sociedade Açoreana de Armazenagem de Gás, S.A., Portugal	68%	•
Galp Madeira S.A., Portugal	100%	•
CLCM - Companhia Logística de Combustíveis da Madeira, S.A., Portugal	75%	•
Gasinsular - Combustíveis do Atlântico, S.A., Portugal	100%	•
Sacor Marítima, S.A., Portugal	100%	•
C.L.T. - Companhia Logística de Terminais Marítimos, S.A., Portugal	100%	•
Sempre a Postos - Produtos Alimentares e Utilidades, Lda., Portugal	75%	•
Tanquisado - Terminais Marítimos, S.A., Portugal	100%	•
Galpgeste - Gestão de Áreas de Serviço, S.A., Portugal	100%	•
Galp Energia Portugal Holdings B.V., Holanda	100%	•
Galp Exploração e Produção (Timor-Leste), S.A., Portugal	100%	•
Enerfuel, S.A., Portugal	100%	•
Portcogeração, S.A., Portugal	100%	•
Galp Marketing Internacional, S.A., Portugal	100%	•
Petrogal Guiné-Bissau, Lda., Guiné-Bissau	100%	•
Petromar - Sociedade de Abastecimentos de Combustíveis, Lda., Guiné-Bissau	80%	•
Petrogás - Importação, Armazenagem e Distribuição de Gás, Lda., Guiné-Bissau	65%	•
C.L.C. Guiné Bissau - Companhia Logística de Combustíveis da Guiné Bissau, Lda., Guiné-Bissau***	90%	•
Empresa Nacional de Combustíveis - Enacol, S.A.R.L., Cabo Verde**	48%	•
Enamar - Sociedade Transportes Marítimos, Sociedade Unipessoal, S.A., Cabo Verde**	48%	•
EnacolGest, Lda., Cabo Verde**	48%	•
Petrogal Moçambique, Lda., Moçambique	100%	•
Galp Moçambique, Lda., Moçambique	100%	•
Galp Moçambique, Lda. (Sucursal no Malawi), Malawi	-	•
Galp Swaziland (PTY) Limited, Eswatini	100%	•
Petrogal Angola, Lda., Angola	100%	•

\* Esta empresa foi constituída em 22 de maio de 2018, e tem como objeto principal a produção de energia elétrica e o desenvolvimento de projetos de energia renovável;

\*\* O Grupo controla as políticas financeiras e operacionais da Enacol e espera-se que continue a fazê-lo por meio de uma maioria representativa de votos nas reuniões do Conselho de Administração;

\*\*\* Em dezembro de 2018, o Grupo adquiriu 45% desta subsidiária e obteve o controlo de mais de 90% do capital, sendo esta empresa consolidada em 31 de dezembro de 2018.

## Operações conjuntas não incorporadas

Consórcio	Interesse participativo Galp
<b>Consórcio no Brasil</b>	
BM-S-8*	17%
BM-S-11	10%
BM-S-24	20%
BT-POT-32	50%
BT-POT-51	50%
BT-SEAL-13	50%
BM-POT-17	20%
BM-POT-16	20%
PEPB-M-783	20%
PEPB-M-839	20%
BAR-300	10%
BAR-342	10%
BAR-344	10%
BAR-388	10%
PN-T-136	50%
PN-T-150	50%
PN-T-166	50%
PN-T-182	50%
POT-M-764	20%
Carcará Norte	20%
C-M-791**	20%
Bloco Uirapuru***	14%
<b>Consórcio em Moçambique</b>	
Área 4	10%
<b>Consórcio em Angola</b>	
Bloco 14	9%
Bloco 14K	4,5%
Bloco 32	5%
Bloco 33	5,33%
Sonagas	10%
<b>Consórcio em Timor-Leste</b>	
Bloco (E) SO6-04	10%
<b>Consórcio na Namíbia</b>	
PEL82****	40%
PEL83	80%
<b>Consórcio no Uruguai</b>	
Área 3	20%
Área 4	20%
<b>Consórcio em S. Tomé e Príncipe</b>	
Bloco 6	45%
Bloco 5	20%
Bloco 11	20%
Bloco 12	20%

\* Durante o ano de 2018, a Galp aumentou o seu interesse participativo no Bloco BM-S-8 em 3% a partir de uma aquisição junto da Equinor;

\*\* Nos termos da 15ª Rodada, promovida pela ANP, foi atribuído à Galp um bloco exploratório (C-M-791), cujo interesse participativo corresponde a 20%;

\*\*\* A Galp adquiriu um interesse participativo de 14% no Bloco Exploratório Uirapuru, nos termos da 4ª Rodada de Partilha de produção, promovida pela ANP;

\*\*\*\* Durante o ano, ocorreu um processo de "farm-down", resultando na alienação de 40% do interesse participativo no PEL82 a uma subsidiária da ExxonMobil, mantendo-se no entanto como Operador do Consórcio.

## Associadas

Atividade: ● Exploração & Produção  
● Refinação & Distribuição ● Gás & Power ● Outras

Empresa e sede social	Percentagem de capital detido	Atividade
EMPL - Europe Maghreb Pipeline, Ltd, Espanha	22,80%	●
Gasoduto Al-Andaluz, S.A., Espanha	33,04%	●
Gasoduto Extremadura, S.A., Espanha	49,00%	●
Metragaz, S.A., Marrocos	22,64%	●
Sodigás-Sociedade Industrial de Gases, S.A.R.L., Cabo Verde	45,31%	●
Energin - Sociedade de Produção de Electricidade e Calor, S.A., Portugal	35,00%	●
Geo Alternativa, S.L., Espanha	25,00%	●
IPG Galp Beira Terminal Lda, Moçambique	45,00%	●
Galp IPG Matola Terminal Lda, Moçambique	45,00%	●
Aero Serviços, SARL - Sociedade Abastecimento de Serviços Aeroportuários, Guiné-Bissau*	50,00%	●
Sonangal - Sociedade Distribuição e Comercialização de Combustíveis, Lda., Angola	49,00%	●
Terparque - Armazenagem de Combustíveis, Lda., Portugal	23,50%	●

\* A Galp detém influência significativa, apesar de deter 50% das ações da Aero Serviços, SARL.

## Operações conjuntas incorporadas

Atividade: ● Exploração & Produção  
● Refinação & Distribuição ● Gás & Power ● Outras

Empresa e sede social	Percentagem de capital detido	Atividade
Sigás - Armazenagem, de Gás, A.C.E., Portugal	60,00%	●
Pergás - Armazenamento, de Gás, A.C.E., Portugal	51,00%	●
Multiservicios Galp Barcelona, Espanha	50,00%	●

## Empreendimentos conjuntos

Atividade: ● Exploração & Produção ● Refinação & Distribuição ● Gás & Power ● Outras		
Empresa e sede social	Percentagem de capital detido	Atividade
Tupi B.V., Holanda*	10,00%	●
Iara B.V., Holanda*	10,00%	●
Coral FLNG, S.A., Moçambique*	10,00%	●
Coral South FLNG DMCC, Emirados Árabes Unidos*	10,00%	●
C.L.C. - Companhia Logística de Combustíveis, S.A., Portugal*	65,00%	●
Galp Disa Aviacion, S.A., Espanha	50,00%	●
Asa - Abastecimento e Serviços de Aviação, Lda., Portugal	50,00%	●
CaiaGESTE - Gestão de Áreas de Serviço, Lda., Portugal	50,00%	●
Galpek, Lda, Portugal	50,00%	●
Ventinveste, S.A., Portugal*	51,50%	●
Parque Eólico de Vale Grande, S.A., Portugal*	51,50%	●
Belem Bioenergia Brasil, S.A., Brasil	50,00%	●
<b>Subgrupo Galp Gás Natural Distribuição</b>		
Galp Gás Natural Distribuição, S.A., Portugal*	77,50%	●
Beiragás - Companhia de Gás das Beiras, S.A., Portugal*	46,19%	●
Dianagás - Soc. Distrib. de Gás Natural de Évora, S.A., Portugal*	77,50%	●
Duriensegás - Soc. Distrib. de Gás Natural do Douro, S.A., Portugal*	77,50%	●
Lisboagás - Sociedade Distribuidora de Gás Natural de Lisboa, S.A., Portugal*	77,50%	●
Lusitaniagás - Companhia de Gás do Centro, S.A., Portugal*	75,12%	●
Medigás - Soc. Distrib. de Gás Natural do Algarve, S.A., Portugal*	77,50%	●
Paxgás - Soc. Distrib. de Gás Natural de Beja, S.A., Portugal*	77,50%	●
Setgás - Sociedade de Produção e Distribuição de Gás, S.A., Portugal*	77,45%	●
Tagusgás - Empresa de Gás do Vale do Tejo, S.A., Portugal	32,03%	●
Tagusgás Propano, S.A., Portugal	32,03%	●

\* Apesar de o Grupo deter mais ou menos de 50% da participação, a entidade é classificada como empreendimento conjunto uma vez que existem acordos parassociais que conferem controlo partilhado de gestão operacional e financeiro da Empresa.

## 30. Eventos subsequentes

### Políticas contabilísticas

Os eventos após a data das demonstrações financeiras que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data das demonstrações financeiras são divulgados no anexo às demonstrações financeiras consolidadas, se significativos.

A 1 de fevereiro de 2019, a FPSO P-67 entrou em produção na área de Lula Norte, no pré-sal da bacia de Santos (consórcio do BM-S-11). Está previsto que a FPSO seja interligada a um total de nove poços produtores e seis injetores. Esta unidade terá capacidade para processar diariamente 150 mil barris de petróleo e 6 milhões de metros cúbicos de gás natural.

## 31. Aprovação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras consolidadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 12 de março de 2019.

Contudo, as mesmas estão ainda sujeitas à aprovação da Assembleia Geral de Acionistas, nos termos da legislação comercial em vigor em Portugal.

### **Presidente**

Paula Amorim

### **Vice-presidentes**

Miguel Athayde Marques

Carlos Gomes da Silva

### **Vogais**

Filipe Crisóstomo Silva

Thore E. Kristiansen

Sérgio Gabrielli de Azevedo

Abdul Magid Osman

Marta Amorim

Raquel Vunge

Carlos Costa Pina

Francisco Teixeira Rêgo

Jorge Seabra de Freitas

José Carlos Silva

Pedro Ricardo

Tiago Câmara Pestana

Rui Paulo Gonçalves

Luís Todo Bom

Diogo Tavares

Joaquim Borges Gouveia

### **Contabilista certificado**

Carlos Alberto Nunes Barata

## 9.1.b

## Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria



### **Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria**

#### **Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras consolidadas**

##### **Opinião**

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas da Galp Energia S.G.P.S., S.A. (o Grupo), que compreendem a demonstração da posição financeira consolidada em 31 de dezembro de 2018 (que evidencia um total de 12.687 milhões de euros e um total de capital próprio, incluindo interesses que não controlam, de 6.047 milhões de euros, incluindo um resultado líquido de 892 milhões de euros), a demonstração dos resultados e do rendimento integral consolidados, a demonstração consolidada das alterações no capital próprio e a demonstração consolidada dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras consolidadas que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira consolidada da Galp Energia S.G.P.S., S.A. em 31 de dezembro de 2018 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa consolidados relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia.

##### **Bases para a opinião**

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISAs) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas” abaixo. Somos independentes das entidades que compõem o Grupo nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

##### **Matérias relevantes de auditoria**

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras consolidadas como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias. Consideramos que as matérias descritas abaixo são as matérias relevantes de auditoria a comunicar neste relatório.

PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.  
 Sede: Palácio Sottomayor, Rua Sousa Martins, 1 - 3º, 1069-316 Lisboa, Portugal  
 Receção: Palácio Sottomayor, Avenida Fontes Pereira de Melo, nº16, 1050-121 Lisboa, Portugal  
 Tel +351 213 599 000, Fax +351 213 599 999, www.pwc.pt  
 Matriculada na CRC sob o NUPC 506 628 752, Capital Social Euros 314.000  
 Inscrita na lista das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o nº 183 e na CMVM sob o nº 20161485

PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda. pertence à rede de entidades que são membros da PricewaterhouseCoopers International Limited, cada uma das quais é uma entidade legal autónoma e independente.

**Matérias relevantes de auditoria****Síntese da abordagem de auditoria****Imparidade de ativos não correntes no  
negócio de Exploração e Produção  
Petrolífera**

*Divulgações relacionadas com ativos não correntes do  
negócio de Exploração e Produção apresentadas nas  
notas 5 e 6 das demonstrações financeiras consolidadas.*

O portfólio dos ativos de exploração é dividido maioritariamente entre blocos petrolíferos em Angola, Brasil e Moçambique. Os referidos investimentos, líquidos de perdas por imparidade, na demonstração da posição financeira consolidada a 31 de dezembro de 2018 ascendem a 3.706 milhões de euros (2017 reexpresso: 3.318 milhões de euros).

A análise de recuperabilidade dos ativos de exploração petrolífera é efetuada com base num modelo de cash-flows descontados, o qual é intrinsecamente subjetivo devido, entre outros fatores, à avaliação das reservas petrolíferas (estimadas com base em avaliações efetuadas por avaliadores externos, os quais possuem vasta experiência no Mercado em que o Grupo opera), cotações futuras estimadas de crude e gás, estimativas de custos operacionais e investimentos necessários para a exploração das reservas estimadas pelo consórcio operador de cada bloco e definição da taxa de desconto a aplicar.

A relevância deste assunto na nossa auditoria resulta da existência de imprevisibilidade de desfecho sobre as estimativas significativas, aliada ao facto de pequenas variações nos pressupostos, poderem resultar numa alteração relevante nas demonstrações financeiras.

A volatilidade dos preços (correntes e futuros) do crude e do gás, à luz da conjuntura atual, tem colocado uma pressão adicional na valorização dos ativos de exploração petrolífera, com impactos significativos nas demonstrações financeiras do Grupo.

Em resultado dos testes de imparidade efetuados pela Gestão, foi reconhecida uma reversão parcial das perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores no montante de 18 milhões de euros nos ativos não correntes do negócio de Exploração e Produção.

A abordagem a esta matéria relevante de auditoria consistiu em:

- avaliação crítica e análise corroborativa sobre pressupostos utilizados no teste de imparidade preparado pela Gestão, tendo sido definidos os seguintes como mais significativos: reservas/volumes recuperáveis e níveis de investimento necessário para recuperação destes volumes, preços futuros estimados de petróleo e gás e taxas de desconto aplicadas para refletir o efeito temporal dos cash-flows futuros.
- entendimento e avaliação dos controlos desenhados e operacionalizados pela Gestão para monitorização do valor recuperável dos ativos de exploração petrolífera;
- verificação da metodologia utilizada pela gestão para calcular o valor recuperável dos ativos alocados a cada unidade geradora de caixa, de forma a determinar a sua conformidade com as políticas contabilísticas em vigor e consistência da sua aplicabilidade;
- no que respeita às reservas, foi avaliada a consistência dos volumes recuperáveis considerados pela Gestão com o relatório do especialista independente preparado com referência a 31 de dezembro de 2018, e discutida com a Gestão a evolução das referidas reservas face ao modelo de produção dos blocos e descobertas realizadas, comparativamente com avaliações anteriores. A este respeito, efetuámos ainda uma avaliação da competência, integridade e independência do especialista avaliador;
- corroboração das estimativas de cash-flows futuros tendo questionado a Gestão quando à adequação das mesmas aos preços futuros estimados pelo mercado (*market forward prices*) e dos orçamentos de investimento/custo aprovados pelo consórcio de cada bloco. Efetuámos análises de sensibilidade quanto aos principais *inputs* dos modelos de *cash-flows*; e
- avaliação dos *inputs* específicos quanto à determinação da taxa de desconto, incluindo a avaliação da taxa *risk-free* e riscos geográficos, bem como custo de capital/financiamento do Grupo. Estes *inputs* foram comparados também com as taxas utilizadas nos mercados internacionais em que o Grupo opera.

Verificámos também a adequação das divulgações associadas às perdas de imparidade reconhecidas nas demonstrações financeiras consolidadas, considerando os requisitos do normativo contabilístico aplicável.

**Matérias relevantes de auditoria****Síntese da abordagem de auditoria****Recuperabilidade de ativos não correntes em Espanha**

*Divulgações relacionadas com ativos não correntes em Espanha apresentadas nas notas 5, 6 e 15 das demonstrações financeiras consolidadas.*

A 31 de dezembro de 2018 o montante dos ativos não correntes reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo Galp, relacionados com a distribuição de produtos refinados em Espanha, ascende a 358 milhões de euros (Ativos fixos tangíveis: 247 milhões de euros; Ativos intangíveis: 69 milhões de euros; Impostos diferidos ativos: 42 milhões de euros).

De acordo com a IAS 36 - Imparidade de ativos a Gestão deverá efetuar uma revisão anual de imparidade e avaliar se existem indicadores de imparidade relativamente ao valor contabilístico dos ativos não correntes. O valor contabilístico da unidade geradora de caixa (UGC) é comparado com o valor recuperável, que é o maior entre o valor em uso e o justo valor menos os custos de venda. A distribuição de produtos refinados em Espanha foi considerada pela Gestão como uma única unidade geradora de caixa. A 31 de dezembro de 2018 o Grupo determinou o valor recuperável das suas unidades geradoras de caixa através do valor de uso.

Adicionalmente, a Gestão procede à análise da recuperabilidade dos impostos diferidos ativos associados à unidade geradora de caixa em função das estimativas de resultados fiscais futuros, em conformidade com a IAS 12 – Impostos sobre o rendimento.

A relevância deste assunto na nossa auditoria resulta da complexidade e elevado nível de julgamento do modelo de imparidade. O cálculo do valor recuperável requer a utilização de estimativas e pressupostos por parte da Gestão que dependem de previsões económicas e de mercado, nomeadamente no que se refere a cash-flows futuros, taxas de crescimento na perpetuidade e taxas de desconto a utilizar.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, em resultado dos testes de imparidade efetuados pela Gestão, não foram identificadas perdas por imparidade adicionais nos ativos não correntes afetos à distribuição de produtos refinados em Espanha. Adicionalmente, em resultado da recuperação registada no período e da reapreciação anual efetuada sobre as diferenças temporárias subjacentes aos ativos por impostos diferidos foram reduzidos em 7

Verificámos os testes de imparidade, baseados em modelos de fluxos de caixa descontados, através dos seguintes procedimentos:

- verificação da exatidão aritmética do modelo;
- comparação dos fluxos de caixa futuros considerados no teste de imparidade com o orçamento e plano aprovado pela comissão executiva;
- aferição da razoabilidade das projeções de fluxos de caixa futuros comparando com a performance histórica;
- avaliação da adequação da taxa de desconto utilizada;
- realização de análises de sensibilidade através de alteração de pressupostos relevantes; e
- avaliação das estimativas e julgamentos assumidos pela Gestão, subjacentes aos pressupostos relevantes que suportam o modelo.

Para efeitos de aferição sobre a recuperabilidade dos impostos diferidos ativos, comparámos a projeção de resultados fiscais futuros com as projeções de fluxos de caixa acima referidas, verificámos a exatidão aritmética do cálculo e avaliámos a adequação da taxa de imposto considerada.

Verificámos também a adequação das divulgações associadas aos testes de imparidade e impostos diferidos, constantes nas demonstrações financeiras consolidadas, considerando os requisitos do normativo contabilístico aplicável.

**Matérias relevantes de auditoria****Síntese da abordagem de auditoria**

milhões de euros os ativos por impostos diferidos no exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

**Litígios e contingências fiscais**

*Divulgações relacionadas com litígios e contingências fiscais apresentadas nas notas 15, 17 e 27 das demonstrações financeiras consolidadas.*

A dimensão e estrutura do Grupo Galp e a dispersão da sua atividade operacional origina um acréscimo na complexidade do registo dos impostos nas demonstrações financeiras do Grupo. Consequentemente, o Grupo tem diversas questões fiscais em aberto, nomeadamente resultantes de processos de inspeção fiscal em Portugal e imposto sobre o rendimento petrolífero em Angola, registando provisões sempre que considera que é provável um desfecho desfavorável ao Grupo, de acordo com o preconizado na IAS 37. A avaliação da probabilidade de desfecho é suportada no parecer dos seus assessores jurídicos e fiscais assim como no julgamento efetuado pela Gestão relativamente a estas matérias. A 31 de dezembro de 2018 o montante de provisões com impostos apresentado nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo Galp ascende a 305 milhões de euros (2017: 280 milhões de euros).

A relevância deste assunto na nossa auditoria resulta da complexidade e do nível de julgamento inerente às matérias fiscais em questão, assim como ao nível da imprevisibilidade associada ao respetivo desfecho.

**Successful Efforts Method - alteração de política contabilística para reconhecimento dos dispêndios de exploração e avaliação de recursos petrolíferos**

*Divulgações relacionadas com alteração de política contabilística associada aos dispêndios de exploração e avaliação de recursos petrolíferos apresentadas nas notas 3 e 5 das demonstrações financeiras consolidadas.*

De acordo com a política contabilística seguida pelo Grupo Galp desde 1999 até 2017 (inclusive), as despesas de exploração encontravam-se capitalizadas como ativo tangível, conforme permitido pela IFRS 6, sendo posteriormente depreciadas durante o período de produção, caso ocorressem descobertas de reservas comercialmente viáveis.

Com efeitos a 1 de janeiro de 2018, o Grupo Galp decidiu proceder a uma alteração de política contabilística quanto

Os procedimentos de auditoria realizados incluíram:

- obtenção da listagem detalhada das contingências fiscais e legais em aberto, categorizada pela probabilidade de desfecho;
- compreensão dos processos de contingências fiscais e legais;
- obtenção e análise das respostas aos pedidos de confirmação de advogados externos;
- inquérito à Gestão e aos responsáveis da área legal e fiscal sobre as estimativas e julgamentos efetuados.

Verificámos também a adequação das divulgações apresentadas nas notas às demonstrações financeiras consolidadas, considerando os requisitos do normativo contabilístico aplicável.

Os procedimentos de auditoria realizados incluíram:

- verificação da aceitação da política contabilística adotada, à luz do normativo IAS/IFRS em vigor, nomeadamente IAS 8 e IFRS 6;
- obtenção do cálculo efetuado pela Gestão relativamente ao impacto da aplicação da política contabilística adotada;

<b>Matérias relevantes de auditoria</b>	<b>Síntese da abordagem de auditoria</b>
<p>ao reconhecimento dos custos de exploração relativos a estudos de geologia e geofísica e gastos relacionados, passando a reconhecê-los como gastos operacionais do período, quando incorridos.</p> <p>A revisão de política contabilística foi determinada pela Gestão tendo em consideração que a nova abordagem se traduz no reporte de informação mais fiável, comportando uma abordagem mais prudente e permitindo maior comparabilidade entre os restantes <i>players</i> relevantes da indústria.</p> <p>A relevância deste assunto na nossa auditoria resulta do impacto da referida operação nas demonstrações financeiras consolidadas a 31 de dezembro de 2018 e correspondente reexpressão dos valores comparativos com referência a 31 de dezembro de 2017.</p>	<p>- revisão dos cálculos efetuados e da categorização dos dispêndios à luz da política contabilística adotada, tendo por base a informação presente nos registos de ativos, sujeitos a procedimentos de auditoria em exercícios anteriores, e informação obtida junto do Operador dos Blocos petrolíferos detidos; e</p> <p>- revisão dos impactos fiscais resultantes da alteração de política considerada, tendo em conta o disposto na IAS 12 e as regras fiscais em vigor em cada geografia aplicável.</p> <p>Verificámos também a adequação das divulgações apresentadas nas notas às demonstrações financeiras consolidadas, considerando os requisitos do normativo contabilístico aplicável.</p>

#### **Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras consolidadas**

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Grupo de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia;
- elaboração do relatório de gestão, incluindo o relatório de governo societário, nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade do Grupo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira do Grupo.

**Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas**

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISAs detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISAs, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- a) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- b) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Grupo;
- c) avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- d) concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Grupo para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Grupo descontinue as suas atividades;
- e) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- f) obtemos prova de auditoria suficiente e apropriada relativa à informação financeira das entidades ou atividades dentro do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela orientação, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e somos os responsáveis finais pela nossa opinião de auditoria;

- g) comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria;
- h) das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública; e
- i) declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, as respetivas salvaguardas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas, e as verificações previstas nos números 4 e 5 do artigo 451.º do Código das Sociedades Comerciais, bem como a verificação de que a informação não financeira foi apresentada.

### ***Relato sobre outros requisitos legais e regulamentares***

#### ***Sobre o relatório de gestão***

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, alínea e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório integrado de gestão, sustentabilidade e governo societário (adiante designado relatório integrado) foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre o Grupo, não identificámos incorreções materiais. Conforme previsto no artigo 451.º, n.º 7 do Código das Sociedades Comerciais este parecer não é aplicável à informação não financeira incluída no relatório integrado.

#### ***Sobre a informação não financeira prevista no artigo 508º-G do Código das Sociedades Comerciais***

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 6 do Código das Sociedades Comerciais, informamos que o Grupo incluiu no seu relatório integrado a informação não financeira prevista no artigo 508º-G do Código das Sociedades Comerciais.

#### ***Sobre o relatório de governo societário***

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 4 do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório integrado, no que respeita às matérias de governo societário, inclui os elementos exigíveis ao Grupo nos termos do artigo 245º-A do Código dos Valores Mobiliários, não tendo sido identificadas incorreções materiais na informação divulgada no mesmo, cumprindo o disposto nas alíneas c), d), f), h), i) e m) do referido artigo.

***Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10º do Regulamento (UE) n.º 537/2014***

Dando cumprimento ao artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- a) Fomos nomeados/eleitos revisores oficiais de contas da Galp Energia S.G.P.S., S.A. pela primeira vez na assembleia geral de acionistas realizada em 16 de abril de 2015 para um mandato compreendido entre 2015 e 2018.
- b) O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISAs mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras consolidadas devido a fraude.
- c) Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização do Grupo em 12 de março de 2019.
- d) Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 77.º, n.º 8, do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e que mantivemos a nossa independência face ao Grupo durante a realização da auditoria.
- e) Adicionalmente ao divulgado no relatório integrado do Grupo, informamos que, para além da auditoria, prestámos ao Grupo os seguintes serviços permitidos por lei e regulamentos em vigor:

*Outros serviços de garantia de fiabilidade*

- Revisão limitada sobre as demonstrações financeiras intercalares;
- Relatório independente de garantia razoável de fiabilidade sobre o cálculo dos rácios financeiros;
- Relatório independente de garantia razoável de fiabilidade sobre a declaração anual de ativos no âmbito da *Oil Insurance Policy*;
- Relatório de garantia razoável de fiabilidade sobre as contas reguladas do sector energético;
- Relatório de garantia razoável de fiabilidade sobre os mapas preparados pela Empresa relativos à repercussão das Taxas de Ocupação de Subsolo (TOS) aos consumidores de gás natural;
- Relatório de garantia razoável de fiabilidade sobre o mapa de apuramento da margem operacional das vendas de gás natural realizadas no mercado internacional (“trading”);
- Relatório independente de garantia razoável de fiabilidade sobre o apuramento da *Man Power rate*; e
- Verificação da informação de sustentabilidade (Relatório de sustentabilidade e Databooks).

*Outros serviços que não de garantia de fiabilidade*

- Relatórios de procedimentos acordados sobre (i) as declarações trimestrais de compras de gás natural e (ii) as declarações anuais de compras de gás natural, de acordo com os termos de referência aprovados pela ERSE – Entidade reguladora dos Serviços Energéticos;
- Relatório de procedimentos acordados sobre os critérios de apuramento e validação dos preços de venda da Galp Gás Natural, SA, para os Comercializadores de Último Recurso Grossista – CURG, efetuados de acordo com os termos de referência estabelecidos no Regulamento Tarifário (RT) da ERSE – Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos;
- Relatório de procedimentos acordados às declarações anuais relativas às Grandezas Físicas dos Comercializadores de Último Recurso Retalhistas (CURR);
- Relatório de procedimentos acordados à declaração anual relativa ao Apoio Social Extraordinário ao Consumidor de Energia (ASECE);
- Relatório de procedimentos acordados sobre a Declaração financeira e fiscal por país, designada por *Country-by-Country report*; e
- Relatório de procedimentos acordados sobre o apuramento do custo médio de reposição (designado por *Replacement Cost*).

12 de março de 2019

PricewaterhouseCoopers & Associados  
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.  
representada por:

Ana Maria Ávila de Oliveira Lopes Bertão, R.O.C.

## 9.1.c

### Declaração de conformidade dos membros do Conselho de Administração

Nos termos e para os efeitos do artigo 245, n.º 1, alínea c), do Código de Valores Mobiliários, cada um dos administradores abaixo indicados declara que, tanto quanto é do seu conhecimento, o relatório de gestão, as contas anuais, a certificação legal de contas e demais documentos de prestação de contas relativos ao exercício de 2018 foram elaborados em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, passando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da Galp e das empresas incluídas no perímetro de consolidação, e que o relatório de gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição da Galp e das empresas incluídas no perímetro de consolidação e contém uma descrição dos principais riscos e incertezas com que a Galp e as empresas incluídas no perímetro de consolidação se defrontam na sua atividade.

Lisboa, 12 de março de 2019.

#### O Conselho de Administração

**Presidente**

Paula Amorim

**Vice-presidentes**

Miguel Athayde Marques

Carlos Gomes da Silva

**Vogais**

Filipe Crisóstomo Silva

Thore E. Kristiansen

Sérgio Gabrielli de Azevedo

Abdul Magid Osman

Marta Amorim

Raquel Vunge

Carlos Costa Pina

Francisco Teixeira Rêgo

Jorge Seabra de Freitas

José Carlos Silva

Pedro Ricardo

Tiago Câmara Pestana

Rui Paulo Gonçalves

Luís Todo Bom

Diogo Tavares

Joaquim Borges Gouveia

## 9.2.

**Informação Suplementar sobre Petróleo e Gás (não auditado)**

A informação constante nesta nota foi produzida de acordo com o Tópico 932 – Atividades de Extração – Petróleo e Gás, do Financial Accounting Standards Board (FASB).

**Resultados das operações de atividades de E&P**

Os resultados das operações das atividades de E&P por zona geográfica, dos anos de 2018, 2017 e 2016 são os seguintes:

	Unid: €k			
<b>31 de dezembro de 2018</b>	<b>África</b>	<b>América Latina</b>	<b>Resto do Mundo</b>	<b>Total</b>
<b>Contribuições totais consolidadas</b>				
Vendas	145.877	1.899.184	-	2.045.061
Custos de produção	(24.682)	(162.937)	-	(187.619)
Royalties	-	(188.818)	-	(188.818)
Outros custos operacionais	(6.106)	(89.697)	(23)	(95.826)
Custos de exploração	(7.470)	(35.831)	(820)	(44.121)
Amortizações, depreciações e provisões do exercício	(40.752)	(298.358)	-	(339.111)
<b>Resultado operacional antes de impostos para atividades de E&amp;P</b>	<b>66.866</b>	<b>1.123.544</b>	<b>(842)</b>	<b>1.189.567</b>
Impostos	(8.658)	(636.083)	199	(644.541)
<b>Resultado operacional para atividades de E&amp;P</b>	<b>58.209</b>	<b>487.461</b>	<b>(643)</b>	<b>545.026</b>
<b>31 de dezembro de 2017</b>				
<b>Contribuições totais consolidadas</b>				
Vendas	107.040	1.283.800	-	1.390.840
Custos de produção	(25.155)	(149.196)	-	(174.351)
Royalties	-	(129.784)	-	(129.784)
Outros custos operacionais	(5.005)	(93.845)	(63)	(98.913)
Custos de exploração	-	(5.085)	(23.983)	(29.069)
Amortizações, depreciações e provisões do exercício	(126.988)	(296.108)	-	(423.096)
<b>Resultado operacional antes de impostos para atividades de E&amp;P</b>	<b>(50.108)</b>	<b>609.781</b>	<b>(24.046)</b>	<b>535.627</b>
Impostos	8.063	(350.478)	5.707	(336.708)
<b>Resultado operacional para atividades de E&amp;P</b>	<b>(42.045)</b>	<b>259.304</b>	<b>(18.340)</b>	<b>198.919</b>
<b>31 de dezembro de 2016</b>				
<b>Contribuições totais consolidadas</b>				
Vendas	105.512	705.409	-	810.921
Custos de produção	(27.870)	(95.754)	-	(123.625)
Royalties	-	(70.749)	-	(70.749)
Outros custos operacionais	(25.076)	(66.528)	60	(91.543)
Custos de exploração	-	(29.318)	(48)	(29.366)
Amortizações, depreciações e provisões do exercício	(245.341)	(275.043)	-	(520.384)
<b>Resultado operacional antes de impostos para atividades de E&amp;P</b>	<b>(192.775)</b>	<b>168.017</b>	<b>12</b>	<b>(24.747)</b>
Impostos	(7.543)	(147.958)	(4)	(155.505)
<b>Resultado operacional para atividades de E&amp;P</b>	<b>(200.318)</b>	<b>20.058</b>	<b>8</b>	<b>(180.251)</b>

As receitas da produção incluem receitas da produção e venda de petróleo e gás natural.

Os custos de produção incluem os custos diretos de produção associados a blocos em produção tais como custos de operação e manutenção de poços, equipamentos relacionados e instalações de apoio utilizadas em operações de extração de petróleo e gás, sistema de coleta e outros custos gerais e administrativos relacionados com a produção. Esta rubrica é apresentada líquida dos proveitos referentes ao aluguer de equipamentos de produção registados em empresas que não são consolidadas pelo método integral. Foram deduzidos, nomeadamente, €80.175 k em 2018, €67.250 k em 2017 e €42.328 k em 2016.

Os outros custos operacionais incluem a responsabilidade de I&D decorrente das atividades de produção no Brasil, bem como os custos de estrutura relacionados com áreas diretamente relacionadas com as atividades de E&P. Esta rubrica exclui custos de gestão relativos a empresas do Grupo, de acordo com o Tópico 932 do FASB e inclui custos registados em empresas não consolidadas pelo método integral no valor de €2.586 k em 2018, €4.368 k em 2017 e €8.717 k em 2016.

Os custos de exploração correspondem às imparidades de exploração, nomeadamente custos com poços secos ou imparidade de ativos decorrentes da decisão de devolução de licenças de exploração, conforme política contabilística descrita na Nota 5. Ativos Tangíveis do Anexo às demonstrações financeiras consolidadas.

A partir de 1 de janeiro de 2018, os custos geológicos e geofísicos (G&G) e despesas gerais e administrativas (G&A) relacionados principalmente com atividades de exploração, passaram a ser contabilizados como custos de exploração do período em que ocorreram e deixaram de ser capitalizados. Esta metodologia não foi aplicada retroativamente para os anos de 2017 e 2016.

As amortizações, depreciações e provisões do exercício incluem custos registados em empresas não consolidadas pelo método integral no valor de €28.600 k em 2018, €22.625 k em 2017 e €96.565 k em 2016. Em 2016, o montante incluiu imparidades relacionadas com a transferência de contratos para a construção dos cascos relativos às FPSO replicantes no Brasil.

Os resultados operacionais não incluem custos de gestão e custos financeiros, de acordo com o Tópico 932 do FASB.

A rubrica “Impostos” inclui: IRP, aplicável a blocos em África; Participação Especial, aplicável a campos no Brasil, e o imposto de renda calculado de acordo com as taxas de imposto estatutário de cada país. O valor do imposto sobre o rendimento foi ajustado para excluir o efeito dos custos de gestão e custos financeiros que foram excluídos do resultado das operações.

Os resultados das operações excluem as despesas de juros atribuíveis às atividades de petróleo e gás.

## Despesas de investimento do ano em atividades de E&P

As despesas de investimento do ano, que representam os dispêndios efetuados nas atividades de E&P, por zona geográfica, para os exercícios de 2018, 2017 e 2016, são os seguintes:

				Unid: €k
<b>31 de dezembro 2018</b>	<b>África</b>	<b>América Latina</b>	<b>Resto do Mundo</b>	<b>Total</b>
<b>Contribuições totais consolidadas</b>				
Aquisições sem reservas provadas	-	175.036	-	175.036
Exploração	(749)	49.452	997	49.700
Desenvolvimento	187.845	209.219	-	397.064
<b>Total incorrido no exercício</b>	<b>187.096</b>	<b>433.707</b>	<b>997</b>	<b>621.800</b>
<b>31 de dezembro 2017</b>				
<b>Contribuições totais consolidadas</b>				
Aquisições sem reservas provadas	-	151.023	-	151.023
Exploração	24.005	14.694	5.926	44.625
Desenvolvimento	185.110	471.047	-	656.157
<b>Total incorrido no exercício</b>	<b>209.115</b>	<b>636.764</b>	<b>5.926</b>	<b>851.805</b>
<b>31 de dezembro 2016</b>				
<b>Contribuições totais consolidadas</b>				
Aquisições sem reservas provadas	-	-	-	-
Exploração	10.319	27.425	(700)	37.044
Desenvolvimento	255.257	746.717	-	1.001.974
<b>Total incorrido no exercício</b>	<b>265.576</b>	<b>774.142</b>	<b>(700)</b>	<b>1.039.017</b>

Os valores reportados como custos incorridos incluem os custos capitalizados e os custos imputados à despesa quando incorridos para atividade de aquisição, exploração e desenvolvimento de propriedade de petróleo e gás. Os custos de exploração apresentados acima incluem os custos de perfuração e equipamento de poços de exploração e despesas geológicas e geofísicas.

A partir de 1 de janeiro de 2018, os custos G&G e G&A relacionados principalmente com atividades de exploração, passaram a ser contabilizados como custos operacionais do período em que ocorreram e deixaram de ser capitalizados. Esta metodologia não foi aplicada retroativamente para os anos de 2017 e 2016.

Os custos de desenvolvimento incluem os custos de perfuração e equipamentos de poços de desenvolvimento, bem como a construção de equipamentos relacionados.

Os valores constantes na rubrica de “Desenvolvimento” incluem ativos referentes a equipamentos de transporte e produção para o bloco BM-S-11/A no Brasil e Área 4 em Moçambique, registados em empresas consolidadas pelo método de equivalência patrimonial.

Os investimentos são expressos em moeda funcional do grupo Galp, sendo que para as empresas cuja moeda funcional não seja o Euro, os ativos foram atualizados ao câmbio do final do ano respetivo em conformidade com a política contabilística definida no ponto 2 do Anexo às demonstrações financeiras consolidadas. Em 2018, foi considerada uma taxa de câmbio EUR:BRL de 4,4440 para os ativos no Brasil e uma taxa de câmbio EUR:USD de 1,1450 para os ativos em África.

Nas despesas de investimento não foram incluídos quaisquer gastos relacionados com os juros capitalizados.

## Investimentos acumulados em atividades de E&P

Os investimentos acumulados representam a totalidade de dispêndios efetuados na aquisição de reservas provadas ou não provadas e nas atividades de exploração e desenvolvimento dos blocos nos quais a Galp detém uma participação.

Os custos de exploração são capitalizados na totalidade de acordo com a política contábilística descrita na Nota 5. Ativos Tangíveis do Anexo às demonstrações financeiras consolidadas. Os poços secos são reconhecidos como custo e refletidos nestas tabelas juntamente com as imparidades. Os blocos devolvidos são abatidos aos ativos e, como tal, não constam desta informação.

Os investimentos acumulados na área de E&P que se encontravam refletidos na posição financeira do grupo Galp são os seguintes:

				Unid: €k
<b>31 de dezembro 2018</b>	<b>África</b>	<b>América Latina</b>	<b>Resto do Mundo</b>	<b>Total</b>
<b>Contribuições totais consolidadas</b>				
Ativos com Reservas Provadas				
Ativos fixos	1.280.944	2.279.453	-	3.560.397
Ativos em curso	695.282	1.099.673	-	1.794.955
Ativos sem Reservas Provadas	180.538	485.234	1.993	667.765
Equipamento de suporte	333	5.707	-	6.040
<b>Investimentos acumulados brutos</b>	<b>2.157.097</b>	<b>3.870.067</b>	<b>1.993</b>	<b>6.029.158</b>
Amortizações, depreciações e imparidades acumuladas	(1.010.247)	(805.083)	(1.993)	(1.817.324)
<b>Investimentos acumulados líquidos</b>	<b>1.146.850</b>	<b>3.064.984</b>	<b>-</b>	<b>4.211.834</b>
<b>31 de dezembro 2017</b>				
<b>Contribuições totais consolidadas</b>				
Ativos com Reservas Provadas				
Ativos fixos	1.159.279	2.244.068	-	3.403.347
Ativos em curso	923.388	1.158.494	-	2.081.882
Ativos sem Reservas Provadas	301.727	490.772	51.119	843.618
Equipamento de suporte	312	16.472	39	16.824
<b>Investimentos acumulados brutos</b>	<b>2.384.706</b>	<b>3.909.806</b>	<b>51.159</b>	<b>6.345.671</b>
Amortizações, depreciações e imparidades acumuladas	(1.163.616)	(690.526)	(14.222)	(1.868.364)
<b>Investimentos acumulados líquidos</b>	<b>1.221.091</b>	<b>3.219.281</b>	<b>36.936</b>	<b>4.477.308</b>
<b>31 de dezembro 2016</b>				
<b>Contribuições totais consolidadas</b>				
Ativos com Reservas Provadas				
Ativos fixos	1.260.992	1.654.878	-	2.915.870
Ativos em curso	61.638	1.512.181	-	1.573.819
Ativos sem Reservas Provadas	1.175.317	468.240	62.396	1.705.954
Equipamento de suporte	9.711	5.350	39	15.100
<b>Investimentos acumulados brutos</b>	<b>2.507.658</b>	<b>3.640.649</b>	<b>62.436</b>	<b>6.210.742</b>
Amortizações, depreciações e imparidades acumuladas	(1.364.328)	(513.867)	(12.470)	(1.890.665)
<b>Investimentos acumulados líquidos</b>	<b>1.143.330</b>	<b>3.126.782</b>	<b>49.966</b>	<b>4.320.077</b>

Os investimentos foram classificados de acordo com os seguintes pressupostos:

- 1) Ativos com Reservas Provadas (RP ou 1P): Ativos relacionados com campos que detêm RP, no final de cada ano.
  - 1.1) Ativos com RP – Fixos: Ativos relacionados com campos que detêm RP, no final de cada ano já em produção e sujeitos a amortização;
  - 1.2) Ativos com RP - Poços incompletos (ativos em curso): Ativos relacionados com campos com RP, no final de cada ano que ainda não estão em produção.
- 2) Ativos sem RP: Ativos relacionados com campos sem RP, no final de cada ano.
- 3) Equipamento de suporte: Equipamento básico e administrativo atribuído às atividades de E&P.

Os valores constantes nas seguintes rubricas incluem ativos referentes a equipamentos de transporte e produção para o bloco BM-S-11/A no Brasil e Área 4 em Moçambique, registados em empresas consolidadas pelo método de equivalência patrimonial. Em ativos fixos com RP, estão registados €620.904 k em 2018, €586.724 k em 2017, €419.056 k em 2016. Em ativos em curso, estão registados €413.817 k em 2018, €554.331 k em 2017 e €647.651 k em 2016. Em amortizações, depreciações e imparidades acumuladas estão registados €79.815 k em 2018, €52.587 k em 2017 e €60.554 k em 2016.

Os investimentos acumulados, no quadro anterior, são expressos em moeda funcional do grupo Galp, sendo que para as empresas cuja moeda funcional não seja o Euro, os ativos foram atualizados ao câmbio do final do ano respetivo em conformidade com a política contabilística definida no ponto 2. do Anexo às demonstrações financeiras consolidadas.

Em 2018, foi considerada uma taxa de câmbio EUR:BRL de 4,4440 para os ativos no Brasil e uma taxa de câmbio EUR:USD de 1,1450 para os ativos em África.

## Reservas de petróleo e de gás

As RP totais (1P) em 31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016 que são evidenciadas nos quadros seguintes, incluem as RP desenvolvidas e não desenvolvidas. As reservas provadas foram apuradas pela entidade independente DeGolyer and MacNaughton (DeMac), cuja metodologia adotada se encontra de acordo com o Petroleum Resources Management System (PMRS), aprovado em março de 2007 e revista em junho de 2018 pela Society of Petroleum Engineers (SPE), o World Petroleum Council (WPC), a American Association of Petroleum Geologists e a Society of Petroleum Evaluation Engineers.

Reservas provadas são as quantidades de petróleo que, por análise de dados de geociências e engenharia, podem ser estimadas com razoável certeza para serem comercialmente recuperáveis de acordo com as considerações económicas definidas, métodos operacionais e regulamentos governamentais.

Reservas provadas incluem quantidades estimadas relacionadas com contratos de partilha de produção (PSA) que são reportadas sob o método de *net entitlement*, o qual está sujeito a flutuações nos preços de *commodities* e custos recuperáveis bem como regime de *royalties*. Em 31 de dezembro de 2018, aproximadamente 19% das reservas provadas totais estão relacionadas com PSC em África.

Conforme exigido pelo Tópico 932, o limite económico das reservas é baseado nos preços médios dos últimos 12 meses e atuais custos. A data de limite económico afeta a estimativa de reservas. Assim, como os preços e os níveis de custos mudam de ano para ano, a estimativa das reservas provadas também sofre alterações.

O preço de referência para o apuramento das reservas pertencentes à Empresa numa ótica de *net entitlement*, que são as reservas a extrair de acordo com o definido nos contratos celebrados para a atividade de E&P, foi de \$71,0/bbl, \$54,3/bbl e \$43,7/bbl que corresponde ao preço médio de mercado do Brent praticado ao longo do ano de 2018, 2017 e 2016, respetivamente.

As reservas associadas aos blocos no Brasil correspondem a 100% da percentagem que a Petrogal Brasil detém nos blocos, visto que esta empresa é consolidada pelo método integral nas contas do grupo Galp.

Os impactos dos PSC (efeito preço e/ou alteração de custos recuperáveis) nas reservas associadas a este tipo de contrato estão refletidos na rubrica “Revisões de estimativas anteriores”.

**Reservas de petróleo (reservas provadas 1P)**

Unid: kbbl

<b>2018</b>	<b>África</b>	<b>América Latina</b>	<b>Total</b>
<b>Reservas a 31 de dezembro 2017</b>	<b>22.037</b>	<b>262.159</b>	<b>284.196</b>
Desenvolvidas	4.740	109.143	113.883
Não desenvolvidas	17.297	153.016	170.313
Extensões e descobertas	210	9.754	9.964
Aquisições e vendas	-	-	-
Revisões de estimativas anteriores	1.659	34.432	36.091
Produção	(2.478)	(31.613)	(34.091)
<b>Reservas a 31 de dezembro 2018</b>	<b>21.428</b>	<b>274.732</b>	<b>296.160</b>
Desenvolvidas	6.616	126.357	132.973
Não desenvolvidas	14.812	148.375	163.187
<b>2017</b>			
<b>Reservas a 31 de dezembro 2016</b>	<b>7.247</b>	<b>227.598</b>	<b>234.845</b>
Desenvolvidas	5.915	72.530	78.445
Não desenvolvidas	1.332	155.068	156.400
Extensões e descobertas	-	-	-
Aquisições e vendas	-	-	-
Revisões de estimativas anteriores	16.971	61.456	78.427
Produção	(2.181)	(26.896)	(29.077)
<b>Reservas a 31 de dezembro 2017</b>	<b>22.037</b>	<b>262.159</b>	<b>284.196</b>
Desenvolvidas	4.740	109.143	113.883
Não desenvolvidas	17.297	153.016	170.313
<b>2016</b>			
<b>Reservas a 31 de dezembro 2015</b>	<b>8.409</b>	<b>228.164</b>	<b>236.573</b>
Desenvolvidas	7.075	47.455	54.530
Não desenvolvidas	1.334	180.709	182.043
Extensões e descobertas	-	-	-
Aquisições e vendas	-	-	-
Revisões de estimativas anteriores	1.509	18.647	20.156
Produção	(2.671)	(19.213)	(21.884)
<b>Reservas a 31 de dezembro 2016</b>	<b>7.247</b>	<b>227.598</b>	<b>234.845</b>
Desenvolvidas	5.915	72.530	78.445
Não desenvolvidas	1.332	155.068	156.400

## Reservas de gás (reservas provadas 1P)

As reservas de gás são apresentadas em milhões de pés cúbicos (mmscf), sendo que 1 boe corresponde a 6.000 pés cúbicos de gás.

	Unid: mmscf		
	África	América Latina	Total
<b>2018</b>			
<b>Reservas a 31 de dezembro 2017</b>	<b>339.054</b>	<b>252.350</b>	<b>591.404</b>
Desenvolvidas	-	119.267	119.267
Não desenvolvidas	339.054	133.083	472.137
Extensões e descobertas	-	1.526	1.526
Aquisições e vendas	-	-	-
Revisões de estimativas anteriores	(14.172)	3.819	(10.353)
Produção	-	(27.311)	(27.311)
<b>Reservas a 31 de dezembro 2018</b>	<b>324.882</b>	<b>230.384</b>	<b>555.266</b>
Desenvolvidas	-	114.864	114.864
Não desenvolvidas	324.882	115.520	440.402
<b>2017</b>			
<b>Reservas a 31 de dezembro 2016</b>	<b>-</b>	<b>235.474</b>	<b>235.474</b>
Desenvolvidas	-	68.579	68.579
Não desenvolvidas	-	166.895	166.895
Extensões e descobertas	-	-	-
Aquisições e vendas	-	-	-
Revisões de estimativas anteriores	339.054	42.782	381.836
Produção	-	(25.906)	-
<b>Reservas a 31 de dezembro 2017</b>	<b>339.054</b>	<b>252.350</b>	<b>591.404</b>
Desenvolvidas	-	119.267	119.267
Não desenvolvidas	339.054	133.083	472.137
<b>2016</b>			
<b>Reservas a 31 de dezembro 2015</b>	<b>-</b>	<b>236.250</b>	<b>236.250</b>
Desenvolvidas	-	52.501	52.501
Não desenvolvidas	-	183.749	183.749
Extensões e descobertas	-	-	-
Aquisições e vendas	-	-	-
Revisões de estimativas anteriores	-	10.855	10.855
Produção	-	(11.631)	(11.631)
<b>Reservas a 31 de dezembro 2016</b>	<b>-</b>	<b>235.474</b>	<b>235.474</b>
Desenvolvidas	-	68.579	68.579
Não desenvolvidas	-	166.895	166.895

## Medidas standard de desconto de fluxos de caixa futuros

As medidas *standard* de desconto de fluxos de caixa futuros, foram elaboradas de acordo com as regras do Tópico 932 do FASB e correspondem a uma tradução económica das reservas provadas 1P apresentadas no ponto anterior elaborada pela entidade independente DeMac.

As receitas de caixa futuras representam as receitas futuras da produção associada às RP, calculadas aplicando o preço médio de mercado do Brent praticado ao longo do ano de 2018: \$71,0/bbl.

Os custos de produção futuros correspondem às estimativas de custos de produção associados às RP.

Os *royalties* futuros representam as estimativas de *royalties* a pagar relativos às receitas de produção.

Os custos de desenvolvimento e abandono futuros correspondem a estimativas de custos para desenvolvimento das RP (perfuração e instalação de plataformas de produção), assim como a estimativas para custos de abandono dos campos.

Os impostos sobre rendimento futuros representam estimativas de IRP (aplicável a blocos em África e calculados de acordo com o PSC em vigor); Participação Especial (aplicável a blocos no Brasil) e imposto sobre rendimento, de acordo com as regras em vigor em cada país.

Os fluxos de caixa foram calculados em Dólares americanos e convertidos para Euros à taxa de câmbio média do ano de 2018 (1,1815 EUR:USD).

	Unid: €k		
31 de dezembro 2018	África	América Latina	Total
Receitas de caixa futuras	3.295.100	16.572.414	19.867.515
Custos de produção futuros	(767.478)	(2.572.183)	(3.339.662)
<i>Royalties</i> futuros	-	(1.915.681)	(1.915.681)
Custos de desenvolvimento e abandono futuros	(537.200)	(581.605)	(1.118.804)
<b>Fluxo de caixa líquido antes de imposto futuros</b>	<b>1.990.422</b>	<b>11.502.945</b>	<b>13.493.368</b>
Imposto sobre rendimentos futuros	(388.416)	(6.694.682)	(7.083.098)
<b>Fluxos de caixa líquidos futuros</b>	<b>1.602.006</b>	<b>4.808.263</b>	<b>6.410.269</b>
Fator de desconto (10%)	(1.057.962)	(1.775.197)	(2.833.160)
<b>Medidas <i>standard</i> de desconto de fluxos de caixa líquidos futuros, a 31 de dezembro 2017</b>	<b>544.044</b>	<b>3.033.066</b>	<b>3.577.109</b>

Os princípios aplicados são os requeridos pelo Tópico 932 e não refletem as expectativas dos reais proveitos das reservas nem o seu valor presente. Desta forma não constituem critério para decisão de investimento. Uma estimativa do justo valor das reservas deverá igualmente ter em consideração, entre outras variáveis, a recuperação de reservas presentemente não classificadas como provadas, os riscos inerentes à estimativa de reservas, a expectativa de variação futura do preço dos hidrocarbonetos e da estrutura de custos, bem como a consideração de um fator de desconto adequado.

## 9.3.

### Relatório sobre os pagamentos a administrações públicas em 2018

Nos termos do artigo 245-B do CVM (em conformidade com o disposto na Diretiva 2013/34/UE do Parlamento Europeu e do Conselho Europeu relativa às demonstrações financeiras anuais, demonstrações financeiras consolidadas e relatórios anexos de certos tipos de empresas, transposta para a legislação portuguesa através do Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho)

#### 1. Introdução

A Galp acredita que valores como a responsabilização e a boa governança saem reforçados quando o conceito de transparência nos fluxos de receitas das atividades de petróleo e gás é apoiado. Permite aos cidadãos aceder à informação de que necessitam para poderem responsabilizar as Administrações Públicas pelo modo como utilizam os fundos recebidos através de impostos e outros acordos.

A Galp tem vindo a trabalhar com Administrações Públicas, organizações não governamentais e agências internacionais para aumentar a transparência, a divulgação e a responsabilização nos Pagamentos efetuados às Administrações Públicas.

Para além dos Pagamentos indicados no presente relatório, a Galp contribui para a economia dos países onde opera através de atividades diferentes de Atividades Extrativas mediante pagamentos a Administrações Públicas – por exemplo, em relação ao transporte, comercialização, produção e distribuição de derivados de petróleo e gás. Adicionalmente, a Galp contribui para as economias dos países onde opera criando oportunidades de trabalho, adquirindo produtos e serviços a fornecedores locais e realizando atividades de investimento social.

#### 2. Objeto

O presente relatório estabelece um resumo dos Pagamentos (definido abaixo) a Administrações Públicas (definido abaixo) realizados pela Galp Energia, SGPS, S.A. e pelas suas subsidiárias (doravante referidas em conjunto como «Galp») durante o ano de 2018, sempre que estas empresas realizem pagamentos em resultado das suas atividades de exploração, prospeção, pesquisa, desenvolvimento e extração de depósitos de petróleo e de gás natural ou outros materiais (aqui referidos como «Atividades Extrativas»).

#### 3. Enquadramento legal

O presente relatório foi preparado em conformidade com o disposto no artigo 245-B do Código de Valores Mobiliários português e o seu conteúdo respeita o disposto no Capítulo 10 da Diretiva 2013/34/UE do Parlamento Europeu e do Conselho relativa às declarações financeiras anuais, demonstrações financeiras consolidadas e relatórios anexos relativos a certos tipos de empresas, transposta para a legislação portuguesa pelo Decreto-Lei n.º 98/2015 de 2 de junho (aqui referidos em conjunto como a «Legislação aplicável»).

#### 4. Entidades abrangidas

O presente relatório inclui pagamentos feitos a Administrações Públicas pela Galp. São excluídos do presente relatório os pagamentos feitos por entidades sobre as quais a Galp tem controlo conjunto e os Pagamentos feitos por entidades nas quais a Galp não é operador.

#### 5. Administrações Públicas

Para efeitos do presente relatório, Administrações Públicas incluem qualquer autoridade nacional, regional ou local de um estado membro da União Europeia ou de um país terceiro, e inclui qualquer departamento, agência ou entidade que seja subsidiária do mesmo, incluindo uma empresa petrolífera nacional.

#### 6. Projeto

Os Pagamentos são reportados a nível de projeto, exceto os pagamentos que não possam ser atribuídos a um projeto específico, os quais são comunicados ao nível de entidade.

Um «Projeto» é definido como um conjunto de atividades operacionais que são reguladas por um só contrato, licença, locação, concessão ou acordo similar, e constitui a base das responsabilidades de pagamento a uma Administração Pública. Se tais acordos estiverem substancialmente interligados, serão tratados como um só projeto.

Para um Projeto totalmente integrado, que não tenha um ponto contratual de separação onde possa ser atribuído separadamente um valor às Atividades Extrativas e a outras atividades de processamento, os pagamentos às Administrações Públicas serão divulgados integralmente.

## 7. Pagamentos

Para efeito do presente relatório, considera-se Pagamentos os montantes pagos em dinheiro ou em espécie ao abrigo das seguintes modalidades:

### Direitos de Produção

Incluem a quota de produção atribuída à entidade governamental do país onde a atividade se desenvolve no período reportado, relativa aos projetos operados pela Galp. Esta inclui a quota do governo como entidade soberana ou através da sua participação no capital social ou da titularidade de interesses participativos em projetos dentro da sua jurisdição soberana (país de origem). Os Direitos de Produção emergentes de atividades ou interesses participativos fora do seu país de origem são excluídos.

No exercício terminado em 31 de dezembro de 2018 não existiram Direitos de Produção em projetos operados pela Galp.

### Impostos

São impostos pagos pela Galp sobre o seu rendimento, lucros ou produção (que incluem o Imposto sobre Rendimento do Petróleo em Angola ou o Imposto sobre a renda das pessoas jurídicas – IRPJ e Participação Especial no Brasil), incluindo os líquidos por uma Administração Pública em nome da Galp ao abrigo de uma concessão isenta de impostos. Os Pagamentos são reportados líquidos de reembolsos. São excluídos do presente relatório impostos sobre transações e sobre o consumo (incluindo, mas não limitando aos Impostos sobre o Valor Acrescentado), os impostos sobre os rendimentos individuais, impostos sobre vendas e impostos sobre a propriedade.

### Royalties

São pagamentos feitos por conta dos direitos de extração de recursos de petróleo e gás, estabelecidos tipicamente como uma percentagem das receitas subtraída de quaisquer deduções que se possam verificar.

### Bónus

Estes são pagos normalmente na celebração de um acordo ou contrato, quando uma descoberta comercial de petróleo e gás é declarada ou quando a produção tiver começado ou atingido um determinado marco.

## Taxas sobre licenças, taxas sobre arrendamento, taxas de entrada e outras taxas por contrapartida de licenças e/ou concessões

São taxas e outros valores pagos pela aquisição de uma licença de acesso a uma área onde serão realizadas as Atividades Extrativas. São excluídas deste relatório as taxas administrativas governamentais que não estejam relacionadas especificamente com Atividades Extrativas, ou com o acesso a recursos extrativos.

### Melhoria de infraestruturas

São Pagamentos relacionados com a construção de infraestruturas não substancialmente dedicadas à utilização nas Atividades Extrativas.

## 8. Outras disposições

### Operação

Quando a Galp efetua um Pagamento diretamente a uma Administração Pública relacionado com um Projeto, o montante total pago é divulgado, mesmo quando a Galp, como operador, é reembolsada proporcionalmente pelos seus parceiros não operadores através de um processo de faturação (*cash call*).

### Pagamentos em dinheiro e em espécie

Os pagamentos são reportados numa base de caixa, significando isso que são comunicados no período em que são pagos, em oposição a serem reportados num regime de acréscimo (o que significaria serem reportados no período no qual se constituíram os deveres).

### Nível de materialidade

O presente relatório inclui todos os tipos de pagamentos a Administrações Públicas, numa base de pagamento único ou como parte de uma série de pagamentos relacionados, desde que sejam superiores a €100.000.

### Taxa de câmbio

Para a finalidade do presente relatório, os pagamentos feitos noutras moedas que não o Euro, são convertidos com base na taxa de câmbio média anual.

## Síntese do relatório (€k)

	Direito de produção	Impostos	Royalties	Bónus	Taxas	Melhoria de infraestruturas	Total
Angola	-	18.933	-	-	-	-	18.933
Brasil	-	413.762	183.060	108.285	525	-	705.632
Timor-Leste	-	-	-	-	-	-	-
Moçambique	-	-	-	-	-	-	-
Namíbia	-	473	-	-	83	-	556
Portugal	-	-	-	-	-	-	-
S. Tomé e Príncipe	-	77	-	89	-	-	166
<b>Total</b>	-	<b>433.245</b>	<b>183.060</b>	<b>108.374</b>	<b>608</b>	-	<b>725.287</b>

## Relatório por país: Angola

## Relatório por Administração Pública (€k)

	Direito de produção	Impostos	Royalties	Bónus	Taxas	Melhoria de infraestruturas	Total
<b>Administrações Públicas</b>							
Ministério das Finanças	-	18.933	-	-	-	-	18.933
<b>Total</b>	-	<b>18.933</b>	-	-	-	-	<b>18.933</b>

## Relatório por projeto (€k)

	Direito de produção	Impostos	Royalties	Bónus	Taxas	Melhoria de infraestruturas	Total
<b>Projetos</b>							
Bloco 14	-	13.178	-	-	-	-	13.178
Bloco 14k	-	1.296	-	-	-	-	1.296
Bloco 32	-	4.460	-	-	-	-	4.460
<b>Total</b>	-	<b>18.933</b>	-	-	-	-	<b>18.933</b>

## Relatório por país: Brasil

## Relatório por Administração Pública (€k)

	Direito de produção	Impostos	Royalties	Bónus	Taxas	Melhoria de infraestruturas	Total
<b>Administrações Públicas</b>							
Receita	-	472	183.060	108.285	-	-	291.817
Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis	-	413.290	-	-	525	-	413.815
<b>Total</b>	-	<b>413.762</b>	<b>183.060</b>	<b>108.285</b>	<b>525</b>	-	<b>705.632</b>

**Relatório por projeto (€k)**

	Direito de produção	Impostos	Royalties	Bónus	Taxas	Melhoria de infraestruturas	Total
<b>Pagamento ao nível de entidade</b>							
Petrogal Brasil, S.A.	-	472	-	-	311	-	<b>783</b>
Galp Energia, S.A.	-	-	-	-	-	-	-
<b>Projetos</b>							
Bloco BM-S-11	-	413.290	182.513	-	-	-	<b>595.803</b>
Bloco POT-T-440	-	-	-	-	3	-	<b>3</b>
Bloco POT-T478	-	-	-	-	-	-	-
Bloco POT-T479	-	-	348	-	-	-	<b>348</b>
Bloco SEAL-T-412	-	-	-	-	1	-	<b>1</b>
Bloco SEAL-T-429	-	-	199	-	22	-	<b>221</b>
Bloco PN-T-136	-	-	-	-	94	-	<b>94</b>
Bloco PN-T-182	-	-	-	-	94	-	<b>94</b>
Bloco Carcará Norte	-	-	-	-	-	-	-
Bloco Uirapuru	-	-	-	83.483	-	-	<b>83.483</b>
Bloco C-M-791	-	-	-	24.802	-	-	<b>24.802</b>
<b>Total</b>	-	<b>413.762</b>	<b>183.060</b>	<b>108.285</b>	<b>525</b>	-	<b>705.632</b>

**Relatório por país: Namíbia****Relatório por Administração Pública (€k)**

	Direito de produção	Impostos	Royalties	Bónus	Taxas	Melhoria de infraestruturas	Total
<b>Administrações Públicas</b>							
Ministério das Finanças	-	473	-	-	-	-	<b>473</b>
Ministério das Minas e Energia	-	-	-	-	83	-	<b>83</b>
<b>Total</b>	-	<b>473</b>	-	-	<b>83</b>	-	<b>556</b>

**Relatório por projeto (€k)**

	Direito de produção	Impostos	Royalties	Bónus	Taxas	Melhoria de infraestruturas	Total
<b>Pagamento ao nível de entidade</b>							
Windhoek PEL 23 BV - Filial	-	305	-	-	-	-	<b>305</b>
Windhoek PEL 24 BV - Filial	-	169	-	-	-	-	<b>169</b>
<b>Total</b>	-	<b>473</b>	-	-	<b>83</b>	-	<b>556</b>

## Relatório por país: S. Tomé e Príncipe

### Relatório por Administração Pública (€k)

	Direito de produção	Impostos	Royalties	Bónus	Taxas	Melhoria de infraestruturas	Total
<b>Administrações Públicas</b>							
Ministério das Finanças	-	77	-	-	-	-	77
Projetos	-	-	-	89	-	-	89
<b>Total</b>	-	77	-	89	-	-	166

### Relatório por projeto (€k)

	Direito de produção	Impostos	Royalties	Bónus	Taxas	Melhoria de infraestruturas	Total
<b>Pagamento ao nível de entidade</b>							
Galp Energia São Tomé e Príncipe, Limitada	-	77	-	-	-	-	77
<b>Projetos</b>							
Bloco 6	-	-	-	87	-	-	87
Bloco 5	-	-	-	-	-	-	-
Bloco 11	-	-	-	1	-	-	1
Bloco 12	-	-	-	1	-	-	1
<b>Total</b>	-	77	-	89	-	-	166

## 9.4.

**Informação não financeira consolidada**

Ao abrigo do artigo 508.º-G do Código das Sociedades Comerciais (em conformidade com as disposições da Diretiva 2014/95/UE do Parlamento Europeu e do Conselho Europeu, relativa à divulgação de informação não financeira e outra, transposta para a legislação portuguesa através do Decreto-Lei n.º 89/2017, de 28 de julho).

Área	Políticas relevantes	Implementação de mecanismos e de processos de <i>due diligence</i> ; Principais indicadores e resultados
Ambiente	<p><b>Política de Saúde, Segurança e Ambiente</b>  <a href="https://www.galp.com/corp/Portals/o/Recursos/Governo-Societario/SharedResources/Documentos/PT/Etica-e-Conduto/Politica-Saude-Seguranca-Ambiente.pdf">https://www.galp.com/corp/Portals/o/Recursos/Governo-Societario/SharedResources/Documentos/PT/Etica-e-Conduto/Politica-Saude-Seguranca-Ambiente.pdf</a></p> <p>A Galp acredita que proteger as pessoas, o meio ambiente e os seus ativos é essencial para a geração de valor sustentável, assumindo assim a responsabilidade de gerir os riscos e impacto das suas atividades.</p> <p><b>Norma Regulamentar - Requisitos Específicos de Saúde, Segurança, Sociais e Ambientais (SSS&amp;A) para Projetos</b>            Define os requisitos de SSS&amp;A que devem ser cumpridos no processo de tomada de decisão, associados a cada fase de desenvolvimento dos projetos (em todo o seu ciclo de vida), para garantir a proteção das pessoas, do meio ambiente e dos ativos, com base numa avaliação de risco SSS&amp;A e alinhados com a Política de Saúde, Segurança e Ambiente da Galp e seus compromissos.</p> <p><b>Política de Alterações Climáticas</b>  <a href="https://www.galp.com/corp/Portals/o/Recursos/Governo-Societario/SharedResources/Documentos/PT/Politica_Alteracoes_Climaticas.pdf">https://www.galp.com/corp/Portals/o/Recursos/Governo-Societario/SharedResources/Documentos/PT/Politica_Alteracoes_Climaticas.pdf</a></p> <p>Consciente dos desafios que as alterações climáticas representam e considerando as expectativas dos seus <i>stakeholders</i>, a Galp atualizou a sua política operacional em matéria de alterações climáticas, definindo os seus compromissos a este respeito.</p>	<p>Por favor, consulte as seguintes secções do Capítulo 4 deste relatório:</p> <p>4.1 Transição energética: para onde vamos?</p> <p>4.2 Como podemos transformar desafios em oportunidades?</p> <p>4.3 Um apelo à ação</p> <p>4.4 Como estamos a fazê-lo?</p>
Social	<p><b>Código de Ética e Conduta</b>  <a href="https://www.galp.com/corp/Portals/o/Recursos/Governo-Societario/SharedResources/Documentos/PT/Codigo-De-Conduta-Etica_PT.pdf">https://www.galp.com/corp/Portals/o/Recursos/Governo-Societario/SharedResources/Documentos/PT/Codigo-De-Conduta-Etica_PT.pdf</a></p> <p>No âmbito do seu Código de Ética e Conduta, a Galp assumiu compromissos perante a sociedade em relação aos direitos humanos, responsabilidade corporativa e o ambiente.</p> <p><b>Política de Responsabilidade Social Corporativa</b>  <a href="https://www.galp.com/corp/Portals/o/Recursos/Governo-Societario/SharedResources/Documentos/PT/Politica%20de%20Responsabilidade%20Social%20Corporativa%20-%20ultima%20versao.pdf">https://www.galp.com/corp/Portals/o/Recursos/Governo-Societario/SharedResources/Documentos/PT/Politica%20de%20Responsabilidade%20Social%20Corporativa%20-%20ultima%20versao.pdf</a></p> <p>Enquanto empresa de referência no sector da energia, a Galp subscree a responsabilidade social das empresas como elemento fundamental da sua gestão ao longo de toda a sua cadeia de valor e nas relações com os <i>stakeholders</i>, nos diferentes contextos e geografias em que opera.</p> <p><b>Política de Investimento na Comunidade</b>  <a href="https://www.galp.com/corp/Portals/o/Recursos/Governo-Societario/SharedResources/Documentos/PT/Etica-e-Conduto/Politica-investimento-na-comunidade.pdf">https://www.galp.com/corp/Portals/o/Recursos/Governo-Societario/SharedResources/Documentos/PT/Etica-e-Conduto/Politica-investimento-na-comunidade.pdf</a></p> <p>Como operador integrado de energia, presente em várias geografias, a Galp assume o compromisso de ser um parceiro essencial para as comunidades com as quais desenvolve negócios, com o objetivo de promover o desenvolvimento social e económico destas regiões, em linha com a sua estratégia.</p>	<p>Por favor, consulte as seguintes secção do Capítulo 4 deste relatório:</p> <p>4.4 Como estamos a fazê-lo?</p>

Área	Políticas relevantes	Implementação de mecanismos e de processos de due diligence; Principais indicadores e resultados
Colaboradores	<p><b>Política de Saúde, Segurança e Ambiente</b>  <a href="https://www.galp.com/corp/Portals/o/Recursos/Governo-Societario/SharedResources/Documentos/PT/Etica-e-Conduca/Politica-Saude-Seguranca-Ambiente.pdf">https://www.galp.com/corp/Portals/o/Recursos/Governo-Societario/SharedResources/Documentos/PT/Etica-e-Conduca/Politica-Saude-Seguranca-Ambiente.pdf</a></p> <p>A Galp acredita que proteger as pessoas, o meio ambiente e os seus ativos é essencial para a geração de valor sustentável, assumindo assim a responsabilidade de gerir os riscos e impacto das suas atividades.</p> <p><b>Código de Ética e Conduta</b>  <a href="https://www.galp.com/corp/Portals/o/Recursos/Governo-Societario/SharedResources/Documentos/PT/Codigo-De-Conduca-Etica_PT.pdf">https://www.galp.com/corp/Portals/o/Recursos/Governo-Societario/SharedResources/Documentos/PT/Codigo-De-Conduca-Etica_PT.pdf</a></p> <p>Precisamos que todas as pessoas da Galp procedam de acordo com os nossos valores e com integridade e respeito uns pelos outros.</p> <p><b>Política de Direitos Humanos</b>  <a href="https://www.galp.com/corp/Portals/o/Recursos/Governo-Societario/SharedResources/Documentos/PT/Politica-direitos-humanos.pdf">https://www.galp.com/corp/Portals/o/Recursos/Governo-Societario/SharedResources/Documentos/PT/Politica-direitos-humanos.pdf</a></p> <p>A Galp acredita que os direitos humanos são inerentes à condição humana e, portanto, são inalienáveis, universais, indivisíveis e interdependentes. Como operador integrado de energia, a Empresa assume a sua defesa e promoção, qualquer que seja a geografia e contexto em que opera, e a melhoria contínua dos instrumentos que suportam a implementação desta política.</p> <p><b>Normas da Empresa sobre Recrutamento e Mobilidade, Estágios, Gestão de Aprendizagem, Mobilidade Internacional e Modelo de Famílias de Funções</b></p> <p>A Galp segue uma abordagem integrada de ciclo de vida para gerir o talento dos colaboradores, focada nas seguintes áreas: recrutamento; acolhimento de novas pessoas; gestão de desempenho; desenvolvimento; recompensa e reconhecimento; aprendizagem e formação; mobilidade; clima organizacional e os valores da Empresa. Esta abordagem resultou em vários programas totalmente alinhados com os valores e cultura da Galp, garantindo que acrescentamos valor aos nossos colaboradores através dos quais estes podem melhorar as suas competências no assumir de novos desafios.</p>	<p>Por favor, consulte as seguintes secção do Capítulo 4 deste relatório:  4.4 Como estamos a fazê-lo?</p>
Igualdade de género	<p><b>Política de Diversidade nos Órgãos de Administração e Fiscalização</b>  <a href="https://www.galp.com/corp/Portals/o/Recursos/Governo-Societario/SharedResources/Documentos/PT/Politica_de_Diversidade_nos_Orgaos_de_Administracao_e_Fiscalizacao_-_versao_publicada_pt.pdf">https://www.galp.com/corp/Portals/o/Recursos/Governo-Societario/SharedResources/Documentos/PT/Politica_de_Diversidade_nos_Orgaos_de_Administracao_e_Fiscalizacao_-_versao_publicada_pt.pdf</a></p> <p>A Galp reconhece os benefícios da diversidade no seu Conselho de Administração e no Conselho Fiscal como meio de melhorar o equilíbrio da sua composição, melhorando o desempenho dos seus membros, reforçando a qualidade dos processos de decisão e controlo, evitando os efeitos do pensamento de grupo e contribuindo para o desenvolvimento sustentável da Galp.</p> <p><b>Plano para a igualdade 2018</b>  <a href="https://www.galp.com/corp/Portals/o/Recursos/Governo-Societario/SharedResources/Documentos/PT/Plano%20para%20a%20igualdade%202018%20-%20versao%20final_.pdf">https://www.galp.com/corp/Portals/o/Recursos/Governo-Societario/SharedResources/Documentos/PT/Plano%20para%20a%20igualdade%202018%20-%20versao%20final_.pdf</a></p> <p>Tendo em conta a importância da igualdade de género, como forma de demonstrar o compromisso da Galp com este objetivo, e dando cumprimento ao artigo 7.º da Lei n.º 62/2017 de 1 de agosto, a Galp apresentou o seu plano para a igualdade para 2018, visando alcançar igualdade de tratamento e oportunidades para homens e mulheres, promovendo a eliminação da discriminação em função do sexo e promovendo o equilíbrio entre vida pessoal, familiar e profissional.</p>	<p>No âmbito da Política de Diversidade nos Órgãos de Administração e Fiscalização, a Galp compromete-se, em linha com as competências de cada órgão, a envidar esforços para promover a diversidade no seu Conselho de Administração e Conselho Fiscal. A implementação da política de diversidade teve início com a sua aprovação pelo Conselho de Administração, em 15 de dezembro de 2017, e os seus resultados serão incluídos no relatório de governo societário de 2019, ano em que será realizada a próxima Assembleia Geral eleitoral da Galp.</p> <p>No desenvolvimento e cumprimento dos compromissos assumidos pela Galp para 2018 no âmbito do Fórum Empresarial para a Igualdade - IGEN e incorporado no Plano de Igualdade da Galp para 2018, a Empresa implementou as seguintes iniciativas em 2018:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Criação de um grupo de ação e reflexão interna, permanente e multidisciplinar com o objetivo de promover a discussão, definição e implementação de melhores práticas relativamente à igualdade de oportunidades, levando ao desenvolvimento de um conjunto de discussões, análise das melhores práticas e tendências, recolha e análise de informação interna sobre indicadores para permitir um diagnóstico/avaliação detalhado sobre o tema da Igualdade de Género que permita definir um plano de ação, com impacto na vida dos colaboradores da Galp;</li> <li>• Participação de membros do grupo de trabalho interno em fóruns de discussão sobre o tema Igualdade de Género;</li> <li>• Adesão da Galp à iniciativa “Equality means business”, do Pacto Global da ONU, como forma de medir a disparidade entre géneros e o alinhamento de compromissos nesta matéria;</li> <li>• Adesão da Galp ao PWN - Professional Women’s Network de Lisboa;</li> <li>• Realização de workshops internos com a PWN sobre género e neurociência;</li> <li>• Participação no Projecto Girl Move, uma associação que visa capacitar jovens moçambicanas para serem agentes de desenvolvimento através da integração de duas formandas moçambicanas em equipas internas durante um mês.</li> </ul> <p>Por favor, consulte também a seguinte secção do Capítulo 4 deste relatório:  4.4 Como estamos a fazê-lo?</p>

Área	Políticas relevantes	Implementação de mecanismos e de processos de <i>due diligence</i> ; Principais indicadores e resultados
<b>Não discriminação</b>	<p><b>Código de Ética e Conduta</b> <a href="https://www.galp.com/corp/Portals/o/Recursos/Governo-Societario/SharedResources/Documentos/PT/Codigo-De-Conduta-Etica_PT.pdf">https://www.galp.com/corp/Portals/o/Recursos/Governo-Societario/SharedResources/Documentos/PT/Codigo-De-Conduta-Etica_PT.pdf</a></p> <p>Estabelece os compromissos da Galp e dos seus colaboradores em relação à não discriminação.</p> <p><b>Política de Direitos Humanos</b> <a href="https://www.galp.com/corp/Portals/o/Recursos/Governo-Societario/SharedResources/Documentos/PT/Politica-direitos-humanos.pdf">https://www.galp.com/corp/Portals/o/Recursos/Governo-Societario/SharedResources/Documentos/PT/Politica-direitos-humanos.pdf</a></p> <p>A Galp comprometeu-se a não tolerar qualquer forma de discriminação com base na etnia ou origem étnica, cor, género, orientação sexual, idade, religião, nacionalidade, situação familiar e socioeconómica, estado civil, educação, deficiência, ideologia política, entre outros, e a assegurar a igualdade de oportunidades e a igualdade de tratamento em matéria de actividade profissional.</p>	<p>Por favor, consulte as seguintes secção do Capítulo 4 deste relatório:</p> <p>4.4 Como estamos a fazê-lo?</p>
<b>Direitos humanos</b>	<p><b>Código de Ética e Conduta</b> <a href="https://www.galp.com/corp/Portals/o/Recursos/Governo-Societario/SharedResources/Documentos/EN/Codigo-De-Conduta-Etica-EN.pdf">https://www.galp.com/corp/Portals/o/Recursos/Governo-Societario/SharedResources/Documentos/EN/Codigo-De-Conduta-Etica-EN.pdf</a></p> <p>Estabelece o compromisso da Galp em minimizar o impacto negativo, real ou possível, nas comunidades onde realiza as suas atividades e em respeitar o direito das comunidades a serem ouvidas antes de iniciar qualquer atividade que possa ter tal impacto; e fornecer e contratar o fornecimento de bens e serviços apenas a fornecedores que a Galp considere, tanto quanto é do seu conhecimento, terem respeito pelos direitos humanos de forma equivalente ao que é assumido pela Galp.</p> <p><b>Política de Direitos Humanos</b> <a href="https://www.galp.com/corp/Portals/o/Recursos/Governo-Societario/SharedResources/Documentos/PT/Politica-direitos-humanos.pdf">https://www.galp.com/corp/Portals/o/Recursos/Governo-Societario/SharedResources/Documentos/PT/Politica-direitos-humanos.pdf</a></p> <p>A Galp acredita que os direitos humanos são inerentes à condição humana e, portanto, são inalienáveis, universais, indivisíveis e interdependentes. Como operador integrado de energia, a Empresa assume a sua defesa e promoção, qualquer que seja a geografia e contexto em que opera, e a melhoria contínua dos instrumentos que suportam a implementação desta política.</p>	<p>Por favor, consulte as seguintes secção do Capítulo 4 deste relatório:</p> <p>4.4 Como estamos a fazê-lo?</p>
<b>Prevenção da corrupção e de subornos</b>	<p><b>Código de Ética e Conduta</b> <a href="https://www.galp.com/corp/Portals/o/Recursos/Governo-Societario/SharedResources/Documentos/PT/Codigo-De-Conduta-Etica_PT.pdf">https://www.galp.com/corp/Portals/o/Recursos/Governo-Societario/SharedResources/Documentos/PT/Codigo-De-Conduta-Etica_PT.pdf</a></p> <p>Comprometemo-nos a não recorrer ao suborno ou ao tráfico de influências, independentemente da sua forma ou meio, para obter qualquer resultado, lícito ou ilícito, contrário ou não aos propósitos e objetivos da Empresa. Da mesma forma, rejeitamos explicitamente receber qualquer suborno.</p> <p><b>Política de Prevenção da Corrupção</b> <a href="https://www.galp.com/corp/Portals/o/Recursos/Governo-Societario/SharedResources/Documentos/PT/Politica_Prevencao_Corruptao.pdf">https://www.galp.com/corp/Portals/o/Recursos/Governo-Societario/SharedResources/Documentos/PT/Politica_Prevencao_Corruptao.pdf</a></p> <p>A Galp está empenhada em monitorizar a evolução das melhores práticas na prevenção do risco de corrupção, a fim de alcançar melhorias contínuas. Esta Política enumera os princípios de acordo com os valores que norteiam o Código de Ética e Conduta. A norma aprovada em 2018 estabelece regras para a prevenção, deteção e resposta ao risco de corrupção no grupo Galp, desenvolvendo o que está estabelecido no Código de Ética e Conduta e na Política de Prevenção da Corrupção, em linha com os valores da Galp, com as obrigações regulamentares e legais a que a Galp e os seus funcionários estão sujeitos e com os riscos de corrupção específicos que a Galp enfrenta no decurso das suas atividades nas várias geografias em que opera.</p> <p><b>Norma Regulamentar - Gestão de Conflitos de Interesse</b> Esta norma aprovada em 2018 tem como objetivo prevenir, evitar, reportar e tratar os conflitos de interesses dos colaboradores da Galp de forma ética e responsável.</p>	<p>Como parte do processo de avaliação de qualquer novo potencial investimento numa geografia diferente, a Galp avalia os riscos colocados pelo enquadramento legal e regulamentar do país em causa.</p> <p>A Galp também realiza procedimentos de <i>due diligence</i> relativamente aos seus parceiros comerciais, prestadores de serviços e fornecedores mais relevantes antes de entrar em transações com estes, no sentido de garantir que tais entidades também seguem políticas e procedimentos apropriados e eficazes relacionados com a prevenção de corrupção e suborno.</p> <p>Para mais detalhes, consulte o Capítulo 7, secção 53 (Risco de Assuntos jurídicos/Compliance).</p> <p>Em 2018, 133 contrapartes foram avaliadas pelo nosso System Compliance Catalyst. Em três casos foram identificados riscos significativos e, por conseguinte, as negociações com essas contrapartes foram canceladas.</p> <p>Durante o ano de 2018, a Galp deu continuidade ao programa de formação para os funcionários da Galp relativamente ao seu Código de Ética e Conduta e a assuntos de <i>compliance</i>. Em 2018, a Galp providenciou formação em Ética aos 60 fornecedores mais relevantes.</p> <p>Por favor, consulte também as seguintes secção do Capítulo 4 deste relatório:</p> <p>4.4 Como estamos a fazê-lo?</p>
<b>Breve descrição do modelo de negócio da Empresa</b>	A informação sobre o modelo de negócio da Galp pode ser encontrada na Nota 4 do Anexo 9.1.a. deste relatório.	
<b>Riscos associados</b>	Esta informação está disponível no Capítulo 7, Título III, secção 53 deste relatório (detalhes e descrições de maiores riscos económicos, financeiros e legais a que a Empresa está exposta no desenvolvimento da sua atividade).	

## 9.5.

**Contas individuais****Índice****9.5.a****Demonstrações financeiras individuais e anexo às demonstrações financeiras individuais em 31 de dezembro de 2018** ..... 260**Demonstração da posição financeira em 31 de dezembro de 2018** ..... 260**Demonstração dos resultados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017** ..... 261**Demonstração do rendimento integral para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017** ..... 262**Demonstração das alterações no capital próprio para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017** ..... 262**Demonstração dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro 2018 e 2017** ..... 263**Notas às demonstrações financeiras** ..... 264

1. Nota introdutória ..... 264

2. Principais políticas contabilísticas ..... 264

2.1. Bases de apresentação ..... 264

2.2. Normas novas ou alteradas que entram em vigor em 2018 ..... 264

2.3. Normas novas ou alteradas que entram em vigor em 2019 ..... 264

2.4. Participações financeiras em empresas subsidiárias e associadas ..... 265

2.5. Ativos tangíveis ..... 265

2.6. Imparidade de ativos não correntes ..... 266

2.7. Provisões ..... 266

2.8. Saldos e transações expressos em moeda estrangeira ..... 266

2.9. Proveitos e especialização dos exercícios ..... 266

2.10 Encargos financeiros com empréstimos obtidos ..... 267

2.11. Imposto sobre o rendimento ..... 267

2.12. Instrumentos financeiros ..... 267

2.13. Classificação da demonstração da posição financeira ..... 269

2.14. Eventos subsequentes ..... 270

2.15. Estimativas e julgamentos ..... 270

2.16. Política de gestão de riscos e respetivas coberturas ..... 270

2.17. Capital social ..... 270

3. Empresas incluídas na consolidação ..... 270

4. Participações financeiras em empresas ..... 271

4.1. Participações financeiras em empresas subsidiárias e associadas ..... 271

4.2. Participações financeiras em empresas participadas ..... 272

5. Proveitos operacionais ..... 272

6. Custos operacionais ..... 273

7. Informação por segmentos ..... 273

8. Proveitos e custos financeiros ..... 273

9. Imposto sobre o rendimento ..... 273

10. Resultados por ação ..... 275

11. *Goodwill* ..... 275

12. Ativos tangíveis e intangíveis ..... 275

13. Subsídios ..... 276

14. Outras contas a receber ..... 276

15. Clientes ..... 276

16. Inventários ..... 276

17. Outros investimentos financeiros .....	277
18. Caixa e seus equivalentes .....	277
19. Capital social.....	277
20. Outras reservas.....	277
21. Interesses que não controlam .....	277
22. Empréstimos .....	278
23. Responsabilidades com benefícios de reforma e outros benefícios .....	279
24. Outras contas a pagar.....	279
25. Provisões.....	279
26. Fornecedores.....	280
27. Outros instrumentos financeiros – Derivados financeiros	280
28. Saldos com entidades relacionadas .....	280
29. Remunerações dos órgãos sociais .....	284
30. Dividendos.....	285
31. Reservas petrolíferas .....	285
32. Gestão de riscos financeiros.....	285
33. Ativos e responsabilidades contingentes.....	285
34. Informação sobre matérias ambientais .....	286
35. Eventos subsequentes .....	286
36. Aprovação das demonstrações financeiras .....	287

## 9.5.a

## Demonstrações financeiras individuais e anexo às demonstrações financeiras individuais em 31 de dezembro de 2018

### Demonstração da posição financeira em 31 de dezembro de 2018

#### Galp Energia, SGPS, S.A.

(Montantes expressos em milhares de Euros – kEuros)

ATIVO	Notas	2018	2017
<b>Ativo não corrente:</b>			
Ativos fixos tangíveis	12	5	9
Participações financeiras em subsidiárias e associadas	4.1	2.801.167	2.644.262
Participações financeiras em participadas	4.2	350	350
Outras contas a receber	14	1.937.590	1.987.590
Ativos por impostos diferidos	9	180	180
<b>Total de ativos não correntes:</b>		<b>4.739.292</b>	<b>4.632.391</b>
<b>Ativo corrente:</b>			
Clientes	15	1.044	1.334
Outras contas a receber	14	195.023	120.703
Imposto corrente sobre o rendimento a receber	9	50.902	65.597
Caixa e seus equivalentes	18	8.932	11.211
<b>Total dos ativos correntes:</b>		<b>255.901</b>	<b>198.845</b>
<b>Total do ativo:</b>		<b>4.995.193</b>	<b>4.831.236</b>
<b>CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO</b>			
<b>Capital próprio:</b>			
Capital social	19	829.251	829.251
Prémios de emissão		82.006	82.006
Outras reservas	20	193.827	193.827
Resultados acumulados		207.035	261.966
Resultado líquido do exercício		484.310	421.888
<b>Total do capital próprio:</b>		<b>1.796.429</b>	<b>1.788.938</b>
<b>Passivo:</b>			
<b>Passivo não corrente:</b>			
Empréstimos	22	792.150	688.437
Empréstimos obrigacionistas	22	1.644.276	1.594.868
Outras contas a pagar	24	2.124	2.142
<b>Total do passivo não corrente:</b>		<b>2.438.550</b>	<b>2.285.447</b>
<b>Passivo corrente:</b>			
Empréstimos e descobertos bancários	22	55.682	57.332
Empréstimos obrigacionistas	22	497.844	391.938
Fornecedores	26	568	435
Outras contas a pagar	24	151.328	241.035
Imposto corrente sobre o rendimento a pagar	9	54.792	66.111
<b>Total do passivo corrente:</b>		<b>760.214</b>	<b>756.851</b>
<b>Total do passivo:</b>		<b>3.198.764</b>	<b>3.042.298</b>
<b>Total do capital próprio e do passivo:</b>		<b>4.995.193</b>	<b>4.831.236</b>

As notas fazem parte integrante da demonstração da posição financeira a 31 de dezembro de 2018.

## Demonstração dos resultados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

### Galp Energia, SGPS, S.A.

(Montantes expressos em milhares de Euros – kEuros)

	Notas	2018	2017
<b>Rendimentos operacionais:</b>			
Prestação de serviços	5	10.198	8.443
Outros rendimentos operacionais	5	-	30
<b>Total de rendimentos operacionais:</b>		<b>10.198</b>	<b>8.473</b>
<b>Gastos operacionais:</b>			
Fornecimentos e serviços externos	6	(3.231)	(2.844)
Gastos com o pessoal	6	(8.770)	(7.626)
Amortizações, depreciações e perdas por imparidades de ativos fixos	6	(4)	(4)
Outros gastos operacionais	6	(279)	(505)
<b>Total de gastos operacionais:</b>		<b>(12.284)</b>	<b>(10.979)</b>
<b>Resultados operacionais:</b>			
Proveitos financeiros	8	96.579	96.139
Gastos financeiros	8	(66.246)	(83.837)
Ganhos (perdas) cambiais		(290)	(899)
Ganhos/(perdas) relativos a participações financ. em emp. subsidiárias e associadas	4	463.950	415.638
<b>Resultado antes de impostos:</b>		<b>491.907</b>	<b>424.535</b>
Imposto sobre o rendimento	9	(7.597)	(2.647)
<b>Resultado líquido do exercício</b>		<b>484.310</b>	<b>421.888</b>
<b>Resultado por ação básico e diluído (valores em Euros)</b>	<b>10</b>	<b>0,58</b>	<b>0,51</b>

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração dos resultados para o exercício findo em 31 de dezembro 2018.

## Demonstração do rendimento integral para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

### Galp Energia, SGPS, S.A.

(Montantes expressos em milhares de Euros – kEuros)

	Nota	2018	2017
Resultado líquido do exercício		484.310	421.888
<b>Total rendimento integral do exercício</b>		<b>484.310</b>	<b>421.888</b>

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração do rendimento integral para o exercício findo em 31 de dezembro 2018.

## Demonstração das alterações no capital próprio para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

### Galp Energia, SGPS, S.A.

(Montantes expressos em milhares de Euros – kEuros)

Movimentos do exercício	Notas	Capital social	Prémios de emissão de ações	Outras reservas (Nota 20)	Resultados Acumulados	Resultado líquido do exercício	Total
<b>Saldo em 1 de janeiro de 2017</b>		<b>829.251</b>	<b>82.006</b>	<b>193.827</b>	<b>261.840</b>	<b>413.784</b>	<b>1.780.708</b>
Resultado líquido do exercício		-	-	-	-	421.888	421.888
Rendimento integral do exercício		-	-	-	-	421.888	421.888
Distribuição de Dividendos/Dividendos antecipados		-	-	-	(413.658)	-	(413.658)
Aumentos/Diminuições de reservas por aplicação de resultados		-	-	-	413.784	(413.784)	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2017</b>		<b>829.251</b>	<b>82.006</b>	<b>193.827</b>	<b>261.966</b>	<b>421.888</b>	<b>1.788.938</b>
<b>Saldo em 1 de janeiro de 2018</b>		<b>829.251</b>	<b>82.006</b>	<b>193.827</b>	<b>261.966</b>	<b>421.888</b>	<b>1.788.938</b>
Resultado líquido do exercício		-	-	-	-	484.310	484.310
Rendimento integral do exercício		-	-	-	-	484.310	484.310
Distribuição de Dividendos/Dividendos antecipados	30	-	-	-	(476.819)	-	(476.819)
Aumentos/Diminuições de reservas por aplicação de resultados		-	-	-	421.888	(421.888)	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2018</b>		<b>829.251</b>	<b>82.006</b>	<b>193.827</b>	<b>207.035</b>	<b>484.310</b>	<b>1.796.429</b>

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração de alterações no capital próprio para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

## Demonstração dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro 2018 e 2017

### Galp Energia, SGPS, S.A.

(Montantes expressos em milhares de Euros – kEuros)

	Notas	2018	2017
<b>Atividades operacionais:</b>			
Recebimentos de clientes		14.775	9.437
Pagamentos a fornecedores		(5.780)	(7.193)
Pagamentos ao pessoal		(4.320)	(4.094)
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		(4.220)	35.872
Outros (pagamentos)/recebimentos relativos à atividade operacional		9.628	(5.895)
<b>Fluxos das atividades operacionais (1)</b>		<b>10.083</b>	<b>28.127</b>
<b>Atividades de investimento:</b>			
Recebimentos provenientes de:			
Juros e proveitos similares		94.542	125.372
Dividendos	4	463.660	414.603
Empréstimos concedidos		94.034	183.123
		<b>652.236</b>	<b>723.098</b>
Pagamentos respeitantes a:			
Participações Financeiras		(156.905)	(130.000)
Empréstimos concedidos		(127.186)	(25.431)
		<b>(284.091)</b>	<b>(155.431)</b>
<b>Fluxos das atividades de investimento (2)</b>		<b>368.145</b>	<b>567.666</b>
<b>Atividades de financiamento:</b>			
Recebimentos provenientes de:			
Empréstimos obtidos		3.742.583	3.968.345
		<b>3.742.583</b>	<b>3.968.345</b>
Pagamentos respeitantes a:			
Empréstimos obtidos		(3.575.923)	(4.052.961)
Juros de empréstimos obtidos		(68.500)	(91.579)
Dividendos	30	(476.819)	(413.658)
		<b>(4.121.242)</b>	<b>(4.558.198)</b>
<b>Fluxos das atividades de financiamento (3)</b>		<b>(378.659)</b>	<b>(589.853)</b>
Variação de caixa e seus equivalentes (4) = (1) + (2) + (3)		(431)	5.941
Efeito das diferenças de câmbio		-	137
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	18	8.324	2.246
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício	18	7.893	8.324

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração dos fluxos de caixa para o período findo em 31 de dezembro de 2018

## Notas às demonstrações financeiras

### 1. Nota introdutória

A Galp Energia, SGPS, S.A. (adiante designada por Galp ou Empresa), foi constituída sob a forma de sociedade anónima de capitais públicos, através do Decreto-Lei nº 137-A/99, de 22 de abril de 1999, com a denominação de “Galp – Petróleos e Gás de Portugal, SGPS, S.A.”, tendo adotado, em 13 de setembro de 2000, a denominação atual – Galp Energia, SGPS, S.A..

A sua sede é em Lisboa e tem como objeto social a gestão de participações sociais de outras sociedades, tendo agrupado, à data da sua constituição, as participações diretas do Estado nas seguintes sociedades: Petróleos de Portugal – Petrogal, S.A.; GDP – Gás de Portugal, SGPS, S.A. e Transgás – Sociedade Portuguesa de Gás Natural, S.A. (“Transgás, S.A.” atualmente denominada por Galp Gás Natural, S.A.).

Ao longo dos últimos anos a estrutura acionista da Empresa sofreu diversas alterações encontrando-se a posição em 31 de dezembro de 2018 evidenciada na Nota 19.

Parte das ações da Empresa representativas de 93% do capital social encontram-se cotadas em bolsa, na Euronext Lisbon.

As demonstrações financeiras anexas são apresentadas em milhares de Euros, exceto se expresso em contrário.

### 2. Principais políticas contabilísticas

#### 2.1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras da Empresa foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e tomando por base o custo histórico, excepto para os instrumentos financeiros derivados que, quando aplicável, se encontram registados pelo justo valor, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, mantidos de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adoptadas pela União Europeia, efetivas para os exercícios económicos iniciados em 1 de janeiro de 2018. Devem entender-se como fazendo parte daquelas normas, quer as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS – International Financial Accounting Standards) emitidas pelo International Accounting Standard Board (IASB), quer as Normas Internacionais de Contabilidade (IAS), emitidas pelo International Accounting Standards Committee (IASC) e respetivas interpretações – SIC e IFRIC, emitidas pelo Standing Interpretation Committee (SIC) e International Financial Reporting Interpretation Committee (IFRIC), respetivamente. De ora em diante, o conjunto daquelas

normas e interpretações serão designados genericamente por “IFRS”.

A 31 de dezembro de 2018, a Galp Energia, SGPS, S.A. apresenta fundo de maneo negativo no montante de €504.313 k. Não obstante, o Conselho de Administração confirma a não existência de qualquer incumprimento do princípio da continuidade, tendo em conta que o financiamento e liquidez da Empresa se encontram assegurados (a) pela política de distribuição de dividendos seguida pelas suas subsidiárias, e (b) pela existência de linhas de crédito disponíveis, mas não utilizadas, que ascendem a 31 de dezembro de 2018 a €1.400 m, que satisfazem quaisquer obrigações assumidas no prazo de 12 meses

#### 2.2. Normas novas ou alteradas que entram em vigor em 2018

##### Mudança de política contabilística com a aplicação da IFRS 9 – Instrumentos Financeiros

A Galp Energia, SGPS, S.A. adotou a partir de 1 de janeiro de 2018 a nova norma contabilística IFRS 9, que substitui a antiga norma IAS 39.

Foi aplicada uma nova metodologia para o cálculo e reporte de imparidades de contas a receber, tendo-se mudado o método para a estimação de perdas das operações para um método de perdas esperadas em que o risco de crédito é considerado desde o reconhecimento inicial dos valores a receber.

Na empresa Galp Energia, SGPS, S.A. a mudança de política contabilística não teve impactos contabilísticos.

##### Mudança de política contabilística com a aplicação da IFRS 15 – Rédito

Em 1 de janeiro de 2018 a Empresa aplicou a IFRS 15, que substitui a IAS 18. A aplicação da IFRS 15 não alterou o reconhecimento de rédito na Empresa.

#### 2.3. Normas novas ou alteradas que entram em vigor em 2019

A IFRS 16 vem substituir a IAS 17 – “Locações” e as interpretações associadas, com impacto significativo na contabilização efetuada pelos locatários que passam a ser obrigados a reconhecer para todos os contratos de locação de um ativo, um passivo de locação correspondente aos pagamentos futuros das rendas da locação e um ativo relativo ao respetivo “direito de uso”.

Encontram-se previstas isenções a este tratamento contabilístico (que a empresa adotou) para as locações de curto prazo (menor de 12 meses) e de ativos de baixo valor que em novos têm um valor menor de 5.000 Euros. A definição de um contrato de locação também foi revista, sendo baseada no “direito de controlar o uso de um ativo identificado”.

No que se refere ao regime de transição, a 1 de janeiro de 2019, a IFRS 16 pode ser aplicada retrospectivamente ou pode ser seguida uma abordagem retrospectiva simplificada. No que se refere ao regime de transição, a 1 de janeiro de 2019, a Galp Energia, SGPS, S.A. aplicará a IFRS 16 utilizando uma abordagem retrospectiva simplificada ('Modified retrospective approach'), em que reconhecerá os direitos de uso de ativos no mesmo montante dos passivos de locação sem a correção financeira de períodos anteriores.

Conforme permitido pela norma, a Galp Energia, SGPS, S.A. aplicará o normativo apenas para contratos iniciados (ou modificados) em ou após a data inicial da aplicação da norma e aplicará o expediente prático disponível no normativo à avaliação anterior de quais contratos são, ou contêm, locação (“grandfathering”).

A Galp Energia, SGPS, S.A. estima que o impacto resultante da adoção da IFRS 16 a 1 de janeiro de 2019 irá incrementar os seus ativos e passivos no montante de €85 k Tal impacto contratual deve-se às seguintes classes de ativo: Viaturas.

Quanto à apresentação e ao ritmo do reconhecimento de encargos na demonstração dos resultados será alterado, sendo que a despesa de locação operacional, atualmente relatada sob a IAS 17 numa base linear, será substituída pela depreciação do direito de uso reconhecido e pelos juros de locação.

As taxas de desconto a serem usadas na transição serão as taxas de empréstimo incremental, conforme apropriado para cada locação, com base em fatores como a entidade legal do locatário, categoria de ativo, prazo de locação e moeda.

O Conselho de Administração da Empresa entende que as demonstrações financeiras individuais anexas e as notas que se seguem asseguram uma adequada apresentação da informação financeira. Assim, na preparação das demonstrações financeiras anexas foram utilizadas estimativas que afetam as quantias reportáveis de ativos e passivos, assim como as quantias reportáveis de rendimentos e gastos durante o período de reporte. Todas as estimativas e assunções efetuadas pelo Conselho de Administração foram contudo efetuadas, com base no melhor conhecimento existente, à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transações em curso.

A Empresa, na elaboração e apresentação das demonstrações financeiras, declara estar em cumprimento, de forma explícita e sem reservas, com as normas IAS/IFRS e suas interpretações SIC/IFRIC, conforme aprovadas pela União Europeia.

As principais políticas contabilísticas adotadas pela Empresa, na preparação das suas demonstrações financeiras individuais são as abaixo mencionadas. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 não ocorreram alterações de políticas contabilísticas face às consideradas na preparação da informação financeira relativa ao exercício anterior, não tendo sido registados erros materiais relativos a exercícios anteriores.

Estas demonstrações financeiras referem-se à Empresa em termos individuais e foram preparadas nos termos legais para aprovação em Assembleia Geral de Acionistas, tendo os investimentos financeiros sido registados ao custo de aquisição, tal como explicado na Nota 2.4.. A Empresa irá preparar e apresentar em separado as demonstrações financeiras consolidadas nas quais vão ser incluídas as demonstrações financeiras das empresas em que detém o controlo.

#### 2.4. Participações financeiras em empresas subsidiárias e associadas

As participações financeiras em empresas subsidiárias e associadas são registadas ao custo de aquisição, deduzidas, quando aplicável, de imparidades.

As participações financeiras em empresas encontram-se detalhadas na Nota 4.

Os dividendos recebidos das empresas subsidiárias e associadas são registados na rubrica – Ganhos/perdas relativos a participações financeiras em empresas subsidiárias e associadas.

#### 2.5. Ativos tangíveis

Os ativos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações acumuladas e perdas por imparidade.

As depreciações são calculadas sobre o custo de aquisição, pelo método das quotas constantes por duodécimos, a partir do mês de início da utilização ou entrada em funcionamento dos bens, utilizando-se de entre as taxas económicas mais apropriadas, as que permitam a reintegração dos ativos tangíveis, durante a sua vida útil estimada.

As taxas de depreciação praticadas correspondem, em média, às seguintes vidas úteis estimadas:

	<b>Anos de vida útil</b>
Equipamento administrativo	5 a 8
Outras imobilizações corpóreas	8

As mais ou menos-valias resultantes da alienação ou abate dos ativos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação/abate. O valor líquido contabilístico incorpora as perdas por imparidade acumuladas. As mais e menos-valias contabilísticas apuradas são registadas na demonstração de resultados nas rubricas de outros rendimentos operacionais ou outros gastos operacionais, respetivamente.

## 2.6. Imparidade de ativos não correntes

São efetuados testes de imparidade à data das demonstrações financeiras e sempre que seja identificada uma desvalorização do ativo ou ativos em apreço. Nos casos em que o valor escriturado do ativo é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade registada na demonstração de resultados.

A quantia recuperável é a maior, entre o preço de venda líquido e o valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do ativo, numa transação entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos custos diretamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é determinado pela atualização dos fluxos de caixa futuros estimados do ativo durante a sua vida útil estimada. A quantia recuperável é estimada para o ativo ou unidade geradora de caixa a que este seja alocável. A taxa de desconto utilizada na atualização dos fluxos de caixa descontados reflete o WACC (*Weighted Average Cost of Capital*) do grupo Galp, aplicável no segmento de negócio em que o ativo ou unidade geradora de caixa seja incluída.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores é registada quando se conclui que as perdas por imparidade reconhecidas já não existem ou diminuíram. Esta análise é efetuada sempre que existam indícios de que a perda por imparidade anteriormente reconhecida tenha revertido. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração de resultados como dedução à rubrica onde originalmente foi reconhecida a perda por imparidade. Contudo, a reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação) caso a perda por imparidade não se tivesse registado em períodos anteriores.

## 2.7. Provisões

As provisões são reconhecidas, quando e somente quando, a Empresa tem uma obrigação presente (legal, contratual ou construtiva) resultante de um evento passado, seja provável que para a resolução dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas a cada data de relato e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data. As provisões para custos de reestruturação são reconhecidas pela Empresa sempre que exista um plano formal e detalhado de reestruturação.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 não ocorreram transações que devessem ser classificadas como provisões para reestruturação.

## 2.8. Saldos e transações expressos em moeda estrangeira

As transações são registadas nas demonstrações financeiras da Empresa na moeda funcional da mesma, utilizando as taxas em vigor à data da transação.

As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transações e as vigentes na data das cobranças, dos pagamentos ou à data de relato, são registadas como proveitos e/ou gastos na demonstração de resultados do exercício na rubrica de ganhos/perdas cambiais.

À data de 31 de dezembro de 2018 e 2017 a Empresa não tinha saldos expressos em moeda estrangeira.

## 2.9. Proveitos e especialização dos exercícios

Os gastos e rendimentos são contabilizados no período a que dizem respeito, independentemente da data do seu pagamento ou recebimento. Os gastos e rendimentos cujo valor real não seja conhecido são estimados.

Nas rubricas de outras contas a receber e outras contas a pagar, são registados os custos e os proveitos imputáveis ao período corrente e cujas despesas e receitas apenas ocorrerão em períodos futuros, bem como as despesas e as receitas que já ocorreram, mas que respeitam a períodos futuros e que serão imputadas aos resultados de cada um desses períodos, pelo valor que lhes corresponde.

O rédito proveniente de dividendos deve ser reconhecido quando for estabelecido o direito da Empresa a reconhecer o respetivo montante.

## 2.10. Encargos financeiros com empréstimos obtidos

Os encargos financeiros com empréstimos obtidos são registados como gasto financeiro de acordo com o método da taxa de juro efetiva.

## 2.11. Imposto sobre o rendimento

Desde o exercício de 2001, a Galp Energia, SGPS, S.A. encontra-se abrangida pelo regime especial de tributação de grupos de sociedades (RETGS) o qual abrange todas as empresas em que participa, direta ou indiretamente, em pelo menos 75% do respetivo capital, desde que tal participação lhe confira mais de 50% do direito de voto, e que, simultaneamente, são residentes em Portugal e tributadas em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC).

Os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos escriturados e os respetivos montantes para efeitos de tributação.

Os ativos e passivos por impostos diferidos são calculados e periodicamente avaliados utilizando as taxas de tributação que se esperam estar em vigor à data da reversão das diferenças temporárias.

Os ativos por impostos diferidos são registados unicamente quando existem expectativas razoáveis de geração de lucros fiscais futuros suficientes para os utilizar. Em cada data de relato é efetuada uma reapreciação das diferenças temporárias subjacentes aos ativos por impostos diferidos no sentido de reconhecer ativos por impostos diferidos não registados anteriormente por não terem preenchido as condições para o seu registo e/ou para reduzir o montante dos impostos diferidos ativos registados em função da expectativa atual da sua recuperação futura.

## 2.12. Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos na demonstração da posição financeira quando a Empresa se torna parte contratual do respetivo instrumento financeiro.

A Empresa classifica os ativos e passivos financeiros nas seguintes categorias:

- a) Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral;
- b) Ativos e passivos financeiros ao custo amortizado;

- c) Ativos e passivos financeiros ao justo valor por resultados (derivados).

A gestão determina a classificação dos investimentos no reconhecimento inicial e reavalia no final de cada período de relato, se e somente se houver uma mudança no modelo de negócios. Para passivos financeiros, a mudança da classificação não é permitida.

### Reconhecimento e mensuração

As compras e vendas dos investimentos são reconhecidas na data da transação. Os investimentos são inicialmente reconhecidos ao justo valor. Os ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral e os ativos financeiros ao justo valor por resultados são subsequentemente atualizados ao justo valor, as divulgações do justo valor são efetuadas separadamente para cada classe de instrumentos financeiros no fim do período de relato.

### Desreconhecimento dos investimentos

Os Ativos Financeiros são desreconhecidos da demonstração da posição financeira quando os direitos de receber os fluxos de caixa dos investimentos tenham expirado ou tenham sido transferidos e a Galp tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade.

### Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral

Os ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral são compostos principalmente por investimentos em participações. Quando esses tipos dos ativo financeiros são desreconhecidos, o ganho ou a perda será mantida no capital próprio. Os dividendos recebidos são reconhecidos no resultado do exercício.

### Ativos e passivos financeiros ao custo amortizado

Ativos e passivos financeiros ao custo amortizado são ativos financeiros não derivados que são detidos exclusivamente para pagamentos do capital e juros (SPPI). Se a cobrança é esperada dentro de um ano (ou no ciclo operacional normal do negócio, se mais), eles são classificados como ativos correntes. Caso contrário, são apresentados como ativos não correntes.

As contas a receber são inicialmente registadas ao justo valor e subsequentemente mensurados pelo seu custo amortizado, deduzido de eventuais perdas por imparidade, reconhecidas na rubrica de Perdas por imparidade em contas a receber. Usualmente, o custo amortizado destes ativos não difere do seu valor nominal, nem do seu justo valor.

Clientes e outras contas a receber são desreconhecidos quando expiram os direitos contratuais para os fluxos de caixa (ou seja, são recebidos), quando são transferidos (por exemplo, vendidos) ou quando são provisionados.

### Imparidades de contas a receber

A Empresa aplica a abordagem simplificada da IFRS 9 para mensurar as perdas de crédito esperadas, a qual utiliza as perdas de crédito esperadas ao longo da vida útil, para todas as contas a receber. As contas a receber foram agrupadas por segmento de negócio para efeitos da avaliação das perdas de crédito esperadas. O risco de crédito das contas a receber é avaliado em cada data de relato, levando em consideração o perfil de risco de crédito do cliente. A análise de risco de crédito é baseada na probabilidade de *default* anual e também leva em conta o perfil de risco de crédito do cliente. A probabilidade de incobrabilidade representa uma probabilidade de *default* anual que reflete a posição atual e projeções futuras tendo em conta fatores macroeconómicos.

As contas a receber são ajustadas em cada período de relato financeiro, tendo em conta as estimativas da Gestão relativamente ao risco de crédito.

### Risco de crédito

Para fins de Risco de Crédito, se os clientes e outras contas a receber forem classificados de forma independente, essas classificações serão utilizadas. Caso contrário, se não houver classificação independente, o controle de risco avalia a qualidade de crédito do cliente, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores. Os limites de risco individuais são definidos com base em classificações internas ou externas, de acordo com os limites estabelecidos pelo conselho. O cumprimento dos limites de crédito pelos clientes é regularmente monitorizado pela Gestão.

Não há concentrações significativas de risco de crédito, seja por exposição a clientes individuais, sectores específicos da indústria e/ou regiões.

Para futuras mitigações do risco de crédito, as garantias e apólices de seguro para um eventual incumprimento de crédito são um *standard* da política de risco global da Galp.

Para mensurar as perdas de crédito esperadas, as contas a receber de clientes foram agrupadas com base nas características de risco de crédito comuns.

### a) Empréstimos

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal recebido, líquido de despesas com a emissão desses empréstimos. Os empréstimos são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado.

Os encargos financeiros são calculados de acordo com a taxa de juro efetiva e contabilizados na demonstração de resultados de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

Os encargos financeiros incluem os juros e eventualmente os gastos de comissões com a montagem e estruturação dos empréstimos.

### b) Contas a pagar a fornecedores e outras dívidas a terceiros

As contas a pagar são mensuradas inicialmente ao justo valor e são subsequentemente mensuradas ao custo amortizado através do método da taxa efetiva. Usualmente, o custo amortizado destes passivos não difere do seu valor nominal.

### c) Instrumentos derivados

#### Contabilidade de cobertura

Por vezes a Empresa utiliza instrumentos derivados na gestão dos seus riscos financeiros como forma de garantir a cobertura desses riscos, não sendo utilizados instrumentos derivados para a cobertura de riscos financeiros com o objetivo de negociação.

Os instrumentos derivados utilizados pela Empresa definidos como instrumentos de cobertura de fluxos de caixa respeitam fundamentalmente a instrumentos de cobertura de taxa de juro de empréstimos obtidos.

Os instrumentos derivados utilizados pela Empresa definidos como instrumentos de cobertura de fluxos de caixa respeitam fundamentalmente a instrumentos de cobertura de taxa de juro de empréstimos obtidos. Os indexantes, as convenções de cálculo, as datas de refixação das taxas de juro e os planos de reembolso dos instrumentos de cobertura de taxa de juro são em tudo idênticos às condições estabelecidas para os empréstimos subjacentes contratados, pelo que configuram relações perfeitas de cobertura.

Os critérios utilizados pela Empresa para classificar os instrumentos derivados como instrumentos de cobertura de fluxos de caixa são os seguintes:

- Espera-se que a cobertura seja muito eficaz ao conseguir a compensação de alterações nos fluxos de caixa atribuíveis ao risco coberto;

- A eficácia da cobertura pode ser fiavelmente mensurada;
- Existe adequada documentação sobre a transação a ser coberta no início da cobertura; e
- A transação objeto de cobertura é altamente provável.

Os derivados financeiros são inicialmente registados pelo seu justo valor, calculado por entidades externas e independentes através de métodos de avaliação (tais como modelo de *Discounted Cash flows*, modelo de Black-Scholes, modelo Binomial e Trinomial, e Simulações de Monte-Carlo, entre outras variantes dependendo do tipo e características do derivado financeiro sob análise) tendo por base princípios geralmente aceites e variáveis observáveis no mercado. As alterações de justo valor destes instrumentos são reconhecidas em capitais próprios na rubrica reservas de cobertura, sendo transferidas para resultados no mesmo período em que o instrumento objeto de cobertura afeta resultados.

A contabilização de cobertura de instrumentos derivados é descontinuada quando o instrumento se vence ou é vendido. Nas situações em que o instrumento derivado deixe de ser qualificado como instrumento de cobertura, as diferenças de justo valor acumuladas e diferidas em capital próprio na rubrica reservas de cobertura, resultantes de uma cobertura eficiente, são transferidas para resultados do exercício quando o ativo coberto afeta resultados ou adicionadas ao valor contabilístico do ativo a que as transações objeto de cobertura deram origem, e as reavaliações subsequentes são registadas diretamente nas rubricas da demonstração de resultados.

É efetuada uma análise dos contratos existentes na Empresa, no âmbito de deteção de derivados embutidos, ou seja, cláusulas contratuais que pudessem ser entendidas como derivados financeiros, não se tendo detetado derivados financeiros suscetíveis de serem valorizados ao justo valor.

Quando existem derivados embutidos em outros instrumentos financeiros ou outros contratos, os mesmos são tratados como derivados reconhecidos separadamente, nas situações em que os riscos e as características não estejam intimamente relacionados com os contratos e nas situações em que os contratos não sejam apresentados pelo seu justo valor com os ganhos ou perdas não realizadas registadas na demonstração de resultados.

Adicionalmente, em situações específicas, a Empresa procede também à contratação de derivados de taxa de juro com o objetivo

de cobertura de justo valor. Nestas situações, os derivados são registados pelo seu justo valor através da demonstração de resultados. Nas situações em que o instrumento objeto de cobertura não é mensurado ao justo valor (nomeadamente, empréstimos que estão mensurados ao custo amortizado), a parcela eficaz de cobertura é ajustada no valor contabilístico do instrumento coberto através da demonstração de resultados.

Em conformidade com a norma IFRS 13 uma entidade deve classificar as mensurações do justo valor baseando-se numa hierarquia do justo valor que reflita o significado dos *inputs* utilizados na mensuração. A hierarquia de justo valor deverá ter os seguintes níveis:

Nível 1 - o justo valor dos ativos ou passivos é baseado em cotações de mercados líquidos ativos à data de referência da demonstração da posição financeira;

Nível 2 - o justo valor dos ativos ou passivos é determinado com recurso a modelos de avaliação baseados em *inputs* observáveis no mercado;

Nível 3 - o justo valor dos ativos ou passivos é determinado com recurso a modelos de avaliação, cujos principais *inputs* não são observáveis no mercado.

#### d) Caixa e equivalentes de caixa

Os montantes incluídos na rubrica de caixa e equivalentes de caixa correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria, vencíveis a menos de três meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco de alteração de valor insignificante.

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica de caixa e equivalentes de caixa compreende também os descobertos bancários incluídos na rubrica de empréstimos e descobertos bancários na demonstração da posição financeira.

### 2.13. Classificação da demonstração da posição financeira

Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano da data das demonstrações financeiras são classificados, respetivamente, como ativos e passivos não correntes.

#### 2.14. Eventos subsequentes

Os eventos após a data das demonstrações financeiras que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data das demonstrações financeiras são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data das demonstrações financeiras que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data das demonstrações financeiras são divulgados no anexo às demonstrações financeiras, se significativos.

#### 2.15. Estimativas e julgamentos

A preparação de demonstrações financeiras de acordo com princípios contabilísticos geralmente aceites, requer que se realizem estimativas que afetam os montantes dos ativos e passivos registados, a apresentação de ativos e passivos contingentes no final de cada exercício, bem como os proveitos e custos reconhecidos no decurso de cada exercício. Os resultados atuais poderiam ser diferentes dependendo das estimativas atualmente realizadas.

Determinadas estimativas são consideradas críticas se:

- (i) a natureza das estimativas é considerada significativa devido aos níveis de subjetividade e julgamentos necessários para a contabilização de situações em que existe grande incerteza ou pela elevada suscetibilidade de variação dessas situações e;
- (ii) o impacto das estimativas na situação financeira ou na atuação operativa é significativo.

Os princípios contabilísticos e as áreas que requerem um maior número de juízos e estimativas na preparação das demonstrações financeiras são (i) provisões para contingências e (ii) imparidade de participações financeiras.

#### Provisões para contingências

O custo final de processos judiciais, liquidações e outros litígios pode variar devido a estimativas baseadas em diferentes interpretações das normas, opiniões e avaliações finais do montante de perdas. Desse modo, qualquer variação nas circunstâncias relacionadas com este tipo de contingências poderia ter um efeito significativo no montante da provisão para contingências registado.

#### Imparidade de participações financeiras

A identificação dos indicadores de imparidade, a estimativa de fluxos de caixa futuros e a determinação do justo valor de ativos implicam um elevado grau de julgamento por parte do Conselho de Administração no que respeita à identificação e avaliação dos diferentes indicadores de imparidade, fluxos de caixa esperados, taxas de desconto aplicáveis.

#### 2.16. Política de gestão de riscos e respetivas coberturas

As atividades do grupo Galp levam a uma exposição a riscos de: (i) mercado, como consequência da volatilidade dos preços do petróleo e gás natural e seus derivados, das taxas de câmbio e das taxas de juro; (ii) de crédito, como consequência da atividade comercial; (iii) riscos de liquidez, na medida em que o Grupo poderia encontrar dificuldades em dispor de recursos financeiros necessários para fazer frente aos seus compromissos.

A Empresa dispõe de uma organização e sistemas que permitem identificar, medir e controlar os diferentes riscos a que está exposto e utiliza diversos instrumentos financeiros para realizar coberturas, de acordo com diretrizes corporativas comuns a todo o Grupo. A contratação destes instrumentos está centralizada.

A descrição dessas coberturas encontra-se em mais detalhe nas políticas contabilísticas elencadas neste capítulo e nas demonstrações financeiras consolidadas da Empresa.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foram somente divulgadas as variações materiais exigidas pelo normativo IFRS 7 – Instrumentos Financeiros: Divulgação de Informações.

#### 2.17. Capital social

As ações ordinárias são classificadas no capital próprio. Os custos diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou outros instrumentos de capital próprio são apresentados como uma dedução, líquida de impostos, ao valor recebido resultante da emissão.

### 3. Empresas incluídas na consolidação

Não aplicável.

## 4. Participações financeiras em empresas

### 4.1. Participações financeiras em empresas subsidiárias e associadas

As participações financeiras detidas no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e 2017 eram as seguintes:

Empresas subsidiárias:	Sede social		Percentagem de capital detido		Principal Atividade	Custo de aquisição	
	Localidade	País	2018	2017		2018	2017
Galp Energia, S.A.	<sup>b)</sup> Lisboa	Portugal	100%	100%	Prestação de serviços e consultoria de apoio e consultoria à gestão empresarial.	13.154	6.154
Galp Energia E&P, B.V.	<sup>a)</sup> Roterdão	Holanda	100%	100%	Exploração e produção de petróleo e gás natural bem como trading de petróleo, gás natural e produtos petrolíferos; gestão de participações sociais de outras sociedades e financiamento de negócios e empresas.	1.822.692	1.672.692
Galp Gas & Power, SGPS, S.A.	Lisboa	Portugal	100%	100%	Gestão de participações sociais.	161.765	161.765
Petrogal, S.A.	Lisboa	Portugal	100%	100%	Refinação de petróleo bruto e seus derivados; transporte, distribuição e comercialização de petróleo bruto e seus derivados e gás natural; pesquisa e exploração de petróleo bruto e gás natural; e quaisquer outras atividades industriais, comerciais, de investigação ou prestação de serviços conexos.	803.556	803.556
Enerfuel S.A.	<sup>c)</sup> Sines	Portugal	-	10,56%	Estudos, projetos, instalação, produção e comercialização de biocombustíveis, tratamento, valorização e recuperação de resíduos, compra e venda de equipamentos.	-	95
						<b>2.801.167</b>	<b>2.644.262</b>

<sup>a)</sup> Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a Empresa procedeu à realização de aumentos de capital no montante de €150.000 k na subsidiária Galp Energia E&P, BV.

<sup>b)</sup> Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a Empresa entregou prestações suplementares à sua subsidiária Galp Energia, S.A. no montante de €7.000 k.

<sup>c)</sup> Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a Empresa procedeu à alienação de 10,56% que detinha na sua subsidiária Enerfuel, S.A. à Petrogal, S.A. pelo montante de €95 k.

31 de dezembro de 2018

	Sede social		Informação financeira das subsidiárias contas provisórias			
	Localidade	País	Total do ativo	Total do passivo	Capital próprio	Resultado exercício
Galp Energia, S.A.	Lisboa	Portugal	65.627	56.787	8.840	(1.375)
Galp Energia E&P, B.V.	<sup>d)</sup> Roterdão	Holanda	2.957.319	822.618	2.134.701	873.780
Galp Gas & Power, SGPS, S.A.	Lisboa	Portugal	409.981	14.731	395.250	112.748
Petrogal, S.A.	Lisboa	Portugal	4.590.147	3.792.704	797.443	45.628
			<b>8.023.074</b>	<b>4.686.840</b>	<b>3.336.234</b>	<b>1.030.781</b>

Contas provisórias à data de encerramento de contas.

<sup>d)</sup> Contas em USD convertidas para Euros, considerando as taxas de câmbio em vigor.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e 2017, os ganhos/(perdas) relativos a participações financeiras em empresas subsidiárias e em empresas participadas e associadas, foram os seguintes:

<b>Dividendos recebidos</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>
Galp Energia, S.A.	579	-
Galp Energia E&P, B.V.	148.746	62.573
Galp Gas & Power, SGPS, S.A.	86.000	332.236
Petrogal, S.A.	228.625	20.571
Enerfuel S.A.	-	258
	<b>463.950</b>	<b>415.638</b>

O montante de €290 k de diferença, registado no exercício findo em 31 de dezembro de 2018, entre o montante de dividendos contabilizados na demonstração dos resultados e o montante recebido constante da demonstração dos fluxos de caixa, na rubrica de dividendos recebidos, refere-se a diferenças cambiais apuradas nos dividendos recebidos da subsidiária Galp Energia E&P, B.V. e contabilizadas na rubrica de ganhos/(perdas) cambiais.

## 4.2. Participações financeiras em empresas participadas

As participações financeiras detidas em empresas participadas, em 31 de dezembro de 2018 e 2017, eram as seguintes:

<b>Empresas</b>	<b>Sede social</b>		<b>Percentagem de capital detido</b>		<b>Custo de aquisição</b>	
	<b>Localidade</b>	<b>País</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>
ISPG-Instituto do Petróleo e do Gás <sup>(a)</sup>	Lisboa	Portugal	66,67%	66,67%	200	200
Adene-Agência para a Energia, S.A.	Lisboa	Portugal	10,98%	10,98%	114	114
OmeGas-Soc. D'etudedu Gazoduc Magreb-Europe	Tânger	Marrocos	0,00%	0,00%	35	35
OEINERGE-Agência Municipal de Energia e Ambiente	Lisboa	Portugal	1,45%	1,45%	1	1
Galp Suazilândia	Matsapha	Eswatini	0,01%	0,01%	-	-
					<b>350</b>	<b>350</b>

<sup>(a)</sup>O ISPG é uma associação sem fins lucrativos, constituída pela Galp Energia e pela Universidade de Aveiro, Universidade de Coimbra, Universidade do Minho, Universidade Nova de Lisboa, Universidade do Porto, Instituto Superior Técnico e Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa. A missão do ISPG consiste na reunião e centralização de conhecimento e na promoção do desenvolvimento, transmissão e difusão da ciência e tecnologia aplicada das atividades da fileira energética, em especial do petróleo e gás. As atividades desenvolvidas visam potenciar a competitividade das indústrias de energia, nomeadamente através da formação avançada de quadros técnicos relevantes, de uma rede de cooperação entre empresas, instituições de ensino superior e outras entidades públicas e privadas de I&D e de inovação industrial.

Em 29 de novembro de 2016 a Galp Energia, SGPS, S.A. subscreveu e realizou €230 k pelas unidades de participação no ISPG (230 UP's). Ainda no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 a Galp Energia, SGPS, S.A. alienou à Petróleos de Portugal- Petrogal, S.A. 30 UP's por €30 k.

A Galp Energia SGPS mantém o seu estatuto de Associado Fundador passando a deter 200 UP's e a Petrogal entra como Associado no ISPG com 30 UP's (das 300 totais que representam o capital do ISPG, sendo as demais detidas pelas universidades).

## 5. Proveitos operacionais

O detalhe dos proveitos operacionais da Empresa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 é como segue:

<b>Rubricas</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>
<b>Prestações de serviços</b>		
Mercado Interno	9.426	7.804
Mercado Externo	772	639
	<b>10.198</b>	<b>8.443</b>
<b>Outros proveitos operacionais</b>	-	30
	<b>10.198</b>	<b>8.473</b>

As prestações de serviços, no montante de €10.198 k, respeitam, essencialmente, a serviços de gestão prestados a outras empresas do Grupo.

O aumento dos proveitos operacionais, face ao ano de 2017, decorre essencialmente do ajuste dos custos com os Órgãos Sociais da Empresa, o que originou um aumento, nos *fees*, uma vez que estes são determinantes na valorização do preço da atividade de gestão operacional prestada às subsidiárias.

## 6. Custos operacionais

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, os custos operacionais têm a seguinte composição:

Rubricas	2018	2017
<b>Fornecimentos e serviços externos</b>		
Outros Trabalhos Especializados	1.880	1.738
Deslocações e Estadias	468	416
Serviços Jurídicos	303	58
Seguros	179	240
Rendas e alugueres	96	126
Serviços Informáticos	58	51
Contencioso e Notariado	31	7
Combustíveis	25	23
Despesas Representação	19	14
Material escritório	10	18
Comunicação	9	20
Conservação e Reparação	4	5
Artigos para Oferta	-	1
Honorários	-	1
Outros gastos	147	126
	<b>3.231</b>	<b>2.844</b>
<b>Gastos com o pessoal</b>		
Remunerações órgãos sociais (Nota 29)	6.815	5.773
Remunerações do pessoal	648	650
Encargos sociais	1.027	1.027
Benefícios de reforma	-	9
Outros seguros	102	84
Outros gastos	178	83
	<b>8.770</b>	<b>7.626</b>
<b>Amortizações, depreciações e perdas por imparidades de ativos fixos</b>		
Depreciações e perdas por imparidade de ativos tangíveis (Nota 12)	4	4
	<b>4</b>	<b>4</b>
<b>Outros gastos operacionais</b>		
Outros impostos	177	278
Outros gastos operacionais	102	227
	<b>279</b>	<b>505</b>
	<b>12.284</b>	<b>10.979</b>

Os outros trabalhos especializados compreendem essencialmente serviços corporativos, nomeadamente, serviços de contabilidade, serviços de gestão de pessoal, serviços gerais, serviços financeiros e serviços de auditoria, faturados pela subsidiária Galp Energia, S.A. (Nota 28).

## 7. Informação por segmentos

Não aplicável.

## 8. Proveitos e custos financeiros

O detalhe do valor apurado relativamente a proveitos e custos financeiros para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 é como segue:

Rubricas	2018	2017
<b>Proveitos financeiros:</b>		
Juros obtidos - Empresas do Grupo (Nota 28)	96.577	96.139
Juros obtidos - Outros	2	-
	<b>96.579</b>	<b>96.139</b>
<b>Gastos financeiros</b>		
Juros suportados - Empresas do Grupo (Nota 28)	1.401	2.555
Outros Juros suportados	63.967	80.434
Comissões e outros encargos	878	848
	<b>66.246</b>	<b>83.837</b>

## 9. Imposto sobre o rendimento

A Empresa e algumas das suas subsidiárias são tributadas de acordo com o regime especial de tributação de grupos de sociedades, sendo o resultado fiscal apurado na Empresa. Contudo, as estimativas de imposto sobre o rendimento da Empresa e suas subsidiárias são registadas com base nos seus resultados fiscais apurados individualmente, que no exercício findo em 31 de dezembro de 2018, representa uma conta a receber e a pagar dessas empresas, nos montantes de €16.427 k e €54.792 k (Nota 28), respetivamente.

As seguintes situações podem afetar os impostos sobre os lucros a pagar no futuro:

- i) De acordo com a legislação em vigor em Portugal, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a segurança social) exceto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são prolongados ou suspensos.
- ii) As declarações fiscais da Galp relativas aos exercícios de 2015 a 2018 poderão ainda ser sujeitas a revisão. Todavia, a Administração da Galp considera que as correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não deverão ter um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

Em 31 de dezembro 2018 e 2017, a rubrica de impostos sobre o rendimento, a receber e a pagar, tinha a seguinte composição:

	Ativo		Passivo	
	2018	2017	2018	2017
Empresas do Grupo:				
Imposto sobre o rendimento a receber/pagar (Nota 28)	16.427	54.723	54.792	16.260
	<b>16.427</b>	<b>54.723</b>	<b>54.792</b>	<b>16.260</b>
Estado:				
Imposto sobre o rendimento a receber/pagar	34.475	10.874	-	49.851
	<b>34.475</b>	<b>10.874</b>	<b>-</b>	<b>49.851</b>
<b>Total</b>	<b>50.902</b>	<b>65.597</b>	<b>54.792</b>	<b>66.111</b>

A estimativa de imposto sobre o rendimento da Empresa é registada com base nos seus resultados fiscais, o que no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 representa um imposto a pagar no montante de €7.594 k.

O imposto sobre o rendimento do exercício apresenta-se como se segue:

Rubricas	2018	2017
Imposto corrente	7.594	2.329
Insuficiência (Excesso) estimativa imposto	3	253
Imposto Diferido	-	65
	<b>7.597</b>	<b>2.647</b>

Seguidamente apresenta-se a reconciliação do imposto sobre o rendimento dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017:

	2018	Taxa	Imposto sobre o rendimento	2017	Taxa	Imposto sobre o rendimento
<b>Resultado Antes de Impostos:</b>	<b>491.907</b>	<b>21,00%</b>	<b>103.300</b>	<b>424.535</b>	<b>21,00%</b>	<b>89.152</b>
Ajustamentos ao Imposto sobre o rendimento:						
Dividendos recebidos		(19,81)%	(97.430)		(20,56)%	(87.284)
(Excesso)/Insuficiência da estimativa de imposto		0,00%	3		0,06%	253
Tributação autónoma		0,01%	54		0,02%	84
Derrama Municipal e Estadual		0,33%	1.633		0,09%	382
Outros acréscimos e deduções		0,01%	37		0,01%	60
<b>Taxa e Imposto sobre o rendimento efetivo sobre os lucros</b>		<b>1,54%</b>	<b>7.597</b>		<b>0,62%</b>	<b>2.647</b>

## Impostos diferidos

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, os saldos das rubricas de ativos por impostos diferidos era composto como segue:

	Ativos	
	2018	2017
Outros impostos diferidos	180	180
	<b>180</b>	<b>180</b>

Os movimentos ocorridos nas rubricas de impostos diferidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 são justificados como se segue:

	Ativos	
	2018	2017
<b>Saldo Inicial</b>	<b>180</b>	<b>245</b>
<b>Efeito em resultados:</b>		
Outros	-	(65)
	<b>-</b>	<b>(65)</b>
<b>Saldo final</b>	<b>180</b>	<b>180</b>

## 10. Resultados por ação

Os resultados líquidos por ação em 31 de dezembro de 2018 e 2017 foram os seguintes:

	2018	2017
<b>Resultados</b>		
Resultados para efeito de cálculo do resultado líquido por ação	484.310	421.888
<b>Número de ações</b>		
Número médio ponderado de ações para efeito de cálculo do resultado líquido por ação (Nota 19)	829.250.635	829.250.635
<b>Resultado por ação básico e diluído (valores em Euros):</b>	<b>0,58</b>	<b>0,51</b>

O resultado líquido por ação diluído é igual ao resultado líquido por ação básico, dado não existirem fatores de diluição.

## 11. Goodwill

Não aplicável.

## 12. Ativos tangíveis e intangíveis

Os ativos tangíveis estão registados de acordo com a política contabilística definida na Nota 2.5. As taxas de depreciação que estão a ser aplicadas constam na mesma Nota. Nos exercícios findos em 2018 e 2017 os ativos tangíveis têm o seguinte movimento:

Ativos tangíveis	2018				
	Equip. básico	Equip. de transporte	Equip. administrativo	Outros ativos tangíveis	Total de ativos tangíveis
<b>Custo de aquisição:</b>					
Saldo em 01 de janeiro	34	52	324	1.009	1.419
Saldo em 31 de dezembro	34	52	324	1.009	1.419
<b>Depreciações e perdas por imparidade acumuladas:</b>					
Saldo em 01 de janeiro	(34)	(52)	(315)	(1.009)	(1.410)
Depreciação do exercício (Nota 6)	-	-	(4)	-	(4)
Saldo em 31 de dezembro	(34)	(52)	(319)	(1.009)	(1.414)
<b>Valor líquido:</b>					
Saldo em 31 de dezembro	-	-	5	-	5

Ativos tangíveis	2017				
	Equip. básico	Equip. de transporte	Equip. administrativo	Outros ativos tangíveis	Total de ativos tangíveis
<b>Custo de aquisição:</b>					
Saldo em 01 de janeiro	34	52	324	1.009	1.419
Saldo em 31 de dezembro	34	52	324	1.009	1.419
<b>Depreciações e perdas por imparidade acumuladas:</b>					
Saldo em 01 de janeiro	(34)	(52)	(311)	(1.009)	(1.406)
Depreciação do exercício (Nota 6)	-	-	(4)	-	(4)
Saldo em 31 de dezembro	(34)	(52)	(315)	(1.009)	(1.410)
<b>Valor líquido:</b>					
Saldo em 31 de dezembro	-	-	9	-	9

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 os ativos intangíveis apresentam o seguinte movimento:

Ativos intangíveis		2018	
	Propriedade industrial e outros direitos	Total de ativos intangíveis	
<b>Custo de aquisição:</b>			
Saldo em 01 de janeiro	8	8	
Saldo em 31 de dezembro	8	8	
<b>Amortização e perdas por imparidade acumuladas:</b>			
Saldo em 01 de janeiro	(8)	(8)	
Saldo em 31 de dezembro	(8)	(8)	
<b>Valor líquido:</b>			
Saldo em 31 de dezembro	-	-	

Ativos intangíveis		2017	
	Propriedade industrial e outros direitos	Total de ativos intangíveis	
<b>Custo de aquisição:</b>			
Saldo em 01 de janeiro	8	8	
Saldo em 31 de dezembro	8	8	
<b>Amortização e perdas por imparidade acumuladas:</b>			
Saldo em 01 de janeiro	(8)	(8)	
Saldo em 31 de dezembro	(8)	(8)	
<b>Valor líquido:</b>			
Saldo em 31 de dezembro	-	-	

### 13. Subsídios

Não aplicável.

### 14. Outras contas a receber

As rubricas de outras contas a receber, não correntes e correntes, apresentavam o seguinte detalhe em 2018 e 2017:

Rubricas	2018		2017	
	corrente	não corrente	corrente	não corrente
<b>Estado e outros entes públicos:</b>				
IVA	-	-	194	-
Outras contas a receber - emp. associadas e emp. conjuntamente controladas, relacionadas e participadas (Nota 28)	2.452	-	10.462	-
Empréstimos a emp. associadas e emp. conjuntamente controladas, participadas e relacionadas (Nota 28)	185.589	1.937.590	100.835	1.987.590
Adiantamentos a fornecedores	-	-	2	-
Pessoal	111	-	111	-
Outras contas a receber	140	-	138	-
	<b>188.292</b>	<b>1.937.590</b>	<b>111.742</b>	<b>1.987.590</b>
<b>Acréscimos de proveitos:</b>				
Juros a receber (Nota 28)	6.332	-	7.004	-
Outros acréscimos de proveitos	-	-	11	-
	<b>6.332</b>	<b>-</b>	<b>7.015</b>	<b>-</b>
<b>Custos diferidos:</b>				
Juros e outros encargos financeiros	353	-	1.898	-
Seguros pagos antecipadamente	46	-	48	-
	<b>399</b>	<b>-</b>	<b>1.946</b>	<b>-</b>
	<b>195.023</b>	<b>1.937.590</b>	<b>120.703</b>	<b>1.987.590</b>
Imparidade de outras contas a receber	-	-	-	-
	<b>195.023</b>	<b>1.937.590</b>	<b>120.703</b>	<b>1.987.590</b>

### 15. Clientes

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, esta rubrica apresentava os saldos de €1.044 k e €1.334 k, respetivamente, referentes na sua totalidade, a outras empresas do Grupo (Nota 28).

### 16. Inventários

Não aplicável.

## 17. Outros investimentos financeiros

Não aplicável.

## 18. Caixa e seus equivalentes

Em 2018 e 2017 a rubrica de caixa e seus equivalentes apresentava o seguinte detalhe:

	2018	2017
Numerário	5	5
Depósitos a Ordem	8.927	11.206
<b>Caixa e seus equivalentes na demonstração da posição financeira</b>	<b>8.932</b>	<b>11.211</b>
Descobertos bancários (Nota 22)	(1.039)	(2.887)
<b>Caixa e seus equivalentes na demonstração de fluxos de caixa</b>	<b>7.893</b>	<b>8.324</b>

## 19. Capital social

### Estrutura acionista

O capital social da Galp é composto por 829.250.635 ações, com valor nominal de 1 Euro e totalmente realizado. Destas, 771.171.121, ou seja, 93% do capital social, estão admitidas à negociação na Euronext Lisbon. As restantes 58.079.514 ações, que representam cerca de 7% do capital social, são detidas indiretamente pelo Estado português através da Parpública – Participações Públicas, SGPS, S.A. (Parpública) e não estão admitidas à negociação.

Estrutura acionista a 31 de dezembro de 2018 e 2017 era a seguinte:

	2018		
Acionistas	N.º de ações	Participação (%)	Participação imputável (%)
Amorim Energia, BV	276.472.161	33,34%	33,34%
Parpública - Participações Públicas, SGPS, S.A.	62.021.340	7,48%	7,48%
Free-float	490.757.134	59,18%	59,18%
<b>Total</b>	<b>829.250.635</b>	<b>100,00%</b>	<b>-</b>

	2017		
Acionistas	N.º de ações	Participação (%)	Participação imputável (%)
Amorim Energia, BV	276.472.161	33,34%	33,34%
Parpública - Participações Públicas, SGPS, S.A.	62.021.340	7,48%	7,48%
Free-float	490.757.134	59,18%	59,18%
<b>Total</b>	<b>829.250.635</b>	<b>100,00%</b>	<b>-</b>

## 20. Outras reservas

De acordo com o disposto nos Estatutos da empresa e no Código das Sociedades Comerciais, a Empresa é obrigada a transferir para a rubrica de reservas legais, incluída na rubrica outras reservas, no capital próprio, no mínimo, 5% do lucro líquido apurado em cada exercício até que esta mesma atinja os 20% do capital social. A reserva legal não pode ser distribuída aos acionistas, podendo contudo, em determinadas circunstâncias, ser utilizada para aumentos de capital ou para absorver prejuízos depois de esgotadas todas as outras reservas.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, esta rubrica decompõe-se da seguinte forma:

	2018	2017
Reservas Legais	165.850	165.850
Reservas Livres	27.977	27.977
	<b>193.827</b>	<b>193.827</b>

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a reserva legal encontra-se integralmente constituída de acordo com a legislação comercial em vigor.

## 21. Interesses que não controlam

Não aplicável.

## 22. Empréstimos

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, os empréstimos obtidos detalham-se, como se segue:

	2018		2017	
	corrente	não corrente	corrente	não corrente
<b>Total</b>	<b>553.526</b>	<b>2.436.426</b>	<b>449.270</b>	<b>2.283.305</b>
Empréstimos bancários	55.682	792.150	57.332	688.437
Empréstimos por obrigações e Notes	497.844	1.644.276	391.938	1.594.868

A Galp estabeleceu, no âmbito do seu plano de financiamento, um Programa de EMTN (EUR 5.000.000.000 Euro Medium Term Note Program). Até 31 de dezembro de 2018, a Galp tinha realizado três emissões de notes, ao abrigo do Programa de EMTN, no montante global de €1.500.000 k, que se encontram admitidas à negociação na London Stock Exchange.

Em 31 de dezembro de 2018, a Empresa tem contratado programas de papel comercial e revolving credit facility, comprometidas, num total de €1.050.000 k, a esta data encontrava-se disponível o montante de €550.000 k.

Em 31 de dezembro de 2018, os empréstimos bancários, correntes e não correntes, empréstimo obrigacionista, excluindo origination fees e descobertos bancários, tinham os seguintes vencimentos:

Vencimento	Empréstimos		
	Total	corrente	não corrente
	<b>2.999.015</b>	<b>550.402</b>	<b>2.448.613</b>
2019	550.402	550.402	-
2020	501.249	-	501.249
2021	531.308	-	531.308
2022	271.056	-	271.056
2023	770.000	-	770.000
2024	370.000	-	370.000
2025 e seguintes	5.000	-	5.000

O movimento ocorrido durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foi o seguinte:

	Saldo inicial	Captações	Amortizações de principal	Movimentações descobertos bancários	Saldo final
<b>Dívida financeira</b>	<b>2.732.575</b>	<b>1.650.000</b>	<b>(1.390.775)</b>	<b>(1.848)</b>	<b>2.989.952</b>
<b>Empréstimos bancários</b>	<b>745.769</b>	<b>1.000.000</b>	<b>(896.089)</b>	<b>(1.848)</b>	<b>847.832</b>
Empréstimos bancários e papel comercial	744.389	1.000.000	(895.375)	-	849.014
Descobertos bancários	2.887	-	-	(1.848)	1.039
Origination Fees	(1.507)	-	(714)	-	(2.221)
<b>Empréstimos por obrigações e notes</b>	<b>1.986.806</b>	<b>650.000</b>	<b>(494.686)</b>	<b>-</b>	<b>2.142.120</b>
Empréstimos obrigacionistas	495.000	650.000	(495.000)	-	650.000
Notes	1.500.000	-	-	-	1.500.000
Origination Fees	(8.194)	-	314	-	(7.880)

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, procedeu à emissão dos seguintes empréstimos obrigacionistas:

Emissão	Montante em dívida	Taxa de juro	Maturidade	Reembolso
GALP ENERGIA/2018 €150 m	100	Euribor 6M + spread	fevereiro 23	fevereiro 23
GALP ENERGIA/2018 €150 m	150	Euribor 6M + spread	março 23	março 23
GALP ENERGIA/2018	100	Euribor 6M + spread	maio 24	50% @ maio 22 50% @ maio 24
GALP ENERGIA/2018-2024	100	Euribor 6M + spread	maio 24	maio 24
GALP ENERGIA/2018-2024 Euro 200 M	200	Euribor 6M + spread	setembro 24	50% @ setembro 22 50% @ setembro 24
<b>Empréstimos Obrigacionistas e Notes</b>	<b>650</b>			

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, procedeu ao reembolso dos seguintes empréstimos obrigacionistas:

Emissão	Montante em dívida	Taxa de juro	Maturidade	Reembolso
GALP ENERGIA/2012-2018 FRN	260	Euribor 3M + spread	fevereiro 18	fevereiro 18
GALP ENERGIA/2013-2018	110	Euribor 3M + spread	março 18	março 18
GALP ENERGIA/2013-2018 €200 m	25	Euribor 6M + spread	abril 18	abril 18
GALP ENERGIA/2012-2020	100	Euribor 6M + spread	junho 20	setembro 18
	<b>495</b>			

### 23. Responsabilidades com benefícios de reforma e outros benefícios

Não aplicável.

### 24. Outras contas a pagar

Em 31 de dezembro 2018 e 2017 a rubrica outras contas a pagar pode ser detalhada como segue:

Rubricas	2018		2017	
	corrente	não corrente	corrente	não corrente
<b>Estado e outros entes públicos:</b>				
IVA a pagar	252	-	-	-
IRS retenções efetuadas a terceiros	147	-	239	-
Segurança social	110	-	121	-
Empréstimos - Empresas associadas, participadas e relacionadas (Nota 28)	104.446	-	198.543	-
Pessoal	53	-	52	-
Outros credores	36	-	12	-
	<b>105.044</b>	<b>-</b>	<b>198.967</b>	<b>-</b>
<b>Acréscimos de custos:</b>				
Fornecimentos e serviços externos	5	-	7	-
Juros a liquidar	43.983	-	40.278	-
Férias, subsídio de férias e respetivos encargos	634	-	634	-
Prémios de produtividade	1.086	-	1.085	-
Incentivos médio e longo prazo	-	2.124	-	2.142
Brindes Fastgalp	-	-	-	-
Custos e perdas financeiros	176	-	64	-
Outros acréscimos de custos	15	-	-	-
	<b>45.899</b>	<b>2.124</b>	<b>42.068</b>	<b>2.142</b>
Outros proveitos diferidos	385	-	-	-
	<b>385</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
	<b>151.328</b>	<b>2.124</b>	<b>241.035</b>	<b>2.142</b>

### 25. Provisões

Não aplicável.

## 26. Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a rubrica de fornecedores apresentava o seguinte detalhe:

Rubricas	2018	2017
Fornecedores c/c	400	261
Fornecedores - faturas em receção e conferência	168	174
	568	435

## 27. Outros instrumentos financeiros – Derivados financeiros

Não aplicável.

## 28. Saldos com entidades relacionadas

Os saldos e transações com entidades relacionadas verificados nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, podem ser resumidos como se segue:

Empresas	Saldos ativos						
	Total das entidades relacionadas	não corrente		corrente			2018
		Empréstimos Concedidos (Nota 14)	Clientes (Nota 15)	Empréstimos Concedidos (Nota 14)	Outras Contas a Receber (Nota 14)	Imposto corrente sobre o exercício (Nota 9)	Acréscimos e Diferimentos (Nota 14)
Empresas subsidiárias	2.144.585	1.937.500	1.036	185.589	2.371	11.757	6.332
Empresas associadas e conjuntamente controladas	4.759	-	8	-	81	4.670	-
Outras Empresas	90	90	-	-	-	-	-
	2.149.434	1.937.590	1.044	185.589	2.452	16.427	6.332

Os montantes de €1.937.590 k e de €185.589 k registados nas rubricas de empréstimos concedidos, no ativo corrente e não corrente respeitam aos seguintes contratos:

Contrato	Empresa	Montante		Taxa de juro	Ano de reembolso
		não corrente	corrente		
350010000	ADENE-Agência para a Energia	90		Não remunerado	2022
3500140003	Petrogal, S.A.		30.000	Fixa	2019
3500140003	Petrogal, S.A.	24.000		Fixa	2020
3500140003	Petrogal, S.A.	15.000		Fixa	2021
3500140003	Petrogal, S.A.	12.000		Fixa	2022
3500140003	Petrogal, S.A.	12.000		Fixa	2023
3500140003	Petrogal, S.A.	12.000		Fixa	2024
3500140003	Petrogal, S.A.	3.000		Fixa	2025
3500140004	Petrogal, S.A.		20.000	Fixa	2019
3500140004	Petrogal, S.A.	16.000		Fixa	2020
3500140004	Petrogal, S.A.	10.000		Fixa	2021
3500140004	Petrogal, S.A.	8.000		Fixa	2022
3500140004	Petrogal, S.A.	8.000		Fixa	2023
3500140004	Petrogal, S.A.	8.000		Fixa	2024
3500140004	Petrogal, S.A.	2.000		Fixa	2025
3500140009	Petrogal, S.A.	477.500		Euribor 6M + Spread	2020
3500140010	Petrogal, S.A.	25.000		Euribor 6M + Spread	2024
3500140011	Petrogal, S.A.	1.305.000		Euribor 6M + Spread	2026
Cash pooling	Petrogal, S.A.		117.594	taxa de mercado	2019
Cash pooling	Galp Power, S.A.		3.356	taxa de mercado	2019
Cash pooling	Galp Exploração e Produção Petrolifera, S.A.		2.520	taxa de mercado	2019
Cash pooling	Galp Marketing International, S.A.		4.348	taxa de mercado	2019
Cash pooling	Portcogeração, S.A.		7.463	taxa de mercado	2019
Cash pooling	Lisboagás Comercialização, S.A.		279	taxa de mercado	2019
Cash pooling	Galp Exploração e Produção (Timor-Leste), S.A.		20	taxa de mercado	2019
Cash pooling	Galp Açores, S.A.		9	taxa de mercado	2019
		1.937.590	185.589		

O montante de €6.332 k registado em acréscimos e diferimentos, no ativo corrente, referem-se a juros vencidos de empréstimos concedidos, em 31 de dezembro de 2018, a outras empresas do Grupo.

### Saldos ativos

Empresas	Total das entidades relacionadas	não corrente			corrente			2017
		Empréstimos Concedidos (Nota 14)	Cientes (Nota 15)	Empréstimos Concedidos (Nota 14)	Outras Contas a Receber (Nota 14)	Imposto corrente sobre o exercício (Nota 9)	Acréscimos e Diferimentos (Nota 14)	
Empresas subsidiárias	2.157.426	1.987.500	1.326	100.835	10.450	50.311	7.004	
Empresas associadas e conjuntamente controladas	4.432	-	8	-	12	4.412	-	
Outras Empresas	90	90	-	-	-	-	-	
	2.161.948	1.987.590	1.334	100.835	10.462	54.723	7.004	

Os montantes de €1.987.590 k e de €100.835 k registados nas rubricas de empréstimos concedidos, no ativo corrente e não corrente respeitam aos seguintes contratos:

Contrato	Empresa	Montante		Taxa de juro	Ano de reembolso
		não corrente	corrente		
3500010000	ADENE-Agência para a Energia	90		Não remunerado	2022
3500140003	Petróleos de Portugal-Petrogal, S.A.		30.000	Fixa	2018
3500140003	Petróleos de Portugal-Petrogal, S.A.	30.000		Fixa	2019
3500140003	Petróleos de Portugal-Petrogal, S.A.	24.000		Fixa	2020
3500140003	Petróleos de Portugal-Petrogal, S.A.	15.000		Fixa	2021
3500140003	Petróleos de Portugal-Petrogal, S.A.	12.000		Fixa	2022
3500140003	Petróleos de Portugal-Petrogal, S.A.	12.000		Fixa	2023
3500140003	Petróleos de Portugal-Petrogal, S.A.	12.000		Fixa	2024
3500140003	Petróleos de Portugal-Petrogal, S.A.	3.000		Fixa	2025
3500140004	Petróleos de Portugal-Petrogal, S.A.		20.000	Fixa	2018
3500140004	Petróleos de Portugal-Petrogal, S.A.	20.000		Fixa	2019
3500140004	Petróleos de Portugal-Petrogal, S.A.	16.000		Fixa	2020
3500140004	Petróleos de Portugal-Petrogal, S.A.	10.000		Fixa	2021
3500140004	Petróleos de Portugal-Petrogal, S.A.	8.000		Fixa	2022
3500140004	Petróleos de Portugal-Petrogal, S.A.	8.000		Fixa	2023
3500140004	Petróleos de Portugal-Petrogal, S.A.	8.000		Fixa	2024
3500140004	Petróleos de Portugal-Petrogal, S.A.	2.000		Fixa	2025
3500140009	Petróleos de Portugal-Petrogal, S.A.	477.500		Euribor 6M + Spread	2020
3500140010	Petróleos de Portugal-Petrogal, S.A.	25.000		Euribor 6M + Spread	2024
3500140011	Petróleos de Portugal-Petrogal, S.A.	1.305.000		Euribor 6M + Spread	2026
Cash pooling	Galp Power, S.A.		23.818	taxa de mercado	2018
Cash pooling	Galp Exploração e Produção Petrolífera, S.A.		23.373	taxa de mercado	2018
Cash pooling	Galp Marketing International, S.A.		2.135	taxa de mercado	2018
Cash pooling	Transgás, S.A.		919	taxa de mercado	2018
Cash pooling	GDP-Gás de Portugal, S.A.		447	taxa de mercado	2018
Cash pooling	Galp Exploração e Produção (Timor-Leste), S.A.		108	taxa de mercado	2018
Cash pooling	Galp Gas & Power,SGPS, S.A.		35	taxa de mercado	2018
		1.987.590	100.835		

O montante de €7.004 k registado em acréscimos e diferimentos, no ativo corrente, referem-se a juros vencidos de empréstimos concedidos, em 31 de dezembro de 2017, a outras empresas do Grupo.

### Saldos passivos

Empresas	Total das entidades relacionadas	Fornecedores	2018		
			Empréstimos Obtidos (Nota 24)	Imposto corrente sobre o exercício (Nota 9)	Acréscimos e Diferimentos
Empresas subsidiárias	158.887	398	104.446	54.036	7
Empresas associadas e conjuntamente controladas	756	-	-	756	-
		398	104.446	54.792	7

O montante de €104.446 k, registado na rubrica de empréstimos obtidos, correntes, refere-se ao *cash pooling* da Empresa com as seguintes empresas:

Empresa	Montante	Taxa de juro
Transgás, S.A.	269	Mercado
Galp Gás Natural, S.A.	45.838	Mercado
Sacor Marítima, S.A.	11.476	Mercado
GDP Gás de Portugal, S.A.	440	Mercado
Setgás Comercialização, S.A.	4.721	Mercado
Tanquisado - Terminais Marítimos, S.A.	143	Mercado
C.L.T. - Companhia Logística de Terminais Marítimos, S.A.	691	Mercado
Galpgeste - Gestão de Áreas de Serviço, S.A.	3.995	Mercado
Enerfuel S.A.	781	Mercado
Lisboagás Comercialização, S.A.	5.294	Mercado
Transgás Armazenagem - Soc. Portuguesa de Armazenagem de Gás Natural, S.A.	1.674	Mercado
Galp Madeira - Distrib. e Comercializ. de Combustíveis e Lubrificantes, S.A.	961	Mercado
Galp Gás & Power, SGPS, S.A.	19.905	Mercado
Galp Energia, S.A.	7.554	Mercado
Agroger-Sociedade de Cogeração do Oeste S.A.	693	Mercado
Galp Alentejo E&P, S.A.	11	Mercado
	<b>104.446</b>	

O montante de €54.792 k registado em imposto sobre o rendimento, respeita ao imposto a pagar às outras empresas do Grupo, no âmbito do regime especial de tributação de grupos de sociedades (Nota 9).

#### Saldos passivos

Empresas	Total das entidades relacionadas	Fornecedores	2017		
			Empréstimos Obtidos (Nota 24)	Imposto corrente sobre o exercício (Nota 9)	Acréscimos e Diferimentos
Empresas subsidiárias	214.890	223	198.543	16.117	7
Empresas associadas e conjuntamente controladas	143	-	-	143	-
	<b>215.033</b>	<b>223</b>	<b>198.543</b>	<b>16.260</b>	<b>7</b>

O montante de €16.260 k registado em imposto sobre o rendimento, respeita ao imposto a pagar às outras empresas do Grupo, no âmbito do regime especial de tributação de grupos de sociedades (Nota 9).

#### Transações

Empresas	2018				
	Gastos Operacionais (Nota 6)	Gastos com pessoal cedido (Nota 6)	Rendimentos Operacionais (Nota 5)	Gastos Financeiros (Nota 8)	Rendimentos Financeiros (Nota 8)
Empresas subsidiárias	1.384	582	(10.198)	1.401	(96.577)
Outras empresas	268	-	-	-	-
	<b>1.652</b>	<b>582</b>	<b>(10.198)</b>	<b>1.401</b>	<b>(96.577)</b>

Do montante de €1.652 k registado em gastos operacionais, €210 k referem-se a custos com os Administradores, debitados pela acionista Amorim Energia, B.V e €1.340 k aos serviços prestados pela subsidiária Galp Energia, S.A., relativas a, nomeadamente, serviços de consultoria e apoio à gestão empresarial nas áreas de contabilidade, tesouraria, gestão financeira, administrativa e logística, compras e aprovisionamento, imobilizados, auditoria, sistemas de informação, recursos humanos e formação.

O montante de €10.198 k registado em rendimentos operacionais respeita a serviços de gestão efetuados pela Empresa àquelas subsidiárias.

### Transações

Empresas	2017				
	Gastos Operacionais (Nota 6)	Gastos com pessoal cedido (Nota 6)	Rendimentos Operacionais (Nota 5)	Gastos Financeiros (Nota 8)	Rendimentos Financeiros (Nota 8)
Empresas subsidiárias	1.248	650	(8.443)	2.555	(96.139)
Outras empresas	200	-	-	-	-
	<b>1.448</b>	<b>650</b>	<b>(8.443)</b>	<b>2.555</b>	<b>(96.139)</b>

Do montante de €1.448 k registado em gastos operacionais, €200 k referem-se a custos com os Administradores, debitados pela acionista Amorim Energia, B.V e €1.218 k aos serviços prestados pela subsidiária Galp Energia, S.A., relativas a, nomeadamente, serviços de consultoria e apoio à gestão empresarial nas áreas de contabilidade, tesouraria, gestão financeira, administrativa e logística, compras e aprovisionamento, imobilizados, auditoria, sistemas de informação, recursos humanos e formação.

O montante de €8.443 k registado em rendimentos operacionais respeita a serviços de gestão efetuados pela Empresa àquelas subsidiárias.

## 29. Remunerações dos órgãos sociais

As remunerações dos órgãos sociais da Galp Energia, SGPS, S.A. para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 compõem-se como segue:

Empresas	2018					
	Remuneração base	PPR	Subsídios renda de casa e de deslocação	Prémios	Outros encargos regularizados	Total
<b>Órgãos sociais da Galp Energia SGPS</b>						
Administradores executivos	3.570	982	276	1.488	25	6.341
Administradores não executivos	588	-	-	-	-	588
Conselho Fiscal	92	-	-	-	-	92
Assembleia Geral	4	-	-	-	-	4
	<b>4.254</b>	<b>982</b>	<b>276</b>	<b>1.488</b>	<b>25</b>	<b>7.025</b>

Empresas	2017					
	Remuneração base	PPR	Subsídios renda de casa e de deslocação	Prémios	Outros encargos regularizados	Total
<b>Órgãos sociais da Galp Energia SGPS</b>						
Administradores executivos	3.567	982	276	449	28	5.302
Administradores não executivos	575	-	-	-	-	575
Conselho Fiscal	92	-	-	-	-	92
Assembleia Geral	4	-	-	-	-	4
	<b>4.238</b>	<b>982</b>	<b>276</b>	<b>449</b>	<b>28</b>	<b>5.973</b>

Dos montantes totais de €7.025 k e €5.973 k, registados nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 respetivamente, €6.815 k e €5.773 k foram contabilizados em custos com pessoal (Nota 6) e €210 k e €200 k foram contabilizados em fornecimentos e serviços externos.

Ao abrigo da política atualmente adotada, a remuneração dos órgãos sociais da Galp inclui todas as remunerações devidas pelo exercício de cargos em sociedades do Grupo e as especializações dos custos relativos a valores a imputar a este exercício.

Segundo a IAS 24, o pessoal chave corresponde ao conjunto de todas as pessoas com autoridade e responsabilidade para planejar, dirigir e controlar as atividades da empresa, direta ou indiretamente, incluindo qualquer administrador, seja ele executivo ou não executivo. Segundo a interpretação desta norma por parte da Galp, as únicas pessoas que reúnem todas estas características são os membros do Conselho de Administração.

### 30. Dividendos

De acordo com a deliberação da Assembleia Geral de Acionistas realizada em 15 de maio de 2018, foram atribuídos aos acionistas da Galp Energia, SGPS, S.A. dividendos no montante €456.088 k relativos a distribuição do resultado líquido do exercício de 2017 que corresponde a um dividendo de €0,55 por ação. Deste montante €207.313 k foram pagos aos acionistas em setembro de 2017.

Adicionalmente o Conselho de Administração aprovou o pagamento de um dividendo intercalar, no montante de €228.044 k totalmente liquidado no dia 20 de Setembro de 2018.

### 31. Reservas petrolíferas

Não aplicável.

### 32. Gestão de riscos financeiros

#### Gestão do Risco

A Galp encontra-se exposta a vários tipos de risco, de mercado (risco de taxa de juro), de liquidez e de crédito, inerentes à sua atividade, que influenciam os seus resultados financeiros.

#### Riscos de Mercado

##### Risco de taxa de juro

A posição total de taxa de juro é gerida de forma centralizada. A exposição à taxa de juro encontra-se relacionada principalmente com a dívida bancária remunerada. O objetivo da gestão do risco de taxas de juro é reduzir a volatilidade dos custos financeiros na demonstração dos resultados. A política de gestão do risco de taxa de juro visa reduzir a exposição às taxas variáveis através da fixação do risco de taxa de juro da dívida, utilizando instrumentos derivados simples, tais como *swaps*.

### Risco de Liquidez

O risco de liquidez é definido como o montante pelo qual os lucros e/ou *cash flows* do negócio são afetados em resultado da maior ou menor dificuldade do Grupo em obter os recursos financeiros necessários para fazer face aos seus compromissos de exploração e investimentos.

A Empresa financia-se através dos *cash flows* gerados pela sua atividade e, adicionalmente mantém um perfil diversificado nos financiamentos. A Empresa tem acesso a facilidades de crédito (*plafond*), montantes que não utiliza na totalidade, mas que se encontram à sua disposição. Essas facilidades de crédito podem cobrir todos os empréstimos que são exigíveis a 12 meses. Os *plafonds* de crédito disponíveis de curto prazo e médio longo prazo mas não utilizados são suficientes para satisfazer quaisquer exigências imediatas.

### Risco de crédito

O risco de crédito surge do potencial incumprimento, por uma das partes, da obrigação contratual de pagamento pelo que, o nível de risco depende da credibilidade financeira da contraparte. Além disso, o risco da contraparte surge em conjunto com os investimentos de natureza monetária e com instrumentos de cobertura. Os limites do risco de crédito são fixados ao nível do Grupo e implementados nos vários segmentos de negócio. Os limites da posição de risco de crédito são definidos e documentados e os limites de crédito para determinadas contrapartes baseiam-se na respetiva notação de *rating* de crédito, prazo da exposição e montante monetário da exposição ao risco de crédito.

A imparidade de contas a receber encontra-se analisada nas Notas 14 e 15.

### 33. Ativos e responsabilidades contingentes

#### Garantias prestadas

Em 31 de dezembro de 2018 as responsabilidades por garantias prestadas eram constituídas por:

- Garantias no montante de €35.686 k prestadas a favor da Direção Geral dos Impostos/Direção Geral do Tesouro;
- Garantias no montante de €2 k prestadas a favor da Administração do Porto de Lisboa;
- Garantia no montante de €1.650 k prestadas a favor da REN-Rede Elétrica Nacional, S.A.
- Garantia no montante de €473 k a favor da Autoridade Tributária e Aduaneira.

- Garantias no montante de €83.929 k a favor de terceiras entidades por conta de empresas do Grupo.
- Garantia no montante de €150.000 k por conta de un financiamento da subsidiária Galp Energia E&P, BV constituídas no Bank of Austria.
- Garantias substituídas de crédito no montante de €5.895 k.
- Garantias prestadas a favor do governo da República Democrática de Timor-Leste, governo de S. Tomé e Príncipe e governo da Namíbia no montante global de USD14.387 k, no âmbito das atividades de exploração petrolífera nestes territórios.
- Garantia prestada a favor da Oil Insurance Limited no valor de USD13.605 k.

Em 31 de dezembro de 2018 as responsabilidades por cartas de crédito ascendiam a USD1.200 k.

Adicionalmente, ao abrigo do financiamento do projeto Coral South FLNG, a Galp Energia SGPS deverá prestar uma garantia (DSU-Debt Service Undertaking) sobre a totalidade do montante em dívida a cada momento na proporção sua participação. Esta garantia deverá terminar no momento do Actual Completion Date (estimado para o ano 2024) caso não existam obrigações em aberto. A 31 de dezembro de 2018, a parcela Galp da DSU ascendia a €158.300 k. Também no âmbito deste financiamento, a Galp Energia, SGPS, S.A. presta uma garantia que cobre 1/9 da DSU em nome da ENH (Empresa Nacional de Hidrocarbonetos um dos membros do consórcio do projeto Coral Sul FLNG); o que correspondente à participação Galp sobre o total das participações excluindo a ENH. A 31 de dezembro de 2018, a parcela Galp da DSU relativa à ENH ascendia a €17.600 k.

### 34. Informação sobre matérias ambientais

Não aplicável.

### 35. Eventos subsequentes

Não aplicável.

## 36. Aprovação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 12 de março de 2019.

### **Presidente**

Paula Amorim

### **Vice-presidentes**

Miguel Athayde Marques

Carlos Gomes da Silva

### **Vogais**

Filipe Crisóstomo Silva

Thore E. Kristiansen

Sérgio Gabrielli de Azevedo

Abdul Magid Osman

Marta Amorim

Raquel Vunge

Carlos Costa Pina

Francisco Teixeira Rêgo

Jorge Seabra de Freitas

José Carlos Silva

Pedro Ricardo

Tiago Câmara Pestana

Rui Paulo Gonçalves

Luís Todo Bom

Diogo Tavares

Joaquim Borges Gouveia

### **Contabilista certificado**

Carlos Alberto Nunes Barata

## 9.5.b

**Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria****Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria****Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras****Opinião**

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da Galp Energia S.G.P.S., S.A. (a Entidade), que compreendem a demonstração da posição financeira em 31 de dezembro de 2018 (que evidencia um total de 4.995.193 milhares de euros e um total de capital próprio de 1.796.429 milhares de euros, incluindo um resultado líquido de 484.310 milhares de euros), a demonstração dos resultados, a demonstração do rendimento integral, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da Galp Energia S.G.P.S., S.A. em 31 de dezembro de 2018 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia.

**Bases para a opinião**

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISAs) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

**Matérias relevantes de auditoria**

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias. Consideramos que as matérias descritas abaixo são as matérias relevantes de auditoria a comunicar neste relatório.

PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.  
 Sede: Palácio Sottomayor, Rua Sousa Martins, 1 - 3º, 1069-316 Lisboa, Portugal  
 Receção: Palácio Sottomayor, Avenida Fontes Pereira de Melo, nº16, 1050-121 Lisboa, Portugal  
 Tel +351 213 599 000, Fax +351 213 599 999, www.pwc.pt  
 Matriculada na CRC sob o NUPC 506 628 752, Capital Social Euros 314.000  
 Inscrita na lista das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o nº 183 e na CMVM sob o nº 20161485

PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda. pertence à rede de entidades que são membros da PricewaterhouseCoopers International Limited, cada uma das quais é uma entidade legal autónoma e independente.

**Matérias relevantes de auditoria****Síntese da abordagem de auditoria****Valorização de participações financeiras**

*Divulgações relacionadas com participações financeiras apresentadas nas notas 2 e 4 das demonstrações financeiras.*

Em 31 de dezembro de 2018, a Galp Energia, SGPS, SA detém participações financeiras em subsidiárias e associadas no valor de 2.801.167 milhares de euros, as quais se encontram mensuradas ao custo de aquisição deduzido de perdas por imparidade. Estas devem ser sujeitas a testes de imparidade sempre que existam indícios ou alterações nas circunstâncias que indiquem que o valor pelo qual se encontram escrituradas possa não ser recuperável. Para esse efeito, o valor recuperável é determinado pelo seu valor de uso, de acordo com o método dos fluxos de caixa descontados.

A relevância deste assunto na nossa auditoria resulta do elevado montante e do nível de julgamento associado ao modelo de imparidade. O cálculo do valor recuperável requer a utilização de estimativas e pressupostos por parte da Gestão que dependem de previsões económicas e de mercado, nomeadamente no que se refere a cash-flows futuros, taxas de crescimento na perpetuidade e taxas de desconto a utilizar.

Em resultado dos testes de imparidade efetuados pela Gestão, não foram identificadas perdas por imparidade nas participações financeiras detidas pela Galp Energia, S.G.P.S., S.A.

Para assegurar a correta valorização das participações financeiras foram efetuados os seguintes procedimentos de auditoria:

- avaliação da existência de indícios de imparidade nas participações financeiras; e
- obtenção e análise dos testes de imparidade das participações financeiras, nos casos aplicáveis.

A análise dos testes de imparidade, baseados em modelos de fluxos de caixa descontados, envolveu os seguintes procedimentos:

- verificação da exatidão aritmética do modelo;
- aferição da razoabilidade das projeções de fluxos de caixa futuros comparando com a performance histórica;
- avaliação da adequação da taxa de desconto utilizada; e
- avaliação das estimativas e julgamentos assumidos pela Gestão, subjacentes aos pressupostos relevantes que suportam o modelo.

Verificámos também a adequação das divulgações apresentadas na nota 4 das demonstrações financeiras, considerando os requisitos do normativo contabilístico aplicável.

**Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras**

O órgão de gestão é responsável pela:

- a) preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia;
- b) elaboração do relatório de gestão, incluindo o relatório de governo societário, nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- c) criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- d) adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- e) avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

**Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISAs detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISAs, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- a) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- b) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;

- c) avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- d) concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- e) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- f) comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria;
- g) das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública;
- h) declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, as respetivas salvaguardas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras, e as verificações previstas nos números 4 e 5 do artigo 451.º do Código das Sociedades Comerciais, bem como a verificação de que a demonstração não financeira foi apresentada.

### ***Relato sobre outros requisitos legais e regulamentares***

#### ***Sobre o relatório de gestão***

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, alínea e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório integrado de gestão, sustentabilidade e governo societário (adiante designado relatório integrado) foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais. Conforme previsto no artigo 451.º, n.º 7 do Código das Sociedades Comerciais este parecer não é aplicável à informação não financeira incluída no relatório integrado.

***Sobre a informação não financeira prevista no artigo 66.º-B do Código das Sociedades Comerciais***

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 6 do Código das Sociedades Comerciais, informamos que a entidade incluiu no seu relatório integrado a informação não financeira prevista no artigo 66.º-B do Código das Sociedades Comerciais.

***Sobre o relatório de governo societário***

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 4 do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório integrado, no que respeita às matérias de governo societário, inclui os elementos exigíveis à Entidade nos termos do artigo 245º-A do Código dos Valores Mobiliários, não tendo sido identificadas incorreções materiais na informação divulgada no mesmo, cumprindo o disposto nas alíneas c), d), f), h), i) e m) do referido artigo.

***Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10º do Regulamento (UE) n.º 537/2014***

Dando cumprimento ao artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- a) Fomos nomeados/eleitos revisores oficiais de contas da Entidade pela primeira vez na assembleia geral de acionistas realizada em 16 de abril de 2015 para um mandato compreendido entre 2015 e 2018.
- b) O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISAs mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras devido a fraude.
- c) Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização da Entidade em 12 de março de 2019.
- d) Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 77.º, n.º 8, do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e que mantivemos a nossa independência face à Entidade durante a realização da auditoria.
- e) Adicionalmente ao divulgado no relatório integrado da Entidade, informamos que, para além da auditoria, prestámos à Entidade e às entidades sob o seu controlo os seguintes serviços permitidos por lei e regulamentos em vigor:

***Outros serviços de garantia de fiabilidade***

- Revisão limitada sobre as demonstrações financeiras intercalares;
- Relatório independente de garantia razoável de fiabilidade sobre o cálculo dos rácios financeiros;

- Relatório independente de garantia razoável de fiabilidade sobre a declaração anual de ativos no âmbito da *Oil Insurance Policy*;
- Relatório de garantia razoável de fiabilidade sobre as contas reguladas do sector energético;
- Relatório de garantia razoável de fiabilidade sobre os mapas preparados pela Empresa relativos à repercussão das Taxas de Ocupação de Subsolo (TOS) aos consumidores de gás natural;
- Relatório de garantia razoável de fiabilidade sobre o mapa de apuramento da margem operacional das vendas de gás natural realizadas no mercado internacional (“trading”);
- Relatório independente de garantia razoável de fiabilidade sobre o apuramento da *Man Power rate*; e
- Verificação da informação de sustentabilidade (Relatório de sustentabilidade e Databooks).

*Outros serviços que não de garantia de fiabilidade*

- Relatórios de procedimentos acordados sobre (i) as declarações trimestrais de compras de gás natural e (ii) as declarações anuais de compras de gás natural, de acordo com os termos de referência aprovados pela ERSE – Entidade reguladora dos Serviços Energéticos;
- Relatório de procedimentos acordados sobre os critérios de apuramento e validação dos preços de venda da Galp Gás Natural, SA, para os Comercializadores de Último Recurso Grossista – CURG, efetuados de acordo com os termos de referência estabelecidos no Regulamento Tarifário (RT) da ERSE – Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos;
- Relatório de procedimentos acordados às declarações anuais relativas às Grandezas Físicas dos Comercializadores de Último Recurso Retalhistas (CURR);
- Relatório de procedimentos acordados à declaração anual relativa ao Apoio Social Extraordinário ao Consumidor de Energia (ASECE);
- Relatório de procedimentos acordados sobre a Declaração financeira e fiscal por país, designada por *Country-by-Country report*; e
- Relatório de procedimentos acordados sobre o apuramento do custo médio de reposição (designado por *Replacement Cost*).

12 de março de 2019

PricewaterhouseCoopers & Associados  
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.  
representada por:

Ana Maria Ávila de Oliveira Lopes Bertão, R.O.C.

## 9.6.

### Relatórios e parecer do órgão de fiscalização

#### Relatório e parecer do Conselho Fiscal

Exmos. Senhores Acionistas,

Nos termos da legislação em vigor, dos Estatutos da Sociedade e no desempenho do mandato que nos conferiram, vimos apresentar o nosso parecer sobre o Relatório Anual Integrado de Gestão (que inclui o reporte sobre o governo societário), as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e a proposta de aplicação de resultados apresentada pelo Conselho de Administração da Galp Energia, SGPS, S.A. relativamente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

Reunimos por diversas vezes com o Revisor Oficial de Contas/Auditor Externo, acompanhando o desempenho da sua função.

Acompanhámos o processo de preparação e divulgação de informação financeira, bem como a revisão legal das contas.

Verificámos e acompanhámos a independência do Revisor Oficial de Contas/Auditor Externo, nos termos legais, em especial, verificando a adequação e aprovando a prestação de outros serviços para além dos serviços de auditoria.

Apreciámos a Certificação Legal de Contas e o Relatório de Auditoria sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas ao exercício de 2018, com os quais concordamos.

Nos termos e para os efeitos do artigo 245, n.º 1, alínea c), do CVM e artigo 420.º n.º 6 do Código das Sociedades Comerciais, cada um dos membros do Conselho Fiscal abaixo indicados declara que, tanto quanto é do seu conhecimento, o relatório de gestão, as contas anuais, a certificação legal de contas e demais documentos de prestação de contas relativos ao exercício de 2018 foram elaborados em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da Galp e das empresas incluídas no perímetro de consolidação, e que o relatório de gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição da Galp e das empresas incluídas no perímetro de consolidação e contém uma

descrição dos principais riscos e incertezas com que a Galp e as empresas incluídas no perímetro de consolidação se defrontam na sua atividade

No âmbito das nossas funções verificámos e declaramos que tanto quanto é do nosso conhecimento:

- a) as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adotados estão conformes com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia, e são adequados por forma a assegurar que os mesmos conduzem a uma correta apresentação do património e dos resultados da Sociedade e das empresas incluídas no perímetro de consolidação;
- b) o capítulo do Relatório de Gestão de 2018 relativo ao governo societário inclui toda a informação requerida no artigo 245.º-A do CVM.

Nestes termos, tendo em consideração as informações recebidas do Conselho de Administração e departamentos da Sociedade, bem como as conclusões constantes da Certificação Legal de Contas e Relatório de Auditoria sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, exprimimos a nossa concordância com o Relatório de Gestão, com as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas e com a proposta de aplicação do resultado líquido individual do exercício de 2018, pelo que somos do parecer que deverão os mesmos ser aprovados em Assembleia Geral.

O Conselho Fiscal entende, por último, manifestar o seu agradecimento tanto ao Conselho de Administração como à Comissão Executiva da Galp Energia, SGPS, S.A., cuja constante colaboração simplificou de forma significativa o exercício das funções do Conselho Fiscal.

Lisboa, 12 de março de 2019

Daniel Bessa  
**Presidente**

Gracinda Raposo  
**Vogal**

Pedro Antunes de Almeida  
**Vogal**

## Relatório anual de atividades do Conselho Fiscal relativo ao exercício de 2018

Em conformidade com o disposto na alínea g) do n.º 1 do artigo 420.º do Código das Sociedades Comerciais e da alínea g) do n.º 1 do artigo 8.º do Regulamento do Conselho Fiscal da Galp Energia, SGPS, S.A. (adiante designada por Galp, Sociedade ou Empresa), vem este órgão apresentar o relatório sobre a ação fiscalizadora desenvolvida no exercício de 2018.

### I. Introdução

De acordo com o modelo de governo societário adotado pela Galp, correspondente ao modelo latino previsto nos artigos 278.º, n.º 1, alínea a) e 413.º, n.º 1, alínea b), ambos do CSC, o Conselho Fiscal é o órgão responsável pela fiscalização da atividade da Sociedade.

O Conselho Fiscal em funções foi eleito na reunião da Assembleia Geral realizada em 16 de abril de 2015, para o mandato de 2015-2018, sendo composto por três membros, dos quais dois são independentes, em conformidade com os critérios definidos no artigo 414.º, n.º 5 do CSC.

Todos os membros do Conselho Fiscal observam os critérios de compatibilidade para o exercício da respetiva função que se encontram previstos no artigo 414.º-A, n.º 1 do CSC.

As principais competências do Conselho Fiscal decorrentes da legislação aplicável e do respetivo Regulamento podem ser integradas nas seguintes áreas essenciais de atuação:

- a) acompanhar de modo permanente a atividade da Sociedade, vigiar pela observância da lei e dos Estatutos e fiscalizar a administração da Sociedade;
- b) fiscalizar o cumprimento das políticas e práticas contabilísticas, bem como do processo de preparação e divulgação da informação financeira, e fiscalizar a revisão de contas nos documentos de prestação de contas da Sociedade;
- c) fiscalizar a eficácia dos sistemas de gestão de riscos e de controlo interno, avaliando anualmente com a Comissão Executiva os procedimentos internos de controlo e auditoria e questões que sejam suscitadas a respeito das práticas contabilísticas seguidas pela Sociedade, dirigindo-lhe as recomendações que entenda justificadas;
- d) supervisionar a adoção pela Sociedade de princípios e políticas de identificação e gestão dos principais riscos de natureza financeira e operacional ligados à atividade da Sociedade, bem como de

medidas destinadas a monitorizar, controlar e divulgar, de modo adequado e atempado, tais riscos;

- e) receber as comunicações de irregularidades apresentadas por acionistas, colaboradores da Sociedade ou outros;
- f) propor à Assembleia Geral a nomeação do revisor oficial de contas ou de sociedade de revisores oficiais de contas;
- g) nomear ou destituir o auditor externo da Sociedade e avaliar anualmente a sua atividade, através de uma apreciação crítica dos relatórios e documentação por si produzidos no desempenho das suas funções.
- h) fiscalizar a independência do revisor oficial de contas, designadamente no tocante à prestação de serviços adicionais;

### II. Atividade desenvolvida pelo Conselho Fiscal relativamente ao exercício de 2018

No cumprimento dos seus deveres, o Conselho Fiscal teve acesso a toda a informação relacionada com a Sociedade e seus colaboradores, que lhe permitiram avaliar o desempenho, situação atual e futuras perspetivas de desenvolvimento da Sociedade e obteve de todas as pessoas os documentos e esclarecimentos que lhe foram pedidos.

Durante o ano de 2018, o Conselho Fiscal realizou 16 reuniões, tendo desenvolvido várias ações no âmbito das suas atribuições, das quais destaca as seguintes:

#### 1. Acompanhamento de modo permanente da atividade da Sociedade, vigilância do cumprimento da lei e dos Estatutos e fiscalização da administração da Sociedade

O acompanhamento permanente da Sociedade durante o ano de 2018 foi realizado, designadamente, através de reuniões com os responsáveis das direções do centro corporativo da Galp, das quais se destacam, pela sua maior regularidade, a Direção de Auditoria Interna, a Direção de Gestão de Risco e a Direção de Assuntos Jurídicos e *Governance*. Adicionalmente, o Conselho Fiscal solicitou reuniões com os responsáveis das Finanças Corporativas, Estratégia e Relações com Investidores e Planeamento e Controlo Corporativo para obtenção de informação relacionada com as atividades da Sociedade.

O Conselho Fiscal reuniu ainda periodicamente com o Revisor Oficial de Contas/Auditor Externo e o responsável pela Direção de Contabilidade, tendo reunido ainda com a Presidente do Conselho de Administração e com o Administrador Executivo responsável pela área financeira.

Além disso, os membros do Conselho Fiscal estiveram presentes nas reuniões do Conselho de Administração em que foram aprovadas as contas trimestrais, semestrais e anuais, bem como o plano e orçamento anual.

Como faz parte das suas funções, o Conselho Fiscal emitiu, na reunião do Conselho de Administração que teve lugar a 14 de outubro de 2018 uma opinião favorável sobre o plano estratégico da Galp e sobre a política de risco para 2019-2023, tal como definido pelo Conselho de Administração.

Durante o ano de 2018, o Conselho Fiscal acompanhou ainda o funcionamento do sistema de governo societário e observância deste às normas legais, regulamentos e estatutos, e acompanhou a evolução legislativa e regulamentar em matéria de governo societário, em especial em relação ao novo Código de Governo Societário publicado pelo Instituto Português de *Corporate Governance*, que foi adotado pela Galp, bem como acompanhou o processo de aperfeiçoamento do governo das estruturas da Sociedade.

Ainda no contexto do acompanhamento das matérias de governo societário, o Conselho Fiscal analisou o Relatório de Governo Societário relativo ao exercício de 2018, tendo confirmado que esse relatório inclui os elementos previstos no artigo 245.º-A do CVM e no Regulamento n.º 4/2013 da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários.

## **2. Fiscalização do cumprimento das políticas e práticas contabilísticas e do processo de preparação e divulgação da informação financeira e da revisão legal de contas**

A fiscalização do cumprimento das políticas, critérios e práticas contabilísticas e da fiabilidade da informação financeira foi exercida pelo Conselho Fiscal através de informação prestada pela Direção de Contabilidade e Fiscalidade e relatórios elaborados pelo Revisor Oficial de Contas/Auditor Externo e apreciação das conclusões das auditorias e das avaliações de procedimentos efetuadas durante o exercício pelo Revisor Oficial de Contas/Auditor Externo.

O Conselho Fiscal procedeu à fiscalização dos documentos de prestação e revisão legal de contas relativos ao exercício de 2018, tendo emitido parecer favorável relativamente aos mesmos.

## **3. Acompanhamento e fiscalização da eficácia dos sistemas de controlo interno e de gestão de riscos e avaliação anual do funcionamento dos sistemas e dos procedimentos internos**

O Conselho Fiscal realizou durante o ano de 2018 diversas ações de acompanhamento, fiscalização e avaliação do funcionamento e adequação dos sistemas de controlo interno, de gestão de riscos e de auditoria interna da Galp, quer através do reporte de informação pela Auditoria Interna e Direção de Gestão do Risco,

quer através do relatório sobre o controlo interno emitido pelo Auditor Externo.

No âmbito da função fiscalizadora do Conselho Fiscal, coube-lhe ainda supervisionar a adoção pela Sociedade dos princípios e das políticas de identificação e gestão dos principais riscos financeiros e operacionais associados à atividade da Galp, tendo acompanhado as medidas destinadas a monitorizar, controlar e divulgar os riscos, de acordo com os objetivos estabelecidos pelo Conselho de Administração.

O Conselho Fiscal avaliou a conformidade da Sociedade para com o plano estratégico e o orçamento, a gestão de riscos, bem como o funcionamento interno do Conselho de Administração e das suas comissões, assim como a relação entre os órgãos de gestão da Sociedade e as comissões.

O Conselho Fiscal considera que a Comissão Executiva e o Conselho de Administração têm atribuído crescente e reforçada importância ao desenvolvimento e aperfeiçoamento do governo societário, dos sistemas de gestão de riscos, de controlo interno e de auditoria interna, em linha com o Código de Governo das Sociedades emitido pelo Instituto Português de *Corporate Governance*.

## **4. Supervisão da atividade da Direção de Auditoria Interna**

O Conselho Fiscal supervisionou a atividade desenvolvida pela Direção de Auditoria Interna durante o exercício de 2018, que reporta funcionalmente a este órgão, através do acompanhamento mensal da execução do respetivo plano anual de atividades de auditoria aprovado pelo Conselho Fiscal e da informação sobre a afetação dos recursos, tendo recebido desta Direção relatórios periódicos sobre as auditorias realizadas.

A avaliação do adequado funcionamento dos sistemas de gestão de riscos e de controlo interno e a avaliação da efetividade e eficácia da implementação de controlos e de ações de mitigação foi realizada pela Direção de Auditoria Interna. Estas atividades foram realizadas de forma independente e sistemática, tendo informado e alertado regularmente o Conselho Fiscal para observações e recomendações mais relevantes, juntamente com a identificação de oportunidades de melhoria e medidas corretivas.

O Conselho Fiscal considera ainda que na execução do plano de trabalhos da Auditoria Interna a avaliação dos sistemas de controlo interno, bem como a utilização dos recursos afetos, foi realizada com eficiência e de acordo com os procedimentos estabelecidos.

O Conselho Fiscal aprovou o plano anual de atividades de *Compliance* apresentado pela Direção de Assuntos Jurídicos e *Governance*.

## 5. Avaliação anual da atividade do Auditor Externo da Sociedade

O Conselho Fiscal exerceu a sua função como interlocutor da Sociedade junto do Auditor Externo e como primeiro destinatário da informação por este elaborada, tendo assegurado a disponibilização ao Auditor Externo da informação e das demais condições apropriadas ao eficaz desempenho da sua atividade.

O Conselho Fiscal procedeu, no ano de 2018, à avaliação da atividade do Auditor Externo, fazendo o acompanhamento regular da sua atividade, nomeadamente através da apreciação crítica dos relatórios e documentação produzidos por este no desempenho das suas funções.

No âmbito da sua função de avaliação anual da atividade do Auditor Externo, o Conselho Fiscal considera que o Auditor Externo prestou os seus serviços de modo satisfatório de acordo com o plano de trabalhos definido, tendo cumprido as normas e regulamentos aplicáveis e revelado na sua atuação rigor técnico e qualidade, oportunidade, e eficiência nas conclusões e recomendações apresentadas, particularmente no que respeita à certificação legal de contas.

O Auditor Externo confirmou ao Conselho Fiscal que não detetou nenhuma irregularidade relevante relacionada com o cumprimento dos seus deveres, e que não se defrontou com obstáculos à realização dos seus deveres.

No âmbito da verificação do cumprimento das regras de independência do Auditor Externo, o Conselho Fiscal acompanhou, durante o exercício de 2018, a prestação de serviços não relacionados com serviços de auditoria, para a qual é necessário parecer prévio do Conselho Fiscal, tendo confirmado que foi salvaguardada a independência do Auditor Externo.

Os outros serviços que não de auditoria aos serviços da Galp e das entidades sobre o seu controlo representaram 47,7% da média de honorários pagos ao Auditor nos últimos três anos (2015, 2016 e 2017). Assim, estes valores estão abaixo do limite de 70% imposto pelo Parágrafo 2, do Artigo 4 do Regulamento n.º 537/2014 (Regulamentação Fiscal Europeia).

Com vista à seleção do Revisor Oficial de Contas e Auditor Externo a propor à Assembleia Geral para o novo mandato que se iniciará em 2019 e terminará em 2022, o Conselho Fiscal acompanhou o processo de consulta ao mercado organizado pelas direções de Contabilidade e Procurement da Galp Energia, S.A., tendo aprovado as regras do respetivo processo, definido os critérios e a forma de seleção. De acordo com a avaliação técnica e económica das propostas recebidas, o Conselho Fiscal selecionou como mais

vantajosa a proposta apresentada pela Ernst & Young Audit & Associados, SROC, S.A., e será proposta na reunião de Assembleia Geral a sua eleição para Revisor Oficial de Contas.

## 6. Negócios da Sociedade com partes relacionadas

No ano de 2018 não houve transações com partes relacionadas sujeitas a parecer prévio do Conselho Fiscal previsto no «Regulamento Aplicável às Transações do grupo Galp com Partes Relacionadas».

## 7. Comunicação de irregularidades

De acordo com as melhores práticas de governo societário e com as regras de mercado aplicáveis, e em linha com os princípios de lealdade, correção, honestidade, transparência e integridade em que a Galp baseia o exercício da sua atividade, o Procedimento de Comunicação de Irregularidades – Linha de Ética, disponível no *website* e na intranet da Sociedade, regula o mecanismo de comunicação ao órgão responsável, o Conselho Fiscal, através da Comissão de Ética e Conduta da Galp de alegadas irregularidades ou infrações ao estipulado no Código de Ética ou de normas que o desenvolvam ou que versem sobre os temas nele elencados, nos domínios da contabilidade, dos controlos contabilísticos internos, da auditoria, da luta contra a corrupção e do crime bancário e financeiro ocorridas nas empresas do grupo Galp.

A Comissão de Ética e Conduta da Galp realizou durante o ano de 2018 reuniões periódicas com o Conselho Fiscal para reporte das comunicações recebidas e decisão sobre o respetivo encaminhamento.

Em cumprimento do dever de informação previsto no ponto 8 do Regulamento da Comissão de Ética e Conduta da Galp, esta Comissão apresentou ao Conselho Fiscal o relatório anual sobre as comunicações recebidas em 2018, os procedimentos adotados e as ações/medidas propostas.

Por último, o Conselho Fiscal entende manifestar o seu agradecimento tanto ao Conselho de Administração como à Comissão Executiva da Galp pela colaboração prestada ao exercício das suas funções.

Lisboa, 12 de março de 2019.

Daniel Bessa  
**Presidente**

Gracinda Raposo  
**Vogal**

Pedro Antunes de Almeida  
**Vogal**

## 9.7.

**Relatório independente de garantia limitada de fiabilidade****Relatório Independente de Garantia de Fiabilidade**

Exmo. Conselho de Administração

**Introdução**

1 Fomos contratados pela Administração da Galp Energia, SGPS, S.A. (“Galp” ou “Empresa”) para a realização de um trabalho de garantia razoável de fiabilidade sobre o indicador identificado no parágrafo 4 abaixo e de garantia limitada de fiabilidade sobre a informação de sustentabilidade também identificada no referido parágrafo, que integram a informação de sustentabilidade incluída no Relatório Integrado 2018, relativo ao ano findo em 31 de dezembro de 2018, preparada pela Empresa para efeitos de divulgação do seu desempenho anual em matéria de sustentabilidade.

**Responsabilidades**

2 É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação da informação de sustentabilidade identificada no parágrafo 4 abaixo, incluída no Relatório Integrado 2018, de acordo com as diretrizes para reporte de Sustentabilidade “Global Reporting Initiative” (“GRI”), versão GRI Standards e com as instruções e critérios divulgados no Relatório Integrado 2018, bem como a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado, que permita uma adequada preparação da informação mencionada.

3 A nossa responsabilidade consiste em emitir um relatório de garantia de fiabilidade, profissional e independente, baseado nos procedimentos realizados e especificados no parágrafo abaixo.

**Âmbito**

4 O trabalho que realizámos foi efetuado de acordo com a Norma Internacional sobre Trabalhos de Garantia de Fiabilidade (ISAE) 3000 (Revista) “Trabalhos de Garantia de Fiabilidade que Não Sejam Auditorias ou Revisões de Informação Financeira Histórica”, emitida pelo *International Auditing and Assurance Standards Board* da *International Federation of Accountants*. Esta Norma exige que planeemos e executemos o trabalho de garantia de fiabilidade com o objetivo de obter um grau de segurança:

4.1 razoável sobre se a Pegada de Carbono 2018 (âmbitos 1 e 2) da Galp, e

4.2 limitado sobre se a restante informação de sustentabilidade,

está isenta de distorções materialmente relevantes.

5 Para tanto o referido trabalho consistiu em:

- (i) Indagar a gestão e principais responsáveis das áreas em análise para compreender o modo como está estruturado o sistema de informação e a sensibilidade dos intervenientes às matérias incluídas no relato;
- (ii) Identificar a existência de processos de gestão internos conducentes à implementação de políticas económicas, ambientais e de responsabilidade social;

.....  
 PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.  
 Sede: Palácio Sottomayor, Rua Sousa Martins, 1 - 3º, 1069-316 Lisboa, Portugal  
 Recepção: Palácio Sottomayor, Avenida Fontes Pereira de Melo, nº16, 1050-121 Lisboa, Portugal  
 Tel +351 213 599 000, Fax +351 213 599 999, www.pwc.pt  
 Matriculada na CRC sob o NUPC 506 628 752, Capital Social Euros 314.000  
 Inscrita na lista das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o nº 183 e na CMVM sob o nº 20161485

PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda. pertence à rede de entidades que são membros da PricewaterhouseCoopers International Limited, cada uma das quais é uma entidade legal autónoma e independente.

- (iii) Verificar, numa base de amostragem, a eficácia dos sistemas e processos de recolha, agregação, validação e relato que suportam a informação de desempenho supracitada, através de cálculos e validação de dados reportados;
- (iv) Confirmar a observância de determinadas unidades operacionais às instruções de recolha, agregação, validação e relato de informação de desempenho;
- (v) Executar, numa base de amostragem, alguns procedimentos de consubstanciação da informação, através de obtenção de evidência sobre informação reportada;
- (vi) Comparar os dados financeiros e económicos incluídos na informação de sustentabilidade com os auditados pela PwC SROC, no âmbito da revisão legal das demonstrações financeiras da Galp do exercício findo em 31 de dezembro de 2018;
- (vii) Analisar o processo de definição da materialidade dos temas de sustentabilidade, com base no princípio da materialidade previsto nas diretrizes GRI Standards e na norma AA1000 Accountability Principles (AA1000AP), de acordo com a metodologia descrita pela Empresa no Relatório;
- (viii) Verificar que a informação de sustentabilidade divulgada cumpre com os requisitos das diretrizes GRI Standards, para a opção “De acordo – Abrangente”.

6 Adicionalmente, para efeitos do trabalho de garantia razoável de fiabilidade, realizámos testes de revisão analítica e testes substantivos, e com base em critérios de materialidade definidos, verificámos a adequada aplicação dos critérios de *reporting* definidos pela Empresa no cálculo da Pegada de Carbono 2018, divulgados no Relatório Integrado 2018.

7 Na realização do trabalho de garantia limitada de fiabilidade, os procedimentos efetuados foram mais limitados do que seriam num trabalho de garantia razoável de fiabilidade, por conseguinte, foi obtida menos segurança do que num trabalho de garantia razoável de fiabilidade.

8 Entendemos que os procedimentos efetuados proporcionam uma base aceitável para a nossa conclusão.

#### **Qualidade e independência**

9 Aplicamos a Norma Internacional de Controlo de Qualidade 1 (ISQC1) e, como tal, mantemos um sistema de controlo de qualidade, incluindo políticas e procedimentos documentados relativos ao cumprimento dos requisitos éticos, normas profissionais e requisitos legais e regulatórios aplicáveis.

10 Cumprimos com os requisitos de independência e ética do código de ética do *International Ethics Standards Board for Accountants* (IESBA) e do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas (OROC).

#### **Conclusão sobre o trabalho de garantia razoável de fiabilidade**

11 Com base no trabalho efetuado, é nossa opinião que a Pegada de Carbono 2018 (âmbitos 1 e 2) da Galp, incluída no Relatório Integrado 2018, relativa ao ano findo em 31 de dezembro de 2018, foi preparada, em todos os aspetos materialmente relevantes, de acordo com as instruções e critérios divulgados no mesmo.

#### **Conclusão sobre o trabalho de garantia limitada de fiabilidade**

12 Com base no trabalho efetuado, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que a restante informação de sustentabilidade, incluída no Relatório de Gestão e Contas 2018, relativo ao ano findo em 31 de dezembro de 2018, não tenha sido preparada, em todos os aspetos materialmente

relevantes, de acordo com os requisitos das diretrizes GRI Standards e com as instruções e critérios divulgados no mesmo e que a Galp não tenha aplicado, na informação de sustentabilidade incluída no mesmo Relatório Integrado 2018 as diretrizes GRI Standards, para a opção “De acordo – Abrangente”.

**Restrições de uso**

13 Este relatório é emitido unicamente para informação e uso do Conselho de Administração da Empresa, para efeitos de divulgação do desempenho anual em matéria de sustentabilidade no Relatório Integrado 2018 pelo que não deverá ser utilizado para quaisquer outras finalidades. Não assumiremos quaisquer responsabilidades perante terceiros, para além da Galp, pelo nosso trabalho e pelas conclusões expressas neste relatório, o qual será anexado ao Relatório Integrado 2018 da Empresa.

12 de março de 2019

PricewaterhouseCoopers & Associados  
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.  
representada por:

António Brochado Correia, R.O.C.

## 9.8.

**Menções obrigatórias****1. Órgãos sociais**

A composição dos órgãos sociais da Galp para o mandato de 2015-2018 é a seguinte:

**Mesa da Assembleia Geral****Presidente:**

Daniel Proença de Carvalho

**Vice-presidente:**

Victor Manuel Pereira Dias

**Secretário:**

Maria Helena Claro Goldschmidt

**Conselho de Administração****Presidente:**

Paula Fernanda Ramos Amorim

**Vice-presidentes:**

Miguel José Pereira Athayde Marques

Carlos Nuno Gomes da Silva

**Vogais:**

Filipe Quintin Crisóstomo Silva

Thore Ernst Kristiansen

Sérgio Gabrielli de Azevedo

Abdul Magid Osman

Marta Cláudia Ramos Amorim Barroca de Oliveira

Raquel Rute da Costa David Vunge

Carlos Manuel Costa Pina

Francisco Vahia de Castro Teixeira Rêgo

Jorge Manuel Seabra de Freitas

José Carlos da Silva Costa

Pedro Carmona de Oliveira Ricardo

João Tiago Cunha Belém da Câmara Pestana

Rui Paulo da Costa Cunha e Silva Gonçalves

Luís Manuel Pego Todo Bom

Diogo Mendonça Rodrigues Tavares

Joaquim José Borges Gouveia

**Comissão Executiva****Presidente:**

Carlos Gomes da Silva (CEO)

**Vogais:**

Filipe Crisóstomo Silva (CFO)

Thore E. Kristiansen

Carlos Costa Pina

José Carlos Silva

Pedro Ricardo

Tiago Câmara Pestana

**Secretário da Sociedade****Efetivo:**

Rui de Oliveira Neves

**Suplente:**

Maria Helena Claro Goldschmidt

**Conselho Fiscal****Presidente:**

Daniel Bessa Fernandes Coelho

**Vogal:**

Gracinda Augusta Figueiras Raposo

**Vogal:**

Pedro Antunes de Almeida

**Suplente:**

Amável Alberto Freixo Calhau

**Revisor Oficial de Contas****Efetivo:**

PricewaterhouseCoopers & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda. representada por Ana Maria Ávila de Oliveira Lopes Bertão

**Suplente:**

José Manuel Henriques Bernardo

## 2. Ações próprias

A Galp não é detentora de ações próprias. Durante o exercício de 2018 a Galp não adquiriu, nem alienou ações próprias.

## 3. Informação sobre o número de ações detidas pelos membros dos órgãos de administração e de fiscalização em 31 de dezembro de 2018

Período de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2018

	Total de ações a 31.12.2017	Aquisição		Alienação		Total de ações a 31.12.2018
		Data	N.º de ações	Valor (€/ação)	Data	
<b>Membros do Conselho de Administração</b>						
Paula Amorim <sup>1</sup>	-					-
Miguel Athayde Marques	1.800					1.800
Carlos Gomes da Silva <sup>1</sup>	2.410					2.410
Filipe Crisóstomo Silva <sup>2</sup>	10.000					10.000
Thore E. Kristiansen <sup>2</sup>	-					-
Sérgio Gabrielli de Azevedo	-					-
Abdul Magid Osman	-					-
Marta Amorim <sup>1</sup>	19.263 <sup>(1)</sup>					19.263
Raquel Vunge	-					-
Carlos Costa Pina <sup>2</sup>	-	2.3.2018	1.000	14,5		2.200
		14.11.2018	1.200	13,9		
Francisco Teixeira Rêgo <sup>1</sup>	17.680					17.680
Jorge Seabra de Freitas <sup>1</sup>	-					-
José Carlos Silva <sup>2</sup>	275					275
Pedro Ricardo <sup>2</sup>	5.230					5.230
Tiago Câmara Pestana <sup>2</sup>	-					-
Rui Paulo Gonçalves <sup>1</sup>	-					-
Luís Todo Bom	-					-
Diogo Tavares	2.940					2.940
Joaquim Borges Gouveia	-					-
<b>Membros do Conselho Fiscal</b>						
Daniel Bessa	-					-
Gracinda Raposo	-					-
Pedro Antunes de Almeida	5					5
Amável Calhau	-					-
<b>Revisor Oficial de Contas</b>						
PricewaterhouseCoopers & Associados, Lda.	-					-
José Manuel Henriques Bernardo	-					-

<sup>1</sup> Para os efeitos do Artigo 447º, n.º2, alínea d) do Código das Sociedades Comerciais, declara-se ainda que a Amorim Energia, B.V., na qual o respetivo administrador exerce igualmente funções de administração, é titular de 276.472.161 ações da Galp.

<sup>2</sup> Número de ações detidas pelo CEO expresso como múltiplo do respetivo salário fixo anual: 0,0391.

<sup>3</sup> Número médio de ações detidas pelos membros executivos (exceto CEO) expresso como múltiplo do respetivo salário fixo anual médio: 0,1629..

#### **4. Negócios dos administradores com a Sociedade**

Durante o exercício de 2018, não foram solicitadas quaisquer autorizações pelos membros do Conselho de Administração da Galp para a realização de negócios com a Sociedade ou com sociedades que com esta estejam em relação de domínio ou de grupo.

#### **5. Exercício de outras atividades pelos administradores**

Nenhum dos administradores da Galp exerceu, durante o exercício de 2018, na Sociedade ou em sociedades que com esta estejam em relação de domínio ou de grupo, quaisquer funções temporárias ou permanentes ao abrigo de contrato de trabalho, subordinado ou autónomo.

O administrador José Carlos Silva mantém suspenso o contrato de trabalho com a Galp Energia, S.A., sociedade do Grupo, desde a sua primeira designação para membro do Conselho de Administração da Galp, ocorrida em 23 de novembro de 2012.

O administrador Pedro Carmona de Oliveira Ricardo mantém suspenso o contrato de trabalho que celebrou com a Galp Gás Natural, S.A., sociedade em relação de domínio ou de grupo com a Galp, desde a data da sua designação para membro do Conselho de Administração da Galp, ocorrida em 16 de abril de 2015.

#### **6. Posições credoras sobre entidades relacionadas**

Ver Nota 28 do Anexo às demonstrações financeiras individuais da Galp.

## 9.9.

## Biografias dos membros dos órgãos de administração e fiscalização e dos membros da Comissão de Remunerações

### Conselho de Administração

#### Presidente | Paula Amorim

Natural do Porto, Portugal, Paula Amorim é membro do Conselho de Administração da Galp desde abril de 2012, foi Vice-presidente de 2015 a 2016 e é Presidente desde outubro de 2016.

Representando a quarta geração do maior e mais bem-sucedido grupo empresarial familiar português, com quase 150 anos de história, Paula Amorim é a presidente da Amorim Investimentos e Participações, SGPS, S.A., que integra no seu portefólio a Corticeira Amorim, a maior produtora mundial de cortiça.

Ocupa, também, o cargo de presidente da Holding Familiar do Grupo Américo Amorim, Amorim Holding II, SGPS.

Em 2005, Paula Amorim fundou a sua própria empresa, a Amorim Fashion. Cinco anos depois, fundou o Grupo Amorim Luxury.

O seu interesse pessoal e experiência na indústria da moda foram fatores determinantes para que o grupo familiar se tornasse, em 2007, um importante investidor na Tom Ford International (TFI), onde é membro do Conselho de Administração.

Em novembro de 2018 adquiriu, em parceria com a Vanguard, ativos do Fundo da Herdade da Comporta, dando um novo e importante passo na sua estratégia de crescimento e posicionamento enquanto marca portuguesa hoteleira e de *lifestyle* da mais elevada qualidade internacional.

Paula Amorim frequentou o curso de Gestão Imobiliária da Escola Superior de Atividades Imobiliárias.

#### Vice-presidente | Miguel Athayde Marques

Miguel Athayde Marques nasceu em Lisboa, Portugal, em 29 de abril de 1955. É membro independente do Conselho de Administração da Galp desde novembro de 2012 e Vice-presidente desde outubro de 2016.

É vice-reitor da Universidade Católica Portuguesa e professor na Faculdade de Ciências Económicas e Empresariais, Católica Lisbon School of Business & Economics, sendo responsável pelas áreas de *Corporate Governance* e *International Business*. É administrador não executivo independente da Brisa, Concessão Rodoviária, S.A. desde dezembro de 2010 e membro da Comissão de Acompanhamento do Novo Banco, S.A. desde janeiro de 2018.

Antes de ingressar na Galp, foi presidente executivo do Conselho de Administração da Bolsa Portuguesa, Euronext Lisbon, S.A. e Interbolsa, S.A., e administrador executivo da Euronext, N.V. (Amesterdão), entre janeiro de 2005 e junho de 2010. Foi, igualmente neste período, administrador não executivo da Euronext Amsterdam, Euronext Brussels e Euronext Paris. Entre abril de 2007 e junho de 2010, foi membro do Management Committee da Bolsa de Nova Iorque. Foi ainda administrador executivo da Caixa Geral de Depósitos (de 2000 a 2004) e da Jerónimo Martins (de 1996 a 2000). Havia sido antes presidente do Conselho de Administração da AICEP, entre 1992 e 1996.

Miguel Athayde Marques é licenciado, com distinção, em Administração e Gestão de Empresas pela Universidade Católica Portuguesa e doutorado (Ph.D.) em Gestão de Empresas pela University of Glasgow, School of Financial Studies.

#### Vice-presidente | Carlos Gomes da Silva

Carlos Gomes da Silva nasceu no Porto, Portugal, em 25 de fevereiro de 1967. É membro do Conselho de Administração da Galp desde 2007 e Vice-presidente do Conselho de Administração e Presidente da Comissão Executiva desde abril de 2015.

Profissional com 30 anos de experiência em diferentes indústrias, especialmente no sector da energia. Carlos Gomes da Silva entrou na Galp/Petrolgal no início da década de 1990, desempenhando diversas funções de gestão, liderando as áreas de operações de refinação, logística e trading, de planeamento e controlo e de estratégia.

A partir de 2001, e durante seis anos, desempenhou funções na indústria das bebidas (na Unicer, empresa do grupo Carlsberg) como responsável de M&A e estratégia de negócio, e posteriormente, como administrador executivo (COO). No seu regresso ao sector energético, foi designado membro do Conselho de Administração da Galp em 2007, tendo desempenhado diversas funções como administrador executivo, nomeadamente nas áreas de distribuição e comercialização de produtos petrolíferos, gás natural e eletricidade, trading de petróleo e gás natural além de diversas áreas corporativas.

Carlos Gomes da Silva é licenciado em Engenharia Eletrotécnica e de Computadores pela Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto e obteve o seu MBA na ESADE/IEP (Barcelona).

## Vogal | Filipe Crisóstomo Silva

Filipe Crisóstomo Silva nasceu em Lisboa, Portugal, em 4 de julho de 1964. É membro do Conselho de Administração, da Comissão Executiva e responsável pela área financeira (CFO) da Galp desde julho de 2012.

Desde 1999 e antes de ingressar na Galp, foi responsável, pelas áreas de *investment banking* do Deutsche Bank em Portugal, acumulando desde 2008 as funções de CEO do Deutsche Bank em Portugal.

Filipe Crisóstomo Silva é licenciado em Economia e Gestão Financeira e possui mestrado em Gestão Financeira, ambas pela Catholic University of America, Washington D.C

## Vogal | Thore E. Kristiansen

Thore E. Kristiansen nasceu em Stavanger, Noruega, em 4 de julho de 1961. É membro do Conselho de Administração e membro da Comissão Executiva da Galp desde outubro de 2014, sendo responsável pelo negócio de E&P da Galp.

Foi vice-presidente sénior da Statoil para a América do Sul e CEO da Statoil Brazil, desde janeiro de 2013 até ingressar na Galp. Durante a sua carreira profissional de mais de 25 anos na Statoil, teve responsabilidades nas áreas de distribuição de produtos petrolíferos, trading e negociação comercial na Noruega, em Inglaterra, na Dinamarca e na Alemanha, bem como na área de exploração e produção, com especial enfoque na Noruega e nos países da África subsariana, da América do Sul, e ainda funções corporativas, designadamente nas áreas financeira e de M&A como Investor Relations Officer. Foi ainda CEO da Statoil Alemanha e da Statoil Venezuela.

Thore E. Kristiansen é licenciado em Gestão pela Norwegian School of Management e possui grau de mestre em Engenharia de Petróleo pela University of Stavanger da Noruega.

## Vogal | Sérgio Gabrielli de Azevedo

Sérgio Gabrielli de Azevedo nasceu em Salvador, Brasil, em 3 de outubro de 1949. É membro não executivo independente do Conselho de Administração da Galp desde julho de 2012.

Foi secretário do planeamento do Governo do Estado da Bahia entre março de 2012 e Dezembro 2014 e foi membro não executivo do Conselho de Administração do Itaúsa S.A. até março de 2015. Antes de ingressar na Galp, foi membro do Conselho de Administração e presidente executivo da Petrobras entre julho de 2005 e fevereiro de 2012. Foi também administrador financeiro e de relações com investidores da Petrobras entre 2003 e 2005.

Foi ainda membro dos Conselhos de Administração da Desenbahia – Agência de Fomento do Estado da Bahia e da CAR – Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional.

Sérgio Gabrielli de Azevedo é licenciado e mestre em Economia pela Universidade Federal da Bahia e doutorado em Economia pela Boston University. Foi investigador visitante na London School of Economics and Political Science, em 2000.

## Vogal | Abdul Magid Osman

Abdul Magid Osman nasceu em Maputo, Moçambique, em 11 de junho de 1944. É membro não executivo independente do Conselho de Administração da Galp desde julho de 2012.

É também fundador e presidente da Fundação do BIOFUND – Proteção da Biodiversidade desde 2011, presidente do Conselho de Administração de Épsilon Investimento desde 2007 e presidente do Conselho de Administração e da Comissão Executiva de Tchuma Cooperativa de Crédito e de Poupança.

Antes de ingressar na Galp, foi ministro das Finanças, entre 1986 e 1991, e ministro dos Recursos Minerais de Moçambique, entre 1979 e 1983. Foi administrador não executivo do Mercantil Bank, na África do Sul, de 2002 a 2007 e ainda presidente do Conselho de Administração e da Comissão Executiva do BCI – Banco Comercial de Investimentos.

Foi diretor da Divisão de *Management, Development e Governance* no Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), tendo dirigido o programa com projetos em mais de 60 países.

Abdul Magid Osman é licenciado em Ciências Económicas e Financeiras pelo Instituto Superior de Economia de Lisboa.

## Vogal | Marta Amorim

Marta Amorim nasceu em Espinho, Portugal, a 29 de abril de 1972. É membro não executivo do Conselho de Administração da Galp desde outubro de 2016.

É atualmente vice-presidente do grupo Américo Amorim e membro do Conselho de Administração da Amorim Energia, B.V.

Marta Amorim é licenciada em Administração e Gestão de Empresas pela Universidade Católica Portuguesa e possui experiência de vários anos no sector bancário, designadamente no Banco Nacional de Crédito (Banco Santander Totta, S.A.).

## Vogal | Raquel Vunge

Raquel Vunge nasceu em Luanda, Angola, em 30 de junho de 1967. É membro não executivo do Conselho de Administração da Galp desde outubro de 2014.

É também vogal do Conselho de Administração do Banco Comercial Português e do Caixa Angola.

Nos últimos anos foi membro do Conselho de Administração e CFO da Sonangol EP, tendo exercido outras funções na Sonangol EP desde 1997, como diretora de Finanças entre 2010 e 2012, chefe de departamento da Tesouraria Central de 2001 a 2010 e analista de contas do Departamento de Contabilidade e Finanças até 2001.

Raquel Vunge é licenciada em Gestão pelo Instituto Superior de Gestão de Lisboa.

## Vogal | Carlos Costa Pina

Carlos Costa Pina nasceu em Lisboa, Portugal, em 14 de dezembro de 1970. É membro do Conselho de Administração e membro da Comissão Executiva da Galp desde abril de 2012, sendo responsável por serviços corporativos e pela unidade de negócio de Novas Energias.

Exerceu anteriormente funções em empresas de tecnologia, media e telecomunicações, imobiliário e serviços do grupo Ongoing (Portugal e Brasil). Foi secretário de Estado do Tesouro e Finanças do XVII e XVIII Governos Constitucionais portugueses (2005-2011), tendo assumido por inerência funções em diversas instituições financeiras internacionais. Foi ainda administrador

da CMVM (2000-2005), membro do Conselho Consultivo do Instituto de Seguros de Portugal (2001-2005) e advogado com prática legal designadamente na área de exploração e produção de petróleo (1994-1998). Exerceu ainda funções docentes na Faculdade de Direito de Lisboa, onde prepara o seu doutoramento.

Autor de diversos trabalhos publicados, Carlos Costa Pina é licenciado em Direito e mestre em Ciências Jurídico-Empresariais pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.

## Vogal | Francisco Teixeira Rêgo

Francisco Teixeira Rêgo nasceu no Porto, Portugal, em 9 de julho de 1972. É membro não executivo do Conselho de Administração da Galp desde abril de 2015.

É, desde 2004, administrador da Amorim Energia, B.V., da Amorim Holding II e de outras empresas do grupo Américo Amorim. Entre 2002 e 2004, integrou o Departamento Comercial da SODESA, S.A., empresa de comercialização de energia elétrica. De 1997 a 2002, integrou a ECOCICLO, empresa de engenharia, auditoria e consultoria energéticas.

Francisco Teixeira Rêgo é licenciado em Engenharia Mecânica pela Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto e concluiu Pós-Graduação Avançada em Métodos Quantitativos de Gestão na Escola de Gestão do Porto da Universidade do Porto.

## Vogal | Jorge Seabra de Freitas

Jorge Seabra de Freitas nasceu no Porto, Portugal, em 27 de fevereiro de 1960. É membro não executivo do Conselho de Administração da Galp desde novembro de 2012.

É também administrador da Amorim Holding II desde agosto de 2011.

Antes de ingressar na Galp, foi presidente do Conselho de Administração da Coelima Indústrias Têxteis, S.A., entre janeiro de 1992 e maio de 2011.

Jorge Seabra de Freitas é licenciado em Economia, pela Faculdade de Economia do Porto, e graduado no International Executive Programme e em Competitive Strategy, ambos pelo INSEAD.

## Vogal | José Carlos Silva

José Carlos Silva nasceu no Porto, Portugal, em 5 de janeiro de 1963. É membro do Conselho de Administração da Galp desde novembro de 2012 e membro da Comissão Executiva desde dezembro de 2012. Enquanto *Chief Operating Officer* (COO) é responsável pelos serviços corporativos de Engenharia, Gestão de Projectos e *Procurement*.

Com mais de três décadas de experiência em *Procurement*, *Supply Chain* e *Project Management*, é *Chief Operating Officer* (COO) da área de Refinação e *Trading Oil*, após várias posições de liderança na Empresa, nomeadamente como *Chief Corporate Officer* no período 2012-2014, enquanto membro da Comissão Executiva. Da sua experiência profissional também constam as áreas da indústria automóvel e o turismo.

José Carlos Silva é formado em Engenharia Química pelo Instituto Superior de Engenharia do Porto, e possui formação especializada nas áreas da Gestão da Qualidade, Sistemas de Informação e Inovação.

## Vogal | Pedro Ricardo

Pedro Ricardo nasceu em Lisboa, Portugal, em 20 de dezembro de 1964. É membro do Conselho de Administração e membro da Comissão Executiva da Galp desde abril de 2015, sendo responsável pelo negócio Gas & Power.

Integrou a Transgás, sociedade que introduziu o gás natural em Portugal, em 1994, onde foi responsável pelo Aproveitamento e Vendas de gás natural. Em 1998, foi nomeado administrador executivo da Transgás, responsável pelas áreas de abastecimento, engenharia e operação e manutenção. Entre 2002 e 2005, foi administrador executivo da GDP Distribuição, a *subholding* do grupo Galp do segmento de distribuição de gás, e administrador executivo de algumas das distribuidoras de gás natural. Entre 2006 e 2015 foi administrador da Galp Gás Natural, S.A. com a responsabilidade pelo *supply* e *trading* de gás e eletricidade.

Pedro Ricardo licenciou-se em Engenharia Química no Instituto Superior Técnico em Lisboa e detém um MBA da Universidade Nova de Lisboa.

## Vogal | Tiago Câmara Pestana

Tiago Câmara Pestana nasceu no Porto, Portugal, em 4 de setembro de 1964. É membro do Conselho de Administração e da Comissão Executiva da Galp desde abril de 2015, sendo responsável pela Distribuição Oil Ibérica e Internacional.

De 1999 a 2014 foi CEO da Dia Portugal Supermercados. Antes, foi administrador executivo das Lojas de Conveniência Extra, administrador executivo da rede de hipermercados Jumbo Portugal e Espanha, administrador executivo do grupo Pão de Açúcar, Portugal, onde foi responsável pela gestão da cadeia Minipreço, entre 1998 e 1999.

Tiago Câmara Pestana é licenciado em Engenharia Aeronáutica pela Universidade de Salford (Reino Unido) e mestre em Ciências Administrativas e Industriais pela City University (Reino Unido).

## Vogal | Rui Paulo Gonçalves

Rui Paulo Gonçalves nasceu no Porto, Portugal, em 30 de maio de 1967. É membro não executivo do Conselho de Administração da Galp desde maio de 2008.

É também administrador e diretor-geral da Amorim – Investimentos Energéticos, SGPS, S.A. desde dezembro de 2007. É ainda presidente da mesa da Assembleia Geral da Amorim Holding II, SGPS, S.A.

Antes de ingressar na Galp, exerceu advocacia no Porto e foi professor convidado do Instituto Português de Administração e Marketing no curso de licenciatura e em vários cursos de pós-graduação entre 2004 e 2007. Foi consultor jurídico do grupo Unicer entre 2002 e 2007 e, concomitantemente, diretor-adjunto do gabinete jurídico do mesmo grupo.

Rui Paulo Gonçalves é pós-graduado em Gestão para Licenciados em Direito pela Faculdade de Ciências Económicas e Empresariais da Universidade Católica e licenciado em Direito pela Faculdade de Direito da mesma universidade.

## Vogal | Luís Todo Bom

Luís Todo Bom nasceu em Luanda, Angola, em 1 de maio de 1948. É membro não executivo independente do Conselho de Administração da Galp desde novembro de 2012.

É também presidente não executivo da Multitel Angola, administrador não executivo da Onyria SGPS e da Onyria Internacional (grupo Onyria).

Professor convidado da Universidade Europeia, tendo sido professor associado convidado do ISCTE desde 1982 até março de 2017.

Antes de ingressar na Galp, foi administrador não executivo do Taguspark entre 2010 e 2012, administrador não executivo da Chamartín Imobiliária, SGPS, S.A. entre 2007 e 2009,

administrador não executivo da Companhia de Seguros Sagres, S.A. entre 2003 e 2009, administrador não executivo da Portugal Telecom Internacional e da Portugal Telecom Brasil e da Semapa, SGPS, entre 2003 e 2006 e administrador não executivo da Amorim Imobiliária, SGPS, S.A. entre 2002 e 2007. Foi presidente da direção da AITEC OEIRAS, entre 2008 e 2012, e membro do Conselho de Estratégia do grupo MRG, entre 2009 e 2012. Foi inspetor-geral e presidente do Conselho Consultivo do grupo Portugal Telecom e ainda administrador não executivo da Inotec Angola – Ambiente, Energia e Comunicações, S.A.

Luís Todo Bom é licenciado em Engenharia Químico-Industrial pelo Instituto Superior Técnico e mestre em Gestão de Empresas (MBA) pela Universidade Nova de Lisboa/Wharton School of Pennsylvania. Frequentou o Stanford Executive Program e o Executive Program on Strategy and Organization pela Universidade de Stanford. Frequência do DBA – Doctor of Business Administration Program, na Universidade de Cranfield e no ISCTE.

## Vogal | Diogo Tavares

Diogo Tavares nasceu no Montijo, Portugal, em 31 de outubro de 1945. Foi membro não executivo do Conselho de Administração da Galp entre 2006 e 2008. É membro não executivo do Conselho de Administração da Galp desde abril de 2012.

Antes de ingressar na Galp foi assessor do presidente da Amorim Holding II, SGPS, S.A. entre 2006 e 2011, e administrador da mesma sociedade entre 2011 e 2013, bem como administrador não executivo na Galp Energia, S.A. entre 2006 e 2008. Foi presidente da UNIRISCO, a primeira capital de risco em Portugal e, entre outros cargos, foi vice-presidente do IAPMEI - Agência para a Competitividade e Inovação, vice-presidente do Instituto de Turismo de Portugal, administrador do IFADAP - Instituto de Financiamento de Agricultura e Pescas, presidente da IPE-CAPITAL, vice-presidente do ICEP - Investimento e Comércio Externo de Portugal, e presidente da Urbimeta, S.A. Sociedade Imobiliária.

Diogo Tavares é licenciado em Engenharia Mecânica pelo Instituto Superior Técnico e graduado pelo Programa de Alta Direção de Empresa (IAESE/Harvard Business School).

## Vogal | Joaquim Borges Gouveia

Joaquim Borges Gouveia nasceu no Porto, Portugal, em 24 de outubro de 1950. É membro não executivo independente do Conselho de Administração da Galp desde maio de 2008.

Joaquim Borges Gouveia é professor catedrático aposentado do Departamento de Economia, Gestão, Engenharia Industrial e Turismo da Universidade de Aveiro desde 2001, tendo também sido diretor e coordenador de diversas áreas na Universidade de Aveiro.

Foi coordenador da unidade de investigação GOVCOPP (Governança, Competitividade e Políticas Públicas), unidade de investigação do Instituto de Investigação da Universidade de Aveiro, entre 2009 e 2011, e diretor do mestrado em Sistemas Energéticos Sustentáveis, entre 2007 e 2011. Foi presidente da direção da RNAE – Associação Rede Nacional das Agências de Energia e Ambiente, sendo agora presidente da respetiva mesa da Assembleia Geral. É ainda presidente do conselho de administração da Energaia - Agência da Área Metropolitana do Sul do Porto.

Joaquim Borges Gouveia é licenciado em Engenharia Eletrotécnica, em 1973, pela Faculdade de Engenharia do Porto, e doutorado em Engenharia Eletrotécnica e dos Computadores, em 1983, pela Faculdade de Engenharia do Porto. É agregado na área de Engenharia.

## Conselho Fiscal

### Presidente | Daniel Bessa

Daniel Bessa nasceu no Porto, Portugal, em 6 de maio de 1948. É Presidente do Conselho Fiscal da Galp desde 5 de outubro de 2006.

Foi presidente da direção da Escola de Gestão do Porto (atual Porto Business School) entre 2000 e 2009. Exerceu atividades de ensino (na Faculdade de Economia e na Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto e na Porto Business School), de gestão de unidades de ensino (na Faculdade de Economia e na Reitoria da Universidade do Porto e na Escola Superior de Tecnologia e Gestão do Instituto Politécnico de Viana do Castelo). Foi administrador do Finibanco e do Finibanco Holding, administrador não executivo da CELBI – Celulose Beira Industrial, da Efacec Capital e da INPARSA – Indústrias e Participações, membro do Conselho Geral e de Supervisão do BCP – Banco Comercial Português, S.A., presidente do Conselho Fiscal da SPGM e colaborador externo do grupo Sonae. Foi diretor-geral da COTEC Portugal, Associação

Empresarial para a Inovação de junho de 2009 a fevereiro de 2016. Foi ainda administrador da AICEP e presidente do Conselho Consultivo do IGFCSS – Instituto de Gestão de Fundos de Capitalização da Segurança Social.

Daniel Bessa é licenciado em Economia pela Universidade do Porto e doutorado em Economia pela Universidade Técnica de Lisboa.

## Vogal | Gracinda Raposo

Gracinda Raposo nasceu em Arraiolos, Portugal, em 19 de março de 1954. É vogal efetiva do Conselho Fiscal da Galp desde maio de 2011.

É administradora da ECS Capital – Sociedade Gestora de Fundos de Private Equity e Distress Funds. Entre 2007 e 2009, foi assessora do Conselho de Administração do grupo Santander. Desempenhou ainda funções de administradora na Caixa Geral de Depósitos, entre 2004 e 2006, de administradora não executiva da Caixa BI, entre outras funções. Foi ainda membro do Conselho Fiscal do Banco BIC Portugal até 2013.

É licenciada em Gestão pelo ISCTE e mestre em Gestão Operacional pela University of Georgetown, Minneapolis, EUA.

## Vogal | Pedro Antunes de Almeida

Pedro Antunes nasceu em Lisboa, Portugal, em 31 de dezembro de 1949. É vogal efetivo do Conselho Fiscal da Galp desde novembro de 2012.

Foi consultor para os assuntos económicos e empresariais do Presidente da República de Portugal de 2006 a 2015.

Consultor independente de empresas no âmbito da atividade turística, foi presidente do Conselho de Administração do ICEP, presidente da Comissão Executiva da ENATUR – Pousadas de Portugal, secretário de Estado do Turismo (XV Governo) e embaixador de Portugal junto da Organização Mundial de Turismo. Entre 2011 e 2012, foi secretário da mesa da Assembleia Geral da Galp.

Pedro Antunes de Almeida é licenciado em Economia e Sociologia pela Universidade Nova de Lisboa, com pós-graduação em Estudos Económicos Europeus, pela Universidade Católica Portuguesa, e possui o curso de Relações Públicas, Marketing e Publicidade, pela Escola Superior de Meios de Comunicação Social de Lisboa, e o curso de Auditores da Defesa Nacional, pelo Instituto de Defesa Nacional.

## Vogal suplente | Amável Calhau

Amável Alberto Freixo Calhau nasceu em Setúbal, Portugal, em 20 de novembro de 1946. É vogal suplente do Conselho Fiscal da Galp desde 5 de outubro de 2006.

É Revisor Oficial de Contas e sócio-gerente da Amável Calhau & Associados – SROC, Lda. desde 1981. Foi contabilista e auditor numa sociedade de revisores de contas entre 1970 e 1979 e Revisor Oficial de Contas a título individual em 1980.

É Revisor Oficial de Contas em dezenas de empresas, de vários sectores de atividade, desde 1981, incluindo: de 1991 a 2012, membro Revisor Oficial de Contas da Comissão de Fiscalização da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários; de 2006 a 2014, membro Revisor Oficial de Contas do Conselho de Auditoria do Banco de Portugal; e de 2008 a 2012, membro Revisor Oficial de Contas da Comissão de Fiscalização da Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública – IGCP, E.P.E.

Amável Alberto Freixo Calhau é perito contabilista pelo Instituto Militar dos Pupilos do Exército.

## Comissão de Remunerações

### Vogal | Jorge Armindo de Carvalho Teixeira

Jorge Armindo de Carvalho Teixeira é presidente do Conselho de Administração da Amorim Turismo, SGPS, S.A. e suas associadas.

Iniciou a sua carreira profissional em 1976 como assistente da Faculdade de Economia do Porto, lecionando Gestão de Empresas e Gestão Financeira Internacional até 1992. Em 1982, ingressou no agora designado grupo Amorim, como diretor financeiro, tendo em 1987 sido nomeado vice-presidente do grupo, cargo que exerceu até 2000. Em 1997, a convite do Governo, foi nomeado presidente da Portucel – Empresa de Celulose e Papel de Portugal, SGPS, S.A., tendo assumido também a presidência de todas as empresas participadas pela Portucel, SGPS, S.A. até à sua privatização.

Jorge Armindo de Carvalho Teixeira é licenciado em Economia pela Faculdade de Economia da Universidade do Porto.

## Vogal | Joaquim Alberto Hierro Lopes

Joaquim Alberto Hierro Lopes é sócio e *managing partner* da sociedade GED Partners e, concomitantemente, membro do Conselho de Administração das Sociedades Gestoras dos Fundos GED V España, GED Eastern Fund II, GED Iberian B, GED Sur (CEO) e do Conselho de Administração de várias empresas participadas pelos Fundos GED, nomeadamente, Nuceri International, Iconsa Engineering, Megafood S.A em Espanha e FASE – Estudos e Projetos Engenharia, S.A. e Serlima Services S.A., em Portugal. É presidente do ISAG – Instituto Superior de Administração e Gestão.

Antes de ingressar na Galp, foi administrador executivo da Norpedip/PME Capital – Sociedade Portuguesa de Capital de Risco (atual Portugal Ventures), presidente e membro do Conselho de

Administração de várias empresas, designadamente FiberSensing, Altitude Software, Payshop, Cabelte, Bluepharma, TV Tel Grande Porto, Fibroplac, tendo participado no lançamento e administração de diversos fundos de investimento. Entre 2007 e 2014, foi membro do Conselho Fiscal da Corticeira Amorim SGPS, S.A.

Entre 1990 e 2010 foi professor de Matemática Financeira e Contabilidade de Gestão no ISAG – Instituto Superior de Administração e Gestão.

Joaquim Alberto Hierro Lopes completou o bacharelato em Contabilidade e Administração no Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto, licenciou-se em Matemáticas pela Faculdade de Ciências da Universidade do Porto e é graduado com MBA pela Porto Business School. É mestre em Gestão de Empresas pela Universidade do Porto.

## 9.10.

**Cargos exercidos noutras empresas pelos membros dos órgãos de administração e fiscalização e membros da Comissão de Remunerações****No grupo Galp\***

	Membros executivos						
	Carlos Gomes da Silva	Filipe Crisóstomo Silva	Thore Kristiansen	Carlos Costa Pina	José Carlos Silva	Pedro Ricardo	Tiago Camara Pestana
CLC - Companhia Logística de Combustíveis, S.A.					PCA		
Enerfuel, S.A.				PCA			
Europe Maghreb Pipeline, Ltd						A	
Galp Alentejo E&P, S.A.		A	PCA				
Galp Bioenergy B.V.	A	A		A			
Galp E&P Brazil B.V.	A	A	A				
Galp East Africa B.V.		A	A				
Galp Energia Brasil, S.A.	PCA	A	A	A	A		
Galp Energia E&P B.V.	A	A	A	A	A	A	A
Galp Energia España, SAU	PCA				A	A	A
Galp Energia Overseas B.V.	A	A	A				
Galp Energia Overseas Block 14 B.V.		A	A				
Galp Energia Overseas Block 32 B.V.		A	A				
Galp Energia Overseas Block 33 B.V.		A	A				
Galp Energia Overseas LNG, B.V.		A				A	
Galp Energia Portugal Holdings B.V.	A	A	A				
Galp Energia Rovuma B.V.	A	A	A				
Galp Energia, S.A.	PCA	A	A	A	A	A	A
Galp Energia São Tomé e Príncipe, Limitada		G	G				
Galp Exploração e Produção (Timor-Leste), S.A.	PCA	A	A	A	A	A	A
Galp Exploração e Produção Petrolífera, S.A.	PCA	A	A	A	A	A	A
Galp Gas & Power, SGPS, S.A.	PCA	A	A	A	A	A	A
Galp Gás Natural Distribuição, S.A.						PCA	
Galp Gás Natural, S.A.						PCA	
Galp Marketing International, S.A.							PCA
Galp Power, S.A.						PCA	
Galp Sinopec Brazil Services B.V.	A	A	A		A	A	
Galp Swaziland, Limited							A
GALPEK, LDA.					PCG		
Gasoducto Al-Andalus, S.A.						A	
Gasoducto de Extremadura, S.A.						A	
GDP - Gás de Portugal, S.A.						PCA	
Metragaz - Societé pour la Construction de L'Exploitation Technique du Gazoduc Maghreb Europe						A	
MIBGAS, S.A.						A	
Petrogal Angola, Lda.							PCG
Petrogal Brasil B.V.		A	A				
Petrogal Brasil, S.A.	PCA	A	A		A	A	
Petrogal Guiné-Bissau, Lda.							PCG
Petrogal, S.A.	PCA	A	A	A	A	A	A
Tagus RE, S.A.				PCA			
Windhoek PEL 23 B.V.		A	A				
Windhoek PEL 28 B.V.		A	A				

PCA - Presidente do Conselho de Administração A - Administrador PCG - Presidente do Conselho de Gerência G - Gerente  
\* Para este efeito consideram-se incluídas no grupo Galp todas as empresas participadas direta ou indiretamente pela Galp.

## Fora do grupo Galp

### Paula Amorim

#### No grupo Américo Amorim

##### PORTUGAL

Presidente do Conselho de Administração da Amorim Holding II, SGPS, S.A.

Presidente do Conselho de Administração da Projeto Inverso, SGPS, S.A.

Presidente do Conselho de Administração da Amorim Negócios, SGPS, S.A.

Presidente do Conselho de Administração da Amorim Investimentos Energéticos, SGPS, S.A.

Presidente do Conselho de Administração da I.I. – Investimentos Ibéricos, SGPS, S.A.

Presidente do Conselho de Administração da Imoeuro, SGPS, S.A.  
Administradora da GREAT PRIME, S.A.

Vice-Presidente do Conselho de Administração da GAIVINA – Empreendimentos Turísticos e Imobiliários, S.A.

Vice-Presidente do Conselho de Administração da PORTAL DO SOL – Sociedade Imobiliária Amorim, S.A.

Administradora da STOCKPRICE, SGPS, S.A.

Presidente do Conselho de Administração do Alqueva Verde, S.A.

Administradora da AMORIM E ALEGRE - Sociedade Imobiliária, S.A.

Gerente da Sociedade Agroflorestal do Panasquinho, Lda.

##### HOLANDA

Diretora da Amorim Energia, B.V.

Diretora da Power Oil & Gas Investments, B.V.

Diretora da Investmark Holdings, B.V.

##### EUA

Presidente do Conselho de Administração da AHFB I, Inc.

Presidente do Conselho de Administração da DDM-B HOLDINGS, Inc.

Presidente do Conselho de Administração da AEHC-B HOLDINGS, Inc.

Presidente do Conselho de Administração da Amorim/TFI, Inc.

Administradora da Tom Ford International, LLC.

##### REINO UNIDO

Administradora da Platforme International Limited, Inc.

##### MOÇAMBIQUE

Presidente do Conselho de Administração da AGS – Moçambique, S.A.

#### No grupo Amorim

Presidente do Conselho de Administração da AMORIM – Investimentos e Participações, SGPS, S.A.

#### No grupo Amorim Luxury

Administradora única da Amorim Luxury, S.A.

Administradora única da Amorim Fashion, S.A.

Presidente do Conselho de Administração da Amorim Guedes de Sousa, S.A.

Gerente da Amorim Five, Lda.

Gerente da Amorim Guedes de Sousa II, Lda.

Gerente da Amorim Guedes de Sousa III, Lda.

#### Outros

Presidente do Conselho de Administração da Fundação Galp

### Miguel Athayde Marques

Vice-reitor da Universidade Católica Portuguesa

Professor da Universidade Católica Portuguesa, Faculdade de Ciências Económicas e Empresariais

Administrador não executivo independente da Brisa, Concessão Rodoviária, S.A.

Membro Comissão de Acompanhamento do Novo Banco, S.A.

Presidente da Associação de Antigos Alunos de Gestão e Economia da Universidade Católica Portuguesa

Membro do Conselho Científico-Pedagógico do Instituto Superior de Gestão Bancária (Associação Portuguesa de Bancos)

### Carlos Gomes da Silva

Presidente da Direção do ISPG – Instituto de Petróleo e Gás, Associação para a Investigação e Formação Avançada

Presidente da Direção da AEM – Associação de Empresas Emitentes de Valores Cotados em Mercado

Vogal do Conselho de Administração da Fundação Galp  
Vice-presidente da EPIS – Associação de Empresários pela  
Inclusão Social

## Filipe Crisóstomo Silva

Vogal da Direção do ISPG – Instituto de Petróleo e Gás, Associação  
para a Investigação e Formação Avançada

Vogal do Conselho de Administração da Fundação Galp

## Thore E. Kristiansen

Não aplicável

## Sérgio Gabrielli de Azevedo

Não aplicável

## Abdul Magid Osman

Presidente da Fundação do BIOFUND – Proteção da Biodiversidade

Presidente do Conselho de Administração de Épsilon  
Investimentos, S.A.

Presidente de Conselho de Administração do Banco Único

Presidente da mesa da Assembleia Geral da FDC – Fundação de  
Desenvolvimento Comunitário

## Marta Amorim

### No grupo Américo Amorim

#### PORTUGAL

Vice-presidente do Conselho de Administração da Amorim  
Holding II, SGPS, S.A.

Presidente do Conselho de Administração da Amorim Holding  
Financeira, SGPS, S.A.

Presidente do Conselho de Administração da Solfim SGPS, S.A.

Presidente do Conselho de Administração da Projeto Inverso,  
SGPS, S.A.

Vice-presidente do Conselho de Administração da Amorim  
Negócios, SGPS, S.A.

Vice-presidente do Conselho de Administração da I.I. –  
Investimentos Ibéricos, SGPS, S.A.

Vice-presidente do Conselho de Administração da Amorim  
Investimentos Energéticos, SGPS, S.A.

Presidente do Conselho de Administração da Gevisar, SGPS, S.A.

Vice-presidente do Conselho de Administração da IMOEURO,  
SGPS, S.A.

Presidente do Conselho de Administração da FINANCIMGEST –  
Sociedade de Consultoria de Gestão de Créditos, S.A.

Administradora da GREAT PRIME, S.A.

Presidente do Conselho de Administração da SOTOMAR –  
Empreendimentos Industriais e Imobiliários, S.A.

Administradora da LUSARES – Sociedade Imobiliária, S.A.

Presidente do Conselho de Administração da PORTAL DO SOL –  
Sociedade Imobiliária Amorim, S.A.

Presidente do Conselho de Administração da GAIVINA –  
Empreendimentos Turísticos e Imobiliários, S.A.

#### MOÇAMBIQUE

Administradora da AGROMOZ – Agribusiness de Moçambique, S.A.

#### HOLANDA

Administradora da Amorim Energia, B.V.

Administradora da Power Oil & Gas Investments, B.V.

Administradora da Angola Real Estate Investments, B.V.

Administradora da Topbreach Holding, B.V.

Administradora da Amorim Financial Sector, B.V.

Administradora da Amorim Aliança, B.V.

Administradora da Itacaré, B.V.

Administradora da Praia do Forte, B.V.

Administradora da Oil Investments, B.V.

Administradora da Investmark Holdings, B.V.

#### LUXEMBURGO

Administradora da Amorim Investments II, S.A.

Administradora da Amorim Investments V, S.A.

#### EUA

Administradora da AHFB I, Inc.

Administradora da AEHC-B Holdings, Inc.

Administradora da DDM-B Holdings, Inc.

Administradora da Amorim/TFI, Inc.

## **BRASIL**

Presidente do Conselho de Administração do Banco Luso-Brasileiro, S.A.

## **Outras**

Administradora da A.P.I. – Amorim Participações Internacionais, SGPS, S.A.

Presidente do Conselho de Administração da Paisagem do Alqueva, S.A.

Presidente do Conselho de Administração da S.S.A. – Sociedade de Serviços Agrícolas, S.A.

Presidente do Conselho de Administração da IMOBIS – Empreendimentos Imobiliários Amorim, S.A.

Presidente do Conselho de Administração da MOSTEIRO DE GRIJÓ – Empreendimentos Turísticos, S.A.

Presidente do Conselho de Administração da CASA DAS HERAS – Empreendimentos Turísticos, S.A.

Gerente da AMAROKA, LDA

## **Raquel Vunge**

Administradora no Banco Comercial Português e no Caixa Angola

## **Carlos Costa Pina**

Presidente do Conselho Científico e Tecnológico do ISPG – Instituto de Petróleo e Gás, Associação para a Investigação e Formação Avançada

Vice-presidente da Direção do BCSD Portugal – Conselho Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável

Vogal da Direção da APQuímica – Associação Portuguesa da Química, Petroquímica e Refinação

Membro do Conselho de Administração da Fundação Portugal – África

Membro do Conselho Geral do IPCG – Instituto Português de *Corporate Governance*

Membro do Conselho Geral do EGP Porto Business School

Administrador do EPRA – European Petroleum Industry Association (FuelsEurope e Concawe)

Membro do Conselho de Fundadores da Fundação de Casa da Música

Presidente da mesa da Assembleia Geral da APEEN – Associação Portuguesa para a Economia da Energia

Membro do Conselho Fiscal do IDEFF – Instituto de Direito Económico, Financeiro e Fiscal

Presidente do Conselho de Revisor de Contas da Fundação Res Publica

Membro do Conselho Consultivo da APDC – Associação Portuguesa para o Desenvolvimento das Comunicações

Vice-presidente da Direção da CCPM – Câmara de Comércio Portugal-Moçambique

Membro do Conselho Estratégico da Câmara de Comércio e Indústria Portugal-Costa do Marfim

## **Francisco Teixeira Rêgo**

### **No grupo Américo Amorim**

Vice-presidente do Conselho de Administração da Amorim Holding II – SGPS, S.A.

Vice-presidente do Conselho de Administração da Amorim Holding Financeira, SGPS, S.A.

Vice-presidente do Conselho de Administração da Solfim, SGPS, S.A.

Administrador da Amorim Negócios – SGPS, S.A.

Administrador da Projeto Inverso, SGPS, S.A.

Administrador da Amorim Investimentos Energéticos, SGPS, S.A.

Administrador da Gevisar – SGPS, S.A.

Administrador da Financimgest – Sociedade de Consultoria e Gestão de Créditos, S.A.

Administrador da Imoeuro, SGPS, S.A.

Administrador da Gaivina, Empreendimentos Turísticos e Imobiliários, S.A.

Administrador da Portal do Sol – Sociedade Imobiliárias Amorim, S.A.

Administrador da SOTOMAR – Empreendimentos Industriais e Imobiliários, S.A.

Administrador da Vintage Prime – SGPS, S.A.

Presidente do Conselho de Administração na SF Plus, S.A.

Administrador na AGROMOZ Agrobusiness de Moçambique, S.A.

Administrador da AGS – Moçambique, S.A.

Administrador da Angola Real Estate Investments, B.V.  
 Administrador da Topbreach Holding, B.V.  
 Administrador da Amorim Financial Sector, B.V.  
 Administrador da Amorim Aliança, B.V.  
 Administrador da Amorim Energia, B.V.  
 Administrador da Itacaré, B.V.  
 Administrador da Praia do Forte, B.V.  
 Administrador da Oil Investments, B.V.  
 Administrador da Amorim Investments II, S.A.  
 Administrador da Amorim Investments V, S.A.  
 Suplente da Presidente do Conselho de Administração do Banco Luso-Brasileiro, S.A.

### Outros

Presidente do Conselho de Administração da Moreira, Gomes & Costas, S.A.  
 Presidente do Conselho de Administração da FRGALB – Investments, S.A.  
 Vice-presidente do Conselho Fiscal da ANTRON – Associação Nacional de Transportadores Rodoviários de Pesados de Passageiros  
 Administrador da Época Global, SGPS, S.A.  
 Administrador da Actual, SGPS, S.A.  
 Administrador da Cardan Grande Porto, S.A.  
 Gerente da Agência de Viagens Sandinense, Lda.  
 Vice-presidente na LUYNES – Investimentos, S.A.

## Jorge Seabra de Freitas

### No grupo Américo Amorim

Administrador da Amorim Energia, B.V.  
 Vogal do Conselho de Administração da Amorim Holding II, SGPS, S.A.  
 Vogal do Conselho de Administração da Solfim SGPS, S.A.  
 Vogal do Conselho de Administração da Amorim Financial, SGPS, S.A.  
 Vogal do Conselho de Administração da Amorim Holding Financeira, SGPS, S.A.  
 Vogal do Conselho de Administração da Amorim Negócios, SGPS, S.A.

Vogal do Conselho de Administração da Amorim Projetos, SGPS, S.A.  
 Vogal do Conselho de Administração da II – Investimentos Ibéricos, SGPS, S.A.  
 Vogal do Conselho de Administração da Financimgest – Sociedade de Consultoria de Gestão de Créditos, S.A.  
 Vogal do Conselho de Administração da AGS – Moçambique, S.A.  
 Presidente do Conselho de Administração da Agromoz – Agribusiness de Moçambique, S.A.  
 Administrador da Angola Real Estate Investments B.V.  
 Administrador da Topbreach Holding B.V.  
 Administrador da Amorim Financial Sector B.V.  
 Administrador da Amorim Aliança B.V.  
 Administrador da Power Oil & Gas Investments B.V.  
 Administrador da Ligardis Holding B.V.  
 Administrador da Itacaré, B.V.  
 Administrador da Praia do Forte B.V.  
 Administrador da Oil Investments B.V.  
 Administrador da Amorim Investments II, S.A.  
 Administrador da Amorim Investments V, S.A.  
 Administrador da AHFB I, INC.  
 Administrador da Amorim/TFI, INC.  
 Vogal do Conselho de Administração da Sotomar – Empreendimentos Industriais e Imobiliários, S.A.  
 Vogal do Conselho de Administração da Portal do Sol – Sociedade Imobiliária Amorim, S.A.  
 Vogal do Conselho de Administração da Lusares – Sociedade Imobiliária, S.A.

### Outros

Conselheiro do Banco Luso-Brasileiro, S.A.  
 Vogal do Conselho de Administração do Banco Único, S.A.

## José Carlos Silva

### Fora do grupo Galp

Vogal do Conselho Científico e Tecnológico do ISPG – Instituto de Petróleo e Gás, Associação para a Investigação e Formação Avançada

## Pedro Ricardo

Vogal do Conselho Científico e Tecnológico do ISPG – Instituto de Petróleo e Gás, Associação para a Investigação e Formação Avançada

Presidente da Direção da AGN – Associação Portuguesa de Empresas de Gás Natural

## Tiago Câmara Pestana

Vogal do Conselho Científico e Tecnológico do ISPG – Instituto de Petróleo e Gás, Associação para a Investigação e Formação Avançada

Presidente da Direção da APETRO – Associação Portuguesa de Empresas Petrolífera

## Rui Paulo Gonçalves

### No grupo Américo Amorim

Administrador e diretor-geral da Amorim Investimentos Energéticos, SGPS, S.A.

Administrador da Amorim Energia, B.V.

Presidente da mesa da Assembleia Geral da Amorim Holding II, SGPS, S.A.

### Outros

Vice-presidente da mesa da Assembleia Geral do Banco Único, S.A.

## Luís Todo Bom

Sócio-gerente da Terfran – Investimentos e Serviços, Lda.

Sócio-gerente da Angopartners Investments Consulting, Lda.

Presidente não executivo do Conselho de Administração da Multitel Angola–Serviços de Telecomunicações, Lda.

Administrador não executivo da Onyria SGPS e da Onyria Internacional, S.A. (grupo Onyria)

Professor convidado da Universidade Europeia

## Diogo Tavares

Administrador não executivo da upK – Gestão de Facilities e Manutenção, S.A.

## Joaquim Borges Gouveia

Professor catedrático aposentado do Departamento de Economia, Gestão, Engenharia Industrial e Turismo da Universidade de Aveiro

Presidente da Direção da APM – Associação Portuguesa de Management

Presidente da Assembleia Geral da RNAE – Rede Nacional das Agências de Energia e Ambiente

Presidente do Conselho de Administração da ENERGAIA, Agência Municipal de Energia de Vila Nova de Gaia

Vogal do Conselho de Administração da ABAP/BIOCANT

## Conselho Fiscal

### Daniel Bessa

Presidente do Conselho Fiscal da Fundação Galp

Presidente do Conselho Fiscal da Galp Gás Natural Distribuição, S.A.

Presidente do Conselho Fiscal da Sonae, SGPS, S.A.

Presidente do Conselho Fiscal da Bial – Portela e Companhia, S.A.

Administrador não executivo da Amorim Turismo, SGPS, S.A.

Administrador não executivo da AEGI – Amorim Entertainment e Gaming International, SGPS, S.A.

Administrador não executivo da Sociedade Figueira Praia, S.A.

Presidente da Mesa da Assembleia Geral da Amkor Technology Portugal, S.A.

Vogal do Conselho de Administração e da Comissão Executiva da Fundação Bial

Membro do Comité de Investimentos do PPCI – Portuguese

Venture Capital Initiative (entidade participada pelo grupo BEI, através do FEI – Fundo Europeu de Investimentos)

### Gracinda Raposo

Vogal do Conselho Fiscal da Fundação Galp

Administradora não executiva da Tagusgás – Empresa de Gás do Vale do Tejo, S.A.

Administradora da ECS-Capital – Sociedade Gestora de Fundos de Private Equity e Distress Funds

## Pedro Antunes de Almeida

Vogal do Conselho Fiscal da Fundação Galp

Vogal do Conselho Fiscal da Galp Gás Natural Distribuição, S.A.

Presidente do Conselho Fiscal da Fidelidade Seguros

Presidente não executivo do Conselho de Administração do grupo NAU Hotels & Resorts

## Amável Calhau

Membro suplente do Conselho Fiscal da Fundação Galp

Membro suplente do Conselho Fiscal da Galp Gás Natural Distribuição, S.A.

Membro do órgão de fiscalização de diversas empresas

## Comissão de Remunerações

### Jorge Armindo de Carvalho Teixeira

Membro do Conselho de Administração da Amorim – Entertainment e Gaming Internacional, SGPS, S.A.

Membro do Conselho de Administração da Amorim Turismo, SGPS, S.A.

Membro do Conselho de Administração da BLUE & GREEN – Serviços e Gestão, S.A.

Membro do Conselho de Administração da BI&Gr, S.A.

Membro do Conselho de Administração do CHT – Casino Hotel de Tróia, S.A.

Membro do Conselho de Administração da ELEVEN – Restauração e Catering, S.A.

Membro do Conselho de Administração da Estoril Sol, SGPS, S.A.

Membro do Conselho de Administração da Fozpatrimónio, S.A.

Membro do Conselho de Administração da Fundação do Alto da Lixa, S.A.

Membro do Conselho de Administração da Goldtur – Hotéis e Turismo, S.A.

Membro do Conselho de Administração da Grano Salis – Inv. Turísticos, Jogo e Lazer, S.A.

Membro do Conselho de Administração da Grano Salis II – Investimentos Turísticos e de Lazer, S.A.

Membro do Conselho de Administração do Hotel Turismo, S.A.R.L.

Membro do Conselho de Administração da Iberpartners – Gestão e Reestruturação de Empresas, S.A.

Membro do Conselho de Administração da Iberpartners Cafés, SGPS, S.A.

Membro do Conselho de Administração da Imofoz, S.A.

Membro do Conselho de Administração da Mobis Hotéis de Moçambique, S.A.R.L.

Membro do Conselho de Administração da Newcoffee - Indústria Torrefatora de Cafés, S.A.

Membro do Conselho de Administração da Notel – Empreendimentos Turísticos, S.A.R.L.

Membro do Conselho de Administração da Prifalésia – Construção e Gestão de Hotéis, S.A.

Membro do Conselho de Administração da SGGHM – Sociedade Geral de Hotéis de Moçambique, S.A.

Membro do Conselho de Administração da Sociedade Figueira Praia, S.A.

Membro do Conselho de Administração da SPIGH – Sociedade Portuguesa de Investimentos e Gestão Hoteleira, S.A.

Membro do Conselho de Administração da Troia Península Investimentos, SGPS, S.A.

Membro do Conselho de Administração da Turyleader, SGPS, S.A.

Membro da Direção Executiva da AHP – Associação da Hotelaria de Portugal

Vice-presidente da APC – Associação Portuguesa de Casinos

Vice-presidente do Conselho Diretivo da CTP – Confederação do Turismo Português

Presidente do Conselho Fiscal da APR – Associação Portuguesa de Resorts

### Joaquim Alberto Hierro Lopes

Membro do Conselho de Administração da GED Partners, SL

Membro do Conselho de Administração da Capital Promoción Empresarial del Sur, S.A.

Membro do Conselho de Administração da GED Capital Development, S.A.

Membro do Conselho de Administração da GED Iberian Private Equity, S.A.

Membro das Comissões de Investimento de todos os Fundos da GED

Presidente do Conselho de Administração da FASE-Estudios e Projectos, S.A.

Membro do Conselho de Administração da Serlima Services, S.A.

Presidente do Conselho de Direção do ISAG – Instituto Superior de Administração e Gestão

## 9.11.

# Glossário e abreviaturas

## Glossário

### Absentismo

Rácio entre o número de horas de trabalho perdidas por ausência e o potencial máximo anual de horas trabalháveis (número de trabalhadores x 21 dias x 11 meses x 8 horas).

### CO<sub>2</sub>

Dióxido de carbono, gás incolor e mais pesado do que o ar, sendo um dos seus componentes naturais. É produzido por certos processos naturais, como o ciclo do carbono, e pela combustão completa do carbono contido nos combustíveis fósseis.

### Cogeração

Tecnologia de geração de energia que permite a produção combinada de calor e de eletricidade. A vantagem da cogeração é a capacidade que tem de reaproveitar o calor produzido pela queima do combustível, para geração de energia térmica para, por sua vez, a geração de eletricidade. Este processo permite que a mesma instalação satisfaça as necessidades de calor (água quente ou vapor) e de eletricidade, tanto de clientes industriais, como de aglomerações urbanas. Este sistema melhora a eficiência energética do processo de geração e reduz a utilização de combustível.

### Complexidade

A complexidade de uma refinaria é a capacidade de esta processar petróleo bruto e outras matérias-primas e é medida através do índice de complexidade, calculado separadamente por diferentes organizações do sector, como os consultores para o sector da energia Solomon Associates e Nelson. O índice de complexidade de uma refinaria é calculado através da atribuição de um fator de complexidade a cada uma das unidades da refinaria, que se baseia sobretudo no nível de tecnologia utilizado na construção da unidade, tomando como referência uma instalação de destilação primária de petróleo bruto a que é atribuído um fator de complexidade de 1,0. O índice de complexidade de cada unidade é calculado através da multiplicação do fator de complexidade da unidade pela capacidade da unidade. A complexidade de uma refinaria é equivalente à média ponderada do índice de complexidade de cada uma das suas unidades, incluindo a unidade de destilação. Uma refinaria com um índice de complexidade de 10,0 é considerada 10 vezes mais complexa do que uma refinaria equipada apenas com destilação

atmosférica de petróleo bruto, para a mesma quantidade de produto processado.

### Condensados

Hidrocarbonetos que, armazenados nas respetivas jazidas, se encontram no estado gasoso, mas que à superfície se tornam líquidos em condições normais de pressão e temperatura. Trata-se, essencialmente, de pentano e de outros produtos mais pesados.

### Conversão

Conjunto de vários tratamentos (catalíticos ou térmicos) cuja reação principal se efetua sobre as ligações de carbono, podendo esta ser mais ou menos profunda em função das condições impostas. Este processo está tipicamente associado à conversão do fuelóleo em frações mais leves (gasóleos, gasolinas e gases) e que são mais nobres do ponto de vista da sua utilização. Numa refinaria moderna, estes processos têm uma importância crescente.

### Cracking

Transformação por rotura das moléculas de hidrocarbonetos de cadeias longas, com o objetivo de se obterem moléculas de cadeias mais curtas, aumentando, assim, a proporção dos produtos mais leves e voláteis. Distinguem-se o *cracking* térmico e o *cracking* catalítico. O *cracking* térmico é realizado apenas pela ação do calor e da pressão. O *cracking* catalítico utiliza catalisadores que permitem, a igual temperatura, a transformação mais profunda e mais seletiva de frações que podem ser mais pesadas.

### Dated Brent

Preço de remessas de Brent conforme anunciado pelas agências de fixação de preços. É o preço de referência para a grande maioria dos petróleos brutos vendidos na Europa, em África e no Médio Oriente, e é uma das referências mais importantes para os preços do mercado *spot*. O *dated Brent* é o petróleo bruto leve do mar do Norte que, desde julho de 2006, incorpora as ramas Fortis e Oseberg. Este cabaz de crude tem uma densidade API média aproximada de 38,9°.

### Densidade API

Densidade expressa em graus API, definida pelo American Petroleum Institute, pela seguinte fórmula:  $API^{\circ} = (141,5/g) - 131,5$ , em que g é a densidade do petróleo a 60 °F (15,6 °C). É utilizada internacionalmente para determinar a densidade do petróleo bruto. Quanto maior for a densidade API, mais leve será o petróleo bruto.

## Destilação

Método de separação de substâncias (líquidas ou sólidas) por vaporização seguida de condensação. A destilação pode ser efetuada à pressão atmosférica ou no vácuo, consoante o produto final a obter. Deste processo, resultam os produtos destilados.

### Destilação atmosférica

Destilação do petróleo bruto efetuada à pressão atmosférica, da qual resultam frações petrolíferas (gasolina leve, gasolina pesada, gasóleos e produtos pesados, por exemplo). Após tratamento adequado, estas frações são os componentes dos produtos acabados.

## Emissões

Libertação de gases para a atmosfera. No contexto das alterações climáticas globais, os gases libertados incluem gases capazes de alterar o clima, os chamados GEE. Um exemplo típico de emissão é a libertação de CO<sub>2</sub> durante a queima de combustível.

### Emissões diretas (A1)

Podem ser controladas diretamente pela empresa e dizem respeito a emissões devido a consumos de combustível em instalações próprias: fornos, geradores de calor ou vapor, carros da organização.

### Emissões indiretas (A2)

São consequência da atividade da empresa mas utilizam recursos de outra organização: utilização de eletricidade da rede, calor ou vapor, produzidos em instalações não-próprias.

### Emissões indiretas (A3)

Emissões devidas a consumos de combustível em instalações não-próprias da empresa: carros alugados, aviões, incineração de resíduos, atividades logísticas, serviços.

## Energia eólica

Energia cinética – isto é, gerada através do movimento – que se obtém da deslocação do ar, ou seja, do vento. Pode ser convertida em energia mecânica para o acionamento de bombas, de moinhos e de geradores de energia elétrica.

## Energia renovável

Energia disponível a partir de processos de conversão energética permanentes e naturais e economicamente exploráveis nas condições atuais ou num futuro previsível.

### FPSO

Uma unidade *floating, production, storage and offloading*, ou unidade flutuante de produção, armazenagem e transferência, é um sistema flutuante de produção, construído com base em estrutura de navio, dotado de capacidade de processamento da produção de petróleo e gás natural, armazenamento de líquido e transferência de petróleo para navios aliviadores.

### FLNG

Uma unidade flutuante de gás natural liquefeito é um sistema de liquefação de gás natural, construído com base em estrutura de navio, dotado de capacidade de produção, liquefação e armazenamento de gás natural líquido. O produto armazenado é escoado via transferência para navios metaneiros.

### Fuelóleo

Mistura de hidrocarbonetos destinada à queima num forno ou caldeira para a geração de calor ou usado num motor para a geração de energia. Há vários tipos de fuelóleo, em função da viscosidade, a qual condiciona a utilização dos mesmos.

### Gás de petróleo liquefeito (GPL)

Hidrocarbonetos gasosos, nas condições normais de temperatura e de pressão, e líquidos, por elevação da pressão ou por redução da temperatura, cujo transporte e armazenamento são permitidos. Os mais comuns são o propano e o butano.

### Gás natural

Mistura de hidrocarbonetos leves encontrada no subsolo, na qual o metano tem uma participação superior a 70% em volume. A composição do gás natural pode variar em função do campo em que é produzido e dos processos de produção, condicionamento, processamento e transporte.

## Gás natural liquefeito (GNL)

Gás natural que é passado para o estado líquido para facilitar o transporte. A liquefação é operada por redução da temperatura do gás, à pressão atmosférica, para valores inferiores a -160 °C. O volume do GNL é de aproximadamente 1/600 do volume do gás natural.

### Gasóleo

Mistura de hidrocarbonetos líquidos destinada à alimentação dos motores de ignição por compressão (ciclo Diesel). O comportamento do gasóleo depende das temperaturas a que é utilizado.

### Gasolina

Combustível para automóveis equipados com motores que utilizam o ciclo Otto. Deve satisfazer especificações precisas quanto às suas características físicas e químicas, das quais a mais importante é a resistência à autoinflamação.

### Hydrocracking

Processo de *cracking* com a utilização de hidrogénio e sob a ação de catalisadores que permite converter frações petrolíferas com elevado ponto de ebulição e pouco valorizadas em frações leves e mais valorizadas. O hidrogénio permite trabalhar a temperaturas inferiores e com maior seletividade e, portanto, com melhores rendimentos. Os produtos da reação são compostos saturados, o que lhes confere características importantes de estabilidade.

### ICE

A Intercontinental Exchange, Inc., ou ICE, é uma empresa norte-americana que opera mercados virtuais, nos quais se transacionam contratos de futuros e contratos OTC sobre energia e *commodities*, assim como outros produtos derivados financeiros.

### Jet fuel

Combustível para motores a jato utilizados na aviação.

### Lubrificantes

Produtos obtidos por mistura de um ou mais óleos-base e aditivos. Este processo obedece a formulações específicas, em função da utilização do lubrificante. A percentagem de aditivos nos óleos lubrificantes chega a atingir 40%. Os óleos lubrificantes têm três grandes utilizações: automóveis, indústria e marinha.

## Margem de refinação benchmark

A margem de refinação benchmark é calculada com a seguinte ponderação: 45% margem *hydrocracking* + 42,5% margem *cracking* + 7% Óleos Base + 5,5% Aromáticos.

### Margem *hydrocracking* de Roterdão

A margem *hydrocracking* de Roterdão é composta pelo seguinte perfil: -100% Brent dated, +2,2% GPL FOB Seagoing (50% Butano+ 50% Propano), +19,1% EuroBob NWE FOB Bg, +8,7% Nafta NWE FOB Bg, +8,5% Jet NWE CIF, +45,1% ULSD 10 ppm NWE CIF, +9,0% LSFO 1% FOB Cg; C&Q: 7,4%; Taxa de terminal: \$1/ton; Quebras oceânicas: 0,15% sobre o Brent; Frete 2017: WS Aframax (80 kts) Rota Sullom Voe/Roterdão - Raso \$7,59/ton. Rendimentos mássicos.

### Margem *cracking* de Roterdão

A margem *cracking* de Roterdão é composta pelo seguinte perfil: -100% Brent dated, +2,3% GPL FOB Seagoing (50% Butano+ 50% Propano), +25,4% EuroBob NWE FOB Bg, +7,5% Nafta NWE FOB Bg, +8,5% Jet NWE CIF, +33,3% ULSD 10 ppm NWE CIF, +15,3% LSFO 1% FOB Cg; C&Q: 7,7%; Taxa de terminal: \$1/ton; Quebras oceânicas: 0,15% sobre o Brent; Frete 2017: WS Aframax (80 kts) Rota Sullom Voe/Roterdão - Raso \$7,59/ton. Rendimentos mássicos.

### Margem óleos-base de Roterdão

A margem óleos-base de Roterdão é composta pelo seguinte perfil: -100% Arabian Light, +3,5% GPL FOB Seagoing (50% Butano+ 50% Propano), +13% Nafta NWE FOB Bg, +4,4% Jet NWE CIF, +34% ULSD 10 ppm NWE CIF, +4,5% VGO 1,6% NWE FOB Cg, +14% Óleos Base FOB, +26% HSFO 3,5% NWE Bg; Consumos: -6,8% LSFO 1% CIF NWE.; C&Q: 7,4%; Taxa de terminal: \$1/ton; Quebras oceânicas: 0,15% sobre o Arabian Light; Frete 2017: WS Aframax (80 kts) Rota Sullom Voe/Roterdão - Raso \$7,59/ton. Rendimentos mássicos.

### Margem aromáticos de Roterdão

A margem aromáticos de Roterdão é composta pelo seguinte perfil: -60% EuroBob NWE FOB Bg, -40% Nafta NWE FOB Bg, +37% Nafta NWE FOB Bg, +16,5% EuroBob NWE FOB Bg, +6,5% Benzeno Roterdão FOB Bg, +18,5% Tolueno Roterdão FOB Bg, +16,6% Paraxileno Roterdão FOB Bg, +4,9% Ortoxileno Roterdão FOB Bg; Consumos: -18% LSFO 1% CIF NEW. Rendimentos mássicos.

## Mercado spot

Designação, relativa a mercadorias como o petróleo, utilizada para descrever o comércio internacional em cargas únicas de expedição de mercadorias, tais como o petróleo bruto, cujos preços acompanham de perto a respetiva procura e disponibilidade.

## Nafta

Fração petrolífera que se situa entre os gases e o petróleo. É também uma matéria-prima da indústria petroquímica, cujo *cracking* fornece uma grande variedade de produtos. Pode ainda entrar na composição das gasolinas para motor (nafta leve) ou servir, no caso da nafta pesada, de matéria-prima para a produção de reformado.

## Parque de armazenagem

Instalação utilizada por empresas gestoras de oleodutos principais e coletores, produtores de crude e operadores de terminais (exceto refinarias) para armazenamento de crude e de produtos petrolíferos.

## Parque eólico

Conjunto de aerogeradores para produção de energia elétrica interligados num sistema de rede comum através de um sistema de transformadores, linhas de distribuição e, habitualmente, uma subestação. As funções de exploração, controlo e manutenção são normalmente centralizadas através de um sistema informático de monitorização, complementado por inspeção visual.

## Produção net entitlement

Porcentagem da produção detida sobre os direitos de exploração e produção de hidrocarbonetos de determinada concessão, após o efeito dos contratos de partilha de produção.

## Produção working interest

Porcentagem da produção detida sobre os direitos de exploração e produção de hidrocarbonetos de determinada concessão, antes do efeito dos contratos de partilha de produção.

## Recursos contingentes

De acordo com as definições aprovadas pela Society of Petroleum Engineers (SPE) e pelo World Petroleum Council (WPC), recursos contingentes são quantidades de petróleo e gás estimadas, numa determinada data, como sendo potencialmente recuperáveis a partir de jazidas conhecidas, mas que ainda não

são comercialmente recuperáveis. Isto pode verificar-se por várias razões como, por exemplo, as relacionadas com a maturidade do projeto (a descoberta precisa de mais avaliações no sentido de suportar o plano de desenvolvimento), as tecnológicas (é necessário desenvolver e testar nova tecnologia que permita explorar comercialmente as quantidades) ou as de mercado (os contratos de venda ainda não estão em vigor ou é necessário instalar infraestruturas para levar o produto até aos clientes). Os recursos contingentes 2C são aqueles calculados com base na melhor estimativa (*best estimate*), enquanto os recursos contingentes 3C correspondem à mais elevada estimativa (*high estimate*), refletindo, portanto, um grau de incerteza mais elevado. As quantidades classificadas como recursos contingentes não podem ser consideradas reservas.

## Recursos prospetivos

Recursos prospetivos referem-se a quantidades de petróleo e gás estimadas, numa determinada data, como sendo potencialmente recuperáveis a partir de jazidas desconhecidas, pela aplicação de projetos de desenvolvimento futuro. A estimativa dos volumes de determinado prospecto está sujeita a incertezas comerciais e tecnológicas. Os recursos prospetivos *mean estimate risked* têm subjacentes um maior grau de certeza que os recursos prospetivos *mean unrisked estimate*. As quantidades classificadas nesta categoria não podem ser consideradas reservas, nem recursos contingentes.

## Refinaria

Instalação onde se realizam os processos industriais destinados a transformar o petróleo bruto em produtos adaptados às necessidades dos consumidores (combustíveis, lubrificantes, betumes etc.) ou em matérias-primas para outras indústrias ditas de «segunda geração» (por exemplo, indústria petroquímica).

## Reservas provadas (1P)

De acordo com as definições aprovadas pela SPE e pelo WPC, as reservas provadas são as quantidades de petróleo e gás que, por análise dos dados geológicos e de engenharia, podem ser estimadas com certeza razoável como sendo, a partir de uma determinada data, comercialmente recuperáveis de jazidas conhecidas e nas atuais condições económicas, métodos operacionais e regulamentos governamentais. No caso de ser utilizada metodologia determinística, o termo «certeza razoável» destina-se a exprimir um elevado grau de confiança na recuperação das quantidades. No caso de ser utilizada metodologia probabilística, deverá existir uma probabilidade mínima de 90% de as quantidades recuperadas, de facto, serem iguais à estimativa ou de a excederem. A definição das condições económicas atuais deve incluir preços históricos do petróleo e os

custos associados. Normalmente, as reservas são consideradas provadas se a capacidade de produção da jazida for suportada pela produção atual ou por testes de formação. Neste contexto, o termo «provada» refere-se às quantidades reais de reservas de petróleo e gás e não apenas à produtividade do poço ou jazida. A área da jazida considerada como provada inclui: (1) a área delimitada por perfuração e definida por contactos fluidos, se aplicável, e; (2) as partes não-perfuradas de reservatório que podem ser razoavelmente consideradas comercialmente produtivas com base nos dados geológicos e de engenharia disponíveis. As reservas podem ser classificadas como provadas se as instalações de processamento e transporte dessas reservas para o mercado se encontrarem operacionais no momento da estimativa ou se houver uma expectativa razoável de essas instalações virem a ser criadas.

### Reservas provadas e prováveis (2P)

As reservas 2P correspondem à soma das reservas provadas (1P) e prováveis. De acordo com as definições aprovadas pela SPE e pelo WPC, as reservas prováveis são uma categoria de reservas não-provadas. As reservas não-provadas baseiam-se em dados geológicos ou de engenharia semelhantes aos utilizados nos cálculos das reservas provadas, mas em relação aos quais incertezas técnicas, contratuais, económicas ou reguladoras impedem que essas reservas sejam classificadas como provadas. As reservas prováveis são as quantidades de petróleo que, por análise dos dados geológicos e de engenharia, têm menor probabilidade de ser recuperadas do que as reservas provadas, mas maior probabilidade do que as reservas possíveis. No caso de ser utilizada metodologia probabilística, deverá existir uma probabilidade mínima de 50% de as quantidades recuperadas serem, de facto, iguais à estimativa 2P ou de a excederem.

### Reservas provadas, prováveis e possíveis (3P)

As reservas 3P correspondem à soma das reservas provadas, prováveis e possíveis. De acordo com as definições aprovadas pela SPE e pelo WPC, as reservas possíveis são uma categoria de reservas não-provadas. As reservas não-provadas baseiam-se em dados geológicos ou de engenharia semelhantes aos utilizados nos cálculos das reservas provadas, mas em relação aos quais incertezas técnicas, contratuais, económicas ou reguladoras impedem que essas reservas sejam classificadas como provadas. As reservas possíveis têm uma probabilidade de recuperação menor do que as reservas prováveis. No caso de ser utilizada metodologia probabilística, deverá existir uma probabilidade mínima de 10% de as quantidades recuperadas serem, de facto, iguais à estimativa 3P ou de a excederem.

### Replacement Cost (RC)

De acordo com este método, o custo das mercadorias vendidas é avaliado a *replacement cost*, isto é, à média do custo das matérias-primas no mês em que as vendas se realizam e independentemente das existências detidas no início ou no fim dos períodos. O *replacement cost* não é um critério aceite pelas IFRS, não sendo consequentemente adotado para efeitos de avaliação de existências e não refletindo o custo de substituição de outros ativos.

### Replacement Cost Ajustado (RCA)

Além da utilização da metodologia *replacement cost*, os itens RCA excluem determinados eventos de caráter não recorrente, tais como ganhos ou perdas na alienação de ativos, imparidades ou reposições de imobilizado e provisões ambientais ou de reestruturação, que podem afetar a análise dos resultados da empresa e que não traduzem o seu desempenho operacional regular.

### Sísmica

A aquisição sísmica envolve a geração e captação de dados sísmicos através de um emissor e de uma fonte. As fontes de energia sísmica podem ser unidades vibradoras, dinamite ou canhões de ar comprimido onde são emitidas ondas acústicas ou elásticas que se propagam pelo interior da Terra, onde são refletidas e refratadas nas interfaces que separam as rochas de diferentes constituições petrofísicas, e retornam à superfície para serem captadas como dados sísmicos. O recetor pode incluir diferentes configurações, tais como a disposição de geofones ou sismómetros na superfície terrestre ou fundo do mar, arrastando os hidrofones com a ajuda de um navio, suspendendo-os verticalmente no mar ou posicionando-os no interior do poço (sísmica de perfil vertical) para que possam receber o sinal sísmico.

### Social Return on Investment (SROI)

Análise custo-benefício do valor social gerado pela intervenção de uma organização. Esta ferramenta de avaliação do impacto social compara o valor social gerado pela intervenção com a despesa necessária para este benefício, através de um rácio entre o valor atual líquido dos benefícios e o valor atual líquido do investimento.

## Abreviaturas, acrónimos e siglas

<b>ADC:</b> acordos de operação conjunta	<b>CITE:</b> Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego	<b>Ebit:</b> <i>earnings before interest and taxes</i> ; ou seja, resultados antes de juros e impostos
<b>AIASS:</b> avaliação de impacto ambiental, social e de saúde	<b>CLCM:</b> Companhia Logística de Combustíveis da Madeira, S.A.	<b>Ebitda:</b> <i>earnings before interest, taxes, depreciation and amortization</i> ; ou seja, resultados antes de juros, impostos, depreciações e amortizações
<b>AIAS:</b> avaliações de impacto ambiental e social	<b>CMP:</b> custo médio ponderado	<b>EMPL:</b> Europe-Maghreb Pipeline
<b>AIP:</b> acordos de individualização da produção	<b>CMVM:</b> Comissão do Mercado de Valores Mobiliários.	<b>EMTN:</b> Euro Medium Term Note; ou seja, Programa de Emissão de Títulos a Médio Prazo
<b>Amorim Energia:</b> Amorim Energia, B.V.	<b>CNPC:</b> China National Petroleum Corporation	<b>ENH:</b> Empresa Nacional de Hidrocarbonetos
<b>ANEFA:</b> Associação Nacional de Empresas Florestais, Agrícolas e do Ambiente (Portugal)	<b>CNPD:</b> Comissão Nacional de Proteção de Dados	<b>Eni:</b> Eni, S.p.A.
<b>ANP:</b> Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (Brasil)	<b>CO<sub>2</sub>:</b> dióxido de carbono	<b>EPCIC:</b> Engenharia, Aprovisionamento, Construção, Instalação e Comissionamento
<b>APCER:</b> Associação Portuguesa de Certificação	<b>COFINS:</b> Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Brasil)	<b>ERSE:</b> Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos
<b>AQS:</b> Ambiente, Qualidade e Segurança	<b>CONCAWE:</b> Conservation of Clean Air and Water in Europe	<b>ERU:</b> <i>Emission Reduction Units</i>
<b>AQSS:</b> Ambiente, Qualidade, Segurança e Sustentabilidade	<b>COO:</b> <i>chief operating officer</i>	<b>ESCO:</b> Energy Service Company; ou seja, Contratos de Performance Energética
<b>b.p.:</b> <i>basis points</i> ; ou seja, pontos-base	<b>COOPVAL:</b> Cooperativa Agrícola dos Fruticultores do Cadaval	<b>EUA:</b> Estados Unidos da América
<b>bbl:</b> barril de petróleo	<b>COSO:</b> Committee of Sponsoring Organisations of the Treadway Commission	<b>EUA:</b> <i>emission unit allowances</i>
<b>BBLT:</b> Benguela-Belize-Lobito-Tomboco	<b>CRO:</b> <i>chief risk officer</i>	<b>EUR (ou €):</b> Euro
<b>bcm:</b> mil milhões de metros cúbicos	<b>CSC:</b> Código das Sociedades Comerciais	<b>EWT:</b> <i>extended well test</i> ; ou seja, teste de longa duração
<b>BlackRock:</b> BlackRock, Inc.	<b>CTA:</b> <i>Cumulative Translation Adjustment</i>	<b>FASB:</b> Financial Accounting Standards Board
<b>bn:</b> <i>billion</i> ; ou seja, mil milhões	<b>CUR:</b> comercializadores de último recurso	<b>FAME:</b> <i>fatty acid methyl ester</i>
<b>boe:</b> barril de petróleo equivalente	<b>CURG:</b> comercializador de último recurso grossista	<b>FCC:</b> <i>fluid catalytic cracking</i>
<b>BRL (ou R\$):</b> reais do Brasil	<b>CURR:</b> comercializadores de último recurso retalhistas	<b>FCF:</b> <i>free cash flow</i>
<b>BSEE:</b> Bureau of Safety and Environmental Enforcement	<b>CVM:</b> Código dos Valores Mobiliários	<b>FCT:</b> Fundação para a Ciência e Tecnologia
<b>C&amp;Q:</b> consumos e quebras	<b>CWT:</b> <i>complexity weighted tonne</i>	<b>FID:</b> <i>final investment decision</i> ; ou seja, decisão final de investimento
<b>CEC:</b> Comissão de Ética e Conduta	<b>DCF:</b> <i>discounted cash flow</i> ; ou seja, fluxos de caixa descontados	<b>FLNG:</b> <i>floating, liquefied natural gas</i> ; ou seja, unidade de liquefação de gás natural flutuante.
<b>CELE:</b> Comércio Europeu de Licenças de Emissão	<b>DeMac:</b> DeGolyer and MacNaughton	<b>FPSO:</b> <i>floating, production, storage and offloading</i> ; ou seja, unidade flutuante de produção, armazenagem e transferência
<b>CEO:</b> <i>chief executive officer</i>	<b>DERI:</b> Direção de Estratégia e Relações com Investidores	<b>FSB:</b> Financial Stability Board
<b>CESE:</b> Contribuição Extraordinária sobre o Sector Energético (Portugal)	<b>DJSI:</b> Dow Jones Sustainability Index	<b>FUNAE:</b> Fundo Nacional de Energia (Moçambique)
<b>CCUS:</b> captura, utilização e armazenagem de carbono	<b>DST:</b> <i>drill stem test</i> ; ou seja, teste de formação	
<b>CFO:</b> <i>chief financial officer</i>	<b>DSU:</b> <i>debt service undertaking</i>	
<b>CFFO:</b> <i>cash flow</i> das atividades operacionais	<b>E&amp;P:</b> Exploração & Produção	
<b>CGD:</b> Caixa Geral de Depósitos, S.A.		

<b>G&amp;A:</b> gastos gerais e administrativos	<b>IIRC:</b> International Integrated Reporting Council	<b>kt:</b> mil toneladas
<b>G&amp;G:</b> Geological & Geophysical	<b>IMO:</b> Organização Marítima Internacional	<b>LE:</b> licenças de emissão
<b>G&amp;P:</b> Gas & Power	<b>IMPEL:</b> Integrated Water Approach and Urban Reuse	<b>LNEG:</b> Laboratório Nacional de Energia e Geologia
<b>Galp:</b> Galp Energia, SGPS, S.A., Empresa, Grupo ou Sociedade.	<b>IOC:</b> <i>international oil company</i>	<b>LRO:</b> <i>local risk officer</i>
<b>GDP:</b> Gás de Portugal, SGPS, S.A.	<b>IOGP:</b> International Association of Oil and Gas Producers; ou seja, Associação Internacional dos Produtores de Petróleo e Gás	<b>m:</b> milhão
<b>GEE:</b> gases com efeito de estufa	<b>IPCG:</b> Instituto Português de Corporate Governance	<b>m³:</b> metro cúbico
<b>GGND:</b> Galp Gás Natural Distribuição, S.A.	<b>IPIECA:</b> Global Oil and Gas Industry Association for Environmental and Social Issues; ou seja, Associação Internacional de Conservação Ambiental da Indústria Petrolífera	<b>mm³:</b> milhões de metros cúbicos
<b>GIIP:</b> <i>gas initially in place</i> ; ou seja, gás na jazida	<b>IR:</b> imposto sobre o rendimento de pessoas coletivas	<b>mmbbl:</b> milhões de barris de petróleo
<b>GN:</b> gás natural	<b>IRP:</b> imposto sobre o rendimento do petróleo (Angola)	<b>mmbbl:</b> milhões de barris de petróleo equivalente
<b>GNL:</b> gás natural liquefeito	<b>IRPJ:</b> imposto sobre a renda das pessoas jurídicas (Brasil)	<b>mmbtu:</b> milhões de unidades térmicas britânicas
<b>GNV:</b> gás natural veicular	<b>ISIN:</b> <i>international securities identification number</i> ; ou seja, número internacional de identificação de títulos	<b>mmbpd:</b> milhões de barris de petróleo por dia
<b>GPL:</b> gás de petróleo liquefeito	<b>ISO:</b> <i>International Organization for Standardization</i> ; ou seja, Organização Internacional de Normalização	<b>mmscf:</b> milhões de pés cúbicos
<b>GRI:</b> Global Reporting Initiative	<b>ISP:</b> imposto sobre produtos petrolíferos (Portugal)	<b>MPDP:</b> Plataforma de Dados de Produção de Mercado
<b>GVA:</b> Galp Valor Acrescentado; ou seja, <i>Economic Value Added aplicado à Galp</i>	<b>ISPG:</b> Instituto do Petróleo e Gás	<b>MRV:</b> Mozambique Rovuma Venture S.p.A.
<b>GWh:</b> gigawatt-hora	<b>IUCN:</b> União Internacional para a Conservação da Natureza	<b>MScEP:</b> Mestrado em Engenharia do Petróleo
<b>GWT:</b> Global Water Tool for Oil & Gas	<b>IVA:</b> imposto sobre o valor acrescentado	<b>mt:</b> milhões de toneladas
<b>HC:</b> <i>hydrocracking</i>	<b>JFM:</b> <i>job family model</i>	<b>MTM:</b> <i>mark-to-market</i>
<b>I&amp;D:</b> Investigação & Desenvolvimento	<b>k:</b> mil/milhares	<b>mtpa:</b> milhões de toneladas por ano
<b>I&amp;T:</b> Investigação & Tecnologia	<b>kboepd:</b> milhares de barris de petróleo equivalente por dia	<b>MW:</b> megawatt
<b>IA:</b> inteligência artificial	<b>kbbl:</b> milhares barris de petróleo	<b>MWh:</b> megawatt-hora
<b>IAS:</b> Normas Internacionais de Contabilidade	<b>kbpd:</b> milhares de barris de petróleo por dia	<b>NAMCOR:</b> National Petroleum Corporation of Namíbia
<b>IASB:</b> International Accounting Standard Board	<b>km / km²:</b> quilómetro / quilómetro quadrado	<b>NE:</b> nordeste
<b>IASC:</b> International Accounting Standards Committee	<b>Kosmos:</b> Kosmos Energy	<b>NPV:</b> <i>net present value</i>
<b>IBAT:</b> Integrated Biodiversity Assessment Tool	<b>KRI:</b> <i>key resources indicators</i> ; ou seja, indicadores principais de recursos	<b>OCDE:</b> Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
<b>ICE:</b> Intercontinental Exchange		<b>ODS:</b> Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
<b>IEA:</b> Agência Internacional de Energia		<b>OHSAS:</b> normas britânicas para sistemas de gestão e certificação da segurança e saúde ocupacionais
<b>IFA:</b> Índice de Frequência de Acidentes com Baixa e Mortais		<b>ONU:</b> Organização das Nações Unidas
<b>IFRIC:</b> International Financial Reporting Interpretation Committee		<b>OTC:</b> <i>over-the-counter</i>
<b>IFRS:</b> <i>International Financial Reporting Standards</i> ; ou seja, Normas Internacionais de Relato Financeiro		<b>p.p.:</b> pontos percentuais
<b>IGEN:</b> Fórum de Empresas para a Igualdade de Género		<b>Parpública:</b> Parpública – Participações Públicas, SGPS, S.A.
<b>IIA:</b> The Institute of Internal Auditors		

<b>PDP:</b> Planos de Desenvolvimento Pessoal	<b>s.s.:</b> sem significado	<b>TSU:</b> taxa social única
<b>PE:</b> imposto de participação especial (Brasil)	<b>SEM:</b> <i>successful efforts method</i>	<b>TTF:</b> Title Transfer Facility
<b>Petrobras:</b> Petróleo Brasileiro, S.A.	<b>SGPS:</b> Sociedade Gestora de Participações Sociais	<b>TWh:</b> terawatt-hora
<b>Petrogal:</b> Petróleos de Portugal – Petrogal, S.A.	<b>SIC:</b> Standing Interpretation Committee	<b>UE:</b> União Europeia
<b>PIS:</b> Programa de Integração Social	<b>SIG:</b> Sistema Integrado de Gestão	<b>UGC:</b> unidade geradora de caixa
<b>PMRS:</b> Petroleum Resources Management System	<b>SPE:</b> Society of Petroleum Engineers	<b>UGS:</b> utilização global de sistema
<b>PNUD:</b> Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento	<b>SPPI:</b> Solely Payments of Principal and Interest; ou seja, pagamentos de principal e juros	<b>UOs:</b> unidades organizacionais
<b>PoD:</b> plano de desenvolvimento	<b>SROC:</b> Sociedade de Revisores Oficiais de Contas	<b>UNGC:</b> United Nations Global Compact
<b>POS:</b> <i>probability of success</i>	<b>SROI:</b> Social Return on Investment	<b>UoP:</b> unidade de produção
<b>PPSA:</b> Pré-Sal Petróleos S.A.	<b>SSA:</b> Segurança, Saúde e Ambiente	<b>URD:</b> utilização da rede de distribuição
<b>PSI-20:</b> índice de referência do mercado acionista português	<b>SSS&amp;A:</b> Saúde, Segurança Social e Ambiente	<b>URT:</b> utilização da rede de transporte
<b>PwC:</b> PricewaterhouseCoopers & Associados	<b>SXEP:</b> STOXX Europe 600 Oil & Gas Index; ou seja, índice de referência do sector de Oil & Gas	<b>USD (ou \$):</b> dólar americano
<b>PWN:</b> Professional Women's Network de Lisboa	<b>t:</b> tonelada	<b>VB:</b> <i>visbreaker</i>
<b>R&amp;D:</b> Refinação & Distribuição	<b>tcf:</b> biliões de pés cúbicos	<b>VGO:</b> <i>vacuum gas oil</i>
<b>RAB:</b> <i>regulatory asset base</i>	<b>TCFD:</b> Task Force on Climate-related Financial Disclosure	<b>VP:</b> Voluntary Principles on Security and Human Rights; ou seja, Princípios Voluntários de Segurança e Direitos Humanos
<b>RC:</b> <i>replacement cost</i>	<b>tCO<sub>2</sub>:</b> toneladas de dióxido de carbono	<b>WACC:</b> <i>Weighted Average Cost of Capital</i>
<b>RCA:</b> <i>replacement cost adjusted</i>	<b>tCO<sub>2e</sub>:</b> toneladas de dióxido de carbono equivalente	<b>WBCSD:</b> World Business Council for Sustainable Development
<b>RCM:</b> <i>reliability centered maintenance</i>	<b>TJ:</b> terajoule	<b>WEST:</b> <i>western European time zone</i> ; ou seja, horário da Europa ocidental
<b>RETGS:</b> regime especial de tributação de grupos de sociedades	<b>TL:</b> Tómbua – Lândana	<b>WI:</b> <i>working interest</i>
<b>RI:</b> Relações com Investidores	<b>toe:</b> toneladas de petróleo equivalente	<b>WPC:</b> World Petroleum Council
<b>ROACE:</b> <i>return on average capital employed</i>	<b>TSR:</b> <i>total shareholder return</i> ; ou seja, retorno total para o acionista	<b>YoY:</b> <i>year-on-year</i> ; ou seja, variação anual
<b>ROC:</b> Revisor Oficial de Contas		
<b>ROI:</b> <i>return on investment</i>		
<b>RSP:</b> responsabilidades por serviços passados		

## Disclaimer

O presente relatório foi elaborado pela Galp Energia, SGPS, S.A. («Galp» ou a «Sociedade») e pode ser alterado e completado.

Este relatório não constitui nem integra e não deve ser interpretado como uma oferta para vender ou para emitir nem como um convite à apresentação de ofertas para compra ou outra forma de aquisição de valores mobiliários emitidos pela Sociedade ou por qualquer das suas sociedades dependentes ou participadas em qualquer jurisdição ou como um incentivo para realizar atividades de investimento em qualquer jurisdição. Nem este relatório, ou qualquer parte dele, nem a sua distribuição constituem a base ou podem ser invocados em qualquer contexto, contrato ou compromisso ou decisão de investimento, em qualquer jurisdição.

O presente relatório pode conter declarações prospetivas. Declarações prospetivas são declarações que não estão relacionadas com factos históricos. As palavras «acreditar», «prever», «antecipar», «pretender», «estimar», «vir a», «poder», «continuar», «dever» e expressões similares geralmente identificam declarações prospetivas. Declarações prospetivas podem incluir declarações sobre: objetivos, metas, estratégias, perspectivas de crescimento; planos, eventos ou desempenho futuros e potencial para o crescimento futuro; liquidez, recursos de capitais e despesas de capital; perspectivas económicas e tendências do sector; procura de energia e abastecimento; evolução dos mercados da Galp; impacte das iniciativas regulamentares; a força dos concorrentes da Galp.

Neste relatório, as declarações prospetivas são baseadas em diversas suposições, muitas das quais são baseadas, por sua vez, em suposições, incluindo, sem limitação, a avaliação pela gestão das tendências operacionais, dados contidos nos registos da Sociedade e outros dados disponibilizados por terceiros. Embora a Galp acredite na razoabilidade com que tais suposições foram realizadas, essas suposições encontram-se por inerência sujeitas a riscos significativos conhecidos e desconhecidos, incertezas, contingências e outros fatores importantes que são difíceis ou impossíveis de prever e estão fora do seu controle. Fatores importantes que podem levar a diferenças significativas entre os resultados reais e as expectativas sobre eventos ou resultados futuros incluem a estratégia de negócios da Sociedade, os desenvolvimentos da indústria, as condições do mercado financeiro, a incerteza dos resultados dos projetos futuros e operações, planos, objetivos, expectativas e intenções, entre outros. Tais riscos, incertezas, contingências e outros fatores importantes podem conduzir a que os resultados reais da Galp ou da indústria sejam materialmente diferentes dos resultados expressos ou implícitos nesta apresentação por tais declarações prospetivas.

A informação, opiniões e declarações prospetivas contidos neste relatório respeitam apenas à sua data e estão sujeitos a modificação sem necessidade de comunicação. A Galp e os respetivos representantes, agentes, trabalhadores ou assessores não pretendem, e expressamente não assumem qualquer obrigação ou dever de, elaborar ou divulgar qualquer suplemento, adenda, atualizada ou revisão de quaisquer informações, opiniões ou declarações prospetivas contidas neste relatório com vista a refletir qualquer alteração, eventos, condições ou circunstâncias.

EDIÇÃO



REVISÃO DE TEXTO

**Caligrama Produção Editorial**

FOTOGRAFIAS CREDITADAS E NÃO CREDITADAS  
AO LONGO DO RELATÓRIO

**Fotografo Pedro Ferreira:** página 12

**Fotografias para a VISÃO em parceria com a Galp do fotógrafo**

**Arlindo Camacho:** página 14

**Banco Digital Galp:** páginas 93 e 95

**Fotografias de separadores por Frederico Van Zeller, com produção  
Garage Films,** recorrendo à projeção para criar uma ilusão anamórfica de  
palavras, que apenas são visíveis por completo de um ponto de vista. Toda  
a produção foi realizada de forma a preservar o ambiente.

Páginas 10, 11, 32,33, 40, 41, 62, 63, 90, 91, 98, 99, 108 e 109.

DESIGN E CONCEÇÃO

**J. Walter Thompson**

COORDENAÇÃO DE PRODUÇÃO

**APP - Production Partners**

ESTE RELATÓRIO FOI ESCRITO DE ACORDO  
COM AS NOVAS REGRAS ORTOGRÁFICAS.





